ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 58 Brasília - DF, sexta-feira, 26 de março de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 4
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 9
Ministério do Desenvolvimento Regional 9
Ministério da Economia 10
Ministério da Educação 47
Ministério da Infraestrutura 61
Ministério da Justiça e Segurança Pública 80
Ministério de Minas e Energia 90
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 97
Ministério da Saúde 97
Ministério do Turismo 101
Conselho Nacional do Ministério Público 103
Ministério Público da União 104
Tribunal de Contas da União 105
Poder Judiciário 122
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 123

..... Esta edição completa do DOU é composta de 125 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.377 **(1)**
ORIGEM : ADI - 136175 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
ADV.(A/S) : MARCUS RODRIGUES CAMARGO FELIPE DOS SANTOS (0016913/DF)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : FELIPE DEIAB (109493/RJ)

Decisão:
Decisão: Após os votos dos Ministros Marco Aurélio (Relator), Alexandre de Moraes, Dias Toffoli (Presidente) e Rosa Weber, que confirmavam a óptica adotada quando do indeferimento da liminar, referendada, e julgavam improcedente o pedido; e dos votos dos Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, que divergiam e julgavam procedente o pedido, proclamando a inconstitucionalidade da Deliberação nº 225, de 15 de dezembro de 2004, do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no que, alterando a redação do artigo 135 do Regimento Interno, permitiu reeleição aos cargos de Presidente e Vice-Presidente, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelo interessado, o Dr. Felipe Deiab. Plenário, Sessão Virtual de 21.8.2020 a 28.8.2020.
Decisão: O Tribunal, por maioria, confirmou a óptica adotada quando do indeferimento da liminar, referendada, e julgou improcedente o pedido, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 19.2.2021 a 26.2.2021.
TRIBUNAL DE CONTAS - REGIMENTO INTERNO - REELEIÇÃO DA MESA DIRETIVA. A norma do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no sentido de haver a reeleição do Presidente e do Vice-Presidente - artigo 135 - não conflita com a Constituição Federal. Descabe a extensão do que previsto no tocante a órgãos que integram o Judiciário - artigo 93 do Diploma Maior e 102 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.044 **(2)**
ORIGEM : 6044 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : CARLA DE OLIVEIRA RODRIGUES (33657/DF)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora), Alexandre de Moraes e Marco Aurélio, que convertiam o julgamento da medida cautelar em julgamento definitivo de mérito para julgar improcedente a ação direta e declarar constitucional o § 9º do artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), introduzido pelo artigo 2º da Lei nacional nº 13.107/15, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 16.10.2020 a 23.10.2020.
Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento da medida cautelar em definitivo de mérito para julgar improcedente a ação direta e declarar constitucional o § 9º do artigo 29 da Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/95), introduzido pelo artigo 2º da Lei nacional nº 13.107/15, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 26.2.2021 a 5.3.2021.
EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. ELEITORAL. LEI NACIONAL N. 13.107, DE 24.3.2015. INTRODUÇÃO DO § 9º AO ART. 29 DA LEI DOS PARTIDOS POLÍTICOS (LEI N. 9.096/1995). NOVAS CONDIÇÕES LEGAIS PARA CRIAÇÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS. PRAZO MÍNIMO DE CINCO ANOS DE EXISTÊNCIA DOS PARTIDOS. FORTALECIMENTO DO MODELO REPRESENTATIVO E DENSIFICAÇÃO DO PLURIPARTIDARISMO. FUNDAMENTO DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA IMPROCEDENTE.*
1. É constitucional a norma legal pela qual se impõe restrição temporal para a fusão ou incorporação de partidos políticos. Precedentes.
2. O lapso temporal legalmente definido reforça o objetivo do constituinte reformador expresso na Emenda Constitucional n. 97/2017, pela qual instituída a norma que visa o enfraquecimento da representação partidária.
3. Proposta de conversão de referendo de medida cautelar em julgamento definitivo de mérito pela não complexidade da questão de direito em discussão e instrução dos autos, nos termos do art. 12 da Lei n. 9.868/1999. Precedentes.
4. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.659, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da **Covid-19.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da **Covid-19.**

Art. 2º Ao Comitê de Coordenação compete, no âmbito das medidas para enfrentamento da pandemia da **covid-19** e dos problemas econômicos, fiscais, sociais e de saúde decorrentes:

I - discutir as medidas a serem tomadas; e

II - auxiliar na articulação interpoderes e interfederativa.

Art. 3º O Comitê de Coordenação é composto pelo Presidente da República, que o coordenará, e, a convite:

I - pelo Presidente do Senado Federal;

II - pelo Presidente da Câmara dos Deputados; e

III - na condição de observador, por autoridade designada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. O Coordenador do Comitê de Coordenação poderá convidar para participar das reuniões, sempre que solicitado por qualquer dos membros, a que se refere o **caput**, autoridades representantes de órgãos e entidades, públicos e privados, e especialistas de notório conhecimento na questão que será debatida.

Art. 4º O Comitê de Coordenação se reunirá, em caráter ordinário, conforme cronograma definido na primeira reunião e, em caráter extraordinário, sempre que solicitado por qualquer de seus membros.

Art. 5º O Comitê de Coordenação poderá criar grupos de trabalho com o objetivo de estudar e articular soluções para assuntos específicos relacionados com a pandemia da **covid-19**.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do Comitê de Coordenação será exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º Os membros do Comitê de Coordenação e dos grupos de trabalho se reunirão, a critério de cada membro, presencialmente ou por videoconferência.

Art. 8º O Comitê de Coordenação terá duração de noventa dias, que poderá ser prorrogada em ato do Coordenador.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes
Sergio José Pereira

AVISO

Foram publicadas em 25/3/2021 as edições extras nºs 57-A e 57-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

DECRETO Nº 10.660, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Institui o Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica do Ministério da Educação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica do Ministério da Educação, colegiado de assessoramento, com a finalidade de realizar a análise da destinação de recursos públicos para a educação básica.

Art. 2º Compete ao Comitê Permanente assessorar o Ministro de Estado da Educação com:

I - a realização de estudos acerca da viabilidade de implementação de valores **per capita** associados à qualidade da educação básica, em função das correspondentes fontes de custeio ou financiamento;

II - a análise de instrumentos de cooperação entre os entes federativos para implementação dos valores referidos no inciso I; e

III - o acompanhamento e a avaliação das proposições legislativas e dos atos normativos relacionados à destinação de recursos públicos para a educação básica.

Art. 3º O Comitê Permanente tem a seguinte composição:

I - Secretário-Executivo do Ministério da Educação, que o presidirá;

II - Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação;

III - Subsecretário de Avaliação de Gasto Direto da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

IV - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

V - Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;

VI - Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação;

VII - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; e

VIII - Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

§ 1º Cada membro do Comitê Permanente terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os suplentes dos membros a que se referem:

I - os incisos I a V e VIII do **caput** serão os seus substitutos; e

II - os incisos VI e VII do **caput** serão indicados pelas respectivas instituições.

§ 3º Os membros do Comitê Permanente serão designados em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 4º O Comitê Permanente poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participarem de suas reuniões, sem direito a voto, observado o disposto no § 2º do art. 4º.

Art. 4º O Comitê Permanente se reunirá em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por requerimento da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Os membros do Comitê Permanente que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 2º A convocação para as reuniões deverá ser comunicada aos membros do Comitê Permanente com antecedência mínima de quinze dias.

§ 3º O quórum de reunião do Comitê Permanente é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 4º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do Comitê Permanente terá o voto de qualidade.

Art. 5º O regimento interno do Comitê Permanente será elaborado por proposta da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação e aprovado nos termos do art. 4º.

Art. 6º A Secretaria-Executiva do Comitê Permanente será exercida pela Secretaria-Executiva do Ministério da Educação.

Art. 7º A participação no Comitê Permanente será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de março de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Milton Ribeiro

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 94, de 25 de março de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 791.

Nº 95, de 25 de março de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 792.

Nº 96, de 25 de março de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 799.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AC SAFETECH CD. Processo n° 00100.000933/2020-21.

DEFIRO o credenciamento da AR CERTISA CERTIFICADORA DIGITAL. Processo n° 00100.000070/2021-72.

DEFIRO o credenciamento da AR SD INTEGRAL MÚLTIPLA. Processo n° 00100.000538/2021-29.

DEFIRO o credenciamento da AR TECHCERT. Processo n° 00100.000558/2021-08.

DEFIRO o credenciamento da AR REIS CONTABILIDADE. Processo n° 00100.000560/2021-79.

DEFIRO o credenciamento da AR AVIVE CERTIFICADORA DIGITAL LTDA. Processo n° 00100.000566/2021-46.

DEFIRO o credenciamento da AR IDEAL CERTIFICADORA DIGITAL. Processo n° 00100.000567/2021-91.

DEFIRO o credenciamento da AR MULTIPLA CERTIFICADO DIGITAL. Processo n° 00100.000617/2021-30.

DEFIRO o credenciamento da AR DIGITIME. Processo n° 00100.000624/2021-31.

DEFIRO o credenciamento da AR KUNTZ CORRETORA DE SEGUROS. Processo n° 00100.000629/2021-64.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 68, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 262 e no artigo 292 do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, resolve:

Artigo 1º - Habilitar o médico veterinário BRUNO PRADELLA, CRMV-GO nº 9090, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para trânsito intra e interestadual de SUÍNOS no município de Mineiros. Processo SEI nº 21020.000335/2021-01.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO DE FRANÇA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 4, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 1.429 de 26/06/2017, publicada no DOU de 28/06/2017, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº º 21050.002714/2015-21, resolve:

Art. 1° Renovar credenciamento, sob o número BR-SC580 da empresa BRASILTRAT LTDA, CNPJ 20.035.006/0010-00, situada na Rua Pedro Bosse Filho, 910, Santa Mônica, município de Papanduva/SC, CEP 89370-000, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar o seguinte tratamento: TRATAMENTO TERMICO (HT) e SECGAGEM EM ESTUFA (KD).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 5 (cinco) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no D.O.U.

JORGE JACINTO CALIXTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA N° 3, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.000575/2011-58, resolve:

Art.1° Renovar o Credenciamento número BR-SP399, da empresa S.V.I. AMBIENTAL LTDA., CNPJ 10.921.424/0001-42, localizada na Praça dos Andradas, nº 12, 10° andar, centro - Santos/SP para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres e Fumigação em Câmara de Lona, com fosfina e brometo de metila; Fumigação em Silos Herméticos e Fumigação em Porões de Navio, exclusivamente com Fosfina.

Art. 2° O Credenciamento terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Insumos e Sanidade Vegetal no Estado de São Paulo - SFA/SP

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA DE ARAUJO REIS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-24/PI Nº 27 de 27 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União n.° 245, na data de 17 de dezembro do ano 2003, na Seção 1, página 140, que criou o Projeto de Assentamento PA TANQUE, no município de Tanque do Piauí, código SIPRA PI0266000, onde se lê: com área de 217,0000 ha (duzentos e dezessete hectares), leia-se com área registrada de 217,0000 ha (duzentos e dezessete hectares) e área medida de 238,1713 ha (duzentos e trinta e oito hectares, dezessete ares e treze centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 373, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020.

Considerando que os órgãos técnicos específicos da SR(08)- SP procederam a análise processo administrativo INCRA n° 54190.004672/2010-11 através da Nota Informativa 16 (SEI 7969398), e conforme a Resolução 698 do Comitê de Decisão Regional - CDR, de 17/03/2021 (doc. SEI nº 8448070), decidiram pela regularidade da proposta de alteração na modalidade de exploração do projeto, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;, resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade de exploração e nome do Projeto de Assentamento - PA Fazenda Vista Grande para Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS Vista Grande, código SIPRA SP0362000, criado pela Portaria INCRA/SR(08)-SP/n. 29, de 25/02/2010, publicado no Diário Oficial da União n. 210, seção I, pg. 25, de 03/11/2010, localizado no município de Miracatu/SP, com capacidade de 335 (trezentas e trinta e cinco) unidades agrícolas familiares;

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDSON ALVES FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

RETIFICAÇÕES

Na Portaria INCRA SR-26/N° 035, de 28 de novembro de 2003, que criou o Projeto de Assentamento Poço Azul, código SIPRA TO0316000, localizado nos municípios de Santa Rita do Tocantins e Fátima, no Estado do Tocantins, publicada no D.O.U. Nº 240, de 10/12/03, Seção I, pág. 95, onde se lê: "... SIPRA TO03160000", leia-se: "... SIPRA TO0316000", onde se lê: "... 1.568,4677 ha (um mil, quinhentos e sessenta e oito hectares, quarenta e seis ares, e setenta e sete centiares)", bem como na retificação publicada no DOU nº 123, de 29/06/2017, onde se lê: "... 1.402,1908 ha (um mil, quatrocentos e dois hectares, dezenove ares e oito centiares), leia-se: "... 1.605,6934 ha (um mil, seiscentos e cinco hectares, sessenta e nove ares e trinta e quatro centiares)".

Na Portaria INCRA/SR-26/Nº 107/98, de 28 de dezembro de 1998, publicada no D.O.U. Nº 01, de 04/01/1999, Seção 1, pág. 17, que criou o Projeto de Assentamento Inhuma, Código SIPRA TO0181000, no município de Araguanã/TO, onde se lê: "... 3.883,8087 ha, (três mil, oitocentos e oitenta e três hectares, oitenta ares e oitenta e sete centiares)", leia-se: "... 3.846,1881 ha (três mil, oitocentos e quarenta e seis hectares, dezoito ares e oitenta e um centiares)", onde se lê: "... 132 (cento e trinta e duas) unidades agrícolas familiares", leia-se: "... 115 (cento e quinze) unidades agrícolas familiares".

Na Portaria INCRA SR-26/Nº 008, de 31 de janeiro de 2000, publicada no D.O.U. Nº 27, de 08/02/2000, Seção 1, pág. 87, que criou o Projeto de Assentamento PA TALISMÃ II, Código SIPRA TO0200000, no município de Talismã/TO, onde se lê: "... 2.260,0711 ha (dois mil, duzentos e hectares, sete ares e onze centiares hectares)", leia-se: "... 2.668,9469 ha (dois mil e seiscentos e sessenta e oito hectares, noventa e quatro ares e sessenta e nove centiares)", onde se lê: "... 55 (cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares", leia-se: "... 61 (sessenta e uma) unidades agrícolas familiares".

Na Portaria INCRA SR-26/N° 064, de 10 de outubro de 2005, que criou o Projeto de Assentamento Renascer, Código SIPRA TO0352000, nos municípios de Figueirópolis e Alvorado/TO, publicada no D.O.U. Nº 201, de 19/10/2005, Seção I, pág. 48, onde se lê: "... no município de Figueirópolis", leia-se: "... nos municípios de Figueirópolis e Alvorada", onde se lê: "... 2.194,6427 há (Dois mil, cento e noventa e quatro hectares, sessenta e quatro ares e vinte e sete centiares)", bem como na retificação publicada no D.O.U. nº 124, de 30/06/2017, onde se lê: "... "2.186,8624 ha (dois mil, centro e oitenta e seis hectares e oitenta e seis ares e vinte e quatro centiares)", leia-se: "... 2.185,1831 ha (dois mil, cento e oitenta e cinco hectares, dezoito ares e trinta e um centiares)",



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 4, de 7 de janeiro de 2021, na Seção 1, página 04 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.425/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2673 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 50363-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2673 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 44111-2.

Processo Nº 71000.051833/2020-39

No Diário Oficial da União nº 242, de 18 de dezembro de 2018, na Seção 1, página 224 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.250/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0280 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 24130-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0028 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 96959-1

Processo Nº 58000.011173/2018-71

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI Nº 4.513, DE 2 DE MARÇO DE 2021

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049879/2019-27, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa FLACH INDÚSTRIA DE CARREGADORES E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 16.695.624/0001-00, referente ao produto "Carregador de acumulador, baseado em técnica digital".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 7.745, de 25 de outubro de 2019, que concedeu a habilitação provisória, torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.559, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01200.001168/2016-14, de 8 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Safesoft Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.728.496/0002-19, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 05.728.496/0002-19, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

I - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montado, do tipo regulador de tensão, para aparelho de aquisição, armazenamento e transmissão de sinais de equipamentos embarcados em veículos automotores, baseado em técnica digital;

II - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para aparelho de medição da pressão de líquidos, baseado em técnica digital;

III - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montado, do tipo limitador de corrente para armário para carregamento de dispositivos eletrônicos;

IV - Aparelho de controle de umidade e temperatura para equipamento climatizador, baseado em técnica digital;

V - Sirene microcontrolada, baseado em técnica digital; e

VI - Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados com função de indicação do nível de intensidade luminosa do refletor de cadeira de dentista.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01200.001168/2016-14, de 8 de abril de 2016.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.560, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.002073/2020-17, de 16 de janeiro de 2020, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa FURUKAWA INDUSTRIAL OPTOELETRÔNICA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.620.567/0001-00, referente ao produto "Roteador Digital Óptico para transmissão, recepção, roteamento e regeneração de dados em redes cabeadas":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 2.283, de 27 de janeiro de 2020, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.563, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.060569/2019-63, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa FLACH INDÚSTRIA DE CARREGADORES E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 16.695.624/0001-00, referente ao produto "Testador eletrônico de baterias".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 13.959, de 13 de dezembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.565, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049174/2019-18, de 26 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Dispositivo para controle de estoque, logística dotado de microprocessador com display led, destinado a coleta de informações, sem fio gerenciado por plataforma web":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 9.732, de 7 de novembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.567, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049319/2019-72, de 27 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Computador de bordo para automóveis":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 7.735, de 25 de outubro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.568, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049352/2019-01, de 27 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Aparelho emissor com receptor incorporado, digital com tecnologias de transmissão / recepção sem fio, tela sensível ao toque e pulseira, com função principal de conectividade sem fio com aparelhos de telefonia celular":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 13.990, de 13 de dezembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.569, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049386/2019-97, de 27 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Aparelho inteligente coletor de resíduos":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 10.984, de 19 de novembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVI

PORTARIA SEMPI Nº 4.570, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049390/2019-55, de 27 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Termômetro Inteligente digital com microprocessador":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 6.509 de 16 de outubro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.571, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049432/2019-58, de 27 de setembro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Dispositivo com microprocessador com display LED para controle de acesso com acionamento através de biometria, NFC ou senha numérica e gerenciado por plataforma web à distância via rede sem fio":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 10.979, de 19 de novembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI Nº 4.572, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Cancela, a pedido da interessada, pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.049832/2019-63, de 1º de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido da interessada, o pleito de habilitação solicitado pela empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48, referente ao produto "Dispositivo com tecnologias digitais para captar e analisar movimentos e comportamentos humanos durante período de sono, gerenciado por App mobile":

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 10.983, de 19 de novembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência da desistência do pedido de habilitação definitiva por parte da pessoa jurídica, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias da desistência do pedido, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 519, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Instituir as comissões para seleção de consultoria no âmbito do Projeto BRA/20/021

O DIRETOR NACIONAL DO PRODOC BRA/20/021, no uso de atribuições conferidas pelo Decreto 5.151, de 22 de julho de 2004, pela Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, e pela Portaria AEB nº 492, de 25 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Instituir Comissão para seleção para proceder à seleção de consultoria no âmbito do "Projeto BRA/20/021- Programa Espacial Brasileiro: fortalecimento institucional e novas perspectivas".

Art. 2º A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

I - 1 (um) representante da Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração;

II - 1 (um) Gabinete da Presidência;

III - 1 (um) representante da unidade solicitante.

Parágrafo único. A designação nominal dos representantes de cada unidade citada no Art. 2º ocorrerá via mensagem eletrônica e será anexada ao respectivo processo de contratação.

Art. 3º O apoio técnico-administrativo será prestado pelo Diretoria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALUÍSIO VIVEIROS CAMARGO

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
COMISSÃO DELIBERATIVA

RESOLUÇÃO Nº 275, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Autorização para Operação Inicial da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro/RJ

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), criada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, usando das atribuições que lhe conferem a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, com alterações introduzidas pela Lei nº 7.781, de 17 de junho de 1989, e pelo Decreto nº 8.886, publicado no Diário Oficial da União, de 25 de outubro de 2016, por decisão de sua Comissão Deliberativa, anotada na 666ª Sessão, realizada em 25 de março de 2021,

CONSIDERANDO que a ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A, doravante denominada ELETRONUCLEAR, concessionária de serviços público de energia elétrica, com sede social na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Candelária nº 65, CNPJ nº 42.540.211/001-67, por meio da correspondência ALI.T-0010/20, de 09 de janeiro de 2020, requereu a esta Comissão a Autorização para Operação Inicial da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados das Unidades I e II (UAS) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que a Comissão Deliberativa da CNEN, através da Resolução n° 199, de 27 de julho de 2016, adotou, como modelo padrão para a elaboração de Relatório de Análise de Segurança da Unidade Independente de Armazenamento a Seco para Elementos Combustíveis Irradiados (UAS), a recomendação norte-americana da Nuclear Regulatory Commission, intitulada Regulatory Guide 3.62 - "Standard Format and Content for the Safety Analysis Report for Onsite Storage of Spent Fuel Storage Casks";

CONSIDERANDO que a Comissão Deliberativa da CNEN, através da Resolução n° 211, de 14 de fevereiro de 2017, concedeu a Aprovação de Local para a implantação da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da CNAAA, em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que a Comissão Deliberativa da CNEN, através da Resolução n° 242, de 18 de abril de 2019, concedeu a 1ª Licença de Construção Parcial da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da CNAAA, em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que a Comissão Deliberativa da CNEN, através da Resolução n° 249, de 05 de setembro de 2019, revogou a 1ª Licença de Construção Parcial e concedeu a Licença de Construção da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da CNAAA, em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro/RJ;

CONSIDERANDO que a Comissão Deliberativa da CNEN, através da RESOLUÇÃO CNEN Nº 270, DE 5 DE MARÇO DE 2021, concedeu a Autorização para Utilização de Material Nuclear para a UAS;

CONSIDERANDO que a ELETRONUCLEAR submeteu à CNEN o Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS) da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da CNAAA, por meio da Carta ALI.T - 0010/20, de 09 de janeiro de 2020, em conformidade com a Resolução n° 199 de 27 de julho de 2016, visando a obtenção da Autorização para Operação Inicial de acordo com a Norma CNEN-NE-1.04 e, posteriormente, sucessivas revisões do RFAS para adequação do mesmo às exigências da CNEN, sendo a última a revisão 4, submetida por meio da correspondência Carta ALI.T - 0058/21;

CONSIDERANDO que as Especificações Técnicas, requeridas pela Norma CNEN-NE-1.04 - Licenciamento de Instalações Nucleares, são parte integrante do Relatório Final de Análise de Segurança (RFAS);

CONSIDERANDO que os Planos de Proteção Física (PPF) para a Unidade de Armazenamento a Seco (UAS) em Construção - Revisão 0 e Revisão 1, submetidos pela ELETRONUCLEAR, foram avaliados e considerados satisfatórios pelo corpo técnico da CNEN;

CONSIDERANDO que o Plano para Situações de Emergência, conforme requerido pela Norma CNEN-NN-1.04, foi avaliado como satisfatório pelo corpo técnico da CNEN;

CONSIDERANDO que o Programa de Garantia da Qualidade da ELETRONUCLEAR requerido pela Norma CNEN-NN-1.16, foi avaliado como satisfatório pelo corpo técnico da CNEN;

CONSIDERANDO que a revisão 2 do Plano de Proteção contra Incêndio, requerido pela Norma CNEN-NE-2.04, foi avaliada e considerada satisfatória pelo corpo técnico da CNEN;

CONSIDERANDO que a ELETRONUCLEAR pagou a Taxa de Licenciamento e Controle - TLC, código 1114, referente à Autorização para Operação Inicial (Código 1.11.10), em conformidade ao disposto na Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998, bem como, na Portaria CNEN n° 001, de 07 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO que a ELETRONUCLEAR satisfaz à exigência da Lei Nº 6453 de 17 de outubro de 1977 e do Decreto n° 911 de 03 de setembro de 1993, relativo à Convenção de Viena quanto à Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, tendo oferecido garantia financeira de seguro, conforme Apólice n° 04669202010011872000000l da FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A;

CONSIDERANDO que a ELETRONUCLEAR cumpriu todas as Condicionantes da Aprovação de Local e da Licença de Construção e que a construção da UAS foi concluída, não havendo exigências abertas pela CNEN;

CONSIDERANDO que as modificações de projeto na Unidade II da CNAAA, necessárias para o manuseio e transporte de combustíveis irradiados para a UAS foram implementadas de forma satisfatória;

CONSIDERANDO que a documentação pertinente para a Autorização para Operação Inicial foi analisada e considerada satisfatória pelo corpo técnico da CNEN e que as exigências em aberto não são impeditivas para a Operação Inicial, conforme consolidação apresentada no Parecer Técnico 02/2021/CODRE/CGRC/DRS da Coordenação de Reatores (CODRE) e pela Nota Técnica 05-21 da Coordenação-Geral de Reatores e Ciclo do Combustível (CGRC), que concluem que, com base no estado atual do conhecimento técnico, a operação inicial não causará riscos indevidos para a saúde e segurança do público e para o meio ambiente; e

Considerando que a ELETRONUCLEAR está tecnicamente qualificada para conduzir a operação da UAS, incluindo as operações de manuseio do combustível irradiados e transporte dos cascos de acondicionamento e proteção. resolve:

Art. 1º - Conceder à ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A - ELETRONUCLEAR a Autorização para Operação Inicial da Unidade de Armazenamento Complementar a Seco para Combustíveis Irradiados (UAS) da CNAAA, em Itaorna, no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, exclusivamente para o carregamento dos cascos pertinentes e seu transporte até a UAS, de combustíveis irradiados da Unidade II (Angra 2), nas seguintes condições:

§ 1º - A ELETRONUCLEAR deverá enviar anualmente, juntamente com os Relatórios Anuais de Operação das Unidades I e II da CNAAA, um relatório contendo: (1) a quantidade acumulada de cascos armazenados; (2) um resumo dos resultados do monitoramento da temperatura e de radiação; (3) eventuais modificações de projeto nas instalações da UAS ou na disposição dos cascos; (4) resultados de inspeção visual dos cascos; e (5) relação eventual de eventos operacionais relacionados com a UAS.

§ 2º - A ELETRONUCLEAR deve enviar anualmente um relatório sobre a estabilidade do talude a montante da UAS e das condições das obras de contenção do mesmo, sendo que as informações do referido relatório podem estar contidas, a critério da ELETRONUCLEAR, no relatório anual requerido no § 1º deste artigo.

§ 3º - A ELETRONUCLEAR fica obrigada a cumprir as exigências abertas, conforme prazos estabelecidos pela CGRC/CNEN.

§ 4º - A ELETRONUCLEAR deverá atender a futuros pedidos de informações ou Exigências da CNEN, relacionadas em Pareceres Técnicos e Relatórios de Fiscalização decorrentes do processo de Licenciamento Nuclear.

Art. 2º - A presente Autorização para Operação Inicial está sujeita às disposições da Lei n° 6.189, de 16 de dezembro de 1974, às disposições das normas da CNEN em vigor e de quaisquer outras normas que por ela venham a ser estabelecidas, sem prejuízo de qualquer outra legislação aplicável, bem como dos tratados, convenções e compromissos internacionais aos quais o Brasil se obrigou ou se obrigará.

Art. 3º - A presente Autorização para Operação Inicial não impede que a CNEN venha a estabelecer Exigências adicionais relacionadas à segurança nuclear.

Art. 4º - Além das condições estabelecidas nos § 1º ao 4º do Artigo 1º, as seguintes Condicionantes Especificas devem ser atendidas:

§ 1º - CONDICIONANTE I - Após a efetivação das modificações de projeto na Unidade I da CNAAA, necessárias para o manuseio e transporte de combustíveis irradiados para a UAS, e a conclusão dos testes associados, a ELETRONUCLEAR deverá solicitar à CNEN uma nova autorização para transferência de combustíveis irradiados da Unidade I da CNAAA para a UAS.

§ 2º - CONDICIONANTE II - A Autorização para Operação Permanente (AOP) só poderá ser requerida após efetivadas as primeiras campanhas de transferência de combustíveis irradiados das Unidades I e II da CNAAA.

§ 3º - CONDICIONANTE III - As Especificações Técnicas (Capítulo 16 do RFAS) devem ser traduzidas para o português, como condição para a solicitação da Autorização para Operação Permanente (AOP).

§ 4º - CONDICIONANTE IV - A ELETRONUCLEAR deve apresentar, dez anos antes da expiração da vida útil da UAS, a estratégia para alocação futura dos combustíveis irradiados depositados na UAS.

§ 5º - CONDICIONANTE V - As atividades autorizadas incluem a inserção dos elementos combustíveis irradiados no casco de armazenamento, dentro da piscina de combustível usado. As demais atividades de transferência destes combustíveis somente poderão ter continuidade após aprovação pela CGRC/CNEN dos testes de comissionamento dos sistemas de monitoração, detecção e deposição do casco de proteção.

Art 5º - Esta AOI têm validade de 2 (dois) anos e poderá ser prorrogada mediante justificativa plausível da ELETRONUCLEAR, nos termos do item 8.7.5.1 da Norma CNEN NE 1.04

PAULO ROBERTO PERTUSI
Presidente

ROBERTO SALLES XAVIER
Membro

MADISON COELHO DE ALMEIDA
Membro

RICARDO FRAGA GUTTERRES
Membro

RICARDO CESAR MANGRICH
Membro Externo

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 2.258, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Institui o Plano de Dados Abertos - PDA do Ministério das Comunicações

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, na Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos, e no processo SEI nº 53115.001198/2021-51, resolve:

Art. 1º Institui o Plano de Dados Abertos - PDA 2021-2023 constante do Anexo I desta Portaria, como documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados do Ministério das Comunicações, que terá vigência de dois anos, contados da data de publicação desta Portaria, conforme a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º O Plano de Dados Abertos deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações respeitando o Art. 39 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, seção "Acesso à informação", item "Dados abertos".

Art. 3º Ficam revogadas, naquilo que concernir ao Ministério das Comunicações:

I - a Portaria nº 2.899, de 11 de julho de 2016, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

II - a Portaria nº 2.158, de 18 de abril de 2018, do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

FÁBIO FARIA

PORTARIA MCOM Nº 2.263, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Institui Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto no Capitulo III, artigo 6º da Portaria nº 697/SEI-MCOM, de 10 de setembro de 2020, bem como no artigo 10 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações posteriores, e no artigo 6º, inciso XVI, art. 9º, §4º, combinados com o artigo 51, todos da Lei 8.666, de 21 de julho de 1993, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, destinada a receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos aos processos de licitação de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de radiodifusão de sons e imagens, bem como propor novos editais de licitação na modalidade concorrência, desde que autorizados pela autoridade competente.

§1º A Comissão Permanente de que trata esta Portaria será composta por três membros, sendo um Presidente, um Vice-presidente e um Membro ordinário, tendo ainda um Membro Suplente para compor a comissão nos afastamentos dos membros permanentes.

§2º O Presidente será substituído, em seus afastamentos e impedimentos legais, pelo Vice-Presidente.

§3º Os membros da Comissão Permanente de Licitação poderão ser destituídos a qualquer momento, a critério da Administração, mediante decisão fundamentada.

Art. 2º Compete à Comissão Permanente de Licitação:

I - analisar os processos de licitação de radiodifusão em tramite;

II - propor novos editais de licitação, na modalidade concorrência, para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de radiodifusão de sons e imagens, desde que autorizados pela autoridade competente;

III- receber em sessão pública, nos termos previsto em lei, os invólucros de documentos de habilitação, a proposta técnica e a proposta de preço pela outorga;

IV- abrir, também em sessão pública, conforme disposto na lei, os invólucros de documentos de habilitação, a proposta técnica e a proposta de preço pela outorga, na ordem estabelecida no edital;

V - deliberar sobre a documentação de habilitação dos concorrentes;

VI - convocar os participantes para a sessão pública de abertura das propostas técnicas e das propostas de preço pela outorga;

VII - julgar as propostas técnicas e as propostas de preço pela outorga, declarando a ordem de classificação dos licitantes, bem como a entidade vencedora do certame;

VIII - receber e analisar os recursos interpostos, em conformidade com o art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, remetendo os autos à autoridade superior em caso de não ter exercido o juízo de retratação, ou de tê-lo exercido apenas parcialmente;

IX - realizar todas as diligências necessárias, até a homologação do certame, bem como solucionar questões afetas à licitação, inclusive instruindo autos com vistas à aplicação de sanções de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade, pela autoridade competente, ainda que já tenha ocorrido a homologação da concorrência, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

X - aplicar sanções administrativas às entidades que fraudarem o processo licitatório por conluio e que tenham repercussão após a homologação do certame, de acordo com o art. 87, da Lei 8.666/93.

XI - deliberar sobre os atos praticados pelas Comissões de Assessoramento Técnico;

XII - não conhecer da manifestação e do recurso quando interposto fora do prazo, e por quem não tenha legitimidade, ou após exaurida a esfera administrativa, hipótese em que a petição será juntada aos autos para análise e decisão pelo não conhecimento de manifestação pela parte interessada.

Art. 3º Fica criada a Comissão de Assessoramento Técnico com caráter de apoio à Comissão Permanente de Licitação.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação propor a convocação de novos servidores, para compor a Comissão de que trata o caput e constituir grupos de trabalho, visando à obtenção de suporte para a consecução dos processos de licitação de outorga para execução dos serviços de radiodifusão.

Art. 4ª A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitação não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Licitação em Radiodifusão - CGLR da Secretaria de Radiodifusão - SERAD auxiliará a Comissão Permanente de Licitação com o fornecimento de subsídios técnicos para a consecução dos trabalhos.

Art. 6º Delega-se ao Secretário de Radiodifusão da SERAD a competência, para designar os servidores que irão integrar a Comissão Permanente de Licitação e a Comissão de Assessoramento Técnico.

Art. 7ª. Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2021.

FÁBIO FARIA

DESPACHO Nº 57, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Processo nº: 53000.002370/2012-90

Interessado(a): ASSOCIAÇÃO PONTALINENSE EDUCATIVA E CULTURAL

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer Jurídico nº 00069/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério, cujos fundamentos adoto como razão da decidir, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do pedido de reconsideração apresentado e o indefiro, mantendo, na íntegra, a Portaria nº 6501/2017/SEI-MCTIC, de 14 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 4 de dezembro de 2017, que aplicou a penalidade de multa e de revogação da autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO PONTALINENSE EDUCATIVA E CULTURAL, por meio da Portaria nº 455, de 22 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2001, para executar o serviço de radiodifusão comunitária, no município de Pontalina, estado de Goiás.

FABIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

DESPACHO Nº 60, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto na NOTA TÉCNICA nº 3349/2020/SEI-MCTIC e no PARECER JURÍDICO nº 197/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046327/2012-36, de modo a tornar sem efeito o Despacho do Ministro nº 626/2015/SEI-MC, de 05 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União em 07 de maio de 2015, pelo motivo de indeferimento da solicitação de aprovação do local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos, com consequente decaimento do direito da Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada à contratação, bem como homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São Joaquim da Barra/SP, por meio do canal 295E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, CNPJ 09.241.619/0001-62, bem como, encaminhar os processos das entidades inabilitadas e indeferidas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

FÁBIO FARIA

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO Detalhamento na NOTA TÉCNICA Nº 3349/2020/SEI-MCTIC 5160264
Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada	Pessoa Jurídica de Natureza Privada	53000.043360/2012-12	Indeferida (habilitação com posterior decaimento do direito à contratação)	INDEFERIMENTO da Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	Pessoa Jurídica de Natureza Privada	53000.041398/2012-42	Habilitada	Nova Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	Pessoa Jurídica de Natureza Privada	53000.042945/2012-15	Inabilitada	Indeferimento

DESPACHO Nº 68, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e o disposto no Processo nº 53000.046354/2012-17, resolve acolher a Nota Técnica Nº 186/2021/SEI-MCOM e o Parecer Jurídico nº 062/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de sorte a:

a) retirar os efeitos do Despacho do Ministro de 25 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 26 de maio de 2014; e

b) revogar parcialmente o Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, destinado às outorgas do serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, em razão do indeferimento de proposta de entidade habilitada e da constatação de óbices temporais e circunstanciais expostos na NOTA TÉCNICA Nº 186/2021/SEI-MCOM, para o prosseguimento dos autos da localidade, de modo a excluir a localidade de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso, por meio do canal 233E (FME), com base no princípio discricionário da Administração Pública, na forma do Anexo.

Encaminhem-se os processos relativos a esta seleção ao Setor de Arquivo.

ANEXO

AVISO	UF	LOCALIDADE EXCLUÍDA	CANAL	PROCESSO PRINCIPAL
4/2012, publicado no DOU de 13/07/2012.	MT	Barra do Garça	233E (FME)	53000.046354/2012-17

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 11 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou n° 562, de 22 de dezembro de 2011e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.001345/2013	Rádio Alvorada De Teixeiras De Freitas Ltda	OM	Caravelas	BA	Multa	3.272,72	Art. 62 da Lei n° 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 1902 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050311/2015	Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora Da Escada	RADCOM	Guararema	SP	Multa	534,32	Art. 40, VII, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1916 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.021116/2014	Associação Comunitária Dos 72 Discípulos De Cuité - Pb	RADCOM	Cuité	PB	Multa	1.028,10	Art. 40, XXIX do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1919 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.015730/2013	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura Da Casa Amarela	RADCOM	Recife	PE	Multa e advertência	991,25	Art. 40, XVII, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1922 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.015507/2014	Associação Cultural Bethel	RADCOM	Paty do Alferes	RJ	Multa	913,86	Art. 40, VII e XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1928 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.025222/2014	Associação De Difusão Comunitária De Barão	RADCOM	Barão	RS	Multa	913,86	Art. 40, VII e XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1929 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.023917/2014	Rádio Nova São Manuel Ltda	OM	São Manuel	SP	Multa	2.798,70	Art. 62, da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 1934 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53516.002193/2017	Associação Comunitária De Comunicação E Cultura De Marquinho	RADCOM	Marquinho	PR	Multa	2.003,71	Art. 40, XV, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 1942 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53504.011404/2017	Associação Assistencial E Educativa Comunidade Solidária De São Manoel	RADCOM	São Manoel	SP	Multa	3.205,93	Art. 40, XII e XXII, do Decreto n° 2.615/98	Portaria DEIRF n° 1967 de 11/03/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

RODRIGO CRUZ GEBRIM

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.038, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53500.000726/2006-71.

Declara extinta, por renúncia, a partir de 1º de julho de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 1.885 MHz a 1.890 MHz, 1.890 MHz a 1.895 MHz, 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 9.060, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3504804), publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018 (Termo de Autorização nº 217/2018 - SEI nº 3459902), à UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.

A renúncia não desonera a empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

RETIFICAÇÃO

No Acórdão nº 629, de 1º de dezembro de 2020, publicado no DOU de 8 de dezembro de 2020, Seção 1, Página 19, retifica-se o que segue:

Onde se lê:

"Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 261/2020/EC (SEI nº 6170172), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 1º de julho de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 1.885 MHz a 1.890 MHz, 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 9060, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3504804), publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018 (Termo de Autorização nº 217/2018 - SEI nº 3459902), à UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos."

Leia-se:

"Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 261/2020/EC (SEI nº 6170172), integrante deste acórdão, declarar extinta, por renúncia, a partir de 1º de julho de 2020, a Autorização de Uso de Radiofrequências nas subfaixas de 1.885 MHz a 1.890 MHz, 1.890 MHz a 1.895 MHz, 2.570 MHz a 2.585 MHz e 2.585 MHz a 2.620 MHz, objeto da Licitação nº 002/2015-SOR/SPR/CD-ANATEL, outorgada por meio do Ato nº 9060, de 21 de novembro de 2018 (SEI nº 3504804), publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 2018 (Termo de Autorização nº 217/2018 - SEI nº 3459902), à UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela Empresa ou a cobrança de valores devidos.".

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 24/2019/CRCA

PROCESSO 53500.015649/2018-98. Interessados: Engeplus Telecom Ltda. EPP, Celesc Distribuição S.A.I - determinar a manutenção do preço e condições do Contrato de Compartilhamento C.C.I. TA/IT 042 até 31/01/2021; II - estabelecer em R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos), acrescidos de correção pelo IGP-DI/FGV ou o índice acordado entre as partes, tendo como data base 30 de dezembro de 2014, o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 1º/02/2021, incluídos no valor os tributos devidos; III - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; IV - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 1.982, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53516.009055/2021-74: Expede à CRISTHIAN CANDIL, CPF nº ***.941.479-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 1.996, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53520.000425/2021-49. Expede autorização à INSTITUTO ESPACO SILVESTRE , CNPJ nº 03213678000140, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 1.997, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53520.000429/2021-27. Expede autorização à JBB PARTICIPACOES S.A. , CNPJ nº 39494581000109, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 2.011, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53516.008773/2021-23: Outorga à MARCIO KOJIMA, CPF nº ***.145.669-**, autorização para uso de radiofrequência associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

ATO Nº 2.029, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53516.009072/2021-10: Expede à LUCIMAR HENRIQUE ALEBRANDT, CPF nº ***.524.659-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO N° 1.734, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Processo N° 53504.008104/2020-18 - Decretar extinta, por renúncia, a autorização outorgada ao Aparecido de Souza, CPF nº ***.140.078-**, FISTEL ***.072.696-**, para explorar o Serviço Limitado Privado -019, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como extinguir a autorização para uso de radiofrequência associada.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO N° 1.842, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Processo N° 53504.001055/2021-65 - Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à RESICONTROL SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A, CNPJ nº 00.957.744/0002-80, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 1.962, DE 23 DE MARÇO DE 2021.

Processo nº 53504.000532/2021-21 - Expede autorização à JOHN DEERE BRASIL LTDA, CNPJ 89.674.782/0014-72, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 24 DE MARÇO DE 2021

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 1.984 - Processo nº 53504.000646/2021-15 - Roger Alex Pereira Lima, CPF nº ***.496.778-**;

Nº 1.986 - Processo nº 53504.000681/2021-34 - THALASSA PARTICIPAÇÕES EIRELI, CNPJ nº 20.454.099/0001-09;

Nº 1.987 - Processo nº 53504.000643/2021-81 - Fábio Nozoy, CPF Nº ***.420.998-**;

Nº 1.988 - Processo nº 53504.000655/2021-14 - Ângelo Antônio de Almeida, CPF nº ***.084.516-**;

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, à(ao):

Nº 1.994 - Processo nº 53504.001066/2021-45 - JOACIR ROSSI, CPF nº 269.***.***-00.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATOS DE 19 DE MARÇO DE 2021

Nº 1.858 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à MOTO ITABERABA LTDA, CPF/CNPJ nº 04.057.506/0001-98, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.859 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à RÁDIO TRANSAMERICA DA BAHIA LTDA, CPF/CNPJ nº 45.061.009/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 1.870 - Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à VANADIO DE MARACAS S/A, CPF/CNPJ nº 15.191.786/0002-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 1.866, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização de uso de radiofrequência à AGROPECUARIA BOI ACU LTDA , CNPJ 40.726.455/0001-03.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente da Gerência

ATO Nº 2.016, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Expedir autorização de uso de radiofrequência à ERIK LUCAS BARBOSA FARIAS, CNPJ 09.446.800/0001-05.

FELIPE DA MOTA PAZZOLA
Gerente da Gerência

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 1.941, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Expede autorização a Denise Bertaioli, CPF nº ***.639.101-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.000176/2021-26.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente Regional

ATO Nº 1.943, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito outorgada a Luciano Campos de Souza, CPF nº ***.716.392-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequências associadas. Processo 53581.000066/2021-13.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente Regional

ATO Nº 1.945, DE 23 DE MARÇO DE 2021

declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito outorgada a Gelson Nienck Krofch, CPF nº ***.641.612-**, declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequências associadas. Processo 53581.001056/2019-72.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATO Nº 1.955, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 53569.001293/2021-16. Expede autorização a Edivaldo Paiva de Carvalho CNPJ nº ***.911.412.**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATOS DE 24 DE MARÇO DE 2021

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

N° 1.989 - Processo nº 53569.000273/2021-28, VALE S.A, CNPJ nº 33592510013051

N° 1.998 - Processo nº 53569.000896/2021-09 - NORSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12557363000101

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 2.030, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Decretar extinta, por renúncia, a autorização outorgada à COMPUSERVICE EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 02985578000170, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, bem como extinguir a autorização para uso de radiofrequência associada.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 59 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n° 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei n° 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto n° 2.338, de 7 de outubro de 1997, decide submeter a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do Processo nº 53500.014790/2021-79, a proposta de atualização dos requisitos para avaliação da conformidade técnica de Transceptor para Estações Rádio Base.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14 horas da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, acessível no endereço da Internet http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo. Esta Consulta Pública permanecerá disponível por 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

COMANDO LOGÍSTICO

PORTARIA Nº 49-COLOG, DE 24 MARÇO DE 2021

O COMANDANTE LOGÍSTICO, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria Nr 218-Comandante do Exército, de 20 de março de 2017, resolve:

NOMEAR o Coronel da Reserva Remunerada (0186518635) ROBERTO TADASHI TANAKA, Prec - CP 96 1727692, para Prestador de Tarefa por Tempo Certo na Diretoria de Material de Aviação do Exército/Seção Taubaté-SP, a fim de exercer a tarefa de Assessor Logístico da Diretoria de Material do Exército para trabalhos na Operacionalização da Logística dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) no âmbito da Aviação do Exército, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 1º de abril de 2021.

Gen Ex LAERTE DE SOUZA SANTOS
Comandante Logístico

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/MB Nº 101, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Celebra o Acordo de Delegação de Competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Sociedade Classificadora AMERICAN BUREAU OF SHIPPING - ABS.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da competência que lhe confere o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e na conformidade da delegação outorgada pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, resolve:

Art.1º Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para "Reconhecimento de Sociedade Classificadora para atuar em nome do Governo Brasileiro" - NORMAM-06/DPC (Mod2), aprovada pelo Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA, Diretor de Portos e Costas, e a Sociedade Classificadora AMERICAN BUREAU OF SHIPPING, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ CARLOS FERREIRA, Vice Presidente Regional para a América do Sul, com o propósito de delegar competência para essa Sociedade Classificadora atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

Art.2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, na conformidade do documento anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC (Mod2) e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art.3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 24 de março de 2021 a 23 de março de 2026

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroativos a 24 de março de 2020.

Art.5º Revoga-se a Portaria de nº 432/DPC, de 18 de dezembro de 2020, publicada no DOU nº 03, de 6 de janeiro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

SECRETARIA-GERAL

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 29/DADM, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Alteração de dados cadastrais de Organização Militar (OM) no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art.1º Atualizar o endereço do CNPJ nº 00.394.502/0021-98, pertencente ao Depósito de Combustíveis da Marinha no Rio de Janeiro (DepCMRJ), para Praia da Bica, Nº 1361, Jardim Guanabara, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.931-076.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data de sua publicação.

C Alte (IM) MARCOS INOI DE OLIVEIRA
Diretor

PORTARIA Nº 30/DADM, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Requisitar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, do Núcleo de Implantação do Grupo de Embarcações de Operações Ribeirinhas do Amazonas (NI-GrEOpRibAM), Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, sediado na Rua Rio Itaquaí, s/nº, Vila Buriti, Manaus, AM, CEP: 69072-080.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C Alte (IM) MARCOS INOI DE OLIVEIRA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 531, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.431, de 14 de setembro de 2020, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao município de Encantado - RS, para ações de Defesa Civil, para até 24/05/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 542, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Guajará - AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Guajará - AM, no valor de R$ 1.188.364,00 (um milhão, cento e oitenta e oito mil trezentos e sessenta e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.005877/2021-67.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 329; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que, no dia 13/07/2020, foram requeridas as solicitações de reserva de disponibilidade hídrica de domínio da União:

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, rio Culuene, Município Paranatinga/MT, aproveitamento hidrelétrico (PCH Pucon 2).

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, rio Paca Grande, Município de Bananal/SP aproveitamento hidrelétrico (UHE Paca Grande).

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, rio Juína, Município Comodoro/PR, aproveitamento hidrelétrico (PCH Juína I).

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3°, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que, no período de 02 a 09/07/2020, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos:

JOSE GOTHARDO ESTEVES NEVES JUNIOR, rio Cotaxé, Município de Boa Esperança/ES, aproveitamento hidrelétrico.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE, UHE Estreito, Município de Estreito/MA, aproveitamento hidrelétrico.

SALOBO METAIS S/A (MARABÁ), FLONA de Tapirapé-Aquiri, Município de Marabá/PA, reservatório.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

Ministério da Economia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 85, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a revogação da Portaria MDIC nº 249, de 21 de dezembro de 2010.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, IV, XV e XVI do art. 91 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria MDIC nº 249, de 21 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, na Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; e o SECRETARIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, com as alterações da Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020, a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, o Decreto nº 99.672, de 06 de novembro de 1990, e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, resolvem:

Art. 1º A Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho de 2020 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, em articulação com a Secretaria de Gestão, por meio de estratégias de ocupação dos imóveis, estabelecerá iniciativas, ações e projetos que proporcionem uma ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis de uso especial utilizados pela União, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, próprios da União ou de terceiros, levando-se em consideração a oferta e a demanda de espaços.

§ 1º As proposições de compartilhamento apresentadas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União serão vinculantes, salvo manifestação justificada do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 2º Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, poderão participar das estratégias de ocupação otimizada e compartilhada dos imóveis por eles ocupados, próprios da União ou de terceiros referidos no caput, por meio de termo de adesão, conforme condições e procedimentos que serão estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

§ 3º A adesão voluntária de que trata o parágrafo anterior é extensiva aos órgãos e entidades da administração pública federal indireta em relação a seus prédios próprios, aplicando-se, nos demais casos, as regras gerais desta Portaria Conjunta.

§ 4º Nos casos previstos nos §§ 2º e 3º, uma vez formalizado o termo de adesão, as entidades deverão adotar os parâmetros desta Portaria Conjunta." (NR)

"Art. 3º .....

.....

VII - ocupação otimizada: área total de escritórios do órgão ou entidade dimensionada em conformidade com o índice estipulado no art. 10, caput." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 1º A atualização cadastral é condição obrigatória para a solicitação de imóveis à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União.

§ 2º Os campos de detalhamento de população e de áreas da utilização deverão ser atualizados anualmente." (NR)

"Art. 6º .....

.....

§ 1º As Forças Armadas estão dispensadas de apresentar as informações constantes dos incisos II, III e IV relativas aos seus imóveis operacionais.

§ 2º No caso de imóveis de propriedade de terceiros, deverão ser informados o início e o fim da vigência do contrato e o valor mensal do aluguel, se locado." (NR)

"Art. 10. O cálculo para adequação das áreas de escritório será feito considerando o índice de 7,00 a 9,00 m² de área útil para o trabalho individual por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel.

§ 1º As solicitações de imóveis deverão demonstrar no programa de necessidades a adequação ao índice especificado no caput.

§ 2º As atuais ocupações serão objeto de iniciativas de racionalização de uso dos imóveis a serem estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, em conformidade com o caput do art. 2º.

§ 3º A Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União disponibilizará manual com instruções para determinação do padrão de ocupação e parâmetros para o dimensionamento de ambientes, em imóveis utilizados pelos órgãos e entidades alcançados por esta Portaria Conjunta, com objetivo de auxiliá-los a se adequarem à condição de ocupação otimizada. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor em 1º de abril de 2021.

CRISTIANO ROCHA HECKERT
Secretário de Gestão

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO
Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 3.460, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 30 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 8º da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e considerando a deliberação do Comitê Central de Alienação de Imóveis da União - CCA, criado pela Portaria ME nº 55, de 2 de julho de 2019, constante da Ata de Reunião realizada em 29 de setembro de 2020, que faz parte do Processo Administrativo SEI nº 04972.003551/2018-26, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante permuta, nos termos das Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis.

Item	UF	Município	Logradouro	Matrícula	Cartório	Descrição	Metragem
01	SC	Florianópolis	Rua Esteves Júnior, esquina com Rua Presidente Coutinho, Centro	20.755	1º Ofício de Registro de Imóveis	Prédio	Área Terreno: 4.129,00 m² Área Construída: 10.566,46 m²
02	SC	São Joaquim	Rodovia SC-114, Km 70, Morro Agudo	Transcrição 11.403	Ofício de Registro de Imóveis	Terreno	Área Terreno: 150.000,00 m²
03	SC	Imaruí	Horto Florestal de Arantingaúba	3.386 e Transcrições 13.957, 15.701 e 19.953	Ofício de Registro de Imóveis	Terreno	Área Terreno: 9.372.685,69 m²
04	SC	Itajaí	Rua XV de Novembro, 614, Centro	20.720	1º Ofício de Registro de Imóveis	Terreno	Área Terreno: 1.661,32 m²

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 10, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Altera o Ato COTEPE/PMPF 09/21, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ,

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima, recebida por meio de mensagem eletrônica no dia 24.03.2021, registrada no processo SEI nº 12004.1002016/2021-56, fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 09/21, de 24 de março de 2021, no item 22, referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
22	RR	*5,4470	*5,5230	*4,6540	*4,5800	*8,0630	*8,0630	*4,0480	*4,4090	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 5 DE MARÇO DE 2021

Apresenta os principais conceitos relacionados à habilitação e utilização do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 134 do Anexo I da Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018, do Ministério da Fazenda, e:

Considerando que a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS/SUCOP/STN - é responsável pelo desenvolvimento e operação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;

Considerando a necessidade de assegurar o controle de acesso e a integridade dos dados relativos à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil das Unidades do Governo Federal, usuárias do sistema, cujas informações deverão ser compatibilizadas e padronizadas;

Considerando a necessidade de garantir a efetiva segurança do uso do sistema; e

Considerando a necessidade de descentralizar e modernizar o processo de credenciamento de cadastradores e de operadores do SIAFI, resolve:

CAPÍTULO I

OBJETIVOS DO SIAFI

Art. 1º O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI tem como objetivo prover de mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e contábil. Ele se apresenta como principal ferramenta para os órgãos Central, Setorial, Seccional e Regional do Sistema de Controle Interno, bem como para os órgãos executores.

§ 1º São objetivos do SIAFI:

I - Fornecer meios para agilizar a programação financeira, com vistas a otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional;

II - Permitir que a contabilidade aplicada ao setor público seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinada a todos os níveis da Administração Pública Federal;

III - Integrar e compatibilizar as informações disponíveis nos diversos Órgãos e Entidades participantes do sistema;

IV - Permitir aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência dos gastos públicos;

V - Permitir a programação e o acompanhamento físico-financeiro do orçamento, em nível analítico.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI é o sistema informatizado que registra o controle da execução Orçamentária, Financeira e Gestão Contábil do Governo Federal. Os usuários devidamente cadastrados e habilitados através do sistema SENHA, das diversas Unidades Gestoras integrantes do sistema são os responsáveis por registrarem seus documentos e efetuarem consultas na aplicação.

Art. 3º O acesso para registro de documentos ou para consultas no SIAFI somente será autorizado após o prévio cadastramento e habilitação dos usuários. Para viabilizar este cadastramento, cada órgão superior da Administração Direta do Governo Federal deve indicar, formalmente, à Secretaria do Tesouro Nacional um servidor, e seu substituto, para serem os responsáveis pelo processo de cadastramento dos usuários do Sistema no âmbito do respectivo Órgão - denominados Cadastradores de Órgão, de acordo com os procedimentos estabelecidos na presente Instrução Normativa.

Art. 4º São considerados como órgãos superiores da Administração Direta do Governo Federal, para efeito do estabelecido no item anterior, os Ministérios, o Ministério Público, a Advocacia Geral da União, os Tribunais Superiores do Poder Judiciário, as Casas do Poder Legislativo, as Secretarias da Presidência da República, o Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o Conselho Nacional de Justiça, a Defensoria Pública da União, a Vice-Presidência e o Conselho Nacional do Ministério Público. As citações a Entidades referem-se a quaisquer Unidades da Administração Indireta do Governo Federal.

Art. 5º Os Servidores indicados para serem os Cadastradores de Órgãos devem, preferencialmente, estar lotados nas Unidades responsáveis pela contabilidade analítica dos Órgãos, por estarem mais familiarizados com a utilização do sistema. O SIAFI deve ser acessado, preferencialmente, por servidores públicos vinculados diretamente ao órgão responsável pelos lançamentos no sistema ou por ele requisitados. Em casos excepcionais, usuários terceirizados poderão, sob autorização expressa do Titular da Unidade Gestora, ser cadastrados no SIAFI.

§ 1º Entidades privadas expressamente autorizadas por lei a acessar o SIAFI também terão o processo de cadastro e habilitação regulamentado por esta norma.

§ 2º Os organismos internacionais, pessoas jurídicas de direito público externo, bem como as pessoas regidas pelo direito público internacional também terão o processo de cadastro e habilitação regulamentado por esta norma.

Art. 6º Os Cadastradores de Órgãos devem estar conscientes da responsabilidade de cumprir fielmente as determinações relativas à segurança do processo de cadastramento de usuários, assim como do uso do sistema como um todo, de forma a garantir a integridade e o controle dos dados referentes à gestão orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Governo Federal.

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE ACESSO

Art. 7º O SIAFI permite que as Unidades Gestoras - UG - obtenham acesso de forma on-line ou off-line na efetivação dos registros da execução orçamentária, financeira e contábil.

§ 1º A forma de acesso on-line caracteriza-se pelo fato de:

I - Todos os documentos orçamentários e financeiros das UGs serem emitidos diretamente no sistema;

II - A própria UG atualizar os arquivos do sistema, digitando por meio de terminais conectados ao SIAFI, dados relativos aos atos e fatos de gestão; e

III - As disponibilidades financeiras da UG serem individualizadas em contas contábeis no SIAFI, compondo o saldo da Conta Única e de outras contas de arrecadação ou devolução de recursos.

§ 2º A forma de acesso off-line caracteriza-se pelo fato de:

I - As disponibilidades financeiras da Unidade serem individualizadas em conta corrente bancária e não comporem a Conta Única;

II - A UG fornecerá documentos para suporte da emissão dos documentos orçamentários, financeiros e contábeis; e

III - A UG não incluir os dados relativos a seus documentos no sistema, o que é feito por meio de outra unidade, denominada Polo de Digitação.

§ 3º A alteração da forma de acesso de determinada UG será efetuada pela Setorial Contábil do órgão ou da UG.

§ 4º O horário de utilização do SIAFI será estabelecido pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS/SUCOP/STN e divulgado por meio do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional e pela transação CALENDARIO diretamente no SIAFI.

§ 5º Extensões do horário de utilização do SIAFI, para além do estabelecido pela COSIS/STN, devem ser solicitadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, apresentando justificativa circunstanciada para tal extensão.

§ 6º A apresentação de solicitação de extensão do horário de utilização do SIAFI não vincula à COSIS/STN a modificação do horário preestabelecido, ficando a seu critério o atendimento da solicitação, total ou parcialmente.

CAPÍTULO IV

MODALIDADES DE USO

Art. 8º O SIAFI permite aos órgãos a sua utilização nas modalidades total ou parcial.

Art. 9º As principais características da utilização do sistema na modalidade de uso total são as seguintes.

§ 1º Processamento de todos atos e fatos de determinado órgão pelo SIAFI;

§ 2º Identificação de todas as disponibilidades financeiras do órgão por meio da Conta Única do Governo Federal ou das contas fisicamente existentes na rede bancária;

§ 3º Sujeição dos procedimentos orçamentários, financeiros e gestão contábil do órgão de forma padronizada, incluindo o uso do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP; e

§ 4º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no SIAFI.

Art. 10º As principais características da utilização do sistema na modalidade de uso parcial são as seguintes:

§ 1º Não substituir a contabilidade do órgão, sendo necessário, portanto, o envio de balancetes para integração de saldos para prestação de contas;

§ 2º Ter disponibilidade financeira na Conta Única através de formalização de um Termo de Cooperação Técnica estabelecido entre a Secretaria do Tesouro Nacional e a entidade.

CAPÍTULO V

SEGURANÇA DO SIAFI

Art. 11º O SIAFI tem sua segurança baseada no sistema SENHA, que permite a autorização de acesso aos dados do SIAFI estabelecendo diferentes níveis de acesso às suas informações. O sistema SENHA objetiva o uso autorizado dos recursos de entrada e consulta de dados do SIAFI, assegurando o acesso de cada usuário conforme perfil e nível a ele atribuído.

§ 1º O SIAFI tem como princípio a fidedignidade dos dados inseridos no sistema por parte de seus usuários.

§ 2º São instrumentos de segurança do SIAFI:

I - Conformidade de Operadores, a ser realizada pelos titulares das UGs, ou por operadores por eles indicados;

II - Conformidade de Registro de Gestão, nos termos de regulamento específico editado pela STN;

III - Conformidade Contábil, nos termos de regulamento específico editado pela STN.

IV - Manter procedimento que permite identificar os operadores que efetuaram qualquer acesso à sua base de dados, mantendo registrados o número do CPF do operador, a hora e a data de acesso, a UG a que pertence, a transação consultada e o identificador do terminal utilizado;

V - Manter mecanismo de segurança, sob a responsabilidade do SERPRO, destinado a garantir a integridade dos dados do sistema e a inalterabilidade das informações de todos os documentos contabilizados no SIAFI.

§ 3º O acesso aos recursos do SIAFI será feito por usuários devidamente cadastrados e habilitados através do sistema SENHA, da seguinte forma:

I - Por meio de consultas, via terminal conectado à rede SIAFI; e

II - Por meio da transferência de dados da base SIAFI para equipamentos de processamento eletrônico do próprio usuário, através de ferramentas de extração devidamente aprovadas e homologadas para tal uso no SIAFI.

§ 4º O Sistema SENHA objetivará o uso autorizado dos recursos do SIAFI, especificando:

I - Quais os usuários autorizados a terem acesso ao SIAFI;

II - Quais transações poderão ter acesso;

III - Qual nível de acesso terão;

IV - A Unidade Gestora primária na qual o usuário está lotado; e

V - A Unidade Gestora Secundária, quando realmente necessária e com a devida justificativa para acesso a mesma.

§ 5º Deve ser formalmente designado um funcionário que responderá pela execução do processo de credenciamento, sendo denominado:

I - Cadastrador Geral, na Secretaria do Tesouro Nacional;

II - Cadastrador de Órgão, nos demais órgãos da Administração Direta;

III - Cadastrador Regional, designados pelos Cadastradores de Órgão, de acordo com as respectivas necessidades e conveniência; e

IV - Cadastradores de Unidade, nas unidades gestoras, designados pelos respectivos Cadastradores de Órgão ou Regionais, observadas a real necessidade e conveniência.

§ 6º Para terem atribuição de Cadastramento, os órgãos, as entidades e as UG deverão, em seu âmbito, acatar e garantir o cumprimento das normas e procedimentos, assim como preservar os níveis de segurança instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 7º Para melhor visualização, a seguir são apresentados os níveis de credenciamento dos agentes, onde ficam estabelecidas as competências para autorização e para credenciamento destes:

Competências para Autorização e para Credenciamento

Agente	**Competências para Autorização**	**Competências para Credenciamento**
Cadastrador Geral	Titular da Gerência de Relacionamento e Serviços - GERES/COSIS/SUCOP/STN	SERPRO
Cadastrador de Órgão	Titular do órgão com esta competência	Cadastrador Geral
Cadastrador de Regional	Titular do órgão com esta competência	Cadastrador de Órgão
Cadastrador de Unidade	Titular da Unidade Gestora	Cadastrador de Órgão ou Regional

§ 8º A solicitação de acesso ao SIAFI poderá ser feita ao Titular da Unidade Gestora que a encaminhará para o Cadastrador de Unidade ao qual esteja vinculado ou ao Cadastrador Regional, ou ao Cadastrador de Órgão, ou ainda ao Cadastrador Geral, quando for o caso.

§ 9º O nível de acesso indica a amplitude das informações a que o operador pode ter acesso. São previstos os seguintes níveis de acesso para a utilização do SIAFI:

Nível	Descrição
1	Acessa todos os dados da própria UG em que esteja cadastrado, tanto em nível analítico, quanto sintético.
2	Acessa todos os dados da UG em que esteja cadastrado, tanto em nível analítico, quanto sintético, assim como os das UG off-line pelas quais realize entrada de dados.
3	Acessa todos os dados de qualquer UG que pertença ao mesmo Órgão/Entidade que a UG em que esteja cadastrado, assim como os dados sintéticos do Órgão/Entidade.
4	Acessa todos os dados de quaisquer UG das quais a UG do operador seja setorial.
5	Acessa todos os dados de qualquer UG pertencente ao mesmo Órgão que a UG em que esteja cadastrado, ou a alguma de suas Entidades vinculadas, tanto em nível analítico quanto sintético, bem como os dados sintéticos do Órgão propriamente dito.
6	Acessa todos os dados de qualquer UG que pertença à mesma Unidade da Federação da UG em que esteja cadastrado.
7	Acessa todos os dados de qualquer UG vinculada àquela em que esteja cadastrado, tanto em nível analítico quanto sintético. Tal vinculação se processa por meio de tabela de vinculação definida no próprio sistema.
8	Acessa todos os documentos, cujos credores estejam localizados na UF ou no Município, conforme seja a UG uma representação de Estado ou de Município, respectivamente.
9	Acessa todos os dados, analíticos ou sintéticos, de toda e qualquer UG.

§ 10º O Perfil é um conjunto de transações colocadas à disposição do operador para a realização de suas tarefas. A definição das transações constantes de cada Perfil é da responsabilidade da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS/STN. A designação do Perfil aos usuários é de responsabilidade do Titular da Unidade, de acordo com as competências funcionais do usuário.

§ 11º Transação é a unidade de operação do SIAFI que corresponde a determinadas atividades de entrada ou de consulta aos dados do Sistema.

Art. 12º O dado constante do SIAFI é considerado oficial.

Art. 13º Todo operador do SIAFI ou do SENHA será identificado pelo número do seu CPF, ao qual será associado uma senha individual e intransferível, de conhecimento exclusivamente do operador.

Art. 14º No caso de usuário que não possua CPF, será atribuído um código especial em substituição ao mesmo, que também será associado a uma senha de conhecimento exclusivo do operador.

Art. 15º Os operadores serão habilitados a operar transações que lhes permitirão cumprir suas atribuições funcionais perante o sistema conforme perfil atribuído.

Art. 16º A escolha dos operadores deverá recair sobre funcionários da estrita confiança do titular da unidade, de ilibada reputação e idoneidade. Deverá ser feita de forma cuidadosa, guardando-se estreita correlação entre o nível funcional do operador e as transações às quais lhe será dado acesso, especialmente quanto aos cadastradores, visto que serão responsáveis pelo credenciamento dos demais operadores do sistema.

Art. 17º O operador responderá integralmente pelo uso do sistema sob a sua senha e obrigar-se-á a cumprir os requisitos de segurança instituídos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 18º O Cadastrador de Órgão, o Cadastrador Regional e o Cadastrador de Unidade deverão observar o disposto no item anterior, bem como utilizar adequadamente o Sistema SENHA, somente cadastrando operadores e cadastradores mediante a autorização competente.

Art. 19º Constatado o mau uso do sistema, o operador responderá integralmente e estará exposto às consequências das sanções penais ou administrativas cabíveis pelo não atendimento ao disposto nesta Instrução Normativa. O Cadastrador de Órgão, o Cadastrador Regional e o Cadastrador de Unidade deverão proceder ao descredenciamento dos operadores envolvidos no seu âmbito de atuação. Do mesmo modo, o Cadastrador Geral poderá efetuar o descredenciamento de qualquer operador ou cadastrador.

Art. 20º As infringências às regras estabelecidas para o uso do SIAFI serão informadas pelo agente à sua chefia imediata para que sejam tomadas as providências necessárias à apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, se for o caso.

Art. 21º Deve-se manter a separação das atribuições preservando em figuras distintas o responsável pela emissão dos documentos, o responsável pela Conformidade de Gestão e o contador responsável pela Conformidade Contábil, ou seja, o servidor que realize a função de emitir documentos não deve ser o mesmo responsável pelo registro da Conformidade de Registro de Gestão, nem tão pouco ser aquele responsável pelo registro da Conformidade Contábil.

Art. 22º Uma vez incluídos os dados de um documento no SIAFI e após sua contabilização, constatada qualquer irregularidade nesses dados, somente será possível corrigi-la por meio da emissão de um novo documento que efetue o acerto.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO TITULAR DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Art. 23º O Secretário do Tesouro Nacional tem competência plena para autorização de acesso ao SIAFI.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO CADASTRADOR-GERAL

Art. 24º O Cadastrador-Geral é o representante maior do processo de credenciamento de usuários no SIAFI.

Art. 25º A função de Cadastrador-Geral é atribuída ao Titular da Gerência de Relacionamento e Serviços - GERES/COSIS/SUCOP/STN, da Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, ou de unidade que venha a substitui-la posteriormente.

Art. 26º O Órgão responsável pelo cadastramento do Cadastrador-Geral no SENHA é o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), mediante solicitação formal do Coordenador-Geral da COSIS.

§ 1º É de responsabilidade do Cadastrador-Geral

I - Incluir e excluir, do sistema SENHA, os Cadastradores-Gerais Substitutos, os Cadastradores de Órgão, e, em caráter excepcional, os Cadastradores Regionais e de Unidade, mediante solicitação formal do titular de sua Unidade Administrativa, o que deverá ser feito por meio de documento de Indicação de Cadastrador - Formulário 2, o qual se encontra em anexo, e no qual deverão ser determinados os Perfis e Níveis de Acesso em que os mesmos poderão habilitar seus operadores;

II - Incluir e excluir Operadores do SIAFI, mediante solicitação formal do titular de sua Unidade Administrativa, por meio de documento de Cadastro para Acesso de Operador - Formulário 1, que encontra - se em anexo, e no qual deverão ser indicados os Perfis e Níveis de acesso em que os mesmos poderão ser habilitados. Em virtude da descentralização do processo de credenciamento de usuários do SIAFI, o Cadastrador-Geral se limitará, em princípio, a atender solicitações de credenciamento de operadores das Unidades Gestoras pertencentes à Secretaria do Tesouro Nacional, não ficando, contudo, impedido de atender a solicitações de outros órgãos em situações de excepcionalidade;

III - Manter o registro e o controle dos Cadastradores de Órgão, Regional e de Unidade, bem como dos Operadores por ele habilitados para acesso ao sistema;

IV - Ter competência de cadastrar operadores em todos os Níveis de Acesso, assim como os que necessitam de senha especial, em virtude de não possuírem CPF;

V - Definir a amplitude de atuação dos Cadastradores por ele habilitados;

VI - Gerenciar e manter os Perfis necessários à utilização do SIAFI;

VII - Realizar o descredenciamento imediato do usuário que fizer mau uso ou violar as normas de segurança vigentes; e

VIII - Manter arquivados na própria unidade, em meio físico ou eletrônico, todos os formulários de Credenciamento para Acesso ao SIAFI por ele atendidos, de forma a assegurar sua integridade e recuperação sempre que necessário.

§ 2º São atribuídas aos Cadastradores-Gerais Substitutos as mesmas competências atribuídas ao Cadastrador-Geral, à exceção da Inclusão e da Exclusão de Cadastradores-Gerais Substitutos.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DO CADASTRADOR DE ÓRGÃO

Art. 27º O Cadastrador de Órgão é o responsável pelo processo de credenciamento dos Cadastradores de Órgão Substitutos, Cadastradores Regionais, Cadastradores de Unidade e Operadores a ele vinculados.

§ 1º O Sistema permite que o Cadastrador de Órgão inclua até 10 (dez) Cadastradores de Órgão Substitutos, os quais receberão a mesma habilitação do cadastrador titular. Poderá ser encaminhado à Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação - COSIS, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN solicitação de inclusão de até 2 (dois) cadastradores como titulares, casos excepcionais serão tratados conforme a necessidade do Órgão.

§ 2º É de responsabilidade do Cadastrador de Órgão:

I - Incluir e excluir do sistema SENHA Cadastradores de Órgão Substitutos, Cadastradores Regionais, Cadastradores de Unidade e Operadores, mediante solicitação formal do titular do Órgão, Entidade ou Unidade Gestora, determinando os Perfis e Níveis de Acesso em que os cadastradores Regionais e de Unidade poderão habilitar seus operadores, bem como em que os Operadores poderão ser habilitados;

II - Manter o registro e o controle dos Cadastradores de Órgão Substitutos, Cadastradores Regionais, de Unidade e de Operadores por ele habilitados para acesso ao sistema;

III - Ter competência de credenciamento para acesso de operadores nos níveis de 1 a 9, de acordo com o que lhe for previamente determinado pelo Cadastrador-Geral;

IV - Fazer, no seu âmbito de atuação, o descredenciamento imediato do usuário que fizer mau uso de sua senha ou violar as normas de segurança vigentes; e

V - Manter arquivados na própria unidade, em meio físico ou eletrônico, todos os formulários de Credenciamento para Acesso ao SIAFI por ele atendidos, de forma a assegurar sua integridade e recuperação sempre que necessário.

§ 3º São atribuídas aos Cadastradores de Órgão Substitutos as mesmas competências atribuídas ao Cadastrador de Órgão, à exceção da Inclusão e da Exclusão de Cadastradores de Órgão Substitutos.

§ 4º São atribuições dos Titulares dos Órgãos que atuam como agentes envolvidos no processo de credenciamento para acesso ao SIAFI:

I - Os titulares destas unidades têm competência para autorizar o acesso ao SIAFI no seu âmbito de atuação;

II - Solicitar credenciamento e descredenciamento dos Cadastradores de Órgão, Cadastradores de Órgão Substitutos, Cadastradores Regionais e Cadastradores Regionais Substitutos, sendo a atuação dos mesmos de responsabilidade desses titulares.

III - Avaliar a necessidade de regionalização da atividade de credenciamento no âmbito do respectivo Órgão, estabelecendo, desse modo, o credenciamento de Cadastradores Regionais em UF, para atender a esta finalidade; e.

IV - Avaliar a necessidade e conveniência de contemplar a Unidade Gestora com Cadastradores de Unidade.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CADASTRADORES REGIONAIS

Art. 28º O Cadastrador Regional é o responsável pelo cadastramento e habilitação dos Cadastradores Regionais Substitutos, Cadastradores de Unidade e operadores a ele vinculados, de acordo com o especificado pelo Titular do Órgão.

§ 1º O Sistema permite que o Cadastrador Regional inclua até 10 (dez) Cadastradores Regionais Substitutos, os quais receberão a mesma habilitação do cadastrador titular. É recomendável a indicação de ate 2 (dois) cadastradores como titulares, casos excepcionais serão tratados conforme a necessidade do órgão.

§ 2º É de responsabilidade do Cadastrador Regional:

I - Incluir e excluir do sistema SENHA Cadastradores Regionais Substitutos, Cadastradores de Unidade e Operadores, mediante solicitação formal do titular do Órgão, Entidade ou UG, determinando os Perfis e Níveis de Acesso em que os cadastradores de Unidade poderão habilitar seus operadores, bem como em que os Operadores poderão ser habilitados;

II - Manter o registro e o controle dos Cadastradores Regionais Substitutos, Cadastradores de Unidade e de Operadores por ele habilitados para acesso ao sistema;

III - Ter competência de credenciamento para acesso de operadores de acordo com os níveis previamente determinados pelo respectivo Cadastrador de Órgão;

IV - Fazer, no seu âmbito de atuação, o descredenciamento imediato do usuário que fizer mau uso de sua senha ou violar as normas de segurança vigentes; e

V - Manter arquivados na própria unidade, em meio físico ou eletrônico, todos os formulários de Credenciamento para Acesso ao SIAFI por ele atendidos, de forma a assegurar sua integridade e recuperação sempre que necessário.

§ 3º São atribuídas aos Cadastradores Regionais Substitutos as mesmas competências atribuídas ao Cadastrador Regional, à exceção da Inclusão e da Exclusão de Cadastradores Regionais Substitutos.

§ 4º São atribuições dos Titulares das Entidades que atuam como agentes envolvidos no processo de credenciamento para acesso ao SIAFI:

I - Os titulares destas unidades têm competência para autorizar o acesso ao SIAFI no seu âmbito de atuação;

II - Solicitar credenciamento e descredenciamento dos Cadastradores de Unidade, sendo a atuação dos mesmos de responsabilidade desses titulares; e

III - Avaliar a necessidade e conveniência de contemplar a Unidade Gestora com Cadastradores de Unidade.

CAPÍTULO X

DAS ATRIBUIÇÕES DO CADASTRADOR DE UNIDADE

Art. 29º O Cadastrador de Unidade é o representante do processo de credenciamento de Operadores no SIAFI, em cada uma das unidades integrantes do Sistema.

§ 1º É de responsabilidade do Cadastrador de Unidade

I - Incluir e excluir do sistema SENHA Operadores, mediante solicitação formal do titular da UG, determinando os Perfis e Níveis de Acesso em que os Operadores poderão ser habilitados;

II - Ter competência de credenciamento para acesso de operadores de acordo com os níveis previamente determinados pelo respectivo Cadastrador;

III - Fazer, no seu âmbito de atuação, o descredenciamento imediato do usuário que fizer mau uso ou violar as normas de segurança vigentes; e

IV - Manter arquivados na própria unidade, em meio físico ou eletrônico, todos os formulários de Credenciamento para Acesso ao SIAFI por ele atendidos, de forma a assegurar sua integridade e recuperação sempre que necessário.

§ 2º São atribuições dos Titulares das Unidades Gestoras como agentes envolvidos no processo de credenciamento para acesso ao SIAFI:

I - Os titulares destas unidades têm competência para autorizar o acesso ao SIAFI no seu âmbito de atuação; e

II - Solicitar credenciamento e descredenciamento dos Cadastradores de Unidade, bem como de Operadores, indicando o Perfil e o Nível de Acesso necessário às suas atribuições e sendo a atuação dos mesmos de responsabilidade desses titulares.

CAPÍTULO XI

DAS ATRIBUIÇÕES DO TITULAR DA UNIDADE GESTORA

Art. 30º O Titular da Unidade Gestora é o responsável por indicar os usuários ou cadastradores que vão ser incluídos, alterados ou excluídos no sistema no âmbito de sua unidade, formalizado por meio do formulário apropriado.

§ 1º É de responsabilidade do Titular da Unidade Gestora:

I - Zelar pela utilização consciente e correta das senhas pelos operadores de sua unidade; e

II - Indicar dois operadores (preferencialmente os Cadastradores de sua Unidade) para registrar mensalmente, por meio da transação REGCONFOP do SIAFI, a Conformidade de Operadores para sua unidade. Caso o procedimento não seja realizado, todos os operadores da unidade serão automaticamente suspensos do sistema a partir do primeiro dia útil do mês seguinte.

CAPÍTULO XII

DAS ATRIBUIÇÕES DO OPERADOR

Art. 31º Operador é todo aquele usuário que está cadastrado no sistema SENHA e habilitado para acesso ao SIAFI, sendo responsável pela administração e uso de sua senha de acesso.

§ 1º O operador responderá integralmente pelo uso do Sistema sob sua senha e deverá:

I - Não revelar, fora do âmbito profissional, fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimento por força de suas atribuições, salvo em decorrência de decisão competente na esfera legal ou judicial, bem como de autoridade administrativa superior;

II - Manter absoluta cautela quando da exibição de dados em tela ou impressora, ou ainda, na gravação em meios eletrônicos, a fim de que deles não venham tomar ciência pessoas não autorizadas;

III - Não se ausentar do terminal sem encerrar a sessão de uso do sistema, garantindo assim a impossibilidade de uso indevido do SIAFI por pessoas não autorizadas;

IV - Acompanhar a impressão e recolher as listagens cuja emissão tenha solicitado; e

V - Responder, em todas as instâncias devidas, pelas consequências decorrentes das ações ou omissões de sua parte que possam pôr em risco ou comprometer a exclusividade de conhecimento de sua senha ou das transações em que esteja habilitado.

§ 2º O operador deverá recorrer ao seu respectivo Cadastrador nas seguintes situações:

I - Quando do esquecimento da senha, para solicitar uma nova senha;

II - Quando tiver seu acesso não autorizado; e

III - Quando necessitar de alteração de perfil e/ou nível de acesso.

CAPÍTULO XIII

DO ACESSO AO SIAFI PERMITIDO POR LEI PARA ENTIDADES PRIVADAS

Art. 32º O número de acessos liberados para entidades privadas será de até 2 (dois) usuários cadastrados para cada entidade.

Art. 33º Será necessário apresentar a seguinte documentação à Secretaria do Tesouro Nacional: Formulário 1; Ofício com fundamentação do pedido e a indicação da legislação autorizativa de acesso ao SIAFI; cópias do Estatuto registrado em cartório e da Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

Art. 34º A entidade deve informar de imediato o desligamento de funcionário que tenha acesso ao SIAFI, solicitando a substituição ou exclusão do respectivo cadastro no SIAFI. O descumprimento implicará a perda dos acessos de todos os usuários cadastrados da entidade pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de averiguação da irregularidade pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 35º Anualmente, a partir da data de cadastro dos usuários informados, a entidade deverá enviar ofício à Secretaria do Tesouro Nacional informando a permanência dos usuários em seu quadro funcional.

CAPÍTULO XIV

DO ACESSO AO SIAFI PERMITIDO PARA ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Art. 36º Os organismos internacionais, pessoas jurídicas de direito público externo, bem como as pessoas jurídicas regidas pelo direito internacional público, que estabelecerem acordos ou tratados com a República Federativa do Brasil poderão ter acesso ao SIAFI com o objetivo de facilitar e agilizar a concessão de linhas de crédito requeridas e o acompanhamento de empréstimos já concedidos.

Art. 37º O número de acessos liberados para cada organismo será de até 2 (dois) usuários.

Art. 38º Será necessário apresentar documentação que comprove estabelecimento de relação com o Estado Brasileiro.

Art. 39º O organismo deverá informar de imediato o desligamento de funcionário que tenha acesso ao SIAFI, solicitando a substituição ou exclusão do respectivo cadastro no SIAFI.

CAPÍTULO XV

DO SISTEMA TESOURO GERENCIAL

Art. 40º O Tesouro Gerencial é um dos sistemas informatizados de consulta aos dados do SIAFI, criado com o objetivo de consolidar as informações em uma base única para otimizar a extração de relatórios gerenciais.

Art. 41º Para ter acesso ao Tesouro Gerencial, o usuário deverá ser cadastrado no SIAFI e habilitado com perfil específico. Sua senha de acesso será a mesma do SIAFI.

Art. 42º Diferentemente do SIAFI Operacional, o Tesouro Gerencial não possui limitação na abrangência da consulta de acordo com o nível de acesso do usuário. O usuário do Tesouro Gerencial terá acesso a informações de qualquer Unidade Gestora, Entidade ou Órgãos cadastrados no SIAFI, semelhante ao nível 9 do SIAFI Operacional.

Art. 43º A Secretaria do Tesouro Nacional atribuirá o perfil específico de acesso ao Tesouro Gerencial apenas para os Cadastradores de Órgão, ficando a critério do Órgão superior permitir o acesso aos demais usuários bem como a atribuição do perfil nos parâmetros de permissão dos Cadastradores Regionais e de Unidade.

Art. 44º O cadastramento de usuários no Tesouro Gerencial deve ser solicitado por meio do Formulário 1, e para inclusão de Cadastradores de Órgãos deve ser utilizado o Formulário 2. As duas solicitações devem ser autorizadas pelo gestor do Órgão e encaminhadas para o seu Cadastrador. É importante salientar que ao conceder esse acesso, o gestor e o cadastrador estarão autorizando o usuário a acessar todos os dados de todos os órgãos do SIAFI. Portanto ambos dividem a responsabilidade juntamente com o usuário no uso das informações consultadas.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45º As unidades gestoras que exercem funções de Órgão Setorial terão o poder de consultar o sistema e obter quaisquer informações sobre as Unidades Gestoras que lhes forem jurisdicionadas.

Art. 46º Os assuntos técnicos e operacionais constarão de manuais e normas complementares elaborados pelas áreas a que os mesmos estiverem afetos.

Art. 47º Os Cadastradores do SIAFI só poderão enviar as senhas dos demais Cadastradores e Operadores por correio eletrônico corporativo do interessado, pessoalmente, ou por outros meios que garantam o sigilo da informação trafegada.

Art. 48º Para fins de celeridade, é possível ao operador solicitar renovação de sua senha presencialmente ou por meio de sistema de gestão de demandas próprio do órgão ou da entidade para seu respectivo cadastrador, desde que, no caso de solicitação presencial, seja apresentado documento de identificação e assinatura do termo de ciência anexo.

Art. 49º Situações excepcionais nas habilitações dos operadores podem ser resolvidas ou deliberadas pela Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 50º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se a Instrução Normativa 3 DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

ANEXO I

FORMULÁRIO 1 PARA CADASTRO DE USUÁRIO - SIAFI

☐ 1- SIAFI
2- Tesouro Gerencial

☐ 1- Inclusão
2- Alteração
3- Exclusão
4- Troca de senha

Identificação do usuário

1- Nome completo	2- CPF
3- Cargo/função	4 -Telefone
5- Unidade Gestora	6- Código da UG
7- E-mail corporativo	
8- Observações	

Universo SIAFI (exceto para Tesouro Gerencial)

9- Nível de acesso	10- Perfis solicitados

11- Assinatura do Operador (não obrigatório para exclusões de usuários)
O usuário se compromete a fazer bom uso do sistema e, sob hipótese alguma, divulgar sua senha para terceiros. O mau uso do sistema ou divulgação da senha sujeitará o usuário às penalidades legais.

Autorização para credenciamento

12- Nome do superior imediato	
13- Cargo/função	14- Assinatura do superior imediato
15- Nome do titular da UG/Órgão/Entidade	
16- Cargo/função	17- Assinatura do titular UG/Órgão/Entidade

Para uso da STN

Nome do cadastrador: _____

Operações autorizadas:

_____	_____	_____
Local	Data	Cadastrador

ANEXO II

FORMULÁRIO 2 PARA INDICAÇÃO DE CADASTRADOR - SIAFI

☐ 1- SIAFI Operacional
2- Tesouro Gerencial

☐ 1- Inclusão
2- Alteração
3- Exclusão
4- Troca de senha

Identificação do usuário

1- Nome completo	2- CPF
3- Cargo/função	4 - Telefone
5- Unidade Gestora	6- Código da UG
7- E-mail corporativo	
8- Tipo de cadastrador (Órgão / Regional / Unidade)	
9 – Parâmetros de habilitação	
Órgãos/Unidades Gestoras/Nível	
Perfis	
10- Observações	
11 - Assinatura do operador	
O usuário se compromete a fazer bom uso do sistema e, sob hipótese alguma, divulgar sua senha para terceiros. O mau uso do sistema ou divulgação da senha sujeitará o usuário às penalidades legais.	

12 - Nome do titular da UG/Órgão/Entidade	
13- Cargo/função	14- Assinatura do titular UG/Órgão/Entidade

Para uso da STN

Nome do cadastrador: _____

Operações autorizadas:

Local	Data	Cadastrador

ANEXO III

TERMO DE CIÊNCIA DE TROCA DE SENHA - SIAFI

☐ SIAFI Operacional/Tesouro Gerencial

☐ Rede Serpro

Identificação do usuário

1- Nome completo	2 - CPF
3- Unidade Gestora (Titulo)	4- Código da UG
5- E-mail corporativo	6- Telefone

Notificação de Troca de senha

Declaro ter comparecido presencialmente ao meu cadastrador SIAFI e efetuado a troca da minha senha.

Local	Data	Assinatura do usuário

Identificação do cadastrador

Nome do cadastrador	Assinatura

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria SEPRT/ME Nº 3.430, de 24 de março de 2021, publicada no DOU de 25 de março de 2021, seção 1, página 45, onde se lê:. "Processo nº 10132.100090/2021-29", leia-se: "Processo nº 10132.100117/2021-83".

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 25 DE MARÇO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12521/2021/ME(14427847), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46222.004773/2018-99, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE DOM ELISEU-PA, CNPJ 34.844.811/0001-90, para representação da categoria dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares ativos ou aposentados, proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971, em área igual ou inferior a 2 módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Dom Eliseu, Estado do Pará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 42594/2020/ME (10872540), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46217.001756/2017-98, de interesse do Sindicato SAERN - SINDICATO DOS AEROVIARIOS DO ESTADO DO RN, CNPJ 19.367.997/0001-40, nos termos do Art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13292/2021/ME (sei 14533727), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.103207/2021-16, de interesse do STIMMMEM - Sindicato dos Metalúrgicos Maringá, CNPJ nº 79.147.542/0001-41, com fulcro no art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12464/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.102064/2021-17, de interesse do SINBORMINAS - Sindicato das Inds de Artefatos de Borracha no Est MG, CNPJ n.º 42.764.852/0001-03, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13603/2021/ME (14574017), resolve: REMETER o processo pedido de registro sindical nº 46213.025918/2012-17, de interesse do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos Turísticos, Fretamento e Autônomos em Transporte de Turismo, CNPJ 06.078.854/0001-77, à Divisão de Análise de Impugnação, para os procedimentos que o caso requer.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12693/2021/ME, resolve: DEFEIR o pedido de cancelamento de registro processo 14021.177466/2020-11; e CANCELAR o registro sindical do ABIRGS - SINDICATO DOS BIOLOGOS DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ: 87.058.327/0001-00, processo 46010.001659/95-17, nos termos do art. 27, inciso II da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13708/2021/ME (sei 14586158), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.103355/2021-22, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Jardim do Seridó - RN, CNPJ nº 08.086.654/0001-91, para representação da categoria dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, no Município de Jardim do Seridó - RN, em área não superior a 2 (dois) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência municipal e base territorial no Estado *Rio Grande do Norte*: Jardim do Seridó, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13746/2021/ME (14591585), resolve: ARQUIVAR o Pedido de Registro n.º 46224.000124/2017-18 (SC18728), de interesse do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maturéia - SINSEM, CNPJ 04.086.550/0001-26, nos termos do inciso I do art. 22, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13059/2021/ME, resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato SINTRAF - BOA VIAGEM - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BOA VIAGEM, CNPJ 24.688.205/0001-70, Processo 46205.016151/2017-31, para representar a Categoria Profissional específica da Agricultura Familiar abrange todos os trabalhadores e as trabalhadoras do município BOA VIAGEM, - CE proprietários ou não incluindo os aposentados ativos e inativos os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme decreto lei l.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) STTR de Boa Viagem - SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS DE BOA VIAGEM. CNPJ n.º 07.422.934/0001-60. Processo n.º 46205.013844/2010-03; excluindo a Categoria profissional específica da Agricultura Familiar abrange todos os trabalhadores e as trabalhadoras do município BOA VIAGEM, - CE proprietários ou não incluindo os aposentados ativos e inativos os assentados, arrendatários cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários que trabalhem individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme decreto lei l.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, no Município de Boa Viagem, Estado do Ceará, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13552/2021/ME (SEI 14568342), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46269.000850/2018-03, de interesse do STRTATUI - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TATUI, CNPJ n.º 45.504.354/0001-01, nos termos do art. 22, inciso I e XI c/c art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13778/2021/ME (SEI 14597026), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS PRÁTICOS DA BAHIA - SINDIPRAT, CNPJ 15.080.734/0001-03, Processo 08015.002256/2019-12, para representar a Categoria PROFISSIONAIS CLASSIFICADOS COMO PRÁTICOS HABILITADOS DAS ZONAS DE PRATICAGEM 12 E 13, DEVIDAMENTE DESCRITOS E ESPECIFICADOS NOS TERMOS DA NORMAM 12, com abrangência Estadual e base territorial no Estado da Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDMAR - Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante, CNPJ 04.807.439/0001-81, Processo 46000.017946/2003-67; excluindo a Categoria dos práticos, habilitados das zonas de praticagem 12 e 13; no Estado da Bahia B) SINDICATO DOS PRATICOS AR E MESTRES DE CAB NO ESTADO DE BA E SER, CNPJ 15.245.418/0001-36, Processo 46204.003057/2006-79; Categoria dos práticos, habilitados das zonas de praticagem 12 e 13; no Estado da Bahia, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na NT 13709/2021/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46207.003439/2018-14, de interesse do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE VIDROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIVIDROS-ES, CNPJ 18.788.643/0001-07, nos termos do art. 21, §2º e art. 22, incisos I e XI c/c art. 47 da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13744/2021/ME (SEI nº 14591511), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE SAO JOSE - SINCOVAR - SJ, CNPJ Nº 08.623.409/0001-76, Processo Nº 46220.000689/2017-35, para representar a Categoria Econômica do Comércio Varejista, exceto Comércio Varejista de Combustíveis Minerais e a dos Supermercados e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios, com abrangência municipal e base territorial em São José, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13756/2021/ME (SEI nº 14594262), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE SIDROLÂNDIA-MS, CNPJ nº 27.985.496/0001-56, Processo nº 46312.004684/2018-33, para representar a Categoria dos Profissionais da Educação Básica da rede pública municipal, com abrangência municipal e base territorial no município de Sidrolândia, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo a Categoria dos Profissionais da Educação Básica da rede pública municipal; no município de Sidrolândia, do Estado de Mato Grosso do Sul; B) SINFAE-MS - Sindicato dos Funcionários Administrativos da Educação de Mato Grosso do Sul, CNPJ 33.738.899/0001-01, Processo 24000.007047/90-56 , excluindo a Categoria dos Profissionais da Educação Básica da rede pública municipal; no município de Sidrolândia, do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13734/2021/ME (sei 14590736), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19955.100505/2021-55, de interesse do SIMTEDA - Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação, Saúde e Administração de Dirceu Arcoverde - PI, CNPJ 10.295.948/0001-75, com fulcro no art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13570/2021/ME (SEI 14570424), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINTEGRE - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVICO PUBLICO DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE, CNPJ 07.608.917/0001-12 , Processo 46221.002005/2019-91, para representar a Categoria Profissional dos SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE, ESTATUTÁRIOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO OU CELETISTA (REGIDOS PELA CLT), EXCETO PROFESSORES, com abrangência Municipal e base territorial no município de Monte Alegre de Sergipe, Estado de Sergipe, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - união Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil; CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 46211.004601/2009-53; excluindo a Categoria Profissional dos SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE, ESTATUTÁRIOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO OU CELETISTA (REGIDOS PELA CLT), EXCETO PROFESSORES no município Monte Alegre de Sergipe, do Estado de Sergipe, nos termos do art. 24 da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 11994/2021/ME (14361635), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINTRAAB - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Etanol e Bioenergia de Caarapó-MS (impugnado), Processo de Pedido de Alteração Estatutária nº 19964.100540/2021-65 (SA05346), CNPJ: 13.156.325/0001-00; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Azeite, do Óleoe da Gordura Vegetal e Animal e nas Indústrias de Armazenamento do Grãos, Sementes e Cereais do Estado de Mato Grosso do Sul (14360591), CNPJ: 24.665.549/0001-63, impugnação 19964.102563/2021-12; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13476/2021/ME (14558720), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46222.013919/2015-44 (SC17731), de interesse do Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Pará - SINDPOP/PA, CNPJ nº 23.288.114/0001-84, nos termos do art. 22, incisos I e XI da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; em cumprimento de decisão judicial (14482371), Processo nº 0000643-20.2020.5.10.0012, procedente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 13539/2021/ME (14566710), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES ANALISTAS JUDICIÁRIOS NA ESPECIALIDADE EXECUÇÃO DE MANDADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.108410/2019-56 (SC20665), CNPJ: 35.423.239/0001-59; SIND JUSTICA - sindicato Dos servidores do Podre Judiciario RJ, CNPJ: 30.904.288/0001-90, impugnação 19964.102943/2021-49; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.fazenda.gov.br/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, na Nota Técnica SEI nº 13089/2021/ME (SEI 14508302), resolve: NOTIFICAR os representantes legais do SINDICATO DOS EMPREGADOS, PROPAGANDISTAS, CONSULTORES, VENDEDORES E REPRESENTANTES DE VENDAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE UBERLÂNDIA - SINPROUDI (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46248.002552/2015-45 , CNPJ: 22.936.941/0001-74; e SINDICATO DOS EMPREGADOS PROPAGANDISTAS VENDEDORES E REPRESENTANTES DE VENDAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE UBERABA/MG - SINPROFAR, Impugnação nº 46000.008316/2017-05; para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de arquivamento do processo da entidade impugnada, nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia - SEI/ME, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/sei.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 12981/2021/ME (14495175)citar a numeração do SEI), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Araças - Bahia, CNPJ 01.089.756/0001-11, Processo 46204.003113/2018-17, para representar a Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior a dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial Araças, Estado Bahia, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39326/2020/ME (SEI 10547188), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 46223.000191/2017-42, de interesse do SINDICATO DOS TRAB. NA IND. DA CONST. C. CONST. PESADA E ARTEF. DE CIMENTO E OBRAS DE ARTES DO SUL DO MARANHÃO, CNPJ n.º 12.081.725/0001-30, nos termos do art. 22, inciso I e XI da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 13856/2021/ME (sei 14608699) resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.103377/2021-92, de interesse do SINDIÚBA - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Guaiuba, CNPJ nº 41.563.586/0001-80, com fulcro no art. 22, inciso I da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 10052/2021/ME (14113041), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 46211.002523/2018-43, de interesse do STR UBAI/MG - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE UBAI/MG, CNPJ 25.230.285/0001-88, para representação da categoria dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais, assalariados e assalariadas rurais, empregados permanentes, safristas e eventuais na agricultura, criação de animais, hortifruticultura; e agricultores e agricultoras que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários até dois módulos rurais, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e os aposentados(as) rurais, com abrangência municipal e base territorial no Município de Ubaí, Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 22, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720176/2021-11 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q7, ano 2017, cor cinza, chassi WAUAMC4M3JD024548, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 18/0118632-6, de 18/01/2018, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de Rodrigo Monrroy, CPF 083.861.911-80.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 11, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS/SC, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe são conferidas pelo artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013, e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010, e, ainda, considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ nº 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, DECLARA:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 627.000 (seiscentos e vinte e sete mil) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos as Proformas Invoice, POs, especificações e quantidades abaixo indicadas:

Profoma Invoice	PO	Unidades	Caixas	Marca comercial	Características do produto
7643223	1	3.960	660	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml.
7642052	471	15.840	660	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 375 ml.
7643557	28	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643558	29	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643563	30	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643564	31	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643565	32	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643566	33	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643567	34	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643568	35	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643569	36	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7644636	37	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643675	38	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643679	39	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643680	40	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643681	41	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643682	42	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643683	43	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643684	44	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643685	45	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643686	46	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643688	47	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643716	48	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643717	49	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643718	50	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643719	51	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643720	52	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643723	53	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643724	54	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643725	55	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643726	56	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643727	57	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643734	58	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643735	59	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643736	60	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643737	61	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643739	62	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643744	63	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643743	64	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643742	65	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643746	66	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.
7643747	67	15.180	1.265	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo da Alfândega da Receita Federal do Brasil de Belém nº 09 de 05 de março de 2021, publicado no DOU de 19/03/2021, Seção 1, páginas 41.

Onde se lê: "ENGENHARIA QUÍMICA"

Leia-se: "ARQUEAÇÃO"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA-CE, No uso das atribuições conferidas pelos arts. 290; 360, inciso III e 364, inciso VI, atividade "de benefícios fiscais", do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27/07/2020, seção 1-B, página 1,e de acordo com os arts. 59; 60; 61; 124 e 129 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 10271.244.400//2020-41, DECLARA:

Art. 1º Que a empresa CAN-PACK BRASIL INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ: 14.855.630/0001-52, com domicílio fiscal, Rua Ary Barroso, 70, Sala 1501, Torre 02, Papicu, Fotaleza-CE, CEP: 60.175-705, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0051/2020, expedido pelo, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE - SUDENE na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica Objeto do Incentivo (unidade produtora): CAN PACK BRASIL INDÚSTRIA DE ENBALAGENS LTDA, CNPJ nº 10.307.003/0003-14, com domicílio fiscal NA Av. Parque Sul, 1441, Sala Filial 02, Distrito Industrial I, Maracanaú-CE, CEP: 61939-000.

II - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, com o Regulamento dos Inventivos Fiscais, conforme Portaria (de consolidação) nº 283, de 04/07/2013, do supracitado Ministério.

III - Condição onerosa atendida: Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

IV - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Metalurgia Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea "d".

V - Atividade objeto da redução: FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METÁLICAS E PRODUTOS ELABORADOS DE METAL

VI- Produtos/Serviços Objeto do Benefício fiscal:

1- LATAS DE ALUMÍNIO

1.1 - Capacidade Instalada Atual: 1.299.996 mil unidades/ano.

2 - TAMPAS METÁLICAS PARA LATAS DE ALUMÍNIO

2.1 - Capacidade Instalada Atual: 4.200.000 mil unidades/ano

VII - Capacidade Incentivada de Ambos os Produtos: 100% da capacidade instalada.

VIII - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75% (setenta e cinco por cento).

IX - Período de Fruição do Benefício: 01/01/2018 (início) a 31/12/2027 (término).

X - Prazo total de fruição: 10 anos.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo supracitado e no seu Anexo I bem assim, das obrigações constantes do Anexo II e das demais normas regulamentares da presente matéria.

Art. 3º Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA (PB), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10467.733572/2020-05, formalizado em 30/12/2020, e seu Despacho Decisório nº 2.216/2021 - EBEN/SRRF/04, de 18/03/2021, DECLARA:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 08.811.119/0001-56, em razão da condição onerosa de Diversificação de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0133/2020, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10467.733572/2020-05.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da BENTONIT UNIÃO NORDESTE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, cujo CNPJ é o nº 08.811.119/0001-56, localizada na Avenida Assis Chateaubriand, nº 3.877, Distrito Industrial, Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, CEP 58105-421, em razão de Diversificação de empreendimento, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é: 1. Permaliner Bentonita na Forma de Pó ou a Granel em Rolos - Produção de Mantas para Impermeabilização de Solos, enquadrada pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Minerais não-metálicos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "d" do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0133/2020, com início de fruição, em 01/01/2020, e término em 31/12/2029, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0133/2020, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HAMILTON SOBRAL GUEDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001,

com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10480.724489/2019-25, formalizado em 29/04/2019, e seu Despacho Decisório nº 2.270/2021 - EBEN/SRRF/04, de 19/03/2021, DECLARA:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica MAURICÉIA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0001-33, em razão da condição onerosa de MODERNIZAÇÃO TOTAL de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0127/2018, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10480.724489/2019-25.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da MAURICÉIA ALIMENTOS DO NORDESTE LTDA, CNPJ nº 12.819.074/0003-03, localizado na Rodovia BR-242, s/nº, Km 88, Centro Industrial, Município Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia - CEP 47850-000, em razão de modernização total de empreendimento cuja atividade é: 1. Farelo de Soja Extrusado Integral e Rações Balanceadas, enquadrada pela SUDENE no setor prioritário de Indústria de Transformação - Alimentos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i" do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo nº 0127/2018, com início de fruição em 01/01/2018, e término em 31/12/2027, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0127/2018, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA N° 22, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.721926/2021-36, DECLARA:

Art. 1° - Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, a empresa VENTOS DE SAO VITOR 02 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A, CNPJ 35.477.401/0001-11, projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de São Vitor 02, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034811-2.01, período de execução de 05/01/2021 a 20/12/2022, nos exatos termos da Portaria nº 469/SPE/MME, de 12 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2021.

Art. 2° - Ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 1°, poderá ser usufruído no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório.

Art. 3° - Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4° - A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica a multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NELSON GUALBERTO DE SOUZA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA N° 23, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EBEN 05, dirigida pela DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, combinado com o disposto na Portaria nº 152 da Superintendência Regional da 5ª Região Fiscal, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2020, tendo em vista o art. 10 do Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 587 da Instrução Normativa RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10166.721772/2021-82, DECLARA:

Art. 1° - Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, a empresa VENTOS DE SAO VITOR 10 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A, CNPJ 35.403.117/0001-09, projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Ventos de São Vitor 10, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.BA.034657-8.01, período de execução de 05/01/2021 a 20/12/2022, nos exatos termos da Portaria nº 481/SPE/MME, de 20 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 22 de janeiro de 2021.

Art. 2° - Ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório, o direito de adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 1°, poderá ser usufruído no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório.

Art. 3° - Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4° - A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica a multa, nos termos do parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007, e demais sanções cabíveis.

Art. 5° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NELSON GUALBERTO DE SOUZA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0205, concedido ao estabelecimento da empresa WALDEK ANTONIO CHAVES, CNPJ 02.987.109/0001-90 através do Ato Declaratório Executivo nº 16 de 23/03/2006, publicado no Diário Oficial da União de 27/03/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442232/2020-78.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 16 de 23/03/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0206, concedido ao estabelecimento da empresa WALDEK ANTONIO CHAVES, CNPJ 02.987.109/0001-90 através do Ato Declaratório Executivo nº 17 de 23/03/2006, publicado no Diário Oficial da União de 27/03/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442232/2020-78.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 17 de 23/03/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Prod./Engarrafador n° 06103/0180, concedido ao estabelecimento da empresa MINAS OTTONI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 04.493.587/0001-79 através do Ato Declaratório Executivo nº 12 de 17/02/2003, publicado no Diário Oficial da União de 19/02/2003, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442203/2020-14.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 12 de 17/02/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0183, concedido ao estabelecimento da empresa SOCIEDADE COMERCIAL E INDUSTRIAL SENZALA LTDA, CNPJ 05.138.497/0001-22 através do Ato Declaratório Executivo nº 24 de 18/06/2003, publicado no Diário Oficial da União de 24/06/2003, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442209/2020-83.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 24 de 18/06/2003.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0211, concedido ao estabelecimento da empresa CACHACA DOS JANUARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 06.960.141/0001-32 através do Ato Declaratório

Executivo nº 76 de 21/11/2006, publicado no Diário Oficial da União de 13/12/2006, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442229/2020-54.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 76 de 21/11/2006.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0220, concedido ao estabelecimento da empresa COOPERATIVA DE PRODUCAO DE CACHACA DE ALAMBIQUE DE ARACUAI E REGIAO - CA, CNPJ 07.612.741/0001-72 através do Ato Declaratório Executivo nº 38 de 05/11/2008, publicado no Diário Oficial da União de 07/11/2008, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442204/2020-51.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 38 de 05/11/2008.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0216, concedido ao estabelecimento da empresa COMERCIO INDUSTRIA CORAL E GENERAL LTDA, CNPJ 16.974.099/0001-62 através do Ato Declaratório Executivo nº 6 de 07/02/2008, publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2008, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442205/2020-03.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 6 de 07/02/2008.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0217, concedido ao estabelecimento da empresa COMERCIO INDUSTRIA CORAL E GENERAL LTDA, CNPJ 16.974.099/0001-62 através do Ato Declaratório Executivo nº 7 de 07/02/2008, publicado no Diário Oficial da União de 08/02/2008, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442205/2020-03.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7 de 07/02/2008.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0238, concedido ao estabelecimento da empresa OIBA FABRICACAO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 21.482.393/0001-97 através do Ato Declaratório Executivo nº 20 de 02/08/2011, publicado no Diário Oficial da União de 10/08/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442206/2020-40.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 20 de 02/08/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Produtor n° 06103/0239, concedido ao estabelecimento da empresa OIBA FABRICACAO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 21.482.393/0001-97 através do Ato Declaratório Executivo nº 21 de 02/08/2011, publicado no Diário Oficial da União de 10/08/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442206/2020-40.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 21 de 02/08/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Atacadista n° 06103/0240, concedido ao estabelecimento da empresa OIBA FABRICACAO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ 21.482.393/0001-97 através do Ato Declaratório Executivo nº 22 de 02/08/2011, publicado no Diário Oficial da União de 10/08/2011, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442206/2020-40.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 22 de 02/08/2011.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Cancelamento de Registro Especial

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria Nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, DECLARA:

Art. 1° CANCELADO o Registro Especial de Bebidas - Engarrafador n° 06103/0107, concedido ao estabelecimento da empresa LUCIO MIRANDA, CNPJ 22.724.983/0001-41 através do Ato Declaratório Executivo nº 15 de 27/04/2000, publicado no Diário Oficial da União de 06/05/2000, tendo em vista a situação cadastral do estabelecimento (INAPTA), o disposto no inciso I do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e conforme demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.442202/2020-61.

Art. 2° Revogado o Ato Declaratório Executivo nº 15 de 27/04/2000.

Art. 3° - O contribuinte poderá apresentar recurso ao Superintendente da Receita Federal do Brasil no prazo de 30 dias, sem efeito suspensivo, nos termos do §6º do art. 8º da IN RFB nº 1.432/2013.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WELINGTON OLIVEIRA SOARES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 101, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013; e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.532559/2020-31 DECLARA:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06108/237, a empresa Fábrica de Cachaça Canoas Eireli, CNPJ nº 28.508.652/0001-50, estabelecida na Fazenda Canoas BR 202 Km 208, s/nº, bairro Zona Rural, CEP:39.320-000, município de Ubaí/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa, que exerce a atividade de engarrafador de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipientes abaixo discriminados, passa a vigorar com a seguinte redação:

Classificação Fiscal	Produto	Marca Comercial	Tipo Recipiente	Cap. Rec. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Ubaí Umburana	Não Retornável	670 1000	MG0001293-9.000001
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Princesa do Vale Umburana	Não Retornável	670	MG0001293-9.000002

Art.3º- O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 110, DE 24 DE MARÇO 2021

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS (MG), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 290, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria SRRF06 nº 334 de 28 de julho de 2020, tendo em vista a Lei n°10.925, de 23 de julho de 2004, e alterações, o Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e alterações, e a Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o que consta no dossiê nº 13031.202303/2021-82, DECLARA:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica LATICINIOS ESTRELA DA MANTIQUEIRA BOCAINA DE MINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.631.875/0001-80, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 27/02/2021 a 31/01/2024, com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.0720320/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FILIPE ARAÚJO FLORÊNCIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT-ES Nº 29, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Concede Registro Especial para estabelecimento produtor de bebidas alcoólicas do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 2013, DECLARA:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de que trata o art 2º §º, inciso II, da IN RFB nº 1.432, de 2013, na atividade de ENGARRAFADOR, sob o nº 07201/00503, ao estabelecimento da empresa PRINCESA IZABEL INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA ME, CNPJ nº 10.986.153/0001-03, domiciliada na Estrada Bebedouro x Baunilha, s/n, Km 26, Bairro Desengano, Linhares/ES, CEP: 29.900-010, de acordo com os autos do processo nº 17227.720168/2021-16.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no art. 8º da IN RFB nº 1.432, de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/VIT-ES Nº 30, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Concede Registro Especial para estabelecimento produtor de bebidas alcoólicas do Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da IN RFB nº 1.432, de 2013, DECLARA:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de que trata o art. 2º, § 1º, inciso I, da IN RFB nº 1.432, de 2013, na atividade de PRODUTOR, sob o nº 07201/00502, ao estabelecimento da empresa PRINCESA IZABEL INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO LTDA ME, CNPJ nº 10.986.153/0001-03, domiciliada na Estrada Bebedouro x Baunilha, s/n, Km 26, Bairro Desengano, Linhares/ES, CEP: 29.900-010, de acordo com os autos do processo nº 17227.720168/2021-16.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no art. 8º da IN RFB nº 1.432, de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

PORTARIA ALF/GRU Nº 10, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Estabelece requisitos para a concessão de trânsito aduaneiro com origem no Aeroporto de Guarulhos / SP.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no exercício das competências previstas nos artigos 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando a necessidade de uniformizar procedimentos relacionados ao controle do regime especial de trânsito aduaneiro no âmbito da Alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos em São Paulo, resolve:

Art. 1º A informação no campo "Descrição da Carga na Fatura" da Declaração de Trânsito (DT) deve possibilitar à fiscalização conhecer o conteúdo da carga sem que seja necessário consultar a respectiva fatura.

§ 1º Sempre que se fizer necessário, o beneficiário deverá utilizar todos os 80 caracteres disponíveis do campo para descrever detalhadamente a mercadoria.

§ 2º Caso o beneficiário não seja o importador da mercadoria, recomenda-se que solicite a este a descrição que deverá ser informada, de modo a evitar incorreções.

§ 3º É vedado o uso de descrições genéricas, como "PARTES E PEÇAS", "ACESSÓRIOS", "COMPONENTES", "MATERIAL DE INFORMÁTICA", "DIVERSOS" etc.

§ 4º É vedada a descrição contendo apenas informações numéricas, como por exemplo apenas o modelo ou "part number".

§ 5º Na descrição das mercadorias, aquelas de maior valor devem ser informadas primeiro, e sendo insuficientes os 80 caracteres disponíveis, poderá constar ao final a expressão "E OUTROS".

§ 6º Havendo mais de cinco faturas acobertando a carga, as quatro primeiras informadas deverão ser as de maior valor total.

§ 7º Se a carga contiver alguma mercadoria, parte ou acessório, ou bem sujeito a autorização de trânsito pelo Exército, a descrição conterá obrigatoriamente a palavra "ARMAMENTO" em seu início, como por exemplo "ARMAMENTO - CARREGADORES PARA PISTOLAS", ou "ARMAMENTO - FUZIS".

Art. 2º É vedada a indicação de "Mercadoria sujeita a anuência" quando não for requerida autorização específica de Órgão Anuente para o trânsito aduaneiro.

Parágrafo único. A Licença de Importação (LI) não é documento de anuência para trânsito.

Art. 3º a vinculação da DT a uma carga armazenada sob número de Documento Subsidiário de Identificação de Carga (DSIC) requer autorização prévia da Equipe de Controle de Carga e Trânsito (Ecat).

Art. 4º Não será concedido o trânsito aduaneiro para cargas parciais, exceto nos casos plenamente justificados e com autorização prévia da Ecat.

DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PARA O TRANSPORTE DA CARGA

Art. 5º Para o transporte rodoviário, os veículos deverão apresentar compartimento de carga fechado, orifícios específicos para a aplicação de lacres de segurança e reforço nos pinos das dobradiças com aplicação de solda.

Art. 6º É vedado o emprego de veículos ou reboques tipo "sider" ou de carroceria aberta com cobertura por lona, exceto:

I - Nos casos em que as dimensões da carga não permitam seu carregamento em veículo convencional, mediante autorização prévia da Ecat; ou

II - Quando o veículo "sider" pertencer a frota própria de transportador certificado como Operador Econômico Autorizado (OEA) e for equipado com sistema de monitoramento remoto, sendo neste caso obrigatória a anexação do relatório de viagem nos termos da Portaria COANA nº 5, de 24 de fevereiro de 2021.

Parágrafo único. Para usufruir da condição do inc. II sem necessidade de autorização prévia, a empresa OEA deverá encaminhar à Ecat, a cada 3 meses, a relação dos veículos "sider" que poderá utilizar em suas rotas.

DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Art. 7º A solicitação das autorizações mencionadas nesta Portaria poderá ser feita por simples mensagem ao endereço de e-mail corporativo da Ecat.

§ 1º As solicitações que não contiverem sua justificativa serão indeferidas.

§ 2º A mensagem de resposta contendo a autorização deverá ser anexada ao dossiê eletrônico da DT.

§ 3º A solicitação para utilização dos veículos mencionados no inc. I do art. 6º deve relacionar todas as DTs que serão transportadas no mesmo veículo, bem como apresentar a lista dos pesos individuais de todos os volumes.

DO DESCUMPRIMENTO DA PORTARIA

Art. 8º A DT com descrição que não permita conhecer precisamente seu conteúdo poderá ser bloqueada até sua retificação.

Art. 9º O beneficiário de DT erroneamente vinculada a uma carga parcial sem autorização prévia deverá solicitar seu cancelamento à Ecat.

Art. 10. A DT vinculada a DSIC sem autorização prévia deverá ter sua situação regularizada antes do início da viagem.

Art. 11. O transportador que não observar as restrições ao tipo e condições do veículo poderá ser obrigado a substituí-lo, nos termos do § 2º do art. 48 da Instrução Normativa SRF nº 248, de 25 de novembro de 2002.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 5 de abril de 2021.

LUÍS AUGUSTO ORFEI ABE

PORTARIA ALF/GRU Nº 11, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Padroniza a informação do identificador de HAWB no sistema Mantra no caso em que especifica.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no exercício das competências previstas nos artigos 298, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando a limitação de 11 caracteres para informação do identificador HAWB no Sistema Integrado da Gerência do Manifesto, do Trânsito e do Armazenamento (Mantra), resolve:

Art. 1º Quando o código identificador do conhecimento de carga "filhote" (HAWB) for composto por mais de 11 caracteres, deverão ser informados no campo correspondente do sistema MANTRA os seus últimos 11 caracteres, desprezando-se os precedentes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUÍS AUGUSTO ORFEI ABE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo ALF/GRU Nº 17, de 17 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2021, Seção 1, página 50:

Onde se lê: ".....

Art. 6º....."

Leia-se: "....."

Art. 5º....."

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo ALF/GRU Nº 16, de 17 de março de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 53, de 19 de março de 2021, Seção 1, página 50:

Onde se lê: "....."

Art. 6º....."

Leia-se: "....."

Art. 5º....."

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Aprova o fornecimento de selos de controle do tipo uísque/amarelo, para selagem no exterior.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo artigo 1º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 n° 1.214, de 11 de setembro de 2020, e no processo nº 13032.259007/2021-43, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 9.240 (nove mil duzentos e quarenta) selos de controle, tipo uísque/amarelo, ao estabelecimento AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, CNPJ nº 61.296.646/0001-52, localizado na Rodovia Anhanguera, Km 15 - Bairro Pirituba, São Paulo / SP, inscrito no Registro Especial nº 08190/0003, para selagem no exterior dos produtos descritos abaixo:

DESCRIÇÃO	CARACTERÍSTICAS	QUANTIDADE
Buffalo Trace	Tipo: Uísque. Fabricante: Buffalo Trace Distillery - Estados Unidos. Acondicionamento: 770 caixas com 12 garrafas de 750 ml.	9.240 garrafas
	TOTAL	9.240 garrafas

Art 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 42, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS TAVERNA LTDA, CNPJ nº 46.860.599/0001-34, ante a inadimplência de mais de seis parcelas alternadas, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei 9.964/2000. A exclusão do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10855.722625/2021-61.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA
Delegado da Derat/SP

PORTARIA Nº 43, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica CLAUDIO JOSE BONGIOVANI, CNPJ nº 67.815.381/0001-38, ante o não fornecimento dos indiciários de receita dos anos-calendário de 2017 e 2018, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso I, combinado com o art. 3º, inciso III, todos da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000. A exclusão do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10825.732007/2020-04.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA
Delegado da Derat/SP

PORTARIA Nº 44, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica RUBBO E CIACO RUBBO LTDA, CNPJ nº 53.014.957/0001-53, ante a inadimplência de mais de três meses consecutivos ou seis meses alternados, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964/2000. A exclusão do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10825.732782/2020-51.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA
Delegado da Derat/SP

PORTARIA Nº 45, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica SILVIA ELENA SPOLAOR DE ONOFRE, CNPJ nº 00.964.416/0001-20, ante o não fornecimento dos indiciários de receita dos anos-calendário de 2015 a 2020, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso I, c.c. o art. 3º, III, todos da Lei nº 9.964/2000. A exclusão do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10840.729616/2020-80.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA
Delegado da Derat/SP

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 39, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

A DELEGACIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DERAT/SPO, tendo em vista a competência delegada pela Portaria SRRF08 nº 1.214, de 11/09/2020, publicada no Diário Oficial da União em 15/09/2020, em conjunto com Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pessoa jurídica COMERCIAL E INDUSTRIAL PETROPASY LTDA, CNPJ nº 53.242.491/0001-43, sucedida pela pessoa jurídica PETROPASY TECNOLOGIA EM POLIURETANOS LTDA, CNPJ nº 59.325.506/0001-13, ante o não fornecimento dos indiciários de receita dos anos-calendário de 2016 a 2019, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso I, combinado com o art. 3º, inciso III, todos da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000, bem como ante a inadimplência de mais de seis parcelas alternadas, configurando-se a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei 9.964/2000. A exclusão do Refis produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo nº 10882.722219/2021-71.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 15, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e de acordo com os elementos constantes do processo nº 10265.296631/2020-19, resolve:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa RANDON TRIEL HT IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito no CNPJ sob nº 33.204.183/0001-16, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa RGR CONEXÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. inscrito no CNPJ sob nº 59.233.098/0002-50.

Art. 2º O regime especial aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo contribuinte SUBSTITUÍDO ao contribuinte SUBSTITUTO.

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Redutor MXF m22X 1,5Xm 16X1,5	7307.19.20	5%
Cotovelo mX F45° m16X1,5	7412.20.00	5%
Conector M rápido od. l6mmXm l6	7307.19.20	5%
Bujão c/encosto oring m 16X1,5	7307.19.20	5%
Silenciador latão mini 1/4	7412.20.00	5%
Cot M rápido od. 8mmXm 12X1,5	7412.20.00	5%
Tee união rápido od. 8mm	7412.20.00	5%
Conector m rápido od. 8mmXm22	7307.19.20	5%
Tee m lat rap od. 8mmXm l6Xl,5	7412.20.00	5%
Conector m rápido od. 8mmXm 16	7307.19.20	5%
Kit tomada de pressão	7412.20.00	5%
Tomada de teste m16X 1,5	7412.20.00	5%
Bujão c encosto oring m22X1,5	7307.19.20	5%
Conector m rápido od. 16mmXm22	7107.19.20	5%
Niple mXmm 16X1,5Xm 16X1,5	7307.19.20	5%
Conector m rápido od. 12mmXml6	7307.19.20	5%
Anteparo r/g od. 8,0Xm 16X1,5	7307.19.20	5%
Tee teste s/tomada m22X1,5	7412.20.00	5%
Conector m rápido od. 8mmXml6	7307.19.20	5%
Conector m rápido od. 18mmXm22	7307.19.20	5%
Bujão m12X1,5	7307.19.20	5%

Parágrafo único. O contribuinte SUBSTITUTO assume a condição de responsável tributário relativamente ao IPI devido nas operações realizadas com o contribuinte SUBSTITUÍDO.

Art. 3º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF10 nº 15, de 17 de março de 2021, publicado no D.O.U de dd.mm.aaaa", onde "dd.mm.aaaa" corresponde à data da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

§ 1º Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal referida no caput apenas no campo "Informações Complementares".

§ 2º O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

Art. 4º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Outros reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias: "Cisternas"	8716.31.00	0%
Outros reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias	8716.39.00	0%

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos arts. 2º e 4º.

Art. 6º O regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos por um prazo de 3 (três) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil alterá-lo, de ofício ou a pedido, cancelá-lo, a pedido, ou, ainda, cassá-lo, nas hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 16, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e de acordo com os elementos constantes do processo nº 10265.296634/2020-52, resolve:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa RANDON TRIEL HT IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito no CNPJ sob nº 33.204.183/0001-16, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa QG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA. inscrito no CNPJ sob nº 61.048.674/0001-50.

Art. 2º O regime especial aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo contribuinte SUBSTITUÍDO ao contribuinte SUBSTITUTO.

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Curva 90gr RL OD 4"X2,00 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%
Tee reto 90gr OD 4"X2,00 PI/PE WPW-304/304L	7307.23.00	5%
Porca circular RJT OD 1" inox-304	7307.29.00	5%
Macho solda RJT OD 1" inox-304	7307.23.00	5%
Tee reto 90gr SCH 10s DN 4" WPW-304/304L	7307.23.00	5%
Curva 90gr SCH 10s DN 4" WPW-304/304L	7307.23.00	5%
Curva 90gr RL OD 1"X1,5 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%
Porca circular RJT OD 2" inox-304	7307.29.00	5%
Curva 90gr OD 2"X2,00 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%
Curva 90gr RL OD 3"X2,00 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%
Porca circular RJT OD 3" inox-304	7307.29.00	5%
Curva 45gr RL OD 3"X2,00 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%
Curva 90gr RL OD 1"X1,5 PI/PE WPW-304	7307.23.00	5%

Parágrafo único. O contribuinte SUBSTITUTO assume a condição de responsável tributário relativamente ao IPI devido nas operações realizadas com o contribuinte SUBSTITUÍDO.

Art. 3º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF10 nº 16, de 17 de março de 2021, publicado no D.O.U de dd.mm.aaaa", onde "dd.mm.aaaa" corresponde à data da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

§ 1º Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal referida no caput apenas no campo "Informações Complementares".

§ 2º O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

Art. 4º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Outros reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias: "Cisternas"	8716.31.00	0%
Outros reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias	8716.39.00	0%

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos arts. 2º e 4º.

Art. 6º O regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos por um prazo de 3 (três) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil alterá-lo, de ofício ou a pedido, cancelá-lo, a pedido, ou, ainda, cassá-lo, nas hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 19, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e de acordo com os elementos constantes do processo nº 10265.298070/2020-92, resolve:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa RANDON TRIEL HT IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito no CNPJ sob nº 33.204.183/0001-16, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa PCP PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA. inscrito no CNPJ sob nº 89.569.958/0001-01.

Art. 2º O regime especial aplica-se, exclusivamente, ao produto abaixo relacionado, o qual será remetido com suspensão do IPI pelo contribuinte SUBSTITUÍDO ao contribuinte SUBSTITUTO.

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Chapa LNE 380 08,00X1200X3000	7208.37.00	5%

Parágrafo único. O contribuinte SUBSTITUTO assume a condição de responsável tributário relativamente ao IPI devido nas operações realizadas com o contribuinte SUBSTITUÍDO.

Art. 3º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF10 nº 19, de 17 de março de 2021, publicado no D.O.U de dd.mm.aaaa", onde "dd.mm.aaaa" corresponde à data da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

§ 1º Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal referida no caput apenas no campo "Informações Complementares".

§ 2º O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

Art. 4º O produto constante do art. 2º será recebido pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizado para a industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Outros Reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias: "Cisternas"	8716.31.00	0%
Outros Reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias	8716.39.00	0%

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos arts. 2º e 4º.

Art. 6º O regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos por um prazo de 3 (três) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil alterá-lo, de ofício ou a pedido, cancelá-lo, a pedido, ou, ainda, cassá-lo, nas hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 18, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Concede regime especial de substituição tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e de acordo com os elementos constantes do processo nº 10265.298059/2020-22, resolve:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de contribuinte SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa RANDON TRIEL HT IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA., inscrito no CNPJ sob nº 33.204.183/0001-16, e na condição de contribuinte SUBSTITUÍDO o estabelecimento da empresa TM IMP. EXP. E COM DE SOLDAS LTDA. inscrito no CNPJ sob nº 94.087.673/0001-74.

Art. 2º O regime especial aplica-se, exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais serão remetidos com suspensão do IPI pelo contribuinte SUBSTITUÍDO ao contribuinte SUBSTITUTO.

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Arame mig er3091si 1,2mm	7223.00.00	5%
Vareta tig e3081 2,4mm	7222.20.00	5%
Vareta tig sider er70s3 3,2mm	7217.30.90	5%
Vareta tig sider er70s2 2,4mm	7217.30.90	5%
Vareta tig e3081 1,6mm	7222.20.00	5%
Vareta tig e3161 3,2mm	7222.20.00	5%
Vareta tig e3161 2,4mm	7222.20.00	5%

Parágrafo único. O contribuinte SUBSTITUTO assume a condição de responsável tributário relativamente ao IPI devido nas operações realizadas com o contribuinte SUBSTITUÍDO.

Art. 3º Na Nota Fiscal de saída do contribuinte SUBSTITUÍDO deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF10 nº 18, de 17 de março de 2021, publicado no D.O.U de dd.mm.aaaa", onde "dd.mm.aaaa" corresponde à data da publicação deste ato no Diário Oficial da União.

§ 1º Fica vedado o destaque do valor do imposto suspenso, devendo este constar da Nota Fiscal referida no caput apenas no campo "Informações Complementares".

§ 2º O valor do IPI suspenso não poderá ser utilizado como crédito do imposto.

Art. 4º Os produtos constantes do art. 2º serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão do IPI e utilizados para a industrialização ou revenda, no caso de substituto equiparado a industrial, dos produtos a seguir relacionados:

Descrição Do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Outros Reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias: "Cisternas"	8716.31.00	0%
Outros Reboques e semirreboques, para transporte de mercadorias	8716.39.00	0%

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos arts. 2º e 4º.

Art. 6º O regime especial de que trata este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos por um prazo de 3 (três) anos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, podendo a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil alterá-lo, de ofício ou a pedido, cancelá-lo, a pedido, ou, ainda, cassá-lo, nas hipóteses previstas no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 2010.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 5, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Institui códigos de receita para recolhimento de valores referentes aos parcelamentos de que tratam os arts. 10-A e 10-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos arts. 10-A e 10-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, DECLARA:

Art. 1º Os recolhimentos de valores referentes aos parcelamentos de que tratam os arts. 10-A e 10-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, serão efetuados por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), no qual deve ser informado o seguinte código de receita, conforme a modalidade do parcelamento:

I - 5947 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos não Previdenciários Recolhíveis Originalmente em Darf - Até 120 Parcelas ou até 84 Parcelas com Utilização de PF e BCN da CSLL;

II - 5976 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Tributos Retidos/Descontados Recolhíveis Originalmente em Darf (IOF, IRRF, Contribuição Previdenciária) - Até 24 parcelas;

III - 5982 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Patronais Recolhíveis Originalmente em Darf (Previdenciário e Contribuição Devida por Lei a Terceiros) - Até 60 Parcelas;

IV - 6005 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Patronais Recolhíveis Originalmente em GPS (Previdenciário e Contribuição Devida por Lei a Terceiros) - Até 60 Parcelas; ou

V - 6011 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Retidos/Descontados Recolhíveis Originalmente em GPS (Contribuição Previdenciária) - Até 24 parcelas.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINICIUS MARTINS QUARESMA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 29, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, são contempladas as atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, o estabelecimento assistencial de saúde deve, ainda, estar organizado, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Para que uma sociedade de profissionais seja considerada uma sociedade empresária de fato, basta que cumpra com os requisitos estabelecidos no art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Portaria PGFN Nº 502, de 2016, art. 2º, §4º.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. PERCENTUAL DE PRESUNÇÃO.

Para fins de aplicação do percentual de presunção de 8% (oito por cento), a ser aplicado sobre a receita bruta auferida no período de apuração pela pessoa jurídica, com vistas à determinação da base de cálculo do imposto, são contempladas as atividades desenvolvidas pelos hospitais, voltados diretamente à promoção da saúde, prestados pelos estabelecimentos assistenciais de saúde que desenvolvem as atividades previstas nas atribuições 1 a 4 da RDC Anvisa nº 50, de 2002. Desse conceito estão excluídas as simples consultas médicas, que não se identificam com as atividades prestadas no âmbito hospitalar, mas nos consultórios médicos.

Para fazer jus ao percentual de presunção referido, o estabelecimento assistencial de saúde deve, ainda, estar organizado, de fato e de direito, como sociedade empresária e atender às normas da Anvisa. Caso contrário, a receita bruta advinda da prestação dos serviços, ainda que caracterizados como hospitalares, estará sujeita ao percentual de presunção de 32% (trinta e dois por cento).

Para que uma sociedade de profissionais seja considerada uma sociedade empresária de fato, basta que cumpra com os requisitos estabelecidos no art. 966 da Lei nº 10.406, de 2002.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 36, DE 19 DE ABRIL de 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art. 15, caput e §§ 1º, III, "a" e 2º; IN RFB nº 1.234, de 2012, art. 30 (com redação dada pela IN RFB nº 1.540, de 2015); Nota Explicativa PGFN/CRJ nº 1.114, de 2012, Anexo, item 52; Portaria PGFN Nº 502, de 2016, art. 2º, §4º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 47, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

TERCEIROS. SEST. SENAT. CONDUTOR AUTÔNOMO DE VEÍCULO RODOVIÁRIO. TAXISTA. MOTORISTA DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS. APLICATIVO.

Os condutores autônomos de veículo rodoviário (dentre os quais, o taxista e o motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros), contribuintes individuais, estão sujeitos ao pagamento da contribuição para o Serviço Social do Transporte (Sest) e para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

Por não ser tomadora dos serviços dos condutores autônomos de veículo rodoviário, a empresa que faz a intermediação entre eles e seus passageiros está desobrigada de recolher a contribuição para o Sest e para o Senat devida por esses contribuintes individuais.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, art. 4º, X; Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, art. 7º; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 - Regulamento da Previdência Social, art. 9º; Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, arts. 9º, XXXVIII, 65, 78 e 111-I; Solução de Consulta Cosit nº 239, de 16 de maio de 2017.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 48, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

APLICAÇÃO FINANCEIRA NO EXTERIOR. GANHO DE CAPITAL. ISENÇÃO NA ALIENAÇÃO DE BENS DE PEQUENO VALOR. CONTA CONJUNTA.

O ganho de capital apurado na alienação de bens ou direitos e na liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos, a qualquer título, em moeda estrangeira, é tributado pelo imposto sobre a renda da pessoa física em conformidade com o disposto no art. 24 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

É isento do imposto sobre a renda pessoa física o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo valor de alienação, no mês em que esta se realizar seja igual ou inferior a - R$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações negociadas no mercado de balcão, e R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nos demais casos.

O limite de R$ 35.000,00 aplica-se, no caso de operações financeiras sujeitas à apuração de Ganho de Capital em Moeda Estrangeira, em relação ao total das liquidações ou resgates realizados no mês por residente no Brasil.

Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), art. 133, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018; Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, art. 22; Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 24; Instrução Normativa SRF nº 118, de 28 de dezembro de 2000, arts. 1º, 17 e 18; Instrução Normativa RFB nº 599, de 28 de dezembro de 2005, art. 1º; Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, art. 10; ADI SRF nº 8/2003, art. 1º.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Consulta parcialmente ineficaz.

Não produz efeitos a consulta quando o fato estiver disciplinado em ato normativo ou definido em disposição literal de lei.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52, incisos V e VI; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, incisos VII e IX.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 40, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. LUCRO REAL. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 2017. RETROATIVIDADE. POSSIBILIDADE.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

O disposto no §4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2020, aplica-se retroativamente, nos termos do §5º desse mesmo artigo, não podendo desfazer a coisa julgada, e alcança os incentivos e benefícios fiscais instituídos por legislação estadual até a data de início da produção de efeitos da LC n° 160, de 2017.

Na hipótese em que o incentivo ou benefício fiscal ou financeiro-fiscal tenha sido concedido em desacordo com o rito estabelecido pela LC n° 24, de 1975, impõe-se que sejam observadas as exigências de registro e depósito, na Secretaria Executiva do Confaz, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos incentivos/benefícios, a teor do versado no art. 3° da LC n° 160, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. RESULTADO AJUSTADO. EXCLUSÃO. REQUISITOS E CONDIÇÕES. LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 2017. RETROATIVIDADE. POSSIBILIDADE.

A partir da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação da base de cálculo da CSLL apurada na forma do resultado do exercício desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

O disposto no §4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2020, aplica-se retroativamente, nos termos do §5º desse mesmo artigo, não podendo desfazer a coisa julgada, e alcança os incentivos e benefícios fiscais instituídos por legislação estadual até a data de início da produção de efeitos da LC n° 160, de 2017.

Na hipótese em que o incentivo ou benefício fiscal ou financeiro-fiscal tenha sido concedido em desacordo com o rito estabelecido pela LC n° 24, de 1975, impõe-se que sejam observadas as exigências de registro e depósito, na Secretaria Executiva do Confaz, da documentação comprobatória correspondente aos atos concessivos dos incentivos/benefícios, a teor do versado no art. 3° da LC n° 160, de 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, arts. 30 e 50; Lei Complementar nº 160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, § 7º.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA PARCIAL.

É ineficaz a parte da consulta que não identifica o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52; Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 48.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral da Cosit

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 25 DE MARÇO DE 2021

Nº 18.583 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza CHRYSTOPHER SILVA MARINHO, CPF nº 124.931.846-70, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 18.584 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a JULIUS BAER BRASIL CONSULTORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 38.112.093, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 18.585 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza PAULO EDSON MEDEIROS ALBUQUERQUE, CPF nº 627.780.053-15, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 18.586 - O Superintendente de Supervisão de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza DANIEL HENRIQUE MARTINS BIOT, CPF nº 410.861.878-57, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 146, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Renovação de bolsa concedida por Encomenda do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, com a redação alterada pelos Decretos nºs 7.938, de 19 de fevereiro de 2013, e 8.671, de 16 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no Diário oficial da União de 03 de julho de 2017, seção nº 01, páginas nº 40 e 41, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de

Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e considerando o que consta no processo SEI nº 0052600.000446/2020-21, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação de 01 (uma) bolsa concedida por Encomenda, em consonância com os critérios descritos na Portaria Inmetro nº 140, de 22 de maio de 2017, publicada no DOU de 25/05/2017, seção nº 01, páginas nº 42 e 43, por um período de 12 (doze) meses, a contar de 01/03/2021, conforme quadro abaixo.

Nome do Bolsista	Nível da Bolsa	Unidade Responsável
Michelle Moretzsohn Holperin	DCT-2A 60%	DCONF

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2021.

MARCOS HELENO GUERSON DE OLIVEIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 181, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005767/2020-23, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento do Plano Instituído Bem Futuro, sob o CNPB nº 2021.0006-56, administrado pela Fundação CESP, e fixar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a entidade fechada comunique o início de funcionamento do Plano à Previc.

Art. 2 º Aprovar o Convênio de Adesão do Conselho Regional de Economia da 2ª Região - SP, CNPJ nº 62.144.084/0001-94, na condição de instituidor do Plano Instituído Bem Futuro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.777, DE 10 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.619268/2020-87, resolve,

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de EQUATORIAL SEGURADORA S.A. - MICROSSEGUROS, CNPJ nº 21.242.451/0001-05, com sede na cidade de Goiânia - GO, na assembleia geral extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2020:

I - alteração da denominação social para EQUATORIAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Autorizar EQUATORIAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. a operar seguros de pessoas e planos de previdência complementar aberta na primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e oitava regiões do território nacional.

Art. 3º Ratificar que EQUATORIAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. encontra-se autorizada a operar microsseguros de pessoas na primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e oitava regiões do território nacional, na forma prevista no artigo 3º da Circular Susep nº 439, de 27 de junho de 2012.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

PORTARIA SUSEP Nº 7.778, DE 14 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Susep, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no art. 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep nº 15414.600498/2021-53 e nº 15414.600653/2021-31, resolve,

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de XS2 VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 38.122.278/0001-04, com sede na cidade de Brasília - DF, na assembleia geral extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020:

I - destituição e eleição de administradores;

II - aumento do capital social em R$ 7.770.000.000,00, elevando-o para R$ 7.800.000.000,00, dividido em 7.770.100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Aprovar a transferência do controle acionário indireto e da ingerência efetiva nos negócios de XS2 VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. para CNP ASSURANCES S.A., sociedade anônima constituída de acordo com as leis da França, CNPJ nº 05.714.603/0001-79, com sede na cidade de Paris - França.

Art. 3º Ratificar que CAIXA SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 22.543.331/0001-00, com com sede na cidade de Brasília - DF, permanece acionista com participação qualificada em XS2 VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 17 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 219, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Restabelecimento dos incentivos fiscais da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, devido ao adimplemento das obrigações previstas no Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, referentes ao faturamento de bens de informática no ano-base 2016.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e os §§ 7º, 8° e 9º do art. 34 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, e

CONSIDERANDO o adimplemento das obrigações da empresa GIGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA S/A, estabelecidas no Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, decorrentes do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e referentes ao faturamento de bens de informática na Zona Franca de Manaus no ano-base 2016,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.608899/2017-57, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria nº 319, de 22 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2020.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

CASA DA MOEDA DO BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2020
(EM REAIS)

A T I V O		31.12.2020	REAPRESENTADO 31.12.2019	01.01.2019	P A S S I V O		31.12.2020	REAPRESENTADO 31.12.2019	01.01.2019
CIRCULANTE	NOTA	1.094.401.466,73	765.025.152,45	874.274.342,21	CIRCULANTE	NOTA	476.483.713,99	308.154.813,47	623.312.207,00
DISPONÍVEL		526.922.086,98	408.798.368,50	431.511.574,02	FORNECEDORES	(12.1)	141.554.924,88	107.363.024,48	35.921.428,19
BANCOS CONTA MOVIMENTO	(4.1.1)	724.369,57	713.196,27	8.722.243,79	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(13.a)	15.337.278,68	15.111.027,42	9.454.586,10
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(4.1.2)	526.197.717,41	408.085.172,23	422.789.330,23	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(14.0)	3.675.944,37	3.675.944,37	3.675.944,37
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		214.726.881,61	159.857.239,13	207.998.565,30	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(15.0)	11.730.732,82	2.027.396,04	9.767.761,49
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	24.489.821,44	22.020.418,83	35.042.637,33	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00	75.710.977,18
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.4)	(4.526.801,64)	(4.665.344,44)	(160.057,82)	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(17.0)	156.015.687,71	42.159.429,38	300.855.910,74
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	124.803.076,33	55.775.900,01	102.077.620,29	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(18.0)	101.025.473,57	94.061.042,56	144.171.294,10
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	(6.1)	2.700.001,20	3.963.227,92	5.393.050,13	PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS	(13.b)	37.933.928,28	34.170.274,97	37.939.335,84
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7.0)	39.511.724,36	34.009.869,64	51.305.936,81	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(12.2)	9.209.743,68	9.586.674,25	5.814.968,99
OUTROS VALORES A RECEBER	(5.7)	27.749.059,92	48.753.167,17	14.339.378,56					
ESTOQUES	(8.0)	352.512.143,26	195.984.192,70	234.322.500,94					
PRODUTOS ACABADOS		95.516.666,94	79.757.944,55	76.124.408,46					
PRODUTOS EM PROCESSO		87.240.614,25	3.598,48	39.617.869,22					
MATÉRIA-PRIMA		146.400.482,11	110.004.575,88	98.390.662,90					
ALMOXARIFADO		23.321.893,55	6.212.003,72	19.148.967,86					
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		32.486,41	6.070,07	1.040.592,50					
DESPESAS ANTECIPADAS	(6.2)	240.354,88	385.352,12	441.701,95					
				0					0,00
NÃO CIRCULANTE	NOTA	1.647.282.514,06	1.697.062.836,31	2.267.550.008,61	NÃO CIRCULANTE	NOTA	637.172.810,02	373.745.680,46	515.843.878,74
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.099.644.898,06	1.101.530.413,94	1.612.925.474,08	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(27.0)	91.170.444,05	138.463.128,95	77.691.924,23
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	52.796.498,23	48.511.023,53	48.120.347,18	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER	(15.0)	13.589.766,37	13.225.558,82	0,00
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(5.4)	(36.963.182,26)	(30.393.202,09)	0,00	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(19.a)	45.406.049,34	26.152.509,84	21.013.767,51
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	202.820.182,02	205.890.885,16	717.115.500,83	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(18.0)	468.212.325,43	172.117.729,03	394.251.111,50
VALORES A RECEBER EC 93/2016	(5.3)	311.014.931,77	311.014.931,77	0,00	OUTRAS CONTAS A PAGAR	(12.2)	18.794.224,83	23.786.753,82	22.887.075,50
(-) PERDA ESTIMADA C/ CRED SERVIÇOS A FAT / EC 93/2016	(5.4)	(399.949.487,85)	(392.884.460,90)	(59.016.779,64)					
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(7.0)	890.099.264,87	885.320.440,80	879.602.905,22					
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(9.0)	0,00	16.313.871,23	13.246.568,12					
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(20.0)	77.592.039,20	55.646.989,81	11.866.495,17					
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(10.1)	569.139,92	569.139,92	569.139,92					
(-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS	(10.1)	(569.139,92)	(569.139,92)	(569.139,92)					
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	2.234.652,08	2.109.934,63	1.990.437,20					
INVESTIMENTOS		497.055,18	494.739,63	494.932,63					
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	(10.3)	1.669.906,59	1.669.906,59	1.669.906,59					
(-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS	(10.3)	(1.663.818,32)	(1.666.133,87)	(1.665.940,87)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	1.628.027.456,78	1.780.187.494,83	2.002.668.265,08
OBRAS DE ARTE	(10.3)	490.966,91	490.966,91	490.966,91	CAPITAL SOCIAL	(22.0)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
IMOBILIZADO TÉCNICO	(11.1)	542.360.206,17	589.471.389,28	647.342.805,31	RESERVAS DE LUCRO	(23.1)	267.349.642,69	419.509.680,74	641.990.450,99
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.491.840.521,91	1.489.755.351,49	1.485.783.754,31	RESERVA LEGAL	(23.a)	18.576.654,14	18.576.654,14	18.576.654,14
(-) DEPRECIAÇÕES		(944.634.196,29)	(896.123.657,95)	(839.869.028,57)	RESERVA PARA INVESTIMENTOS	(23.c)	240.134.719,70	437.198.956,81	598.908.522,36
(-) PERDA EST. RED. AO VR. RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)		(9.350.811,57)	(6.484.797,18)	(3.305.035,14)	RESERVA ESPECIAL	(23.b)	14.291.822,11	14.291.822,11	14.291.822,11

IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO		4.504.692,12	2.324.492,92	4.715.495,16	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(27.0)	(5.653.553,26)	(50.557.752,32)	10.213.452,38
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		0,00	0,00	17.619,55	RESULTADO DO PERÍODO	(9.0)	-	-	-
INTANGÍVEL	(11.2) 4.1	4.780.354,65	5.566.293,46	6.786.796,59					
T O T A L		2.741.683.980,79	2.462.087.988,76	3.141.824.350,82	T O T A L		2.741.683.980,79	2.462.087.988,76	3.141.824.350,82

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2020

D E S C R I Ç Ã O		EM REAIS	
		31.12.2020	Reapresentado 31.12.2019
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	(24.a)	1.077.779.134,87	1.161.618.547,99
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(24.b)	(776.086.696,56)	(767.653.335,19)
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL		301.692.438,31	393.965.212,80
IV - DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		(514.314.325,88)	(588.185.518,58)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(254.493.751,99)	(351.273.531,39)
DESPESAS COM PESSOAL	(24.c.1)	(198.897.996,20)	(263.060.464,39)
DESPESAS COM MATERIAIS	(24.c.2)	(11.149.455,34)	(8.717.268,26)
DESPESAS COM SERVIÇOS	(24.c.3)	(32.266.335,98)	(60.045.043,47)
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(24.c.4)	(12.179.964,47)	(19.450.755,27)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(24.c.5)	(3.194.978,46)	(61.883.001,23)
OUTRAS DESPESAS / RECEITAS - LÍQUIDAS	(24.c.6)	(256.625.595,43)	(175.028.985,96)
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(212.621.887,57)	(194.220.305,78)
VI - RESULTADO FINANCEIRO		15.557.650,46	32.510.740,23
RECEITAS FINANCEIRAS	(24.d)	29.785.991,35	42.181.878,87
DESPESAS FINANCEIRAS	(24.d)	(14.228.340,89)	(9.671.138,64)
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(197.064.237,11)	(161.709.565,55)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	(16.0)	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(23.c)	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2020
(EM REAIS)

MÉTODO INDIRETO		
D E S C R I Ç Ã O	31.12.2020	Reapresentado 31.12.2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)
AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:		
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	203.789.338,81	178.473.295,48
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	(2.315,55)	193,00
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	50.579.256,78	59.503.388,87
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	2.866.014,39	3.179.762,04
PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA COM ESTOQUES	15.797.745,08	21.945.776,65
PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA COM SELOS FÍSICOS	11.699.793,47	0,00
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	19.253.539,50	5.138.742,33
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	106.919.135,37	106.531.592,82
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:		
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(6.754.877,31)	12.631.542,15
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(65.956.473,18)	436.804.278,67
ADIANTAMENTO A FUNCIONÁRIOS	1.263.226,72	1.429.822,21
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(10.280.678,79)	11.578.531,59
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(21.945.049,39)	(43.780.494,64)
OUTROS CRÉDITOS	9.304.313,78	(34.413.788,61)
ESTOQUES	(172.325.695,64)	16.392.531,59
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	144.997,24	56.349,83
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	(266.550.236,57)	400.698.772,79
AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:		
FORNECEDORES	146.958.053,32	(200.802.037,72)
EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS	5.765.664,14	5.656.441,32
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇOES	4.528.131,45	5.485.193,37
OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(2.388.485,84)	0,00
PROVISÃO PARA FÉRIAS, 13º E ENCARGOS	3.763.653,31	(3.769.060,87)
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	113.856.258,33	(258.696.481,36)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	(5.369.459,56)	4.671.383,58
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	267.113.815,15	(447.454.561,68)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	107.482.713,95	59.775.803,93
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AUMENTO/REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	16.189.153,78	(3.186.800,54)
AUMENTO/REDUÇÃOAQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	(5.548.149,25)	(3.591.231,73)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	10.641.004,53	(6.778.032,27)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
AUMENTO/REDUÇÃO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	(75.710.977,18)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	(75.710.977,18)
VARIAÇÃO LIQUIDA DO CAIXA	118.123.718,48	(22.713.205,52)

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA		
DESCRIÇÃO	R$	
SALDO DO CAIXA NO INICIO DO EXERCÍCIO	408.798.368,50	431.511.574,02
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	526.922.086,98	408.798.368,50
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	118.123.718,48	(22.713.205,52)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2020
(EM REAIS)

D E S C R I Ç Ã O	CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERAVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 01/01/2019	1.360.677.814,09	18.576.654,14	598.908.522,36	14.291.822,11	10.213.452,38	0,00	2.002.668.265,08
1. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(86.816.283,76)	(86.816.283,76)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO:	0,00	0,00	(86.816.283,76)	0,00	0,00	86.816.283,76	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	(86.816.283,76)	0,00	0,00	86.816.283,76	0,00
3. DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	0,00	0,00	0,00	0,00	(60.771.204,70)	0,00	(60.771.204,70)
4. IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERROS (AEA) (23.c)			(74.893.281,79)				(74.893.281,79)
SALDO REAPRESENTADO EM 31/12/2019	1.360.677.814,09	18.576.654,14	437.198.956,81	14.291.822,11	(50.557.752,32)	0,00	1.780.187.494,83
1. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(197.064.237,11)	(197.064.237,11)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO: (23.c)							
COMPENSAÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS (23.c)	0,00	0,00	(197.064.237,11)	0,00	0,00	197.064.237,11	0,00
3. DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA: (27)	0,00	0,00	0,00	0,00	44.904.199,06	0,00	44.904.199,06
SALDO EM 31/12/2020	1.360.677.814,09	18.576.654,14	240.134.719,70	14.291.822,11	(5.653.553,26)	0,00	1.628.027.456,78

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2020

D E S C R I Ç Ã O	EM REAIS	
	31.12.2020	Reapresentado 31.12.2019
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	44.904.199,06	(60.771.204,70)
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(152.160.038,05)	(100.938.360,85)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

DESCRIÇÃO	EM REAIS	
	31.12.2020	Reapresentado 31.12.2019
1 - RECEITAS	885.655.770,34	987.637.360,57
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.105.779.274,52	1.166.622.722,85
1.2) Outras Receitas	72.314,10	134.175,90
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	203.789.338,81	178.473.295,48
1.4) Deduções de Vendas	16.406.479,47	646.242,70
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	586.265.745,14	671.003.372,93
(inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	508.236.265,56	513.473.737,95
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	47.668.242,19	86.397.843,21
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	30.361.237,39	71.131.791,77
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	299.390.025,20	316.633.987,64
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	50.579.256,78	59.503.388,90
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	248.810.768,42	257.130.598,74
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.234.225,60	66.031.688,07
6.1) Receitas financeiras	29.768.909,89	42.172.935,10
6.2) Dividendos	17.081,46	8.943,77
6.3) Outras Receitas	3.448.234,25	23.849.809,20
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	282.044.994,02	323.162.286,81
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	282.044.994,02	323.162.286,81

8.1) Pessoal	378.264.049,72	408.319.974,62
8.1.1 - Remuneração direta	295.404.169,51	285.040.236,36
8.1.2 - Benefícios	64.017.269,05	104.100.636,44
8.1.3 - F.G.T.S.	18.842.611,16	19.179.101,82
8.2) Impostos, taxas e contribuições	84.885.350,00	65.577.251,92
8.2.1 - Federais	79.390.746,57	58.134.238,61
8.2.2 - Estaduais	2.250.234,54	6.855.607,29
8.2.3 - Municipais	3.244.368,89	587.406,02
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	15.959.831,41	10.974.625,82
8.3.1 - Juros	13.345.157,12	8.020.051,69
8.3.2 - Aluguéis	2.614.674,29	2.954.574,13
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)
8.4.1 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2020

NOTA 1 -INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - CONTEXTO OPERACIONAL

(a) Objeto social

A Casa da Moeda do Brasil - CMB - é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973. Vinculada ao Ministério da Economia, e dotada de personalidade jurídica de direito privado, seu capital pertence integralmente à União. Com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º Andar, sala 674, Brasília - DF, CEP 70.040-906, sendo o seu estabelecimento industrial situado à Rua René Bittencourt, 371 - Distrito Industrial de Santa Cruz - RJ, CEP nº 23.565-200. Possui como atividade principal a fabricação de papel-moeda e moeda metálica nacionais, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, atividades de controle fiscal que tratam os artigos 27 a 30 da Lei nº 11.488/2007 e o art. 13 da Lei nº 12.995/2014, além das atividades compatíveis com suas práticas industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva da CMB em 16 de março de 2021.

(b) Principais eventos ocorridos em 2020

(b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019

No dia 05 de novembro de 2019 foi emitida a Medida Provisória nº 902/2019. A Medida Provisória (MPV) nº 902, de 2019, que teve seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020, teve como objetivo dispor sobre o fim da exclusividade da Casa da Moeda do Brasil para as atividades de fabricação de papel moeda, de moeda metálica e de cadernetas de passaporte, de impressão de selos postais e fiscais federais e de controle fiscal de que tratam os arts. 27 ao 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, nos termos em que especifica.

Nesse sentido, promoveu alterações na Lei nº 5.895, de 1973, para dar nova redação ao seu art. 2º - determinando o fim da exclusividade da Casa da Moeda na fabricação de papel moeda, de moeda metálica e de cadernetas de passaporte e a impressão de selos postais e fiscais federais - e para acrescentar os arts. 12-A e 12-B, para, respectivamente: manter a exclusividade constante da antiga redação do art. 2º quanto à fabricação de cadernetas de passaporte e à impressão de selos postais até 31 de dezembro de 2023; e preservar os contratos firmados por inexigibilidade de licitação e eventuais prorrogações firmadas antes do fim desta exclusividade.

Além disso, alterou também, a redação da Lei nº 4.502, de 1964, para acrescentar o § 5º ao seu art. 46, de modo a atribuir à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia a disciplina do uso e dos requisitos de segurança do selo especial, em papel ou em meio digital, a ser aplicado em produtos estrangeiros sujeitos a controle.

Quanto à Lei nº 11.488, de 2007, revogou os §§ 1º e 2º dos arts. 28 e 29 e deu nova redação aos arts. 27 e 28, alterando as regras relativas ao selo de controle utilizado pelos estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros, que deixaram de ser confeccionado com exclusividade pela Casa da Moeda do Brasil.

Ainda quanto à Lei nº 11.488, de 2007, acrescentou parágrafos nos arts. 27 e 28 para fixar regras gerais sobre a contratação e habilitação de pessoas jurídicas que passaram a fornecer os equipamentos contadores de produção e aparelhos de controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos.

Revogou, ainda, o art. 13 da Lei nº 12.995, de 2014, que disciplinava a taxa de utilização do selo de controle aplicado em produtos estrangeiros, de que trata o art. 46 da Lei nº 4.502, de 1964, e dos equipamentos contadores de produção de cigarros, de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 2007. Demais alterações legislativas relatadas supra, a MPV nº 902, de 2019, em seu art. 4º, assevera que a Casa da Moeda do Brasil fica habilitada em caráter provisório, até 31 de dezembro de 2021, a prestar os serviços de integração, instalação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 2007, e a fornecer o selo fiscal de que trata o art. 46 da Lei nº 4.502, de 1964, ao passo que o parágrafo único do mesmo art. 4º autoriza a Casa da Moeda providenciar sua habilitação permanente para as atividades descritas no caput. A seu turno, o art. 6º estipula os preços máximos para a contratação com a Casa da Moeda do Brasil, que prevalecerão enquanto a estatal for a única habilitada a prestar os serviços de integração, instalação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de que tratam os arts. 27 ao 30 da Lei nº 11.488, de 2007.

Por fim, a cláusula de vigência, constante do art. 8º, determinava a entrada em vigor da MPV nº 902, de 2019, na data de sua publicação, com produção de efeitos: a partir de 1º de janeiro de 2020, quanto aos arts. 1º, 2º, 5º, 6º e 7º; e na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

(b.2) Perda da eficácia da Medida Provisória N° 902, de 2019

Conforme dispõem os parágrafos 3º, 10 e 11 do art. 62 da Constituição Federal, § 3º as medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. Essa contagem, conta-se da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

Já o § 10 cita que é vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo. Além disso, o § 11 descreve que se o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservam-se por ela regidas.

De modo que, tendo a MP perdido a eficácia, a partir do dia 15 de abril, a CMB voltou ao status quo anterior à MP. Isso significa, que a CMB voltou a ostentar a qualidade de empresa pública prestadora de serviço público em regime de exclusividade/monopólio por delegação legal da União Federal.

Dessa forma, no que tange às operações/atividades relacionadas à exclusividade, a CMB voltou a fazer jus à imunidade e isenção tributárias.

No que tange às obrigações tributárias constituídas durante a vigência da MP 902/19, como não foi editado o decreto legislativo para regular os fatos ocorridos durante a vigência da medida provisória, estes permaneceram regulados por ela. Nesse cenário, os tributos incidentes sobre as operações da CMB seriam devidos. Contudo, como a CMB ajuizou ações judiciais pleiteando a manutenção da imunidade e da isenção tributária mesmo nesse período, utilizando a premissa de que, mesmo durante a vigência da MP, essa empresa pública federal mantinha a exclusividade de fato das suas atividades, e realizou os depósitos dos tributos em juízo, há que se aguardar o desfecho das lides instauradas.

Quanto aos fatos geradores ocorridos durante a vigência da MP 902/2019 em que ainda não tenham sido recolhidos os tributos incidentes, e que não estejam acobertados por qualquer causa de suspensão da exigibilidade tributária, permaneceu a obrigação de pagamento.

(b.3) Contrato fornecimento de Cédulas de R$ 200,00 (duzentos reais)

A CMB fechou contrato de fornecimento de Cédulas de R$ 200,00 junto ao Banco Central do Brasil - BC. As condições de fornecimento da cédula de R$ 200,00, segundo as condições estabelecidas em Contrato, corresponderam ao Programa de Produção para fornecimento no total de 450.000 milheiros.

(b.4) Contrato fornecimento de Cédulas Argentinas

Foi assinado contrato entre a Sociedad Del Estado Casa de Moneda (SECM) e a Casa da Moeda do Brasil (CMB) em 13/08/2020, para fornecimento 400 milhões de cédulas de 1.000 pesos.

O contrato de fornecimento de insumos foi assinado em 01/09/2020, através do contrato de parceria nº 001/2020, junto a empresa Fedrigoni Brasil Papeis Ltda.

(b.5) Revitalização do Sistema ERP/TOTVS

A CMB, aliada à empresa TOTVS, desenvolveu trabalhos para revitalização do sistema SIGEM/ERP, tendo como principal objetivo a reestruturação dos processos ligados à apuração dos seus custos. O projeto envolveu diversas áreas da CMB, que, de modo direto ou indireto, impactavam nas atividades relacionadas à formação do custo da CMB.

Especificamente, a revitalização do Módulo de Custo objetivou automatizar todas as rotinas que envolviam o processo de apuração dos custos da CMB. As implementações da nova configuração foram postas no módulo de produção a partir de janeiro de 2020.

Essa revitalização buscou aprimorar os apontamentos de custeio em Departamentos de apoio como Gestão da Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Medicina do Trabalho, Departamento de Engenharia e Tecnologia de Produtos e Serviços e Departamento de Logística, em que se aprimoraram as metodologias de apontamentos de custos que estão ligados à fabricação de produtos e serviços.

Além disso, quanto ao consumo de água e energia elétrica ao processo produtivo, foi possível mensurar de forma mais objetiva esses gastos na fabricação de cédulas, moedas e na produção de produtos gráficos em geral.

Os impactos de tais mudanças foram refletidos ao longo do exercício em que o volume de produção foi maior, principalmente dos principais produtos que carregavam maiores custos da CMB, que são as cédulas e moedas.

(b.6) Mudança da Diretoria Executiva da CMB

O Ministério da Economia informou à atual direção da CMB que haveria um processo de transição com a mudança de todos os seus integrantes.

No dia 23 de outubro de 2020, tomou posse como novo Presidente o Oficial da Marinha do Brasil, Sr. Hugo Cavalcante Nogueira.

A nova Diretoria se formou com um novo Diretor Gestão e de Compliance, o Sr. Jean Reiche, servidor de carreira da Controladoria Geral da União; para a Diretoria de Operações assumiu o Sr. Sérgio Perini, e para a Diretoria de Inovação o Sr. Paulo Ricardo, ambos funcionários de carreira da CMB.

(b.7) COVID-19 (CORONAVÍRUS) - Plano de Retomada

De acordo com dados publicados em 16/12/2020, o Rio de Janeiro apresentou aumento na média de mortes provocadas pela doença em relação à média de 14 dias atrás. Mais de dois mil casos da doença vêm sendo registrados por dia no Estado.

Dessa forma, considerando os indicadores do Estado do Rio de Janeiro e da CMB, a Diretoria Executiva decidiu permanecer na fase 3 do plano de retomada. A implantação da fase 4 foi adiada para 05/01/2021 e a da fase 4A para 19/01/2021.

O plano de retomada foi atualizado para contemplar o atual cenário apresentado na CMB e no Estado do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2020, a Diretoria Executiva da CMB decidiu postergar as fases 4, retorno de empregados com idade igual ou superior a 60 anos e 4A, com a liberação de até 100% do efetivo da CMB e a abertura da creche interna, o retorno dos empregados com filhos menores de 12 anos.

Importante ressaltar que o Comitê COVID-19 e a Direção da CMB consideram critérios técnicos com base em indicadores Governamentais, tais como taxa de ocupação de leitos de UTI disponíveis e taxa de crescimento de novos casos; e internos, tais como número de casos suspeitos e confirmados e capacidade de manter o isolamento social recomendado no transporte e restaurante para o avanço, manutenção ou recuo das fases. A CMB está priorizando, em cada etapa, a preservação da saúde dos empregados e terceirizados.

(b.8) Depósito Judicial SICPA

Com decisão proferida em 16/12/2020, nos autos do processo nº 5051577-93.2019.4.02.5101/RJ (CMB x SICPA: medida cautelar para depósito em juízo das parcelas do acordo judicial homologado nos autos do processo judicial 0175750-85.2016.4.02.5101/RJ), o Juiz proferiu entendimento como indevida a compensação feita das parcelas devidas à SICPA, em razão do acordo frente a eventuais débitos desta com a CMB, por importar em ampliação objetiva da demanda após a citação do réu no feito. Em razão disso, determinou o juízo à CMB que comprove o depósito integral de todos os valores não depositados em meses anteriores, e/ou depositados parcialmente no prazo de 15 dias, sob pena de cessação dos efeitos da tutela deferida.

(b.9) Correção do Saldo de Estoques - Reapresentação de 2019.

Ao final do exercício de 2020 foi identificado a presença de saldo incorreto na rubrica de Estoque de produtos acabados no exercício anterior, no montante de R$ 74 milhões. Para correção dessa distorção foi necessária a redução no valor do estoque de produtos acabados do DECED.

Com isso, os saldo de Estoques do exercício de 2019 foram reapresentados, conforme Nota 8.

1.2 - DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As Demonstrações Contábeis da CMB estão sendo apresentadas conforme a orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas Notas Explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 327 anos de existência, 100% pública, e independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, essas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/1976 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E Nº 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31 de dezembro de 2020 em moeda corrente nacional (R$). O critério de mensuração utilizado na elaboração das Demonstrações Contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

2.1 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

(b) Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). O ajuste a valor presente, para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela irrelevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do Balanço Patrimonial. Uma PECLD é registrada quando há evidência objetiva de que a CMB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a PECLD no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, assim como suas reversões.

(c) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, na mensuração subsequente, são valorados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até a sua localização atual e colocação em condições de uso e venda. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada móvel.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e a parcela dos custos fixos apropriados aos produtos conforme critério de rateio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido quando o valor líquido de realização na mensuração subsequente se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como: data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(d) Investimentos

Os investimentos em participação no capital social de outras sociedades são avaliados pelo custo histórico, deduzido de perdas estimadas na realização do seu valor, quando essa perda estiver comprovada como permanente. Tal critério é aplicado aos Investimentos da CMB, pois segundo o CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, nos casos de exceção à aplicação do método de equivalência patrimonial, o item 17 (b) diz que os instrumentos de dívida ou patrimoniais da entidade quando não negociados publicamente (bolsas de valores domésticas ou estrangeiras ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais), devem ser mantidos ao seu custo histórico.

(e) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição à vista acrescido de todos os outros custos diretamente relacionados ao ativo imobilizado de forma a colocá-lo em condições de operação na forma pretendida pela Administração da CMB. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriados, anualmente.

Não há, no caso da CMB, obrigações legais ou contratuais de desmontagem associadas a ativos imobilizados e, portanto, não há constituição de provisões para desmobilização.

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

(f) Intangível

Software

O software adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a software está incluída no custo das vendas de produtos e serviços ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o software está relacionado.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Software e custos diretamente atribuíveis de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de cinco anos na CMB.

(g) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos

Os valores contábeis dos ativos não monetários como imobilizado e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

Assim que apurada, uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida, se o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação.

As Perdas de Redução ao Valor de Recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo e o seu valor em uso. O valor justo é considerado o valor de mercado ajustado e líquido das despesas de venda. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

No caso da CMB, o valor recuperável de melhor representação é o seu valor em uso, já que, dada a especificidade dos seus equipamentos, não há valor de mercado referencial. Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos imobilizados e intangíveis são revisados para possível reversão do impairment na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(h) Fornecedores

Contas a Pagar/Fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo, dada a não relevância do impacto nas Demonstrações Contábeis.

(i) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a CMB tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados (é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente) ou quando o valor pode ser estimado com razoável segurança.

(j) Contingências

O ativo contingente segue deliberação da CMB, consolidado em norma interna sobre o tema, reconhecendo-os como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

O passivo contingente é reconhecido quando é mais provável do que improvável que a CMB será obrigada a fazer pagamentos futuros como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados, a várias reivindicações, processos e ações junto à CMB, relativas a disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos. A classificação quanto à condição de provável, possível e remota, bem como o critério de mensuração das contingências foram elaborados em condições consideradas razoáveis.

(k) Imposto de Renda e Contribuição Social

A forma de tributação em que se enquadra a CMB é a do lucro real anual conforme legislação em vigor, com Provisão para Imposto de Renda à alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro fiscal que ultrapassar R$ 240.000,00 por ano; e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido à alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são reconhecidos no resultado do exercício. A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal na data do Balanço Patrimonial e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

Com relação às constituições Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízo fiscal, deve-se reconhecer o ativo fiscal diferido com relação a prejuízos fiscais à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos. A avaliação dessa situação é de responsabilidade da administração da entidade e requer julgamento das evidências existentes. A ocorrência de prejuízos recorrentes constitui uma dúvida sobre a recuperabilidade do ativo diferido.

O reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido passa, além da existência de dúvidas quanto à continuidade operacional, por outras circunstâncias que não sejam originárias do registro do ativo fiscal diferido. Tais como a inviabilidade de pressuposto sobre projeções de lucros futuros que se tornam cada vez mais imprecisos conforme o período das projeções aumenta.

A CMB, na grande maioria dos seus produtos vendidos e serviços prestados, abrange contratos com períodos limitados a um exercício.

A CMB, ao avaliar a probabilidade de lucro tributável futuro contra o qual possa utilizar os prejuízos fiscais, considera, entre outros critérios, se há oportunidade identificada que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados, pois, não havendo probabilidade de lucro tributável para compensar os prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

(l) Reconhecimento de receita

A CMB reconhece a receita quando ela performa de acordo com o contrato do cliente, ou seu valor puder ser mensurado com segurança, e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida, ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Ao que se refere ao programa SCORPIOS, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar é baseado na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial, administrado pela Receita Federal do Brasil.

NOTA 3 - RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante o exercício de 2020, a CMB identificou a presença de saldo de estoque de produto acabado do DECED erroneamente nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 2019.

Consequentemente, o estoque de produto acabado e o custo dos produtos foram apresentados a maior. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício afetado.

As tabelas a seguir resumem o impacto nas demonstrações financeiras:

3.1 - BALANÇO PATRIMONIAL

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
ESTOQUES	270.877.474,49	(74.893.281,79)	195.984.192,70
PRODUTOS ACABADOS	154.651.226,34	(74.893.281,79)	79.757.944,55
OUTROS ESTOQUES	116.226.248,15	0,00	116.226.248,15
OUTROS	2.266.103.796,06	0,00	2.266.103.796,06
TOTAL DE ATIVOS	2.536.981.270,55	(74.893.281,79)	2.462.087.988,76
TOTAL DE PASSIVOS	681.900.493,93	**0,00**	681.900.493,93
CAPITAL SOCIAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
RESERVAS DE LUCRO	494.402.962,53	(74.893.281,79)	419.509.680,74
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	512.092.238,60	(74.893.281,79)	437.198.956,81
OUTROS	(17.689.276,07)	0,00	(17.689.276,07)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	1.855.080.776,62	(74.893.281,79)	1.780.187.494,83

3.2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	1.161.618.547,99	0,00	1.161.618.547,99
II - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	692.760.053,40	74.893.281,79	767.653.335,19
III - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	468.858.494,59	0,00	393.965.212,80
IV - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	588.185.518,58	0,00	588.185.518,58
V - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(119.327.023,99)	0,00	(194.220.305,78)
VI - RESULTADO FINANCEIRO	32.510.740,23	0,00	32.510.740,23
VII - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(86.816.283,76)	0,00	(161.709.565,55)
VIII - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	0,00	0,00	0,00
IX - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(86.816.283,76)	0,00	(161.709.565,55)

3.3 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	181.424.874,61	74.893.281,79	106.531.592,82
ESTOQUES	(58.500.750,20)	74.893.281,79	16.392.531,59
OUTROS	384.306.241,20	0,00	384.306.241,20
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS	325.805.491,00	74.893.281,79	400.698.772,79
TOTAL: AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(447.454.561,68)	0,00	(447.454.561,68)
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. OPERACIONAIS	59.775.803,93	0,00	59.775.803,93
CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO PELAS ATIV. DE INVEST E FINANC	(82.489.009,45)		(82.489.009,45)
VARIAÇÃO LIQUIDA DO CAIXA	(22.713.205,52)	0,00	(22.713.205,52)

3.4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
CAPITAL	1.360.677.814,09	0,00	1.360.677.814,09
INVESTIMENTOS	512.092.238,60	(74.893.281,79)	437.198.956,81
OUTROS	(17.689.276,07)	0,00	(17.689.276,07)
RESERVAS DE LUCRO	494.402.962,53	(74.893.281,79)	419.509.680,74
TOTAL	1.855.080.776,62	(74.893.281,79)	1.780.187.494,83

3.5 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(86.816.283,76)	(74.893.281,79)	(161.709.565,55)
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	60.771.204,70	0,00	60.771.204,70
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(26.045.079,06)	(74.893.281,79)	(100.938.360,85)

3.6 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS	987.637.360,57	0,00	987.637.360,57
CUSTO DOS PRODUTOS, DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS	438.580.456,16	74.893.281,79	513.473.737,95
OUTROS	157.529.634,98	0,00	157.529.634,98
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	596.110.091,14	74.893.281,79	671.003.372,93
VALOR ADICIONADO BRUTO	391.527.269,43	(74.893.281,79)	316.633.987,64
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	59.503.388,90	0,00	59.503.388,90
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	66.031.688,07	0,00	66.031.688,07
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	398.055.568,60	0,00	323.162.286,81

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
4.1 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
4.1.1 - CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA

VALORES (EM R$)

CAIXA E EQUIVALENTES CAIXA	31/12/2020	31/12/2019
CAIXA/CONTAS CORRENTES	724.369,57	713.196,27
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	526.197.717,41	408.085.172,23
TOTAL	526.922.086,98	408.798.368,50

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado no quadro acima.
4.1.2 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

VALORES (EM R$)

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2020		31/12/2019	
	VALORES (EM R$)	TAXA DE RENTABILIDADE	VALORES (EM R$)	TAXA DE RENTABILIDADE
BANCO DO BRASIL (BB EXTRAMERCADO)	526.197.717,41	3,8234%	408.085.172,23	6,8101%
TOTAL	526.197.717,41		408.085.172,23	

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3284 de 25 de maio de 2005 e suas alterações, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB são efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., sem prazo definido e sem taxa de penalidade em caso de resgate.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E OUTROS CRÉDITOS
5.1 - CONTAS A RECEBER BRUTO

VALORES (EM R$)

CLIENTES	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a Receber de Clientes - AC (a.1)	24.489.821,44	22.020.418,83
Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	15.474.308,63	11.397.994,40
Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	11.085.921,45	8.592.255,51
Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	26.236.268,15	28.520.773,62
Duplicatas a Receber de Clientes - Subtotal - ANC (a.2)	52.796.498,23	48.511.023,53
SUBTOTAL (AC + ANC)	77.286.319,67	70.531.442,36

Essa rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2020.

A CMB, em sua política comercial, não realiza venda de longo prazo. O saldo constante de clientes do Ativo Não Circulante se refere à prática de controle e acompanhamento de clientes inadimplentes há mais de um exercício transferidos do Ativo Circulante. Por conta desse critério, não foi aplicado o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber pela não relevância do impacto nas demonstrações.

A rubrica apresenta variação de R$ 6.754.877,31 evidenciada a seguir:

(a.1) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Circulante

A variação da conta Clientes a Receber AC foi de R$ 2.469.402,61.

A variação total de R$ 2.469.402,61 foi ,integralmente, formada pela diminuição de R$ 13.318.726,17 , o concomitante aumento de R$16.110.765,74 e a dimunição de R$ 322.636,96 de outros valores.

A diminuição de R$ 13.318.726,17 foi composta da seguinte maneira: 1) R$ 9.278.618,67 do Departamento de Polícia Federal; 2) Queda de R$ 4.040.107,50 da Fedrigoni Brasil Papéis. O aumento de R$ 16.110.765,74 foi referente aos aumentos dos valores dos seguintes clientes: 1) Ministério das Relações Exteriores de R$ 2.509.560,00; 2) Sociedad Del Estado Casa De Moneda Argentina de R$ 8.148.591,89 ; 3) Scorpios - Parceria Pharos de R$ 5.452.613,85.

No caso da parceria Pharos, entre os períodos de 1º de janeiro à 14 de abril de 2020, devido aos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) - Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa, que retirou a exclusividade da CMB, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar passou a ser baseado em 100% leitura/contagem mensal, com seu faturamento realizado diretamente aos Fumageiros.

Entretanto, com a perda da eficácia da MP, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar voltou a ser baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros SELOS FÍSICOS.

(a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante

As principais variações da rubrica se referem ao aumento R$ 4.076.314,23 de Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC transferidos do Ativo Circulante, e de Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC de R$ 2.493.665,94 devido à variação cambial do exercício. A redução de R$ 2.284.505,47 se refere à baixa de recebimentos antecipados de Envasadores de bebidas.

5.2 - SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO

VALORES (EM R$)

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	31/12/2020	31/12/2019
Selo Digital - Parceria Pharos - AC	100.165.604,27	47.374.356,12
Selo Físico - Parceria Pharos - AC	24.637.472,06	8.401.543,89
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - AC (a.1)	124.803.076,33	55.775.900,01
Programa Sicobe - ANC	165.099.968,63	182.579.592,90
Programa Scorpios - ANC	12.693.214,23	19.285.097,15
Parceria Pharos - ANC	25.026.999,16	4.026.195,11
Serviços Executados a Faturar - Subtotal - ANC (a.2)	202.820.182,02	205.890.885,16
SUBTOTAL (AC + ANC)	327.623.258,35	261.666.785,17

A rubrica Serviços Executados a Faturar apresenta o saldo de valores a faturar sobre serviços decorrentes da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

O Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe), regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 869/2008, era instalado nos estabelecimentos industriais Envasadores de cervejas, refrigerantes e águas pela Casa da Moeda do Brasil sob supervisão, acompanhamento e observância aos requisitos de segurança e controle fiscal estabelecidos pela Receita Federal do Brasil. Além de contar a quantidade de produtos fabricados pelos estabelecimentos industriais, o Sicobe também efetuava a identificação do tipo de produto, embalagem e sua respectiva marca comercial.

As bebidas eram, ainda, marcadas pelo Sicobe, com códigos seguros que funcionavam como uma espécie de assinatura digital, e possibilitava à Receita Federal fazer o rastreamento individual de cada bebida produzida no país. Esses códigos possuíam informações, dentre outras, sobre o fabricante, a marca comercial e a data de fabricação do produto. O Sicobe permitiu Receita Federal controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas no país, mediante a utilização de equipamentos e aparelhos para o controle, registro, gravação e transmissão das informações à sua base de dados.

A obrigatoriedade de instalação dos contadores de produção no setor de bebidas foi estabelecida pelo art. 58-T da Lei nº 10.833/2003, incluído pela Lei nº 11.827/2008, para se adequar à nova sistemática de tributação do setor, baseada no tipo de embalagem, marca comercial e preço. Porém a obrigatoriedade foi suspensa pela RFB em 13 de dezembro de 2016, por meio do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 75/2016.

Além do SICOBE, o Brasil, como signatário da Organização Mundial da Saúde - OMS, adotou o tratado internacional para o controle do tabaco, Convenção-Quadro, através da Lei 11.488/2007 em seu Art. 27, os estabelecimentos industriais fabricantes de cigarros estão obrigados à instalação de equipamentos contadores de produção de cigarros, bem como de aparelhos para o controle, registro, gravação e transmissão dos quantitativos medidos na forma, condições e prazos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, denominado Programa Scorpios.

A rubrica apresenta variação de R$ 90.027.980,37 evidenciada a seguir:

(a.1) Serviços Executados a Faturar - Ativo Circulante

Destaca-se a rubrica Serviços Executados a Faturar - Parceria Pharos em que a segregação busca evidenciar o saldo de Serviços Executados a Faturar de cada contrato de prestação de serviço, mesmo sendo o mesmo tipo de serviço prestado, pois esse último entrou em vigor somente a partir de setembro de 2018.

Até 31 de dezembro de 2019, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar estava baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros SELOS FÍSICOS, administrados pela Receita Federal do Brasil, devido à retenção de 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

O repasse de tais valores aos cofres da CMB ocorreu com base na Portaria MF nº 480 que disciplinou os procedimentos no âmbito Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

Conforme apresentado no item 5 (a.1), entre os períodos de 1º de janeiro à 14 de abril de 2020, devido aos efeitos da MP 902/2019, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar passou a ser baseado em 100% leitura/contagem mensal; entretanto, com a perda da eficácia da MP, o reconhecimento dos Serviços Executados a Faturar voltou a ser baseado em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SCORPIOS e dos DARFs recolhidos pelos Fumageiros SELOS FÍSICOS.

As principais variações da rubrica no aumento R$ 69.027.176,32 se referem ao aumento de R$ 52.791.248,15 de Selo Digital - Parceria Pharos e de R$ 16.235.928,17 de Selo Físico - Parceria Pharos devido ao reconhecimento dos serviços prestados e a não conciliação dos valores recebidos, pois os mesmos foram feitos pela RFB à CMB no dia 31/12/20 referente aos 2º e 3º trimestres de 2020.

(a.2) Serviços Executados a Faturar - Ativo Não Circulante

As principais variações da rubrica se referem à redução de R$ 17.479.624,27 e R$ 6.591.882,92 por conta da baixa de recebimentos antecipados dos programas SICOBE e SCORPIOS, respectivamente.

O aumento de R$ 21.000.804,05 se refere à transferência dos saldos de inadimplentes de Serviços Executados a Faturar - Parceria Pharos - Selos Digitais do Ativo Circulante devido à falta de expectativa de realização no curto prazo.

5.3 - VALORES A RECEBER EC 93/2016 BRUTO

VALORES (EM R$)

VALORES A RECEBER EC 93/2016	31/12/2020	31/12/2019
Valores a Receber EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
SUBTOTAL	311.014.931,77	311.014.931,77

A rubrica Valores a Receber EC/96, R$ 311.014.931,77, representa parcela dos efeitos retroativos sobre os recebimentos ocorridos de janeiro a agosto de 2016, que constavam no saldo de contas a receber de 2016 e já haviam sido recebidos até setembro de 2016, e foram descontados nos repasses efetuados entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019 e que só puderam ser efetivamente identificados e evidenciados após a conciliação e emissão das NF emitidas nos respectivos períodos citados acima.

A conta Valores a Receber EC 93/2016 foi aberta para evidenciar o desconto de tais valores nos recebimentos ocorridos entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019.

5.4 - PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Administração definiu como critério para reconhecimento da PECLD o saldo de inadimplentes acima de 180 dias na integralidade dos saldos em aberto.

O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações.

Com relação aos programas de rastreabilidade de selos de bebidas e de cigarros, consideram-se clientes inadimplentes aqueles em aberto após a efetiva emissão das faturas nos respectivos períodos.

Além disso, considera-se saldo líquido de clientes inadimplentes para esses programas o saldo de inadimplentes deduzido do último percentual de repasse à prestadora.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

(a) PECLD - Clientes Comerciais

VALORES (EM R$)

PECLD - CLIENTES COMERCIAIS (a)	31/12/2020	31/12/2019
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - AC	(4.526.801,64)	(4.665.344,44)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes Comerciais - ANC	(15.474.308,63)	(11.397.994,40)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior - ANC	(11.085.921,45)	(8.592.255,51)
(-) PECLD - Duplicatas a Receber - Envasadores de Bebidas - ANC	(10.402.952,18)	(10.402.952,18)
Subtotal - ANC	(36.963.182,26)	(30.393.202,09)
SUBTOTAL	(41.489.983,90)	(35.058.546,53)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2020		(6.431.437,37)

O efeito negativo no resultado de R$ 6.431.437,37 se deve ao aumento de R$ 4.076.314,20 da PECLD de Clientes Comerciais do Ativo Não Circulante, e ao aumento de R$ 2.493.665,94 de Duplicatas a Receber - Clientes do Exterior provocado pelo efeito da variação cambial do período.

(b) PECLD - Serviços a Faturar

VALORES (EM R$)

PECLD - SERVIÇOS A FATURAR (b)	31/12/2020	31/12/2019
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Sicobe - ANC	(66.864.539,99)	(66.864.539,99)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Programa Scorpios - ANC	(12.655.616,85)	(15.004.989,14)
(-) PECLD - Serviços Exec a Faturar - Parceria Pharos - ANC	(9.414.399,24)	0,00
Subtotal - ANC	(88.934.556,08)	(81.869.529,13)
SUBTOTAL	(88.934.556,08)	(81.869.529,13)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2020		(7.065.026,95)

O efeito negativo no resultado de R$ 7.065.026,95 se deve à constituição da PECLD - Serviços Executados a Faturar - Parceria Pharos no valor de R$ 9.414.399,24, sendo R$ 2.349.372,29 relativos à segregação da parcela de PECLD DE 2019 de Serviços Executados a Faturar - Programa Scorpios.

(c) PECLD - Valores a Receber EC 93/2016

VALORES (EM R$)

PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016 (c)	31/12/2020	31/12/2019
(-) PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
SUBTOTAL	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
EFEITO LÍQUIDO NO RESULTADO - 2020		0,00

Com relação às Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) sobre Valores a Receber EC 93/2016, a CMB emitiu a Circular - CIR.DETED 003/2019 que define os critérios e parâmetros para baixa dos valores em recebimentos antecipados e emissão das Notas Fiscais, de modo a regulamentar internamente os efeitos da Emenda Constitucional nº 93 de 8 de setembro de 2016 e da Portaria MF nº 480/2018.

A EC 93/2016 definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de Desvinculação da Receita da União - DRU, aliado ao disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos retroativos a partir de 1º de Janeiro de 2016, incidindo, assim, sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil - CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros.

A Secretaria de Tesouro Nacional - STN procedeu ao ajuste nos códigos de DARF 4805 - Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 - Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 1º de janeiro de 2016.

Em 6 de dezembro de 2018, foi publicada a Portaria MF nº 480 que disciplinou os procedimentos no âmbito Ministério da Fazenda, atual Ministério da Economia, para execução e destinação da receita decorrente das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, e a segregação dos percentuais ainda retidos de Desvinculação da Receita da União (DRU) na ordem de 30% dos valores arrecadados.

Dessa forma, os pagamentos das operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais passaram a ocorrer até o último dia útil do trimestre civil subsequente à arrecadação da mesma.

A partir de dezembro de 2018 foram repassados os valores retidos referentes às operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, sendo recebido em 2018 R$ 252.772.200,02 e no primeiro trimestre de 2019 R$ 103.009.827,80 totalizando R$ 355.782.027,82. Esse valor se refere à diferença repassada a CMB dos valores arrecadados dos códigos de DARF 4805 - Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 - Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção referente às competências de 2016 a 2018 deduzidos do percentual de DRU.

A circular que objetiva regulamentar os efeitos da apuração e conciliação dos saldos a receber de Envasadores e Fumageiros considera a mudança de metodologia de repasse feita após a emissão da Portaria MF nº 480/2018, além dos efeitos da EC 93/2016, de modo que, a emissão efetiva das notas fiscais sobre os serviços a faturar passa a ser feita sobre os valores líquidos de DRU, ou seja, em 70% das arrecadações dos códigos DARF 4805 e 4811.

Após o último repasse efetuado à CMB referente aos exercícios de 2016 a 2018, a área de operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais, auferiu os valores recebidos das referidas competências, emitindo, assim, em 31 de maio e 22 de agosto de 2019 as notas fiscais sobre tais serviços a faturar.

Somente após a emissão da Portaria nº 480 em 6 de dezembro de 2018 e o efetivo repasse iniciado em dezembro de 2018 e finalizado em fevereiro de 2019, pode-se ter certeza de que a CMB receberia os valores referentes às operações de Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais do período de 2016 a 2018.

A conciliação dos valores repassados dos códigos DARF 4805 e 4811 evidenciou, efetivamente, os efeitos da EC 93/2016 de forma retroativa, pois incidiu sobre os repasses que já haviam sido feitos aos cofres da CMB de janeiro de 2016 a agosto de 2016 em 100% dos valores arrecadados sobre os referidos DARF.

Esse valor corresponde a R$ 311.014.931,77 que foi descontado dos repasses efetuados entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2019.

Cabe destacar que do valor de R$ 311.014.931,77, R$ 190.292.874,48 (R$ 176.352.003,52 - programa SICOBE e R$ 13.940.870,96 - progrma SCORPIOS) se referem a parcelas que no período de janeiro a agosto de 2016, já haviam sido repassadas à prestadora de serviços Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda, por força de contrato.

A CMB decidiu assumir como Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa a parcela da prestadora após avaliar o teor da decisão judicial proferida no item 1.1 (b.8) - Depósito Judicial SICPA.

5.5 - CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDOS

(a) Contas a Receber Líquido

VALORES (EM R$)

CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
CONTAS A RECEBER BRUTO - AC	24.489.821,44	22.020.418,83
(-) PECLD - AC	(4.526.801,64)	(4.665.344,44)
Subtotal - AC	19.963.019,80	17.355.074,39
CONTAS A RECEBER BRUTO - ANC	52.796.498,23	48.511.023,53
(-) PECLD - ANC	(36.963.182,26)	(30.393.202,09)
Subtotal - ANC	15.833.315,97	18.117.821,44
TOTAL	35.796.335,77	35.472.895,83

(b) Serviços Executados a Faturar Líquido

VALORES (EM R$)

SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - AC	124.803.076,33	55.775.900,01

Subtotal - AC	124.803.076,33	55.775.900,01
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR BRUTO - ANC	202.820.182,02	205.890.885,16
(-) PECLD - ANC	(88.934.556,08)	(81.869.529,13)
Subtotal - ANC	113.885.625,94	124.021.356,03
TOTAL	238.688.702,27	179.797.256,04

(c) Valores a Receber EC 93/2016 Líquido

VALORES (EM R$)

VALORES A RECEBER EC 93/2016 LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
VALORES A RECEBER EC 93/2016 - ANC	311.014.931,77	311.014.931,77
(-) PECLD - ANC	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
TOTAL	0,00	0,00

5.6 - AGING DO CONTAS A RECEBER, SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR E VALORES A RECEBER EC 93/2016

VALORES (EM R$)

CLIENTES	A vencer	Vencidos até 6 meses	Vencidos de 6 a 12 meses	Vencidos há mais de 12 meses	Saldo em 31/12/2020
CLIENTES	16.965.361,44	271.351,44	7.253.108,56	52.796.498,23	77.286.319,67
PECLD - CLIENTES COMERCIAIS	0,00	0,00	(4.526.801,64)	(36.963.182,26)	(41.489.983,90)
SUBTOTAL	16.965.361,44	271.351,44	2.726.306,93	15.833.315,97	35.796.335,78
SERVIÇOS A FATURAR	124.803.076,33	0,00	0,00	202.820.182,02	327.623.258,35
PECLD - SERVIÇOS A FATURAR	0,00	0,00	0,00	(88.934.556,08)	(88.934.556,08)
SUBTOTAL	124.803.076,33	0,00	0,00	113.885.625,94	238.688.702,27
VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	311.014.931,77	311.014.931,77
PECLD - VALORES A RECEBER EC 93/2016	0,00	0,00	0,00	(311.014.931,77)	(311.014.931,77)
SUBTOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	141.768.437,77	271.351,44	2.726.306,93	129.718.941,91	274.485.038,04

O Aging List segrega os saldos a receber em prazos de vencimento pelos valores de Contas a Receber Bruto deduzidos dos seus respectivos saldos de PECLD.

5.7 - OUTROS VALORES A RECEBER

VALORES (EM R$)

OUTROS CRÉDITOS	31/12/2020	31/12/2019
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	323.063,78	346.863,23
CREDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL (a)	2.414.198,13	3.279.156,08
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (b)	25.011.798,01	45.127.147,86
TOTAL	27.749.059,92	48.753.167,17

O saldo da rubrica CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB por seus empregados alocados a outros Órgãos Públicos, cujas remunerações devem ser reembolsadas à CMB pelas Instituições às quais tais empregados estão cedidos. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais. Além disso, também tem utilizado desta metodologia como prática de redução dos gastos com pessoal ao disponibilizar empregados a outras entidades.

(a) Créditos por Cessão de Pessoal

VALORES (EM R$)

CRÉDITOS POR CESSÃO DE PESSOAL	31/12/2020	31/12/2019
CIFRAO FUNDACAO DE PREVIDENCIA DA CMB	39.763,99	59.018,22
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO	241.991,36	179.606,07
MINISTERIO DO PLAN. DESENV. E GESTAO- MP	50.788,75	188.817,26
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	38.641,93	67.683,33
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE	153.771,73	66.482,00
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIAO	270.768,11	259.328,43
FUNDACAO I.B.G.E.	48.293,46	78.125,74
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RJ.	687.801,86	1.754.719,14
INST.FED.EDUC.CIENC. E TECNOLOGIA DO RJ.	407.719,22	407.719,22
MINISTERIO DA ECONOMIA/FAZENDA	96.899,58	83.572,40
(INATIVA) DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	0,00	8.303,05
UGR PRO-REITORIA DE GESTAO PESSOAS UFSJ	48.461,72	125.781,22
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR - DF	143.032,78	0,00
SECRET.NACIONAL DE JUSTICA - SENAJUS	42.269,74	0,00
INT - INST. NAC. DE TECNOLOGIA	28.957,21	0,00
MINISTERIO DA JUSTICA SEGURANCA PUBLICA	37.257,03	0,00
FUNDACAO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	24.011,53	0,00
COMISSAO NAC DE ENERGIA NUCLEAR	53.768,13	0,00
TOTAL	2.414.198,13	3.279.156,08

(b) Outros Créditos a Receber

VALORES (EM R$)

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	31/12/2020	31/12/2019
RECOMPRA DE SELOS FÍSICOS - SRF	11.699.793,47	11.699.793,47
(-) PERDA ESTIMADA COM RECOMPRA SELOS FÍSCOS	(11.699.793,47)	0,00
KBA NOTASYS	142.922,87	30.682.565,11
OUTROS CÉDITOS A RECEBER	24.868.875,14	2.744.789,28
TOTAL	25.011.798,01	45.127.147,86

Na rubrica Outros Créditos a Receber, que totaliza R$ 25.011.798,01; destacam-se R$ 11.699.793,47; que se referem a um contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra de estoques dos selos fiscais - Selos de Controle Físico - entre a CMB e a UNIÃO, por intermédio da RFB. O contrato de ressarcimento, compra e venda por um procedimento de recompra dos estoques dos selos de controle físicos formados pela RFB e ainda aptos para distribuição e o ressarcimento dos selos de controle físicos fornecidos pela CMB aos fabricantes, firma-se mediante pagamento de taxa instituída pelo art. 13, § 4º, I da Lei 12.995/2014; entretanto, devido à falta de previsibilidade no ressarcimento de tais valores, a Administração reconheceu perda estimada com recompra de Selos Físicos no valor integral da recompra.

A redução de R$ 30.539.642,24 da KBA Notasys refere-se à compensação do adiantamento sobre processos de importação de insumos para produção de Passaportes. Já o aumento de R$ 22.124.085,86 em Outros Créditos a Receber tem o destaque de importações da HID GLOBAL CID SAS no valor de R$ 16.039.500,02 referente à aquisição de equipamento automático para personalização de passaportes.

5.8 - OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS

VALORES (EM R$)

OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS	31/12/2020	31/12/2019
NOTAS DO TESOURO NACIONAL	2.234.652,08	2.109.934,63
TOTAL	2.234.652,08	2.109.934,63

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto n° 3.859 de 04 de julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das Notas do Tesouro Nacional - NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

NOTA 6 - ADIANTAMENTOS
6.1 - ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

VALORES (EM R$)

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
ADIANTAMENTO DE FERIAS	2.700.001,20	3.963.227,92
TOTAL	2.700.001,20	3.963.227,92

Os valores referentes ao Adiantamento de Férias foram constituídos com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/1943 - que determina o pagamento até (02) dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

6.2 - DESPESAS ANTECIPADAS

VALORES (EM R$)

DESPESAS ANTECIPADAS	31/12/2020	31/12/2019
PREMIOS DE SEGURO A APROPRIAR	240.354,88	385.352,12
TOTAL	240.354,88	385.352,12

Prêmios de seguros a apropriar referente ao seguro de risco de nomeados e operacionais.

NOTA 7 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR

VALORES (EM R$)

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2020	31/12/2019
ICMS A RECUPERAR - ANC (a)	15.174.284,55	15.174.284,55
IPI A RECUPERAR - AC (b)	17.814,46	0,00
IPI A RECUPERAR - ANC (b)	10.168.153,31	10.168.153,31
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - AC (c)	32.066.341,50	25.036.471,35
COFINS E PIS A RECUPERAR - Insumos - ANC (c)	680.123.726,75	655.087.255,40
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - AC (d)	4.135.922,12	4.072.378,82
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário - ANC (d)	108.533.137,32	132.067.660,43
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras - AC (e)	2.902.787,53	4.780.777,79
IRRF E CSLL A COMPENSAR - Ret de Órgãos Públicos - AC (f)	356.281,68	115.570,05
COFINS E PASEP - Retenção de Órgãos Públicos - ANC (g)	142.997.074,06	139.720.198,23
OUTROS TRIBUTOS - AC (h)	32.577,07	4.671,63
TOTAL	996.508.100,35	986.227.421,56

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR BRUTO	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	39.511.724,36	34.009.869,64
Ativo Não Circulante	956.996.375,99	952.217.551,92
TOTAL	996.508.100,35	986.227.421,56

VALORES (EM R$)

PERDAS ESTIMADAS COM TRIBUTOS - ANC	31/12/2020	31/12/2019
(-) PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR (a)	(15.174.284,55)	(15.174.284,55)
(-) PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR (b)	(10.168.153,31)	(10.168.153,31)
(-) PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS S/ INSUMOS (c)	(18.555.585,27)	(18.555.585,27)
(-) PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (g)	(22.999.087,99)	(22.999.087,99)
TOTAL	(66.897.111,12)	(66.897.111,12)

VALORES (EM R$)

TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR LÍQUIDOS	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	39.511.724,36	34.009.869,64
Ativo Não Circulante	956.996.375,99	952.217.551,92
Perdas Estimadas com Tributos - ANC	(66.897.111,12)	(66.897.111,12)
Subtotal - ANC	890.099.264,87	885.320.440,80
TOTAL	929.610.989,23	919.330.310,44

(a) ICMS A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM ICMS A RECUPERAR

O saldo de ICMS a Recuperar, R$ 15.174.284,55, ora registrado no Ativo Circulante, foi transferido para o Ativo Não Circulante. Tal transferência se deve à falta de perspectiva de realização, pois segundo revisão dos procedimentos fiscais e diagnóstico fiscal dos saldos tributários identificou-se que não há disposição legal expressa ou documentação apta a suportar tais saldos e os precedentes sobre o assunto são desfavoráveis ao procedimento adotado pela CMB. Tal fato reside na tomada de crédito sobre energia elétrica destinada à industrialização.

Não obstante à transferência para o Ativo Não Circulante, a CMB constituiu Perda Estimada com Realização de ICMS a Recuperar, R$ 15.174.284,55, pois para tais créditos não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para serem caraterizados como Ativo.

(b) IPI A RECUPERAR e PERDA ESTIMADA COM IPI A RECUPERAR

Os créditos de IPI, escriturados na forma da legislação específica, são utilizados pela CMB, que os escriturou na dedução, em sua escrita fiscal, dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados.

Os créditos de IPI que, ao final de um período de apuração, remanescem da dedução dos débitos decorrentes das saídas de produtos tributados são mantidos na escrita fiscal da CMB para posterior dedução de débitos do IPI a períodos subsequentes de apuração.

O valor de R$ 17.814,46 de IPI A RECUPERAR é proveniente de créditos tributários na aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação/serviços com exclusividade, conforme legislação vigente.

Para o saldo de IPI a Recuperar, também houve transferência do Ativo Circulante para o Ativo Não Circulante, também, por falta de perspectiva de realização. Existem precedentes administrativos e/ou judiciais contra o procedimento adotado pela CMB, e não há documentação apta a suportá-lo ou este é divergente aos valores encontrados. Tal fato reside na tomada de crédito sobre Insumos para Passaporte, pois tal atividade é considerada prestação de serviço.

Não obstante à transferência para o Ativo Não Circulante, a CMB constituiu Perda Estimada com Realização de IPI a Recuperar, R$ 10.168.153,31, pois para tais créditos não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros para serem caraterizados como Ativo.

(c) COFINS E PIS A RECUPERAR - INSUMOS e PERDA ESTIMADA COM COFINS E PIS A RECUPAR SOBRE INSUMOS

Os valores de COFINS E PIS A RECUPERAR, R$ 680.123.726,75 e R$ 32.411.233,84, respectivamente, são provenientes da aquisição de matéria-prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

A variação dessa rubrica refere-se ao saldo dos créditos de insumos apurados no exercício.

A CMB recebeu um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB por meio do Processo 10166-722.980/2014-70, onde foi negado o direito de creditamento dos saldos credores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, advindos de aquisição de insumos de produtos exclusivos. Principalmente dos Programas SICOBE/SCORPIOS, cujas receitas são isentas de contribuições, em função da imunidade tributária recíproca de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal e por força da obrigatória vinculação da pessoa jurídica referenciada ao regime cumulativo, conforme determinam o artigo 10, inciso IV da Lei 10.833/2003, e o artigo 8º, incisivo IV da Lei 10.637/2002, no período de apuração de 1º de abril de 2008 a 31 de dezembro de 2011.

Durante esse período de apuração, os produtos monopolizados não estavam abrangidos pela imunidade a impostos e gozavam de isenção prevista com base na Lei 5.895/1973, Lei de Criação da Casa da Moeda.

Após julgado improcedente, a defesa da CMB apresentou recurso ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais - CARF, que também não reconheceu o direito creditório, por considerar que a CMB deveria calcular o PIS/PASEP e COFINS sob o regime cumulativo, o qual não prevê a tomada de crédito.

Deste modo a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB indeferiu todos os pedidos de ressarcimento apresentados pela CMB no período de 1º de abril a 31 de dezembro de 2011, perfazendo um total de 24 PERD'SCOMP, num montante de R$ 195.854.950,20.

Após ajuizamento pela CMB, foi declarada, em 2018, tutela de urgência e conferido o direito de utilizar o regime de incidência não-cumulativa na apuração do PIS/PASEP e da COFINS em suas operações contábeis.

Apesar da concessão da liminar, a questão versada no processo é inovadora. Isso porque envolve o pedido de manutenção em um regime típico de empresa privada para uma estatal prestadora de serviço público. O tratamento dado através da Fazenda Pública pelo Judiciário implica, para os entes públicos, o regime cumulativo de apuração do PIS e da COFINS.

Nesse sentido, vale dizer, que o juiz de primeira instância deslocou a competência para uma das varas do DF/Brasília, em que a CMB interpôs recurso que tramita no Tribunal Regional Federal da 2ª região.

Dessa forma, já que existe decisão judicial favorável, mesmo que liminar, conforme avaliação do Departamento Jurídico, mantém-se viável a recuperabilidade do crédito tributário.

Não obstante a manutenção do Regime Não-cumulativo, mesmo que liminarmente, a CMB considerou como base para validação dos créditos de PIS/COFINS sobre Insumos os seguintes fatores:

O julgamento do Recurso Especial n º 1 221 170 PR/ 2018 pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou entendimento acerca do conceito de insumo para o cálculo de créditos de PIS e COFINS devendo ser auferido à luz dos critérios de essencialidade e/ou relevância;

A Instrução Normativa 1.911 de outubro de 2019 da Receita Federal regulamentou a apuração de PIS e COFINS, que em seu artigo 172 restou definida a normatização da Receita Federal para o conceito de insumos definido pelo STJ, apresentando, inclusive entendimento acerca das principais despesas.

Com relação às categorias de creditamento para PIS/COFINS sobre insumos, os bens e serviços que correspondem à grande maioria dos valores creditados, a Consultoria entende que a CMB se enquadra no Artigo 3º, II da Lei 10.833/2003 e no Artigo 172 § 1 º, II da IN RFB1.911/2019.

Artigo 3º, II da Lei 10.833/2003: Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a: II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi.

Artigo 172 § 1 º, II da IN RFB1.911/2019: Art. 172. Para efeitos do disposto nesta Subseção, consideram-se insumos os bens ou serviços considerados essenciais ou relevantes, que integram o processo de produção ou fabricação de bens destinados à venda ou de prestação de serviços (Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, caput, inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004, art. 37; e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput, inciso II, com redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004, art. 21). § 1º Consideram-se insumos, inclusive: II - bens ou serviços considerados essenciais ou relevantes, que integram o processo de produção ou fabricação de bens ou de prestação de serviços e que sejam considerados insumos na produção ou fabricação de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

Dentre as linhas de negócios exercidas pela CMB, destacavam-se SICOBE e SCORPIOS, os quais eram exercidos com exclusividade, na forma do artigo 2º § 1 da Lei 5.895/1973. Considerando que a empresa SICPA era a única no Brasil com tecnologia suficiente para efetivar o controle de produção de bebidas e cigarros, estabeleceu-se uma relação jurídica onde a CMB tomava os serviços da SICPA para poder prestar seus serviços à RFB. Nesta linha, torna-se cristalino que os serviços prestados pela SICPA à CMB podem ser tratados como insumos à atividade final desempenhada na prestação de serviços da CMB à RFB.

A rubrica Perda Estimada com Créditos Tributários a Recuperar de PIS e COFINS no valor de R$ 18.555.585,27 refere-se à COFINS do período do 4º Trimestre de 2010 e 1º Trimestre de 2011, e ao PIS do 1º Trimestre de 2010, pois não houve oportunidade de se fazer, à época, Pedido de Restituição, visto que a Casa da Moeda do Brasil (CMB) encontrava-se em período de Autuação Fiscal.

(d) IR E CSLL A RECUPERAR - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

A CMB, para os tributos passíveis de pedido de restituição e/ou compensação (PER/DCOMP) junto à RFB, utiliza, como prática de controle e acompanhamento tributário, a transferência para o longo prazo dos saldos credores dos PER/DCOMP realizados, reclassificando-os quando do despacho decisório favorável emitido pela RFB, em virtude da expectativa de recebimento através de restituição.

A Rubrica IR e CSLL A RECUPERAR refere-se a PER/DCOMP sobre saldos negativos de IRPJ e CSLL com despachos decisórios emitidos.

Os valores de R$ 4.135.922,12 e R$ 108.533.137,32 do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar são referentes a créditos tributários acumulados provenientes de saldos negativos de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. A variação dos saldos das contas refere-se à DCOMP do período utilizadas para compensações com os Saldos Negativos de IRPJ/CSLL.

Ressalta-se que, através de revisão dos procedimentos fiscais e diagnóstico fiscal dos saldos tributários, identificou-se uma exclusão a menor das vendas de produtos monopolizados da base de cálculo do IRPJ e CSLL na ECF 2016/2017. Ao refazer a apuração considerando tal exclusão, o montante de crédito aumentaria para R$ 19 milhões para o IRPJ e R$ 6,6 milhões de CSLL. Acrescentando os juros SELIC, tais montantes chegariam, respectivamente, à R$ 23,1 milhões e R$ 8 milhões.

No terceiro trimestre de 2020 a CMB procedeu ao devido pedido de restituição de tais valores já os utilizando em compensações de tributos da mesma natureza.

(e) IRRF A COMPENSAR - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A rubrica IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras refere-se a IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras.

(f) IRRF E A CSLL A COMPENSAR - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS

A rubrica IRRF E A CSLL A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos está baseada na isenção tributária da CMB no faturamento decorrente, da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE, disposto no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

(g) COFINS E PASEP - RETENÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS e PERDA ESTIMADA COM CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O saldo credor de R$ 142.997.074,06 apurado sobre COFINS e PASEP a Compensar - Retenção de Órgãos Públicos é decorrente do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil - BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, Departamento de Polícia Federal - DPF e Ministério das Relações Exteriores - MRE, na liquidação de suas respectivas faturas, atualizados pela SELIC.

Foi constituída Perda Estimada com Créditos Tributários de retenção de órgãos públicos no valor de R$ 22.999.087,99. Tal perda é relativa a pedidos de ressarcimento realizados fora do prazo legal. Esses valores ainda não apresentam julgamento, nem mesmo em esfera administrativa das autoridades competentes, mantendo-se o processo de cobrança ora em curso.

(h) OUTROS TRIBUTOS

O saldo credor de R$ 32.577,07 de Outros Tributos refere-se basicamente à ISS recolhidos indevidamente e que serão objeto de restituição de indébito junto à esfera Municipal.

NOTA 8 - ESTOQUES

VALORES (EM R$)

ESTOQUES	31/12/2020	REAPRESENTADO 31/12/2019
PRODUTOS ACABADOS	102.066.553,98	86.307.831,59
PRODUTOS EM PROCESSO	87.240.614,25	3.598,48
MATÉRIA-PRIMA	177.594.116,80	110.004.575,88
ALMOXARIFADO	18.484.885,14	17.392.275,91
MATERIAIS EM PODER DE TERCEIROS	5.918,94	0,00
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	32.486,41	6.070,07
MATERIAL DE EMBALAGEM	4.831.089,47	4.215.617,42
(-) PERDA ESTIM P/ REDUÇÃO VR REALIZÁVEL LÍQUIDO (a)	(37.743.521,73)	(21.945.776,65)
TOTAL	352.512.143,26	195.984.192,70

A reclassificação do saldo de produtos acabados referente ao exercício de 2019 foi necessário pelo fato que, na realização da atividade de reprocessamento da apuração do custo, foi identificada a presença de saldo de estoque de produto acabado do DECED no armazém 05, o qual é virtual, servindo apenas para viabilizar pequenas correções e posterior encerramento através das contagens cíclicas. Ocorre que no final de 2019, a contagem cíclica desse armazém não ocorreu, resultando em um saldo a maior em estoque de produto acabado do DECED no montante de R$ 74,8 milhões.

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos - contagem cíclica. Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício.

As rubricas de Produtos Acabados e de Produtos em Processo apresenta aumento devido a continuidade da produção de Cédulas e Moedas ao final do exercício, diferentemente do exercício anterior. O aumento na rubrica de Matéria-Prima é explicado pela aquisição de matéria-prima com vistas a atender a demanda por produtos para 2020, destacando-se Papel Fiduciário (DECED), Disco (DEMOM) e Papel Resinado (DEGER).

(a) Perda Estimada por Redução ao Valor Realizável Líquido

No exercício de 2020 foi constituída provisão para perda estimada de estoque de matéria-prima de cartão no montante de R$ 19.968.045,95 em virtude da impossibilidade de aplicação desse material nos atuais produtos da CMB. Também houve reversão de R$ 4,1 milhões, constituídos em 2019, devido a reaproveitamento de tintas planejado para 2021.

NOTA 9 - CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

(a) Praticamente Certos

A CMB alterou o critério de contabilização de Ativos Contingentes Praticamente Certos, consolidado em norma interna sobre o tema (NAD-E2100/001), com aprovação em 15/07/2020, para reconhecê-los como Ativos somente quando forem efetivamente líquidos de recebimento.

Com base nesse novo critério, a CMB reverteu os valores ora constituídos em suas Demonstrações Contábeis até a data; entretanto, mantendo sua divulgação em Nota Explicativa.

VALORES (EM R$)

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/12/2020	31/12/2019
PROCESSOS PRATICAMENTE CERTO	24.465.123,10	16.313.871,23
TOTAL	24.465.123,10	16.313.871,23

(b) Provável Ocorrência

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico, e classificados como sendo provável o ingresso de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis do 3º trimestre de 2020, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

VALORES (EM R$)

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS	31/12/2020	31/12/2019
PROCESSOS PROVÁVEIS	125.114.644,99	141.376.069,37
TOTAL	125.114.644,99	141.376.069,37

NOTA 10 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

10.1 - INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

VALORES (EM R$)

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	31/12/2020	31/12/2019
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
FACEPA	99.313,93	99.313,93
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
BETA SA	11.284,47	11.284,47
TOTAL	569.139,92	569.139,92

Representam Investimentos em ações oriundas de créditos relacionados a incentivos fiscais, provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's, mantidas em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão, em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas, sem nenhuma interferência da CMB.

VALORES (EM R$)

PERDAS ESTIMDAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTO	31/12/2020	31/12/2019
PERDAS ESTIMADAS PARA REDUÇÃO DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(569.139,92)	(569.139,92)
TOTAL	(569.139,92)	(569.139,92)

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R$ 569.139,92 foi constituída para ajustar os valores desses investimentos ao valor de realização no mercado.

10.3 - INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

VALORES (EM R$)

INVESTIMENTOS	31/12/2020	31/12/2019
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	1.669.906,59	1.669.906,59
(-) PERDA ESTIM. C/ INVEST POR INCENTIVOS FISCAIS	(1.663.818,32)	(1.666.133,87)
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	490.966,91	490.966,91
TOTAL	497.055,18	494.739,63

Representam Certificados de Investimento provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's no valor de R$1.669.906,59 mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

O ajuste ao valor de mercado implicou perdas estimadas para redução do investimento de R$ 1.666.133,82.

NOTA 11 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

11.1 - IMOBILIZADO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e das Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante - Imobilizado:

VALORES (EM R$)

ITENS	31/12/2020	31/12/2019
IMOBILIZADO	1.491.840.521,91	1.489.755.351,49
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.139.210.553,55	1.138.180.476,87
INSTALAÇÕES	146.509.400,62	146.509.400,62
EDIFÍCIOS	124.655.397,87	124.655.397,87
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	28.093.811,52	27.118.595,73
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	47.720.713,70	47.640.835,75
VEÍCULOS	1.766.906,76	1.766.906,76
TERRENOS	3.883.737,89	3.883.737,89
(-) DEPRECIAÇÃO	(944.634.196,29)	(896.123.657,95)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(9.350.811,57)	(6.484.797,18)
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	4.504.692,12	2.324.492,92
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	253.729,10	1.862.817,56
OBRAS EM ANDAMENTO	3.936.820,87	147.533,21
IMOBILIZAÇÕES DE PROJETOS EM ANDAMENTO	314.142,15	314.142,15
TOTAL	542.360.206,17	589.471.389,28

(a) Imobilizado

Custo de Aquisição	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Edifícios	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Veículos	Terrenos	Total
Saldo Inicial - 2020	1.138.180.476,87	146.509.400,62	124.655.397,87	27.118.595,73	47.640.835,75	1.766.906,76	3.883.737,89	1.489.755.351,49
Imobilizações	1.030.076,68	0,00	0,00	975.215,79	79.877,95	0,00	0,00	2.085.170,42
- Imobilizações em Andamento	1.025.838,41	0,00	0,00	975.215,79	79.877,95	0,00	0,00	2.080.932,15
- Importações em Andamento	4.238,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.238,27
- Obras em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação	(643.725.356,27)	(138.549.714,98)	(97.478.924,48)	(21.808.152,93)	(41.501.592,87)	(1.570.454,76)	0,00	(944.634.196,29)
Perda por redução ao valor de recuperação	(9.349.594,06)	0,00	0,00	(1.217,51)	0,00	0,00	0,00	(9.350.811,57)
Saldo Final - 2020	486.135.603,22	7.959.685,64	27.176.473,39	6.284.441,08	6.219.120,83	196.452,00	3.883.737,89	537.855.514,05

1) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento

(b) Vida Útil Econômica x Taxas Fiscais

1) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e CPC 27 - Ativo Imobilizado, a CMB procede à avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação/Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R$ 50.579.259,45 e a Depreciação/Amortização segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R$ 89.331.215,16.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado são Edifícios: 25 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos, 18 anos e 25 anos; Instalações 10 anos; Utensílios 10 anos; Computadores e periféricos 5 anos e Veículos 5 anos.

VALORES (EM R$)

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
DEPRECIAÇÃO - TAXA FISCAL (RFB)	89.331.215,16	105.206.751,42
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO - VIDA ÚTIL ECONÔMICA	(50.579.259,45)	(59.503.388,90)
RESULTADO	38.751.955,71	45.703.362,52

2) O valor total no exercício de 2020 da depreciação apurado pelo método de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividiu-se da seguinte forma: (a) Depreciação/Amortização fabril utilizada diretamente em custos - R$ 38.399.292,31; e (b) Depreciação/Amortização administrativa utilizada na área de apoio - R$ 12.179.967,14.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Imobilizado (Impairment)

A companhia avalia os ativos imobilizados quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera caixa, geração essa que é em grande parte independente das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Os ativos vinculados ao desenvolvimento e produção dos produtos da CMB, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, usualmente o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC).

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa constatou que bens do grupo de ativos de "Máquinas e Equipamentos", que montam o valor líquido contábil de R$ 3.179.762,04, apresentam perda por desvalorização por não atenderem a definição de ativo. Esses ativos foram descontinuados da operação da CMB não fluindo, portanto, quaisquer benefícios econômicos à CMB.

(d) Imobilizações em andamento

Custo de Aquisição	Imobilizações em Andamento	Imobilizações de Importações em Andamento	Obras em Andamento	Imobilizações de Projetos em Andamento	Total
Saldo Inicial - 2020	1.862.817,56	0,00	147.533,21	314.142,15	2.324.492,92
Aquisições	1.797.256,41	4.238,27	3.789.287,66	0,00	5.590.782,34
Tranferências para Ativo Imobilizado	(3.396.111,78)	(4.238,27)	0,00	0,00	(3.400.350,05)
- Máquinas e Equipamentos	1.025.838,41	4.238,27	0,00	0,00	1.030.076,68
- Intalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Móveis e Utensílios	975.215,79	0,00	0,00	0,00	975.215,79
- Computadores e Perféricos	79.877,95	0,00	0,00	0,00	79.877,95
- Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Software	1.282.779,63	0,00	0,00	0,00	1.282.779,63
- Direito de Uso de Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bens Lançados em Despesa	32.400,00	0,00	0,00	0,00	32400,00
Devoluções	(10.233,09)	0,00	0,00	0,00	(10.233,09)
Tranferências	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final - 2020	253.729,10	0,00	3.936.820,87	314.142,15	4.504.692,12

1) A CMB utiliza como critério de controle dos seus ativos imobilizado e intangível a classificação inicial no grupo de contas de Imobilizações em andamento. Após a avaliação, se o ativo se encontra em local e condições capazes de funcionamento pretendidos pela Administração, o ativo estará pronto para uso e alocado em conta contábil de acordo com a sua especificidade de funcionamento.

A conta "Imobilizações em Andamento", encerrou o exercício de 2020, com o saldo de R$ 253.729,10, no qual desse montante o valor de R$ 93.960,00 se refere à aquisição Espectrofotômetro, adquirido através do contrato nº 0746 de 2020. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

2) A conta "Obras em Andamento", encerrou o exercício de 2020, com o saldo de R$ 3.936.820,87, no qual desse montante o valor de R$ 2.714.639,02 se refere à Reforma do Sistema Elétrico de Potência das Subestações Unitárias dos Prédios 0400, 0500, 0700 e 0800 do Parque Industrial da CMB, adquirido através do Contrato nº 00137 de 2019. Esse valor será transferido para a conta do imobilizado técnico após sua conclusão.

3) Ao longo do exercício de 2020 a CMB, em acompanhamento dos bens em andamento, validou a ativação de R$ 3.396.111,78, sendo R$ 2.077.688,15 para o Ativo Imobilizado e R$ 1.282.779,63 para o Ativo Intangível.

4) A conta "Imobilizações de Projetos em Andamento", possui o valor de R$ 314.142,15, classificado anteriormente na conta Imobilizações em Andamento. Isso ocorreu para melhor controle referente às aquisições destinadas ao Projeto do Novo Passaporte e Sincraf.

11.2 - INTANGÍVEL

VALORES (EM R$)

ITENS	31/12/2020	31/12/2019
INTANGÍVEL	49.233.102,15	47.950.322,52
SOFTWARE	49.233.102,15	47.950.322,52
DIREITO DE USO DE COMUNICAÇÃO	0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO	(44.452.747,50)	(42.384.029,06)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	0,00	0,00
TOTAL	4.780.354,65	5.566.293,46

(a) Intangível

Custo de Aquisição	Software	Total
Saldo Inicial - 2020	47.950.322,52	47.950.322,52
Aquisições	1.282.779,63	1.282.779,63
- Imobilizações em Andamento	1.282.779,63	1.282.779,63
- Importações em Andamento	0,00	0,00
- Obras em Andamento	0,00	0,00
- Projetos em Andamento	0,00	0,00
Baixas	0,00	0,00
Amortizações	(44.452.747,50)	(44.452.747,50)
Perda por redução ao valor de recuperação	0,00	0,00
Saldo Final - 2020	4.780.354,65	4.780.354,65

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, nos quais se define Ativo Intangível como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

1) O critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;

2) O método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e

3) A vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

(b) Amortização

1) O método de cálculo de amortização empregado foi o da vida útil por grupo de ativos. Anualmente, por força da Lei nº 11.638/2007 e 04 (R1) - Ativo Intangível, a CMB procede à avaliação da revisão da vida útil dos seus ativos. A Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R$ 2.183.062,05.

2) O valor total no exercício de 2020 da amortização apurada pelo método das cotas constantes e de acordo com a sua vida útil econômica dividiu-se da seguinte forma: (a) Amortização fabril utilizada diretamente em custos - R$ 114.343,61; e (b) Amortização administrativa utilizada na área de apoio - R$ 2.068.718,44.

(c) Redução ao Valor Recuperável do Ativo Intangível (Impairment)

Para avaliação da recuperabilidade de seus Ativos Intangíveis, a CMB utilizou os mesmos métodos já explicitados no item 11.1 (c).

NOTA 12 - CONTAS A PAGAR

12.1 -FORNECEDORES

VALORES (EM R$)

FORNECEDORES	31/12/2020	31/12/2019
NACIONAIS (a)	128.894.291,34	98.541.669,83
EXTERIOR (b)	12.660.633,54	8.821.354,65
TOTAL	141.554.924,88	107.363.024,48

(a) Nacionais

VALORES (EM R$)

FORNECEDORES NACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Sicpa Brasil Industria de Tintas e Sistemas Ltda	79.659.996,54	79.659.996,54
Fedrigoni Brasil Papéis Ltda	28.321.813,77	0,00
Três S Ferramentas de Precisão Ltda	9.883.055,97	0,00
Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas	2.413.485,85	6.877.062,40
Expresso União Ltda	852.177,50	1.613.582,03
Up Brasil Admnistração e Serviços Ltda	850.218,59	0,00
Outros	6.913.543,12	10.391.028,86
TOTAL	128.894.291,34	98.541.669,83

Nesta rubrica são registrados todos os valores a pagar relativos à contratação de serviços, compras de insumos, entre outros, cujos prazos para pagamento são variáveis. O aumento ocorrido na rubrica Fornecedores Nacionais decorre da compra de papéis destinados a impressão de Cédulas, referente à produção para o BACEN pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis Ltda. e da aquisição de discos, insumo para a produção, junto à empresa Três S Ferramentas de Precisão Ltda.

No caso Empresa Sicpa do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre principalmente da nota fiscal 395, registrada em 2019, no montante de R$ 65,7 milhões e das notas fiscais 400 e 401 no total de R$ 13,9 milhões cujos pagamentos foram feitos através de depósitos judiciais e a liquidação está sendo discutida judicialmente, por orientação da Controladoria Geral da União - CGU.

Quanto a Empresa Ceptis Indústria e Comércio de Tintas e Sistemas Ltda., o saldo da rubrica decorre de Notas com prazo de vencimento para janeiro de 2021.

(b) Exterior

VALORES (EM R$)

FORNECEDORES EXTERIOR	31/12/2020	31/12/2019
HID Global CID SAS	8.035.073,24	8.394.814,33
KBA Notasys	3.418.422,35	0,00
Outros	1.207.137,95	426.540,32
TOTAL	12.660.633,54	8.821.354,65

Nesta rubrica são registrados principalmente insumos para confecção de Passaportes e Cédulas e Moedas. O aumento no saldo da conta refere-se a peças de reposição para equipamentos fabris do Departamento de Cédulas e Moedas da empresa KBA Notasys e de disco eletrorrevestido, disco de aço inoxidável e matéria-prima para moedas da empresa Compañía Europea de Cospeles S.A.

12.2 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

VALORES (EM R$)

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2020	31/12/2019
OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV - PC	7.108.837,18	7.342.739,41
DEPÓSITOS E CAUÇÕES EM GARANTIA - PC	2.100.906,50	2.243.934,84
OUTRAS CONTAS A PAGAR - PNC	18.794.224,83	23.786.753,82
TOTAL	28.003.968,51	33.373.428,07

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	9.209.743,68	9.586.674,25
Passivo Não Circulante	18.794.224,83	23.786.753,82
TOTAL	28.003.968,51	33.373.428,07

O valor de R$ 18.794.224,83 constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017 e PDV-2019. A variação se justifica pela transferência para o Passivo Circulante - OUTRAS OBRIGAÇÕES - PDV.

NOTA 13 - EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(a) Exigibilidade com pessoal e encargos sociais

O valor de R$ 15.337.278,68 corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

VALORES (EM R$)

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2020	31/12/2019
PESSOAL A PAGAR	243.441,02	1.166.993,96
INSS A RECOLHER	6.596.641,51	6.189.152,72
FGTS A RECOLHER	2.408.622,92	2.215.467,86
IRRF - EMPREGADOS	5.565.348,30	5.046.610,59
SESI E SENAI A RECOLHER	523.224,93	492.802,29
TOTAL	15.337.278,68	15.111.027,42

O aumento na rubrica se refere à postergação dos recolhimentos de contribuições trabalhistas com base na MP 927/20 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública.

(b) Férias, 13º Salário e encargos sociais

VALORES (EM R$)

FÉRIAS 13º SALÁRIO E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2020	31/12/2019
FÉRIAS E 13º SALÁRIOS A PAGAR	27.514.255,11	24.812.058,90
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	10.419.673,17	9.358.216,07
TOTAL	37.933.928,28	34.170.274,97

As Provisões para Férias, 13º Salário e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário no valor de R$ 37.933.928,28 foram realizadas em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

(c) Maior e Menor Remuneração de Empregados

VALORES (EM R$)

REMUNERAÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
MAIOR REMUNERAÇÃO	33.434,40	30.546,64
REMUNERAÇÃO MÉDIA	8.858,55	8.958,03
MENOR REMUNERAÇÃO	2.629,73	2.527,35

Em dezembro de 2020 a maior remuneração nesta empresa foi de R$ 33.434,64 e a menor foi de R$ 2.629,73. A remuneração média dos empregados foi de R$ 8.858,55. Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizes.

NOTA 14 - PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

VALORES (EM R$)

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	31/12/2020	31/12/2019
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	3.675.944,37	3.675.944,37
TOTAL	3.675.944,37	3.675.944,37

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13 de Dezembro de 2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 - Taxa pela Utilização do Selo de Controle; e 4811 - Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017, 2018 e 2019, não houve lucro líquido nos exercícios que originassem participação nos resultados no ano de 2017, 2018 e 2019. O saldo da rubrica refere-se a exercícios anteriores de Participação dos Empregados no Lucro.

NOTA 15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

VALORES (EM R$)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2020	31/12/2019
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS - PC (a)	89.678,15	161.057,77
TRIBUTOS FEDERAIS RET POR ORGÃOS PÚBLICOS - PC (b)	2.383.964,20	2.293.391,18
ICMS A RECOLHER - PC (c)	1.086.551,93	0,00
ICMS A RECOLHER - PNC (c)	8.474.441,82	8.247.325,65
IPI A RECOLHER - PC (d)	926.447,29	0,00
IPI A RECOLHER - PNC (d)	5.115.324,55	4.978.233,17
ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA A RECOLHER - PC (e)	196.677,51	0,00
ISS RETIDO DE TERCEIROS - PC (f)	26.791,35	45.170,26
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO - PC (f)	1.779.219,43	20.579,12
COFINS A RECOLHER - PC (g)	1.714.130,25	0,00
PASEP A RECOLHER - PC (g)	373.023,17	0,00
IMPOSTO IMPORTACÃO A RECOLHER - PC (h)	3.154.249,54	0,00
TOTAL	25.320.499,19	20.792.367,74

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	11.730.732,82	7.566.808,92
Passivo Não Circulante	13.589.766,37	13.225.558,82
TOTAL	25.320.499,19	20.792.367,74

(a) INSS - Fornecedores de Serviços

A rubrica apresenta os valores retidos de Inss sobre a prestação de Serviços conforme Instrução Normativa RFB n º 971/2009, em seu art.112, que cita que a empresa contratante de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, inclusive em regime de trabalho temporário, a partir da competência fevereiro de 1999, deverá reter 11% do valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços e recolher à Previdência Social a importância retida.

(b) Tributos Federais Retidos por Órgão Público

A rubrica apresenta os valores retidos segundo o art. 2º da Instrução Normativa da RFB 1234/2012 citando que ficam obrigados as empresas pública a efetuar as retenções na fonte do Imposto sobre a Renda (IR), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

(c) ICMS a Recolher

O saldo de R$ 1.086.551,93 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa.

Já o saldo de R$ 8.474.441,82 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(d) IPI a Recolher

O saldo de R$ 926.447,29 do Passivo Circulante se refere aos efeitos dos valores a recolher e que foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa.

Já o saldo de R$ 5.115.324,55 corresponde à constituição de passivo tributário atualizado por multa e juros até a data do balanço.

(e) ICMS - Diferencial de Alíquota a Recolher

A rubrica apresenta os valores apurados de Icms - DIFAL regidos pelo Decreto 27.427/2000 - RICMSRJ, Emenda Constitucional 87/15 e convênios.

(f) ISS Retido de Terceiros e ISS sobre Movimento Econômico

A rubrica apresenta os valores retidos de Iss de Terceiros conforme art. 1º da Lei Complementar 116/2003, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador, além do Decreto Lei nº 28.248/2007 e da Resolução 2.515/2007 do Município do Rio de Janeiro.

Dentre o valor de R$ 1.779.219,43 de Iss sobre Movimento Econômico há a parcela de R$ 1.766.909,89 que se refere aos efeitos dos valores a recolher depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa.

(g) COFINS e PASEP a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Artigo 3º, II da Lei 10.833/2003 e no Artigo 172 § 1 º, II da IN RFB1.911/2019. Cabe ressaltar que os saldos de R$ 1.714.130,25 e R$ 373.023,17 de Cofins e Pis respectivamente, foram depositados judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa.

(h) Imposto de Importação a Recolher

A rubrica apresenta os valores a recolher apurados conforme Decreto-Lei Nº 37/1966 que regulamenta o imposto sobre importação incidente sobre mercadorias estrangeiras tendo como fato gerador a entrada no território nacional. Cabe ressaltar que o saldo de R$ 3.154.249,54 foi depositado judicialmente por conta dos efeitos da MP 902/2019 conforme item 1.1 (b.1) Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 dessa Nota Explicativa.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/12/2020	Reapresentado 31/12/2019
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	(197.064.237,11)	(161.709.565,55)
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	0,00	0,00

Adições / Exclusões	31/12/2020	31/12/2019
Provisão/Reversão Teste de Impairment	2.866.014,39	3.179.762,04
Provisões/Reversões p/Contingências Passivas	19.253.539,50	5.138.742,33
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	203.789.338,81	178.473.295,48
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(2.315,55)	193,00
Participação do Lucro Diretoria	0,00	0,00
Provisões/Reversões p/Contingências Ativas	16.313.871,23	(3.067.303,11)
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	0,00	0,00
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	(4.828.528,24)	2.586.493,09
Dividendos Recebidos	(17.081,46)	(8.943,77)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(265.163.175,80)	(509.694.773,60)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(126.555,71)	(119.497,43)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(38.751.955,71)	(45.703.703,62)
Multas não Dedutíveis	256.994,61	12.758,53
Outros Valores não Dedutíveis	0,00	0,00
Provisão Estimada p/ Crédito de Impostos	0,00	46.006.060,08
Provisão Estimada p/ Perda de Estoques	7.529.492,60	21.945.776,65
Provisão de Passivos de ICMS/IPI	364.207,55	13.225.558,82
Receita de Saldo Negativo de IRPJ/CSLL	0,00	(25.632.445,29)
Auxilio Moradia	74.048,94	162.023,29
TOTAL DAS ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(58.442.104,83)	(313.496.003,51)

BASE DE CÁLCULO LALUR	(255.506.341,94)	(475.205.569,06)

Imposto de Renda e Contribuição Social	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda	0,00	0,00
Contribuição Social	0,00	0,00

Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%

Em 2020, não foram provisionados os valores de Imposto de Renda de pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

NOTA 17 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

VALORES (EM R$)

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2020	31/12/2019
BANCO CENTRAL DO BRASIL (a)	48.518.592,35	0,00
SRF - PORTARIA 480 (b)	67.017.253,10	648.981,18
SOCIEDADE DEL ESTADO (c)	26.436.895,02	0,00
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBE (d)	0,00	26.356.012,66
SRF - SELO FÍSICO (d)	4.510.437,46	4.510.437,46
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA (e)	6.025.489,60	6.025.489,60
DIVERSOS CLIENTES (f)	3.507.020,18	4.618.508,48
TOTAL	156.015.687,71	42.159.429,38

(a) Banco Central do Brasil

O aumento no saldo da rubrica se refere à adiantamento feito pelo Banco Central no final de dezembro de 2020 para entrega dos produtos durante o mês de janeiro de 2021.

(b) SRF- Portaria 480

O aumento no saldo da rubrica se refere ao recebimento de valores, conforme Portaria MF 480/2018, ao final de dezembro de 2020, ainda pendentes de conciliação.

(c) Sociedade del Estado

O aumento no saldo da rubrica se refere à acordo contratual para fornecimento de cédulas ao Banco Central da Argentina.

(d) Programa SICOBE/SCORPIOS e SELOS FÍSICOS

A redução de R$ 26.356.012,66 se refere a baixa de recebimentos antecipados conforme citado nas notas 5.1 (a.2) Duplicatas a Receber de Clientes - Ativo Não Circulante e 5.2 (a.2) Serviços Executados a Faturar - Ativo Não Circulante. O valor de R$ 4.510.437,46 refere-se a recebimentos dos SELOS FÍSICOS pendentes de conciliação.

(e) Fedrigoni Brasil Papéis Ltda.

O valor de R$ 6.025.489,60 refere-se ao adiantamento realizado pela empresa Fedrigoni Brasil Papéis na ordem de 25% do contrato de prestação de serviços de impressão, numeração, corte, acabamento e embalagem de cédulas na denominação de Bs 2000 (Bolívares) e Bs 20 (Bolívares), da contratante para atender o Banco Central da República Bolivariana da Venezuela.

(f) Diversos Clientes
O valor de R$ 3.507.020,18 refere-se basicamente a recebimentos do Clube da Medalha pendentes de conciliação.
NOTA 18 - PROVISÃO PARA CUSTOS/RESULTADOS SOBRE SERVIÇOS A FATURAR

VALORES (EM R$)

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/12/2020	31/12/2019
SICOBE - CUSTOS - PC (a)	0,00	34.773.378,70
SICOBE - CUSTOS - PNC (a)	318.079.756,52	106.954.374,30
ENVASADORES -CUSTOS - PNC (b)	18.117.821,45	18.117.821,45
SCORPIOS - CUSTOS - PC (c)	0,00	16.084.329,21
SCORPIOS - CUSTOS - PNC (c)	45.499.982,84	47.045.533,28
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PC (d)	74.643.668,28	43.203.334,65
PARCERIA PHAROS - CUSTOS - PNC (d)	79.425.233,35	0,00
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PC (e)	26.381.805,29	0,00
PARCERIA PHAROS - RESULTADO - PNC (e)	7.089.531,27	0,00
TOTAL	569.237.799,00	266.178.771,59

PROV PARA CUSTOS/RESULTADOS S/SERV A FATURAR	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	101.025.473,57	94.061.042,56
Passivo Não Circulante	468.212.325,43	172.117.729,03
TOTAL	569.237.799,00	266.178.771,59

(a) Sicobe - Custos
A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de bebidas - SICOBE.
O saldo de R$ 34.773.378,70 de custo de SICOBE refere-se às parcelas de 2019 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda. Tal montante foi transferido para o Passivo Não Circulante devido à falta de expectativa de liquidação até o término do exercício social subsequente
O saldo de R$ 318.079.756,52 refere-se ao inadimplemento do programa SICOBE no valor de R$ 119.688.479,84, que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual de contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Envasadores, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato. O aumento no saldo da conta se refere à transferência de parcelas do Passivo Circulante.
Além disso, conforme item 1.1 (b.8) desta Nota - Principais eventos ocorridos em 2020 - Depósito Judicial - SICPA, houve a reversão da parcela da Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa conforme item 5.4 (c) desta Nota Explicativa que se refere à Provisão Para Custo Sobre Serviços a Faturar de SICOBE que corresponde ao efeito da glosa dos valores que a CMB repassou à prestadora entre os meses de janeiro de 2016 a agosto de 2016, com base na parcela contratual de 63,525% relativos às taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas, conforme notas fiscais emitidas contra a CMB referentes àquele período, de modo que, a parcela relativa ao programa SICOBE corresponde à R$ 176.352.003,52.
Conforme citado no item 12.a - Fornecedores Nacionais, a partir de junho de 2019 a Administração da CMB passou a fazer depósitos judiciais no valor das parcelas do acordo contratual, sendo o último depósito feito em dezembro de 2019. A partir dessa data a CMB parou de proceder os depósitos judiciais, pois o saldo constante de Provisão para Custos sobre Serviços a Faturar - SICOBE é relativo ao saldo de inadimplentes do programa SICOBE que por falta de recebimento não foi repassado à prestadora de serviços.
(b) Envasadores - Custos
A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção bebidas - SICOBE no período em que a CMB passou a faturar diretamente aos Envasadores de bebidas.
O saldo de R$ 18.117.821,45 corresponde ao saldo de inadimplentes do programa SICOBE relativo ao período de setembro de 2013 a dezembro de 2014 e que por falta de recebimento não foi repassado à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.
(c) Scorpios - Custos
A rubrica apresenta os custos proveniente do percentual contratual de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de cigarros - SCORPIOS.
O saldo de R$ 45.499.982,84 refere-se ao inadimplemento do programa SCORPIOS, que corresponde à parcela da prestadora de serviços no percentual de contrato. Devido à falta de pagamento por parte dos Fumageiros, não houve repasse à prestadora de serviços, conforme estipulado em contrato.
Em 2020 foi segregada à parcela dos Custos de Serviços de Rastreabilidade de Cigarros a Faturar entre Programa Scorpios e Parceria Pharos. Ambos se referem ao mesmo tipo de serviços prestados, mas que apresentam metodologias de repasses dos serviços prestados à parceira de formas distintas. A segregação busca evidenciar melhor os custos de cada contrato entre as partes.
Cabe ressaltar que, conforme item 1.1 (b.8) desta Nota - Principais eventos ocorridos em 2020 - Depósito Judicial - SICPA, houve a reversão da parcela da Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa conforme item 5.4 (c) desta Nota Explicativa, por conta da Provisão Para Custo Sobre Serviços a Faturar SOCRPIOS correspondendo ao efeito da glosa dos valores que a CMB repassou à prestadora entre os meses de janeiro de 2016 a agosto de 2016, com base na parcela contratual de 51,2556% relativos à taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção Cigarros, conforme notas fiscais emitidas contra a CMB referentes àquele período, de modo que, a parcela relativa ao programa SCORPIOS corresponde à R$ 13.940.870,96.
(d) Parceria Pharos - Custos
A rubrica refere-se ao maior valor possível de ressarcimento à parceira conforme estipulado no contrato em Matriz de Custo Pré-aprovada - MCPA.
Os saldos de R$ 74.643.668,28 e 79.425.233,35 referem-se ao custo máximo contratual do período de setembro de 2018 a dezembro de 2020, conforme estipulado no contrato Parceria Pharos, através MCPA, deduzidos dos repasses dos custos efetivamente comprovados pela parceira.
(e) Parceria Pharos - Resultado
A rubrica refere-se à parcela estimada dos resultados da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de resultados que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados.
O saldo de R$ 26.381.805,29 e R$ 7.089.531,27, dos Passivos Circulante e Não Circulante, respectivamente, referem-se a parcela estimada do lucro da parceria. Esse valor corresponde à estimativa máxima de lucros que a parceria pode vir a ter, considerando as receitas e os custos estimados da parceria.
NOTA 19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES
(a) Contingentes prováveis
A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R$ 45.406.049,34 foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável a saída de recursos, segundo composição abaixo:

VALORES (EM R$)

CONTINGENTES PROVÁVEIS	31/12/2020	31/12/2019
TRABALHISTAS	15.783.737,74	10.566.183,28
CÍVEIS	29.622.311,60	15.586.326,56
TOTAL	45.406.049,34	26.152.509,84

Com relação ao aumento de R$ 19.253.539,50 das Contingências Prováveis, deve-se ao fato de que no ano de 2020, o trâmite processual na Justiça tornou-se sensivelmente acelerado, uma vez que a mesma passou a operar quase que integralmente em regime tele presencial, em razão da pandemia por COVID-19.
Naturalmente, a celeridade nos ritos e incremento da produtividade da Justiça refletiu diretamente na marcha processual das reclamações trabalhistas contra a CMB, que tramitaram mais rapidamente.
Assim, o aumento verificado está relacionado a maior quantidade de processos judiciais que passaram para fase de execução com cálculos homologados, ou seja, processos que anteriormente estavam classificados como remotos/possíveis avançaram com celeridade para a classificação de prováveis, ocasionando o aumento dos valores a serem provisionados pela CMB.
(b) Contingentes possíveis
O saldo dos Passivos Contingentes Possíveis apresenta valores que não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2020, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R$)

CONTINGENTES POSSÍVEIS	31/12/2020	31/12/2019
TRABALHISTAS	45.412.902,20	46.584.321,37
CÍVEIS	109.832.017,75	109.726.226,87
TOTAL	155.244.919,95	156.310.548,24

NOTA 20 - DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

VALORES (EM R$)

CRÉDITOS	31/12/2020	31/12/2019
RECURSAL - TRABALHISTA (a)	15.634.582,49	13.328.832,75
JUDICIAL - CÍVIL (b)	52.966.745,05	42.318.157,06
JUDICIAL - TRIBUTÁRIOS (c)	8.990.711,66	0,00
TOTAL	77.592.039,20	55.646.989,81

(a) Depósito Judicial - Recursal Trabalhista
Os valores dos depósitos recursais efetuados pela CMB foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho - TST, até 31 de dezembro de 2020.
(b) Depósito Judicial - Cível
Conforme citado no item 1.1 (b8) - (b.8) Depósito Judicial SICPA, o saldo desta rubrica refere-se basicamente aos montantes depositados em juízo decorrentes de recursos impetrados junto às instâncias superiores da esfera cível e ao processo 5051577-93.2019.4.02.5101, tendo como ré a empresa SICPA BRASIL LTDA.
(c) Depósito Judicial - Tributário
O saldo de R$ 8.990.711,66 refere-se a tributos recolhidos judicialmente até que sejam regulamentados os efeitos da MP 902/2019 conforme citado no item 1.1 (b) Perda da Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019.
A Casa da Moeda do Brasil - CMB ajuizou ação em face do Estado do RJ, processo 5013693-93.2020.4.02.5101 (7ª VFRJ), com pedido de declaração de inexistência de relação jurídico-tributária em relação aos tributos estaduais incidentes nas suas atividades-fim, especialmente o ICMS sobre selos fiscais no período de vigência da MP 902.
No aludido processo a CMB realizou os depósitos judiciais pertinentes ao ICMS do período em referência (março a junho), obtendo assim a liminar/tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito na forma do art. 151, II, do CTN. Contudo, a Fazenda Estadual vem, em descumprimento à decisão judicial, causando embaraços à CMB com a negativa em expedir a certidão de regularidade fiscal. Ocorre ainda, que o Juízo da 7ª VFRJ recentemente declarou sua incompetência absoluta em favor do STF, e a CMB e o Estado do RJ concordaram com a remessa dos autos ao STF, situação que à princípio seria impeditivo para prolação de novas decisões por aquele magistrado, e o processo ainda não migrou para o sistema do STF, o que também é um dificultador de manifestação daquela Corte.

NOTA 21 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

NOTA 22 - CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R$ 1.360.677.814,09.

NOTA 23 - RESERVAS

23.1 - RESERVAS DE LUCRO

(a) Reserva legal

Segundo o Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Ao encerramento do exercício de 2020 a CMB apurou prejuízo contábil, de modo que não houve aumento desta reserva no exercício, mantendo o valor de R$ 18.576.654,14 constituída até o Exercício de 2016.

VALORES (EM R$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
RESERVA LEGAL	18.576.654,14	18.576.654,14
TOTAL	18.576.654,14	18.576.654,14

(b) Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios

A Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos no valor de R$14.291.822,11 foi ao final do exercício de 2017 absorvida, em sua totalidade, pelo prejuízo contábil deste exercício. Entretanto, em abril de 2018 através da deliberação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), determinou-se que o prejuízo do exercício de 2017 fosse integralmente absorvido pela rubrica Reserva para Investimentos. Mantendo, assim, a Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não distribuídos durante o exercício de 2018.

VALORES (EM R$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
RESERVA ESPECIAL	14.291.822,11	14.291.822,11
TOTAL	14.291.822,11	14.291.822,11

(c) Reserva para Investimentos

O Prejuízo do Exercício de 2020 no valor de R$ 197.064.237,11, foi integralmente compensado com as Reservas de Investimento, apresentando a seguinte composição para o exercício. Além disso, conforme item 8 desta Nota Explicativa, houve o reconhecimento de R$ 74.893.281,79 como Ajustes de Exercícios Anteriores.

VALORES (EM R$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	REAPRESENTADO 31/12/2019
RESERVA PARA INVESTIMENTOS	240.134.719,70	437.198.956,81
TOTAL	240.134.719,70	437.198.956,81

NOTA 24 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As informações apresentadas referem-se ao período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(a) Receita Líquida

VALORES (EM R$)

COMPOSIÇÃO DA RECEITA	31/12/2020	31/12/2019
PRODUTOS - MERCADO INTERNO (1)	785.917.403,83	708.977.384,81
PRODUTOS - MERCADO EXTERNO (2)	33.168.765,55	0,00
SERVIÇOS - MERCADO INTERNO (3)	186.527.500,87	348.072.884,89
SERVIÇOS A FATURAR (4)	100.165.604,27	109.572.453,15
OUTRAS VENDAS (5)	72.314,10	134.175,90
FATURAMENTO BRUTO	1.105.851.588,62	1.166.756.898,75
(-) DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS (6)	28.072.453,75	5.138.350,76
RECEITA LÍQUIDA	1.077.779.134,87	1.161.618.547,99

1. Nesta rubrica são apresentados basicamente os valores de cédulas, moedas, medalhas e selos dos Correios para o mercado nacional. A variação de R$ 76.940.019,02 se refere ao aumento da produção de Cédulas, produção da nova cédula de R$ 200,00 e produção de Moedas. Tal variação foi provocada pela demanda da população brasileira através do recebimento do auxílio emergencial concedidos pelo governo federal durante a crise sanitária do COVID-19.

2. Nesta rubrica são apresentados os faturamentos de cédulas para o exterior. O aumento de R$ 33.168.765,55 se refere ao contrato de exportação de cédulas para a Argentina.

3. Nesta rubrica são apresentados valores de serviços prestados sobre a emissão de passaportes, bilhetes magnetizados, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e selos de rastreabilidade no período abrangido pelos efeitos da MP 902/2019 conforme explicitado no item 1.1 - (b.1) - Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019. A redução de R$ 161.545.384,02 se refere ao aumento de R$ 48.487.379,45 de serviços de rastreabilidade sob os efeitos da MP 902/19 e R$ 4.727.275,35 de Serviços não Monopolizados, Bilhetes Magnetizados, carteiras profissionais, diplomas e serviços de custódias de metais e da redução de R$ 151.233.305,33 da venda de Passaportes devido às restrições impostas pela pandemia, reduzindo drasticamente a circulação de pessoas em vários países do mundo afetando diretamente a produção de passaportes e da venda de serviços de exclusividade R$ 63.526.733,49.

4. Nesta rubrica são apresentados os valores de leituras dos serviços de rastreabilidade.

5. Nesta rubrica são apresentadas outras receitas de materiais inservíveis, sucatas, etc.

6. Nesta rubrica apresentam-se os valores de tributos incidentes sobre vendas e outras deduções sobre as vendas. A variação de R$ 22.934.102,99 se refere ao aumento de R$ 7.173.866,22 de tributos sobre vendas no período da MP 902/19 conforme explicitado no 1.1 - (b.1) - Eficácia da Medida Provisória n° 902, de 2019 em que os produtos e os serviços passaram a ser tributados devido à perda da exclusividade e do aumento de R$ 15.760.236,77 por vendas canceladas e reemissão das devidas notas fiscais. Desse valor, R$ 12.284.825,60 ocorreu por solicitação do Banco Central, de modo que segregasse a emissão da NF nos respectivos contratos de Cédulas e R$ 3.475.411,17 se referem ao cancelamento e remissão de NF de Selos de Rastreabilidade no período sob os efeitos da MP 902/2019.

(b) Custos de Produção

CUSTOS	31/12/2020	REAPRESENTADO 31/12/2019
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	776.086.696,56	767.653.335,19
TOTAL	776.086.696,56	767.653.335,19

Nesta rubrica são apresentados os custos decorrentes da fabricação de produtos vendidos e serviços prestados no período. O aumento de seu montante em relação ao período anterior decorre do reconhecimento em custos dos gastos incorridos com serviços, como energia elétrica e água, os quais não constavam nesta rubrica no período anterior, em torno de R$ 17 milhões. Também participa do aumento do montante dessa rubrica o maior reconhecimento, como provisão, dos custos da Parceria Pharos, que passou a ser registrado pelo valor máximo da Matriz de Custos Pré-Aprovados. Bem como o reconhecimento do resultado desta parceria, conforme Nota 17.

(c) Despesas Operacionais e Administrativas

VALORES (EM R$)

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2020	31/12/2019
PESSOAL (1)	428.349.134,89	477.187.428,00
PESSOAL - PARCELA CUSTO	(229.451.138,69)	(214.126.963,61)
MATERIAIS (2)	17.199.526,87	14.209.608,16
MATERIAIS - PARCELA CUSTO	(6.050.071,53)	(5.492.339,90)
SERVIÇOS (3)	50.198.863,01	60.886.175,13
SERVIÇOS - PARCELA CUSTO	(17.932.527,03)	(841.131,66)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (4)	50.579.256,78	59.503.388,90
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO - PARCELA CUSTO	(38.399.292,31)	(40.052.633,63)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (5)	3.194.978,46	61.883.001,23
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) (6)	256.636.633,41	180.721.855,15
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) - PARCELA CUSTO	(11.037,98)	(5.692.869,19)
TOTAL	514.314.325,88	588.185.518,58

DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS	31/12/2020	31/12/2019
Despesa Total	806.158.393,42	854.391.456,57
Parcela do Custo para Despesa	(291.844.067,54)	(266.205.937,99)
TOTAL	514.314.325,88	588.185.518,58

1. A redução R$ 48.838.293,11 da rubrica se refere basicamente às reduções de despesa de pessoal e encargos por conta dos PDV R$ 17.542.380,59 conforme citado no item 12.2 desta Nota, além de outros benefícios, tais como: Creche Interna R$ 1.151.567,76, Desconto de Transporte e Vale Transporte R$ 9.091.907,43, Assistência Médica R$ 17.684.434,90, Serviços Ambulatoriais R$ 3.915.811,09, Vale Refeição e Refeições a Empregados 3.618.596,92, Auxílio Medicamentos R$ 1.759.923,95, Auxílio Odontológico e Oftalmológico R$ 2.458.628,90 e Pessoal Cedido para outros Órgãos R$ 919.511,07. Destaca-se como aumente o valor de horas extras para atendimento às demandas contratuais junto ao Banco Central no valor de R$ 10.939.210,89.

2. O aumento de R$ 2.989.918,71 da rubrica se refere ao aumento de matéria-prima nacional R$ 1.385.610,03, Material Químico R$ 1.604.432,23 e Material de Manutenção de Bens Móveis R$ 1.354.080,08. Destaca-se a Redução de Material e Equipamento Mecânico de R$ 1.439.819,61;

3. A redução de R$ 10.687.312,12 da rubrica se explica pela redução de Água e Esgoto R$ 1.036.496,47, Limpeza e Conservação R$ 1.447.347,91, Manutenção de Bens Móveis R$ 7.893.282,92, Manutenção e Conservação de Equipamentos R$ 1.242.137,58, Treinamento, Cursos e Seminários R$ 1.350.242,29 e Diárias e Passagens no País de R$ 1.086.605,52. Destacam-se os aumentos de R$ 4.822.935,09 de Energia Elétrica e Tratamentos de Efluentes R$ 848.129,16;

4. A redução de R$ 8.924.132,12 da rubrica se refere ao fim da depreciação de itens do Ativo Imobilizado - Máquinas e Equipamentos R$ 2.875.797,87 e Instalações R$ 5.566.545,14;

5. A redução da rubrica se refere à constituição em 2019 de Perda Estimada com Créditos Tributários a Recuperar de PIS e COFINS no valor de R$ 20.663.622,22 e Perdas Estimadas com Créditos de ICMS e IPI no valor de R$ 25.342.437,86;

6. O aumento da rubrica refere-se à apropriação no resultado da CMB da Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa - Parcela SICPA, conforme explicado no item 18 (a) e (c) - Provisão Para Custos/Resultados Sobre Serviços A Faturar - SICOBE E SCORPIOS, sendo R$ 176.352.003,52 e R$ 13.940.870,96, totalizando R$ 190.292.874,48. Além disso, houve a mudança do critério de contabilização de Ativos Contingentes Praticamente Certos, revertendo o saldo constante em 2019 de R$ 16.313.871.

VALORES (EM R$)

OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
DESPESAS COMERCIAIS	6.401.085,68	7.741.559,10
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	199.409,17	13.724.226,54
OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS - PARCELA CUSTO	(11.037,98)	(5.692.869,19)
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	250.036.138,56	159.256.069,51
TOTAL	256.625.595,43	175.028.985,96

(d) Resultado Financeiro Líquido

VALORES (EM R$)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS FINANCEIRAS	29.785.991,35	42.181.878,87
DESPESAS FINANCEIRAS	(14.228.340,89)	(9.671.138,64)
TOTAL	15.557.650,46	32.510.740,23

Nesta rubrica são apresentadas as receitas e as despesas financeiras decorrentes das aplicações dos recursos da CMB como rendimentos de aplicações financeiras, juros, atualizações monetárias da SELIC e atualizações cambiais.

NOTA 25 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os fatos excepcionais ocorridos na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a compensação do prejuízo contábil do exercício no valor de R$ 178.951.179,03 e o Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R$ 74.893.281,79 com as Reservas para Investimentos, conforme preconiza o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 e o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

NOTA 26 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

NOTA 27 - OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

15.1 1.Plano previdenciário e outros benefícios a empregados

15.1.1.Da Controladora

15.1.1.1.Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PDBC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contra partida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

Complementação de Aposentadoria por Invalidez

Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)

Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)

Complementação de Aposentadoria Especial

Benefício de Pensão

Benefício de Abono Anual

Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

Benefício Mínimo

Resgate de Contribuições

Benefício Proporcional Diferido

Autopatrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2020, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R$ 337.257.897,71. Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R$ 153.888.682,67 revelando pois, um déficit de cobertura de R$ 183.369.215,05. Dada as características do plano, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 49,72% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a "Duration" baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A taxa de 2,95% aa informada abaixo se refere à taxa de desconto utilizada no cálculo das obrigações de longo prazo, determinada pelo critério da "Duration de Macaulay".

Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 3,27% para 2021, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de cargos e salários, dos reajustes salariais dos empregados da Empresa, e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos da Patrocinadora. Segundo as informações recebidas, a premissa mais aderente para a projeção salarial de longo prazo a ser utilizada é de 1,4%aa.

Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

Tábuas Biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela Cifrão e confirmadas pela ASSISTANTS. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic.

Tábua de entrada em invalidez

Álvaro Vindas, desagravada em 30%.

Mortalidade de inválidos

Winkelevoss desagravada em 40%.

Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 3,86% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,98.

Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido

- Plano de Benefício Definido

Empregados em atividade

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (anos)	Salário médio (R$)
49-53 anos	4	52,09	33,02	6.904,53
54-58 anos	14	57,27	31,52	10.057,19
59-63 anos	2	60,18	32,23	15.261,10
64-68 anos	3	64,94	36,27	12.840,05
69-73 anos	1	69,10	33,23	9.335,15
Total Geral 2020	24	58,10	32,49	10.283,18
Ano 2019	154	55,85	30,80	9.571,40

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (R$)
49-53 anos	6	51,82	448,46
54-58 anos	13	57,52	3.185,32
59-63 anos	77	62,2	3.529,62
64-68 anos	148	66,24	4.019,56
69-73 anos	127	71,45	2.750,58
74-78 anos	49	75,95	3.227,44
79-83 anos	24	81,06	5.545,46
84-88 anos	7	86,26	2.253,64
89 ou mais	3	93,65	2.108,99
Total Geral	454	68,89	3.465,72
Ano 2019	769	67,97	3.075,93

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R$)
29-33 anos	1	33,53	347,18
44-48 anos	4	46,64	2.868,79
49-53 anos	3	51,57	494,16
54-58 anos	9	56,42	1.567,55
59-63 anos	10	61,88	1.327,32
64-68 anos	22	66,62	2.691,58
69-73 anos	22	71,77	1.856,22
74-78 anos	15	76,6	3.449,37
79-83 anos	12	81,73	3.358,07
84-88 anos	18	86,78	2.020,03
89 ou mais	13	92,74	1.638,98
Total Geral	129	73,21	2.251,49
Ano 2019	245	70,71	2.107,78

- Programa de Desligamento Voluntário - PDV

Programa de Desligamento Voluntário - PDV				
Faixa etária	Total Beneficiários	Idade média	Média de mensalidade (em R$)	Méida de prazo até extinção (em anos)
39-43 anos	1	42,18	0,00	2,39
44-48 anos	3	45,83	0,00	2,24
49-53 anos	16	51,98	460,31	2,08
54-58 anos	55	56,69	650,77	2,06
59 anos ou mais	372	65,43	922,84	1,92
Total Geral	447	63,69	890,61	1,95
Ano 2019	673	58,82	803,05	3,92

- Plano de Contribuições Variáveis - MoedaPrev

Empregados ativos				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de plano (em anos)	Salário médio (em R$)
24-28 anos	4	28,16	4,87	5.227,54
29-33 anos	61	32,08	5,58	7.622,86
34-38 anos	131	36,89	6,03	8.943,88
39-43 anos	131	41,48	5,34	9.516,94
44-48 anos	87	46,57	5,58	10.283,10
49-53 anos	79	51,69	4,54	9.972,21
54-58 anos	77	56,28	3,85	11.903,88
59 anos ou mais	40	61,77	2,68	13.146,63
Total Geral	610	44,71	5,07	9.883,89

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R$)
49-53 anos	4	52,29	668,72
54-58 anos	9	57,57	1.788,63
59 anos ou mais	297	69,77	2.411,12
Total Geral	310	69,19	2.370,57
Total Geral 2019	13	60,79	1.157,21

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R$)
29-33 anos	1	31,67	576,91
34-38 anos	1	37,84	330,19
39-43 anos	2	41,76	1.625,10
44-48 anos	2	47,55	485,18
49-53 anos	7	52,40	1.280,68
54-58 anos	13	56,87	2.427,74
59 anos ou mais	118	73,31	2.034,60
Total Geral	144	69,48	1.984,28
Total Geral	3	39,32	552,68

Estado de equilíbrio dos programas
- Plano de Benefício Definido

Item	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Obrigações no início do exercício	500.135.212,93	619.537.844,71	337.257.897,71
Custo do serviço corrente	1.337.416,22	1.397.448,10	109.540,18
Juros sobre a obrigação atuarial	41.879.880,16	39.673.069,67	20.684.064,50
(Ganhos)/Perdas atuariais	121.515.070,35	(285.230.271,55)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(45.329.734,95)	(38.120.193,21)	(19.895.088,89)
Obrigações no final do exercício	619.537.844,71	337.257.897,71	338.156.413,50

Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	345.216.121,74	354.846.865,56	153.888.682,67
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	29.290.617,72	22.956.516,00	9.403.255,20
Contribuições patronais normais (*)	4.931.539,96	4.534.868,04	2.374.361,22
Contribuições normais participantes	5.329.244,39	4.586.017,59	2.401.142,05
Contribuições extraordinárias Patrocinadora (*)	0,00	0,00	0,00
(-) Benefícios pagos	(45.329.734,95)	(38.120.193,21)	(19.895.088,89)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	15.409.076,70	(194.915.391,32)	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	354.846.865,56	153.888.682,67	148.172.352,24
(Déficit)/Superávit apurado	(264.690.979,15)	(183.369.215,05)	(189.984.061,26)
Risk Sharing (calculado sobre a proporção contributiva)	126.227.850,22	92.198.771,02	94.992.030,63
Contrato de dívida	0,00	0,00	0,00
Passivo ao final do exercício	(138.463.128,93)	(91.170.444,03)	(94.992.030,63)

Em relação às respectivas marcações à mercado realizadas, não faz parte do escopo dos trabalhos da ASSISTANTS a auditoria das posições financeiras informadas pela Entidade de Previdência Complementar (Cifrão), assim como as respectivas marcações a mercado a seguir:

Composição da Carteira	R$	%
Fundos de investimento	265.140.006,45	81,41%
Títulos Públicos	44.590.375,51	13,69%
Investimentos Imobiliários	7.661.890,93	2,35%
Empréstimos e Financiamentos	8.284.420,60	2,54%
Disponível	26.647,98	0,01%
Passivo de investimentos (-)	(16.432,80)	-0,01%
Ativo Líquido projetado para Dez/20	325686908,67	100,00%
Reserva líquida estimada de participantes migrados	(171.798.226,00)	0,00%
Ativo líquido ao final do exercício - Projeção	153.888.682,67	0,00%

Movimentação da conta de Outros Resultados Abrangentes - ORA	
Saldos	31/12/2020
Saldo de ORA no início do exercício (a)	50.557.752,32
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano (b) = (c) + (d)	(44.904.199,06)
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações (c)	(141.815.355,98)
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros (d)	96.911.156,93
Saldo de ORA ao final do exercício (e) = (a) + (b)	5.653.553,26

Movimentação do passivo atuarial líquido	31/12/2020
Passivo atuarial no início do exercício (a)	138.463.128,93
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)	(44.904.199,06)
Despesa/(receita) reconhecida em DRE com Risk Sharing aplicado (c) = (d) + (e) + (f) + (g) +(h)	2.146.382,20
Custo do serviço corrente (d)	694.805,63
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais (e)	19.725.292,37
(-) Contribuições de participantes (f)	(4.586.017,59)
(-) Rentabilidade projetada para os ativos financeiros (g)	(11.413.888,40)
(-) Ajuste da paridade contributiva projetada (h)	(2.273.809,80)
(-) Contribuição Patrocinador (i)	(4.534.868,04)
Passivo ao final do exercício (j) = (a) + (b) + (c) + (i)	91.170.444,03

Composição dos (ganhos)/perdas no valor das obrigações calculadas

Item	Impacto em R$
Aumento da taxa de desconto	(6.888.446,76)
Efeitos projetados da migração entre planos	(249.337.459,71)
Rentabilidade líquida	(21.082.256,19)
Ajustes de experiência	(7.922.108,90)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(285.230.271,55)

Projeção de custos para o próximo exercício findo em 31/12/2021
a)_Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2021 (em R$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	21.302.777,07
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(618.712,57)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	20.684.064,50

b)_Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2021 (em R$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	9.720.324,78
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	301.642,99
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(618.712,57)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	9.403.255,20

c)_Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2021 (em R$)
Custo do serviço corrente	109.540,18
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	20.684.064,50
(-) Contribuições esperadas de participantes	(2.401.142,05)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(9.403.255,20)
Total da despesa/(receita) apurada	8.989.207,43
Risk Sharing participantes (proporção contributiva)	(5.727.113,04)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	3.262.094,39

Teste de sensibilidade das premissas utilizadas

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

a)_Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação (em R$)	Variação %
Real	337.257.897,71	0%
Aumento (1%)	294.809.026,93	-13%
Redução (1%)	383.456.273,72	14%

b)_Sensibilidade do crescimento salarial sobre a obrigação calculada

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	337.257.897,71	-
Aumento (1%)	337.442.875,11	0%
Redução (1%)	337.073.194,29	0%

- Programa de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário - PDV da Casa da Moeda do Brasil - CMB tem por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2019 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos definidos em Regulamento, na data de referência de 18.07.2019, data de aprovação do programa pela SEST e tem como público-alvo o limite de 202 empregados, cujos desligamentos, ocorreram no ano de 2019, em uma única turma, cabendo exclusivamente à CMB definir a data do desligamento dos empregados optantes pelo PDV.

Requisitos para elegibilidade

Para ser considerado elegível, o empregado da CMB deverá atender aos requisitos abaixo, na data de 18/07/2019:

Contar com pelo menos 10 anos de tempo de vínculo empregatício com a CMB, excluídos os aposentados por invalidez; e

Contar com pelo menos 40 anos de idade.

O Tempo de vínculo empregatício na CMB será contado em anos inteiros, a partir da data de admissão até a data de 18 de julho de 2019, incluídos os períodos de cessão a outros órgãos públicos e de afastamento na vigência do contrato de trabalho, não sendo considerado como tempo de serviço o período de suspensão de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Estão impedidos de aderir ao PDV CMB 2019 os empregados que estiverem com seu contrato individual de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, sem retorno até a data do fim do período de adesão, ou ainda os empregados que preenchiam os requisitos do PDE 2018 e que por motivos alheios à CMB, ainda não tiveram suas rescisões formalizadas.

Na vigência do contrato de trabalho, se tornará ineficaz a adesão caso o empregado seja condenado por decisão transitada em julgado que determine a perda do emprego público.

O empregado que responde ação disciplinar poderá manifestar o interesse em aderir ao PDV CMB 2019, observado que:

- O desligamento somente poderá ocorrer ao término da ação disciplinar, condicionada a sua absolvição ou arquivamento, ou ainda na aplicação de TAC, penalidade de advertência disciplinar ou suspensão de até trinta dias;

- Caso o empregado solicite desligamento antes do final da apuração da ação disciplinar, terá sua adesão cancelada, não fazendo jus às indenizações previstas no PDV CMB 2019, independentemente do resultado da apuração.

- A efetivação do desligamento somente poderá ocorrer após o término da ação disciplinar, exceto no caso de aplicação de penalidade de rescisão por justa causa, hipótese na qual será considerada sem efeito a adesão do interessado.

- Aplica-se o mesmo entendimento nos casos de ação disciplinar instaurada após a adesão.

Os empregados que estiverem em gozo de estabilidade/garantia de emprego prevista em lei, convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa poderão aderir ao PDV, desde que solicitem o "Termo de Renúncia de Estabilidade", e que renunciem expressamente ao mencionado direito.

O empregado cedido a outros órgãos ou entidades da Administração Pública e à entidade de previdência complementar patrocinada pela CMB, também poderá aderir ao PDV CMB 2019.

O empregado que se encontrar na condição de Diretor ou Presidente da CMB poderá aderir ao PDV CMB 2019, desde que atenda aos requisitos do Regulamento.

Dos incentivos do programa

- A indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, sendo considerado para o referido cálculo os depósitos efetuados até o mês anterior ao da rescisão;

- A indenização equivalente ao valor referente ao "Aviso Prévio" proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado;

- A oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheira (o) pelo período de até 42 (quarenta e dois) meses, e dependentes pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas, conforme condições estabelecidas no Regulamento;

- Possibilidade de substituir, no momento da adesão, o plano de saúde oferecido no item "c" retro, por indenização pecuniária parcelada, por até 42 (quarenta e dois) meses, para empregado titular e cônjuge ou companheiro(a) e nas condições estabelecidas no Regulamento.

O valor total máximo a ser pago ao empregado aderente não poderá ser superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias, ao 13º salário e saldo de salário. O valor mínimo a ser pago ao empregado aderente não poderá ser inferior a R$ 30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias, ao 13º salário e saldo de salário.

Premissas adotadas

Taxa de juros de longo prazo

Acompanhando as normas contábeis vigentes, para a definição da taxa de juros de longo prazo foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a Metodologia chamada de "Duration". A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa e pode assim ser definida:

Onde:

VPi = é o valor presente do i-ésimo fluxo de caixa; ti = é o prazo decorrente i-ésimo fluxo de caixa; D = Duration.

A taxa de juros calculada sob esse método e utilizada nesta Avaliação Atuarial foi de -0,56%aa.

Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 3,27% para 2021, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

Tábuas biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela ASSISTANTS, que utilizou como base o histórico de benefícios e mortalidade dos últimos 5 anos da Patrocinadora. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic, segregada por sexo.

Projeções de vínculos futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, adotamos o cadastro real fornecido pela empresa relativo aos optantes do PDV.

Para a realização dos trabalhos de avaliação, a CMB repassou à ASSISTANTS os dados relativos aos diversos programas, de acordo com um "Caderno Preparatório" preliminarmente encaminhado, na data-base de 30/11/2020, destacando-se:

Cadastro dos participantes optantes do programa de desligamento voluntário, contendo datas de nascimento, valor mensal do plano

Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021
Obrigações no início do exercício	26531525,72	25.316.944,07	18.400.274,48
Custo do serviço corrente	0,00	0,00	0,00
Juros sobre a obrigação atuarial	2182068,57	929.144,52	444.028,47
(Ganhos)/Perdas atuariais	4.666.777,50	(4.241.879,04)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(8.063.427,72)	(3.603.935,07)	(3.833.437,26)
Obrigações no final do exercício	25.316.944,07	18.400.274,48	15.010.865,69
Ativos financeiros no final do exercício	0,00	0,00	0,00
(Déficit)/Superávit apurado	(25.316.944,07)	(18.400.274,48)	(15.010.865,69)

Movimentação do passivo líquido	31/12/2020
Passivo líquido no início do exercício 2019	25.316.944,07
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA	(4.241.879,04)
Despesa/(receita) reconhecida em DRE	929.144,52
Custo do serviço corrente	0,00
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	929.144,52
(-) Pagamento de benefícios	(3.603.935,07)
Passivo líquido ao final do exercício	18.400.274,48

Projeção de custos para o exercício findo em 31/12/2020

a) Custo dos juros sobre as obrigações atuariais

Item	31/12/2020 (em R$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	495.277,98
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(51.249,51)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	444.028,47

b) Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício

Item	31/12/2020 (em R$)
Custo do serviço corrente	0,00
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	444.028,47

(-) Contribuições esperadas de participantes	0,00
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	0,00
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	444.028,47

Teste de sensibilidade das hipóteses

a)_Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	18.400.274,48	-
Aumento (1%)	16.084.329,09	-13%
Redução (1%)	20.920.787,13	14%

b)_Sensibilidade da inflação médica sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	18.400.274,48	-
Aumento (1%)	16.556.635,94	-10%
Redução (1%)	20.449.208,52	11%

- Plano CV - Moedaprev

Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item	31/12/2019	31/12/2020	Projeção 31/12/2021
Obrigações no início do exercício	3.313.195,40	3.313.195,40	76.227.211,75
Custo do serviço corrente	0,00	0,00	939.131,82
Juros sobre a obrigação atuarial	295.500,32	303.097,73	3.281.432,16
(Ganhos)/Perdas atuariais	1.914.856,30	73.447.864,73	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(763.364,78)	(836.946,11)	(4.075.166,48)
Obrigações no final do exercício	4.760.187,24	76.227.211,75	76.372.609,25
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	11.312.716,95	11.312.716,95	172.450.698,10
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	1008969,01	1105616,21	7536165,30
Contribuições patronais normais (*)	0,00	0,00	0,00
Contribuições normais participantes	0,00	0,00	0,00
Contribuições extraordinárias Patrocinadora (*)	0,00	0,00	0,00
(-) Benefícios pagos	(763.364,78)	(836.946,11)	(4.075.166,48)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	5.240.594,26	160.869.311,05	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	16.798.915,44	172.450.698,10	175.911.696,92
(Déficit)/Superávit apurado	12.038.728,20	96.223.486,35	99.539.087,67
(-) Asset Ceiling (Regra IAS)	(12.038.728,20)	(96.223.486,35)	(99.539.087,67)
Passivo a ser reconhecido em 31/12/2019	0,00	0,00	0,00

DESCRIÇÃO	Marcação à mercado
Fundos de investimento	53.286.137,97
Títulos Públicos	17.956.062,57
Empréstimos e Financiamentos	2.657.363,85
Disponível	18.057,09
Passivo de investimentos (-)	(2.864,02)
Ativo financeiro	73.914.757,46
Saldo de Contas	(63.565.977,92)
(-) Fundo de Investimentos	(74.910,77)
(-) Fundo Previdencial	(11.656.305,81)
Reservas matemáticas PBDC	173.833.135,13
Ativo líquido ao final do exercício	172.450.698,10

Despesa/(receita) projetada para o próximo exercício (em R$)	
Item	Projeção 31/12/2020
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	939.131,82
(-) Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	3.281.432,16
Total da despesa/(receita) apurada	0,00
(-) Asset Ceiling (Regra IAS)	(7.536.165,30)
(Receita)/Despesa a ser reconhecida em 31/12/2020	(3.315.601,32)

Parecer sobre os resultados apurados

a) Os trabalhos da ASSISTANTS foram baseados nas informações cadastrais, financeiras e contábeis encaminhadas pela empresa, exclusivamente para a data-base de 31 de dezembro de 2020, e tiveram como objetivo o cálculo dos passivos relacionados aos benefícios pós-emprego mantidos pela Casa da Moeda do Brasil a favor de seus empregados e ex-empregados, em atendimento às normas nacionais e internacionais de contabilidade, a saber: CPC nº 33 (R1) e IAS19-R respectivamente. Esta avaliação foi conduzida em conformidade com as normas atuariais e contábeis vigentes que compreenderam ainda:

- O planejamento dos trabalhos, considerando as práticas formais e informais da empresa mantidas e informadas pela administração;
- Testes de consistência da base cadastral relativa aos empregados ativos, aos aposentados e pensionistas dos planos;
- Definição das hipóteses atuariais com base nos testes de aderência realizados pela Entidade de Previdência Complementar;

Definição das hipóteses financeiras, em conjunto com a empresa, para estimativa futura de benefícios e salários.

b) Não fez parte do escopo de nossos trabalhos:

- A auditoria dos ativos financeiros informados, bem como suas respectivas marcações à mercado;
- A auditoria dos benefícios concedidos e pagos pela Entidade de Previdência Complementar (Cifrão);
- A auditoria dos dados cadastrais e balancetes contábeis encaminhados, bem como quaisquer relatórios gerenciais encaminhados;
- A auditoria, aprovação e/ou validação dos lançamentos contábeis realizados pela empresa.

c) Os balancetes recebidos por essa consultoria e relativos aos planos previdenciários PBDC e MOEDAPREV referem-se ao mês de novembro de 2020, sendo projetados para 31/12/2020 pela taxa inflacionária e juros proporcionais. Consideramos que essa prática não atende ao disposto na legislação em vigor, que exige os ativos financeiros estejam posicionados na mesma data das demonstrações contábeis, ou seja, 31/12/2020 e marcados à mercado;

d) Salientamos que não é responsabilidade do atuário a auditoria, aprovação ou conferência dos lançamentos contábeis realizados pela empresa e demonstrados nesse relatório, sendo um escopo do auditor externo contábil, responsável pela revisão das Demonstrações Financeiras da Casa da Moeda do Brasil;

e) O ganho significativo no Plano Previdenciário PBDC, apurado entre os exercícios de 2019 e 2020, refere-se, majoritariamente e conforme demonstrado no item 6.1.5, à migração ocorrida entre planos, encerrando definitivamente os compromissos do PBDC junto aos participantes e inativos optantes pela migração. Há que se considerar ainda que, no processo migratório, a parcela do participante relativa às contribuições para amortização de déficit é deduzida do montante da reserva matemática, o que contribui positivamente para o resultado do ano. Ainda nesse sentido, salientamos que os efeitos positivos demonstrados estão estimados, uma vez que a própria Entidade de Previdência Complementar - CIFRÃO ainda não apresentou os resultados definitivos da Avaliação Atuarial específica do processo migratório. Sendo assim, o correto dimensionamento dos efeitos da migração só poderá ser apurado após o término da Avaliação Atuarial da Cifrão;

f) Em nossa opinião, exceto quanto às limitações de escopo mencionadas nos itens "b" ao "d", os passivos de longo prazo assumidos pela Casa da Moeda do Brasil, relativos aos benefícios pós-emprego mantidos, estão adequadamente calculados nesta Avaliação Atuarial e devidamente refletidos em suas demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

NOTA 28 - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a (CIFRÃO) Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifrão (PBDC).

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável, denominado MoedaPrev, ambos administrados pela CIFRÃO.

Para operacionalizar a migração voluntária, fez-se necessário obter anuência dos Órgãos de Supervisão e Controle da CMB e do Órgão de Fiscalização da CIFRÃO, mediante a análise da proposta de alteração dos Regulamentos do PBDC e do MoedaPrev, bem como dos estudos de migração, conforme especificado nas alíneas a seguir:

a) Órgãos de Supervisão e Controle da CMB: inicialmente, o processo do TAC foi analisado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela SEST, ambos vinculados ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento, respectivamente. Nesta primeira análise os referidos órgãos aprovaram o processo de migração desde que fossem atendidas algumas condicionantes. Desta forma e por recomendação da PREVIC, fez-se necessário submeter novamente o processo do TAC para que os órgãos pudessem emitir manifestação favorável e sem nenhuma condicionante. No dia 05/06/2019, a SEST emitiu a Nota Técnica nº 8216/2019 contendo manifestação favorável e sem nenhuma condicionante. Ressalta-se que não houve necessidade de uma segunda manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo em vista a junção dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento para criação do Ministério da Economia; e

b) Órgão de Fiscalização da CIFRÃO: após a CIFRÃO atender as diversas recomendações contidas em 02 (dois) pareceres emitidos pelo seu órgão fiscalizador, no dia 12/12/2019, a Diretoria de Licenciamento da PREVIC encaminhou à CIFRÃO o Parecer nº 626/2019/CTR/CGTR/DILIC, de 06/12/2019, manifestando-se apto a aprovação do processo de migração.

Com a anuência da SEST e da PREVIC, foi publicada no Diário Oficial da União nº 241, de 13/12/2019, a Portaria PREVIC nº 1.077, de 11/12/2019, que autoriza a CIFRÃO promover a alteração dos Regulamentos do PBDC e MoedaPrev, e consequentemente, equacionar o déficit do Plano PBDC mediante a migração voluntária dos participantes para o Plano MoedaPrev, conforme previsto no TAC.

As principais regras do novo Regulamento do MoedaPrev para os participantes do Plano PBDC que optarem pela migração e para os participantes do Plano MoedaPrev que fizeram a adesão antes da publicação da Portaria PREVIC nº 1.077, de 11/12/2019, são as seguintes:

a) Opção por renda vitalícia ou renda por prazo certo (05, 10, 15, 20 ou 25 anos);

b) Opção de saque de 25% do saldo de reserva do participante para os assistidos e para os ativos, sendo este último somente no momento da concessão do benefício, e a conversão do restante da reserva de participante em benefício mensal; e

c) Possibilidade dos participantes resgatarem até 80% do saldo da reserva aportada pela Patrocinadora, que dependerá do tempo de vinculação ao Plano MoedaPrev.

Para os empregados da CMB e da CIFRÃO que fizerem a adesão ao Plano MoedaPrev após a publicação da Portaria PREVIC nº 1.077, de 11/12/2019, o Plano MoedaPrev ofertará somente renda por prazo certo.

De acordo com os prazos previstos no Regulamento MoedaPrev, a abertura da etapa "Período de Opção dos Participantes" era para ter iniciado em 20 de março de 2020 e o processo de migração deveria ter sido finalizado até o dia 30 de junho de 2020.

No entanto, o processo de migração teve que ser suspenso em decorrência da Pandemia do COVID-19 e a abertura da etapa "Período de Opção dos Participantes" somente foi iniciada em 02 de julho de 2020.

Considerando que houve uma prorrogação de 60 (sessenta) dias na etapa do Período de Opção dos Participantes", o processo de migração foi finalizado em 1º de dezembro de 2020, com 525 migrações do total de 1.154 participantes, conforme especificado no quadro a seguir:

Opção	Quantidade	%
Opção pela Migração	525	45,49
Ativo	84	
Renda Vitalícia	197	
Prazo Certo	244	
Opção pela Não Migração	34	2,95%
Sem Opção*	595	51,56%
Total	1.154	100%

*Participantes que não oficializarem sua opção permanecerão no Plano PBDC.

A Consultoria Rodarte Nogueira, empresa contratada pela CIFRÃO, atualizou para 1º de dezembro de 2020 o valor do déficit do Plano PBDC dos participantes migrados para o MoedaPrev, cabendo a CMB a parcela do déficit de R$ 36.934.333,01 (trinta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e trinta e três reais e um centavo).

De acordo com o Parecer nº 626/CTR/CGTR/DILIC, de 06/12/2019, a CIFRÃO também terá que encaminhar à PREVIC, no prazo de 90 dias após a conclusão do processo de migração, os seguintes documentos:

- Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC com o registro da data de finalização da operação e o cumprimento do inteiro teor do Termo de Migração; e

- Parecer atuarial contendo a situação patrimonial dos planos de benefícios envolvidos na operação, posicionado na data do recálculo e na data efetiva da migração, destacando o grupo de participantes e assistidos que optaram pela migração e se manifestando, conclusivamente, acerca da viabilidade dos planos de benefícios.

NOTA 29 - OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 26 (R1) e com base na análise da ASSISTANTS, o saldo de R$ 50.557.752,32 foi evidenciado na Nota 26 referente ao Plano de Benefício Definido do Quadro de Movimentação de Outros Resultados Abrangentes e calculado de acordo com os itens 56 a 60 - Reconhecimento e Mensuração - do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil e referendado pela Deliberação CVM Nº 695 DE 13 de Dezembro de 2012.

NOTA 30 - FATO RELEVANTE

(a) A CMB ajuizou o processo nº 5045338-10.2018.4.02.5101 contra o BACEN para cobrança de custos fixos que foram retirados de contratos entre as partes na produção de Cédulas e Moedas, havendo compromisso entre as instituições de calcular tais valores posteriormente, apurados no valor da causa de R$ 694.125.832,74. Em 13/09/2019, houve sentença desfavorável à CMB julgando os pedidos improcedentes, havendo condenação em sucumbência no valor de R$ 69.412.583,27. Trata-se de ativo contingente classificado como "não provável", pois o objeto da demanda é um crédito da CMB em face do BACEN. Contudo, está como não provável diante de decisão judicial contrária em primeira instância. Vale ressaltar que tal classificação é temporária, pois o processo parou na primeira instância por pedido de suspensão das partes para tentativa de composição. Não havendo composição, o feito tramitará normalmente, havendo ainda possibilidade de reversão em segunda instância no Tribunal Regional Federal - TRF2, no Superior Tribunal de Justiça - STJ e no Superior Tribunal Federal - STF.

De modo que, não se trata de constituição de passivo contingente, pois não é demanda veiculada pelo BACEN, e não há discussão sobre crédito do BACEN como objeto da lide, mas de crédito da CMB em face daquela instituição.

(b) Com relação ao Acordo Coletivo de Trabalho de 2020, a CMB firmou acordo com o Sindicato em maio/2020, retroagindo a 2019. O ACT 2019/2020 manteve cláusulas num determinado patamar até agosto/20 e outros a partir de setembro/20.

(c) Com relação ao Processo Judicial SICPA - Ação Depósito Judicial - proposta em 01/08/2019 pela Casa da Moeda do Brasil - CMB em face de Sicpa Brasil Indústria de Tintas e Sistemas Ltda., em que pretende a tutela cautelar para depositar os valores relativos ao acordo firmado entre as partes, no bojo do processo n.º 0175750-85.2016.4.02.5101, homologado pelo juízo da 8ª Vara Federal do rio de janeiro em 19/10/2017, nos termos da sentença anexa.

O mencionado acordo refere-se ao pagamento de dívida relativa ao contrato nº 245/2013 (SICOBE), no valor de R$ 351.394.142,96, sendo a forma de pagamento estabelecida da seguinte maneira: R$ 333.824.435,81 parcelados em 48 parcelas mensais, e os restantes, R$ 17.569.707,15 (5% do total), a serem pagos no prazo de 30 dias, contados do pagamento da última parcela do acordo.

A tutela cautelar requerida pela CMB fundamenta-se no processo administrativo de responsabilização PAR nº 00190.003728/2016-79, no qual foi determinada pelo Ilmo. Corregedor-Geral da União (CGR), em 22/02/2019, a suspensão cautelar de eventuais pagamentos que deveriam ser feitos pela Casa da Moeda do Brasil à SICPA. Por conta disso, a CMB, para não descumprir o acordo judicial avençado com a ré perante o juízo da 8ª Vara Federal, ajuizou a ação em apreço (nº 5051577-93.2019.4.02.5101).

Cabe destacar que o pedido de depósito dos valores vincendos, com a retenção dos valores até que houvesse decisão definitiva por parte da CGU, já havia sido requerido anteriormente pela CMB nos autos do processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101, onde fora homologado o acordo com a SICPA, mas foi negado pelo Juízo da 8ª VFRJ sob o fundamento de que não haveria previsão de suspensão cautelar do pagamento no instrumento do acordo judicial, além de considerar que estaria a empresa pública pretendendo tutela de urgência com base em fatos novos não contemplados no processo em questão.

Em 08/08/2019, a CMB obteve a antecipação dos efeitos da tutela requerida nos autos do processo nº 5051577-93.2019.4.02.5101, cujo dispositivo da decisão foi proferido no seguinte sentido:

"Do exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA requerida para autorizar a parte autora a depositar em conta à disposição deste Juízo as parcelas vincendas devidas em razão do acordo homologado por sentença proferida nos autos do processo nº 0175750-85.2016.4.02.510, conforme os prazos ali estipulados, sendo tais depósitos considerados como pagamento regular para o efeito de afastar as penalidades decorrentes do inadimplemento, conforme previstas no mesmo acordo supramencionado."

Segundo planilha de pagamentos juntada pela CMB aos autos do processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101 (Acordo Homologado), o valor do acordo foi quitado, parcialmente, da seguinte maneira: a CMB pagou R$133.008.079,14 através de notas fiscais; depositou em juízo R$32.756.522,70; e glosou R$176.352.003,52.

Diante da manifestação da SICPA quanto ao descumprimento dos termos do acordo por parte da CMB, o Juízo da 8ª VFRJ proferiu no dia 16/12/2020 decisão nos autos do processo em epígrafe tecendo as seguintes considerações:

"De fato, a CMB limitou-se a requerer o deferimento do depósito, em juízo, das parcelas mensais do acordo homologado, por sentença transitada em julgado, nos autos do apenso processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101, sem qualquer ressalva, medida que foi, inclusive, deferida pelo juízo.

Em verdade, verifico que a CMB pretende ampliar o objeto deste processo, obtendo a chancela judicial de abatimento/glosa do valor devido, promovida unilateralmente, com base em novos fundamentos, o que decerto não é possível.

Deve a CMB, se e quando pretender a glosa/abatimento dos valores a pagar, promover o ajuizamento de demanda autônoma, sendo inviável o exame de tais questões neste processo.

Pelo exposto, não conheço das razões expostas pela CMB nas petições dos eventos relacionados ao abatimento/glosa/redução/quitação do valor devido, fixado no acordo homologado no processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101, por tratar-se de questões alheias ao objeto da demanda.

Intimem-se as partes para ciência, ficando a CMB intimada, na mesma oportunidade, para comprovar o depósito integral de todos os valores não depositados em meses anteriores e/ou depositados parcialmente, em conformidade com o acordo homologado no processo nº 0175750-85.2016.4.02.5101, no prazo de 15 dias, sob pena de cessação dos efeitos da tutela anteriormente deferida."

Dessa decisão, a CMB opôs embargos de declaração em 29/01/2021 para que na supramencionada decisão sejam feitas as ressalvas requeridas pela CMB no tocante ao impedimento de levantamento dos depósitos até a manifestação conclusiva do Processo de Responsabilização nº 00190.003728/2016-79; direito de sustar o pagamento à Sicpa em relação às parcelas vincendas enquanto não forem ressarcidos os valores dos danos causados, bem como pagar a multa a ser aplicada pela CGU no mencionado PAR. Nos embargos, a CMB informa que está ciente da ordem judicial que determinou o depósito judicial integral de todos os valores não depositados em meses anteriores e/ou depositados parcialmente, dentro do prazo fixado de 15 dias.

Assim, a CMB encontra-se atualmente com decisão judicial em seu desfavor. Vale destacar, por fim, que o descumprimento da decisão implicará a cassação dos efeitos da tutela anteriormente deferida, ou seja, os depósitos efetuados deixarão de ser considerados pagamento regular, fazendo incidir contra a CMB a penalidade prevista no acordo decorrentes do inadimplemento.

Dessa forma, a CMB procedeu o depósito judicial no dia 12/02/2021 no valor total de R$ 102.338.148,00.

(a) No dia 20 de agosto de 2018 a Casa da Moeda e a empresa CEPTIS assinaram um Instrumento Particular de Constituição de Parceria Contratual denominada "Pharos" para operação do SCORPIOS e fornecimento de Selo Fiscal Inteligente (selo fiscal de cigarro verde), em substituição ao contrato 0164/2012 em seu 6º termo aditivo.

A Parceria Contratual teve início no dia 06 de setembro de 2018 com duração de dez anos.

A Parceria Pharos é como uma associação, consubstanciando acordos e obrigações. Entretanto, apesar de não ser pessoa jurídica distinta, possui estrutura organizacional própria, conforme cláusula 6ª.

Atualmente a Parceria Pharos está organizada da seguinte forma:

1- Comitê Executivo - nível estratégico, órgão máximo de deliberação da Parceria Pharos, composto de dois representantes de cada Parceira. (base no item 6.2 a 6.13 do contrato);

2- Comitê Gestor - nível tático, órgão de gestão do negócio da parceria, composto de dois representantes de cada Parceira. (base no item 6.14 e 6.15 do contrato);

3- Administração da Parceria - nível operacional, responsáveis pela manutenção operacional do negócio da parceria, composto de um representante de cada Parceira. (base no item 6.6.11 do contrato);

4- Comissão Financeira - nível operacional, responsáveis pela análise da prestação de contas, composto de um representante de cada Parceira. (base no item 6.6.9 do contrato);

A Parceria Contratual define as responsabilidades da CMB e CEPTIS por meio da Matriz de Custos Pré Aprovada - MCPA onde cada uma das parceiras se compromete cumprir as atividades sob sua responsabilidade dentro do custo aprovado para cada atividade.

O resultado operacional da parceria é repartido igualmente entre as partes, seja ele prejuízo ou ganho.

Todos os documentos da Parceria estão protegidos por sigilo comercial.

NOTA 31 - EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 (CORONAVÍRUS)

O Comitê Gestor de Crise e a Direção da CMB decidiram postergar a implantação da fase 4 do Plano de Retomada da CMB. A nova data estimada para a liberação do retorno de empregados com idade igual ou superior a 60 anos, é 23/03. Quanto ao retorno de todos os empregados às dependências da empresa, inclusive gestantes, lactantes e mães/pais de crianças menores que 12 anos, é 06/04.

Retorno à Fase 3

Apesar de a vacina já ser uma realidade no Brasil, é importante que se continuem respeitando as recomendações e os protocolos de segurança contra a Covid-19, de modo que, a atual Diretoria da CMB acredita que os moedeiros são o principal ativo da Casa da Moeda porque são eles os responsáveis por executar as atividades que permitem à empresa honrar os compromissos firmados com os clientes. Segundo dados divulgados pela imprensa, o número de casos e óbitos por Covid-19 no estado do Rio de Janeiro voltou a subir e refletiu em aumento significativo dos números de casos suspeitos e confirmados dentre os empregados da Casa da Moeda. Considerando esse cenário, a Diretoria Executiva decidiu retroceder à fase 3 do Plano de Retomada da CMB, seguindo orientação da Medicina do Trabalho.

Depósito Judicial SICPA

Com decisão proferida em 16/12/2020, nos autos do processo nº 5051577-93.2019.4.02.5101/RJ (CMB x SICPA: medida cautelar para depósito em juízo das parcelas do acordo judicial homologado nos autos do processo judicial 0175750-85.2016.4.02.5101/RJ), o Juiz proferiu entendimento como indevida a compensação feita das parcelas devidas à SICPA, em razão do acordo frente a eventuais débitos desta com a CMB, por importar em ampliação objetiva da demanda após a citação do réu no feito. Em razão disso, determinou o juízo à CMB que comprove o depósito integral de todos os valores não depositados em meses anteriores, e/ou depositados parcialmente no prazo de 15 dias, sob pena de cessação dos efeitos da tutela deferida.

Dessa forma, a CMB procedeu o depósito judicial no dia 12/02/2021 no valor total de R$ 102.338.148,00.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2020.

HUGO CAVALCANTE NOGUEIRA
Presidente
CPF Nº 730.461.917-15

SÉRGIO PERINI RODRIGUES
Diretor de Operações
CPF Nº 795.926.357-49

JEAN PEDRAZZA REICHE
Diretor de Compliance e Gestão
CPF Nº 053.956.847-35

PAULO RICARDO DE MATTOS FERREIRA
Diretor de Inovação e Mercado
CPF Nº 744.008.607-44

RAMON AGOSTINHO PONTES
Contador
CPF: 111.991.767-02
CRC - RJ118695/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e aos Administradores da
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB
Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa da Moeda do Brasil - CMB ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, em decorrência da inexistência física do estoque de produto acabado do DECED erroneamente registrado no sistema, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é a responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

¸ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

¸ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;

¸ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

¸ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

¸ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se a demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Auditores Independentes S/S
2 CRCRS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador 1 CRCRS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração da Casa da Moeda do Brasil - Exercício 2020, bem como das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tomando por base o Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Empresa RUSSEL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 22 de março de 2021, cuja opinião foi de que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e considerando ainda o Parecer da Auditoria Interna, emitido em 19 de março de 2021, onde é registrada a opinião de que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2020, elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade e os ditames legais vigentes, representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa da Moeda do Brasil - CMB.

Ressalte-se que a Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 apurou prejuízo no montante de R$ 197.064.237,11 (cento e noventa e sete milhões, sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e onze centavos), tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração a proposta para compensação, em sua totalidade, do Saldo de Reserva para investimentos, conforme prevê o parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76.

Foi aprovada, ainda, a proposta de Orçamento de Capital para 2021, No montante inicial de R$ 31.227.463,00 (trinta e um milhões, duzentos e vinte sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais), que subsidiaria o financiamento do Orçamento de Investimentos da CMB para 2021, tendo como fonte os recursos próprios advindos das operações da CMB, conforme detalhado na Nota Técnica DECOF no 005/2021/DIGES, de 01 de março de 2021.

O Conselho Fiscal é da opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CASA DA MOEDA DO BRASIL, estando em condições de serem submetidos, juntamente com o orçamento de capital, à Assembleia Geral dos Acionistas, nas formas aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme as Resoluções RS/008/2021 e RS/009/2021, ambas de 23 de março de 2021.

Brasília, 25 de março de 2021.

RAFAEL SOUZA PENA
Presidente

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA
Conselheira

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, por meio de videoconferência, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas, resolve:

Aprovar o Relatório da Administração da CMB referente ao exercício de 2020, nos termos do VOTO.CA/CMB/009/2021, desta data.

ANDRÉ FERNANDES BERENGUER
Presidente

GLEISSON CARDOSO RUBIN
Conselheiro

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES
Conselheiro

FABIANO ZOUVI
Conselheiro

JAIME LEÔNCIO SINGER
Conselheiro

JOSÉ AMARO SIQUEIRA VALENTE
Conselheiro

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2020

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido na 2ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, por meio de videoconferência, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas, resolve:

Aprovar as Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado do Exercício de 2020 e Orçamento de Capital 2021, nos termos do VOTO.CA/CMB/008/2021, desta data.

ANDRÉ FERNANDES BERENGUER
Presidente

GLEISSON CARDOSO RUBIN
Conselheiro

LUIZ FERNANDO BOTELHO DE CARVALHO
Conselheiro

GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES
Conselheiro

FABIANO ZOUVI
Conselheiro

JAIME LEÔNCIO SINGER
Conselheiro

JOSÉ AMARO SIQUEIRA VALENTE
Conselheiro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 23000.011146/2018-13
Interessado: Associação em Favor e Defesa da Comunidade.
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

DECISÃO: Tendo em vista os autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00356/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 4 de maio de 2020, da Consultoria Jurídica bem como no Despacho nº 265/2021/DP4/GAB/SE/SE-MEC, de 18 de março de 2021, da Secretaria-Executiva, ambas deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, não conheço do recurso interposto pela entidade, mantendo, na íntegra, a decisão que indeferiu o requerimento, protocolado pela instituição, de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas, constante da Portaria SERES nº 829, de 28 de novembro de 2018, item 74 do Anexo, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 29 de novembro de 2018.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

DESPACHO DE 24 DE MARÇO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 830/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, que analisou o recurso interposto por Lara Queiroz Ribeiro, para, no mérito, dar-lhe provimento, recomendando à Universidade Estadual de Feira de Santana que proceda a reanálise do pedido de reconhecimento de diploma do curso de Licenciatura em Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, adequadamente referenciada em legislação pertinente, em especial, a Resolução CNE/CES nº 1, de 3 de abril de 2001, modificada pela Resolução CNE/CES nº 3, de 22 de junho de 2016, e a Portaria MEC nº 22, de 13 de dezembro de 2016, devendo a Comissão, caso mantenha-se desfavorável ao reconhecimento, especificar em seu parecer, com o detalhamento necessário, os motivos do indeferimento, conforme consta do Processo nº 23001.000466/2017-57.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

DESPACHO DE 24 DE MARÇO DE 2021

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 776/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, expressa na Portaria SERES nº 199, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2020, que aplicou medidas cautelares de sobrestamento de processos regulatórios e impedimento de protocolização de novos processos regulatórios da Faculdade de Nanuque - FANAN, com sede na Rua Nelício Cordeiro, s/n, Bairro Israel Pinheiro, no município de Nanuque, no estado de Minas Gerais, mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Nanuque Ltda. - EPP, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23000.033106/2019-11.

MILTON RIBEIRO
Ministro de Estado

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 146, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de normatização do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT, o disposto nas estratégias 11.11 e 12.3 do anexo da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, resolve:

Art. 1º Ficam definidos os conceitos utilizados para cálculo dos indicadores de gestão e para compreensão das estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, expressas na Plataforma Nilo Peçanha - PNP, conforme estabelecidos no glossário, Anexo I desta portaria.

Art. 2º O conceito Matrícula-equivalente (Mateq), definido na Portaria MEC nº 1.162, de 9 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de novembro de 2018, é calculado a partir do produto das Matrículas (Mat) pelo fator de equiparação de carga horária (fech) do curso e pelo fator de esforço de curso (fec), ou seja:

Mateq = Mat x fech x fec

§1º O fator de equiparação de carga horária (fech) para cada curso, excetuando os cursos de qualificação profissional, será igual a 1 (um).

§2º O fator de equiparação de carga horária (fech) para os cursos de qualificação profissional é calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) e carga horária padrão de 800 horas anuais, ou seja:

fech = chmr / 800 horas

§3º O fator de esforço de curso (fec) ajusta a contagem de Matrícula-equivalente (Mateq) para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor Relação Matrícula por Professor (RMP), conforme valores relacionados no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º A Tabela com os valores do fator de esforço de curso (fec) (Anexo II) e carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) poderão ser revistas a cada dois anos, a partir de sua publicação, ou quando da modificação dos atos normativos, visando garantir sua atualização e/ou correção, para que sejam utilizadas nos processos da Rede Federal.

§1º Para os valores de carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) para os cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada (fic), utilizadas para cálculo do fator de equiparação de carga horária (fech), devem ser utilizados os valores de carga horária mínima dos cursos, publicados pela SETEC.

Art. 4º O cálculo dos percentuais de vagas dos cursos dos Institutos Federais, a que fazem referência o § 1º do art. 8º da Lei nº 11.892, de 2008, e o § 1º do art. 2º do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, se dará com base nas Matrículas-equivalentes (Mateq).

Art. 5º Para fins de cumprimento das estratégias 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação - PNE, fica definida a Relação Matrícula por Professor (RMP) como a razão entre o total das Matrículas-equivalentes (Mateq), ponderada pelo fator de correção da graduação (fcg), e o total dos professores-equivalentes (Profeq), ou seja:

RMP = [(Mateq cursos de graduação x fcg) + (Mateq demais cursos)] / Profeq

Parágrafo único. O cálculo do total de professores-equivalentes (Profeq) considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 (um) aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais (Prof40h) ou regime de dedicação exclusiva (ProfDE), e com peso igual a 0,5 (meio) aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais (Prof20h), ou seja:

Profeq = (Prof20h x 0,5) + Prof40h + ProfDE

Art. 6º. Visando prover esta Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e a Rede Federal de EPCT de instrumentos de formulação e acompanhamento de políticas públicas, a SETEC publicará, juntamente com os resultados anuais da Plataforma Nilo Peçanha - PNP, um Guia de Referência Metodológica contendo os indicadores, suas fórmulas de cálculo, critérios de agregação e demais informações necessárias, utilizando os conceitos definidos nesta portaria.

Art. 7º. O cálculo dos indicadores deverá ser realizado separadamente para os cursos financiados exclusivamente pelo orçamento anual de cada instituição e para os financiados com recursos de programas diversos.

Art. 8º. Fica revogada a Portaria Setec nº 51, 21 de novembro de 2018.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor no dia 3 de maio de 2021.

WANDEMBERG VENCESLAU ROSENDO DOS SANTOS

ANEXO I

GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES PARA A REDE FEDERAL DE EPCT.

Concluintes: É o somatório dos alunos Formados com os Integralizados em Fase Escolar no ano de referência.

Cursos: Conjunto de atividades educativas formais que constroem um perfil de formação, composto por componentes curriculares, agrupados em períodos letivos. Considera-se a diferenciação entre cursos de uma mesma Unidade de Ensino, com mesma denominação, e Tipo de Curso, Tipo de oferta, Modalidade de Ensino e Turno distintos.

Carga horária do curso - chc: Carga horária do curso estabelecida no projeto pedagógico do curso ou na carga horária fixada para o curso.

Carga horária mínima regulamentada do curso - chmr: Carga horária mínima dos cursos, estabelecidas no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - Guia-Pronatec de cursos FIC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e demais regramentos do MEC para definição de cargas horárias mínimas de cursos.

Eixo tecnológico: É o agrupamento de ações e das aplicações científicas às atividades humanas de mesma natureza, possuindo um núcleo de saberes comuns, embasados nas mesmas ciências e metodologias. São aplicados na classificação dos

cursos da educação profissional, constante dos Catálogos Nacionais. Conforme definidos pelo CNE, são treze: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Os Tipos de Curso que não contam com catálogos nacionais foram agregados, por similaridade, aos Eixos Tecnológicos existentes. Para efeitos da Plataforma Nilo Peçanha, os cursos de Educação Básica, não profissionais, foram agregados ao Eixo Propedêutico.

Evadidos: Corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.

Fator de equiparação de carga horária - fech: Permite a equiparação de cursos de qualificação profissional com durações distintas, sendo calculado pela razão entre a carga horária mínima regulamentada do curso (chmr) e carga horária padrão de 800 horas anuais. Para os demais cursos, o fator de equiparação de carga horária será igual a 1 (um).

Fator de correção da graduação - fcg: O fator de correção da graduação (fcg) ajusta a contagem das matrículas para os cursos de graduação, em atendimento à estratégia 12.3 da Lei nº 13.005, de 2014.

Fator de esforço de curso - fec: Ajusta a contagem de matrículas-equivalentes (Mateq) para cursos que demandem, para o desenvolvimento de suas atividades, uma menor relação aluno por professor (rap).

Fonte de financiamento: Indica a Fonte de Financiamento das matrículas apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha.

Formados: Corresponde aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso no ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado.

Gastos: As definições de gastos deste glossário são específicas para os cálculos dos indicadores de gestão da Rede Federal. Tratam-se dos gastos liquidados no ano de exercício. São estraídos do SIAFI, por meio do sistema do Tesouro Gerencial.

Gasto corrente: todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas. Sua apuração é feita a partir da subtração das despesas realizadas nos GND 4 e 5 e das despesas realizadas nas ações orçamentárias específicas para pagamentos de precatórios, inativos e pensionistas dos Gastos Totais

Gastos com investimento: Extraídos pelos Grupos de Natureza de Despesas 4 e 5 (GND 4 - INVESTIMENTOS e GND 5 - INVERSÇÕES FINANCEIRAS), permite-se apurar o total de despesas realizadas com investimentos e inversões financeiras, assim definidos: Investimentos: despesas destinadas ao planejamento e à execução de obras, inclusive às relacionadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras; Inversões Financeiras: despesas com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também, com aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie já constituídas.

Gastos com outros custeios: É entendido como os gastos totais liquidados no exercício, deduzindo gastos com pessoal, benefícios, Pis/Pasep, investimentos e inversões financeiras.

Gastos com pessoal: são aqueles definidos como Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. A apuração destas despesas nos relatórios extraídos é obtida a partir do Grupo de Natureza de Despesas 1 (GND 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS), bem como despesas em outras GNDs em ações orçamentárias caracterizadas como Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios). Também, conforme explicitado adiante, são consideradas despesas em outras GNDs referentes ao pagamento de benefícios assistenciais aos servidores previstos na legislação, em suas ações orçamentárias específicas e no recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP, destacados na classificação 33914712.

Gastos totais: são definidos a partir de todas as despesas realizadas no exercício pelas unidades orçamentárias da Rede Federal, acrescidos das despesas realizadas com créditos descentralizados da unidade orçamentária do Ministério da Educação, em ações orçamentarias típicas da educação profissional e tecnológica, e créditos descentralizados para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Ingressantes: Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência e tem seu registro no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC.

Inscritos: Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.

Instituição: Instituição de Ensino integrante da Rede Federal de EPCT. Para efeitos da Portaria nº 1, de 3 de janeiro de 2018, que instituiu a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE, cada escola técnica vinculada a universidade federal será compreendida como uma instituição.

Integralizados em fase escolar: Corresponde aos alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares de um curso no ano de referência, mas não concluíram todos os componentes curriculares (Estágio, TCC, Extensão e o ENADE).

Jornada de Trabalho: Jornada semanal de trabalho cumpridas pelos servidores da Rede Federal de EPCT, incluindo o regime de Dedicação Exclusiva (DE).

Matrícula-equivalente - Mateq: Corresponde à matrícula ponderada pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de Curso e pelo Fator de Esforço de Curso

Matrícula - Mat: Corresponde ao aluno que esteve com sua matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência, independentemente do tipo ou modalidade do curso. Um aluno pode ter mais de uma matrícula nesse período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.

Modalidade de ensino: Modo de desenvolvimento do curso quanto ao acompanhamento das atividades acadêmicas, podendo ser presencial ou a distância.

Nível da carreira: Reúne os níveis funcionais do corpo técnico-administrativo.

Nível de curso: Categorização utilizada na Plataforma Nilo Peçanha para reunir cursos de mesmo nível educacional.

Organização acadêmica: Refere-se à tipologia das Instituições pertencentes à Rede Federal de EPCT, podendo ser: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II.

Professor-equivalente - Profeq: O cálculo do total de professores-equivalentes (Profeq) considera todos os professores efetivos da instituição, ponderando com peso igual a 1,0 (um) aqueles em regime de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva e com peso igual a 0,5 (meio) aqueles em regime de 20 (vinte) horas semanais.

Professores - Prof: Refere-se ao número de professores da Rede Federal de EPCT, reunindo servidores efetivos e substitutos/temporários.

Relação Matrícula por Professor (RMP): definida como a razão entre o total das Matrículas-equivalentes (Mateq), ponderada pelo fator de correção da graduação (fcg), e o total dos professores-equivalentes (Profeq).

Retidos: Corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para integralização de um curso.

RSC: Reconhecimento de Saberes e Competências, atribuído aos professores da Carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), visando a equivalência de titulação para fins de percepção de Retribuição de Titulação (RT).

Subeixo tecnológico: Categorização própria da Plataforma Nilo Peçanha, criada para distinguir cursos de um mesmo Eixo Tecnológico em suas diferentes áreas de concentração.

Tipo de curso: Categorização transversal utilizada para diferenciar os cursos da EPCT em seus diversos níveis e graus. Estão previstas as seguintes categorias: Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Qualificação Profissional (FIC), Técnico, Especialização Profissional Técnica, Curso Superior de Graduação em Tecnologia, Licenciatura, Bacharelado, Aperfeiçoamento Tecnológico, Especialização (Lato Sensu), Especialização Profissional Tecnológica, Mestrado Profissional, Mestrado, Doutorado Profissional e Doutorado.

Tipo de Oferta: Categorização transversal utilizada para diferenciar as formas de ofertas dos Cursos Técnicos e de Qualificação Profissional (FIC). Estão previstas as seguintes categorias: Integrado, Subsequente, Concomitante, PROEJA - Concomitante e PROEJA - Integrado.

Titulação: Maior Título Acadêmico apresentado pelos servidores da Rede Federal, podendo ser: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado.

Turno: Período do dia ou da noite em que o aluno cursa a maior parte das aulas, podendo ser matutino, vespertino, noturno ou integral. Não se aplica aos cursos com Modalidade de Ensino a Distância.

Unidades de ensino: Todas as unidades organizacionais que possuam matrículas vinculadas no ano de referência.

Vagas: Corresponde às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, por meio de processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU ou outras formas de ingresso, no ano de referência.

Vínculo com a administração pública: Apresenta o vínculo funcional dos professores com a Administração Pública, podendo ser Efetivo ou Substituto/Temporário.

ANEXO II

Anexo II - TABELA DE FATOR DE ESFORÇO DE CURSO (FEC)			
TIPO DE CURSO	EIXO TECNOLÓGICO	CURSO	FEC
Educação Infantil	Propedêutico	Propedêutico - Educação Infantil-Pré-escola	2,000
Ensino Fundamental I	Propedêutico	Propedêutico - Ensino Fundamental- Anos Iniciais	1,500
Ensino Fundamental II	Propedêutico	Propedêutico - Ensino Fundamental-Anos finais	1,067
Ensino Médio	Propedêutico	Propedêutico - Ensino Médio	1,067
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	"TODOS"	"TODOS"	1,100
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1,017
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ANÁLISES CLÍNICAS	1,500
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	1,053
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CITOPATOLOGIA	1,200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL	1,049
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM CUIDADOS DE IDOSOS	1,098
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1,500
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS	1,117
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ESTÉTICA	1,333
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM FARMÁCIA	1,097
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM GERÊNCIA DE SAÚDE	1,000
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM HEMOTERAPIA	1,200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM IMAGEM PESSOAL	1,200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS	1,300
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	1,500
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE	1,020
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM METEOROLOGIA	1,000
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM NECROPSIA	1,200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	1,266
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ÓPTICA	1,100
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM ÓRTESES E PRÓTESES	1,100
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM PODOLOGIA	1,100
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	1,500
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM RADIOLOGIA	1,100
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	1,200
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM RECICLAGEM	1,000
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM REGISTROS E INFORMAÇÕES EM SAÚDE	1,500
TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	1,500

TÉCNICO	AMBIENTE E SAÚDE	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1,151
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1,183
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROELETRÔNICA	1,148
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROMECÂNICA	1,146
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETRÔNICA	1,164
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	1,120
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	1,352
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM AVIÔNICOS	1,352
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM CÉLULA	1,352
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE AERONAVES EM GRUPO MOTOPROPULSOR	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS NAVAIS	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE SISTEMAS METROFERROVIÁRIOS	1,352
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO EM MÁQUINAS PESADAS	1,352
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO METROFERROVIÁRIA	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MÁQUINAS NAVAIS	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECÂNICA	1,247
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECÂNICA DE PRECISÃO	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM MECATRÔNICA	1,247
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM METALURGIA	1,081
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM METROLOGIA	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DA MADEIRA	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	1,105
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SISTEMAS A GÁS	1,270
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVÁVEL	1,029
TÉCNICO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	TÉCNICO EM SOLDAGEM	1,270
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM BIBLIOTECA	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM BIBLIOTECONOMIA	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA ESCOLAR	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA	1,050
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM LUDOTECA	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUE (LIBRAS/PORTUGUÊS)	1,300
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM ORIENTAÇÃO COMUNITÁRIA	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS BILÍNGUES EM L IBRAS/LÍNGUA PORTUGUESA	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM SECRETARIA ESCOLAR	1,000
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	1,009
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TREINAMENTO DE CÃES-GUIA	1,300
TÉCNICO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TÉCNICO EM TREINAMENTO E INSTRUÇÃO DE CÃES-GUIAS	1,300
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	1,008
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COMÉRCIO	1,008
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COMÉRCIO EXTERIOR	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM CONDOMÍNIO	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM COOPERATIVISMO	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM FINANÇAS	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM LOGÍSTICA	1,005
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM MARKETING	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM QUALIDADE	1,002
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SECRETARIADO	1,014
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SEGUROS	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS DE CONDOMÍNIO	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS JURÍDICOS	1,003
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICOS	1,003
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS	1,000
TÉCNICO	GESTÃO E NEGÓCIOS	TÉCNICO EM VENDAS	1,000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM COMPUTAÇÃO GRÁFICA	1,194
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1,050
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	1,053
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET	1,028
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	1,028
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE JOGOS DIGITAIS	1,000
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES	1,032
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO	1,250
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM SISTEMAS DE TRANSMISSÃO	1,250
TÉCNICO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	1,083
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO AEROPORTUÁRIO	1,100
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM AGRIMENSURA	1,043
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM CARPINTARIA	1,300
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM DESENHO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	1,066
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	1,068
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM ESTRADAS	1,010
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM GEODÉSIA E CARTOGRAFIA	1,000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM GEOPROCESSAMENTO	1,213
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM HIDROLOGIA	1,200
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM PORTOS	1,017
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM SANEAMENTO	1,022
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRÂNSITO	1,000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	1,000
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE DE CARGAS	1,075
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE DUTOVIÁRIO	1,100
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE METROFERROVIÁRIO	1,100
TÉCNICO	INFRAESTRUTURA	TÉCNICO EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1,131
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM AÇÕES DE COMANDOS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARMAMENTO DE AERONAVES	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARTILHARIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ARTILHARIA ANTIAÉREA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM BOMBEIRO AERONÁUTICO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM CAVALARIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMBATE A INCÊNDIO, RESGATE E PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE AVIAÇÃO	1,000

TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM COMUNICAÇÕES NAVAIS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM DESENHO MILITAR	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ELETRICIDADE E INSTRUMENTOS AERONÁUTICOS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM EQUIPAMENTO DE ENGENHARIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS DE VOO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM ESTRUTURA E PINTURA DE AERONAVES	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM FORÇAS ESPECIAIS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM FOTOINTELIGÊNCIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM GUARDA E SEGURANÇA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM HIDROGRAFIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM INFANTARIA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MANOBRAS E EQUIPAMENTOS DE CONVÉS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MATERIAL BÉLICO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MECÂNICA DE AERONAVES	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MERGULHO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM MONTANHISMO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM NAVEGAÇÃO FLUVIAL	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE RADAR	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÃO DE SONAR	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM OPERAÇÕES DE ENGENHARIA MILITAR	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM PREPARAÇÃO FÍSICA E DESPORTIVA MILITAR	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SENSORES DE AVIAÇÃO	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SINAIS NAVAIS	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SINALIZAÇÃO NÁUTICA	1,000
TÉCNICO	MILITAR	TÉCNICO EM SUPRIMENTO	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA	1,034
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM ALIMENTOS	1,094
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM APICULTURA	1,150
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM CERVEJARIA	1,299
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM CONFEITARIA	1,247
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM PANIFICAÇÃO	1,104
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE PESCADO	1,150
TÉCNICO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	TÉCNICO EM VITICULTURA E ENOLOGIA	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO DE MODA E ESTILISMO	1,300
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTE CIRCENSE	1,300
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTE DRAMÁTICA	1,300
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTES CIRCENSES	1,300
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTES VISUAIS	1,150
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM ARTESANATO	1,057
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CANTO	1,500
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CENOGRAFIA	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM COMPOSIÇÃO E ARRANJO	1,250
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO VISUAL	1,089
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO	1,150
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DANÇA	1,480
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE CALÇADOS	1,200
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE EMBALAGENS	1,200
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE INTERIORES	1,182
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE JOIAS	1,200
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DESIGN DE MÓVEIS	1,008
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM DOCUMENTAÇÃO MUSICAL	1,200
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	1,250
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM FIGURINO CÊNICO	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL	1,100
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL	1,500
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO	1,060
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MULTIMÍDIA	1,028
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM MUSEOLOGIA	1,100
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PAISAGISMO	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PROCESSOS FONOGRÁFICOS	1,259
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PROCESSOS FOTOGRÁFICOS	1,150
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	1,500
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA	1,082
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM PUBLICIDADE	1,100
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM RÁDIO E TELEVISÃO	1,300
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM REGÊNCIA	1,500
TÉCNICO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	TÉCNICO EM TEATRO	1,083
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM AÇÚCAR E ÁLCOOL	1,175
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM ANÁLISES QUÍMICAS	1,197
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM BIOCOMBUSTÍVEIS	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CALÇADOS	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CELULOSE E PAPEL	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CERÂMICA	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CONSTRUÇÃO NAVAL	1,135
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM CURTIMENTO	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	1,214
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM IMPRESSÃO OFFSET	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM IMPRESSÃO ROTOGRÁFICA E FLEXOGRÁFICA	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM JOALHERIA	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM MÓVEIS	1,000
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PETRÓLEO E GÁS	1,030
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PETROQUÍMICA	1,076
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PLÁSTICOS	1,025
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PRÉ-IMPRESSÃO GRÁFICA	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM PROCESSOS GRÁFICOS	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM QUÍMICA	1,109
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM TÊXTIL	1,270
TÉCNICO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	TÉCNICO EM VESTUÁRIO	1,018
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGRICULTURA	1,000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGROECOLOGIA	1,004
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO	1,016
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1,018
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM AQUICULTURA	1,010
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM CAFEICULTURA	1,253
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM EQUIPAMENTOS PESQUEIROS	1,200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM FLORESTAS	1,000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM FRUTICULTURA	1,188
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM GEOLOGIA	1,000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM GRÃOS	1,200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM MINERAÇÃO	1,073
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM PESCA	1,000

TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM PÓS-COLHEITA	1,066
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM RECURSOS MINERAIS	1,200
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM RECURSOS PESQUEIROS	1,000
TÉCNICO	RECURSOS NATURAIS	TÉCNICO EM ZOOTECNIA	1,080
TÉCNICO	SEGURANÇA	TÉCNICO EM DEFESA CIVIL	1,000
TÉCNICO	SEGURANÇA	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1,012
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM AGENCIAMENTO DE VIAGEM	1,000
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM COZINHA	1,095
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM EVENTOS	1,006
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM GASTRONOMIA	1,200
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	1,016
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	1,019
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM LAZER	1,113
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM RESTAURANTE E BAR	1,058
TÉCNICO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TÉCNICO EM SERVIÇOS DE RESTAURANTE E BAR	1,200
ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	"TODOS"	"TODOS"	1,000
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	ESTÉTICA E COSMÉTICA	1,500
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO AMBIENTAL	1,000
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	1,200
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO HOSPITALAR	1,180
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	OFTÁLMICA	1,200
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	RADIOLOGIA	1,000
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	SANEAMENTO AMBIENTAL	1,006
TECNOLOGIA	AMBIENTE E SAÚDE	SISTEMAS BIOMÉDICOS	1,200
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1,143
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ELETRÔNICA INDUSTRIAL	1,154
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL	1,000
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	1,360
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MANUTENÇÃO DE AERONAVES	1,088
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL	1,000
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MECÂNICA DE PRECISÃO	1,230
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	MECATRÔNICA INDUSTRIAL	1,500
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	PROCESSOS AMBIENTAIS	1,230
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	PROCESSOS METALÚRGICOS	1,000
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	1,270
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS DE ENERGIA	1,031
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS ELÉTRICOS	1,031
TECNOLOGIA	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	SISTEMAS ELETRÔNICOS	1,230
TECNOLOGIA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,000
TECNOLOGIA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PROCESSOS ESCOLARES	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	COMÉRCIO EXTERIOR	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO COMERCIAL	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DA QUALIDADE	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DE COOPERATIVAS	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO EMPREENDEDORA	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO FINANCEIRA	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	GESTÃO PÚBLICA	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	LOGÍSTICA	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	MARKETING	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	1,000
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	PROCESSOS GERENCIAIS	1,017
TECNOLOGIA	GESTÃO E NEGÓCIOS	SECRETARIADO	1,000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1,030
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	BANCO DE DADOS	1,250
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1,000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES	1,250
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	JOGOS DIGITAIS	1,000
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	REDES DE COMPUTADORES	1,076
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	REDES DE TELECOMUNICAÇÕES	1,250
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	1,250
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES	1,031
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS PARA INTERNET	1,076
TECNOLOGIA	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	TELEMÁTICA	1,076
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	AGRIMENSURA	1,200
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1,005
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	CONTROLE DE OBRAS	1,005
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	ESTRADAS	1,032
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	GEOPROCESSAMENTO	1,032
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	GESTÃO PORTUÁRIA	1,100
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	1,000
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	OBRAS HIDRÁULICAS	1,200
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	PILOTAGEM PROFISSIONAL DE AERONAVES	1,300
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	SISTEMAS DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL	1,100
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	TRANSPORTE AÉREO	1,100
TECNOLOGIA	INFRAESTRUTURA	TRANSPORTE TERRESTRE	1,100
TECNOLOGIA	MILITAR	COMUNICAÇÕES AERONÁUTICAS	1,000
TECNOLOGIA	MILITAR	FOTOINTELIGÊNCIA	1,000
TECNOLOGIA	MILITAR	GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO AÉREO	1,000
TECNOLOGIA	MILITAR	GESTÃO E MANUTENÇÃO AERONÁUTICA	1,000
TECNOLOGIA	MILITAR	METEOROLOGIA AERONÁUTICA	1,000
TECNOLOGIA	MILITAR	SISTEMAS DE ARMAS	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	AGROINDÚSTRIA	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	ALIMENTOS	1,049
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	LATICÍNIOS	1,049
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	PROCESSAMENTO DE CARNES	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	PRODUÇÃO DE CACHAÇA	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	VITICULTURA E ENOLOGIA	1,017
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	COMUNICAÇÃO ASSISTIVA	1,300
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CONSERVAÇÃO E RESTAURO	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE INTERIORES	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE MODA	1,078
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN DE PRODUTO	1,078
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN GRÁFICO	1,078
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	FOTOGRAFIA	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CÊNICA	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CULTURAL	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA	1,150
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO MULTIMÍDIA	1,101
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	BIOCOMBUSTÍVEIS	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	BIOTECNOLOGIA	1,230

TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	CONSTRUÇÃO NAVAL	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	FABRICAÇÃO MECÂNICA	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PAPEL E CELULOSE	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PETRÓLEO E GÁS	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	POLÍMEROS	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PROCESSOS QUÍMICOS	1,000
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO DE VESTUÁRIO	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO GRÁFICA	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO JOALHEIRA	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO MOVELEIRA	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	1,230
TECNOLOGIA	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	PRODUÇÃO TÊXTIL	1,230
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AGROECOLOGIA	1,003
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AGRONEGÓCIO	1,020
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	AQUICULTURA	1,000
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	CAFEICULTURA	1,000
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	HORTICULTURA	1,000
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	1,200
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	MINERAÇÃO	1,000
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO DE GRÃOS	1,030
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO PESQUEIRA	1,200
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	PRODUÇÃO SUCRO ALCOOLEIRA	1,200
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	ROCHAS ORNAMENTAIS	1,200
TECNOLOGIA	RECURSOS NATURAIS	SILVICULTURA	1,200
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA	1,110
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA NO TRABALHO	1,049
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA NO TRÂNSITO	1,110
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SEGURANÇA PÚBLICA	1,000
TECNOLOGIA	SEGURANÇA	SERVIÇOS PENAIS	1,110
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	EVENTOS	1,000
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GASTRONOMIA	1,000
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GESTÃO DE TURISMO	1,024
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	GESTÃO DESPORTIVA E DE LAZER	1,000
TECNOLOGIA	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	HOTELARIA	1,028
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES CÊNICAS	1,100
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES VISUAIS	1,239
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	1,115
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1,052
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS DA NATUREZA	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	1,127
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	COMPUTAÇÃO	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DANÇA	1,137
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,038
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FILOSOFIA	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FÍSICA	1,039
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	GEOGRAFIA	1,029
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	HISTÓRIA	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	INFORMÁTICA	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	INTERCULTURAL INDÍGENA	1,000
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS	1,024
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA ESTRANGEIRA	1,024
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	1,024
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LIBRAS - LICENCIATURA	-
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LICENCIATURA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1,175
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MATEMÁTICA	1,013
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MÚSICA	1,107
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PEDAGOGIA	1,064
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES	1,120
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	QUÍMICA	1,077
LICENCIATURA	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEATRO	1,079
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	BIOMEDICINA	1,200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	EDUCAÇÃO FÍSICA	1,249
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ENFERMAGEM	1,500
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ENGENHARIA AMBIENTAL	1,025
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FARMÁCIA	1,150
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FISIOTERAPIA	1,200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	FONOAUDIOLOGIA	1,200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	GESTÃO AMBIENTAL	1,100
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	MEDICINA	1,300
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	METEOROLOGIA	1,200
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	NUTRIÇÃO	1,251
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	ODONTOLOGIA	1,300
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	PSICOLOGIA	1,000
BACHARELADO	AMBIENTE E SAÚDE	TERAPIA OCUPACIONAL	1,000
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	1,230
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA AERONÁUTICA	1,230
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	1,160
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	1,289
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE MATERIAIS	1,137
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1,028
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA ELÉTRICA	1,108
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA ELETRÔNICA	1,108
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA MECÂNICA	1,078
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA MECATRÔNICA	1,178
BACHARELADO	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	ENGENHARIA METALÚRGICA	1,033

BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARQUEOLOGIA	1,100
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARQUIVOLOGIA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ARTES VISUAIS	1,100
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	BIBLIOTECONOMIA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	DANÇA	1,200
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	ESTATÍSTICA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FILOSOFIA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	FÍSICA	1,034
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	GEOGRAFIA	1,100
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	HISTÓRIA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA ESTRANGEIRA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MATEMÁTICA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MUSEOLOGIA	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	MÚSICA	1,100
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	RELAÇÕES PÚBLICAS	1,000
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	1,500
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEATRO	1,100
BACHARELADO	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	TEOLOGIA	1,000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	ADMINISTRAÇÃO	1,001
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS ATUARIAIS	1,000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1,000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	1,000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	DIREITO	1,187
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS A NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	1,111
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1,000
BACHARELADO	GESTÃO E NEGÓCIOS	SECRETARIADO EXECUTIVO	1,000
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1,081
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	1,237
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ENGENHARIA DE SOFTWARE	1,000
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES	1,187
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	INFORMÁTICA	1,100
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	JORNALISMO	1,000
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	RADIO, TV E INTERNET	1,100
BACHARELADO	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	1,008
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ARQUITETURA E URBANISMO	1,071
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA CIVIL	1,085
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRÁFICA	1,117
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO CIVIL	1,085
BACHARELADO	INFRAESTRUTURA	ENGENHARIA DE TRANSPORTES	1,211
BACHARELADO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	1,076
BACHARELADO	PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	1,013
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	CINEMA E AUDIOVISUAL	1,269
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	DESIGN	1,500
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CULTURAL	1,000
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1,100
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PRODUÇÃO CULTURAL	1,000
BACHARELADO	PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1,100
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	BIOTECNOLOGIA	1,000
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS	1,230
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA DE PETRÓLEO	1,230
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA NAVAL	1,230
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA QUÍMICA	1,111
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	ENGENHARIA TÊXTIL	1,230
BACHARELADO	PRODUÇÃO INDUSTRIAL	QUÍMICA	1,318
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	AGROECOLOGIA	1,022
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	AGRONOMIA	1,061
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1,026
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA AGRÍCOLA	1,000
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA AGRONÔMICA	1,052
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE AQUICULTURA	1,000
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1,137
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE MINAS	1,137
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA DE PESCA	1,000
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ENGENHARIA FLORESTAL	1,035
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	GEOLOGIA	1,037
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	MEDICINA VETERINÁRIA	1,037
BACHARELADO	RECURSOS NATURAIS	ZOOTECNIA	1,045
BACHARELADO	TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	TURISMO	1,069
APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO	"TODOS"	"TODOS"	1,000
ESPECIALIZAÇÃO (LATO SENSU/PROFISSIONAL TECNOLÓGICA)	"TODOS"	"TODOS"	1,000
MESTRADO (ACADÊMICO/PROFISSIONAL)	"TODOS"	"TODOS"	1,000
DOUTORADO (ACADÊMICO/PROFISSIONAL)	"TODOS"	"TODOS"	1,000

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 261, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201503402	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO HERMINIO OMETTO	FUNDACAO HERMINIO OMETTO	AVENIDA DOUTOR MAXIMILIANO BARUTO, 500, , JARDIM UNIVERSITÁRIO, ARARAS/SP
2	201503943	ENFERMAGEM (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	AVENIDA JOSÉ PINTO DE OLIVEIRA, S/N, , AEROPORTO, VARGINHA/MG
3	201616472	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	SOCIEDADE EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA	R RUA DOUTOR PEDRINHO, 77, , RIO MORTO, INDAIAL/SC
4	201611492	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, CAMPUS - SÃO PAULO - SANTANA, SANTANA, SÃO PAULO/SP

PORTARIA Nº 262, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714276	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO VALE DO IGUAÇU	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA PADRE SAPORITI, 717, RIO DA AREIA, UNIÃO DA VITÓRIA/PR
2	201715714	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	RUA VICE-PREFEITO ANTÔNIO DE CARVALHO SOUSA, S/N, UNIDADE SEDE, ESTAÇÃO VELHA, CAMPINA GRANDE/PB
3	201709764	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UNA de Contagem	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA JOÃO CÉSAR DE OLIVEIRA, 5775, , BEATRIZ, CONTAGEM/MG
4	201709211	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	FEAM - FACULDADE DE EDUCACAO E TECNOLOGIA DA AMAZONIA LTDA	ROD. DR. JOÃO MIRANDA, 3072, (PA 252), CASTANHAL, ABAETETUBA/PA

PORTARIA Nº 263, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201610802	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE DA REGIÃO SERRANA	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DA REGIAO SERRANA LTDA - EPP	RUA JEQUITIBÁ, 121, , CENTRO, SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES
2	201504022	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO	CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DE FLORIANO LTDA - ME	RUA RUA OLEMAR ALVES DE SOUSA, 401, , REDE NOVA, FLORIANO/PI
3	201610818	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DELTA	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA	AV. LUIZ VIANA, 3172, , IMBUI, SALVADOR/BA
4	201504153	ENFERMAGEM (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE MOGIANA DO ESTADO DE SÃO PAULO	UNIMOGI - UNIAO MOGIANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO S/S LTDA	RUA LUIZ MARTINI, 601, GUAÇU PARQUE REAL, MOGI GUAÇU/SP

PORTARIA Nº 264, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento, para fins de expedição e registro de diplomas, do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido da(s) respectiva(s) instituição(ões), a oferta do(s) curso(s) cujo reconhecimento foi renovado por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201117293	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE PARÁ DE MINAS	CONFRARIA N. S. DA PIEDADE DA PAROQUIA DE N. S. DA PIEDADE DE PARA DE MINAS	RUA RICARDO MARINHO, 110, SÃO GERALDO, PARÁ DE MINAS/MG
2	201352356	LETRAS PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DOM LUIS DE ORLEANS E BRAGANÇA	SESSA-SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR DO SEMI-ARIDO LTDA - ME	BR-110- KM 07 RIBEIRA DO POMBAL, S/N, , POMBALZINHO, RIBEIRA DO POMBAL/BA
3	201216436	CIÊNCIAS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE MACHADO DE ASSIS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS	PRAÇA MARQUÊS DE HERVAL, 4, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ
4	201360883	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	RODOVIA BONITO, TRÊS MORROS, KM 0, S/N, EM FRENTE AO ZAGAY, ZONA RURAL, BONITO/MS
5	200811112	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIO E TELEVISÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6627, , PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6627, , PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG

PORTARIA Nº 265, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201600199	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	SERVIDÃO ANJO DA GUARDA, 295, D, EFAPI, CHAPECÓ/SC
2	201600195	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	SERVIDÃO ANJO DA GUARDA, 295, D, EFAPI, CHAPECÓ/SC
3	201605296	COMÉRCIO EXTERIOR (Bacharelado)	108 (cento e oito)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE	RUA PAULO MALSCHITZKI, 10, CAMPUS JOINVILLE - BOM RETIRO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - ZONA INDUSTRIAL, JOINVILLE/SC
4	201605305	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE	RUA MINISTRO CALÓGERAS, S/N, CENTRO, BUCAREIN, JOINVILLE/SC

PORTARIA Nº 266, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201714049	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUACU LTDA - ME	RUA VALENTIM CELESTE PALAVRO, 1.501, CONJUNTO PANORAMA, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR
2	201715425	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA TIBÚRCIO PEDRO FERREIRA, 55, , CENTRO, PONTA GROSSA/PR
3	201717122	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade Uninassau Aliança - Redenção	CIESPI-CENTRO INTEGRADO DE EDUCACAO SUPERIOR DO PIAUI LTDA	RUA DOUTOR OTTO TITO, 1771, , REDENÇÃO, TERESINA/PI

PORTARIA Nº 267, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201600412	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL	AVENIDA PEDRA BRANCA, 25, , PEDRA BRANCA, PALHOÇA/SC
2	201503695	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. DOM HÉLDER CÂMARA, 4740-5840, NORTE SHOPPING, PILARES, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201503755	ENFERMAGEM (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA OSCAR SOARES, 1466, , CENTRO, NOVA IGUAÇU/RJ
4	201504223	ENFERMAGEM (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA GENERAL OLÍMPIO, 90, SANTA CRUZ, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO/RJ

PORTARIA Nº 268, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1° Ficam indeferidos os pedidos de aumento de vagas, sob a forma de aditamento aos últimos atos autorizativos dos cursos de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 20 da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Aditamento de Aumento de Vagas)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Modalidade	Curso (Código)	Grau	IES (Código)	Mantenedora (CNPJ)
1	202109952	Educação Presencial	FISIOTERAPIA (1388634)	Bacharelado	Faculdade Una de Pouso Alegre (19865)	BRASIL EDUCACAO S/A (05648257000178)
2	202109953	Educação Presencial	MEDICINA VETERINÁRIA (1442196)	Bacharelado	Faculdade Una de Pouso Alegre (19865)	BRASIL EDUCACAO S/A (05648257000178)
3	202109961	Educação Presencial	MEDICINA VETERINÁRIA (1441460)	Bacharelado	Instituto Universitário Una de Catalão (3319)	SOCIEDADE CATALANA DE EDUCACAO LTDA (05373130000193)

PORTARIA Nº 269, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do ANEXO.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201504014	ENFERMAGEM (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	RUA ANDRÉ ROCHA, 838, TAQUARA, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201616675	PEDAGOGIA - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
3	201616695	LETRAS - ALEMÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC
4	201616714	LETRAS - ITALIANO (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC

PORTARIA Nº 270, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do ANEXO.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201709722	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO AUGUSTO MOTTA	AVENIDA PARIS, 84, , BONSUCESSO, RIO DE JANEIRO/RJ
2	201709580	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	320 (trezentas e vinte)	Centro Universitário das Américas	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS S.A.	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
3	201803437	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DOS GUARARAPES	SOCEC- SOCIEDADE CAPIBARIBE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSÉ DIDIER, 27, , PIEDADE, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE
4	201803166	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário Facid Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.	RUA VETERINÁRIO BUGYJA BRITO, 1354, , HORTO FLORESTAL, TERESINA/PI
5	201815538	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA ALEXANDRE RIZZO, 491, , DESVIO RIZZO, CAXIAS DO SUL/RS

PORTARIA Nº 271, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do ANEXO.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201217165	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade de Pinhais	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PINHAIS	RUA CAMILO DI LELLIS, 1151, TÉRREO, ESTÂNCIA. , 1151, ESTANCIA, PINHAIS/PR
2	201616521	QUÍMICA (Licenciatura)	15 (quinze)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	AV. FERNANDO FERRARI, 514, GOIABEIRAS., 514, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, GOIABEIRAS, VITÓRIA/ES
3	201504227	MEDICINA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RUA MARIZ E BARROS, 775, TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
4	201216995	LETRAS - PORTUGUÊS E ITALIANO (Bacharelado)	16 (dezesseis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVENIDA BRIGADEIRO TROMPOWSKY, S/N, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ILHA DO FUNDÃO, RIO DE JANEIRO/RJ
5	201418315	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO, 71, , CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

PORTARIA Nº 272, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº<sup/sup> 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no ANEXO desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201815245	MARKETING DIGITAL (Tecnológico)	1500 (uma mil, quinhentas)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A

PORTARIA Nº 273, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do ANEXO.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201710723	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO SERTÃO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SERRA TALHADA - SESST - EPP	RUA JOÃO LUIZ DE MELO, 2110, , TANCREDO NEVES, SERRA TALHADA/PE
2	201817151	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA BR-482, S/N, , GIGANTE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
3	201802194	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CEUMA	CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR	RUA JOSUE MONTELLO, 01, UNICEUMA - CAMPUS RENASCENÇA, RENASCENÇA II, SÃO LUÍS/MA
4	201800913	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA WASHINGTON LUIZ, 855, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS
5	201802654	BIOMEDICINA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE NILTON LINS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS	AV. PROF. NILTON LINS, 3259, , PARQUE DAS LARANJEIRAS, MANAUS/AM

PORTARIA Nº 274, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1° Ficam deferidos os pedidos de aumento de vagas, sob a forma de aditamento aos últimos atos autorizativos dos cursos de graduação constantes da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Aditamento de Aumento de Vagas)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Modalidade	Curso (Código)	Grau	N° de Vagas Anuais Anterior	N° de Vagas Anuais após o Aditamento	IES (Código)	Mantenedora (CNPJ)
1	202110078	Educação Presencial	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (1283780)	Tecnológico	50	65	FACULDADE DE SÃO VICENTE (1690)	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA. (71549984000102)
2	202110031	Educação Presencial	DIREITO (70387)	Bacharelado	180	324	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL (221)	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A. (62984091000102)
3	202109867	Educação Presencial	NUTRIÇÃO (100450)	Licenciatura	30	54	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (4503)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB (07777800000162)
4	202110045	Educação Presencial	DIREITO (5001321)	Bacharelado	150	240	UNIVERSIDADE POSITIVO (1042)	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA (78791712000163)

PORTARIA Nº 275, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto no processo e-MEC listado na planilha anexa, resolve:

Art. 1° Fica parcialmente deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao último ato autorizativo do curso de graduação constante da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrado pela Instituição de Educação Superior citada, nos termos do disposto no art. 20 da Portaria Normativa nº 20, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Aditamento de Aumento de Vagas)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Modalidade	Curso (Código)	Grau	N° de Vagas Anuais Anterior	N° de Vagas Anuais após o Aditamento	IES (Código)	Mantenedora (CNPJ)
1	202110044	Educação Presencial	DIREITO (21584)	Bacharelado	300	510	UNIVERSIDADE POSITIVO (1042)	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA (78791712000163)

PORTARIA Nº 276, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1° Ficam indeferidos os pedidos de aumento de vagas, sob a forma de aditamento aos últimos atos autorizativos dos cursos de graduação constantes da tabela do ANEXO desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 20 da Portaria Normativa MEC nº 20, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

ANEXO (Aditamento de Aumento de Vagas)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Modalidade	Curso (Código)	Grau	IES (Código)	Mantenedora (CNPJ)
1	202109808	Educação Presencial	MEDICINA VETERINÁRIA (1405903)	Bacharelado	Faculdade SOCIESC (3758)	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A. (84684182000157)
2	202109811	Educação Presencial	PSICOLOGIA (1405422)	Licenciatura	Faculdade SOCIESC de Jaraguá do Sul (3518)	INSTITUTO EDUCACIONAL SANTA CATARINA LTDA - EPP (05682453000169)
3	202109963	Educação Presencial	AGRONOMIA (1368077)	Tecnológico	Faculdade Una de Jataí (21931)	FACEB EDUCACAO LTDA (03099921000141)

PORTARIA Nº 277, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 102/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, processo SEI nº 23000.006746/2021-65, resolve:

Art. 1º a instauração de Procedimento Sancionador perante a Faculdade de Tecnologia IPUC - FATIPUC (cód. 3.306);

Art 2º a notificação e intimação para a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 278, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 101/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, processo SEI nº 23000.006744/2021-76, resolve:

Art. 1º a instauração de Procedimento Sancionador perante a Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Rio Grande - FCHVRG (cód. 831);

Art 2º a notificação e intimação para a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 279, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 9º e 46 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 97/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, processo SEI nº 23000.006658/2021-63, resolve:

Art. 1º a instauração de Procedimento Sancionador perante a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Macaé - FAFIMA (cód. 84);

Art 2º a notificação e intimação para a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no artigo 1º da Portaria Normativa MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 280, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando os fundamentos constantes da Nota Técnica nº 26/2021/RECURSO/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos processo nº 23000.014956/2018-21, resolve:

Art. 1º REVOGAR o certificado concedido no item 7, do Anexo I, da Portaria SERES nº 82, de 28/01/2021, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 29/01/2021, Seção 1, página 67;

Art. 2º Cientificar a Escola Salesiana São José, inscrita sob CNPJ 46.066.296/0001-44;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

DESPACHO Nº 42, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Decide o Processo nº 23000.021961/2020-13.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e artigos 56, 58 a 60, 72 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 93/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante a Faculdade Fortium (cód. 5277), mantida pela Fortium - Editora e Treinamento Ltda. (cód. 3402), inscrita no CNPJ sob o nº 07.075.247/0001-16:

a) a revogação da Portaria nº 398, de 5 de novembro de 2020; publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 06 de novembro de 2020;

b) o arquivamento do Processo SEI nº 23000.021961/2020-13, com fundamento no art. 73, I, do Decreto nº 9.235, de 2017;

c) a instauração e manutenção de processo regulatório de descredenciamento voluntário, sendo vedado o cancelamento ou arquivamento do processo até a expedição do respectivo ato de aditamento, sob a pena de imediato restabelecimento do processo de supervisão e adoção de medidas para a aplicação de penalidades previstas no Decreto nº 9.235, de 2017;

d) informar a Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES da decisão deste processo para tomada de decisão no âmbito regulatório; e

e) notificar a Instituição de Ensino Superior do teor da decisão, por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

RESOLUÇÃO CUNI Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a alteração do Estatuto da Universidade Federal de Lavras.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o disposto no inciso V, do art. 35 do Regimento Geral da UFLA, e tendo em vista o que foi deliberado em sua reunião de 18/3/2021, resolve:

O Estatuto da Universidade Federal de Lavras, aprovado pela Resolução CUNI nº 059 de 12 de agosto de 1999 e alterado pela Resolução CUNI nº 036 de 30 de junho de 2020, passa a vigorar nos termos desta Resolução. TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS Art. 1º O presente Estatuto contém as disposições básicas sobre a finalidade, a comunidade universitária e a estrutura dos órgãos que constituem a Universidade Federal de Lavras (UFLA). Parágrafo único. As atividades específicas dos órgãos serão regulamentadas no Regimento Geral, nos Regimentos Internos e demais instrumentos normativos aprovados pelo Conselho Universitário e por resoluções complementares aprovadas pelo Colegiado competente. TÍTULO II DA UNIVERSIDADE Art. 2º A UFLA, instituição federal de ensino superior, com sede e foro na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, criada pela Lei nº 8.956 de 15 de dezembro de 1994, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Lavras, fundada em 1908, federalizada pela Lei nº 4.307 de 23 de dezembro de 1963 e transformada em autarquia de regime especial pelo Decreto nº 70.686 de 7 de junho de 1972, é pessoa jurídica de direito público, regendo-se pela legislação federal vigente, por este Estatuto, pelo Regimento Geral e pelas resoluções e normas emanadas do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parágrafo único. A UFLA possui estrutura multicampi e é constituída pelo campus sediado no município de Lavras com a qualidade de sede e pelo campus Paraíso, sediado no município de São Sebastião do Paraíso (MG), instituído por meio da Resolução nº 005 do Conselho Universitário, de 8/2/2018. Art. 3º A UFLA gozará de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da legislação vigente.

§ 1º A autonomia didático-científica a que se refere o caput deste artigo consiste em: I- estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis no âmbito da Universidade; II- criar, organizar, modificar e extinguir cursos, programas e quaisquer atividades didático-científicas, observadas as exigências do meio social, econômico, científico e cultural; III- estabelecer seu regime acadêmico e didático; IV- fixar critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de estudantes; V- conferir graus, diplomas, títulos e outras distinções universitárias. § 2º A autonomia administrativa consiste em: I- aprovar e alterar este Estatuto, o Regimento Geral da Universidade, os Regimentos Internos e demais normas internas, na forma da lei; II- definir, respeitada a legislação específica, normas de seleção, admissão, formação continuada, colaboração técnico-científica, avaliação, promoção, licenciamento, substituição, dispensa, exoneração e demissão, referentes a pessoal docente e técnico-administrativo; III- definir sua infraestrutura em consonância com as atividades de ensino, pesquisa e extensão; IV- definir seu plano de desenvolvimento institucional. § 3º A autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste em: I- administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação pertinente; II- aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas e privadas nacionais e internacionais; III- elaborar e executar o orçamento de sua receita e despesa; IV- administrar os rendimentos próprios. Art. 4º A UFLA é regida pela legislação federal, por este Estatuto e pelo Regimento Geral, e guiar-se-á pelos seguintes princípios: I- gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação Stricto sensu; II- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; III- liberdade de ensino, pesquisa e extensão, bem como de divulgação do pensamento, da arte e do saber; IV- gestão democrática, participativa e transparente; V- valorização das pessoas;VI- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VII - respeito à pessoa e a seus direitos fundamentais; VIII- intercâmbio permanente com instituições nacionais e internacionais; IX- compromisso com a paz, com a defesa dos direitos humanos e com a preservação e conservação do meio ambiente; X- compromisso com a cultura, a ética, a liberdade e a democracia; XI- compromisso com o desenvolvimento da pesquisa científica e a inovação tecnológica; XII- compromisso com a formação de cidadãos altamente qualificados para o exercício profissional; XIII- compromisso com o desenvolvimento econômico, o bem- estar social e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira; XIV- compromisso com a equidade, a diversidade e a inclusão. TÍTULO III DA FINALIDADE Art. 5º A UFLA tem por finalidade precípua a melhoria das condições de vida das pessoas e da coletividade, por meio da formação superior de cidadãos éticos com alta qualificação profissional e da produção e difusão de conhecimento filosófico, científico, cultural, tecnológico e inovador, integradas ao ensino, à pesquisa e à extensão, em harmonia e interação com a sociedade. Art. 6º Para consecução de suas finalidades, a Universidade deverá: I- promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, todas as formas de conhecimento; II- ministrar o ensino superior de qualidade; III- contribuir com a formação de pessoas com vistas ao exercício profissional nos diferentes campos de conhecimento, em seus diferentes aspectos acadêmicos, sociais, políticos, científicos e culturais; IV- manter ampla interação com a comunidade, por meio de relação orgânica entre Universidade e sociedade; V- promover a articulação entre os órgãos da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional; VI- estudar e buscar soluções para os problemas socioeconômicos da comunidade, para contribuir com o desenvolvimento regional, nacional e internacional, bem como para a melhoria da qualidade da vida e a redução da pobreza respeitando e contribuindo para a preservação dos recursos naturais; VII- promover a integração cultural e a formação de cidadãos; VIII- estimular o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária; IX - cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições nacionais e internacionais; X- zelar pela paz, a defesa dos direitos humanos e pela preservação e conservação do meio ambiente; XI- colaborar para o desenvolvimento tecnológico, o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira; XII- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; XIII- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; XIV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; XV- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; XVI- atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. CAPÍTULO I DO ENSINO Art. 7º O ensino, atividade finalística da UFLA, abrangerá os seguintes cursos e programas: I- de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; II- de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação, que atendam às exigências estabelecidas pelos órgãos competentes e que tenham sido classificados em processo seletivo; III- de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). § 1º Os cursos e programas de que trata este artigo serão ministrados em conformidade com a legislação vigente; § 2º Aos estudantes regulares é assegurada a orientação acadêmica sistemática, na forma definida no Regimento Geral e nas Resoluções do CEPE. Art. 8º Os cursos de graduação têm como objetivo a formação de profissionais para o exercício de atividades que demandem estudos especializados nas diversas áreas do conhecimento. Art. 9º Os programas de pós-graduação Stricto sensu e os cursos de pós-graduação Lato sensu têm como objetivo ampliar e aprofundar a formação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, privilegiando as perspectivas interdisciplinar e transversal, buscando excelência em sua realização. Art. 10. A educação infantil ofertada pela UFLA tem por finalidade o desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos, bem como de atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente relacionadas à primeira etapa da educação básica. Art. 11. A Universidade incentivara o ensino e sua articulação com a pesquisa e a extensão por todos os meios possíveis, consoante os recursos e meios que dispuser e com os que conseguir. Parágrafo único. A Universidade consignara, anualmente, em seu orçamento, recursos destinados ao ensino de graduação, pós-graduação, bem como à educação infantil. Art. 12. Os demais cursos terão os objetivos, a organização, a estrutura e as exigências previstas em cada caso. CAPÍTULO II DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO Art. 13. A pesquisa e o desenvolvimento tecnológico constituem atividades finalísticas da UFLA, devendo ser estimulada a aplicação de seus resultados através da extensão. Parágrafo único. A elaboração dos programas de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico estará a cargo das Unidades Acadêmicas, isolada ou conjuntamente aprovadas pelas instancias pertinentes definidas em regimento, de acordo com as políticas institucionais específicas para estas finalidades. Art. 14. A Universidade incentivará a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico por todos os meios possíveis, consoante os recursos e meios que dispuser e com os que conseguir. Parágrafo único. A Universidade consignará, anualmente, em seu orçamento, recursos destinados à pesquisa. CAPÍTULO III DA EXTENSÃO E CULTURA Art. 15. A extensão e cultura constituem atividades finalísticas da UFLA e deverão se integrar à comunidade, abrangendo projetos, cursos, estágios, serviços e acompanhamento de egressos, dentre outros, que serão realizados no cumprimento de programas específicos. § 1º Atividades de extensão e cultura serão realizadas, com vistas à integração com a sociedade, em todos os setores de atividade da Universidade. § 2º A Universidade incentivará a extensão, mediante a reformulação permanente do seu programa orgânico específico, respondendo às iniciativas de fomento oficiais de extensão universitária e buscando parcerias com agentes sociais potenciais em cooperação na área de geração e difusão de ciência e tecnologia. § 3º A Universidade consignará, anualmente, em seu orçamento, recursos destinados à extensão e à cultura. TÍTULO IV DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA Art. 16. A comunidade universitária é constituída por docentes, discentes, técnico-administrativos e por pessoal de associação temporária, diversificados em suas atribuições e funções e unificados nas finalidades e objetivos da Universidade. Art. 17. Os requisitos exigidos dos membros da comunidade universitária, bem como seus direitos e deveres, se pautam nos princípios de humanização, de respeito à pessoa, nas finalidades, objetivos, atribuições e competências expressos neste Estatuto, no Regimento Geral, nos regimentos internos, em normas e regulamentos pertinentes e na legislação superior vigente. CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE Art. 18. O Corpo Docente da Universidade é constituído por docentes integrantes da carreira de Magistério Federal e professores temporários que exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão ou que ocupem cargos administrativos ou técnicos, na qualidade de professor. § 1º Os docentes integrantes da carreira do Magistério Federal, do quadro de pessoal da Universidade, devem estar lotados preferencialmente em Departamentos. § 2º Os docentes integrantes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, do quadro de pessoal da Universidade, devem estar lotados preferencialmente na Unidade Acadêmica responsável pela educação infantil. § 3º O pessoal de associação temporária, constituído pelos professores visitantes, professores substitutos, professores e pesquisadores em período sabático, pós-doutores, bem como pessoas em exercício de atividade voluntária, vinculados aos Departamentos da Universidade, será descrito em capítulo específico do Regimento Geral. Art. 19. O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, a aposentadoria e a dispensa de docente são regidas pela legislação em vigor, pelo Regimento Geral, pelo plano de carreira da categoria e pelas resoluções do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Art. 20. Haverá uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), com atribuições e constituição previstas em lei, no Regimento Geral e no seu Regimento Interno, destinada a assessorar os o CEPE e a Direção Executiva da Universidade, na formulação e execução da política referente ao pessoal docente. CAPÍTULO II DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Art. 21. O corpo técnico-administrativo da Universidade é constituído por servidores integrantes do quadro de pessoal da Universidade, que exerçam atividades técnicas, administrativas e operacionais, necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais. Art. 22. O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, a aposentadoria e a dispensa de técnico-administrativo são regidas pela legislação em vigor, pelo Regimento Geral, pelo Plano de Carreira da categoria e pelas resoluções do Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Art. 23. Haverá uma Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos (CISTA), com atribuições e constituição previstas em lei, no Regimento Geral e no seu Regimento Interno, destinada a assessorar os órgãos da Administração Superior na formulação e execução da política referente ao pessoal técnico-administrativo. CAPÍTULO III DO CORPO DISCENTE Art. 24. O corpo discente é constituído por estudantes regulares e especiais. § 1º Estudante regular é aquele matriculado em cursos de graduação ou programas de pós-graduação Stricto sensu e programas de residência. § 2º Estudante especial é aquele inscrito em cursos, disciplinas isoladas e ou atividades congêneres, excluindo o estudante regular. Art. 25. A Universidade prestará, de acordo com suas disponibilidades, assistência ao corpo discente, sem prejuízo de suas responsabilidades para com os demais membros da comunidade, fomentando, entre outras iniciativas: I- programas de alimentação, moradia e saúde; II- promoções de natureza cultural, artística, esportiva e recreativa; III- programas de bolsas de estudo, de extensão e cultura, de iniciação científica, de estágio, de monitoria, dentre outras; IV- orientacão psicológica, pedagógica e profissional; V- acões que propiciem aos estudantes o crescimento psicológico, político, cívico e democrático, pressupostos básicos para a formação integral do cidadão. TÍTULO V DA ESTRUTURA CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR Art. 26. São órgãos da Administração Superior da UFLA: I- o Conselho Universitário; II- o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; III- o Conselho de Curadores; IV- a Reitoria. § 1º A UFLA, em obediência ao princípio da gestão democrática, assegura a participação de segmentos da comunidade institucional, local e regional, mantendo a ocupação de, no mínimo, setenta por cento dos assentos ocupados por docentes em cada órgão colegiado deliberativo e comissões estatutárias, regimentais e de escolha de dirigentes nos diferentes níveis da universidade, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. § 2º A Universidade realizará ação continuada para ampliação de representantes de equidade, diversidade e inclusão em seus órgãos colegiados. SEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO Art. 27. O Conselho Universitário (CUNI) é o órgão superior máximo de deliberação coletiva da UFLA, no que se refere à política universitária e à gestão financeira, e se compõe: I- do Reitor, como seu Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; II- do Vice-Reitor, como seu Vice-Presidente; III- de um representante docente do CEPE, eleito por seus pares; IV- dos Diretores das Unidades Acadêmicas; V- do Diretor do Hospital Universitário; VI- de dois dos pró-reitores docentes dentre os nomeados pelo reitor, eleitos pelo CUNI; VII- de um representante docente de cada Unidade Acadêmica eleito por seus pares; VIII- de representantes docentes eleitos por seus pares em número necessário para ser mantida a proporção de 70% do Conselho, na forma de rodizio estabelecido no Regimento Geral; IX- de representantes dos técnico-administrativos, eleitos por seus pares, até o limite de 15% dos membros do Conselho; X- de dois representantes discentes de graduação, eleitos por seus pares, para o período de 1 (um) ano, permitida uma recondução; XI- de dois representantes discentes de pós-graduação, eleitos por seus pares, para o período de 1 (um) ano, permitida uma recondução; XII- de um representante da comunidade de Lavras e região, sem vínculo jurídico com a UFLA, escolhido pelos membros do Conselho Universitário, entre indicações de clubes de serviço, associações ou outras entidades representativas da sociedade; XIII- de três representantes

de políticas de Equidade, Diversidade e Inclusão (EDI) eleitos pela comunidade acadêmica. § 1º O mandato dos representantes do CEPE, dos docentes e técnico-administrativos, da comunidade e dos representantes de políticas de EDI será de dois anos, permitida uma recondução. § 2º Juntamente com os membros representantes, serão eleitos suplentes, que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular. § 3º Nas ausências dos membros efetivos, devidamente justificadas, caberá à Secretaria do colegiado convocar os suplentes para substituí-los. Art. 28. O funcionamento do Conselho Universitário será definido no seu Regimento Interno. Art. 29. Compete ao CUNI: I- formular a política global da UFLA, materializada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); II- aprovar diretrizes para a autoavaliação institucional em consonância com a legislação vigente; III- aprovar o Estatuto, o Regimento Geral, o seu Regimento Interno e o Regimento Interno das Congregações e demais unidades acadêmicas e administrativas da UFLA, excetuando-se os órgãos subordinados às Unidades Acadêmicas, cujos regimentos internos serão aprovados pelas respectivas Congregações, observadas as disposições deste Estatuto e do Regimento Geral; IV- aprovar alterações do Estatuto e do Regimento Geral, por pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros e, em qualquer caso, em sessão especialmente convocada para esse fim; V- aprovar as vinculações orgânicas dos órgãos suplementares; VI- aprovar a criação, agregação, desmembramento, incorporação ou fusão e extinção de órgãos; VII- aprovar a criação e a extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação Stricto sensu, por proposta do CEPE; VIII- aprovar a alienação de bens imóveis; IX- aprovar os símbolos da UFLA; X- dispor sobre a elaboração e execução do orçamento da UFLA; XI- aprovar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do Reitor; XII- organizar, em reunião conjunta com o CEPE e o Conselho de Curadores, a lista de nomes para a escolha e nomeação do Reitor, de acordo com a legislação vigente; XIII- eleger sete de seus membros docentes para representá-lo no Conselho de Curadores; XIV- apreciar recursos de atos administrativos originários da Reitoria, respeitadas as exceções previstas em legislação específica, do CEPE e atos administrativos das Congregações das Unidades Acadêmicas; XV- outorgar os títulos de Mérito Universitário, Professor Emérito, Técnico-Administrativo Emérito, Doutor Honoris Causa, Professor Honoris Causa e Benemérito da UFLA; XVI- instituir prêmios e outorgar honrarias de mérito acadêmico, científico e de extensão, mediante propostas encaminhadas pelas Pró-Reitorias acadêmicas; XVII- criar câmaras e comissões permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; XVIII- deliberar sobre o uso da marca UFLA; XIX- deliberar sobre outras matérias atribuídas à sua competência, por este Estatuto, pelo Regimento Geral e pelo seu Regimento Interno, bem como sobre as questões omissas nestes instrumentos. SEÇÃO II DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO Art. 30. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão superior de deliberação coletiva, autônomo em sua competência, responsável pela coordenação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFLA, é integrado pelos seguintes membros: I- o Reitor, como seu Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; II- o Vice-Reitor, como seu Vice-Presidente; III- até seis Pró-Reitores por escolha da Reitoria; IV- um representante docente de cada uma das Unidades Acadêmicas indicado pela Congregação; V- um representante dos Coordenadores de Graduação de cada Unidade Acadêmica indicado pela Congregação; VI- um representante dos Coordenadores de Pós-Graduação de cada Unidade Acadêmica indicado pela Congregação; VII- de representantes dos técnico-administrativos eleitos por seus pares; VIII- de representantes discentes de graduação, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; IX- de representantes discentes de pós-graduação, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; X- um representante da comunidade de Lavras e região, sem vínculo jurídico com a UFLA, escolhido pelos membros do CEPE, entre indicações de clubes de serviço, associações ou outras entidades representativas da sociedade; XI- três representantes de políticas de Equidade, Diversidade e Inclusão eleito pela comunidade acadêmica, sendo 1 (um) obrigatoriamente docente. § 1º Os representantes dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e dos representantes de políticas de EDI, quando não docentes, obedecerão o limite máximo de 30% do total dos membros, incluindo-se neste percentual o representante da sociedade civil. § 2º Juntamente com os membros representantes, serão eleitos suplentes, que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular. § 3º O mandato dos representantes dos Coordenadores de Graduação; dos Coordenadores de Pós-Graduação; dos docentes aludidos pelo inciso IV; dos técnico-administrativos; dos representantes de políticas de EDI e da comunidade, será de dois anos, permitida uma recondução; § 4º Nas ausências justificadas dos membros efetivos, caberá à Secretaria do Colegiado convocar os suplentes. Art. 31. O funcionamento do CEPE será definido no seu Regimento Interno. Art. 32. Compete ao CEPE: I- elaborar, modificar e aprovar o seu Regimento Interno por 2/3 (dois terços) de seus membros, e submetê-lo ao CUNI; II- estabelecer as diretrizes dos órgãos de ensino, pesquisa e extensão, de modo a coordenar as programações, impedindo a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; III- exercer, como órgão deliberativo e consultivo, a jurisdição universitária nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão; IV- fixar normas gerais para a organização, funcionamento, avaliação e alterações de cursos; V- propor normas para processos seletivos, fixar o número inicial de vagas para cada curso e deliberar sobre redução ou ampliação de vagas; VI- opinar ou propor sobre a criação, agregação, desmembramento, incorporação ou fusão e extinção de órgãos; VII- opinar e propor sobre a criação e extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação Stricto sensu; VIII- aprovar a criação e a extinção de cursos de pós-graduação Lato sensu por proposta das Congregações das Unidades Acadêmicas e manifestação favorável da Pró-Reitoria de Pós-graduação; IX- aprovar ou modificar o calendário letivo e o cronograma acadêmico; X- deliberar e propor a criação, desmembramento ou extinção de Unidades Acadêmicas, ouvidas as respectivas Congregações; XI- deliberar e propor a criação e distribuição de cargos de magistério; XII- propor normas para provimento de cargos de magistério e de técnico-administrativos; XIII- aprovar critérios para contratação de professores visitantes e substitutos; XIV- propor a contratação ou rescisão de contrato de professores visitantes e substitutos; XV- propor a nomeação, exoneração ou demissão do pessoal docente e técnico-administrativo; XVI- deliberar sobre os processos de abertura de concurso e redistribuição de docentes e de técnico-administrativos; XVII- deliberar sobre o afastamento de pessoal docente e técnico-administrativo; XVIII- eleger um de seus membros para representá-lo no CUNI; XIX- eleger sete de seus membros docentes para representá-lo no Conselho de Curadores; XX- organizar, em reunião conjunta com o CUNI e o Conselho de Curadores, a lista de nomes para a escolha e nomeação do Reitor da UFLA, de acordo com a legislação vigente; XXI- aprovar projetos institucionais; XXII- deliberar sobre taxas, contribuições e emolumentos relacionados às atividades finalísticas; XXIII- criar câmaras e comissões permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; XXIV- aprovar a criação, alteração ou extinção de Institutos Temáticos apresentadas pela Direção Executiva; XXV- julgar recursos ou representações contra matéria de ensino, pesquisa e extensão submetidos à sua apreciação; XXVI- deliberar originalmente, ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência, não prevista no Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos Internos dos órgãos da Universidade. Parágrafo único. Das decisões do CEPE, caberá recurso ao CUNI, em face de razões de legalidade e de mérito. SEÇÃO III DO CONSELHO DE CURADORES Art. 33. O Conselho de Curadores, órgão de fiscalização econômico-financeira da UFLA, é composto por: I- sete representantes do CUNI, escolhidos por seus pares, entre os docentes, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; II- sete representantes do CEPE, escolhidos por seus pares, entre os docentes, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; III- um representante do Ministério da Educação, com mandato de dois anos; IV- dois representantes do corpo discente, sendo um de graduação e outro de pós-graduação, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; V- dois representantes dos técnico-administrativos, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; VI- um representante da comunidade de Lavras e região, sem vínculo jurídico com a UFLA, escolhido pelo CUNI, entre indicações de clubes de serviço, associações ou outras entidades representativas da sociedade, com mandato de dois anos, permitida uma recondução. § 1º Juntamente com os membros representantes, serão eleitos suplentes, que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular. § 2º Nas ausências dos membros efetivos, devidamente justificadas, caberá à Secretaria do colegiado convocar os suplentes. Art. 34. O funcionamento do Conselho de Curadores será definido no seu Regimento Interno. Art. 35. Compete ao Conselho de Curadores: I- eleger o seu presidente entre seus membros; II- fiscalizar os atos inerentes à execução orçamentária, examinando ou mandando examinar, a qualquer tempo, a contabilidade e documentação respectiva; III- analisar a prestação de contas anual do Reitor e emitir parecer conclusivo, para encaminhamento ao CUNI; IV- organizar, em reunião conjunta com o CUNI e CEPE, a lista de nomes para a escolha e nomeação do Reitor, de acordo com a legislação vigente. SEÇÃO IV DA REITORIA Art. 36. A Reitoria, que se constitui na Direção Executiva da Universidade, é o órgão executivo central que administra, coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades da UFLA, é exercida pelo Reitor, auxiliado pelo Vice-Reitor e assessorado pelas Pró-Reitorias, Assessorias, Órgãos Suplementares e de Apoio Interinstitucional. § 1º Na ausência ou impedimento eventual do Reitor, a Reitoria será exercida pelo Vice-Reitor. § 2º Nas ausências do Reitor e do Vice-Reitor, a responsabilidade do cargo passa a ser de um Pró-Reitor, cuja ordem de prioridade será definida no Regimento Geral. § 3º A substituição de que trata o § 2º deste artigo só pode ser feita por docente. § 4º No caso de vacância do cargo de Reitor, o Colégio Eleitoral fará nova indicação de nomes para nomeação pelo Presidente da República, observada a legislação pertinente. Art. 37. O Reitor será eleito e nomeado na forma da legislação vigente, para o mandato de quatro anos, permitida uma recondução, e a ele compete representar a Universidade, bem como coordenar e superintender todas as atividades universitárias. Art. 38. Integram a Reitoria: I- o Reitor; II- o Vice-Reitor; III- as Pró-Reitorias; IV- o Núcleo de Inovação Tecnológica; V- os Órgãos de Apoio e Assessoramento; e VI- os Órgãos Suplementares. Parágrafo único. A constituição, atribuições e competências das unidades a que se refere este artigo serão definidas no Regimento Geral e nos Regimentos Internos. SEÇÃO V DOS CONSELHOS VINCULADOS ÀS PRÓ-REITORIAS Art. 39. As Pró-reitorias terão Conselhos de Assessoramento ao Pró-Reitor, com composição plural conforme previstos no Regimento Geral. Parágrafo único. As competências dos Conselhos aludidos no caput se relacionam ao planejamento, à supervisão, ao monitoramento e à rotina da respectiva Pró-Reitoria. CAPÍTULO II DAS UNIDADES ACADÊMICAS Art. 40. As Unidades Acadêmicas têm por finalidade o planejamento e a execução das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e são constituídas por Institutos, Faculdades/Escolas que atuam em áreas do conhecimento científico inter-relacionadas. § 1º Constituem a missão e são atribuições das Unidades Acadêmicas planejar, executar e avaliar, observadas a legislação educacional e as normas emanadas pelos Conselhos Superiores e pelas Pró -Reitorias pertinentes, as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campos das ciências básicas e aplicadas para a formação, aperfeiçoamento e especialização de profissionais e cidadãos. § 2º Cada Unidade Acadêmica será regida por este Estatuto, pelo Regimento Geral e pelos Regimentos Internos que disciplinarão o funcionamento e atribuições dos seus Órgãos, Departamentos e Setores vinculados e órgãos suplementares. § 3º O CUNI, por proposta do CEPE, poderá criar Unidades Acadêmicas, bem como dividir, fundir ou extinguir aquelas existentes. Art. 41. As Unidades Acadêmicas agruparão cursos de graduação, pós - graduação em áreas correlatas de conhecimento, além da educação infantil na Unidade Acadêmica pertinente, e serão constituídas pelos Departamentos e órgãos a elas regimentalmente vinculados, todos com nível hierárquico inferior. § 1º O Departamento é o órgão de lotação de docentes para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão, sendo de sua responsabilidade a oferta de atividades acadêmicas curriculares. § 2º A criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração do nome de Departamento dependerão de proposta fundamentada da Unidade Acadêmica, aprovada pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. § 3º Outras formas de organização das Unidades Acadêmicas, diversas da estrutura departamental, só poderão ser implementadas após aprovação pelo Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Art. 42. Desde que observadas as diretrizes institucionais, a Unidade Acadêmica possuirá autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade. Art. 43. São órgãos da Administração da Unidade Acadêmica: I- a Congregação; II- a Direção; III- a Coordenadoria de Gestão Estratégica; IV- a Secretaria Integrada; V- os Departamentos; VI- os Colegiados de Cursos de Graduação; VII- os Colegiados de Programas de Pós-Graduação; VIII- o Colegiado de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico; IX- o Colegiado de Extensão e Cultura; X- demais órgãos vinculados em Regimento. Parágrafo único. Na Unidade Acadêmica à qual estará vinculada a Educação Infantil, o Colegiado de Educação Infantil também será considerado órgão da administração da Unidade Acadêmica. SEÇÃO I DA CONGREGAÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA Art. 44. A Congregação é o órgão de deliberação superior da Unidade Acadêmica, competindo-lhe supervisionar e deliberar em questões administrativas e políticas, o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito desta, obedecidas as diretrizes gerais estabelecidas pelos órgãos da Administração Superior. SUBSEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO Art. 45. Fazem parte da Congregação: I- o Diretor da Unidade Acadêmica, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; II- o Coordenador de Gestão Estratégica; III- o Coordenador de Secretaria Integrada; IV- os Chefes dos Departamentos; V- os Coordenadores de Cursos de Graduação vinculados à Unidade Acadêmica; VI- os Coordenadores de Programas de Pós-Graduação vinculados à Unidade Acadêmica; VII- o Coordenador de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico; VIII- o Coordenador de Extensão e Cultura; IX- pelo menos três representantes docentes eleitos por seus pares na Unidade Acadêmica com mandato de dois anos, permitida uma recondução; X- o(s) representantes dos técnico-administrativos, eleitos por seus pares, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; XI- o(s) representantes discentes de graduação, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; XII- o(s) representantes discentes de pós-graduação, eleitos por seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; XIII- os chefes dos demais órgãos, vinculados em regimento, que compõem a Unidade Acadêmica; XIV- o(s) representante(s) de políticas de EDI, eleitos pela comunidade da Unidade Acadêmica, com mandato de dois anos, permitida uma recondução. § 1º Na Congregação à qual se vincular a Educação Infantil, o seu Coordenador fará parte da Congregação. § 2º Os representantes dos servidores técnico-administrativos, dos discentes e dos representantes de políticas de EDI, quando não docentes, obedecerão o limite máximo de 30% do total dos membros, incluindo-se neste percentual o Coordenador de Gestão Estratégica e o Coordenador de Secretaria Integrada, se for um servidor técnico-administrativo. § 3º Juntamente com os membros representantes, serão eleitos suplentes, que completarão o mandato, em caso de impedimento definitivo do titular. § 4º Nas ausências dos membros efetivos, devidamente justificadas, caberá à Secretaria da Congregação convocar os suplentes para substituí-los. SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES Art. 46. São atribuições da Congregação: I- elaborar o Regimento Interno da Unidade Acadêmica e submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário; II- aprovar os Regimentos Internos dos Departamentos e demais órgãos, vinculados em regimento, sendo vetados os conflitos com este Estatuto, com o Regimento Geral e com o Regimento Interno da Unidade Acadêmica; III- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e submetê-lo à aprovação do Conselho Universitário; IV- organizar o processo de escolha da Direção da Unidade Acadêmica, respeitada a legislação vigente; V- propor ou manifestar-se sobre a criação, o desmembramento, a fusão, a extinção e a alteração de nome de Departamento e de demais órgãos vinculados à respectiva Unidade Acadêmica e submetê-la ao Conselho Universitário; VI- elaborar e aprovar resoluções que regulem o funcionamento acadêmico e administrativo da Unidade Acadêmica, em consonância com este Estatuto, com o Regimento Geral, com o Regimento Interno da Unidade e demais normas emanadas pela Direção Executiva da Universidade, definida conforme art. 26 e 36; VII- autorizar o aceite de doação de bens móveis à Unidade Acadêmica, observada a legislação vigente e as normas institucionais; VIII- indicar os representantes da Unidade Acadêmica para os órgãos colegiados superiores; IX- indicar um Coordenador de graduação e de pós-graduação para integrarem os Conselhos das respectivas Pró-Reitorias; X- participar das sessões solenes de outorga de graus e diplomas; XI- elaborar e aprovar o Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) Acadêmica em conformidade com o PDI da UFLA; XII- supervisionar as atividades dos Departamentos ou estruturas equivalentes, compatibilizando os respectivos planos de trabalho, quando for o caso; XIII- elaborar anualmente a proposta orçamentária da Unidade Acadêmica e o Planejamento Anual de Contratações de materiais e serviços, em consonância com as diretrizes institucionais e com a legislação vigente; XIV- aprovar comissões examinadoras de concursos para provimento de cargos de docentes, na forma estabelecida em normas gerais de concursos definidas pelos Conselhos Superiores; XV- manifestar-se sobre pedidos de movimentação de servidores da ou para a Unidade Acadêmica; XVI- propor e opinar sobre afastamento de servidores para fins de aperfeiçoamento ou prestação de cooperação técnica; XVII- aprovar em seu âmbito de atuação a sua política de pesquisa, de ensino e de extensão em conformidade com o PDI;

XVIII- aprovar os projetos pedagógicos de cursos e programas de pós-graduação e de extensão e encaminhá-los para homologação das respectivas Pró-Reitorias; XIXI- deliberar sobre a celebração de instrumentos jurídicos, referentes ao ensino, à pesquisa e à extensão; XX- deliberar sobre a programação regular de extensão e cultura mediante proposta do Colegiado de Extensão e Cultura, de acordo com a política institucional de extensão e cultura da Unidade Acadêmica; XXI- praticar os atos de sua competência relativos ao regime disciplinar; XXII- instituir comissões; XXIII- aprovar as contas da gestão do Diretor da Unidade Acadêmica; XXIV- propor a criação e a extinção de cursos de pós-graduação Lato Sensu e submeter à Pró-Reitoria de Pós-graduação; XXV- avocar a si o exame e a deliberação sobre matéria de interesse da Unidade Acadêmica; XXVI- julgar os recursos que lhe forem interpostos. SEÇÃO II DA DIREÇÃO DA UNIDADE Art. 47. A Diretoria da Unidade Acadêmica, exercida pelo Diretor, é o órgão ao qual compete supervisionar os programas de ensino, pesquisa e extensão e a execução das atividades administrativas, na área da Unidade Acadêmica, dentro dos limites estatutários e regimentais. Art. 48. O Diretor será escolhido nos termos do inciso IV do art. 46 e nomeado pelo Reitor para mandato de quatro anos, dentre os docentes da Unidade Acadêmica, nos termos da legislação vigente. § 1º Nas ausências do Diretor, a responsabilidade do cargo passa a ser do Vice-Diretor, cujo processo de escolha será definido nos regimentos internos das Unidades Acadêmicas entre os Chefes de Departamentos a elas vinculados, que o exercerá de modo cumulativo. § 2º O mandato do Diretor será de 4 (quatro) anos, contados de sua posse, permitida uma recondução; e a duração do mandato do Vice-Diretor será definida no Regimento Interno da Unidade Acadêmica. Art. 49. A Direção da Unidade Acadêmica contará com uma Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), órgão de caráter executivo e consultivo, que terá como competência auxiliar o Diretor no planejamento, organização, direção e controle de todas as atividades administrativas no âmbito da respectiva Unidade Acadêmica. § 1º A Coordenadoria de Gestão Estratégica deverá ser formada, preferencialmente, por técnico-administrativos da Carreira de Administrador, e por outros técnico-administrativos especializados. § 2º A estrutura, as competências e as atribuições da Coordenadoria de Gestão Estratégica e dos seus servidores deverão estar previstas no Regimento Interno das respectivas Unidades Acadêmicas. Art. 50. A Unidade Acadêmica contará com uma Secretaria Integrada (SI), que congregará as atividades de cunho administrativo e acadêmico, sendo responsável por secretariar de forma integrada os cursos de graduação e os programas de pós-graduação vinculados à Unidade Acadêmica, em um trabalho coordenado pela Diretoria e pela CGE, com vistas a otimizar os recursos humanos existentes e atender à comunidade de maneira célere, eficaz e eficiente. Art. 51. A Coordenadoria de Gestão Estratégica e a Secretaria da Unidade Acadêmica serão responsáveis, em nível tático e operacional, pelas relações entre a Unidade Acadêmica e as Pró-Reitorias, assim como entre a Direção da Unidade Acadêmica e as Chefias dos Departamentos que compõem a respectiva Unidade Acadêmica. SEÇÃO III DOS DEPARTAMENTOS Art. 52. O Departamento representa a divisão administrativa da Unidade Acadêmica, compreendendo componentes curriculares e áreas de conhecimento afins para atuação no ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, extensão e cultura. Parágrafo único. Os Departamentos serão subdivididos em Setores, que representam subáreas do conhecimento, em relação à grande área do Departamento. Art. 53. São atividades inerentes aos Departamentos: I- ensino de graduação e de pós-graduação; II- pesquisa e desenvolvimento tecnológico; III- extensão e cultura; IV- apoio administrativo. Parágrafo único. No Departamento deverá ser promovida a distribuição das tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e de apoio administrativo entre seus membros. Art. 54. Constituem os Departamentos: I- o Conselho Departamental; II- a Assembleia Departamental; III- a Chefia; IV- a Secretaria; V- os docentes; VI- os técnico-administrativos; VII- os setores. SUBSEÇÃO I DO CONSELHO DEPARTAMENTAL Art. 55. O Conselho Departamental é o órgão colegiado deliberativo em cada Departamento. Art. 56. Integram o Conselho Departamental: I- o chefe do Departamento como seu presidente; II- o subchefe do Departamento; III- um docente representante de cada Setor do Departamento, escolhido por seus pares entre aqueles em exercício no mesmo Setor; IV- representante(s) dos técnico-administrativos; V- representante(s) discente(s) escolhidos conforme Regimento Interno do Departamento; VI- outros representantes, propostos pelo Conselho Departamental com aprovação da Congregação da Unidade Acadêmica. § 1º Os representantes de que tratam os incisos III a V serão indicados pelos pares juntamente com um suplente. § 2º Nos casos de se ter somente um representante discente, tanto o titular quanto o suplente serão eleitos alternadamente entre os discentes de graduação e de pós-graduação, regularmente matriculados nos cursos e programas cujas coordenações sejam vinculadas ao Departamento, com mandato de um ano, permitida uma recondução. § 3º Os docentes devem ocupar no mínimo 70% da composição do Conselho Departamental, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sendo os 30% restantes distribuídos entre a representação discente e a de técnico-administrativos. § 4º O mandato e a possibilidade de recondução dos representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos serão definidos no Regimento Interno do Departamento. Art. 57. São atribuições do Conselho Departamental: I- elaborar o Regimento Interno do Departamento e submetê-lo à Congregação da Unidade Acadêmica para apreciação e aprovação; II- organizar o processo de eleição da Chefia do Departamento; III- pronunciar-se, sempre que convocado, sobre matéria de interesse do Departamento; IV- aprovar e encaminhar à Direção da Unidade Acadêmica o Plano de Ação, em conformidade com o PDU e o PDI, e o Relatório Anual das atividades do Departamento; V- sugerir normas, critérios e providências à Congregação da Unidade Acadêmica sobre a execução das atividades de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão; VI- propor à Congregação da Unidade Acadêmica, isoladamente ou em conjunto com outros Departamentos, a criação de cursos de pós-graduação; VII- conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza didática que não forem da competência dos colegiados de curso; VIII- aprovar, no âmbito de sua competência e conforme definições regimentais, a seleção, admissão, transferência, colaboração técnica ou afastamento de docentes e técnicos administrativos; IX- aprovar plano de trabalho e relatório de atividade docente em conformidade com as necessidades do Departamento e com a legislação vigente; X- opinar sobre a remoção, redistribuição, dispensa ou exoneração de servidores, na forma de lei; XI- aprovar e coordenar a realização de processo seletivo para monitores de ensino, respeitadas as normas vigentes, e definir a constituição das respectivas bancas examinadoras; XII- aprovar o plano de aplicação de recursos destinados ao departamento; XIII- propor e aprovar adequações nos componentes curriculares relacionados ao departamento, especialmente por ocasião de reformulação de projetos pedagógicos; XIV- deliberar sobre outras matérias previstas em lei ou estabelecidas pela Congregação e pelos Conselhos Superiores. Parágrafo único. Das decisões do Conselho Departamental caberá recurso à Congregação da Unidade Acadêmica. SUBSEÇÃO II DA ASSEMBLEIA DEPARTAMENTAL Art. 58. A Assembleia Departamental é o órgão colegiado consultivo no âmbito de cada Departamento. Art. 59. Integram a Assembleia Departamental: I- o Chefe do Departamento, como seu Presidente; II- todos os docentes efetivos, lotados no Departamento; III- representantes discente(s) escolhido conforme o Regimento Interno do Departamento, perfazendo em conjunto a proporção máxima de até quinze por cento dos componentes da Assembleia Departamental, com mandato de um ano, permitida uma recondução; IV- representantes dos técnico-administrativos lotados no Departamento, eleitos por seus pares, na proporção máxima de até 15% (quinze por cento) dos membros da Assembleia Departamental, com mandato de dois anos, permitida a recondução. § 1º Os representantes dos servidores técnico-administrativos e dos discentes que compõem o Conselho Departamental poderão compor parte da representação das respectivas categorias na Assembleia Departamental. § 2º Somente poderão exercer funções de representação estudantil os estudantes integrantes do corpo discente da Universidade, regularmente matriculados em cursos de graduação ou programas de pós-graduação e que estejam cursando disciplinas oferecidas pelo Departamento no qual serão representantes, sendo que a perda da condição prevista neste parágrafo implicara a extinção automática do mandato. Art. 60. São atribuições da Assembleia Departamental: I- eleger a Chefia do Departamento e submeter ao Conselho Departamental para homologação; II- reunir-se como órgão consultivo, desde que solicitada pelo Chefe de Departamento e, ou, pelo Conselho Departamental; III- elaborar o Plano de Ação do Departamento em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Unidade Acadêmica e submetê-lo à aprovação do Conselho Departamental. SUBSEÇÃO III DA CHEFIA DO DEPARTAMENTO Art. 61. O Chefe e o Subchefe do Departamento serão eleitos pela Assembleia Departamental, nos termos do Regimento Interno, dentre seus docentes, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. SEÇÃO IV DOS COLEGIADOS DE CURSO Art. 62. A coordenação, o planejamento, o acompanhamento, o controle e a avaliação das atividades de ensino de cada curso de graduação e programa de pós-graduação serão exercidos por um Colegiado de Curso. Art. 63. O Colegiado de Curso/Programa será composto de sete membros, sendo: I- um Coordenador eleito pela comunidade acadêmica diretamente relacionada com o curso, nos termos estabelecidos pela Congregação da Unidade Acadêmica, obedecidas as diretrizes gerais da Pró - Reitoria respectiva; II- quatro representantes dos docentes envolvidos no curso, escolhidos conforme definido pela Unidade Acadêmica; III- um representante discente, de graduação ou de programa de pós-graduação, regularmente matriculado no curso, eleito pelos seus pares, com mandato de um ano, permitida uma recondução; IV- um representante dos técnico-administrativos, eleito pelos seus pares diretamente relacionados com o curso ou programa, nos termos estabelecidos pela Congregação da Unidade Acadêmica, obedecidas as diretrizes gerais da Pró - Reitoria respectiva, com mandato de dois anos, permitida a recondução. Art. 64. Na composição dos Colegiados de Curso de Graduação e de Programa de Pós-Graduação excetuando-se o Coordenador, poderá haver no máximo três docentes de um mesmo Departamento. § 1º No caso dos cursos de graduação, deverá haver, no mínimo, um docente de Departamento responsável por componentes curriculares de área básica para o curso. § 2º No caso dos cursos de licenciatura, deverá haver, no mínimo, um docente da área de Fundamentos da Educação ou da área de Planejamento e Avaliação Educacional. § 3º No caso dos cursos na modalidade a distância, um dos representantes deverá ser tutor do curso. § 4º No caso de cursos na modalidade a distância, um dos representantes docentes deverá ser indicado pelo setor responsável pela educação a distância. Art. 65. Compete aos Colegiados de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação: I- elaborar o Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o PDI e com o Projeto Pedagógico Institucional para aprovação da Congregação da Unidade Acadêmica e posterior submissão à Pró - Reitoria de Graduação respectiva para homologação; II- manter atualizado e gerir o Projeto Pedagógico do Curso, coordenando e supervisionando o funcionamento do curso/programa; III- executar as diretrizes estabelecidas pelo CEPE e pelas Pró -Reitorias respectivas; IV- exercer a coordenação interdisciplinar, visando a conciliar os interesses de ordem didática, científica e estratégica dos Departamentos com os do curso; V- promover continuamente ações de correção das deficiências e fragilidades do curso, especialmente em razão dos processos de auto avaliação e de avaliação externa; VI- emitir parecer sobre assuntos de interesse do curso; VII- eleger, entre os membros docentes, um Coordenador Adjunto; VIII- julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador de Curso; IX- estabelecer mecanismos de orientação acadêmica aos estudantes do curso; X- elaborar, em colaboração com a pró - reitoria respectiva, o horário das atividades letivas; XI- observar e propor políticas de EDI nos cursos de graduação e pós-graduação, incluindo, sempre que necessário, planejamento pedagógico adequado e revisão da proposta curricular, dentre outras iniciativas; XII- opinar sobre a contratação de docentes relacionados às áreas de interesse do curso/programa. Parágrafo único. Para elaboração do Projeto Pedagógico dos cursos de graduação de que trata o inciso I deste artigo, deverão ser observadas as orientações emanadas do Núcleo Docente Estruturante e da Pró - Reitoria de Graduação. SEÇÃO V DO COLEGIADO DE PESQUISA E DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO Art. 66. O Colegiado de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico das Unidades Acadêmicas será constituído por servidores docentes, preferencialmente portadores do título de doutor ou equivalente, técnico-administrativos e discentes e que desenvolvam atividades de pesquisa nas respectivas Unidades Acadêmicas, eleitos por seus pares, nos termos do Regimento Interno de cada Unidade Acadêmica. Art. 67. O Colegiado de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico terá um Coordenador, com mandato de 2 (dois) anos, eleito na forma do Regimento da Congregação, com funções executivas e representará o Colegiado na Congregação da Unidade Acadêmica e no Conselho da Pró - Reitoria de Pesquisa da UFLA. Art. 68. Compete ao Colegiado de Pesquisa e de Desenvolvimento Tecnológico: I- propor à Congregação da Unidade Acadêmica ações relacionadas às atividades de pesquisa de acordo com as regras instituídas no regimento interno da Unidade Acadêmica; II- emitir parecer sobre os planos, programas e projetos de pesquisa nos termos do Regimento da Unidade Acadêmica de acordo com as regras instituídas no regimento interno da Unidade Acadêmica; III- acompanhar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos de pesquisa desenvolvidos na Unidade Acadêmica; IV- atuar como interlocutor entre a Pró - Reitoria de Pesquisa e a Unidade Acadêmica a qual representa; V- exercer as demais atribuições previstas no Regimento da Unidade Acadêmica. SEÇÃO VI DO COLEGIADO DE EXTENSÃO E CULTURA Art. 69. As atividades de extensão e de cultura da Unidade Acadêmica serão coordenadas pelo Colegiado de Extensão e Cultura, que será constituído de um representante docente de cada Departamento da Unidade Acadêmica e pela representação de servidores técnico-administrativos e discentes vinculados à Unidade Acadêmica, eleitos por seus pares, nos termos do Regimento Interno da Unidade Acadêmica. Art. 70. O Colegiado de Extensão e Cultura terá um Coordenador, com mandato de 2 (dois) anos, eleito na forma do Regimento Interno da Congregação e que exercerá funções executivas, além de representar o Colegiado na Congregação da Unidade Acadêmica e no Conselho da Pró - Reitoria de Extensão e Cultura da UFLA. Art. 71. Compete ao Colegiado de Extensão e Cultura: I- propor à Congregação da Unidade Acadêmica ações relacionadas às atividades de extensão e cultura conforme a política institucional de extensão e cultura estabelecida pelo CUNI, de acordo com as regras instituídas no regimento interno da Unidade Acadêmica; II- emitir parecer sobre os planos, programas e projetos de extensão e cultura propostos no âmbito da Unidade Acadêmica, de acordo com as regras instituídas no regimento interno da Unidade Acadêmica; III- acompanhar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos de extensão e cultura desenvolvidos na Unidade Acadêmica; IV- elaborar o relatório anual das atividades de extensão e cultura da Unidade Acadêmica; V- avaliar e organizar o registro de relatórios anuais de atividades dos Núcleos de Extensão no âmbito da Unidade Acadêmica; VI- desempenhar outras atividades conforme atribuições da Direção e da Congregação da Unidade Acadêmica. SEÇÃO VII DO COLEGIADO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Art. 72. O Colegiado da educação infantil é um órgão de natureza deliberativa sobre as questões pedagógicas da educação infantil, tendo por finalidade articular as ações de ensino, pesquisa e extensão entre os segmentos da comunidade escolar e os órgãos da UFLA. Art. 73. O Colegiado é presidido pelo Coordenador-Geral da unidade de educação infantil e constituído pelos seguintes membros: I- coordenador-Geral da unidade de educação infantil; II- assessor Pedagógico da unidade de educação infantil; III- secretario da unidade de educação infantil; IV- representantes dos docentes da educação infantil, eleitos entre seus pares, com mandato de dois anos, permitidas reconduções; V- dois representantes dos pais ou responsáveis pelos estudantes, eleitos entre seus pares, com mandato de dois anos, permitida uma recondução; VI- um representante dos colegiados dos cursos de Pedagogia, presencial ou EaD, indicado pela Congregação da Unidade Acadêmica. Parágrafo único. Juntamente com os membros representantes, serão eleitos suplentes. Art. 74. Compete ao Colegiado da educação infantil: I- propor o regime de funcionamento da unidade de educação infantil e submete-lo a aprovação da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras; II- realizar atualizações no Projeto Pedagógico da educação infantil e submete - lo à aprovação da Congregação da Unidade Acadêmica; III- propor editais de chamada pública das crianças que serão matriculadas na unidade de educação infantil e submete-lo à Congregação da Unidade Acadêmica, IV- emitir parecer sobre assuntos de interesse da educação infantil; V- propor alterações no regimento da unidade de educação infantil e submete-lo à Congregação da Unidade Acadêmica; VI- dar parecer sobre o calendário letivo da unidade e envia-lo ao CEPE; VII- propor eventos científicos, educativos e culturais destinados à área de educação infantil; VIII- definir ações que colaborem para que a unidade de educação infantil se constitua como espaço de pesquisa e extensão no campo da educação infantil, bem como normas para o estágio curricular; IX- analisar solicitações relacionadas aos estágios supervisionados e às atividades de pesquisa e de extensão. CAPÍTULO III DOS INSTITUTOS TEMÁTICOS Art. 75. Instituto Temático é uma unidade de pesquisa e/ou extensão, complementar e transversal às Unidades Acadêmicas (Escolas, Faculdades e Institutos), de caráter permanente ou temporário, que tem como propósito desenvolver pesquisa científica e fomentar a difusão de conhecimento em temas específicos e interdisciplinares, visando à solução de problemas nos diferentes campos do conhecimento. Parágrafo único. Os Institutos Temáticos serão propostos por meio de demandas induzidas e, ou espontâneas, regulamentadas em editais específicos,

apresentados pela Direção Executiva da Universidade e submetidos à aprovação do CEPE. Art. 76. A estrutura e organização dos Institutos Temáticos serão previstas em seus respectivos Regimentos Internos, sujeitos à aprovação do CUNI, e deverão conter, no mínimo, os seguintes órgãos: I- Conselho Deliberativo; II- Coordenação. Parágrafo único. Aplica-se aos Institutos Temáticos o disposto neste Estatuto e no Regimento-Geral da Universidade. TÍTULO VI DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS Art. 77. Ao estudante regular que concluir curso de graduação ou de pós-graduação, com observância das exigências contidas na legislação em vigor, neste Estatuto e no Regimento-Geral, a Universidade conferirá o grau e expedirá o correspondente diploma. Art. 78. Ao estudante especial que concluir cursos de aperfeiçoamento, especialização ou outros, componente curricular isolado ou outra atividade relacionada à formação profissional complementar, a UFLA expedirá documento oficial de comprovação da atividade desenvolvida e concluída. Art. 79. A Universidade poderá conferir e expedir títulos de: I- Mérito Universitário, a membro da comunidade universitária da UFLA que tenha se distinguido por relevantes serviços prestados à Universidade; II- Professor Emérito, docente aposentado (a) ou ex - docente da UFLA que tenha se distinguido por relevantes serviços prestados à Universidade ou que tenha alcançado posição eminente em atividades universitárias, cujos serviços ao magistério e à pesquisa forem considerados de excepcional relevância; III- Técnico-Administrativo Emérito, a técnico-administrativo aposentado ou ex - servidor (a) da UFLA que tenha se distinguido por relevantes serviços prestados à Universidade; IV- Professor Honoris causa, a professor ou cientista ilustre não pertencente ao quadro de servidores da UFLA, seja do corpo docente ou técnico-administrativo em educação, mesmo aposentado, que a ela tenha prestado relevantes serviços e/ou em reconhecimento a contribuições relevantes para a educação; V- Doutor Honoris causa, a personalidade não pertencente à carreira acadêmica que tenha se distinguido pelo saber ou pela atuação em prol da ciência, cultura, artes e do bem-estar humano; VI- Benemérito da UFLA, a personalidade que tenha se distinguido por contribuições relevantes ou que tenha prestado serviços de reconhecida magnitude à Universidade. TÍTULO VII DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO Art. 80. A UFLA administrará o seu patrimônio, com observância dos preceitos legais e regulamentares, sendo seu patrimônio constituído: I- pelos bens e direitos que integram o patrimônio da Universidade Federal de Lavras e os que vierem a adquirir; II- pelas doações ou legados que vier a receber; III- por incorporações que resultem de serviços realizados pela UFLA. Art. 81. Os recursos financeiros da Universidade serão provenientes de: I- dotação que lhe for anualmente consignada no Orçamento da União; II- dotações, auxílios, doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estados e Municípios, ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas; III- renda de serviços prestados a entidades públicas ou privadas, mediante instrumentos jurídicos específicos; IV- taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais e outros, com observância da legislação pertinente; V- resultado de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei; VI- receitas eventuais; VII- saldo de exercícios anteriores; VIII- fundo patrimonial; IX- outras rendas. Art. 82. Os bens e direitos da Universidade serão utilizados ou aplicados exclusivamente na realização de seus objetivos. Art. 83. A movimentação de recursos financeiros e a sua contabilização ficarão a cargo da Direção Executiva, observada a legislação vigente. Parágrafo único. O produto de qualquer arrecadação na Universidade será recolhido conforme determina a legislação vigente e a Reitoria, sendo vedada a retenção de renda nos setores da Universidade. Art. 84. O Reitor poderá delegar competência aos Pró-Reitores, Diretores de Unidades Acadêmicas e Coordenadores de Cursos e de Convênio, para realização de despesas, dentro de limites e normas estabelecidas. TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS Art. 85. As atividades relativas ao ensino, pesquisa, extensão, administração e outras decorrentes de eleição, designação, indicação, exercício de função ou de atribuições constituem deveres do corpo docente, técnico-administrativo e discente. Parágrafo único. O não cumprimento das obrigações decorrentes de atividades de que trata este artigo torna o docente, o técnico-administrativo e o discente sujeitos à atribuição de faltas, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis. Art. 86. O presente Estatuto só poderá ser modificado por proposta do Reitor ou por pelo menos 1/3 (um terço) dos membros do CUNI, devendo a alteração ser aprovada em sessão especialmente convocada para esse fim, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros, ouvido previamente o CEPE, no que for de competência específica desse órgão. Parágrafo único. As alterações do presente Estatuto, sempre que envolverem matéria pedagógica ou de algum modo ligada ao ensino, só entrarão em vigência no semestre letivo subsequente ao de sua aprovação. Art. 87. Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos pelo Conselho Universitário, pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros. Art. 88. Revogar as Resoluções do Conselho Universitário nº 059/1999, 016/2006, 021/2007, 023/2018, 034/2020, 036/2020, 093/2020 e 005/2021. Art. 89. Esta Resolução entra em vigor em vigor em 1º de abril de 2021.

JOÃO CHRYSOSTOMO DE RESENDE JUNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 284, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Homologação do Resultado do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 06/2019

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA, no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, no Decreto Nº. 6.944, de 21/08/2009, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 405, de 30/08/2012, DOU de 31/08/2012, Portaria Interministerial Nº 24, de 05/02/2013, DOU DE 06/02/2013, Portaria Interministerial Nº 111, de 2 de abril de 2014, Portaria Interministerial Nº 313, de 04/08/2015, DOU de 05/08/2015, Lei Nº. 8.112, de 11/12/90, da Lei 12.772 de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012, alterada pela Lei 12.863 de 24/09/2013, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, para exercício no Centro de Ciências da Saúde, conforme Edital nº 06, de 26/12/2019, publicado no DOU de 30/12/2019, Nº 251, páginas 115/121, e no sítio www.ufrb.edu.br/concursos.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Matéria: Saúde da Pessoa Adulta e Idosa/ Práticas do Cuidado em Saúde
Código: 060619
Vaga: 01
Nível: Auxiliar A
Regime de trabalho: 20 horas
Processo principal: 3007.00003595/2021-97
1º: RAPHAEL RIBEIRO SAMPAIO
Processo acessório: 23007.00003603/2021-75
Matéria: Saúde na Infância e na Adolescência / Práticas do Cuidado em Saúde
Código: 090619
Vaga: 02
Nível: Auxiliar A
Regime de trabalho: 20 horas
Processo principal: 23007.00003587/2021-22
1º: THIARA MARIA GOMES DA SILVA GUABIRU
2º: RAQUEL MASCARENHAS FREITAS
Processo acessório da 1º colocada: 23007.00003597/2021-43
Processo acessório da 2º colocada: 23007.00003601/2021-32
Matéria: Estágio em Atenção Primária/Práticas do Cuidado em Saúde
Código: 070619
Vaga: 01
Nível: Auxiliar A
Regime de trabalho: 20 horas
Processo principal: 23007.00003392/2021-49
1º: THAMIRYS REGINA MARINHO SOUSA
2º: JULIANA QUINTANILHA GRANELLS BOECHAT
3º: GEORGE GONÇALVES DOS SANTOS
Processo acessório do 1º colocado: 23007.00003398/2021-81
Processo acessório do 2º colocado: 23007.00003404/2021-16
Processo acessório do 3º colocado: 23007.00003413/2021-64

1. Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços para correspondência, informando-os em caso de mudança, à Núcleo de Gestão de Seleções, Concursos, Ingresso e Movimentações, através do e-mail concursos@progep.ufrb.edu.br. Serão excluídos deste concurso os candidatos não localizados em tempo hábil.

2. Este concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

3. No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital nº 06/2019 e suas retificações.

4. O candidato convocado para admissão, que não atender à convocação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da portaria de nomeação no Diário Oficial da União, será excluído do concurso, cabendo à Administração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, convocar o candidato seguinte.

5. Não haverá segunda convocação para o mesmo candidato em nenhuma hipótese. Também não será facultado ao candidato optar por sua inclusão no final da lista de aprovados.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFRB.

FÁBIO JOSUÉ SOUZA DOS SANTOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 164, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O Reitor Pro Tempore da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria/MEC nº 384 de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 70 de 13 de abril de 2020, e tendo em vista o Ofício nº 06/2021/DNSP/PROGEPE, resolve:

RETOMAR, a contar de 01.01.2021, os prazos de validade dos editais de Concursos Públicos e Processos Seletivos Simplificados da UNIVASF os quais haviam sido suspensos por meio da Portaria nº 317 de 26 de junho de 2020, e da Portaria nº 336 de 08 de julho de 2020.

PAULO CÉSAR FAGUNDES NEVES

Ministério da Infraestrutura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 55, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a Política de Governança do Ministério da Infraestrutura.

O MINISTRO DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I, e II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e pelo Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta nº 01 do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança, no âmbito do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e estabelece os princípios e as diretrizes da governança pública;

CONSIDERANDO a Portaria nº 57, de 4 de janeiro de 2019, da Controladoria-Geral da União (CGU), que altera e atualiza a Portaria CGU nº 1.089/2018, que estabeleceu orientações para adoção de procedimentos para estruturação, execução e monitoramento de programa de integridade;

CONSIDERANDO o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal;

CONSIDERANDO a Portaria nº 2.873, de 28 de junho de 2019, que instituiu as instâncias de governança do Ministério da Infraestrutura, compreendendo gestão de riscos, controles internos, transparência e integridade;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020, que aprovou a nova estrutura regimental do Ministério da Infraestrutura, em substituição à estrutura dada pelo Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a política de governança do Ministério da Infraestrutura, nos termos dos Anexos I a IV desta Portaria, intitulados conforme segue:

ANEXO I - INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA MINISTERIAL;

ANEXO II - IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA MINISTERIAL;

ANEXO III - INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC) DE DADOS E INFORMAÇÃO (GDI), E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GSI);

ANEXO IV - IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC), DE DADOS E INFORMAÇÃO (GDI) E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GSI).

Art. 2º Revogam-se as Portarias nº 252, de 24 de outubro de 2014; nº 353, de 5 de maio de 2017; nº 536, de 22 de agosto de 2019; nº 5.171, de 23 de dezembro de 2019; nº 535, de 22 de agosto de 2019; nº 5.169, de 23 de dezembro de 2019; nº 537, de 22 de agosto de 2019; nº 2.873, de 28 de junho de 2019; nº 5.121, de 11 de dezembro de 2019; o Art. 3º da Portaria nº 102, de 23 de julho de 2020; o item V e § 1º do art. 8º da Portaria nº 123, de 21 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1° de abril de 2021.

TARCISIO GOMES DE FREITAS

ANEXO I
INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA MINISTERIAL
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As instâncias de governança constituídas no âmbito deste Ministério e as respectivas competências e atribuições, compreendendo gestão de riscos, controles internos, transparência e integridade, doravante são regidas nos termos deste Anexo.

Parágrafo único. As ações institucionais decorrentes da implementação da governança deverão estar alinhadas à estratégia do Ministério da Infraestrutura.

Art. 2º São instâncias de Governança no âmbito deste Ministério:

I - o Comitê Estratégico de Governança - CEG;

II - o Comitê Técnico de Governança - CTG;

III - o Comitê Técnico de Integridade - CTI;

IV - o Núcleo de Governança - NG;

V - as Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC; e

VI - os Gestores de Processos de Gestão.

Parágrafo único. A participação dos membros dos colegiados referidos neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO II
COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS

Art. 3º O Comitê Estratégico de Governança - CEG é composto pelo Ministro de Estado da Infraestrutura, que o preside, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Subsecretarias vinculadas à Secretaria Executiva e pelos titulares das demais Secretarias.

Parágrafo único. O CEG reunir-se-á, ordinariamente, em sessão bimestral, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu presidente - por meio do Secretário Executivo do Comitê, ou pela maioria dos seus membros.

Art. 4º O CTG é composto por nove membros, sendo um representante de cada uma das seguintes unidades:

I - Secretaria Executiva;

II - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

III - Subsecretaria de Conformidade e Integridade - SCI;

IV - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI.

V - Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST;

VI - Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC;

VII - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA;

VIII - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT; e

IX - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP

Parágrafo único. O CTG reunir-se-á, ordinariamente, em sessão bimestral, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu coordenador, definido na forma do § 2º do art. 17 deste Anexo I, ou pela maioria dos seus membros.

Art. 5º O CTI é composto pelo titular da Assessoria Especial de Controle Interno, que o coordenará, bem como pelos titulares da Corregedoria, da Ouvidoria, da Subsecretaria de Conformidade e Integridade e pelo Presidente da Comissão de Ética.

§ 1º O CTI reunir-se-á, ordinariamente, em sessão mensal, e, extraordinariamente, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 2º Para fins do disposto no art. 4º das Portarias CGU nº 1.089/2018 e nº 57/2019, a Assessoria Especial de Controle Interno - AECI é a Unidade de Gestão da Integridade no âmbito deste Ministério.

Art. 6º O NG é composto por seis servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos, sendo dois da Secretaria Executiva, dois da Assessoria Especial de Controle Interno, incluindo o Chefe da AECI, que o coordenará, e dois da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, incluindo o seu Subsecretário.

Parágrafo único. O NG reunir-se-á, em qualquer data, por convocação do seu coordenador ou pela maioria de seus membros.

Art. 7º As UGIRC são compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria, pelo titular da Unidade e por servidores por ele designados, com conhecimento nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos.

Art. 8º Os Gestores de Processos de Gestão correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, conforme as atribuições previstas no Capítulo IV do Anexo I do Decreto nº 10.368/2020.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS

Seção I

Do Comitê Estratégico de Governança

Art. 9º Ao Comitê Estratégico de Governança - CEG, compete:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos no Decreto nº 9.203/2017;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no MInfra, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG em seus manuais e em suas resoluções;

IV - promover aderência à regulamentação decorrente de leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - promover a adoção de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - promover a integração e o desenvolvimento contínuo dos agentes responsáveis pela gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - promover estruturas adequadas de gestão de integridade, riscos e controle internos da gestão;

VIII - aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de monitoramento e de comunicação para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - aprovar as diretrizes de disseminação da cultura e capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - aprovar método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - aprovar as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do Ministério;

XII - supervisionar, por meio dos mecanismos implantados por esta portaria, os riscos priorizados que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XIII - emitir recomendações e orientações para o aprimoramento da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, inclusive naquilo que for compatível, às entidades vinculadas ao MInfra, com exceção das Agências Reguladoras;

XIV - publicar suas atas e resoluções em sítio eletrônico, ressalvado quando se tratar de conteúdo sujeito a sigilo;

XV - aprovar o Plano Nacional de Logística, os Planos Setoriais e o Plano Geral de Parcerias, bem como avaliar eventuais revisões extraordinárias desses planos, em conformidade com o disposto no art. 8º, item V e § 1º da Portaria MInfra nº 123, de 21 de agosto de 2020;

XVI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades e elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Parágrafo único. O Comitê Estratégico de Governança - CEG exerce a condição de Comitê Interno de Governança, conforme o previsto no art. 15-A do Decreto nº 9.203, de 2017.

Seção II

Do Comitê Técnico de Governança

Art. 10. Ao Comitê Técnico de Governança - CTG, compete:

I - estimular e supervisionar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG;

II - disseminar a inovação e a adoção de boas práticas de gestão de riscos, integridade e controles internos da gestão;

III - apoiar as instâncias de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão, nos processos de trabalho, observadas as estratégias aprovadas pelo CEG;

IV - avaliar e orientar sobre a regulamentação, incluindo leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - estimular a adoção de práticas institucionais de responsabilização dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - incentivar e propor ações visando a integração e o desenvolvimento contínuo dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - propor a criação, readequação ou revisão das estruturas de governança;

VIII - avaliar e submeter ao CEG, políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de comunicação e monitoramento para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - identificar e submeter ao CEG ações para disseminação da cultura e plano de treinamento de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

X - avaliar e submeter ao CEG, método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - avaliar e submeter ao CEG, as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade, e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do Ministério;

XII - acompanhar e comunicar ao CEG, os riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos e a prestação de serviços de interesse público;

XIII - monitorar e reportar as informações sobre gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão para subsidiar a tomada de decisões do CEG e assegurar que estas estejam disponíveis a todas as instâncias de governança; e

XIV - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Seção III

Do Comitê Técnico de Integridade

Art. 11. Ao Comitê Técnico de Integridade - CTI, compete:

I - auxiliar na elaboração do Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades identificadas e suas revisões, sempre que necessário;

II - submeter à aprovação do Ministro de Estado a proposta de Plano de Integridade e suas revisões, quando necessárias;

III - auxiliar na implementação do Programa de Integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando o aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

IV - atuar na orientação e treinamento dos servidores do MInfra com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;

V - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do MInfra;

VI - manter o CEG informado quanto à implementação das ações do Plano de Integridade;

VII - mapear a situação das unidades relacionadas ao Programa de Integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

VIII - apoiar a Gestão de Riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

IX - atuar na disseminação de informações sobre o Programa de Integridade no âmbito do MInfra;

X - auxiliar no planejamento das ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade no âmbito do MInfra e participar dessas ações;

XI - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

XII - propor estratégias para expansão do Programa de Integridade para fornecedores e terceiros que se relacionam com o MInfra;

XIII - atuar como Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Selo Infra+ Integridade, cabendo ao Coordenador indicar os membros do CTI que comporão a respectiva Secretaria; e

XIV - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Parágrafo único. O Coordenador do CTI poderá convidar, em função de competências profissionais específicas, outros servidores para auxiliar a Secretaria Executiva do Comitê Gestor do Selo Infra+ Integridade.

Seção IV

Do Núcleo de Governança

Art. 12. Ao Núcleo de Governança - NG, compete:

I - assessorar e orientar as instâncias de Supervisão de Governança na implementação das metodologias e instrumentos para a gestão, riscos e controles internos da gestão;

II - prestar orientação técnica aos órgãos do MInfra sobre inovação e boas práticas em governança e gestão, riscos e controles internos;

III - apoiar a implementação de práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento de acordo com normas e regulamentos vigentes;

IV - prestar orientação técnica sobre a aderência às regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - prestar orientação técnica sobre responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - atuar como facilitador na integração dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

VII - avaliar a necessidade de criação, adequação ou revisão das estruturas de governança;

VIII - propor e submeter ao CEG políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de gestão, riscos e controles internos da gestão;

IX - propor e apoiar as ações de capacitação nas áreas de Controle Interno, de Gestão de Riscos, de Transparência e de Integridade;

X - propor e submeter ao CEG ações para disseminação da cultura de gestão, riscos e controles internos da gestão;

XI - propor e submeter ao CEG, método de priorização de processos para a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XII - propor e submeter ao CEG, as categorias de riscos a serem gerenciadas, seus limites de exposição a riscos, níveis de conformidade, e os limites de alçada para exposição a riscos dos órgãos do MInfra;

XIII - assessorar e orientar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG;

XIV - assessorar o CEG na avaliação dos riscos que podem comprometer o alcance dos objetivos estratégicos do MInfra e a prestação de serviços de interesse público;

XV - acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CEG; e

XVI - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Parágrafo único. As propostas a serem encaminhadas ao CEG poderão ser previamente submetidas ao CTG, para discussão.

Seção V

Das Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão

Art. 13. As Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC, compete:

I - promover os atos necessários ao cumprimento dos objetivos estratégicos, das políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - propor ao CTG, aprimoramentos em políticas, diretrizes e normas complementares para a gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - estimular boas práticas e princípios de conduta e padrões de comportamento no âmbito de sua atuação;

IV - identificar, mapear e gerir riscos dos processos de trabalho da unidade, inclusive, os de integridade;

V - assegurar a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

VI - proporcionar o cumprimento de práticas que institucionalizem a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VII - garantir que as informações tempestivas e confiáveis sobre gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão estejam disponíveis em todos os níveis, no âmbito da unidade;

VIII - promover a integração dos agentes responsáveis pela gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

IX - identificar e apresentar necessidades de aprimoramento das estruturas de governança;

X - observar e cumprir as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão;

XI - disseminar e cumprir a cultura da gestão de integridade, riscos e de controles internos da gestão;

XII - estimular e promover condições à capacitação dos agentes públicos no exercício do cargo, função e emprego em gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIII - adotar as metodologias e instrumentos de governança na gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

XIV - Identificar, mapear, categorizar e gerir riscos dos processos de trabalho da unidade;

XV - executar o gerenciamento de riscos dos processos de trabalho priorizados;

XVI - identificar e acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações de controles internos da gestão;

XVII - monitorar os riscos ao longo do tempo, de modo a permitir que as respostas adotadas resultem na manutenção do risco em níveis adequados, de acordo com a Política de Gestão de Riscos do MInfra;

XVIII - assegurar o cumprimento das recomendações e orientações emitidas pelas Instâncias de Supervisão de Governança; e

XIX - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Seção VI

Dos Gestores de Processos de Gestão

Art. 14. Aos Gestores de Processos de Gestão, compete:

I - cumprir os objetivos, as políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e institucionalização da gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

II - adotar boas práticas na gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão;

III - adotar princípios de conduta e padrões de comportamento de acordo com códigos e regulamentos vigentes;

IV - cumprir as regulamentações, leis e códigos, normas e padrões na condução das políticas e na prestação de serviços de interesse público;

V - cumprir as práticas institucionalizadas na prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VI - cumprir as práticas de apresentação e prestação de contas, transparência e efetividade das informações;

VII - adotar e disseminar preceitos de comportamento íntegro e de cultura de gestão de riscos e controles internos de gestão;

VIII - gerir riscos dos processos de trabalho da sua unidade;

IX - implementar, gerenciar e avaliar os resultados das ações de controles internos da gestão;

X - gerar e reportar informações tempestivas e confiáveis sobre a gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão às instâncias de Supervisão de Governança;

XI - cumprir as recomendações e observar as orientações emitidas pelas instâncias de Supervisão de Governança; e

XII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativas necessárias ao exercício de suas responsabilidades.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. A responsabilidade pela implementação da estratégia e do funcionamento da estrutura de gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, bem como pelo monitoramento e aperfeiçoamento da gestão do Ministério compete, além de à alta administração, conforme previsto no art. 6º do Decreto nº 9.203/2017, também aos responsáveis pelas unidades de gestão, pelos gestores de processos de trabalho e de programas de governo, bem como aos demais agentes públicos que exercem cargo, função ou emprego no MInfra, nos seus respectivos âmbitos de atuação.

Art. 16. Ações específicas de governança, compreendendo gestão de riscos, controles internos da gestão, transparência e integridade, poderão ser determinadas tanto pelo Ministro de Estado quanto pelo Secretário-Executivo, devendo ser comunicadas ao CEG, para fins de supervisão e monitoramento.

Art. 17. Os titulares das Secretarias e Subsecretarias, bem como o Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno deverão indicar ao Secretário-Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, os servidores que deverão compor as instâncias dispostas nos incisos II, IV e V do art. 2º deste Anexo I.

§ 1º O Secretário Executivo designará os servidores em seus respectivos colegiados, conforme a indicação de que trata o caput, bem como os servidores da sua unidade que comporão o Núcleo de Governança, conforme o disposto no inciso IV do Art. 2º e no art. 6º deste Anexo I.

§ 2º O coordenador da instância de que trata o inciso II do art. 2º deste Anexo I será definido pelo Secretário Executivo.

§ 3º O coordenador das unidades de que trata o inciso V do art. 2º deste Anexo I será definido pelo titular da área, quando da indicação de que trata o caput.

Art. 18. O CEG poderá, caso julgue necessário, aprovar as organizações administrativas de cada instância, inclusive no que se refere à atuação do NG.

Parágrafo único. O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno exercerá a função de Secretário-Executivo do Comitê Estratégico de Governança.

Art. 19. O quórum mínimo para deliberação das instâncias de que tratam os incisos I, II, III e IV do art. 2º deste Anexo I será de 50% (cinquenta por cento) do total de seus membros.

Art. 20. Fica vedada a criação de subcolegiados por ato de qualquer dos colegiados listados no art. 2º deste Anexo I.

ANEXO II

IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA DE GOVERNANÇA MINISTERIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A política de governança do Ministério da Infraestrutura, instituída a partir das três linhas centrais de liderança, estratégia e controle, tem como instrumentos de suporte o planejamento estratégico institucional, a gestão de riscos, o programa de integridade e os controles internos da gestão.

Art. 2º Cabe aos executores da política de governança deste Ministério observar os princípios, diretrizes, objetivos, conceitos e orientações estabelecidos no Decreto n° 9.203/2017 e na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n° 01/2016, assim como as decisões do Comitê Interministerial de Governança - CIG e as orientações contidas no Guia da Política de Governança Pública do Governo Federal (www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica) ou instrumento que vier a substituí-lo.

§ 1º As entidades da administração indireta vinculadas ao MInfra poderão instituir as suas próprias políticas de governança, observando o contido no caput e, no que couber, os demais dispositivos desta Portaria.

§ 2º Os gestores do Ministério devem pautar-se ainda no conceito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico -OCDE, no sentido de que "a boa governança é um meio para atingir um fim, qual seja, identificar as necessidades dos cidadãos e ampliar os resultados esperados".

Art. 3º As instâncias de governança interna de que trata o art. 2° do Anexo I desta Portaria devem atuar de forma integrada e colaborativa, visando fomentar e otimizar as reuniões do Comitê Estratégico de Governança - CEG, bem como implementar as deliberações deste.

CAPÍTULO II

GESTÃO ESTRATÉGICA

Seção I

Definições

Art. 4º Para fins do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - GESTÃO ESTRATÉGICA: processo dinâmico que inclui a formulação, execução, acompanhamento e avaliação da estratégia institucional para o cumprimento da missão e visão de futuro da organização;

II - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: processo gerencial pelo qual a organização mobiliza-se para a formulação de objetivos que visam a construção de futuro, levando em conta as condições internas e externas à organização;

III - MAPA ESTRATÉGICO: representação visual da estratégia da organização explicitada em macro objetivos, organizados em diferentes perspectivas de análise e interligados por relações de causa e efeito;

IV - TEMA ESTRATÉGICO: conjunto articulado de objetivos estratégicos que possuem uma finalidade ou um desafio comum. São grandes "pilares da estratégia" que auxiliam a organização a estabelecer foco no alcance da visão por meio de uma segmentação por categorias;

V - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: conjunto correlacionado de prioridades que esclarecem o que a estratégia deve alcançar e o que é crítico para seu sucesso. São as áreas de atuação onde o êxito é fundamental e que detalham as mudanças que precisam ser feitas para o cumprimento da missão e alcance da visão de futuro;

VI - INDICADOR: métricas que proporcionam informações sobre o desempenho de um objeto (seja governo, política, plano, programa, organização, projeto etc.), com vistas ao controle, comunicação e melhoria. Medem o grau de alcance dos objetivos propostos e influenciam o comportamento das pessoas na busca desses objetivos;

VII - METAS: atributos de um indicador, que representam o desempenho esperado para uma determinada data futura;

VIII - PORTFÓLIO ESTRATÉGICO: conjunto de projetos, programas, portfólios subsidiários e operações, que compartilham aspectos comuns e são gerenciados em grupo para alcançar os objetivos estratégicos da organização;

IX - PROGRAMA: grupo de projetos relacionados e gerenciados em um modo coordenado para obter benefícios e controles que não seriam alcançados se fossem gerenciados individualmente. Programas e projetos produzem benefícios para a organização e são meios para atingir os objetivos e as metas organizacionais;

X - PROJETO: empreendimento temporário que cria um produto, serviço ou resultado único. A característica de temporalidade significa que o projeto tem um início e um fim bem definidos. O foco de um projeto é a entrega do bem, produto ou serviço que ele se propôs a realizar, dentro das restrições de prazo, qualidade, escopo e custos;

XI - ATIVIDADE: ações específicas a serem realizadas para produzir as entregas do projeto. Conjunto de tarefas que resultam em um trabalho realizado, podendo ser observado e/ou medido em termos de percentual executado;

XII - ESCRITÓRIO DE PROJETOS: estrutura organizacional que promove a padronização dos processos de governança e gestão de projetos. Também chamado de PMO (da sigla Project Management Office), deve oferecer orientações, métodos e ferramentas para os líderes de programas e gerentes de projetos conduzirem suas atividades;

XIII - ESCRITÓRIO DE PROJETOS SETORIAL: PMO localizado em área da organização, que, alinhado ao PMO corporativo, ajuda a entregar resultados através da carteira de projetos de um setor;

XIV - ESCRITÓRIO DA ESTRATÉGIA: estrutura organizacional dedicada à gestão da estratégia institucional, que inclui as ações de planejamento estratégico, desdobramento da estratégia, monitoramento da execução e avaliação da estratégia e respectivos objetivos e metas;

XV - PATROCINADOR DE PROGRAMA: responsável por viabilizar todos os recursos organizacionais necessários para que o Programa seja executado. Deve atuar como um julgador acima do Líder do Programa, podendo tomar decisões fora da alçada do Líder. Além disso, o patrocinador funciona como um ponto focal para a alta administração e também para outros stakeholders, eventualmente. Normalmente, é desempenhado pelo Secretário a quem o Líder de Programa é subordinado;

XVI - PATROCINADOR DE PROJETO: pessoa designada que irá garantir os recursos organizacionais para que seja executado, com disponibilidade, poder e influência suficiente para advogar em favor dos objetivos do projeto. Normalmente, é desempenhado por ocupante de cargo comissionado de nível 5 ou equivalente;

XVII - LÍDER DE PROGRAMA: pessoa alocada pela organização para liderar uma equipe e gerenciar uma carteira de projetos, com o objetivo de atingir ou exceder as necessidades e expectativas de uma estratégia da organização;

XVIII -GERENTE DE PROJETO: pessoa alocada pela organização para liderar a equipe responsável por alcançar os objetivos do projeto. Suas responsabilidades envolvem ações de planejamento, execução, acompanhamento e entrega do projeto;

XIX - RESPONSÁVEL POR ATIVIDADES: quem se responsabiliza pela execução de uma tarefa ou atividade de um projeto;

XX - REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA - RAE: Reunião realizada para avaliar a implementação da estratégia por meio do monitoramento dos indicadores, metas e Programas Estratégicos do Planejamento Institucional e deliberar sobre medidas para resolver problemas e mitigar riscos que impactem o alcance dos objetivos estratégicos;

XXI - ENTRAVE: Problema que pode comprometer os objetivos de um projeto ou programa. Pode ser decorrente de risco que foi materializado;

XXII - RISCO ESTRATÉGICO: riscos que afetam a estratégia da organização ou seus objetivos estratégicos. Esses riscos podem ser incertezas ou oportunidades e normalmente são os principais pontos de preocupação da alta administração;

XXIII- ANÁLISE CRÍTICA: avaliação geral de um projeto ou programa estratégico em relação à sua execução. Deve conter resumo dos principais avanços no período analisado, principais problemas, entraves e riscos, bem com as perspectivas para o próximo período. É elaborada pelo gerente de projeto e líder de programa considerando seus níveis de gerenciamento;

XXIV - PLANO DE PROJETO: documento que apresenta toda a concepção, fundamentação, planejamento e meios de acompanhamento e avaliação do projeto;

XXV - TERMO DE ABERTURA DE PROJETO - TAP: Documento elaborado pelo iniciador ou Patrocinador do projeto, que autoriza formalmente a existência do projeto, fornecendo ao Gerente a autorização para alocar os recursos nas atividades do projeto. Tem entre os seus atributos: Descrição do projeto e produto, objetivo e justificativa, benefícios esperados, premissas, restrições, escopo e não escopo, partes interessadas (Stakeholders) e estimativa de prazos e investimentos;

XXVI - LINHA DE BASE: conjunto de objetivos do projeto e planos para sua consecução. A Linha de Base é utilizada como referência para as comparações entre o planejado e o realizado ao longo do desenrolar do projeto;

XXVII - METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO: documento que sintetiza e dá publicidade aos conceitos, à governança e aos procedimentos detalhados de gerenciamento dos programas e projetos estratégicos do Ministério da Infraestrutura no âmbito da administração direta e das suas entidades vinculadas.

Seção II

Foco da Estratégia

Art. 5º A estratégia do Ministério é focada nas seguintes linhas mestras de atuação:

I - planejamento que contemple medidas voltadas ao acompanhamento dos resultados e busca constante de soluções para melhoria do desempenho, com utilização de mecanismos que promovam processo decisório baseado em evidências;

II - alinhamento às Diretrizes de Governo, à Estratégia Federal de Desenvolvimento - EFD e ao Plano Plurianual - PPA;

III - alinhamento com outras instituições, permitindo a criação de redes de boas práticas de governança, que contemplem objetivos e diretrizes comuns, facilitando a integração e a coordenação de serviços públicos e promovendo o desenvolvimento regional;

IV - acessão e convergência aos instrumentos legais e práticas da OCDE.

Seção III

Papéis e Responsabilidades na Gestão Estratégica

Art. 6º Caberá ao Ministro de Estado da Infraestrutura:

I - deliberar sobre riscos e entraves estratégicos levados à sua alçada de decisão;

II - coordenar as RAEs do MInfra;

Art. 7º Caberá ao Secretário Executivo:

I - deliberar acerca de definições e alterações nos indicadores de desempenho, metas e programas estratégicos, assegurando sua adequação e suficiência para o alcance dos objetivos estratégicos, à realização da visão e o cumprimento da missão, definidos no mapa estratégico do Ministério;

II - aprovar cronograma das RAEs;

III - deliberar sobre riscos e entraves estratégicos levados à sua alçada de decisão;

IV - designar os líderes de programas estratégicos;

V - convocar e coordenar as RAEs setoriais e substituir o Ministro nas RAEs do MInfra quando necessário;

Art. 8º Caberá à Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI:

I - realizar o monitoramento dos projetos e programas estratégicos do Ministério visando à resolução de entraves, mitigação de riscos estratégicos e o alcance de seus objetivos;

II - coordenar o processo de formulação, revisão e tradução da estratégia;

III - buscar o permanente alinhamento entre as unidades do Ministério e órgãos vinculados, em relação ao planejamento estratégico do MInfra;

IV - organizar as Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAEs;

V - acompanhar e analisar os indicadores institucionais, visando o atingimento das metas e o alcance dos objetivos estratégicos;

VI - prestar consultoria às unidades do Ministério, nas atividades de implementação e acompanhamento do planejamento estratégico e de gestão de projetos e programas estratégicos;

VII - gerenciar o portfólio de programas estratégicos, mantendo-o alinhado com os objetivos estratégicos;

VIII - definir e manter metodologias, padrões e técnicas de gestão de projetos estratégicos, no âmbito do Ministério;

IX - propor capacitações relacionadas à gestão estratégica e de projetos.

Art. 9º Caberá aos Secretários Finalísticos:

I - atuar como patrocinador dos programas afetos à sua área de atuação e indicar ao Secretário Executivo nomes para atuarem como líderes de programa;

II - participar das RAEs e atuar nos encaminhamentos sob sua responsabilidade definidos nessas reuniões;

III - deliberar sobre riscos e entraves estratégicos levados à sua alçada de decisão e escalar aos níveis superiores aqueles que superem sua alçada;

IV - dar diretrizes ao PMO setorial sob sua gestão, quando existir, alinhado às diretrizes do PMO corporativo.

Art. 10. Caberá aos Líderes de Programa:

I - estruturar o programa estratégico de acordo com a metodologia estabelecida pelo PMO corporativo;

II - propor a carteira de projetos do programa, suficiente para alcançar os objetivos e metas, em articulação com as unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas;

III - articular a estruturação dos projetos da carteira junto aos gerentes de projeto das unidades do Ministério e das entidades vinculadas, quando cabível, respeitando a autonomia regulamentar dessas últimas;

IV - realizar reuniões periódicas de monitoramento da carteira de projetos com os respectivos gerentes de projeto para corrigir desvios, gerenciar riscos e aumentar suas chances de sucesso;

V - participar das reuniões de monitoramento dos programas sob sua responsabilidade, coordenadas pelo PMO corporativo;

VI - fazer, mensalmente, nos prazos definidos pelo PMO corporativo, a análise crítica do desempenho de seu programa e atuar nos encaminhamentos sob sua responsabilidade definidos nessas reuniões;

VII - deliberar sobre riscos e entraves estratégicos levados à sua alçada de decisão e subir aos níveis superiores aqueles que superem sua alçada.

Art. 11. Caberá aos Gerentes de Projeto:

I - atender às capacitações de gestão estratégica e de projetos;

II - realizar a estruturação do projeto de acordo com a metodologia estabelecida pelo escritório de projetos;

III - aprovar o plano de projeto junto ao patrocinador e ao líder do programa associado;

IV - atualizar, periodicamente, as informações requeridas no processo de monitoramento definido pelo PMO corporativo;

V - prestar informações ao patrocinador do projeto e ao líder do programa associado;

VI - deliberar sobre risco e entraves estratégicos sob sua alçada de decisão e subir aos níveis superiores aqueles que superem sua alçada.

Art. 12. Caberá ao Patrocinador de Projeto:

I - dar diretrizes e aprovar o plano de projeto;

II - deliberar sobre riscos e entraves estratégicos sob sua alçada de decisão e subir aos níveis superiores aqueles que superem sua alçada;

III - atuar para garantir a entrega dos resultados e o alcance dos objetivos do projeto.

Art. 13. As Unidades de Gestão Estratégicas das Entidades Vinculadas poderão:

I - promover o alinhamento e disseminação da estratégia do Ministério da Infraestrutura no âmbito de sua organização;

II - atuar como ponto focal entre o Ministério e sua organização promovendo a interação entre os líderes de programa e gerentes dos projetos sob sua gestão e o levantamento de dados e indicadores, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos;

III - participar das reuniões de monitoramento dos programas afetos à sua organização, bem como das respectivas RAEs.

Art. 14. Caberá aos PMOs setoriais:

I - auxiliar o PMO corporativo na disseminação da metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico;

II - auxiliar o PMO corporativo na estruturação dos projetos e programas da sua área de atuação;

III - zelar pelo cumprimento do processo de monitoramento e avaliação da estratégia e do portfólio estratégico no âmbito de sua atuação;

IV - desenvolver e monitorar outros projetos setoriais não constantes do portfólio estratégico, mantendo o alinhamento com a estratégia do Ministério;

V - propor melhorias na metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico ao PMO corporativo.

Seção IV

Monitoramento e Avaliação da Execução Estratégica

Art. 15. Para viabilizar o processo de monitoramento da execução da estratégia, o Ministério irá realizar as seguintes reuniões:

I - reuniões de acompanhamento dos projetos, coordenadas pelo gerente de projeto com a participação dos membros da equipe, com o objetivo de monitorar o progresso das atividades e entregas, mapeando riscos e entraves e endereçando encaminhamentos para correção de rumos, quando necessário;

II - reuniões de monitoramento dos projetos, coordenadas pelo líder de programa, com a participação dos gerentes de projetos do programa e opcional do PMO corporativo, com o objetivo de monitorar o andamento dos projetos da carteira, mapeando riscos e entraves e endereçando encaminhamentos;

III - reuniões mensais de monitoramento dos programas, coordenadas pelo PMO corporativo com a participação dos líderes de programa, com eventual participação de gerentes de projetos, a critério do líder, com o objetivo de avaliar a aderência do programa à metodologia definida, monitorar o alcance de seus objetivos e metas e avaliar os entraves e riscos, mapeando ações de correção dos problemas ou mitigação dos riscos;

IV - reuniões gerenciais, coordenadas pelo Gabinete da Secretaria Executiva, com participação dos Secretários e Subsecretários do Ministério;

V - reuniões de avaliação da estratégia - RAEs - setoriais, coordenadas pelo PMO corporativo com a participação dos Secretários do Ministério, Autoridades máximas das entidades vinculadas e líderes dos programas relativos ao setor, conforme a seguir:

a) Setor de Transportes Terrestres: Secretário-Executivo, Secretário Nacional de Transportes Terrestres, Secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Diretor-Presidente da VALEC e Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística - EPL;

b) Setor de Portos e Transportes Aquaviários: Secretário-Executivo, Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística - EPL;

c) Setor de Aviação Civil; Secretário-Executivo, Secretário Nacional de Aviação Civil, Secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias, Diretor-Geral da Agência Nacional de Aviação Civil, Presidente da INFRAERO e Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística - EPL; e

d) Programas Transversais: Secretário-Executivo, Secretário de Fomento, Planejamento e Parcerias e Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística - EPL.

VI - reunião de avaliação da estratégia - RAE - ministerial, coordenada pelo PMO corporativo com a participação do Ministro de Estado da Infraestrutura, do Secretário-Executivo, dos Secretários do Ministério, das autoridades máximas das entidades vinculadas e dos líderes dos programas.

Art. 16. As ações para resolução de entraves e mitigação de riscos deverão ser tratadas de forma escalonada, de acordo com níveis de alçada previstos em regulamento, seguindo os níveis de decisão abaixo:

I - gerente de projeto;

II - patrocinador de projeto;

III - líder de programa;

IV - secretário/subsecretário

V - Secretário Executivo;

VI - Ministro de Estado;

VII - reuniões colegiadas previstas neste regulamento.

Art. 17. O ciclo de avaliação da Estratégia compreenderá as quatro RAEs setoriais e a RAE ministerial.

Parágrafo único. A periodicidade do ciclo estratégico e da realização das reuniões previstas será definida na metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico.

Seção V

Gerenciamento e Sistemática de Registros

Art.18. O Ministério da Infraestrutura adotará sistema eletrônico de acompanhamento estratégico comum a todos os participantes, ficando os gerentes de projetos e líderes de programa responsáveis por sua atualização tempestiva.

Art. 19. O processo de monitoramento do portfólio estratégico contempla as seguintes atividades:

I - o gerente do projeto, com base nas reuniões de acompanhamento de projeto e em outras informações a que tiver acesso, deverá atualizar periodicamente no sistema eletrônico de acompanhamento estratégico os elementos do projeto definidos na metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico;

II - o líder de programa, com base nas reuniões de monitoramento dos projetos, nas informações alimentadas sistematicamente pelo gerente de projeto e em outras a que tiver acesso, deverá atualizar periodicamente no sistema eletrônico de acompanhamento estratégico os elementos do programa definidos na metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico;

III - o PMO corporativo deverá realizar em conjunto com os Líderes de Programa as reuniões periódicas de monitoramento dos programas onde serão abordados o monitoramento dos objetivos e metas, os status dos projetos e entregas, os principais riscos e entraves e seus respectivos encaminhamentos. A preparação da reunião utilizará como base as informações inseridas pelos líderes e gerentes de projeto no sistema eletrônico de acompanhamento estratégico. Como produto, será gerada a Ficha de Monitoramento do programa;

IV - o PMO corporativo, a partir das fichas de monitoramento dos programas, elaborará relatórios e painéis de monitoramento do portfólio estratégico, bem como de avaliação da estratégia para subsidiar as RAEs;

Parágrafo único. A periodicidade da atualização das informações pelos atores será definida na metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico.

Art. 20. O processo de gestão dos projetos estratégicos contempla as seguintes etapas:

I - iniciação: situação inicial do projeto, após o cadastro e antes da aprovação;

II - aprovação: situação na qual o projeto aguarda aprovação pelo seu patrocinador;

III - planejamento: após ser aprovado, o projeto passa para o status "em planejamento" e fica neste status até que seja posto "em execução", momento em que é gerada uma linha de base;

IV - execução: neste status as atividades são distribuídas para os responsáveis, e o sistema começa a enviar os alarmes configurados; Os alarmes de atividades pendentes são enviados somente neste status; nos demais o alarme fica desativado;

V - cancelado: situação na qual um projeto deixa de existir. As atividades desaparecem da lista dos executores e os alarmes de atividades pendentes do projeto deixam de ser enviados;

VI - suspenso: status temporário no qual as atividades desaparecem da lista dos executores e os alarmes de atividades pendentes do projeto deixam de ser enviados;

VII - encerrado: situação final, na qual um projeto chega ao fim. Os dados dos projetos finalizados ficam disponíveis para consulta nos relatórios do sistema.

§ 1º É responsabilidade do gerente do projeto atuar nas diversas etapas do projeto objetivando a execução plena, exceto da fase de aprovação que é responsabilidade do patrocinador do projeto.

§ 2º É responsabilidade do gerente do projeto durante a execução do projeto realizar os replanejamentos de atividades que não puderam ser executadas no prazo previsto inicialmente ou porque foram introduzidas novas informações ao projeto que indicam esta necessidade. Se os replanejamentos foram significativos, as datas das atividades, ou mesmo inclusão ou exclusão de atividades indicam que a linha de base está pouco aderente ao projeto em execução e faz-se necessário a geração de uma nova linha de base.

§ 3º É responsabilidade do gerente, do patrocinador do projeto e do líder de programa aprovar ou reprovar as novas linhas de base que são atualizadas pelo gerente de projeto.

Seção VI

Avaliação de Desempenho da Gestão estratégica

Art. 21. O MInfra adotará o Índice de Maturidade de Gestão Estratégica - IMGE, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia - SEGES/MP, para avaliar a sua maturidade e promover melhorias em seu processo.

Art. 22. O Ministério avaliará, anualmente, a necessidade de revisão do mapa estratégico, por meio de entrevistas ou pesquisas com a alta administração do órgão e de suas entidades vinculadas, disparando o processo de revisão quando houver indícios da necessidade.

Seção VII

Disposições Complementares sobre Gestão Estratégica

Art. 23. O presente regulamento se aplica aos programas e projetos considerados estratégicos, com execução no âmbito da administração central do Ministério da Infraestrutura e, no que couber, aos das suas entidades vinculadas;

Art. 24. O Ministério disponibilizará em sítio eletrônico a metodologia de gerenciamento do portfólio estratégico, contendo orientações e sugestões para a implementação do planejamento estratégico institucional e do conjunto de processos que conformam a gestão estratégica.

CAPÍTULO III
GESTÃO DE RISCOS
Seção I
Objetivos e Diretrizes

Art. 25. O principal objetivo da gestão de riscos no Ministério é prover aos seus gestores informações necessárias e suficientes, de forma tempestiva, para que, face às incertezas derivadas dos objetivos definidos para cada processo finalístico, haja as melhores condições possíveis para uma adequada tomada de decisão na defesa dos interesses do cidadão.

Art. 26. Constituem ainda objetivos da gestão de riscos no MInfra, além dos elencados no art. 15 da IN-MP/CGU-01/2016:

I - suportar a missão, a continuidade e a sustentabilidade institucional, em busca do atendimento aos objetivos estratégicos;

II - proporcionar eficiência, eficácia e efetividade operacional, mediante execução ordenada, ética e econômica dos processos de trabalho;

III - produzir informações íntegras, confiáveis e tempestivas à tomada de decisão, com vistas à salvaguarda e à proteção de bens, ativos e recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida; e

IV - aprimorar os controles internos da gestão e assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Art. 27. São diretrizes para a gestão de riscos no MInfra:

I - modelo de gestão de riscos estruturado com base nos conceitos e orientações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, da Norma Internacional NBR ISO 31.000:2018, da Instrução Normativa Conjunta CGU/MPDG nº 1, de 10 de maio de 2016, e de normativos e documentos congêneres;

II - gerenciamento de riscos liderado pela alta administração e integrado aos processos de planejamento, orçamento e demais processos de trabalho nos diferentes níveis organizacionais;

III - limite temporal médio de dois anos a ser considerado para o ciclo do gerenciamento de riscos de cada processo de trabalho relevante, considerando nessa definição de tempo a criticidade dos processos, os sistemas informatizados, a gestão orçamentária e de pessoas e a legislação vigente, tendo como foco a redução dos eventos de risco emergentes, a alteração na severidade dos riscos já identificados e a integridade dos controles existentes;

IV - medição do desempenho da gestão de riscos por meio de atividades contínuas registradas em sistema informatizado ou por meio de avaliações independentes ou a combinação de ambas; e

V - desenvolvimento contínuo dos agentes públicos em gestão de riscos, por meio de plano de educação continuada, de divulgação interna de cursos e de capacitações em escolas de governo.

Seção II
Unidades Responsáveis

Art. 28. As instâncias operacionais são responsáveis por identificar, avaliar e tratar os riscos relativos aos seus processos de trabalho, sendo elas:

I - as Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC; e

II - os Gestores de Processos de Gestão.

Seção III
Riscos à Integridade e Riscos Estratégicos

Art. 29. A gestão de riscos à integridade é assentada na diretriz fundamental de "apetite zero" a risco desta natureza, de forma a evitar os atos tipificados como desvio de conduta, fraude, irregularidade e conflito de interesses, em qualquer nível hierárquico, mediante implementação de controles internos que visem inibir a prática desses atos.

Art. 30. A gestão dos riscos estratégicos, entendidos aqueles que ameaçam o alcance dos objetivos estratégicos do MInfra, está sob responsabilidade da alta administração, e pressupõe a compreensão desses objetivos, o conhecimento profundo do Ministério, incluindo o mercado em que atua, bem como o ambiente legal, social, político e cultural em que está inserido.

Seção IV
Metodologia de Avaliação de Riscos e Apetite a Riscos

Art. 31. A gestão de riscos do MInfra será documentada por meio do software ÁGATHA - Sistema de Gestão de Integridade, Riscos e Controles, constante do site https://riscos.infraestrutura.gov.br.

Art. 32. O nível de severidade dos riscos de qualquer tipologia (operacionais, legais, de imagem, financeiro-orçamentários e outros, com exceção dos de integridade),é estimado pelo produto da avaliação de impacto pela avaliação de probabilidade, conforme descrito nos incisos I, II e III deste artigo.

I - são níveis de impacto:

a) 1 - insignificante;
b) 2 - pequeno;
c) 3 - moderado;
d) 4 - grande; e
e) 5 - catastrófico.

II - são níveis de probabilidade:

a) 1 - muito baixa;
b) 2 - baixa;
c) 3 - média;
d) 4 - alta; e
e) 5 - muito alta.

III - os riscos avaliados serão classificados de acordo com sua severidade, calculada pelas combinações de avaliação de probabilidade versus impacto, nas seguintes faixas de nível:

a) pequeno: < 4;
b) moderado: entre 4 e 7;
c) alto: entre 8 e 14; e
d) crítico: entre 15 e 25.

IV - Como orientação inicial aos gestores, independente de declaração de apetite a riscos a ser formulada, com relação aos riscos para a integridade o apetite a riscos do MInfra é zero. Qualquer fato ou evento de risco reportado deve ser investigado e as providências cabíveis devem ser tomadas de imediato.

Seção V
Disposições Complementares sobre a Gestão de Riscos

Art. 33. As UGIRC e os Gestores de Processos de Gestão, bem como o Comitê Técnico de Governança - CTG, poderão valer-se da contribuição de especialistas de instituições públicas ou privadas, em temas afetos à gestão de riscos.

Art. 34. O CTG poderá definir temas prioritários, bem como unidades administrativas prioritárias para execução das atividades de gerenciamento de riscos.

Art. 35. No prazo de até 12 (doze) meses após a publicação desta Portaria deverá ser editado e aprovado o Manual contendo a metodologia de gestão de riscos do MInfra.

CAPÍTULO IV
PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 36. O Programa de Integridade materializa-se com o comprometimento e o apoio permanente da alta administração, com a análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema Integridade, contemplados na política de riscos de que trata o Capítulo III desta Portaria e com o monitoramento contínuo dos seus atributos pelo Comitê Técnico de Integridade.

Art. 37. A Assessoria Especial de Controle Interno, unidade de gestão da Integridade no âmbito deste Ministério, elaborará, em conjunto com o Comitê Técnico de Integridade, Plano de Integridade anual, contendo proposta de ações corretivas e indutoras das boas práticas de gestão e transparência, com vistas à redução dos riscos de fraude e corrupção.

CAPÍTULO V
CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO
Seção I
Modelo das Três Linhas

Art. 38. A estrutura de controles internos do MInfra deve seguir o Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos - IIA, conforme o descrito nos parágrafos 1º, 2º e 3º deste artigo, comunicando, de maneira clara, as responsabilidades dos envolvidos e provendo a atuação coordenada e eficiente, sem sobreposições ou lacunas.

§ 1º A Primeira Linha constitui-se das UGIRC e dos Gestores de Processos de Gestão, onde os controles primários são implementados e o gestor responsável identifica, avalia, controla e mitiga os riscos, com vistas à realização das políticas públicas conforme o planejado.

§ 2º A Segunda Linha constitui-se da AECI e dos órgãos de supervisão e apoio, e objetivam assegurar que as atividades realizadas pelas instâncias de primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada, o que significa apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e monitoramento, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento.

§ 3º A Terceira Linha é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que no caso do MInfra (administração direta) é exercida pela Controladoria Geral da União - CGU, a qual presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e objetividade, incluindo os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos, com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações.

Seção II
Finalidade e Premissas Básicas

Art. 39. A finalidade dos controles internos da gestão é evitar a ocorrência de erros e irregularidades, por meio da identificação, avaliação e gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos propostos, com base nos componentes de Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle e Monitoramento, Informação e Comunicação.

Art. 40. A implementação dos controles internos da gestão no MInfra deve obedecer às seguintes premissas:

I - controles integrados ao processo de gestão, considerando a estrutura e a missão do órgão, de forma a assegurar a sua adequação e eficácia;

II - controles fundamentados na gestão de riscos, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes da autuação de processos sancionadores, desenvolvidos e dimensionados na proporção requerida pelos riscos identificados;

III - definição e operacionalização visando mitigar a ocorrência de riscos ou os impactos destes sobre os objetivos institucionais do Ministério;

IV - implementação efetiva e compatível com a natureza, a complexidade, o grau de importância e os riscos do processo de trabalho; e

V - custo do controle ou da resposta implementada não superior ao custo do dano decorrente da ausência do controle, não devendo, este último, limitar-se aos custos diretos e internos, mas também alcançar os custos indiretos e externos.

CAPÍTULO VI
INSTÂNCIAS SUPERVISORAS E ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 41. São instâncias supervisoras da Política de Governança do MInfra: o Comitê Estratégico de Governança - CEG, o Comitê Técnico de Governança - CTG e o Comitê Técnico de Integridade - CTI, sendo este último apenas no que se referir ao tema Integridade, devendo esta supervisão abarcar, no que couber, a governança das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação, de Dados e Informação e de Segurança da Informação - GTIC, GDI e GSI, de que tratam os Anexos III e IV desta Portaria.

Parágrafo único. A supervisão de que trata o caput poderá ser exercida por qualquer dos membros das referidas instâncias, mediante reporte aos Gestores de Processos de Gestão ou à instância de governança que julgar mais adequada, dentre as elencadas no art. 2° do Anexo I desta Portaria.

Art. 42. A Consultoria Jurídica, além de asseverar a legalidade formal dos atos administrativos pretendidos, atuará como parte ativa na construção de soluções jurídicas adequadas ao cumprimento dos objetivos do Ministério, em constante cooperação com os gestores, buscando identificar as necessidades dos cidadãos e ampliar os resultados esperados.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. Doravante, qualquer política que vier a ser adotada no âmbito deste Ministério, envolvendo o tema governança, deverá estar alinhada aos dispositivos desta Portaria, considerando, em especial, o disposto no art. 2° deste Anexo II.

Art. 44. Os casos omissos e as excepcionalidades serão solucionados pelo Comitê Técnico de Governança - CTG ou pelo Comitê Técnico de Integridade - CTI, conforme a pertinência da matéria, ou pelo Secretário Executivo quando o assunto se referir à Gestão Estratégica.

ANEXO III

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC) DE DADOS E INFORMAÇÃO (GDI), E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GSI);

CAPÍTULO I

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC)

Seção I
COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL - CGD
Subseção I
Natureza do Comitê

Art. 1º O Comitê de Governança Digital (CGD) será órgão de caráter permanente e terá funções consultivas e deliberativas, tendo como objetivo determinar as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, bem como todas as iniciativas correlatas a TIC, visando assegurar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades e ações que dão suporte ao cumprimento da missão institucional do Ministério da Infraestrutura (MInfra).

Parágrafo único. As ações do CGD deverão estar em consonância com ao Plano Estratégico Institucional - PEI, ao Plano Anual de Contratações de TIC - PAC/TIC e a Estratégia de Governança Digital - EGD da administração pública federal.

Subseção II
Competências

Art. 2º Compete ao CGD:

I - estabelecer diretrizes, normas e práticas que assegurem o disposto no art.4º desta política no âmbito do Ministério;

II - deliberar sobre recursos e riscos estruturantes afetos ao Plano de Transformação Digital e à prestação de serviços digitais pelo MInfra;

III - deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação; e

IV - outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade competente.

V - aprovar o Plano de Transformação Digital, que conterá, no mínimo, as ações de:

a) transformação digital de serviços;
b) unificação de canais digitais; e
c) interoperabilidade de sistemas.

VI - aprovar e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

VII - aprovar o Plano de Dados Abertos do MInfra, nos termos da legislação vigente. No caso das entidades vinculadas, se for o caso, elas devem encaminhar os respectivos Planos ao CGDI para ciência e acompanhamento.

VIII - propor políticas, diretrizes, normas e práticas que assegurem o alinhamento das ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Ministério;

IX - definir prioridades de execução de projetos de TIC, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas pelas unidades que compõem a estrutura do Ministério;

X - monitorar a situação dos projetos relativos, a TIC e resolver, conflitos de recursos e prioridades;

XI - acompanhar a execução do PDTIC;

XII - priorizar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como as alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;

XIII - convocar servidor deste Ministério para tomar parte em reuniões ou compor grupos ou subgrupos de trabalho e convidar colaboradores eventuais;

XIV - deliberar sobre o prosseguimento de projeto que não esteja previsto no PDTIC;

XV - decidir sobre a utilização de serviços de desenvolvimento para a construção de softwares de atividades-meio.

XVI - apreciar e deliberar sobre estudos e pareceres técnicos, submetidos pela área de TIC, quanto à adoção de tecnologias, ferramentas e metodologias de trabalho para temas especializados de TIC do Ministério;

XVII - autorizar, mediante aprovação de justificativa, a contratação direta de ativo de infraestrutura de TIC, no que couber;

XVIII - zelar pelo fiel cumprimento e observância da legislação aplicável ao CGD;

XIX - participar das reuniões, apreciar e votar as matérias submetidas a exame;

XX - assinar as atas das reuniões;

XXI - fornecer ao comitê todas as informações e dados relativos ao CGD a que tenham acesso ou que se situem em suas esferas de competência, desde que não protegidas por legislação específica, sempre que as julgarem importantes, como subsídio às deliberações do comitê;

XXII - encaminhar ao comitê, por intermédio de sua Secretaria, quaisquer matérias que tenham interesse em submeter ao Colegiado;

XXIII - constituir, por meio de portaria, subgrupos/subcolegiados para tratar de assuntos específicos, quando assim deliberar o comitê, desde que sejam observadas as seguintes condições:

a) limitado o número máximo de seus membros;

b) estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano;

c) fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

Parágrafo único. Os grupos e os subgrupos de trabalho serão criados com vistas a aprofundar debates, discussões e a encontrar soluções diante de demandas suscitadas, propostas ou exigidas pelo Governo Federal ou pelo Ministério.

Art. 3º Compete ao presidente do comitê:

I - presidir as sessões plenárias, orientar os debates, tomar os votos e votar;

II - emitir voto de qualidade nos casos de empate;

III - convocar as reuniões ordinárias e formalizar as convocações das extraordinárias;

IV - solicitar informações sobre temas de relevante interesse para o desenvolvimento dos trabalhos do CGD;

V - solicitar estudos ou pareceres sobre matérias de interesse do comitê;

VI - decidir, "ad referendum" do comitê, utilizando-se de consulta prévia à Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, quando se tratar de matéria inadiável e não houver tempo hábil para a realização de reunião, devendo dar conhecimento imediato da decisão aos demais membros do CGD; e

VII - firmar as atas das reuniões e as resoluções adotadas.

Parágrafo único. A decisão de que trata o inciso VI deste artigo será submetida à deliberação do comitê na primeira reunião subsequente ao ato, acompanhada de justificativa dos motivos determinantes da urgência.

Art. 4º Compete ao secretário (a) do comitê:

I - organizar a agenda das reuniões, divulgar a pauta, convocar os membros titulares e suplentes e assegurar o apoio logístico ao comitê;

II - secretariar as reuniões, registrando os fatos ocorridos e lavrando as respectivas atas; e

III - acompanhar e coordenar, no que couber, o cumprimento do que for deliberado pelo comitê, em conjunto com a coordenação executiva.

Subseção III

Composição do CGD

Art. 5º O Comitê de Governança Digital será composto por:

I - representante da Secretaria Executiva;

II - representante do Gabinete do Ministro;

III - representante da Secretaria Nacional de Aviação Civil;

IV - representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários;

V - representante da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias;

VI - representante da Secretaria de Nacional de Transportes Terrestres;

VII - representante da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

VIII - representante da Subsecretaria de Conformidade e Integridade;

IX - representante da Subsecretaria de Sustentabilidade;

X - titular da unidade da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação;

XI - encarregado do tratamento de dados pessoais, nos termos do disposto da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 1º O Comitê de Governança Digital - CGD será presidido pelo representante da Secretaria Executiva e, nas suas faltas e impedimentos, pelo Subsecretário de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI.

§ 2º Os membros titulares referidos nos incisos I a X deverão ser ocupantes de cargos de provimento em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superior - de nível 5 ou equivalente, ou de cargo de hierarquia superior.

§ 3º Os membros do comitê serão indicados pelo titular legal da respectiva área.

§ 4º O representante suplente será o substituto oficial do cargo do membro titular, independentemente do cargo de provimento em comissão que ocupe.

§ 5º Os suplentes dos integrantes do comitê ficarão investidos em todas as competências do titular, gozando de poderes especiais de representação quanto às matérias de competência do comitê e suas decisões terão efeito vinculante em relação à seção representada.

Art. 6º O comitê contará com o auxílio de um (a) Secretário (a) para apoiar os trabalhos administrativos, indicado (a) pela Secretaria Executiva do Ministério.

Subseção IV

Funcionamento do Comitê

Art. 7º O Comitê de Governança Digital reunir-se-á:

I - ordinariamente, trimestralmente, por convocação de seu presidente, em dia hora e local marcados com antecedência mínima de 7 (sete) dias; e

II - extraordinariamente, por convocação do presidente ou por solicitação de, no mínimo, 2 (dois) de seus membros, sendo necessário quórum da maioria absoluta para realização da reunião.

§ 1º Caso a Reunião Ordinária não seja convocada pelo presidente do comitê até o final do semestre, qualquer membro do CGD poderá fazê-lo no prazo de 15 quinze) dias, a contar do encerramento do semestre referido no inciso I.

§ 2º O ato de convocação da Reunião Extraordinária será formalizado pelo presidente do comitê, até 5 (cinco) dias após o recebimento de requerimento, e a reunião será realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data constante do ato de convocação.

Art. 8º Os membros do comitê deverão receber com antecedência mínima de 2 (dois) dias da reunião ordinária, a pauta da reunião e a versão definitiva das matérias dela constantes.

Art. 9º As reuniões do comitê serão realizadas com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) dos seus membros.

Parágrafo único. O presidente, por solicitação de qualquer membro do CGD, poderá facultar a palavra a pessoas não integrantes do colegiado, para se pronunciarem sobre a matéria de interesse do comitê.

Art. 10. Da pauta da reunião ordinária deverá constar:

I - leitura da ata da reunião anterior;

II - síntese das comunicações da presidência referentes aos expedientes de interesse do comitê recebidos e remetidos, bem assim qualquer outro assunto que envolva matéria não constante em assuntos gerais;

III - matérias operacionais; e

IV - assuntos gerais.

§ 1º Após a realização da reunião, será encaminhada aos integrantes do comitê, minuta da ata da reunião, a qual poderá ser impugnada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento desta.

§ 2º Considerar-se-á aprovada e apta à assinatura a minuta de ata de reunião não impugnada no prazo determinado no parágrafo anterior.

Art. 11. As decisões do comitê serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o comitê, por decisão da maioria simples dos presentes à reunião, poderá permitir a inclusão de matéria não incluída na pauta, atendendo à justificativa de urgência e relevância apresentada pelo membro do CGD proponente.

Art. 12. As deliberações do CGD serão obrigatoriamente lavradas em ata que deverá ser assinada por todos os membros presentes na reunião.

Subseção V

Disposições Gerais sobre o Comitê de Governança Digital

Art. 13. O comitê contará com apoio administrativo da Secretaria Executiva do Ministério.

Art. 14. A participação nas atividades do CGD será considerada serviço relevante e não remunerada.

Art. 15. Fica vedada a possibilidade de criação de subcolegiados por ato desde comitê, exceto se:

I - limitado o número máximo de seus membros;

II - estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; e

III - fixado o número máximo de até 4 subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

§ 1º Nos casos de membros que estiverem em entes federativos diversos, os mesmos deverão participar das reuniões do comitê através de videoconferência, exceto na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência e desde que comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para gastos com diárias e passagens.

§ 2º Os atos administrativos decorrentes das deliberações do comitê e necessários ao cumprimento desta Portaria serão expedidos pelo seu presidente.

Seção II

COMITÊ SETORIAL DE INFRAESTRUTURA DO SISP - COSETI

Subseção I

Da Natureza do Comitê

Art. 16. O Comitê Setorial de Infraestrutura do SISP - COSETI tem por finalidade apoiar e integrar as iniciativas estratégicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e à Gestão da Informação, no âmbito do Ministério da Infraestrutura e das entidades vinculadas, integrantes do SISP.

Art. 17. O COSETI será de caráter permanente e terá funções consultivas tendo como objetivo promover o apoio, o planejamento, a coordenação, a integração e a articulação entre os programas de governo, planos, projetos e atividades, por meio da definição de políticas, diretrizes e normas relativas à TIC e à Gestão da Informação.

§ 1º O COSETI apoiará as ações de TIC e de Gestão da Informação deste Ministério e das entidades vinculadas que integram o SISP.

§ 2º Caberá ao COSETI promover a publicidade e transparência das informações tratadas no âmbito deste.

Subseção II

Das Competências

Art. 18. Compete ao COSETI:

I - promover a articulação entre as entidades vinculadas a este Ministério, quando for o caso, de modo a favorecer a integração das ações relacionadas à gestão da informação;

II - elaborar, deliberar e publicar os atos decorrentes das atribuições do COSETI;

III - propor à autoridade competente a formação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de estudos, propostas e pareceres quanto à adoção de técnicas, ferramentas e métodos de trabalho que visem apoiar e atender de forma integrada as ações de TIC e de gestão da informação, desde que sejam observadas as seguintes condições:

a) limitado o número máximo de seus membros;

b) estabelecido caráter temporário e duração não superior a um ano; e

c) fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

IV - contribuir com ações de minimização dos riscos e do aumento do nível de segurança das informações dos órgãos e entidades vinculadas, integrantes do SISP, e;

V - contribuir com o suporte tecnológico à consecução da governança de gestão da tecnologia da informação e comunicação.

§ 1º O ato de constituição do grupo de trabalho definirá seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 2º O Presidente do CETIC poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades federais, bem como representantes da iniciativa privada para participarem das suas atividades.

Subseção III

Atribuições dos membros

Art. 19. São atribuições dos Membros do COSETI:

I - zelar pelo fiel cumprimento e observância das tratativas definidas nas reuniões;

II - participar das reuniões, contribuir com matérias de interesse do comitê;

III - firmar as atas das reuniões;

IV - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo pareceres;

V - propor e aprovar matérias e cronograma referentes à agenda anual do COSETI;

VI - apreciar e aprovar as matérias e pareceres apresentados pelos grupos de trabalho;

VII - representar o COSETI, por delegação do seu Presidente;

VIII - disseminar e acompanhar o cumprimento das decisões do COSETI em suas respectivas unidades internas ou entidades integrantes do SISP;

IX - encaminhar ao Secretário(a) do COSETI, matérias que tenham interesse de submeter ao Colegiado.

Art. 20. São atribuições do Presidente do COSETI:

I - presidir as reuniões;

II - orientar os trabalhos;

III - definir datas e pautas das reuniões;

IV - firmar e publicar atas das reuniões;

V - autorizar a presença nas reuniões de pessoas que, por si ou pelos órgãos que representem, possam contribuir com os trabalhos;

VI - designar o Secretário(a) do COSETI.

Art. 21. São atribuições do Secretário(a) do COSETI:

I - organizar a agenda das reuniões, divulgar a pauta e expedir atos de convocação dos membros titulares e suplentes;

II - secretariar as reuniões, registrando os fatos ocorridos e lavrando as respectivas atas;

III - solicitar das entidades responsáveis, observada a antecedência de cinco dias, a instrução de matérias a serem submetidas ao COSETI.

Subseção IV

Composição do Comitê

Art. 22. O COSETI será presidido pelo Subsecretário de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (SGETI) e contará com a participação de membros titulares ou suplentes, representantes das seguintes unidades e entidades vinculadas, integrantes do SISP:

I - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (SGETI);

II - Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

III - Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ);

IV - Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);

V - Departamento Nacional da Infraestrutura de Transportes (DNIT);

§ 1º Os representantes titulares referidos nos incisos I a VIII deverão ser a autoridade máxima da área de tecnologia da informação - TI do órgão e ocupantes de provimento em comissão do grupo - Direção e Assessoramento Superior - DAS, de nível 5 ou equivalente, ou de cargo de hierarquia superior.

§ 2º O representante suplente para a composição do comitê, será o substituto oficial do cargo do membro titular, independentemente do cargo de provimento em comissão que ocupe.

§ 3º Nos impedimentos, o presidente do COSETI será substituído pelo seu substituto oficial.

§ 4º As demais entidades vinculadas ao Ministério, não integrantes do SISP, poderão participar do comitê na condição de convidadas.

Subseção V

Funcionamento do Comitê

Art. 23. O COSETI reunir-se-á, em caráter ordinário, trimestralmente, e, em caráter extraordinário, por convocação do seu presidente ou por solicitação de no mínimo 2 (dois) de seus membros, sendo necessário quórum da maioria absoluta de seus membros para a realização da reunião.

Parágrafo único. Nos casos de membros que estiverem em entes federativos diversos, os mesmos deverão participar das reuniões do comitê através de videoconferência, exceto na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência.

Subseção VI

Disposições Gerais

Art. 24. A participação como membro do COSETI é considerada serviço público relevante e não dá ensejo a qualquer tipo de remuneração.

CAPÍTULO II

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÃO (GDI)

Seção I

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÃO - CGDI

Subseção I

Natureza do Comitê

Art. 25. A atuação do Comitê de Governança de Dados e Informação (CGDI) contempla:

I - todos os dados e as informações produzidos, custodiados, mantidos ou recebidos no âmbito do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do SISP, bem como suas análises, no que couber;

II - os processos de captação, geração, armazenamento, integração, utilização, compartilhamento, divulgação, retenção e descarte de dados e informações no âmbito do MInfra e de suas vinculadas integrantes do SISP.

Subseção II

Das Competências

Art. 26. Compete ao Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI do Ministério da Infraestrutura - MInfra:

I - prestar assessoria técnica ao Comitê de Governança Digital - CGD no tocante à gestão, compartilhamento, transparência e abertura de dados e informações;

II - dirimir dúvidas e decidir sobre conflitos sobre governança de dados e informação do MInfra;

III - definir a estratégia de catalogação e curadoria dos dados de interesse ao negócio do Ministério da Infraestrutura;

IV - avaliar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e a Política de Segurança da Informação e Comunicação - POSIC, a fim de resguardar o alinhamento com a política e o plano de ação de governança de dados e informação;

V - monitorar e avaliar as solicitações de abertura de bases de dados prevista no art. 6º do Decreto nº 8. 777, de 11 de maio de 2016 e Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, conforme critérios estabelecidos pelo comitê;

VI - emitir normas complementares, orientações e diretrizes para a governança dos dados e informação, análise, catalogação, curadoria, integração, compartilhamento de dados no âmbito do MInfra e suas vinculadas, respeitando a legislação referente ao sigilo e à proteção de dados pessoais;

VII - definir critérios e monitorar a qualidade, a tempestividade, a acurácia, a validade, a completude, integridade, qualidade e consistência dos dados e informações no âmbito do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

VIII - resolver controvérsias acerca da validade de informações cadastrais e regras de prevalência entre registros conflitantes no âmbito do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

IX - emitir orientações e formular propostas para assegurar a sustentação econômico-financeira do compartilhamento de dados entre unidades que compõem o MInfra e entre estes e os demais órgãos e entidades da Administração Pública dos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

X - apoiar na elaboração, validar e encaminhar o plano de dados abertos ao Comitê de Governança Digital;

XI - representar o MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP em órgãos, colegiados ou eventos afetos à governança de dados e informação;

XII - garantir o alinhamento entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e os dados sob responsabilidade do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

XIII - propor soluções técnicas padronizadas que garantam a gestão, análise, integração, qualidade e compartilhamento dos dados da Infraestrutura para suporte e aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo Ministério e suas entidades vinculadas integrantes do SISP, e;

XIV - avaliar e aprovar a utilização de soluções em nuvem nos casos em que houver justificativa técnica, detalhando os riscos, a segurança, a governança, os requisitos dos sistemas, a infraestrutura e os dados;

XV - Incentivar a formação, o desenvolvimento e a capacitação técnica de recursos humanos em gestão de dados e informações.

Parágrafo único. As deliberações do comitê poderão ser submetidas ao CGD, em casos de conflitos não resolvidos no âmbito do CGDI ou em casos considerados estratégicos.

Art. 27. À presidência do comitê caberá:

I - organizar as reuniões do comitê e sua respectiva pauta; e

II - monitorar e reportar ao comitê a implementação de suas políticas, orientações e diretrizes.

Subseção III

Da Composição do CGDI

Art. 28. O Comitê de Governança de Dados e Informação - CGDI será presidido pelo representante da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação (SGETI) e contará com a participação de membros titulares ou suplentes, representantes das unidades internas do MInfra referidas nos itens I a XI deste artigo, bem como com a participação facultativa de membros titulares ou suplentes, representantes das entidades vinculadas referidas nos inciso XII a XXVII desde artigo, a seguir especificados:

I - Gabinete do Ministro;

II - Corregedoria - CORREG;

III - Consultoria Jurídica - CONJUR;

IV - Assessoria Especial de Comunicação - AESCOM;

V - Assessoria Especial de Controle Interno - AECI;

VI - Ouvidoria - OUV;

VII - Secretaria Executiva - SE;

VIII - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA;

IX - Subsecretaria de Conformidade e Integridade - SCI;

X - Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI;

XI - Subsecretaria de Sustentabilidade - SUST;

XII - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

XIII - VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A - VALEC;

XIV - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

XV - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

XVI - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

XVII - Empresa de Planejamento e Logística - EPL;

XVIII - Companhia Docas do Ceará - CDC;

XIX - Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ;

XX - Companhia Docas da Bahia - CODEBA;

XXI - Companhia Docas do Pará - CDP;

XXII - Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN;

XXIII - Autoridade Portuária de Santos (Santos Port Authority-SPA);

XXIV - Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias - SFPP;

XXV - Secretaria Nacional de Transportes Terrestres - SNTT;

XXVI - Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC; e

XXVII - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA.

§ 1º Os representantes titular e suplente serão indicados pelos dirigentes das respectivas unidades do Ministério da Infraestrutura.

§ 2º Os membros do CGDI, titulares e suplentes, devem ser ocupantes de cargo DAS ou FCPE igual ou superior ao nível 4 ou equivalente, com conhecimento:

I - sobre os dados e as informações que são produzidos na unidade;

II - sobre os sistemas informacionais das unidades;

III - em Transformação Digital; e

IV - em integrações de dados.

§ 3º Os membros do CGDI indicados, titulares e suplentes, deverão possuir capacidade decisória para representar a unidade.

§ 4º O comitê contará com o apoio técnico e administrativo da Coordenação de Governança de Dados e Informação (CODIN/CGIT/SGETI).

Subseção IV

Do Funcionamento do Comitê

Art. 29. O CGDI poderá instituir grupos de trabalho para o desenvolvimento de estudos temáticos ou para execução de atividades decorrentes de suas deliberações.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho:

I - serão instituídos e compostos por ato do comitê;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão duração de no máximo 12 meses; e

IV - estão limitados a quatro operando simultaneamente.

Parágrafo único. O CGDI poderá convidar especialistas para participar dos grupos de trabalho e de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 30. Caberá ao CGDI constituir grupo de trabalho para elaboração do plano de dados abertos (PDA) e designar o responsável por sua coordenação dentre os integrantes do grupo.

Art. 31. O CGDI reunir-se-á:

I - anualmente, para elaborar o plano de ação da governança de dados;

II - extraordinariamente, convocado pelo presidente.

§ 1º As decisões do CGDI serão tomadas por maioria simples dos votos de seus membros, presente a maioria absoluta.

§ 2º As reuniões do CGDI devem ser realizadas, preferencialmente, por videoconferência, quando houver participação de servidores lotados em localidade diversa da sede do MInfra.

Art. 32. A participação no comitê e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO III

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GSI)

Seção I

COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - CSI

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 33. O Comitê de Segurança da Informação - CSI dispõe sobre as medidas para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação nos ambientes convencionais e de tecnologia da informação do Ministério.

Parágrafo único. O gestor de segurança da informação e comunicações, indicado pela Secretaria Executiva do Ministério da Infraestrutura, deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 34. O Comitê de Segurança da Informação tem as seguintes atribuições:

I - assessorar na implementação das ações de segurança da informação;

II - propor à autoridade competente a formação de grupo de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação, observados os seguintes aspectos:

a) limitado ao número máximo de seus membros;

b) caráter temporário e duração não superior a um ano; e

c) fixação de número máximo de até 4 (quatro) subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

III - propor alterações na política de segurança da informação interna;

IV - propor normas internas relativas à segurança da informação;

V - instituir a equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança.

Subseção II

Composição do Comitê

Art. 35. O Comitê de Segurança da Informação terá a seguinte composição:

I - um gestor de segurança da informação e comunicações, indicado pela Secretaria Executiva, que o coordenará;

II - um representante indicado pela Secretaria Executiva;

III - um representante indicado pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários;

IV - um representante indicado pela Secretaria Nacional de Aviação Civil;

V - um representante indicado pela Secretaria Nacional de Transportes Terrestres;

VI - um representante indicado pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias; e

VII - o titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, que atuará como substituto nas faltas e impedimentos do gestor.

§ 1º Os membros do Comitê de Segurança da Informação deverão ocupar cargo em comissão ou função de confiança de nível 5 ou superior do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores ou equivalente.

§ 2º Os membros titulares do comitê serão substituídos pelos respectivos substitutos legais, em suas ausências ou impedimentos.

§ 3º A participação no comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 4º O Comitê de Segurança da Informação se reunirá sempre que houver a necessidade de definição e/ou revisão de procedimentos e normas, bem como a critério do Subsecretario de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação.

§ 5º As deliberações do comitê serão aprovadas pela maioria simples dos membros presentes e o gestor do comitê, além do voto regular, terá o voto de desempate.

Art. 36. O comitê contará com o auxílio de um (a) secretário (a) para apoiar os trabalhos administrativos, indicado (a) pelo gestor.

Parágrafo único. As matérias somente serão apreciadas com quórum da maioria simples dos presentes, sendo que, em casos de empate, o voto de qualidade caberá ao gestor de segurança da informação e comunicações ou, na sua falta, ao seu substituto.

Subseção III

Reuniões do Comitê

Art. 37. O CSI reunir-se-á, em caráter ordinário, semestralmente, e, em caráter extraordinário, por convocação do seu presidente ou por solicitação de no mínimo 2 (dois) de seus membros, sendo necessário quórum da maioria absoluta de seus membros para a realização da reunião.

Parágrafo único. Nos casos de membros que estiverem em entes federativos diversos, os mesmos deverão participar das reuniões do comitê através de videoconferência, exceto na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência e desde que comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para gastos com diárias e passagens.

Subseção IV

Gestor de Segurança da Informação e Comunicações

Art. 38. O gestor de segurança da informação e comunicações tem as seguintes atribuições:

I - assessorar na implementação das ações de segurança da informação;

II - promover a cultura de segurança da informação;

III - coordenar e executar as ações de segurança da informação e a correspondente gestão de riscos;

IV - conduzir a elaboração, atualização e implementação da Política de Segurança da Informação - POSIN;

V - propor normas relativas à POSIN;

VI - assegurar que sejam observadas e aplicadas, integralmente, as políticas e normas da POSIN vigentes;

VII - coordenar o Comitê de Segurança da Informação - CSI e a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança - ETIR;

VIII - propor à autoridade competente que sejam providos os meios necessários para a capacitação e o aperfeiçoamento técnico dos membros da ETIR;

IX - acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de quebras de segurança;

X - realizar e acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na POSIN;

XI - manter contato direto com o Departamento de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o trato de assuntos relativos à segurança da informação;

XII - coordenar as ações relacionadas com a gestão de continuidade de negócios; e

XIII - aplicar as ações corretivas e encaminhar à corregedoria comunicação para adoção das medidas disciplinares cabíveis nos casos de violação da segurança da informação.

Subseção V

Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança

Art. 39. A Equipe de Tratamento e Resposta a Incidente de Segurança da Informação - ETIR será composta preferencialmente por servidores públicos ocupantes de cargo público efetivo e deverá contar com pessoal com capacitação técnica compatível e capaz de apoiar as atividades de prevenção, de tratamento e de resposta a incidentes cibernéticos.

Art. 40. É obrigatória a publicação de documento de criação da ETIR, alinhado à presente POSIN e aos normativos, padrões e procedimentos técnicos exarados pelo CTIR Gov, e que deverá prever, entre outras, as seguintes atribuições:

I - monitorar o ambiente e recursos de TIC do Ministério, a fim de identificar possíveis incidentes de segurança da informação;

II - realizar a investigação do incidente de segurança da informação, propondo medidas de contenção;

III - assessorar o Comitê de Segurança da Informação - CSI na análise e tomada de decisões a respeito de situações resultantes de incidentes de segurança da informação;

IV - realizar a análise do incidente de segurança da informação, de forma a propor medidas para eliminar ou solucionar problemas que causaram o incidente;

V - recolher e preservar as evidências para subsidiar a forense digital;

VI - compor a rede de equipes formada pelos órgãos e entidades da administração pública federal, coordenada pelo Centro de Tratamento de Incidentes de Redes do Governo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

ANEXO IV

IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DA GOVERNANÇA DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC), DE DADOS E INFORMAÇÃO (GDI) E DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (GSI).

CAPÍTULO I

GOVERNANÇA DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (GTIC)

Seção I

Disposições Gerais

Art. 1º A governança da gestão de tecnologia da informação e comunicação do Ministério da Infraestrutura tem como finalidade definir os objetivos, os princípios e as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos e unidades internas que o compõem, bem como por suas entidades vinculadas, no que couber, conforme o previsto no § 1º do art. 2º do Anexo II desta Portaria.

Art. 2º São objetivos da governança da gestão de tecnologia da informação e comunicação do MInfra, em consonância com a Estratégia de Governo Digital (EGD) e com o plano estratégico vigentes:

I - proporcionar maior eficiência e competitividade do setor por meio da utilização de tecnologia para eliminação de entraves e simplificação às empresas do setor nos processos de outorga, autorizações, anuências, licenças e certificações;

II - reduzir os custos de transação dos cidadãos e das entidades que utilizam os serviços públicos do setor de transporte e trânsito;

III - reduzir custos e aumentar a eficiência do setor público por meio da adoção de tecnologias para automatizar e simplificar processos;

IV - facilitar ao cidadão o acesso aos serviços públicos do setor, disponibilizando canais e serviços digitais integrados, simples e intuitivos;

V - promover a transparência, o compartilhamento e o acesso seguros a dados e informações, com garantia de privacidade, com vistas a potencializar o controle e a participação social, a pesquisa científica e a geração de novos negócios;

VI - conferir ao Ministério da Infraestrutura e às suas entidades vinculadas, quando for o caso, maior capacidade para transformar os serviços e processos analógicos em digitais;

VII - promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços;

VIII - potencializar o uso de tecnologias emergentes;

IX - promover a prestação de serviços inteligentes e personalizados aos cidadãos; e

X - estabelecer o modelo de governança dos serviços digitais prestados pelo MInfra.

Art. 3º A governança de gestão da tecnologia da informação e comunicação do MINFRA será regida pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - visão centrada na perspectiva do cidadão e das empresas usuárias dos serviços de transportes e trânsito;

II - portal de serviços do governo federal como catálogo central de todos os serviços do setor;

III - monitoramento e a avaliação contínua dos serviços do setor;

IV - simplificação dos serviços prestados e eliminação, quando possível, de formalidades e exigências desnecessárias ou superpostas;

V - ação integrada dos órgãos envolvidos na cadeia de serviços do setor;

VI - desenvolvimento dos serviços com foco na melhoria da experiência do cidadão;

VII - melhoria da qualidade e disponibilidade de dados e informações para apoiar a formulação e avaliação das políticas públicas;

VIII - racionalização dos gastos públicos;

IX - interoperabilidade para eficiência;

X - garantia da proteção de dados pessoais; e

XI - redução e mitigação de riscos da gestão das informações.

Seção II

Definições

Art. 4º Para fins do disposto nesta Portaria, no âmbito da Governança de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação do MINFRA, considera-se:

I - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PDTIC: instrumento gestão da tecnologia de informação envolvendo diagnóstico, planejamento, abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de informações, infraestrutura e pessoal para atender às necessidades de informação com ações estratégicas, táticas e operacionais necessárias à Instituição;

II - PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PAC-TIC: instrumento que consolida todas as contratações de tecnologia da informação que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente, independentemente do objeto a ser contratado;

III - ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL: conjunto de princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos;

IV - TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: processo de aprimoramento do desempenho da administração pública, por meio do uso da tecnologia, trazendo serviços mais acessíveis, modernos e menos onerosos ao cidadão, bem como promovendo maior transparência aos dados públicos;

V - PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL - PTD: instrumento de planejamento que dispõe sobre ações de transformação digital de serviços, unificação de canais digitais e interoperabilidade de sistemas;

VI - INTEROPERABILIDADE: capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar), de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente. É o processo de comunicação de dois ou mais sistemas sem a geração de uma dependência tecnológica entre os mesmos;

VII - SERVIÇOS PÚBLICOS: são aqueles que precisam que o usuário realize ações específicas e interaja com o órgão para que seja prestado. O serviço deve seguir um processo padrão, atender a cada usuário de forma individualizada, começar com um objetivo do usuário e terminar quando este ou atinge este objetivo ou é informado, de forma final, de que ele não pode obter aquele serviço;

VIII - SERVIÇO PÚBLICO DIGITAL: serviço público cuja prestação ocorra por meio eletrônico, sem a necessidade de atendimento presencial;

IX - ESTEIRA DE DESENVOLVIMENTO - processo estabelecido pela unidade de TICs capaz de produzir soluções para determinados tipos de demandas de tecnologia; e

X - USUÁRIO: todo aquele membro da sociedade que possa ser individualizado e tratado como uma entidade única, como uma pessoa, uma empresa, uma organização pública ou privada, uma comunidade ou até mesmo um ente da federação.

Art. 5º São estruturas de governança da gestão de tecnologia da informação e comunicação do Ministério da Infraestrutura:

I - comitê de governança digital ou estrutura equivalente, devendo ser instituído no âmbito do MInfra e em cada entidade vinculada integrante do SISP, conforme previsto no art. 2° do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020;

II - comitê setorial de infraestrutura do SISP, coordenado pelo MInfra, com participação dos responsáveis pelo SISP das entidades vinculadas integrantes do SISP.

Parágrafo único. O respectivo funcionamento das estruturas de que trata o caput estão definidos no Anexo III desta Portaria.

Seção III

Atores envolvidos na governança de TIC

Art. 6º São atores envolvidos na governança de gestão da tecnologia da informação e comunicação do MInfra:

I - titular do órgão setorial do SISP do Ministério, conforme decreto que aprova estrutura regimental do Ministério;

II - titulares dos órgãos seccionais do SISP no âmbito do Ministério, representados pelos chefes das unidades de administração dos recursos de Tecnologia da Informação das autarquias e das fundações públicas, vinculadas ao Ministério;

III - titulares dos órgãos correlatos do SISP no âmbito do Ministério, representado pelos chefes das unidades desconcentradas e formalmente constituídas de administração dos recursos de tecnologia da informação nos órgãos setoriais e seccionais;

IV - representantes das unidades do Comitê de Governança Digital, conforme descrito no Anexo III, Capítulo I, desta Portaria;

V - gestores demandantes das áreas de negócio que são titulares das unidades aprovadores da execução de soluções de TIC, necessárias ao desenvolvimento de suas atribuições. No âmbito da administração central do Ministério, devem ser ocupantes de cargo em comissão de, no mínimo, DAS 4 ou equivalente;

VI - ponto focal para atividades de relacionamento, designado pela unidade de negócio da Administração Central do Ministério para tratar das demandas da área;

VII - unidade de relacionamento de TIC, representante da estrutura do órgão Setorial do SISP para recepção e tratamento de demandas;

VIII - unidades técnicas de TIC, áreas especializadas nos diversos temas técnicos de TIC, subordinadas ao órgão Setorial do SISP;

IX - responsável da área de negócio pelo produto, representante indicado pela área de negócio para compor a equipe de desenvolvimento ágil das soluções de TICs;

X - gestor do plano de transformação digital, designado pelo MInfra e por cada unidade vinculada para coordenar a elaboração e o monitoramento do Plano no seu âmbito. No MInfra, será exercido pelo titular da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação - SGETI, vinculada à Secretaria Executiva/MINFRA, ou substituto por ele designado;

XI - representante da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República - SEME/PR, para fins de monitoramento da execução do plano;

XII - representante da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia - SGD/ME, para fins de monitoramento da execução do plano;

XIII - gestor do portfólio de serviços digitais do MInfra, exercido pelo titular do cargo de coordenador-geral, ou substituto por ele designado, da Coordenação-Geral de Inovação e Transformação de Serviços;

XIV - gestor do portfólio de serviços da vinculada, designado por autoridade competente da unidade para essa função;

XV - gestor do serviço, exercido pelo titular da unidade organizacional, responsável pela coordenação do processo executado para a prestação do serviço;

XVI - patrocinador de projetos de transformação digital, exercido por autoridade de nível mínimo de DAS 5 ou equivalente; e

XVII - gerente de projeto, exercido por servidor que gerencia projeto finalístico ou estruturante do portfólio de projetos dos programas de transformação digital.

Seção IV

Papéis e Responsabilidades na Governança de TIC

Art. 7º Os papéis e responsabilidades dos titulares do órgão setorial, seccional e correlato do SISP do Ministério estão definidos no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.

Art. 8º Os representantes das unidades do Comitê de Governança Digital, terão seus papéis e responsabilidades descritos no Anexo III, Capítulo I, desta Portaria;

Art. 9º Aos gestores demandantes das áreas de negócio incumbem:

I - indicar ponto focal para atividades de relacionamento de TICs;

II - definir as demandas da área de negócio;

III - aprovar demandas no âmbito do CGD;

IV - atuar para resolver problemas e mitigar riscos associados ao processamento das demandas, associados à sua esfera de decisão;

Art. 10. Ao ponto focal para atividades de relacionamento de TIC incumbe:

I - concentrar o levantamento e registro das demandas das unidades de negócio para fins de elaboração do PDTIC e PAC-TIC.

Art. 11. Ao Responsável da área de negócio pelo Produto cabe acompanhar as diversas etapas do desenvolvimento ágil das soluções demandadas, tomando decisões de negócio necessárias.

Art. 12. À unidade de relacionamento de TIC incumbe:

I - receber e dar primeiro tratamento as demandas de TIC;

II - propor as áreas de negócio soluções acerca das demandas;

III - convocar as unidades técnicas de TIC necessárias para definição das esteiras de desenvolvimento das demandas;

IV - aplicar metodologia de priorização das demandas e alinhar expectativas com a área demandante;

V - acompanhar o status das demandas mantendo as áreas demandantes informadas

VI - atuar para resolver ou escalar problemas e/ou ações para mitigação de riscos que impactem a qualidade ou o cumprimento dos prazos acordados das demandas em tratamento.

Art. 13. Às unidades técnicas de TIC, incumbem:

I - prestar consultoria técnica às áreas de negócio no contexto do tratamento de demandas recebidas pela unidade de relacionamento de TICs, visando à definição da esteira de desenvolvimento;

II - planejamento, desenvolvimento, execução e monitoramento das demandas aprovadas e priorizadas;

III - a especificação de recursos, a implementação, a disseminação e o incentivo ao uso de soluções de tecnologia;

IV - a orientação e o suporte aos usuários na instalação, na configuração e no uso de equipamentos e na utilização de sistemas, aplicativos e serviços na área de tecnologia;

V - o desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia;

VI - a operação e a manutenção ininterrupta das centrais de comunicações, de atendimento e de informações no âmbito do Ministério da Infraestrutura; e

VII - atuar para resolver ou escalar problemas e/ou ações para mitigação de riscos que impactem a qualidade ou o cumprimento dos prazos acordados das demandas em tratamento, informando à unidade de relacionamento de TIC a respeito de questões que fujam da sua alçada de atuação.

Art. 14. Ao gestor do plano de transformação digital incumbe:

I - conduzir o processo de elaboração do Plano de Transformação Digital no respectivo órgão de atuação;

II - coordenar a implementação do Plano;

III - monitorar e avaliar continuamente a execução do Plano, bem como propor ao Comitê de Governança Digital, as respectivas ações de melhoria e repactuações de metas e ações; e

IV - realizar a interlocução em nível estratégico, com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Presidência da República (SEME/PR).

Art. 15. Ao gestor do portfólio de serviços digitais incumbe:

I - promover a atualização contínua do catálogo de serviços do MInfra e entidades vinculadas integrantes do SISP no portal de serviços do Governo Federal;

II - orientar os gestores de portfólio de serviços das entidades vinculadas integrantes do SISP quanto ao modelo de governança de serviços do MInfra;

III - monitorar e avaliar a qualidade dos serviços do MInfra e vinculadas;

IV - reportar ao gestor do plano de TD do MInfra, inconsistências nos serviços digitais prestados e atuar para que sejam saneadas;

V - definir e acompanhar as métricas de interesse estratégico referentes a serviços digitais;

VI - dar publicidade às métricas de desempenho dos serviços digitais prestados pelo MInfra;

VII - propor e apoiar tecnicamente as melhorias necessárias aos processos considerando a experiência do usuário na prestação de serviços do MInfra; e

VIII - realizar a interlocução, em nível tático e operacional, com os demais atores de que trata o art. 7º, para promover a melhoria contínua dos serviços.

Art. 16. Ao gestor do portfólio de serviços das entidades vinculadas integrantes do SISP cabe:

I - conduzir revisões periódicas do portfólio de serviços no seu âmbito de atuação;

II - prover acesso e treinamento aos gestores dos serviços quanto ao uso do portal de serviços do Governo Federal;

III - coordenar e definir o fluxo de informações sobre serviços, no que se refere à compatibilidade entre conteúdo do site da vinculada e o portal de serviços do Governo Federal;

IV - definir e acompanhar as métricas de interesse estratégico referentes a serviços;

V - coordenar a publicização das métricas de desempenho dos serviços prestados pela vinculada; e

VI - ser o ponto de contato com outras instâncias do Governo Federal no que se refere à integração de iniciativas com impacto na gestão de serviços.

Art. 17. Ao Gestor do Serviço incumbe:

I - atualizar a situação cadastral dos respectivos serviços no portal de serviços do Governo Federal;

II - implementar melhorias aos processos e serviços; e

III - comunicar os avanços das ações ao respectivo gestor do portfólio de serviços digitais.

Art. 18. Os papéis e as responsabilidades dos patrocinadores e gerentes de projeto de transformação digital será definido pelo escritório de projetos corporativo.

Seção V

Instrumentos de Planejamento em gestão de TIC

Art. 19. São instrumentos de planejamento da Governança de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação:

I - plano de transformação digital (PTD);

II - plano diretor de tecnologia da informação e comunicação (PDTIC);

III - plano anual de contratações de tecnologia da informação (PAC-TIC);

§ 1º O PTD será:

I - elaborado pelo MInfra e, opcionalmente, por cada entidade vinculada integrante do SISP, sendo que destas entidades, as que não elaborarem o próprio PTD, poderão contribuir com ações para o PTD do Ministério;

II - aprovado pelo respectivo Comitê de Governança Digital - CGD e pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia (ME).

§ 2º O PDTIC será elaborado pelo MInfra e por cada entidade vinculada integrante do SISP e aprovado pelo respectivo CGD.

Seção VI

Monitoramento e da Avaliação dos Planos

Art. 20. A estratégia de monitoramento e avaliação dos planos de transformação digital será setorial e integrada entre o MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP, compreendendo, no mínimo:

I - definição de indicadores, metas e projetos nos respectivos Planos;

II - prestação de informações sobre a execução dos respectivos planos de forma sistemática e regular;

III - reuniões periódicas de acompanhamento.

§ 1º O gestor do PTD do MInfra ficará responsável por consolidar as informações dos planos das entidades vinculadas integrantes do SISP em nível setorial.

§ 2º Os gestores dos PTDs das entidades vinculadas integrantes do SISP enviarão as informações sobre execução dos respectivos planos conforme periodicidade e modelo definido pela SEME/PR e pelo gestor do PTD do MInfra.

§ 3º Reuniões de acompanhamento dos PTDs setoriais poderão ser convocadas pela SEME/PR ou pelo Gestor do PTD do MInfra, devendo ser atendidas pelo Gestor do PTD das entidades vinculadas integrantes do SISP, com participação opcional dos gerentes de projetos ou outros indicados pela unidade.

Art. 21. Os planos de transformação digital (PTD) deverão conter metas, ações e iniciativas alinhados aos objetivos dispostos no art. 2º desta política e que contribuam para o cumprimento dos prazos previstos nas iniciativas da EGD e do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que dependam de ação do MInfra e de suas entidades vinculadas integrantes do SISP.

Art.22. O monitoramento, avaliação e alinhamento de iniciativas, ações e projetos estratégicos aos objetivos constantes do PTD, são organizados em quatro eixos temáticos e um estruturante - são eles:

I - trânsito: refere-se aos serviços relacionados a veículos, habilitações, infrações e educação no trânsito;

II - operações de transporte: refere-se aos serviços relacionados a cada operação de transporte de cargas e passageiros em seus diversos modais ou na modalidade multimodal;

III - outorgas e certificações: refere-se aos serviços de solicitação, alteração de outorgas, autorizações, licenças e certificações necessários para operar ou prestar serviços de trânsito ou infraestrutura de transportes;

IV - fomento: refere-se à solicitação de aprovação de fomento a projetos de infraestrutura e pleito de financiamento com recursos dos fundos administrados pelo Ministério da Infraestrutura.

V - estruturante refere-se às ações estruturais que deverão suportar e impulsionar o processo de transformação no Ministério da Infraestrutura e suas entidades vinculadas integrantes do SISP.

Parágrafo único. As iniciativas, as ações e os projetos de que tratam os incisos II e III poderão ser agrupadas por modo de transportes (aeroviário, aquaviário, rodoviário e ferroviário) para efeito de monitoramento e avaliação.

Art. 23. O monitoramento e avaliação dos planos diretores de tecnologia da informação e comunicação (PDTIC) do Ministério e das entidades vinculadas integrantes do SISP deve ser feito no mínimo anualmente e apresentado nas reuniões do respectivo Comitê de Governança Digital - CGD.

Seção VII

Disposições Transitórias

Art. 24. Os planos de transformação digital do MInfra e das entidades vinculadas integrantes do SISP deverão ser editados ou revisados, caso existam, no prazo de noventa dias a partir da publicação desta Portaria, em conformidade com o disposto nesta política.

CAPÍTULO II

GOVERNANÇA DE DADOS E INFORMAÇÃO - GDI

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. A governança de dados e informação do Ministério da Infraestrutura tem como finalidade definir os objetivos, os princípios e as diretrizes a serem observados por todas as Secretarias que o compõem, assim como, por suas entidades vinculadas integrantes do SISP da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Art. 26. São objetivos da governança de dados e informação:

I - assegurar a preservação da intimidade e privacidade das pessoas naturais, nos termos da lei;

II - assegurar a proteção dos dados pessoais e a preservação do sigilo das pessoas jurídicas, nos termos da lei;

III - assegurar a manutenção e constante aprimoramento dos requisitos de dados e informação sob responsabilidade ou coordenação do MInfra e suas entidades vinculadas integrantes do SISP;

IV - garantir, em quantidade, qualidade e tempestividade os insumos de dados e informações necessários ao cumprimento da missão institucional do MInfra;

V - promover a integração e a articulação entre as unidades que compõem o MInfra e entre estas e os demais Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para:

a) execução de políticas públicas orientadas por dados e informações;

b) racionalização do tratamento da informação, desde a geração primária até sua disseminação e uso;

VI - aprimorar a transparência pública do MInfra e assegurar o acesso aos dados e às informações públicas existentes, em formato aberto, permitida sua livre utilização, consumo e cruzamento;

VII - disponibilizar e compartilhar dados e informações que garantam a execução das políticas públicas no âmbito do MInfra;

VIII - promover a melhoria na execução dos serviços públicos digitais; e

IX - garantir a preservação e retenção da base de dados e informações do MInfra.

Parágrafo único. Esta política pode ser revista a qualquer tempo para atualizar seus termos em relação às constantes mudanças tecnológicas que afetam os dados e informações objeto de sua regulamentação.

Art. 27. A governança de dados e informação do MINFRA será regida pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e da participação social;

II - alinhamento com as diretrizes de gestão e preservação de documentos e informações, visando a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade, a interoperabilidade, a tempestividade, a disponibilidade, a qualidade, a acurácia, a validade, a completude, a consistência dos dados e, quando for o caso, a sua confidencialidade;

III - amplo compartilhamento de dados e demais ativos de informação, respeitadas as restrições legais;

IV - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicações de dados e informação;

V - utilização de soluções em nuvem nos casos em que houver justificativa técnica detalhando os riscos, a segurança, a governança, os requisitos dos sistemas, a infraestrutura e os dados;

VI - respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem das pessoas e instituições, nos termos da lei;

VII - adoção e aprimoramento dos requisitos de segurança da informação, comunicações, dados e informação em consonância com as diretrizes do Comitê de Segurança da Informação.

Art. 28. A estrutura de governança de dados e informação consistirá no comitê de governança de dados e informação (CGDI), que contará com a participação de representantes das entidades vinculadas integrantes do SISP, podendo estas instituírem estrutura equivalente no seu âmbito de atuação.

Parágrafo único. O respectivo funcionamento do CGDI está definido no Anexo III deste regulamento.

Seção II

Definições

Art. 29. Para fins do disposto nesta Portaria, no âmbito da governança de dados e informação, considera-se:

I - DADO: sequência de símbolos ou valores, representados em algum meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial;

II - INFORMAÇÃO: conjunto de dados organizados de tal forma que tenham valor ou significado em algum contexto;

III - DADOS ABERTOS: dados públicos representados em meio digital ou físico, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento;

IV - METADADO: informação que descreve características de determinado dado, explicando-o em certo contexto de uso;

V - PLANO DE DADOS ABERTOS - PDA: documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações;

VI - BASE DE DADOS: repositório de dados e informações relacionados a determinado tema ou finalidade e estruturados de maneira a permitir a sua consulta, atualização e outros tipos de operação processados por meios informáticos;

VII - DICIONÁRIO DE DADOS: compilação completa ou parcial dos metadados que contém categorização em ordem convencionada;

VIII - CATÁLOGO DE BASES DE DADOS: lista descritiva de todas as bases de dados do MInfra, com suas respectivas unidades gestoras e agentes de curadoria, bem como descrição da atividade, processo de trabalho, serviço público ou política pública a que a base de dados está associada;

IX - GESTOR DO DADO: unidade organizacional do Ministério ou unidade vinculada que responde pela gestão de uma base de dados, em decorrência de:

a) possuir interesse direto na utilização dos dados que compõem a base, para a execução de processos ou atividades da sua cadeia de valor;

b) possuir, preferencialmente, competência legal, normativa ou regimental pelo principal processo de trabalho relacionado à base de dados, cujo resultado está diretamente vinculado ao propósito do uso dessas informações na instituição;

X - PRECISÃO DOS DADOS: indicação se os dados estão com a granularidade suficiente;

XI - CUSTODIANTE DO DADOS: organização ou unidade responsável pela hospedagem física dos dados.

XII - GESTOR DA INFORMAÇÃO: unidade organizacional do Ministério ou unidade vinculada que responde pela gestão das informações.

Seção III

Atores em governança de dados e informação

Art. 30. São atores envolvidos na governança de dados e informação, do Ministério da Infraestrutura:

I - gestores de dados, exercido por unidade organizacional do Ministério ou entidades vinculadas integrantes do SISP responsável pela gestão da base de dados.

II - custodiantes de dados, exercido por unidade organizacional ou órgão que detém fisicamente a guarda da base de dados.

III - autoridade do plano de dados abertos, exercido pela autoridade designada nos termos do Art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011;

IV - gestores técnicos do plano de dados abertos da unidade de negócio do MInfra, exercido por servidores indicados por cada unidade de negócio do Ministério;

V - gestor da rede de analytics, exercido pelo coordenador de governança de dados e informação ou substituto por ele designado;

VI - gestores de informação, exercido por unidade organizacional do Ministério ou entidades vinculadas integrantes do SISP responsável pela gestão de informações.

Parágrafo único. O gestor do dado e gestor da informação poderá ser exercido pelo mesmo membro representante da unidade organizacional.

Seção IV

Papéis e Responsabilidades

Art. 31. Ao gestor do dado cabe:

I - autorizar o acesso e compartilhamento dos dados e metadados sob sua responsabilidade;

II - tomar decisão em relação à correção das inconsistências dos dados sob sua responsabilidade;

III - certificar que os recursos de dados estão de acordo com as necessidades do negócio garantindo a qualidade dos dados e os seus metadados.

IV - propor modelos conceituais de dados respeitando as regras e padrões da arquitetura corporativa de dados do MInfra.

V - garantir a validade e relevância dos modelos conceituais de dados sob sua responsabilidade.

VI - manter valores e significados dos dados de referência.

VII - identificar e atuar na resolução de problemas com os dados.

VIII - assegurar o cumprimento de regulamentos, políticas e padrões definidos pelo Comitê de Governança de Dados e Informação do MInfra.

IX - implementar e controlar ações para gerenciar riscos, proteger e garantir a qualidade dos dados.

X - supervisionar a administração de dados sob sua responsabilidade.

XI - controlar o acesso aos dados, e seus ativos como o processo de aprovações e revisão para solicitações de cópia de um banco de dados.

XII - conferir valor do negócio: assegura que seus dados atendam ao objetivo comercial pretendido.

Art. 32. Ao Gestor da Informação cabe:

I - mapear os fluxos formais de informação da área;

II - integrar as informações da sua unidade do Ministério e entidades vinculadas integrantes do SISP, no sentido de racionalizar o tratamento da informação, desde a geração primária até sua disseminação e uso;

III - prevenir o conflito e a redundância de informações geradas, tratadas e divulgadas pela Instituição;

IV - uniformizar os termos e conceitos de uso corrente no setor, visando a padronização da terminologia;

V - primar pela transparência, integridade, autenticidade, padronização, disponibilidade e conformidade das informações;

VI - assegurar o cumprimento de regulamentos, políticas e padrões definidos pelo Comitê de Governança de Dados e Informação do MInfra;

VII - implementar e controlar ações para gerenciar riscos, proteger e garantir a qualidade das informações; e

VIII - identificar e atuar na resolução de problemas com as informações.

Art.33. Ao Custodiante do Dado cabe o controle técnico dos dados, incluindo segurança, escalabilidade, gerenciamento de configuração, disponibilidade, precisão, consistência, trilha de auditoria, backup e restauração, padrões técnicos, políticas e implementação de regras de negócios.

Art.34. À Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) do MInfra, designada conforme previsto no art. 40 da Lei nº 12.527/2011, cabe:

I - assegurar a publicação e a atualização do plano de dados abertos;

II - orientar as unidades sobre o cumprimento das normas referentes a dados abertos;

III - assegurar o cumprimento das normas relativas à publicação de dados abertos, de forma eficiente e adequada;

IV - monitorar a implementação dos planos de dados abertos; e

V - apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento dos planos de dados abertos, com recomendações sobre as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento da política de dados abertos.

Art. 35. Ao gestor técnico do plano de dados abertos da unidade de negócio do MInfra cabe:

I - atuar junto à Autoridade de Monitoramento da LAI no MInfra, como ponto focal na prestação de informações periódicas da respectiva área de negócio sobre a implementação do PDA.

II - propor à Autoridade de Monitoramento da LAI no MInfra medidas para assegurar a implementação e o aperfeiçoamento dos Planos de Dados Abertos.

Art. 36. Ao Gestor da Rede de Analytics cabe:

I - identificar e alinhar as necessidades de informações locais e corporativas representando os interesses dos produtores e consumidores de dados das áreas de negócio;

II - apoiar tecnicamente as unidades e áreas do MInfra que atuam na geração e consolidação de informação estratégica;

III - desenvolver ações colaborativas na construção de soluções em análise de dados;

IV - promover a gestão do conhecimento em análise de dados.

Seção V

Instrumentos de Planejamento

Art. 37. São instrumentos de planejamento da governança de dados e informações no âmbito do MInfra:

I - plano de dados abertos (PDA); e

II - plano de ação de governança de dados do MInfra;

§ 1º O PDA será elaborado pelo MInfra e por cada entidade vinculada integrante do SISP e aprovado pelo respectivo comitê de governança digital.

§ 2º O plano de ação de governança de dados do MInfra será aprovado pelo CGDI.

§ 3º O MInfra, como órgão setorial do SISP, irá supervisionar a elaboração e a execução dos instrumentos de planejamento das entidades vinculadas integrantes do SISP.

§ 4º São documentos decorrentes dos incisos I e II:

I - catálogo de bases de dados;

II - catálogo de necessidade de dados e informações;

III - os dicionários das bases de dados.

Seção VI

Monitoramento e Avaliação dos Planos

Art. 38. A estratégia de monitoramento e avaliação dos planos de dados abertos e do plano de ação de governança de dados e informação será definida pelo Comitê de Governança de Dados e Informações do MInfra, em ato específico do CGDI.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - GSI

Seção I

Disposições Gerais

Art. 39. Constituem objetivos da Governança de Segurança da Informação:

I - estabelecer critérios, competências e responsabilidades para o manuseio, tratamento, controle e proteção de dados, informações e conhecimentos de forma a viabilizar sua disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, bem como a conformidade, padronização e normatização das atividades de gestão de segurança da informação e comunicações;

II - prover no MInfra um conjunto de instrumentos normativos e organizacionais que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações e comunicações no âmbito da pasta;

III - orientar e subsidiar a tomada de decisões institucionais que visem à efetividade das ações de segurança da informação e comunicações.

Art. 40. As diretrizes, normas e demais disposições da presente Governança de Segurança da Informação aplicam-se aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, ambientes e processos de trabalho, estabelecendo responsabilidades e obrigações a todos os agentes públicos e privados que atuam perante ao MInfra, incluindo servidores, empregados públicos, prestadores de serviço, colaboradores, estagiários, consultores, usuários externos e a outros que, de alguma forma, executem atividades vinculadas a este Ministério.

§ 1º Os contratos, convênios, acordos, termos e outros instrumentos congêneres celebrados pelo Ministério devem atender a esta Governança de Segurança da Informação.

§ 2º Para os fins do disposto nesta Portaria, a segurança da informação, informática e comunicações abrange:

I - segurança cibernética;

II - defesa cibernética;

III - segurança física e a proteção de dados organizacionais; e

IV - ações destinadas a assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação.

§ 3º Esta política também se aplica, no que couber, ao relacionamento do MInfra com outros órgãos e entidades públicos e privados.

Seção II

Princípios e Critérios

Art. 41. A Governança de Segurança da Informação deverá orientar a promoção de uma cultura organizacional de uso dos recursos de TIC, norteada pelos princípios da legalidade, publicidade, disponibilidade, integridade, autenticidade, segurança, privacidade, confidencialidade e ética.

Art. 42. As ações e iniciativas relacionadas com a Governança de Segurança da Informação deverão também observar os seguintes critérios:

I - prevalência da soberania nacional;

II - submissão às regras de conformidade legal e normativa dos procedimentos relacionados à segurança da informação e das comunicações;

III - utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicações estritamente para seu propósito institucional;

IV - integração aos objetivos estratégicos, processos de gestão, de planejamento e de execução do Ministério;

V - proteção de dados pessoais, a proteção da privacidade e acesso à informação sigilosa limitado a situações de necessidade do usuário, nos termos da legislação;

VI - intercâmbio científico e tecnológico relacionado à segurança da informação, entre os órgãos e as entidades da administração pública federal;

VII - articulação entre as ações de segurança cibernética, de defesa cibernética e de proteção de dados e ativos da informação;

VIII - cooperação entre os órgãos de investigação e os órgãos e as entidades públicas no processo de credenciamento de pessoas para acesso às informações sigilosas;

IX - integração e cooperação entre o poder público, o setor empresarial, a sociedade e as instituições acadêmicas;

X - cooperação internacional, no campo da segurança da informação;

XI - responsabilidade de todos do MInfra no tratamento da informação e no cumprimento das normas de segurança da informação;

XII - ciência por todos agentes públicos e colaboradores do MInfra das normas de segurança da informação, para o pleno desempenho de suas atribuições;

XIII - proporcionalidade do custo das ações de segurança da informação não devendo ser maior do que o valor do ativo da informação a ser protegido, salvo os casos formalmente analisados e justificados durante o processo de gestão de riscos de segurança da informação;

XIV - publicidade e transparência no trato das informações, observados os critérios legais e normativos vigentes aplicáveis ao MInfra;

XV - celeridade das ações de segurança da informação devendo oferecer respostas rápidas a incidentes e falhas; e

XVI - clareza das regras de segurança da informação que devem ser precisas, concisas e de fácil entendimento.

Seção III

Definições sobre Segurança da Informação

Art. 43. Para fins desta Portaria, considera-se:

I - ATIVO: qualquer coisa que tenha valor para a organização;

II - ATIVOS DE INFORMAÇÃO: meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação, os equipamentos necessários a isso, os sistemas utilizados para tal, os locais onde se encontram esses meios e também os recursos humanos que a eles têm acesso;

III - AUTENTICIDADE: propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade;

IV - COMITÊ DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: grupo de pessoas com a responsabilidade de assessorar a implementação das ações de segurança da informação no âmbito do órgão ou entidade da Administração Pública Federal - APF;

V - CONFIDENCIALIDADE: propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada a pessoa, a sistema, a órgão ou a entidade não autorizados nem credenciados;

VI - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO: Identificação de quais são os níveis de proteção que as informações demandam com estabelecimento de classes e formas de identificá-las, além de determinar os controles de proteção necessários a cada uma delas;

VII - DEFESA CIBERNÉTICA: ações realizadas no espaço cibernético, no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico, coordenado e integrado pelo Ministério da Defesa, com as finalidades de proteger os ativos de informação de interesse da defesa nacional, obter dados para a produção de conhecimento de inteligência e buscar superioridade sobre os sistemas de informação do oponente;

VIII - DISPONIBILIDADE: propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade devidamente autorizados;

IX - DESASTRE: evento, ação ou omissão, repentino e não planejado, que tenha permitido acesso não autorizado, interrupção ou mudança nas operações (inclusive pela tomada de controle), destruição, dano, deleção ou mudança da informação protegida, remoção ou limitação de uso da informação protegida ou ainda a apropriação, disseminação e publicação indevida de informação protegida de algum ativo de informação crítico ou de alguma atividade crítica, causando perda para toda ou parte da organização e gerando sérios impactos em sua capacidade de entre

X - EQUIPE DE TRATAMENTO E RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA EM REDES COMPUTACIONAIS (ETIR): grupo de pessoas com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores;

XI- FORENSE DIGITAL: aplicação da ciência da computação e procedimentos investigativos para a identificação, exame e análise de dados com a devida preservação da integridade da informação e mantendo uma estrita cadeia de custódia para os dados.

XII - GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES: servidor responsável pelas ações de segurança da informação, no âmbito do Ministério;

XIII - INCIDENTE DE SEGURANÇA: qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, relacionado à segurança dos sistemas de computação ou das redes de computadores;

XIV - INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e para transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XV - INFORMAÇÃO CLASSIFICADA: informação sigilosa em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada conforme procedimentos específicos de classificação estabelecidos na legislação vigente;

XVI - INFORMAÇÃO PESSOAL: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

XVII - INFORMAÇÃO SIGILOSA: informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo;

XVIII - INTEGRIDADE: propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

XIX - QUEBRA DE SEGURANÇA: ação ou omissão, intencional ou acidental, que resulta no comprometimento da segurança da informação;

XX - SEGURANÇA CIBERNÉTICA: ações voltadas para a segurança de operações, de forma a garantir que os sistemas de informação sejam capazes de resistir a eventos no espaço cibernético capazes de comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos dados armazenados, processados ou transmitidos e dos serviços que esses sistemas ofereçam ou tornem acessíveis;

XXI - SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;

XXII - TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO CLASSIFICADA: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização; acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

XXIII - CTIR GOV: centro de tratamento de resposta a incidentes Cibernéticos do Governo.

Seção IV

Estrutura de Gestão da Segurança e da Informação

Art. 44. A estrutura de gestão de segurança da informação do MInfra está descrita no Anexo III desta Portaria e compreende:

I - comitê de segurança da informação - CSI;

II - gestor de segurança da informação e comunicações; e

III - equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança - ETIR.

Seção V

Diretrizes da política de segurança da Informação

Subseção I

Tratamento da Informação

Art. 45. O Ministério deve estabelecer, gerir e avaliar critérios de classificação e tratamento da informação de acordo com o sigilo requerido, sensibilidade, relevância e criticidade, observando a legislação vigente.

Subseção II

Tratamento de Incidentes

Art. 46. Os incidentes de segurança da informação devem ser, em conformidade com a política de respostas a incidentes de segurança da informação, identificados, analisados, comunicados e tratados, em tempo hábil, de forma a impedir que evento adverso possa interferir na perfeita execução das atividades desenvolvidas pelo Ministério.

Subseção III

Gestão de Riscos em Segurança da Informação

Art. 47. gestão de riscos de segurança da informação deve identificar os riscos que possam comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade ou a autenticidade da informação, priorizando seu tratamento com base em critérios de aceitação de riscos compatíveis com os objetivos institucionais.

Subseção IV

Gestão de Continuidade

Art. 48. Ministério estabelecerá a gestão de continuidade do negócio a fim de minimizar os impactos decorrentes de eventos que causem a indisponibilidade sobre seus serviços, além de recuperar perdas de ativos de informação a um nível aceitável, por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação.

Subseção V

Auditoria e Conformidade

Art. 49. O cumprimento desta Política e de suas normas e procedimentos agregados devem ser auditados, periodicamente, como forma de identificar, corrigir e/ou prevenir situações inseguras para o Ministério.

Parágrafo único. A auditoria a que se refere o caput deverá ser procedida por meio de ação própria de unidade de TIC da estrutura organizacional do MInfra ou mediante contratação de prestação de serviço técnico especializado.

Art. 50. As atividades, produtos e serviços desenvolvidos no Ministério devem estar em conformidade com leis, regulamentos, resoluções, normas, estatutos e contratos jurídicos vigentes, zelando pela proteção da privacidade das informações pessoais, profissionais e de terceiros.

Subseção VI

Preservação de Evidências

Art. 51. Todo e qualquer ativo de informação que assim o permita deve ser configurado para armazenar registros históricos de eventos (Logs) em formato que permita a completa identificação dos fluxos de dados e das operações de seus utilizadores ou administradores.

§ 1º Os registros devem ser armazenados, sempre que possível, pelo período mínimo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de outros prazos previstos em normativos específicos.

§ 2º Os ativos de informação devem ser configurados de forma a armazenar seus registros de auditoria não apenas localmente, como também remotamente, por meio de tecnologia aplicável.

Subseção VII

Controle de Acesso

Art. 52. O controle de acesso à informação tem por objetivo garantir que o acesso físico e lógico à informação seja franqueado exclusivamente a pessoas autorizadas, com base nos requisitos de negócio e de segurança da informação.

§ 1º A informação é um patrimônio do órgão responsável pela sua produção e o seu acesso não garante direito sobre as mesmas, assim como não confere autoridade para liberar o acesso a outros;

§ 2º O acesso à informação é regulamentado por normas específicas e a confidencialidade dessa informação deve ser mantida durante todo o processo de uso, podendo ter níveis diferentes ao longo da sua vida útil;

§ 3º As credenciais de acesso (login e senha) são pessoais e intransferíveis e os recursos computacionais deverão ser utilizados em conformidade com regulamento específico.

§ 4º Todos os controles de acesso deverão estar de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LPGD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 5º Esta política deve estar alinhada com a Programa de Governança em Privacidade a ser instituída no âmbito do Ministério, de acordo com o art. 50, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que será definido pelo Ministério.

Subseção VIII

Gestão de Ativos

Art. 53. Os ativos de informação devem ter controles de segurança implementados independentemente do meio em que se encontram e deverão ser protegidos contra divulgação não autorizada, modificações, remoção ou destruição, de forma a evitar incidentes de segurança que possam danificar a imagem da instituição e interromper suas operações. Em relação aos ativos tecnológicos deve-se observar que:

I - o recebimento e a instalação de recursos computacionais, especialmente os softwares homologados, somente podem ser realizados por pessoal credenciado pela área de tecnologia da informação, sendo vedada a utilização de softwares não homologados por essa unidade;

II - a aquisição ou contratação de serviços relativos a recursos computacionais deve ser precedida de estudo e análise prévios, por parte da área de TI, bem como a inclusão de cláusulas contratuais de segurança e de trilhas de auditoria;

III - os recursos computacionais do Ministério não podem ser utilizados para:

a) constranger, assediar ou ameaçar qualquer pessoa;

b) tentar, permitir ou causar alteração ou destruição de ambientes operacionais, dados ou equipamentos de processamento ou comunicação;

c) proporcionar benefícios financeiros próprios ou de terceiros;

d) introduzir códigos maliciosos nos sistemas de informática;

e) divulgar ou comercializar produtos, itens ou serviços;

f) tentar ou interferir, sem autorização, em um sistema, programa ou serviço, sobrecarregá-lo ou, ainda, desativá-lo, inclusive aderindo ou cooperando com ataques, internos ou externos, de negação de serviços;

g) acessar indevidamente dados, sistemas ou redes, incluindo qualquer tentativa de investigar, examinar ou testar vulnerabilidades nos sistemas de informática, exceto quando autorizado pelo Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, com o objetivo de realizar a gestão dos recursos de tratamento de incidentes;

h) monitorar ou interceptar o tráfego de informações nos sistemas de tecnologia da informação;

i) violar medidas de segurança ou de autenticação;

j) fornecer informações a terceiros, sobre usuários ou serviços disponibilizados nos sistemas, exceto mediante autorização de autoridade competente;

k) o armazenamento ou o uso de jogos em computador; e

l) o entretenimento e acesso a sítios eletrônicos que não guardem relação com as necessidades do serviço ou com o exercício das atribuições dos cargos de agentes públicos e colaboradores, durante o período de expediente.

IV - as estações de trabalho que os servidores, colaboradores, consultores externos, estagiários e prestadores de serviços no Ministério utilizam são patrimônios do órgão, podendo ser acessadas por técnicos autorizados pela área de TIC para fins de manutenção e verificação de conformidades com a norma especifica para esse fim, sendo vedada sua utilização e armazenamento de arquivos para fins pessoais.

Subseção IX

Uso de E-mail

Art. 54. O usuário receberá um endereço de e-mail conforme preconiza a regra de formação de nomes para composição de endereços eletrônicos, de acordo com norma específica e os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING.

Parágrafo único. O uso do e-mail é único e exclusivo para fins de trabalho, vedado o uso para fins pessoais.

Subseção X

Acesso à Internet

Art. 55. O acesso à rede mundial de computadores, internet, deve ser monitorado e controlado por filtros de controle de acesso, visando evitar seu uso de forma abusiva e descontrolada.

Subseção XI

Penalidades

Art. 56. O descumprimento ou violação de itens desta Portaria acarretará a aplicação de sanções administrativas, civis e penais, de acordo com a legislação vigente, na forma do art. 116, inciso III, combinado com art. 129, ambos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Subseção XII

Competências e Responsabilidades

Art. 57. A alta administração deste Ministério é responsável por prover a orientação e o apoio necessários às ações de segurança da informação, de acordo com os objetivos estratégicos e com as leis e regulamentos pertinentes.

Art. 58. Compete à alta administração do MInfra exercer a governança da segurança da informação, especialmente na forma prevista pelo art. 17, do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018.

Art. 59. É de responsabilidade dos demais gestores zelar pelo cumprimento das diretrizes desta Política no âmbito de suas áreas de atuação.

Art. 60. Os servidores, os colaboradores, os consultores externos, os estagiários e os prestadores de serviço são responsáveis por observar o disposto nesta Política e comunicar os incidentes que afetam a segurança dos ativos de informação à Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes de Segurança.

Seção VI

Disposições finais sobre Segurança da Informação

Art. 61. As unidades do Ministério poderão propor normas complementares à presente política e submetê-las ao Comitê de Segurança da Informação - CSI.

Parágrafo único. Serão analisadas, ad referendum, do Comitê de Segurança da Informação - CSI, as normas estabelecidas em caráter extraordinário pelas unidades, dando celeridade ao processo até que ocorra a deliberação em definitivo deste comitê.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA CONTRAN Nº 210, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Mato Grosso.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007629/2021-91, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 1º de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 1º de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 12 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 29 de janeiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado de Mato Grosso deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 209, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007616/2021-12, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 22 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 22 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 18 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Rio de Janeiro deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 211, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amapá.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007631/2021-61, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Amapá.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Amapá;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Amapá; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Amapá.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 9 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 9 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 9 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 5 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 5 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Amapá deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 212, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007630/2021-16, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 26 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 26 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 11 de março de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado do Mato Grosso do Sul deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA CONTRAN Nº 213, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Paraíba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), "ad referendum" do Colegiado, no uso da competência que lhe conferem os incisos I e X do art. 12 e o art. 141, todos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e o inciso XII do art. 6º do ANEXO da Resolução CONTRAN nº 776, de 13 de junho de 2019, com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.007635/2021-49, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito, por força das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19 no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Esta Portaria se aplica:

I - aos condutores habilitados pelo órgão executivo de trânsito do Estado da Paraíba;

II - aos veículos registrados ou que venham a ser registrados junto ao órgão executivo de trânsito do Estado da Paraíba; e

III - às infrações de trânsito autuadas por órgãos executivos de trânsito ou rodoviário do Estado da Paraíba.

Art. 2º Ficam prorrogados por tempo indeterminado:

I - a data final para apresentação de defesa prévia e de indicação do condutor infrator encerrada desde 11 de março de 2021, para as notificações de autuação (NA) já enviadas;

II - a data final para apresentação de recurso encerrada desde 11 de março de 2021, para as notificações de penalidade (NP) expedidas;

III - a data final para apresentação de recursos em processos de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação encerrada desde 11 de março de 2021;

IV - o prazo para renovação das Carteiras Nacionais de Habilitação (CNH) e das Autorizações para Conduzir Ciclomotor (ACC) vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria;

V - o prazo de validade das ACC, Permissão Para Dirigir (PPD) e CNH vencidas desde 1º de março de 2020 e com vencimento a partir da data de publicação desta Portaria, para fins de fiscalização;

VI - o prazo para registro e licenciamento do veículo novo adquirido desde 24 de fevereiro de 2021; e

VII - o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 9 de fevereiro de 2021.

§ 1º Todas as informações contidas nos documentos de habilitação, inclusive os cursos especializados, permanecem válidas, nos termos do inciso V.

§ 2º O prazo a que se refere o inciso V também se aplica aos certificados de cursos especializados, quando não houver essa informação nos documentos de habilitação.

§ 3º Para fins de fiscalização, as medidas descritas neste artigo têm aplicação em âmbito nacional, devendo ser observadas por todos os órgãos integrantes do SNT.

Art. 3º Tão logo a situação que deu ensejo à prorrogação de prazos seja encerrada, o órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado da Paraíba deverá informar ao órgão máximo executivo de trânsito da União, que adotará as medidas necessárias à revogação desta Portaria.

Parágrafo único. No ato de revogação, será definido novo calendário para restabelecimento dos prazos prorrogados nos termos do art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RESOLUÇÃO Nº 614, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Revoga expressamente portarias ou Instruções de Aviação Civil tacitamente revogadas, caducadas e obsoletas editadas pelo extinto Departamento de Aviação Civil - DAC.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XLVI, da mencionada Lei e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta do processo nº 0058.031850/2020-46, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa, realizada em 23 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar expressamente as seguintes portarias e Instruções de Aviação Civil revogadas tacitamente, caducadas ou obsoletas, editadas pelo extinto Departamento de Aviação Civil - DAC:

I - Portaria nº 133/GM5, de 12 de junho de 1950, que trata de normas e métodos recomendados para unidades dimensionais a serem empregadas nas comunicações terra-ar. (Anexo 5 à Convenção de Chicago);

II - Portaria nº 67, de 27 de janeiro de 1951, que aprova emendas às normas e métodos recomendados para unidades dimenssionais a serem empregadas nas comunicações terra-ar :Anexo 5 à Convenção de Chicago;

III - Portaria nº 350/GM5, de 26 de setembro de 1951, que trata de normas e métodos recomendados sobre marcas de nacionalidade e de matrícula de aeronaves;

IV - Portaria nº 431/GM5, de 28 de agosto de 1956, que cancela a diferença feita pelo Brasil à norma 9-1 do Anexo 6 à Convenção de Aviação Civil Internacional;

V - Portaria s/n/GM5, de 13 de novembro de 1959 , que trata de instruções conjuntas sobre os aspectos básicos da profissão de aeronauta;

VI - Portaria nº 265, de 1962, que trata da jornada de trabalho dos aeroviários;

VII - Portaria nº 96/GM5, de 22 de outubro de 1968, que trata de transporte, por via aérea, de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias primas correlatas;

VIII - Portaria nº 15/GM5, de 23 de janeiro de 1969, que aprova as instruções relativas ao plano de padronização da contabilidade das empresas de transporte aéreo;

IX - Portaria nº 83/GM5, de 14 de novembro de 1969, que aprova instruções a serem observadas no processamento dos pedidos de funcionamento e de início de atividades técnicas de escolas de aviação civil;

X - Portaria nº 73/DAC, de 14 de junho de 1972, que trata do preenchimento de formulários pelas empresas que exploram serviços aéreos especializados;

XI - Portaria nº 143/DAC, de 21 de novembro de 1972, que regulamenta a composição de tripulação;

XII - Portaria nº 106/GM5, de 27 de dezembro de 1972, que aprova novas instruções para entrada e sobrevoo do território brasileiro por aeronaves civis estrangeiras não engajadas em transporte aéreo regular. (acompanha retificação);

XIII - Portaria nº 18/DAC, de 9 de fevereiro de 1973, que aprova o plano uniforme de contas para as empresas que exploram serviços aéreos especializados;

XIV - Portaria nº 92/DAC, de 18 de setembro de 1973, que trata da ampliação da ponte aérea Rio - Belo Horizonte - Brasília;

XV - Portaria nº 106/GM5, de 30 de outubro de 1973, que estabelece normas para obtenção de experiência para licença de piloto comercial;

XVI - Portaria nº 119/GM5, de 30 de novembro de 1973, que dispõe sobre a arrecadação de tarifas aeroportuárias por parte da Infraero e da Arsa;

XVIII - Portaria nº 113/DAC, de 22 de fevereiro de 1974, que autoriza a dispensa do navegador na composição das tripulações que executam os voos 814-815, 812-813, 896-897;

XIX - Portaria nº 51/GM5, de 12 de junho 1974, que estabelece normas para a obtenção de experiência para as licenças de piloto de helicóptero;

XVII - Portaria nº 216/DAC, de 1º de julho de 1974, que permite dispensa do rádio-operador de voo a bordo das aeronaves DC-3 de propriedade dos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul;

XX - Portaria nº 312/DAC, de 8 de outubro de 1974, que aprova instruções complementares para a execução de serviço aéreo não regular de carga na região amazônica;

XXI - Portaria nº 81/GM5, de 12 de agosto de 1975, que fixa os critérios para indenização das despesas realizadas pelo centro técnico aeroespacial, em atividades de homologação;

XXII - Portaria nº 136/DAC, de 22 de agosto de 1975, que aprova critérios para fixação dos preços mínimos de fretamento de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo;

XXIII - Portaria nº 25/DAC, de 8 de março de 1976, que estabelece diferenciais tarifários para os diversos tipos de aeronaves que operam no tráfego doméstico;

XXIV - Portaria nº 131/DAC, de 18 de novembro de 1976, que regulamenta o funcionamento atual das oficinas homologadas situadas no aeródromo de Manaus (AM) - Flores;

XXV - Portaria nº 148/DAC, de 29 de dezembro de 1976, que versa sobre o consumo de combustíveis pelas empresas de táxi aéreo, táxi aéreo individual e serviços aéreos especializados;

XXVI - Portaria nº 54/DAC, de 8 de junho de 1977, que dispõe sobre o embarque do passageiro, do transporte aéreo, entre pontos do território nacional;

XXVII - Portaria nº 9/DGAC, 26 de janeiro de 1978, que estabelece critérios na aplicação de multas a empresas de serviços aéreos de transporte regular e/ou regional;

XXVIII - Portaria nº 849/GM5, de 18 de julho de 1979, que dispõe sobre a autorização para transporte, em aeronaves civis, de armas, munições, apetrechos, artigos pirotécnicos, pólvoras, explosivos e seus elementos e acessórios, produtos químicos básicos e agressivos e/ou restritos;

XXIX - Portaria nº 644/GM5, de 21 de maio de 1980, que estabelece normas para o abastecimento de aeronaves na execução de serviços aéreos internacionais, regular ou não regular, e dá outras providências;

XXX - Portaria nº 87/COTAC, de 23 de junho de 1980, que dispõe sobre a tramitação de pedido de importação de aeronave na COTAC;

XXXI - Portaria nº 1.019/GM5, de 27 de agosto de 1980, que aprova as instruções para a concessão, autorização de construção, homologação, registro, operação, manutenção e exploração de aeródromos civis e aeroportos brasileiros e determina outras providências;

XXXII - Portaria nº 203/DGAC, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a operação de empresas brasileiras de serviços aéreos internacionais não regulares de carga;

XXXIII - Portaria nº 50/SOP, de 18 de março de 1981, que estabelece normas para a cobrança da tarifa de embarque, nos bilhetes de passagens, emitidas pelas empresas de transporte aéreo regular, regional, doméstico e internacional;

XXXIV - Portaria nº 462/GM5, de 28 de abril de 1981, que regulamenta o transporte de malas diplomáticas de correspondência especial em aeronaves comerciais brasileiras engajadas no tráfego internacional;

XXXV - Portaria nº 215, de 16 de novembro de 1981, que aprova Instruções que regulam a utilização eventual de pistas de táxi para pouso e decolagens;

XXXVI - Portaria nº 24/STE, de 11 de fevereiro de 1982, que regulamenta o voo de asa delta;

XXXVII - Portaria nº 33/SPL, de 22 de fevereiro de 1983, que dispõe sobre serviços de transporte aéreo não regular, serviços de táxi aéreo e serviços aéreos especializados;

XXXVIII - Portaria nº 206, de 4 de novembro de 1983, que regulamenta o transporte aéreo de carga para o Setor Nacional para efeito tarifário;

XXXIX - Portaria nº 249/SOP, de 19 de dezembro de 1983, que ativa a seção de normas e análises de contratos (4 op1) na divisão de tarifas aeroportuárias do Subdepartamento de Operações do DAC;

XL - Portaria nº 35, de 13 de fevereiro de 1984, que aprova as instruções reguladoras para autorização de funcionamento das empresas que pretendam explorar os serviços aéreos especializados e dá outras providências;

XLI - Portaria nº 803/GM5, de 8 de junho de 1984, que disciplina o transporte de carga aérea com obrigatoriedade de bandeira e dá outras providências;

XLII - Portaria nº 202/SPL, de 20 de agosto de 1984, que estabelece condições de operação em aeroportos da terminal de São Paulo;

XLIII - Portaria nº 276/DGAC, de 19 de novembro de 1984, que estabelece condições operacionais do Aeroporto de Congonhas (SP);

XLIV - Portaria nº 1.694/GM5, de 28 de novembro de 1984, que disciplina a execução dos serviços regulares dos transportes aéreos estrangeiros que operam no Brasil;

XLV - Portaria nº 225, de 21 de junho de 1985, que aprova instruções sobre efetivação de IAC - Sobrevoo do território brasileiro por aeronaves civis estrangeiras em voos não remunerados;

XLVI - Portaria nº 4, de 9 de agosto de 1985, que aprova instruções sobre efetivação de IAC - Instruções referentes à concessão da qualificação de operação ILS CAT II para pilotos;

XLVII - Portaria nº 5, de 9 de agosto de 1985, que aprova instruções sobre efetivação de IAC - Designadores para aeronaves que requerem qualificação de tipo;

XLVIII - Portaria nº 359, de 17 de dezembro de 1985, que aprova instruções sobre efetivação de IAC (Instrução de Aviação Civil);

XLIX - Portaria nº 371, de 30 de dezembro de 1985, que aprova instruções sobre efetivação de IAC - Dados estatóisticos do transporte aéreo regional;

L - Portaria nº 46, de 13 de fevereiro de 1986, que aprova instrução sobre efetivação de IAC - Comissário de Voo;

LI - Portaria nº 123, de 17 de março de 1986, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LII - Portaria nº 232/DGAC, de 11 de junho de 1986, que dispõe sobre o seguro de aeronave pública-instrução;

LIII - Portaria nº 286, de 21 de julho de 1986, que dispõe sobre efetivação de IAC - 2310-0786;

LIV - Portaria nº 287, de 21 de julho de 1986, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LV - Portaria nº 306, de 30 de julho de 1986, que aprova instruções sobre efetivação de IAC (Instrução de Aviação Civil) - utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos e facilidades dos aeroportos administrados diretamente pelo Ministério da Aeronáutica;

LVI - Portaria nº 316, de 4 de agosto de 1986, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LVII - Portaria nº 348/SPL/31 de agosto de 1986, que estabelece áreas preferenciais para fumantes e não fumantes na ponte aérea Rio-São Paulo;

LVIII - Portaria nº 361, de 8 de setembro de 1986, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LIX - Portaria nº 400, de 14 de outubro de 1986, que aprova efetivação de IAC - Dados da aeronave / termo de responsabilidade;

LX - Portaria nº 464, de 7 de novembro de 1986, que aprova efetivação de IAC - registro de horas de voo;

LXI - Portaria Interministerial nº 11/MA-MT, de 8 de janeiro de 1987, que estabelece que as empresas aéreas continuem a ser autorizadas pelo Departamento de Aviação Civil, do Ministério da Aeronáutica, a operar no transporte intermodal de carga utilizada em contêiner;

LXII - Portaria nº 437, de 9 de novembro de 1987 , que dispõe sobre efetivação de IAC - dados estatísticos transporte aéreo;

LXIII - Portaria nº 3, de 6 de janeiro de 1988, que dispõe sobre efetivação de IAC, que aprova notificação de falhas, mau funcionamento e defeitos de aeronaves em operação no país;

LXIV - Portaria nº 15, de 15 de janeiro de 1988, que aprova efetivação de IAC, que alterações de voos;

LXV - Portaria nº 441/GM5, de 8 de julho de 1988, que institui o sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro;

LXVI - Portaria nº 250, de 29 de julho de 1988, que aprova a IAC que trata de operações de alcance prolongado com aviões bimotores à reação (ETOPS);

LXVII - Portaria nº 308, de 5 de setembro de 1988, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LXVIII - Portaria nº 309, de 5 de setembro de 1988, que aprova a IAC que dispõe sobre o fumo a bordo das aeronaves civis;

LXIX - Portaria nº 310, de 5 de setembro de 1988, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LXX - Portaria nº 394, de 16 de novembro de 1988, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LXXI - Portaria nº 395, de 16 de novembro de 1988, que dispõe sobre efetivação de IAC;

LXXII - Portaria nº 396/SPL, de 16 de novembro de 1988, que regulamenta o art. 281 do Código Brasileiro de Aeronáutica, que dispõe sobre os seguros de responsabilidade civil;

LXXIII - Portaria nº 428, de 12 de dezembro de 1988, que aprova a norma que disciplina operações de aviação agrícola;

LXXIV - Portaria nº 100, de 6 de abril de 1989, que aprova a Emenda 121-01 que introduz alterações e correções na NSMA 58-121 aprovada pela Portaria nº 252/DGAC, de 29 de julho de 1988;

LXXV - Portaria nº 184, de 26 de junho de 1989, que dispõe sobre efetivação de IAC -Aeródromos transitórios;

LXXVI - Portaria nº 48/DGAC, de 16 de fevereiro de 1990, que aprova a IAC que dispõe sobre a instrução profissional no âmbito da aviação civil;

LXXVII - Portaria nº 111, de 16 de março de 1990, que aprova o Plano de Segurança da Aviação Civil;

LXXVIII - Portaria nº 207, de 4 de junho de 1990, que dispõe sobre efetivação de IAC que dispõe sobre autorização de entrada e sobrevoo em território brasileiro de aeronaves civis estrangeiras;

LXXIX - Portaria nº 208, de 4 de junho de 1990, que dispõe sobre efetivação da IAC 2327-0690;

LXXX - Portaria nº 228, de 19 de junho de 1990, que dispõe sobre efetivação da IAC 2314-0690;

LXXXI - Portaria nº 241, de 28 de junho de 1990, que dispõe sobre efetivação da IAC 2211-0790 que dispõe sobre transporte de cadáveres por via aérea;

LXXXII - Portaria nº 268, de 20 de julho de 1990, que dispõe sobre efetivação da IAC 2204-0790 que dispõe sobre reabastecimento de aeronaves com passageiros a bordo, com um dos motores funcionando;

LXXXIII - Portaria nº 284, de 6 de agosto de 1990, que aprova a norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para aviões categoria normal, utilidade, acrobática e transporte regional;

LXXXIV - Portaria nº 285, de 6 agosto 1990, que aprova a norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para aviões categoria transporte;

LXXXV - Portaria nº 286, de 6 de agosto de 1990, que aprova norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para aeronaves de asas rotativas categoria normal;

LXXXVI - Portaria nº 287, de 6 de agosto de 1990, que aprova a norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para aeronaves de asas rotativas categoria transporte;

LXXXVII - Portaria nº 289, de 6 de agosto de 1990, que aprova a norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para motores aeronáuticos;

LXXXVIII - Portaria nº 290, de 6 de agosto de 1990, que aprova a norma que estabelece os requisitos de aeronavegabilidade para hélices;

LXXXIX - Portaria nº 398, de 7 de novembro de 1990, que suspende temporariamente os efeitos da IAC 3503-91 0390;

XC - Portaria nº 408, de 13 de novembro de 1990, que aprova a Emenda 135-01 que introduz alterações na NSMA 58-135, aprovada pela Portaria nº 144/DGAC, de 16 de maio de 1989;

XCI - Portaria nº 430, de 3 de dezembro de 1990, que aprova a Emenda 121-02 que introduz alterações e correções na NSMA 58-121 aprovada pela Portaria nº 252/DGAC, de 25 de julho de 1989;

XCII - Portaria nº 56, de 20 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre efetivação de IAC que visa regulamentar a cobrança de serviços regulares de transporte aéreo de menores;

XCIII - Portaria nº 58, de 20 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre efetivação de IAC 1219 - 0391, que dispõe sobre normas para tramitação de processo de autorização para funcionamento de empresa de táxi aéreo;

XCIV - Portaria nº 59, de 20 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre efetivação da IAC 1220-0391 - instrução para pedido de autorização para funcionamento de empresa de táxi aéreo;

XCV - Portaria nº 104, de 12 de abril de 1991, que dispõe sobre efetivação da IAC 1221 - 0591 que dispõe sobre instruções para solicitação e normas para liberação de viagens não regulares ou alterações de voos regulares domésticos;

XCVI - Portaria nº 301, de 11 de setembro de 1991, que aprova o Programa de Facilitação do Transporte Aéreo;

XCVII - Portaria nº 175, de 26 de maio de 1992, que regulamenta a Portaria nº 377/GM-2, de 4 de maio de 1992 - Tarifa Aeroportuária;

XCVIII - Portaria nº 273, de 23 de julho de 1992, que aprova a Emenda 45-01 que introduz alterações na NSMA 58-45 aprovada pela Portaria nº 143/DGAC, de 15 de maio de 1989;

XCIX - Portaria nº 275, de 27 de julho de 1992, que dispõe sobre normas e procedimentos para cobrança do preço financeiro estadual;

C - Portaria nº 347, de 1 de outubro de 1992, que aprova a emenda 135-02 que introduz alterações na NSMA 58-135 aprovada pela Portaria 144/DGAC, de 16/05/1989;

CI - Portaria nº 348, de 1 de outubro de 1992, que aprova a emenda 145-01 à Norma que dispõe sobre o funcionamento de empresas de manutenção de aeronaves;

CII - Portaria nº 190, de 30 de abril de 1993, que dispõe sobre efetivação de IAC, que dispõe sobre normas para apuração, cálculo, recebimento, penalização e pagamento da suplementação tarifária (IAC 1302-0593);

CIII - Portaria nº 229, de 12 de maio de 1993, que aprova a Emenda 135-03, que introduz alterações na NSMA 58-135, aprovada pela Portaria nº 144/DGAC, de 16 de maio de 1989;

CIV - Portaria nº 467, de 3 de junho de 1993, que dispõe sobre a execução de serviços auxiliares de transporte aéreo nos aeroportos brasileiros;

CV - Portaria nº 294, de 17 de junho de 1993, que aprova as instruções reguladoras para os seviços de demonstração aérea;

CVI - Portaria nº 295, de 17 de junho de 1993, que aprova a Emenda 45-02 que introduz modificações na NSMA 58-45 RBHA 45 aprovada pela Portaria nº 143 / DGAC, de 15 de maio de 1989;

CVII - Portaria nº 296, de 17 de junho de 1993, que aprova a Emenda 145-02 que dispõe sobre o funcionamento de empresas de manutenção de aeronaves;

CVIII - Portaria nº 381, de 20 de julho de 1993, que aprova a Emenda 21-01 à norma que disciplina os procedimentos de homologação para produtos e partes aeronáuticas;

CIX - Portaria nº 398, de 28 de julho de 1993, que aprova a Emenda 91-01 à norma que dispõe sobre regras gerais de operação para aeronaves civis;

CX - Portaria nº 399, 28 jul. 1993, que aprova a Emenda 43-01 à norma que disciplina a manutenção de aeronaves;

CXI - Portaria nº 588, de 19 de novembro de 1993, que estabelece critérios e normas para autorização de voos internacionais charter de carga, de acordo com o RBHA 129, de dezembro de 1989;

CXII - Portaria nº 589, de 19 de novembro de 1993, que estabelece critérios e normas para autorização de voos internacionais charter de passageiros, de acordo com o RBHA 129, de dezembro de 1989;

CXIII - Portaria nº 639, de 20 de dezembro de 1993, que aprova a IAC que dispõe a operação de aeronaves da aviação regional em aeródromos cadastrados;

CXIV - Portaria nº 243, de 14 de junho de 1994, que aprova a Emenda 135-04 que introduz alterações na NSMA 58-135;

CXV - Portaria nº 267, de 14 de julho de 1994, que estabelece critérios e normas para autorização de voos "charter" domésticos de passageiros, de acordo com o RBHA 121 e 135, de 5 de setembro de 1988, e de 4 de 1989 respectivamente;

CXVI - Portaria nº 269, de 15 de julho de 1994, que regula a aplicação dos requisitos de instalação de gravador de voz na cabine (CVR) e gravador de dados de voo (FDR) em aeronaves civis brasileiras adquiridas das forcas armadas;

CXVII - Portaria nº 319, de 12 de agosto de 1994, que aprova a IAC 3501-121-0894 que dispõe sobre Operações de Alcance Prolongado com Aviões Bimotores (ETOPS);

CXVIII - Portaria nº 408, de 20 de setembro de 1994, que dispõe sobre efetivação de IAC - Certificado de Capacidade Física;

CXIX - Portaria nº 474, de 25 de outubro de 1994, que autoriza provisoriamente a empresa IAC do Brasil - Representações e Serviços Ltda., a prestar serviços auxiliares de transporte aéreo no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão (RJ);

CXX - Portaria nº 634/DGAC, de 19 de dezembro de 1994, que aprova a norma que estabelece as regras necessárias à operação do aeromodelismo;

CXXIV - Portaria nº 44, de 24 de janeiro de 1995, que dispõe sobre efetivação de IAC - instruções para preenchimento do certificado de capacidade física;

CXXI - Portaria nº 57, de 7 de fevereiro de 1995, que aprova a Emenda 121-04 à norma que disciplina a homologação e operação de empresas de transporte aéreo público operando grandes aviões;

CXXII - Portaria nº 60, de 7 de fevereiro de 1995, que aprova a Emenda 91-02 à norma que dispõe sobre regras gerais de operação para aeronaves civis;

CXXIII - Portaria nº 107, de 7 de março de 1995, que estabelece procedimentos e critérios básicos para produção e expedição de horário de transporte - hotran;

CXXV - Portaria nº 401, de 7 de agosto de 1995, que aprova a IAC que dispõe sobre Listas Mestras de Equipamentos Mínimos (MMEL) e Listas de Equipamentos Mínimos (MEL);

CXXVI - Portaria nº 34, de 22 de janeiro de 1996, que aprova a Emenda 67-01 que introduz alterações na norma que trata de inspeções de saúde na aviação civil;

CXXVII - Portaria nº 80, de 22 de fevereiro de 1996, que aprova a Emenda 91-03 que introduz alterações na NSMA 58-91;

CXXVIII - Portaria nº 81, de 22 de fevereiro de 1996, que aprova a Emenda 135-05 que introduz alterações na NSMA 58-135;

CXXIX - Portaria nº 244, de 10 de maio de 1996, que aprova a Emenda 67-02 que introduz alterações na norma que trata de inspeções de saúde na aviação civil;

CXXX - Portaria nº 302, de 27 de maio de 1996, que aprova a IAC que dispõe sobre procedimentos de vistoria e de manutenção de aeronaves e de suspensão, liberação e cancelamento de certificados de aeronavegabilidade;

CXXXI - Portaria nº 600, de 14 de outubro de 1996, que aprova a IAC que dispõe sobre os serviços de assistência aeromédica;

CXXXII - Portaria nº 746, de 6 de dezembro de 1996, que aprova a Emenda 38-01 à norma que estabelece regras de procedimentos para fabricação de conjuntos para montagem de aeronaves experimentais;

CXXXIII - Portaria nº 49, de 29 de janeiro de 1997, que aprova a IAC que dispõe sobre fiscalização e controle de contribuição devida ao fundo aeroviário;

CXXXIV - Portaria nº 161, de 17 de março de 1997, que aprova a IAC que dispõe sobre restrições ao uso de produtos fumígenos e a certas propagandas nos aeroportos e a bordo de aeronaves civis;

CXXXV - Portaria nº 436, de 13 de junho de 1997, que aprova a IAC que dispõe sobre normas correlatas à formação e às atividades dos mecânicos de manutenção aeronáutica;

CXXXVI - Portaria nº 508, de 8 de julho de 1997, que aprova a inclusão da Emenda 39-777 referente a Diretriz de Aeronavegabilidade nº 97-06-02;

CXXXVII - Portaria nº 522, de 14 de julho de 1997, que aprova a inclusão da Emenda 39-783 referente à Diretriz de Aeronavegabilidade;

CXXXVIII - Portaria nº 528/DGAC, de 17 de julho de 1997, que aprova as normas para solicitação de serviços aéreos entre o Brasil e outros países pelas empresas de transporte aéreo regular;

CXXXIX - Portaria nº 636, de 21 de agosto de 1997, que aprova a norma que estabelece requisitos para a delegação de autoridade as pessoas físicas;

CXL - Portaria nº 692/DGAC, de 1º de setembro de 1997, que dispõe sobre operação de helicópteros em helipontos elevados;

CXLI - Portaria nº 774, de 13 de novembro de 1997, que estabelece critérios e procedimentos para a utilização de áreas aeroportuárias, edificadas ou não, de instalações, de equipamentos, de facilidades e de serviços nos aeroportos e dá outras providências;

CXLII - Portaria nº 934, de 1º de dezembro de 1997, que aprova a Emenda 135-06 que introduz alterações na NSMA 58-135;

CXLIII - Portaria nº 935, de 1 de dezembro de 1997, que aprova a Emenda 91-04 que introduz modificações na NSMA 58-91;

CXLIV - Portaria nº 54, de 2 de fevereiro de 1998, que reformula a norma que estabelece regras de operação de ultraleves, aviões muito leves e girocópteros experimentais;

CXLV - Portaria nº 108E, de 30 de abril de 1998, que aprova as alterações no texto da norma que estabelece os requisitos para a concessão de licenças de pilotos e de instrutores de voo;

CXLVI - Portaria nº 291E, de 10 de julho de 1998, que altera a redação do parágrafo 61.17(a)(1) do RBHA 61;

CXLVII - Portaria nº 315E, de 24 de julho de 1998, que acrescenta o parágrafo (f) à seção 91.203 do RBHA 91;

CXLVIII - Portaria nº 345E, de 6 de agosto de 1998, que acrescenta as Seções 121.33 e 121.35 da Subparte B do RBHA 121;

CXLIX - Portaria nº 548E, de 5 de novembro de 1998, que aprova IAC que dispõe sobre instrução para controle geral de aeronavegabilidade das aeronaves civis brasileiras;

CL - Portaria nº 570E, de 11 de novembro de 1998, que aprova a Emenda 103.01 à Norma que estabelece as Regras de Operação de Ultraleves, Aviões muito Leves e Girocópteros Experimentais;

CLI - Portaria nº 590E/STE, de 19 de novembro de 1998, que exclui o subparágrafo 137.31(a)(5) do RBHA 137;

CLII - Portaria nº 593E, de 20 de novembro de 1998, que aprova a Emenda 140-01 à norma que dispõe sobre a organização e o funcionamento de aeroclubes e clubes de aviação;

CLIII - Portaria nº 174/STE, de 23 de março de 1999, que estabelece o recadastramento das entidades aerodesportivas;

CLIV - Portaria nº 179A, de 24 de março de 1999, que altera a Seção 121.391 do RBHA 121, que estabelece o número mínimo de comissários a bordo;

CLV - Portaria nº 205, de 7 de abril de 1999, que altera a Subparte K do RBHA 91, que trata de operações aéreas policiais e/ou de Defesa Civil;

CLVI - Portaria nº 286, de 14 de maio de 1999, que delega a Associação Brasileira de Voo Livre (ABVL) o registro de ultraleves primários não motorizados, definidos em 103.3(a) do RBHA 103, e a habilitação de pilotos e instrutores de voo desses equipamentos;

CLVII - Portaria nº 299, de 17 de maio de 1999, que aprova a norma que estabelece os padrões de ruído - certificado de homologações de tipo;

CLVIII - Portaria nº 462, de 14 de julho de 1999, que cancela o parágrafo (d) da seção 91.513 do RBHA 91;

CLIX - Portaria nº 526, de 9 de agosto de 1999, que aprova as instruções para o Planejamento Integrado na aplicação de recursos destinados aos investimentos, no que diz respeito à infraestrutura aeronáutica, de interesse do Sistema de Aviação Civil;

CLX - Portaria nº 637A, de 29 de setembro de 1999, que altera o parágrafo (c) e cancela o parágrafo (d) da Seção 135-39 do RBHA 135;

CLXI - Portaria nº 697, de 25 de outubro de 1999, que altera a redação da seção 91.953 do RBHA 91;

CLXII - Portaria nº 699, de 25 de outubro de 1999, que aprova a Emenda 145-03 à norma que dispõe sobre o funcionamento de empresas de manutenção de aeronaves;

CLXIII - Portaria nº 753, de 16 de novembro de 1999, que aprova a Emenda 43-02 à norma que disciplina a manutenção de aeronaves;

CLXIV - Portaria nº 872/SIE, de 17 de dezembro de 1999, que estabelece calendário de recolhimento à infraero, dos valores relativos à tarifa aeroportuária de embarque;

CLXV - Portaria nº 873, de 17 de dezembro de 1999, que aprova a Instrução de Aviação Civil (IAC) que dispõe sobre o registro provisório de aeródromos privados;

CLXVI - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 1999, que aprova a Emenda 103-02 à norma que estabelece as regras de operações de ultraleves, aviões muito leves e girocópteros experimentais;

CLXVII - Portaria nº 53, de 26 de janeiro de 2000, que altera o parágrafo (f) da seção 135.5, do RBHA 135;

CLXVIII - Portaria nº 590, de 24 de maio de 2000, que altera a redação do parágrafo 91.207(g) do RBHA 91 e cancela os parágrafos 135.166 (b) do RBHA 135 e 121.353 (b) do RBHA 121;

CLXIX - Portaria nº 786, de 26 de junho de 2000, que altera a redação dos parágrafos 21.17(b)e 21.19(c) do RBHA 21;

CLXX - Portaria nº 891, de 5 de julho de 2000, que aprova a Emenda 103-03 à norma que estabelece as regras de operação de ultraleves, aviões muito leves e girocópteros experimentais;

CLXXI - Portaria nº 938, de 11 de julho de 2000, que dispõe sobre a importação e exportação de componentes aeronáuticos por empresas de transporte aéreo regular, não-regular e de manutenção de aeronaves;

CLXXII - Portaria nº 1.020, de 25 de julho de 2000, que altera a redação dos parágrafos 45.23(a)(1) e 45.25(b)(2)(iii), introduz o parágrafo 45.23(a)(2)(iv) e cancela os parágrafos 45.23(b),(e) e(g), tudo do RBHA 45;

CLXXIII - Portaria nº 1.026, de 27 de julho de 2000, que altera a redação da seção 91.221 do RBHA 91;

CLXXIV - Portaria nº 1.027, de 27 de julho de 2000, que altera a redação da Seção 135.180 do RBHA 135;

CLXXV - Portaria nº 1.102, de 16 de agosto de 2000, que regulamenta o programa de redução das tarifas da infraestrutura aeronáutica, para voos promocionais domésticos de passageiros;

CLXXVI - Portaria nº 1.214, de 22 de agosto de 2000, que inclui a seção 45.12 no RBHA 45;

CLXXVII - Portaria nº 1.220, de 24 de agosto de 2000, que altera a redação das seções 135.103 e 135.151 do RBHA 135;

CLXXVIII - Portaria nº 1.457, de 5 de outubro de 2000, que altera a redação dos RBHA 61, 121 e 135;

CLXXIX - Portaria nº 1.480, de 17 de outubro de 2000, que altera a redação da seção 135.166 do RBHA 135;

CLXXX - Portaria nº 1.506, de 20 de outubro de 2000, que altera a redação da seção 91.609 do RBHA 91;

CLXXXI - Portaria nº 1.507, de 20 de outubro de 2000, que altera a redação da seção 135.151 do RBHA 135;

CLXXXII - Portaria nº 1.848/DGAC, de 6 de dezembro de 2000, que aprova a alteração no texto da norma que estabelece os procedimentos para a construção amadora de aeronaves experimentais;

CLXXXIII - Portaria nº 35, de 11 de janeiro de 2001, que altera a redação da seção 61.43 do RBHA 61;

CLXXXIV - Portaria nº 133, de 26 de janeiro de 2001, que altera a redação da seção 135.211 do RBHA 135;

CLXXXV - Portaria nº 145, de 31 de janeiro de 2001, que aprova nova redação para a Instrução de Aviação Civil que dispõe sobre a apuração e o pagamento da suplementação tarifária e a arrecadação e o recolhimento do adicional tarifário - IAC nº 1302-0301;

CLXXXVI - Portaria nº 429, de 21 de fevereiro de 2001, que altera a redação da seção 61.339 do RBHA 61;

CLXXXVII - Portaria nº 452, de 5 de março de 2001, que altera a redação da seção 135.169 do RBHA 135;

CLXXXVIII - Portaria nº 682, de 19 de abril de 2001, que altera a redação das Seções 145.3, 145.17 e 145.23 do RBHA 145;

CLXXXIX - Portaria nº 838, de 21 de maio de 2001, que altera o RBHA 103;

CXC - Portaria nº 915, de 31 de maio de 2001, que define diversas Advisory Circulars da FAA como material de orientação complementar para a qualificação de simuladores de voo pelo DAC;

CXCI - Portaria nº 1.061, de 10 de julho de 2001, que altera a redação da seção 91.225 do RBHA 91;

CXCII - Portaria nº 1.062, de 10 de julho de 2001, que altera a redação da seção 135.166 da NSMA 58-135;

CXCIII - Portaria nº 1.097, de 26 de julho de 2001, que altera a redação das seções 135.2 e 135.5 da NSMA 58-135;

CXCIV - Portaria nº 1.212, de 15 de agosto de 2001, que altera a redação da seção 91.203 do RBHA 91;

CXCV - Portaria nº 1.408, de 4 de outubro de 2001, que altera a NSMA 58-45, RBHA 45 modificando a redação das seções 45.23, 45.25 e 45.29 e cancelando a seção 45.24;

CXCVI - Portaria nº 1.410, de 5 de outubro de 2001, que cria a seção 135.412 da NSMA 58-135 (RBHA 135);

CXCVII - Portaria nº 1411, de 5 de outubro de 2001, que altera a redação da seção 135.152 e inclui o Apêndice F na NSMA 58-135;

CXCVIII - Portaria nº 1.413, de 8 de outubro de 2001, que altera a redação das seções 135.23, 135.63 e 135.79 da NSMA 58-135;

CXCIX - Portaria nº 1.463, de 16 de outubro de 2001, que altera a redação do parágrafo 145.17(a) da NSMA 58-145 (RBHA 145);

CC - Portaria nº 1.488, de 23 de outubro de 2001, que inclui a seção 91.706 e o Apêndice G na NSMA 58-91;

CCI - Portaria nº 1.631/DGAC, de 27 de novembro de 2001, que defere pedido de isenção de cumprimento com o RBHA 25.785(b);

CCIII - Portaria nº 2, de 4 de janeiro de 2002, que altera a seção 91.21 da NSMA 58-91 (RBHA 91);

CCIV - Portaria nº 48, de 23 de janeiro de 2002, que disciplina a requisição de transporte aéreo não remunerado, estabelece o cartão de passe funcional e dá outras providências;

CCLXXVII - Portaria nº 140/DGAC, de 4 de março de 2002, que dispõe sobre delegação de competência para assinatura de entendimento técnico relativo à aceitação das atividades de manutenção efetuadas por oficinas de manutenção homologadas;

CCLXXIV - Portaria nº 152, de 7 de março de 2002, que determina a comprovação de contratação de cobertura mínima de seguro para responsabilidade civil perante terceiros por danos causados por atentados terroristas e atos de guerra;

CCLXVI - Portaria nº 160, de 8 de março de 2002, que aprova a IAC que trata das instruções para o controle geral de aeronavegabilidade das aeronaves civis brasileiras;

CCV - Portaria nº 249, de 3 de abril de 2002, que altera o Apêndice G da NSMA 58-91 (RBHA 91);

CCVI - Portaria nº 270, de 8 de abril de 2002, que altera a Seção 43.01 da NSMA 58-43;

CCVII - Portaria nº 271, de 8 de abril de 2002, que altera a redação da Seção 145.71 da NSMA 58-145;

CCVIII - Portaria nº 302, de 10 de abril de 2002, que altera os Apêndices B e E da NSMA 58-43;

CCIX - Portaria nº 304, de 11 de abril de 2002, que altera a redação da seção 135.63 da NSMA 58-135;

CCX - Portaria nº nº 337A, de 24 de abril de 2002, que altera a seção 135.65 da NSMA 58-135;

CCXI - Portaria nº 383, de 29 de abril de 2002, que inclui a seção 135.154 na NSMA 58-135 e altera a seção 135.153;

CCXII - Portaria nº 499/DGAC, de 21 maio 2002, que altera a seção 135.293 da NSMA 58-135;

CCXIII - Portaria nº 546, de 27 de maio de 2002, que altera a redação da Seção 121.359 da NSMA 58-121;

CCXIV - Portaria nº 547, de 27 de maio de 2002, que altera a seção 135.151 da NSMA 58-135;

CCXV - Portaria nº 602, de 4 de junho de 2002, que altera a seção 135.299 da NSMA 58-135;

CCXVI - Portaria nº 663, de 14 de junho de 2002, que altera a seção 91.102 da NSMA 58-91;

CCXVII - Portaria nº 685, de 18 de junho de 2002, que altera a seção 91.955 da NSMA 58-91;

CCII - Portaria nº 686, de 18 de junho de 2002, que estabelece normas para o recadastramento dos ultraleves;

CCXVIII - Portaria nº 750, de 25 de junho de 2002, que altera a seção 135.154 na NSMA 58-135;

CCXIX - Portaria nº 1127/DGAC, de 27 de agosto de 2002, de que defere pedido de isenção de conformidade com o RBHA 25.901(c);

CCLXXV - Portaria nº 696-T, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para a utilização de áreas aeroportuárias, edificadas ou não, de instalações, de equipamentos, de facilidades e de serviços nos aeroportos;

CCXX - Portaria nº 1.374, de 8 de outubro de 2002, que altera a redação das Seções 121.1 e 135.1 das NSMA 58-121 e 58-135, respectivamente;

CCXXI - Portaria nº 1.493, de 23 de outubro de 2002, que altera a seção 45.25 da NSMA 58-45, RBHA 45;

CCLXXVI - Portaria nº 1.729, de 4 de dezembro de 2002, que aprova a IAC que trata da homologação, autorização e supervisão de empresas de transporte aéreo público regulares e não-regulares;

CCLXVII - Portaria nº 1.848, de 27 de dezembro de 2002, que aprova a Emenda 3137-01 que introduz alterações na IAC 3137, aprovada pela Portaria nº 1088/STE, de 15 de agosto de 2002. empresas de táxi aéreo que operem exclusivamente aviões com motor(es) convencional(ais) e configuração máxima para passageiros igual ou inferior a 9 (nove) assentos: requisitos de manutenção e processo de homologação;

CCLXVIII - Portaria nº 1.849, de 27 de dezembro de 2002, que aprova a Emenda 3138 - 01 que introduz alterações na IAC 3138, aprovada pela Portaria nº 1112/STE, de 22 de agosto de 2002, empresas de táxi aéreo que operem exclusivamente aeronaves com configuração máxima para passageiros igual ou inferior a 9 (nove) assentos: requisitos de manutenção e processo de homologação;

CCXXII - Portaria nº 87, de 15 de janeiro de 2003, que corrige a Seção 43.11 e altera o Apêndice B da NSMA 58-43;

CCXXIII - Portaria nº 90, de 15 de janeiro de 2003, que aprova a Emenda 135-09 à NSCA 58-135 e modifica a denominação da referida NSMA;

CCLXXIII - Portaria nº 63, de 20 de janeiro de 2003, que dispõe sobre responsabilidades, critérios e procedimentos para o trato dos assuntos referentes às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota, às tarifas aeroportuárias e dá outras providências;

CCXXV - Portaria nº 139/DGAC, de 29 de janeiro de 2003, que aprova a Emenda 91-08 à nsca 58-91;

CCXXVI - Portaria nº 410, 10 de março de 2003, que acrescenta o parágrafo (d) à seção 21.502 da NSCA 58-21;

CCXXVII - Portaria nº 411, de 10 de março de 2003, que altera a Seção 103.39 da NSCA 58-103A;

CCXXIV - Portaria nº 482, de 20 de março de 2003, que aprova o RBHA nº 91 como publicação não convencional;

CCLXIX - Portaria nº 488/STE, de 31 de março de 2003, que aprova a Emenda 3145-01 que introduz o item 5.2.9 na IAC 3145, aprovada pela Portaria nº 733/STE, de 31 de julho de 2001, homologação de empresas de manutenção domésticas. Homologação de empresas de manutenção domésticas;

CCLXX - Portaria nº 954, de 23 de junho de 2003, que aprova a Emenda 3108-01 que introduz alterações na IAC 3108, aprovada pela Portaria 160/STE, de 8 de março de 2002, instruções para o controle geral de aeronavegabilidade das aeronaves civis brasileiras. Instruções para o controle geral de aeronavegabilidade das aeronaves civis brasileiras;

CCXXVIII - Portaria nº 1.190, de 25 de agosto de 2003, que altera a redação do Apêndice C do RBHA 145;

CCXXIX - Portaria nº 1.192, de 25 de agosto de 2003, que altera a seção 91.215 do RBHA nº 91;

CCXXX - Portaria nº 1194/DGAC, de 25 de agosto de 2003, que defere pedido de isenção de conformidade com o RBHA 25.831(g);

CCXXXI - Portaria nº 1.339/DGAC, de 25 de setembro de 2003, que defere pedido de isenção de conformidade com o RBHA 25.841(a)(2)(ii);

CCXXXII - Portaria nº 1.634, de 16 de dezembro de 2003, que aprova o RBHA nº 104;

CCXXXIII - Portaria nº 1.681, de 18 de dezembro de 2003, que altera a seção 91.1 do RBHA 91;

CCXXXV - Portaria nº 149, de 16 de fevereiro de 2004, que acrescenta as seções 21.55 e 21.103 e altera as seções 21.115, 21.165, 21.303, 21.601 e 21.617 da NSCA 58-21;

CCXXXVI - Portaria nº 196, de 2 de março de 2004, que altera a redação da Seção 135.351 do RBHA 135;

CCXXXVII - Portaria nº 298, de 1 de abril de 2004, que altera as seções 91.5 e 91.207 do RBHA nº 91;

CCXXXVIII - Portaria nº 299, de 1 de abril de 2004, que altera as seções 21.29 e 21.101 do RBHA 21;

CCXXXIX - Portaria nº 504, de 26 de maio de 2004, que altera as Seções 183.13, 183.29, 183.31, do RBHA 183;

CCXXXIV - Portaria nº 827, de 4 de agosto de 2004, que aprova um novo Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 141 (RBHA 141) que regulamenta a autorização para funcionamento e a homologação de cursos da escola de aviação civil;

CCXL - Portaria nº 868, de 13 de agosto de 2004, que altera a seção 91.107 do RBHA nº 91;

CCLXXI - Portaria nº 916/STE, de 24 de agosto de 2004, que aprova a Emenda 3145-02 que atualiza o item 6.1.1.1, do Capítulo 6 da IAC 3145-145, de 10 de agosto de 2001;

CCXLI - Portaria nº 1.063/STE, de 13 de outubro de 2004, que institui o grupo de trabalho para elaboração da proposta de IAC sobre requisitos mínimos para elaboração do programa de treinamento de pessoal de manutenção;

CCXLII - Portaria nº 1.141, de 10 de novembro de 2004, que altera a seção 91.102 do RBHA nº 91;

CCXLIII - Portaria nº 1.142, 10 de novembro de 2004, que altera a Seção 183.31 do RBHA 183;

CCXLIV - Portaria nº 1.146, de 10 de novembro de 2004, que altera as seções 21.53, 21.30 e 21.327 do RBHA 21;

CCLVIII - Portaria nº 110, de 15 de fevereiro de 2005, que aprova a emenda 21-04 a NSCA 58-21;

CCLIX - Portaria nº 111, 15 de fevereiro de 2005, que aprova o RBHA 21 como publicação não convencional;

CCXLV - Portaria nº 323, de 18 de abril de 2005, que aprova o RBHA 103, com formatação não convencional, que estabelece regras para a operação de veículos ultraleves autopropulsados e requisitos para a concessão de certificados de piloto desportivo e de piloto de recreio;

CCXLVI - Portaria nº 314, de 14 de abril de 2005, que altera a Seção 135.263 do RBHA 135;

CCXLVII - Portaria nº 213, de 15 de março de 2005, que corrige os Regulamentos Brasileiros de Homologação Aeronáutica e as Instruções de Aviação Civil 91, 119, 121 e 135;

CCXLVIII - Portaria nº 390, de 6 de maio de 2005, que altera a seção 91.207 do RBHA nº 91;

CCXLIX - Portaria nº 403, de 10 de maio de 2005, que altera o Apêndice C do RBHA 145;

CCL - Portaria nº 431, de 18 de maio de 2005, que revoga a Portaria nº 323/DGAC, de 18 de abril de 2005, que aprovou o RBHA 103 que estabelece as regras para a operação de veículos ultraleves autopropulsados e requisitos para a concessão de certificados de piloto desportivo e de piloto de recreio;

CCLI - Portaria nº 530, de 9 de junho de 2005, que altera a seção 91.711 do RBHA nº 91;

CCLII - Portaria nº 559, de 17 de junho de 2005, que altera as seções 91.5 e 91.221 do RBHA nº 91;

CCLIII - Portaria nº 561A, de 17 de junho de 2005, que altera as seções 135.169 e 135.349 do RBHA 135;

CCLIV - Portaria nº 871, de 25 de agosto de 2005, que aprova o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 45 (RBHA 45), que regulamenta as marcas de identificação, nacionalidade e matrícula, com formatação não convencional;

CCLX - Portaria nº 899, de 1 de setembro de 2005, que altera a Subparte K do RBHA nº 91;

CCLVI - Portaria nº 1.086, 17 de outubro de 2005, que altera as seções 91.403 e 91.409 do RBHA nº 91;

CCLV - Portaria nº 1.177, de 8 de novembro de 2005, que altera as Seções 141.39 e 141.89 e inclui o Anexo 15 ao RBHA 141;

CCLXXII - Portaria nº 1.207/STE, de 21 de novembro de 2005, que aprova a Emenda 01-2005 da Instrução de Aviação Civil 091-1001 - demonstrações / competições aéreas;

CCLVII - Portaria nº 1.253, 06 de dezembro 2005, que altera a Seção 01.43 do RBHA 01;

CCLXI - Portaria nº 132, 13 de fevereiro de 2006, que altera as seções 91.403, 91.409 e 91.955 do RBHA 91;

CCLXIII - Portaria nº 325a/SIE, de 15 de março de 2006, que aprova o programa de segurança de empresa aérea (PSEA) da Varig - Viação Rio-Grandense S.A;

CCLXII - Portaria nº 326A/SIE, de 15 de março de 2006, que aprova o programa de segurança de empresa aérea (PSEA) da Master Top Linhas Aéreas Ltda.;

CCLXIV - Portaria nº 348/DGAC, de 16 de março de 2006, que aprova a Emenda 37-01 á NSCA 58-37 (RBHA 37);

CCLXV - Portaria nº 349, de 16 de março de 2006, que reformula o RBHA 140 e modifica seu título;

CCLXXVIII - IAC 0201 - Fiscalização e controle de contribuição devida ao fundo aeroviário;

CCLXXIX - IAC 3509 - Restrições ao uso de produtos fumígenos e a certas propagandas nos aeroportos e a bordo de aeronaves civis.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2021.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 314, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.012068/2021-17, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a associação AEROCLUBE DE ALEGRETE, CNPJ nº 88.944.988/0001-98, com sede social em Alegrete (RS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 315, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.012925/2021-71, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária EJ - ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., CNPJ nº 02.942.445/0001-16, com sede social em Itápolis (SP), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A autorização de que trata esta Decisão perderá o efeito caso a interessada não comprove o atendimento do requisito do art. 11 da Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, no prazo de 1 (um) ano a contar da publicação desta Decisão.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 316, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Defere pedido de isenção de cumprimento do requisito do parágrafo 154.217(b)(1) do RBAC 154, Emenda 06, para o Aeroporto de São Paulo/Congonhas - Deputado Freitas Nobre, localizado em São Paulo (SP) (CIAD: SP0001).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11,

Considerando a importância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

Considerando o pedido apresentado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero por meio do Ofício Nº SEDE-OFI-2021/00037, de 5 de janeiro de 2021, fundamentado pela AISO Nº 0018/SBSP/2020 - versão 01; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.000632/2021-41, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero para o Aeroporto de São Paulo/Congonhas - Deputado Freitas Nobre, localizado em São Paulo (SP) (CIAD: SP0001), o pedido de isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 154.217(b)(1) (Tabela C-4) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 154, Emenda nº 06, devido à insuficiência de largura da pista de taxi "S" quando utilizada por aeronaves com largura exterior entre as rodas do trem de pouso principal (Outer Main Gear Wheel Span - OMGWS) com valores entre 5,5 m e 6 m.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Decisão fica condicionada às seguintes ações do operador aeroportuário:

I - movimentação de aeronaves na pista de táxi "S" sujeita à restrição de velocidade de 15 kt; e

II - manutenção das sinalizações horizontais de aviso de limite de velocidade de 15 kt ao longo da pista de táxi "S" de acordo com os requisitos de manutenção previstos no RBAC nº 153, incluindo utilização de material refletor, e com adequada cor e conspicuidade.

Art. 2º As defesas (existentes e adicionais) para mitigação dos riscos que embasaram a presente isenção devem ser mantidas durante a vigência desta isenção.

Art. 3º Os cenários operacionais que embasaram a presente isenção devem ser reavaliados periodicamente e realizado o devido gerenciamento do risco a segurança operacional, devendo ser feita a divulgação aos operadores aéreos.

Art. 4º Cabe ao operador do aeródromo dar ciência a novos operadores aéreos (aviação geral) da avaliação de risco que fundamentou esta Decisão.

Art. 5º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 317, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.013584/2021-51, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária HILLMANN PULVERIZAÇÃO AÉREA - EIRELI, CNPJ nº 32.075.127/0001-66, com sede social em Ponta Porã (MS), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 318, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Altera a Decisão nº 217, de 25 de novembro de 2020.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011,

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 003/ANAC/2017 - SBSV, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Salvador, localizado em Salvador (BA), e

Considerando o que consta do processo nº 00058.022332/2020-31, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º A Decisão nº 217, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2020, Seção 1, página 146, que aprovou revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador, localizado em Salvador (BA), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....

.....

II - da revisão das contribuições fixas devidas a partir de 2023, após a anuência do Ministério da Infraestrutura, a serem deduzidas do saldo remanescente do desequilíbrio após abatimento na forma prevista no inciso I do caput.

....." (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso III do art. 3º da Decisão nº 217, de 25 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2020, Seção 1, página 146.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 319, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 377, de 15 de março de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00058.012005/2021-52, deliberado e aprovado na 10ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AERO AGRÍCOLA SÃO MIGUEL LTDA., CNPJ nº 04.116.969/0001-83, com sede social em Tubarão (SC), a explorar serviços aéreos públicos.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos públicos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da empresa, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º Fica revogada a Decisão nº 53, de 18 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016, Seção 1, página 74.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 4.612, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 35, alínea b do inciso XXII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução no 581, de 21 de agosto de 2020, e considerando o constante dos autos do processo nº 00066.008481/2020-99, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA No 2020-07-01R01 - YABORÃ/39-1479 aplicável aos aviões Yaborã Indústria Aeronáutica S.A. modelo ERJ190-400, emitida em 22 de março de 2021 e efetivada em 26 de março de 2021.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1479.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.602, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.015676/2020-94, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Três Marias;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0022;

III - município (UF): Três Marias (MG); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 13' 30'' S / 045° 11' 26'' W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DAC nº 132, de 4 de agosto de 1960, publicada no Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 26 de outubro de 1960, Seção 1, Página 14.293.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 4.603, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.030340/2020-51, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Novo Campo;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AM0011;

III - município (UF): Boca do Acre (AM); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 50' 05"S / 067° 18' 45"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria DAC Nº 085/SOP, de 23 de fevereiro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 7 de março de 1996, Seção 1.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 4.504, DE 15 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.009858/2021-18, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Kekafly I;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0055;

III - município (UF): Brusque (SC);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 27° 04' 58'' S / 048° 55' 32'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1776/SIA de 19 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2011, Seção nº 1, Página nº 4.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.519, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010032/2021-00, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Novo México;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0371;

III - município (UF): Jaborandi (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 14° 05' 31'' S / 045° 43' 52'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.549, DE 17 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.010426/2021-50, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Cmte. Dr. Ricardo Stoppe Júnior;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AM0097;

III - município (UF): Lábrea (AM);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 08° 55' 39'' S / 066° 07' 55'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.565, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.007048/2021-27, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Vila São Paulo/Mercosul;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PR0101;

III - município (UF): Alvorada do Sul (PR);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 41' 48'' S / 051° 19' 57'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2691/SIA de 11 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2013, Seção nº 1, Página nº 3.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.570, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.007320/2021-79, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Mirim Aviação Agricola;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0075;

III - município (UF): Pelotas (RS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 31° 41' 12'' S / 052° 28' 04'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 24 de maio de 2028.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1491/SIA de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2018, Seção nº 1 Página nº 98.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.573, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.008814/2021-71, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Campo Hélio;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0562;

III - município (UF): Aquidauana (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 05' 49'' S / 055° 34' 13'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.584, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.007543/2021-36, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Condomínio Jacumã Ocean Resort;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0202;

III - município (UF): Porto Seguro (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 42' 20'' S / 039° 06' 33'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 59/SIA, de 13 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2011, Seção nº 1 Páginas nº 10 e 11.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.598, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.011079/2021-82, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: POLVO A;

II - Indicador de localidade: 9POU;

III - Indicativo de chamada da EPTA: POLVO A;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Móvel;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 45,04 metros;

VII - Resistência do pavimento: 5,3 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 16 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 10 de abril de 2024.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 3033/SIA, de 1º de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2018, Seção 1, página 90.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 4.599, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, e considerando o que consta do processo nº 00065.011078/2021-38, resolve:

Art. 1º Considerar inscrito no cadastro e aberto ao tráfego aéreo o heliponto privado abaixo, com as seguintes características:

I - Nome da plataforma/embarcação: PEREGRINO B;

II - Indicador de localidade: 9PBI;

III - Indicativo de chamada da EPTA: PEREGRINO B;

IV - Tipo de plataforma/embarcação: Plataforma Fixa;

V - Área de exploração dos recursos naturais: Bacia de Campos;

VI - Altitude em relação ao nível do mar: 58,8 metros;

VII - Resistência do pavimento: 7 toneladas;

VIII - Comprimento máximo do maior helicóptero a operar: 17,27 metros;

IX - Condições operacionais: Pousos e decolagens no período diurno. Pousos e decolagens, em caráter de emergência, no período noturno;

X - Classe: 1;

XI - Categoria: H2; e

XII - Sistema de combustível homologado: Não Possui.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade até 5 de abril de 2024.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1660/SIA, de 29 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2018, Seção 1, página 76.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 4.490, DE 12 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.519094/2017-98, resolve:

Art. 1º Revogar a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos práticos de Piloto Privado Helicóptero - PPH e Instrutor de Voo de Helicóptero - INVH, da VOE HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada na Av. Olavo Fontoura, 1078 - Hangar ATB Sala 01, Aeroporto Campo de Marte, Bairro Santana, em São Paulo (SP), CEP: 02.012-020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.516, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.042958/2020-75, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 22 de março de 2021, em favor da AEROTRAINING ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA., com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua da Liberdade, 153 - Centro, Jardim Santa Rita de Cássia, Bragança Paulista/SP - CEP 12914-070;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.566, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.062890/2019-15, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 22 de março de 2021, em favor da NATAL ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Tuiuti, 268, Petrópolis, Natal/RN - CEP 59014-160;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141.

Art. 2° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.571, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.023563/2020-73, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 22 de março de 2021, em favor da AERONOP ESCOLA MANUTENCAO E SERVICO AEREO ESPECIALIZADO LTDA. com base nas seguintes características:

I - Endereço: Estrada Lucila, s/Nº - Lote 150 / A-5 - Aeroporto SJAK - Caixa Postal 213, Angélica, Sinop/MT - CEP 78559-899;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141.

Art. 2º Revogar os cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA e Mecânico de Manutenção Aeronáutica - MMA, habilitação Célula, homologados pelo RBHA 141.

Art. 3° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.572, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.009647/2021-85, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, as homologações dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião - PPA e de Piloto Privado de Helicóptero - PPH do AEROCLUBE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.574, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.026134/2020-58, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 22 de março de 2021, em favor da GRID ENSINO LTDA, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Estrada Claudete, 442 - A, Jardim Curitiba, Sinop/MT - CEP 78555-810;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 141.

Art. 2º Revogar os cursos teóricos de Piloto Privado Avião - PPA, Instrutor de Voo Avião - INVA, Piloto Comercial Avião - PC/IFR e Voo por Instrumentos - IFR homologados pelo RBHA 141.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.578, DE 22 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.009804/2021-52, resolve:

Art. 1º Revogar, a pedido, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado de Avião - PPA, Piloto Comercial de Avião - PC/IFR, Instrutor de Voo Avião - INVA e Voo por Instrumento - IFR do AEROCLUBE DE ALAGOAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 4.607, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.007143/2021-21, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 23 de março de 2021, em favor da EFAI - ESCOLA DE AVIACAO CIVIL LTDA. com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Hibisco, 210 - C, Chácaras Boa Vista, Contagem/MG - CEP 32150-210;

II - Tipo de operador: Centro de Instrução de Aviação Civil;

III - Tipo de operação: Ensino e adestramento; e

IV - Regulamentação: Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141.

Art. 2° Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto estiver válida uma Autorização para Operar, emitida pela Diretoria e publicada no Diário Oficial da União - DOU

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 4.629, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.000691/2019-13, resolve:

Art. 1º Publicar a efetivação da decisão administrativa de suspensão punitiva, da habilitação técnica MNTE (monomotor terrestre), entre os dias 24 de março de 2021 e 24 de maio de 2021, do aeronauta Fabio Ramos Ribeiro, detentor do CANAC 299779.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DELIBERAÇÃO Nº 13, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021.

Processo nº 50300.008256/2020-19. Fiscalizada: CHAMONIX SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES NAVAIS LTDA., CNPJ nº 17.805.855/0001-92. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido pela subsistência do Auto de Infração nº 4412-1 (SEI 1075526) e pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, pela prática das infrações tipificadas nos artigos 32, inciso I, e 34, inciso I, ambos da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente de Fiscalização da Navegação
Substituta

DELIBERAÇÃO Nº 19, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2021

Processo nº 50300.015810/2020-14. Fiscalizada: EQUIPEMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ nº 11.051.603/0001-39. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, DECIDO pela subsistência do Auto de Infração nº 004615-9 (SEI nº 1171158) e pela aplicação da penalidade de multa, no valor total de R$ 23.760,00 (vinte e três mil setecentos e sessenta reais) pela prática das infrações previstas no artigo 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, sendo R$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais) pelo Fato 1, conforme planilha anexa (SEI 1214406), e R$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais) pelo Fato 2, consoante tabela em anexo (SEI1214407).

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente de Fiscalização da Navegação
Substituta

DELIBERAÇÃO Nº 21, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 50300.008737/2019-82.
Fiscalizada: TRANSPORTADORA ESTRELA DE DAVI EIRELI, CNPJ nº 26.134.006/0001-45. Objeto e Fundamento Legal: A Gerente de Fiscalização da Navegação Substituta, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido pela anulação do Auto de Infração nº 3980-2 (SEI 0830933) e o consequente arquivamento do presente processo, sem aplicação de penalidade à empresa.

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Gerente de Fiscalização da Navegação
Substituta

UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

DELIBERAÇÃO Nº 21, DE 6 DE MARÇO DE 2021

Processo nº 50300.017539/2019-18.
Fiscalizada: REIS E MONTEIRO NAVEGAÇÃO LTDA - ME, CNPJ sob o nº 19.208.401/0001-60. Objeto e Fundamento Legal: O Chefe da Unidade Regional de Manaus (UREMN) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, decido por aplicar a penalidade de multa, no valor total de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), de acordo com a Planilha de Dosimetria (SEI 1268223), pelo cometimento da infração disposta Inciso XXIII do art. 20 da Resolução nº 912-ANTAQ/2007 e demais circunstâncias agravantes dispostas no inciso VII do §2º do Art. 52 da Resolução-ANTAQ nº 3259/2014.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe da Unidade Regional de Manaus

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 41, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos dos Processos nº 50500.014658/2021-79, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Aliança Geração de Energia S.A, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à ampliação da proteção estrutural contra cheias do Rio Doce, em trechos compreendidos entre os quilômetros 214+385 m e 216+241 m da Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM, no município de de Resplendor/MG, com impacto na malha concedida à Vale S.A.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 42, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos dos Processos nº 50500.010849/2021-61, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela empresa Energest S.A, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à instalação de torres de sistema de alerta acústico, nos quilômetros 162+025 m (Estação 03), 160+551 m (Estação 04), 158+968 m (Estação 05), 157+148 m (Estação 06) e 155+197 m (Estação 07) da Estrada de Ferro Vitória Minas - EFVM, no município de Baixo Guandu/MG, com impacto na malha concedida à Vale S.A.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 43, DE 17 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos dos Processos nº 50500.020368/2021-64, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela Prefeitura Municipal de Videira, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à implantação de ciclovia em nível, paralela à via férrea, do km 689+120 m até o km 689+815 m, no trecho Porto União - Marcelino Ramos, no município de Videira/SC, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Sul S.A.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 44, DE 17 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos dos Processos nº 50500.020810/2021-52, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela Prefeitura Municipal de Andradina, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à implantação de de ciclovia em nível, paralela à via férrea, do km 368+350 m até o km 372+114 m, no trecho Bauru - Corumbá, no município de Andradina/SP, com impacto na malha concedida à Rumo Malha Oeste S.A.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

PORTARIA Nº 45, DE 18 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695, de 13 de maio de 2008, e alterações, e no que consta dos autos dos Processos nº 50500.021374/2021-39, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras, pela Prefeitura Municipal Rio Bonito, relativas ao Projeto de Interesse de Terceiro - PIT visando à implantação de ciclovia, paralela à via férrea, entre os quilômetros 97+790 m e 107+446 m, no município de Rio Bonito/RJ, com impacto na malha concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 227, DE 19 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o inciso XII do art. 8º da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e o que consta no processo nº 50500.022440/2021-98, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Portaria para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, implica na renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Portaria implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AGUINALDO FRANCISCO GOMES EIRELI - ME	000451	14.959.850/0001-26
BRUNO FERNANDO LOCACOES E TURISMO - EIRELI	004874	17.829.130/0001-34
COOPERATIVA DE TRANSPORTES DA REGIAO SUL	000481	07.383.990/0001-33
CVE TRANSPORTES LTDA	004875	36.148.274/0001-70
HORIZONTUR TRANSPORTES LTDA	004876	37.449.161/0001-77
LEANDRO GAVELIKI TRANSPORTES EIRELI	004877	36.614.297/0001-22
MACIEL TOUR LTDA	004878	40.581.071/0001-40
MAOS DE ANJO LTDA - ME	000489	29.243.533/0001-86
MARILU VIAGENS E TURISMO LTDA	004879	21.830.371/0001-70
MASTER BUSS VIAGEM LTDA	004880	29.489.410/0001-20
MJM TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	004881	21.301.870/0001-70
NS TRANSPORTES EIRELI	004882	19.722.337/0001-30
OFILOC TRANSPORTES LTDA	004883	35.961.141/0001-55
OLIVEIRA GONCALVES TRANSPORTE LTDA	004884	34.265.424/0001-08
OSUEL & POMMER LIMEIRA LTDA - EPP	000505	02.661.628/0001-63
R DE OLIVEIRA FERNANDES EIRELI	004885	07.261.226/0001-95
RR VIAGENS E TURISMO LTDA	004886	40.958.151/0001-71
TRYPTUR FRETAMENTO E TURISMO LTDA	004887	36.356.842/0001-28
V DA SILVA SIQUEIRA DE OLIVEIRA EIRELI	000442	27.932.815/0001-65
VALDILIZ TUR LTDA	004888	26.847.421/0001-46
VIAS TURISMO EIRELI - ME	000365	29.121.695/0001-41

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO DO MINISTRO Nº 213, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.007719/2018-30.
Interessado: EBRAHIM MIAH.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 377/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11751162), de 17/02/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado EBRAHIM MIAH, nascido no dia 18/12/1985, nacional de Bangladesh, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 309, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.016330/2015-04.
Interessado: CLEMASTONI NDOMBASI.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 18/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14006388), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado CLEMASTONI NDOMBASI, nascido no dia 18/04/1994, nacional da República Democrática do Congo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 310, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505022419201538.
Interessado: KODJO NOUGLO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 159/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11512759), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado KODJO NOUGLO, nascido no dia 06/05/1985, nacional do Togo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 311, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.054554/2014-61.
Interessado: AHMAD LUAKADIABANYA KANYINDA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 36/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14119360), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado AHMAD LUAKADIABANYA KANYINDA, nascido no dia 26/11/1988, nacional da República Democrática do Congo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 312, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.057774/2014-47.
Interessado: TOCHUKWU KENNEDY CHUKWELOKA
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 35/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14119349), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado TOCHUKWU KENNEDY CHUKWUELOKA, nascido no dia 25/04/1985, nacional da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 313, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505019701201619.
Interessado: RAABE ALBERTINA EMANUEL ÁLVARO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 34/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14119319), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de reconhecimento da condição de refugiada RAABE ALBERTINA EMANUEL ÁLVARO, nascida no dia 13/09/1997, nacional da Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 314, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505019782201657.
Interessado: MALIK MUHAMMAD TANVEER.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 213/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11559321), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado MALIK MUHAMMAD TANVEER, nacional do Paquistão, nascido em 14/08/1991, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 315, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.020655/2018-62.
Interessado: FRANCISCO NANQUE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 23/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14069475), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado FRANCISCO NANQUE, nascido no dia 12/01/1983, nacional da Guiné-Bissau, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 316, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.021828/2017-89.
Interessado: ABDOUL HAKE INOUSSA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 20/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14043685), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado ABDOUL HAKE INOUSSA, nascido no dia 28/01/1990, nacional do Togo, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 317, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505141045201478.
Interessado: AZIZ BOUKAROUCHE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 512/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (12082085), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado AZIZ BOUKAROUCHE, nascido no dia 05/02/1975, nacional da Argélia, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 318, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.008316/2005-57.
Interessado: LEONARDO DIOGO GAZOLA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 40/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SNJ (14119413) de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de refúgio LEONARDO DIOGO GAZOLA, nascido no dia 01/01/1977, natural da Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 320, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505023374201519.
Interessado: TARIQ TALAL DAOUD NASER.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 400/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11782731), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado TARIQ TALAL DAOUD NASER, nascido no dia 19/03/1996, nacional da Jordânia, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 321, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.042859/2014-21.
Interessado: SAID SABIH.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 15/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14006340), de 09/03/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado SAID SABIH, nascido em 15/02/1959, nacional do Marrocos, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 322, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.027056/2014-46.
Interessado: AMIR GAMIL IBRAHIM BADR.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 17/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14006374), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado AMIR GAMIL IBRAHIM BADR, nascido no dia 10/05/1986, nacional do Egito, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 323, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.046201/2014-51.
Interessado: MIGUEL CARLOS MPANZU.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 14/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14006314), de 09/03/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado MIGUEL CARLOS MPANZU, nascido no dia 24/12/1977, natural da República Democrática do Congo, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 324, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08504.008419/2014-54.
Interessado: ABDELNASSER KAMAL AHMED MOHAMED.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 39/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14119399), de 09/03/2021, e NÃO CONHEÇO do presente recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado ABDELNASSER KAMAL AHMED MOHAMED, nascido no dia 19/01/1986, natural do Egito, tendo em vista a sua intempestividade, não se enquadrando nos preceitos do art. 29 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 326, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.016341/2015-86.
Interessado: TAIWO GABRIEL ABIOYE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 5/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (13989537), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado TAIWO GABRIEL ABIOYE, nascido no dia 23/11/1989, nacional da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 327, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505006716201536.
Interessado: VYSAKH CHEMBIL SURENDRAN.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 147/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11497226), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado VYSAKH CHEMBIL SURENDRAN, nascido no dia 04/10/1993, nacional da Índia, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 329, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.017157/2014-72.
Interessado: KEHINDE SAMSON ABIOYE.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 4/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (13988909), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado KEHINDE SAMSON ABIOYE, nascido no dia 23/11/1989, nacional da Nigéria, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 330, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08280017701201585.
Interessado: SHOUKAT ALI SHAH.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 138/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11493603), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado SHOUKAT ALI SHAH, nascido no dia 25/02/1978, nacional do Paquistão, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 332, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505.043845/2014-24.
Interessado: MBIYAVANGA ANDRÉ LUVETAMA.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 3/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (13793486), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado MBIYAVANGA ANDRÉ LUVETAMA, nascido no dia 30/09/1986, nacional da Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 334, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08505056966201517.
Interessado: MAVINGA EDUARDO GERALDO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 33/2021/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (14119308), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pelo solicitante de reconhecimento da condição de refugiado MAVINGA EDUARDO GERALDO, nascido no dia 11/11/1990, nacional de Angola, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

DECISÃO DO MINISTRO Nº 335, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo Administrativo nº 08460.039119/2013-90.
Interessada: SANDRA PEREIRA DE CARVALHO.
Assunto: Recurso Administrativo em pedido de refúgio.
Acolho as razões exaradas no Parecer nº 473/2020/CONARE_Recursos/CONARE/DEMIG/SENAJUS (11941088), de 09/03/2021, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela solicitante de reconhecimento da condição de refugiada SANDRA PEREIRA DE CARVALHO, nascida no dia 24/04/1980, nacional de São Tomé e Príncipe, por não se enquadrar nos preceitos do art. 1º da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado

POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 17.926.342, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e, em razão da INCORPORAÇÃO da empresa SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 01.190.738/0001-21, pela empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 87.169.900/0001-45, conforme consta do processo nº 08512.001405/2020-59 - DELESP/DREX/SR/PF/SP resolve:
Conceder autorização à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 87.169.900/0001-45, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir:
Da empresa cedente SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - LTDA CNPJ 01.190.738/0001-21:
215 (duzentos e quinze) revólveres calibre 38;
2271 (dois mil duzentos e setenta e um) cartuchos de munição calibre 38;

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 18.129.522, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.001092/2021-12-SEI/PF, resolve:
CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na atividade de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL, CNPJ nº 38.282.487/0002-04, para atuar em Minas Gerais.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.856, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/5065 - DPF/SJK/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGVAP ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/C LTDA, CNPJ nº 57.524.829/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 476/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.857, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/6121 - DPF/UDI/MG, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUERZA SEGURANÇA PRIVADA - VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 33.924.772/0001-79, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 403/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.858, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/6135 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QRV SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 30.669.598/0001-77, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 527/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.859, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/6153 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAX FORCE CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.566.333/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 452/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.860, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/9784 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KAIRÓS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.377.459/0003-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 566/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.861, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/10990 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MONTANA SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 19.200.109/0001-09, sediada em Tocantins, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
96 (noventa e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.862, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/14581 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARMADA REAL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.604.767/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 677/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.863, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16475 - DPF/UDI/MG, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0007-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 645/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.864, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17704 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SEGIL VIGILANCIA E SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 40.170.029/0001-36, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
42 (quarenta e dois) Revólveres calibre 38
504 (quinhentas e quatro) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.865, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17988 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:
CONCEDER autorização à empresa DFA SEGURANÇA PATRIMONIAL E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.688.128/0001-39, sediada na Bahia, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
100 (cem) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.866, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18784 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINQUEDOS BANDEIRANTE S.A., CNPJ nº 61.068.557/0005-82 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.872, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/5997 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:
CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa JARDELBRITTO SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 37.750.561/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 458/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.873, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/7724 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA TÁTICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 13.739.782/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 498/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.874, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/11441 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa SUPERVISÃO SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 21.559.564/0001-39, sediada em São Paulo, para adquirir:
Da empresa cedente PATRIMONIUM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 05.955.614/0001-40:
9 (nove) Revólveres calibre 38
Da empresa cedente PATRIMONIUM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 05.955.614/0001-40:
165 (cento e sessenta e cinco) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.875, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/12822 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa PRESSSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.818.229/0001-40, sediada em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Arma de choque elétrico de contato direto
2 (dois) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g
1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.876, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17798 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve:
CONCEDER autorização, à empresa MEGATRONICK VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 14.182.991/0001-85, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.877, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18071 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve: AUTORIZAR a empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA , CNPJ Nº 10.446.347/0001-16, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser FORÇA ALERTA SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.878, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18739 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ Nº 26.729.300/0001-08, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser IBL TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.880, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13439 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:
CONCEDER autorização à empresa RAV SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 36.936.368/0001-03, sediada em São Paulo, para adquirir:
Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0005-32:
6 (seis) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.881, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16349 - DPF/SJK/SP, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa URBANIZADORA MUNICIPAL S/A - URBAM, CNPJ nº 45.693.777/0001-17 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.882, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16634 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:
DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa COMBATE SEGURANCA DE VALORES EIRELI, CNPJ nº 02.322.136/0004-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 684/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.883, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/16876 - DPF/MGA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa A J RORATO & CIA LTDA, CNPJ nº 76.295.344/0001-37, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

36 (trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.884, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/17068 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ZERO92 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 36.275.625/0001-03, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente V7 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.662.451/0001-69:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente V7 SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.662.451/0001-69:

100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.885, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19010 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMÍNIO PRIVÊ HARAS DE ALDEIA I, CNPJ nº 02.303.262/0001-50 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.886, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/19103 - DPF/SJE/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ENFORMA - FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES - EIRELI - EPP, CNPJ nº 19.613.482/0001-83, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ALERTA SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 62.802.285/0003-01:

26 (vinte e seis) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2000 (duas mil) Munições calibre 38

3000 (três mil) Munições calibre 12

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

8000 (oito mil) Gramas de pólvora

50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

3000 (três mil) Espoletas calibre .380

3000 (três mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.888, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/2563 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REAÇÃO GUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.814.159/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 272/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.889, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/13822 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

50000 (cinquenta mil) Espoletas calibre 38

12000 (doze mil) Gramas de pólvora

50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.890, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18523 - DPF/GVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa A SENTINELA ESCOLA DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 07.216.131/0001-50, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

3 (três) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 1.891, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR -GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/18551 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GUARDIÃ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 26.743.708/0001-26, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

836 (oitocentas e trinta e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 17.926.292, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83 e, em razão da INCORPORAÇÃO da empresa SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 01.190.738/0001-21, pela empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 87.169.900/0001-45, conforme consta do processo nº 08512.001405/2020-59 - DELESP/DREX/SR/PF/SP resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SEMPRE EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ 01.190.738/0001-21, localizada em SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº18.047.351, DE 16 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.002558/2021-12-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA CNPJ 92.928.845/0001-60, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.095.605, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.007169/2020-62 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - TRANSPETRO/GEMADRE - CNPJ Nº 02.709.449/0008-25, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.095.921, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.007177/2020-17 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS (CAMAÇARI/BA), CNPJ Nº 34.053.942/0010-40, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.096.671, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.002779/2021-82-DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa AGROFEL COM DE PRODUTOS AGRICOLAS FERRARIN_LTDA, inscrita no CNPJ 89.286.116/0001-42, localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.097.021, DE 19 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08220.001284/2021-10-DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa A.A.RIBEIRO THAINES, CNPJ 05.912.493/0001-50, localizada no Estado do ACRE.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

PORTARIA Nº 18.129.421, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08211.001092/2021-12 - SEI/PF, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida à empresa COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL, CNPJ Nº 33.042.730/0067-30, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 0123/2021 de 22/03/2021, 0124/2021 de 22/03/2021, 0126/2021 de 23/03/2021, 0127/2021 de 23/03/2021, 0128/2021 de 24/03/2021 e 0129/2021 de 24/03/2021, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039002142202171 Requerente: A ASSOCIACAO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Danielle Caryn Metzler Data Nascimento: 14/03/1981 Passaporte: 561216371 País: EUA Mãe: Diane Louise Buck Pai: David Paul Metzler;

Processo: 47039003742202156 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAU LLIN CHINESTA Data Nascimento: 03/06/1997 Passaporte: PAI023169 País: ESPANHA Mãe: Julia Purificacion Chinesta Climent Pai: Jose Llin Carbonell;

Processo: 47039004029202120 Requerente: MITSUI RAIL CAPITAL PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: SOTARO TOKIMASA Data Nascimento: 27/12/1993 Passaporte: TR4980948 País: JAPÃO Mãe: HIROKO TOKIMASA Pai: TATSUICHIRO TOKIMASA;

Processo: 47039004035202187 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DIEGO CARLOS MORENO MALDONADO Data Nascimento: 15/12/1975 Passaporte: PAH751951 País: ESPANHA Mãe: Dominga Maldonado Moreno Pai: Victoriano Moreno Talavera;

Processo: 47039004041202134 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: JUAN JESUS RODRIGUEZ CANDELA Data Nascimento: 25/06/1971 Passaporte: PAH967181 País: ESPANHA Mãe: Rafaela Candela Ramirez Pai: Jose Luis Rodriguez Espinosa;

Processo: 47039004108202131 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Amanda Grace Esty Data Nascimento: 26/08/1982 Passaporte: GA222099 País: CANADÁ Mãe: Theresa Steeves Pai: Timothy Esty;

Processo: 47039004148202182 Requerente: ESCOLA BRITANICA DE BRASILIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Harrison Johnson James Data Nascimento: 21/02/1989 Passaporte: 513577272 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Alma James Pai: Hubert Simon James;

Processo: 47039004214202114 Requerente: JK VARIEDADES PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: XIONGYAN LU Data Nascimento: 08/08/1984 Passaporte: E57754393 País: CHINA Mãe: XUEHUA WEI Pai: JINJIAN LU;

Processo: 47039004215202169 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Julio Cesar Puente Jr Data Nascimento: 17/01/1990 Passaporte: 546512773 País: EUA Mãe: Beatriz De La Rosa Pai: Julio Cesar Puente;

Processo: 47039004396202123 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: FIONA JANE CHARNLEY Data Nascimento: 11/03/1977 Passaporte: PA6205737 País: AUSTRÁLIA Mãe: JULIE ANN CHARNLEY Pai: ROSS WILLIAM CHARNLEY;

Processo: 47039004216202111 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Hannah Clark Luber Data Nascimento: 30/10/1991 Passaporte: 494481762 País: EUA Mãe: Caroline Ann Sherman Pai: Lawrence John Luber;

Processo: 47039004218202101 Requerente: 99 TECNOLOGIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: HENRY CHARLES SHERRINGTON Data Nascimento: 03/06/1994 Passaporte: 501123592 País: GRÃ BRETANHA Mãe: EDWARD MARK SHERRINGTON Pai: ELIZABETH JANE SHERRINGTON;

Processo: 47039004223202113 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mario Manuel Barrueta Rivera Data Nascimento: 19/01/1979 Passaporte: G31814361 País: MÉXICO Mãe: Maria Elena Rivera Piza de Barrueta Pai: Manuel Barrueta Garcia;

Processo: 47039004281202139 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB - EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DAWN ELIZABETH BURNETT Data Nascimento: 24/06/1978 Passaporte: 560684892 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Elizabeth Janet Burnett Pai: Thomas Leslie Forbes Burnett;

Processo: 47039004299202131 Requerente: AIR CHINA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LEI SHI Data Nascimento: 23/01/1982 Passaporte: PE1206949 País: CHINA Mãe: Yumei Ge Pai: Jinxiang Shi;

Processo: 47039004349202180 Requerente: AKER SOLUTIONS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Suzana Do Rosário A Neto Oliveira Data Nascimento: 20/05/1989 Passaporte: N2413491 País: ANGOLA Mãe: Catarina Isabel António Pai: João Manuel da Conceição Neto; e

Processo: 47039004385202143 Requerente: UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Beatriz Bañales Menéndez Data Nascimento: 31/08/1991 Passaporte: PAL531824 País: ESPANHA Mãe: Maria Olvido Menéndez Cachón Pai: Carlos Bañales Curiel.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039001908202108 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID LEONARDI Data Nascimento: 02/06/1978 Passaporte: C8VWW9CC2 País: ALEMANHA;

Processo: 47039001910202179 Requerente: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hans Juergen Lauer Data Nascimento: 26/02/1969 Passaporte: CH1HT5FFC País: ALEMANHA;

Processo: 47039003139202174 Requerente: SIEMENS INFRAESTRUTURA E INDUSTRIA LTDA. Prazo: até 07/12/2021 Imigrante: JOSE CARLOS BARRASA SHAW Data Nascimento: 20/03/1971 Passaporte: PAE733921 País: ESPANHA;

Processo: 47039003149202118 Requerente: VEBRATEC REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SAVERIO IPPOLITO Data Nascimento: 06/09/1961 Passaporte: YA7996466 País: ITÁLIA;

Processo: 47039003382202192 Requerente: TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: CAI DONGLIANG Data Nascimento: 09/04/1977 Passaporte: PE1071497 País: CHINA;

Processo: 47039003383202137 Requerente: TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: LI YIXIN Data Nascimento: 15/12/1985 Passaporte: PE1068818 País: CHINA;

Processo: 47039003384202181 Requerente: TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: ZHU XING Data Nascimento: 23/03/1995 Passaporte: PE1436424 País: CHINA;

Processo: 47039003385202126 Requerente: TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: CHEN LIANG Data Nascimento: 09/04/1982 Passaporte: G56116785 País: CHINA;

Processo: 47039003386202171 Requerente: TERMINAL MARITIMO DO GUARUJA S/A - TERMAG Prazo: 90 Dia(s) Imigrante: DING PINGAN Data Nascimento: 15/05/1995 Passaporte: EH3980539 País: CHINA;

Processo: 47039003546202181 Requerente: REMAZEL SERVICOS DE SISTEMA DE OLEO & GAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Davide Lionello Gualeni Data Nascimento: 15/10/1985 Passaporte: YB1414492 País: ITÁLIA;

Processo: 47039003819202198 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jakub Andrzej Rabczak Data Nascimento: 30/11/1994 Passaporte: EM0197878 País: POLÔNIA;

Processo: 47039003823202156 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Peter Santeler Data Nascimento: 03/11/1978 Passaporte: U2747640 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039003826202190 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roland Bahl Data Nascimento: 20/02/1973 Passaporte: U0994398 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039003849202102 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JORRE SAKARI RANTALA Data Nascimento: 20/10/1988 Passaporte: FP4418400 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039003850202129 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SEVERI JOHANNES POLOJARVI Data Nascimento: 21/03/1986 Passaporte: FP2609694 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039003851202173 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIKA EERIK MAKINEN Data Nascimento: 23/01/1967 Passaporte: FP3137572 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039003852202118 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIIKA ILMARI KLEEMOLA Data Nascimento: 22/05/1988 Passaporte: FP3513023 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039003854202115 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stefan Winkler Data Nascimento: 11/10/1995 Passaporte: U4871454 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039003855202151 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS GOMIG Data Nascimento: 31/12/1995 Passaporte: P6815435 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039003857202141 Requerente: DOPPELMAYR BRASIL SISTEMAS DE TRANSPORTE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Dean Evan Rhodes Data Nascimento: 01/04/1988 Passaporte: LT480240 País: NOVA ZELÂNDIA;

Processo: 47039003898202137 Requerente: SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEXANDRU TANDARA Data Nascimento: 03/12/1996 Passaporte: 056722603 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039003941202164 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Exean Kwrisnash Romero Data Nascimento: 19/08/1976 Passaporte: 566482258 País: EUA;

Processo: 47039003958202111 Requerente: BUHLER INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: FAUSTO CROCI Data Nascimento: 18/11/1960 Passaporte: YB4489490 País: ITÁLIA;

Processo: 47039003961202135 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: John Wolff Zimmer Data Nascimento: 23/03/1968 Passaporte: 212103078 País: DINAMARCA;

Processo: 47039003972202115 Requerente: BRAZIL IRON MINERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Geoffrey Ronald Marshall Data Nascimento: 29/02/1980 Passaporte: 538568188 País: INGLATERRA;

Processo: 47039003978202192 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: AGBEJULE ADEKUNLE ADEBIYI Data Nascimento: 28/10/1979 Passaporte: A09330128 País: NIGÉRIA;

Processo: 47039004050202125 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Per Gunnar Markström Data Nascimento: 18/11/1966 Passaporte: 35209028 País: SUÉCIA;

Processo: 47039003994202185 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TERUYUKI OIE Data Nascimento: 16/07/1959 Passaporte: TS3098746 País: JAPÃO;

Processo: 47039003995202120 Requerente: AMI BRASIL AUTOMACAO E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Luis Eduardo Galvan Real Data Nascimento: 30/10/1996 Passaporte: G38941750 País: MÉXICO;

Processo: 47039003996202174 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAKUYA ISHIGAKI Data Nascimento: 10/05/1991 Passaporte: TR8976566 País: JAPÃO;

Processo: 47039004003202181 Requerente: NANSEN INSTRUMENTOS DE PRECISAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Xiucheng Guo Data Nascimento: 11/09/1980 Passaporte: EH6858580 País: CHINA;

Processo: 47039004001202192 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GUSTAVO ADOLFO SAAVEDRA CELI Data Nascimento: 31/07/1976 Passaporte: 119212400 País: PERU;

Processo: 47039004014202161 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAEYOUNG NOH Data Nascimento: 22/11/1988 Passaporte: M79121489 País: COREIA DO SUL Imigrante: YONGCHAE LIM Data Nascimento: 29/06/1965 Passaporte: M89577775 País: COREIA DO SUL;

Processo: 47039004010202183 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MARCO ANTONIO MORALES SALDAÑA Data Nascimento: 29/05/1983 Passaporte: 118527314 País: PERU;

Processo: 47039004018202140 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: OMAR SANCHEZ CARBAJAL Data Nascimento: 29/09/1985 Passaporte: 119232051 País: PERU;

Processo: 47039004030202154 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Chong Cheong Yi Data Nascimento: 09/02/1969 Passaporte: A54934048 País: MALÁSIA;

Processo: 47039004031202107 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Mohammad Farihim Bin Abdullah Data Nascimento: 26/06/1978 Passaporte: E7044900C País: CINGAPURA;

Processo: 47039004054202111 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: April Minerva Macias Data Nascimento: 31/03/1990 Passaporte: 568692070 País: EUA;

Processo: 47039004055202158 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dennis William Smith Data Nascimento: 04/06/1971 Passaporte: 598946349 País: EUA;

Processo: 47039004056202101 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Dillon Arthur de Haven Data Nascimento: 10/02/1984 Passaporte: 506712898 País: EUA;

Processo: 47039004058202191 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Elijah Michael Archuleta Data Nascimento: 03/06/1994 Passaporte: 653504033 País: EUA;

Processo: 47039004059202136 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Francisco Rivera Villamar Data Nascimento: 03/01/1974 Passaporte: G29015561 País: MÉXICO;

Processo: 47039004060202161 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Hector Ramon Neaves Data Nascimento: 19/04/1976 Passaporte: 554640674 País: EUA;

Processo: 47039004061202113 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jared David Leifeld Data Nascimento: 01/11/1980 Passaporte: 537152035 País: EUA;

Processo: 47039004062202150 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jesus Rosales Melendez Data Nascimento: 08/12/1992 Passaporte: G35340921 País: MÉXICO;

Processo: 47039004064202149 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joshua Luis Rodriguez Data Nascimento: 20/08/1985 Passaporte: 588755224 País: EUA;

Processo: 47039004065202193 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Joshua William Round Data Nascimento: 25/06/1983 Passaporte: 506709456 País: EUA;

Processo: 47039004066202138 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Michael Patrick Mc Clure Data Nascimento: 15/11/1990 Passaporte: 654952381 País: EUA;

Processo: 47039004067202182 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Kevin Michael Huston Data Nascimento: 21/03/1977 Passaporte: 592525655 País: EUA;

Processo: 47039004083202175 Requerente: FPS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GRZEGORZ SIERANT Data Nascimento: 30/07/1976 Passaporte: EH9253411 País: POLÔNIA;

Processo: 47039004085202164 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Przemyslaw Jan Popiolek Data Nascimento: 01/04/1979 Passaporte: EF2391088 País: POLÔNIA;

Processo: 47039004088202106 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Leszek Jan Zielinski Data Nascimento: 06/06/1972 Passaporte: EJ4753176 País: POLÔNIA;

Processo: 47039004089202142 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jefer Hernando Betancourt Leon Data Nascimento: 01/05/1990 Passaporte: AR888929 País: COLÔMBIA;

Processo: 47039004091202111 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAMADOU ALIOU DIALLO Data Nascimento: 10/10/1986 Passaporte: 18AF30688 País: FRANÇA;

Processo: 47039004093202119 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Stanislas Christian Diamvinza Yeba Data Nascimento: 07/05/1971 Passaporte: AAI179806 País: ESPANHA;

Processo: 47039004097202199 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ronald Anton Mergler Data Nascimento: 16/10/1960 Passaporte: C2JVZYY6L País: ALEMANHA;

Processo: 47039004101202119 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Pau Camerino Castañer Data Nascimento: 04/03/1990 Passaporte: PAL273131 País: ESPANHA;

Processo: 47039004102202163 Requerente: UHLMANN TECNICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Jurgen Christian Kienle Data Nascimento: 09/07/1990 Passaporte: C9R47T1RW País: ALEMANHA;

Processo: 47039004124202123 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Volodymyr Fedorkov Data Nascimento: 21/10/1974 Passaporte: FL785241 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004125202178 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Yurii Yarosh Data Nascimento: 29/12/1978 Passaporte: FN475063 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004126202112 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Volodymyr Kovsh Data Nascimento: 22/07/1973 Passaporte: FM859854 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004144202102 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Oleksandr Kravchenko Data Nascimento: 12/05/1973 Passaporte: FE660438 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004145202149 Requerente: SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVIDE FRANCESCO GIOVANNI MAGGI Data Nascimento: 04/12/1982 Passaporte: YB5924052 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004146202193 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Maksym Onatii Data Nascimento: 15/07/1979 Passaporte: FF381455 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004151202104 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Ruslan Prytula Data Nascimento: 25/11/1984 Passaporte: FJ591710 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004158202118 Requerente: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BARTOLOMEO GENTILE Data Nascimento: 15/04/1977 Passaporte: YB5064182 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004157202173 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALEJANDRO ROMANI FERNANDEZ Data Nascimento: 06/01/1984 Passaporte: PAA887186 País: ESPANHA;

Processo: 47039004161202131 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FENGSHENG CHU Data Nascimento: 25/05/1972 Passaporte: EJ2549145 País: CHINA;

Processo: 47039004165202110 Requerente: GOLDWIND EQUIPAMENTOS E SOLUCOES EM ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Zhihua Lin Data Nascimento: 16/09/1989 Passaporte: EJ3242578 País: CHINA;

Processo: 47039004171202177 Requerente: TEMOINSA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHUANG ZHANG Data Nascimento: 15/08/1995 Passaporte: E43118552 País: CHINA;

Processo: 47039004186202135 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alessio Coppe Data Nascimento: 09/12/2001 Passaporte: YB7162461 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004188202124 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Alfio Chiarini Data Nascimento: 06/10/1974 Passaporte: YB2799829 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004190202101 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Andrea Carniato Data Nascimento: 03/11/1976 Passaporte: YA9007683 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004194202181 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Diego Gasparini Data Nascimento: 14/12/1996 Passaporte: YB0855409 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004198202160 Requerente: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LORENZO CADEI Data Nascimento: 10/05/1997 Passaporte: YB3722410 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004199202112 Requerente: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUCA CARGNINO Data Nascimento: 09/02/1995 Passaporte: YB3716755 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004203202134 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TAEHYEON PARK Data Nascimento: 13/02/1990 Passaporte: M39426993 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039004230202115 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Enrico Simionato Data Nascimento: 25/05/1971 Passaporte: YA5532760 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004234202195 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Stefano Florian Data Nascimento: 13/03/1987 Passaporte: YA6118148 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004236202184 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Giovanni Borghetto Data Nascimento: 30/03/1968 Passaporte: YA7470808 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004238202173 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Giovanni Vello Data Nascimento: 25/03/1975 Passaporte: YB1353368 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004240202142 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marco Bedon Data Nascimento: 19/05/1974 Passaporte: YB0855041 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004244202121 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: LUIS RODRIGUEZ ORTIZ Data Nascimento: 23/06/1979 Passaporte: 117094216 País: PERU;

Processo: 47039004243202186 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MAGNUS MARIERO Data Nascimento: 08/08/1989 Passaporte: 33895497 País: NORUEGA;

Processo: 47039004245202175 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Marco Gottardi Data Nascimento: 21/01/1988 Passaporte: YA4172796 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004249202153 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Roberto Fae Data Nascimento: 27/07/1978 Passaporte: YB1542805 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004255202119 Requerente: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANDREA CATTELAN Data Nascimento: 11/10/1979 Passaporte: YB1605881 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004251202122 Requerente: COMAS LATINO-AMERICANA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Walter Gobbo Data Nascimento: 28/02/1967 Passaporte: YB0603560 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004257202108 Requerente: SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: NOE FERNANDO ROJAS DIAZ Data Nascimento: 26/03/1985 Passaporte: G28795069 País: MÉXICO;

Processo: 47039004260202113 Requerente: TECNOIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ALBERTO COLANTUONI Data Nascimento: 19/03/1960 Passaporte: YB1214608 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004263202157 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: FRANK HOLM LEA Data Nascimento: 30/06/1977 Passaporte: CCC111951 País: NORUEGA;

Processo: 47039004269202124 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HENRI TAPIO TIIHONEN Data Nascimento: 28/06/1991 Passaporte: FP4822643 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039004270202159 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MIKKO JUHANI SOUKKO Data Nascimento: 13/03/1991 Passaporte: FP4667842 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039004311202115 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: HEINZ PETER WIEDENHOFER Data Nascimento: 17/10/1970 Passaporte: U1147608 País: ÁUSTRIA;

Processo: 47039004314202141 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: TUOMO ANTTI TAPIO KOKKONEN Data Nascimento: 08/11/1976 Passaporte: FP3332706 País: FINLÂNDIA;

Processo: 47039004313202104 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Nicholas Frank Bommarito Data Nascimento: 21/02/1997 Passaporte: 552273661 País: EUA;

Processo: 47039004318202129 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SERGIO TAINTA ARANA Data Nascimento: 11/06/1979 Passaporte: PAL791176 País: ESPANHA; e

Processo: 47039004320202106 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Juan Manuel Lopez Data Nascimento: 19/09/1995 Passaporte: 651133631 País: EUA.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Caput)

Processo: 47039004748202141 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: THOMAS ANTOINE Data Nascimento: 16/06/1970 Passaporte: 565591415 País: EUA;

Processo: 47039004753202153 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: BRETT RHYMES Data Nascimento: 25/11/1969 Passaporte: 567038913 País: EUA;

Processo: 47039004755202142 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL JAMES CARCISSE Data Nascimento: 18/07/1971 Passaporte: 488101475 País: EUA;

Processo: 47039004757202131 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DARON JAMES HOLMES Data Nascimento: 11/12/1984 Passaporte: 540417565 País: EUA;

Processo: 47039004759202121 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RON MICHAEL FONTENETTE Data Nascimento: 11/02/1969 Passaporte: 531266656 País: EUA;

Processo: 47039004761202108 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIMOTHY JEROME DELCO Data Nascimento: 30/07/1979 Passaporte: 531266445 País: EUA;

Processo: 47039004764202133 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: CHRISTOPHER DERRICK WALKER Data Nascimento: 17/10/1978 Passaporte: 649324697 País: EUA;

Processo: 47039004767202177 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL LEDET JR Data Nascimento: 20/07/1973 Passaporte: 488085597 País: EUA;

Processo: 47039004770202191 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DALE DEES Data Nascimento: 23/10/1962 Passaporte: 494266779 País: EUA;

Processo: 47039004779202100 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: PATRICK JAMES HARRIS Data Nascimento: 14/09/1976 Passaporte: 566884292 País: EUA;

Processo: 47039004782202115 Requerente: INTERMOOR DO BRASIL SERVICOS ONSHORE E OFFSHORE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: TIMOTHY CLAY HAMIL Data Nascimento: 28/06/1957 Passaporte: 488087876 País: EUA;

Processo: 47039004828202104 Requerente: DIESEL LINE CAMBUI LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: HYUNWON PARK Data Nascimento: 04/10/1980 Passaporte: M19933977 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039004837202197 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALESSANDRO ALBERONI Data Nascimento: 25/09/1983 Passaporte: YA5637562 País: ITÁLIA Imigrante: MARIO GUERRA Data Nascimento: 01/08/1960 Passaporte: YB0914518 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004896202165 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JORGE ADRIAN FONSECA BLANCO Data Nascimento: 20/08/1993 Passaporte: 115470521 País: COSTA RICA;

Processo: 47039004905202118 Requerente: GE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Léo Broyer Data Nascimento: 05/10/1994 Passaporte: 20AF60791 País: FRANÇA;

Processo: 47039004932202191 Requerente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MCWILLIAM MALAVE ALESSIO Data Nascimento: 17/09/1965 Passaporte: HP244333 País: CANADÁ;

Processo: 47039004939202111 Requerente: METALOCK BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JESUS IRAN BATISTA AGUILAR Data Nascimento: 31/10/1978 Passaporte: PA0580918 País: PANAMÁ;

Processo: 47039004959202183 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: JEREMÍAS EDUARDO PROBOSTE GARCÉS Data Nascimento: 04/11/1990 Passaporte: F37846364 País: CHILE;

Processo: 47039004953202114 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Milton Castillo Cueto Data Nascimento: 29/01/1974 Passaporte: F34425175 País: CHILE;

Processo: 47039004956202140 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Cristóbal Enrique Barrera Burgos Data Nascimento: 09/10/1984 Passaporte: P19773631 País: CHILE;

Processo: 47039004961202152 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: YOZADATH GONZALEZ RIVERON Data Nascimento: 11/11/1995 Passaporte: G38878440 País: MÉXICO;

Processo: 47039004957202194 Requerente: ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Ray Harry Marcelli Data Nascimento: 16/04/1970 Passaporte: 531092242 País: EUA;

Processo: 47039004970202143 Requerente: OMR - COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Simone Agnelli Data Nascimento: 15/02/1997 Passaporte: YB3426107 País: ITÁLIA;

Processo: 47039004971202198 Requerente: OMR - COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: Nicola Bontempi Data Nascimento: 12/10/1985 Passaporte: YA9197693 País: ITÁLIA;

Processo: 47039005000202165 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: MICHAEL LIEBST Data Nascimento: 05/06/1958 Passaporte: C5KR8HP7V País: ALEMANHA;

Processo: 47039005026202111 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: EIRIK TAFJORD LOEVOLL Data Nascimento: 19/01/1984 Passaporte: 32824603 País: NORUEGA;

Processo: 47039005053202186 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ORVILLE PASTOR SANCHEZ ORTIZ Data Nascimento: 20/02/1984 Passaporte: G34963009 País: MÉXICO;

Processo: 47039005060202188 Requerente: VEBRATEC REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: ALESSANDRO TESTA Data Nascimento: 13/08/1991 Passaporte: YA6148949 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039005073202157 Requerente: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: DONGBYEOK KIM Data Nascimento: 15/12/1961 Passaporte: M36374876 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RN 03 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º)

Processo: 47039005080202159 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: GEORGE NELSON JOHNSTON Data Nascimento: 26/05/1977 Passaporte: 661903586 País: EUA.

Residência Prévia - RN 04 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039004073202130 Requerente: ULMA HANDLING SISTEMAS AUTOMATIZADOS DE ARMAZENAMENTO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Lars Kjærsgaard Jensen Data Nascimento: 29/04/1970 Passaporte: 206777381 País: DINAMARCA;

Processo: 47039004275202181 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: até 21/12/2021 Imigrante: ANTONIO LOPEZ AGUILAR Data Nascimento: 29/06/1988 Passaporte: G34032148 País: MÉXICO;

Processo: 47039004276202126 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: MATS JONAS LUNDGREN Data Nascimento: 15/05/1987 Passaporte: 96562865 País: SUÉCIA;

Processo: 47039004279202160 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: até 21/12/2021 Imigrante: ELODIO LOPEZ RASGADO Data Nascimento: 03/09/1974 Passaporte: G27273104 País: MÉXICO;

Processo: 47039004283202128 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: até 21/12/2021 Imigrante: GABRIEL MANUEL SANTIAGO Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: G34531325 País: MÉXICO;

Processo: 47039004356202181 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: até 21/12/2021 Imigrante: GERSON OBED MUÑOZ PEREZ Data Nascimento: 01/10/1996 Passaporte: G36722934 País: MÉXICO;

Processo: 47039004359202115 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: 11 Mês(es) Imigrante: JOSE ANTONIO SALINAS MARTINEZ Data Nascimento: 01/02/1993 Passaporte: G34031554 País: MÉXICO; e

Processo: 47039004361202194 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL EIRELI Prazo: 11 Mês(es) Imigrante: JOSE LUIS RAMOS PEREZ Data Nascimento: 13/02/1989 Passaporte: G38559117 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039003968202157 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 17/07/2021 Imigrante: SEBASTIAN BODMAN Data Nascimento: 09/01/1956 Passaporte: GA954287 País: CANADÁ;

Processo: 47039004098202133 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 11/09/2022 Imigrante: ROBERTO HERNANDEZ GARCIA Data Nascimento: 01/07/1970 Passaporte: G22363140 País: MÉXICO;

Processo: 47039004103202116 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: CRISTIAN AJDEROV Data Nascimento: 09/12/1976 Passaporte: 056793165 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039004111202154 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 05/11/2021 Imigrante: RUFUS HOWARD CUTLER Data Nascimento: 01/12/1972 Passaporte: 511111004 País: GRÃ BRETANHA;

Processo: 47039004160202197 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Francisco Jr Bermoy Betco Data Nascimento: 10/10/1977 Passaporte: P0996536A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004212202125 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ROBERT MOGA Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: 056577628 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039004327202110 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 07/08/2022 Imigrante: SERGEI FEDOROVICH MIKHEEV Data Nascimento: 18/05/1974 Passaporte: 750743401 País: RÚSSIA;

Processo: 47039004333202177 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: DRAGOS BOGDAN IANCU Data Nascimento: 07/05/1979 Passaporte: 054132032 País: ROMÊNIA;

Processo: 47039004338202108 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/11/2021 Imigrante: VOLODYMYR LYSENKO Data Nascimento: 28/05/1970 Passaporte: FF482648 País: UCRÂNIA;

Processo: 47039004339202144 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2021 Imigrante: VITALIY YANKOV DIMOV Data Nascimento: 18/08/1981 Passaporte: 386605064 País: BULGÁRIA;

Processo: 47039004341202113 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 16/08/2021 Imigrante: JUNAS HERBIAS UY Data Nascimento: 22/09/1979 Passaporte: P4261192B País: FILIPINAS;

Processo: 47039004344202157 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/12/2021 Imigrante: FRANCISCO JR. IGNACIO AGORILLA Data Nascimento: 04/06/1973 Passaporte: P7182812A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004348202135 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/11/2021 Imigrante: MLADEN IVOSIC Data Nascimento: 30/04/1982 Passaporte: 129348146 País: CROÁCIA;

Processo: 47039004401202106 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Reynaldo Matias Sale Data Nascimento: 16/09/1962 Passaporte: P5457985B País: FILIPINAS;

Processo: 47039004405202186 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 01/05/2022 Imigrante: Eljon Jay Monteza Pongase Data Nascimento: 22/08/1993 Passaporte: P5109005A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004408202110 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Elves Teves Guanzon Data Nascimento: 01/07/1988 Passaporte: P3992547A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004411202133 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 09/07/2022 Imigrante: Reynaldo Rodil Faller Data Nascimento: 24/04/1961 Passaporte: P3674854A País: FILIPINAS; e

Processo: 47039004434202148 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: até 30/10/2021 Imigrante: Nishanth Morise Data Nascimento: 27/03/1985 Passaporte: N1206248 País: ÍNDIA Imigrante: PRZEMYSLAW SZYMCZAK Data Nascimento: 12/02/1975 Passaporte: EE9107283 País: POLÔNIA.

Residência Prévia - RN 07 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039004531202131 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antoine Quentin Le Gac Data Nascimento: 15/04/1995 Passaporte: 18EI89417 País: FRANÇA; e

Processo: 47039004602202103 Requerente: COMANDO DA AERONAUTICA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Andres Giovanny Diaz Ordonez Data Nascimento: 22/02/1977 Passaporte: AS625368 País: COLÔMBIA.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º)

Processo: 47039004027202131 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ATSUSHI FUJIMOTO Data Nascimento: 30/11/1962 Passaporte: TZ1094210 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º, Inciso I)

Processo: 47039003747202189 Requerente: GBROOT BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BAEKJOONG KIM Data Nascimento: 29/10/1958 Passaporte: M02284102 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 47039003780202117 Requerente: GBROOT BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HYOSIL KIM Data Nascimento: 03/01/1970 Passaporte: M34378189 País: CORÉIA DO SUL; e

Processo: 47039003847202113 Requerente: METALURGICA GOLDEN ART S LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TOMOKI NAKAYAMA Data Nascimento: 19/09/1973 Passaporte: TT1379702 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 21 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039004307202149 Requerente: SOCORRO SPORT CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Imigrante: MEMARICE FONGANG PEKEKO Data Nascimento: 29/04/1994 Passaporte: 1048234 País: CAMARÕES Mãe: YENNO LYDIA Pai: FONGANG PEKEKO MARTIN.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RN 02 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039002206202133 Requerente: ANGEL STORE COMERCIO DE BIJUTERIAS E ACESSORIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SHAOPING LIN Data Nascimento: 21/06/1987 Passaporte: E11281681 País: CHINA Mãe: XIUMEI ZHANG Pai: ZHIMING LIN;

Processo: 47039003597202111 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB - EIRELI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Delia Sorina Miru-Williams Data Nascimento: 04/10/1990 Passaporte: 558898129 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Nicoleta Lenuta Miru Pai: Constantin Miru;

Processo: 47039003759202111 Requerente: LIU JIA YI Prazo: 1 Dia(s) Imigrante: LIJUN CHEN Data Nascimento: 16/09/1995 Passaporte: EC1950398 País: CHINA Mãe: XIUQIN WU Pai: BOGUANG CHEN; e

Processo: 47039004289202103 Requerente: SPORT CLUB INTERNACIONAL Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: CRISTOBAL FUENTES NIETO Data Nascimento: 17/07/1989 Passaporte: PAH328817 País: ESPANHA Mãe: CARMEN NIETO VILCHEZ Pai: CRISTOBAL FUENTES AGUILAR.

Residência - RN 06 - Resolução Normativa, de 08/12/2017

Processo: 47039002646202191 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/07/2022 Imigrante: JAPETH JOHN BATUIGAS LOQUIAS Data Nascimento: 25/09/1994 Passaporte: P8222813A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004045202112 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: até 03/03/2022 Imigrante: SVEN-ERIK KARLEN Data Nascimento: 20/10/1962 Passaporte: 93944361 País: SUÉCIA;

Processo: 47039004389202121 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 25/09/2021 Imigrante: SUBHASH DADA SAHEB KATE Data Nascimento: 10/06/1986 Passaporte: L5270156 País: INDONÉSIA;

Processo: 47039004465202107 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 18/04/2022 Imigrante: PRADEEP KUMAR Data Nascimento: 25/09/1984 Passaporte: U4968874 País: ÍNDIA;

Processo: 47039004469202187 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 14/08/2021 Imigrante: ALPHE SARMIENTO CRUZ Data Nascimento: 11/12/1977 Passaporte: P6122808A País: FILIPINAS;

Processo: 47039004471202156 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2021 Imigrante: ANDREY STARKOV Data Nascimento: 03/05/1988 Passaporte: 73 3707546 País: RÚSSIA; e

Processo: 47039004473202145 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 24/11/2021 Imigrante: IRAKLI IOSEBADZE Data Nascimento: 18/09/1982 Passaporte: 11AA52101 País: GEÓRGIA.

Residência - RN 11 - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º)

Processo: 47039003748202123 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: HEE JIN MOON Data Nascimento: 16/08/1975 Passaporte: M72383021 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RN 14 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039003203202117 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: NAOMI MARTHA MUULU Data Nascimento: 28/08/1996 Passaporte: ZN487103 País: ZÂMBIA;

Processo: 47039003217202131 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: ELIZABETH MITI Data Nascimento: 24/07/1997 Passaporte: ZN512677 País: ZÂMBIA;

Processo: 47039003219202120 Instituição: SOCIEDADE CIVIL CASAS DE EDUCACAO - SCCE Prazo: 6 Mês(es) Imigrante: LESLEY AMANDAH MUKONYORA Data Nascimento: 10/02/1998 Passaporte: EN981610 País: ZIMBABWE;

Processo: 47039003361202177 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: RODOLFO JOSE MENOCAL CASTILLO Data Nascimento: 17/06/2000 Passaporte: C02431897 País: NICARÁGUA;

Processo: 47039003572202118 Instituição: PIME - PONTIFICIO INSTITUTO DAS MISSOES Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GOMES REGAN JHON Data Nascimento: 17/07/1985 Passaporte: EH0006926 País: BANGLADESH;

Processo: 47039003807202163 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Katherine Vanessa Guillen Viscarra Data Nascimento: 01/02/2001 Passaporte: D4060880 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR;

Processo: 47039003853202162 Instituição: DIOCESE DE JATAI Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Xaviar Joseph Mulamootill Data Nascimento: 06/10/1966 Passaporte: YA8978686 País: ITÁLIA; e

Processo: 47039004615202174 Instituição: ASSOCIACAO CATOLICA RAINHA DAS VIRGENS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: VALERIA SOFIA ALVARADO COURTADE Data Nascimento: 04/10/2000 Passaporte: C500171115 País: REPÚBLICA DE EL SALVADOR.

Residência - RN 17 - Resolução Normativa, de 22/12/2017

Processo: 47039004522202140 Requerente: AGENCE FRANCE PRESSE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PASCALE LUCIENNE LOUISE TROUILLAUD Data Nascimento: 02/02/1957 Passaporte: 15DE66626 País: FRANÇA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 03/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039003430202142 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sukhbir Dhanjit Singh Singh Data Nascimento: 07/01/1980 Passaporte: Z2454416 País: ÍNDIA Mãe: Jasminder Pai: Dhanjit Dalip Singh;

Processo: 47039004015202114 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: até 06/03/2022 Imigrante: Riteshkumar Upendra Singh Data Nascimento: 01/08/1988 Passaporte: J7899494 País: ÍNDIA Mãe: Premila Devi Pai: Upendra Singh;

Processo: 47039004420202124 Requerente: WEIR DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Imigrante: RICK JOHANNES HENRICUS TIMMERMANS Data Nascimento: 01/08/1994 Passaporte: NNFKH42R5 País: HOLANDA Mãe: YVONNE MARIA ADRIANA VAN DUIJNHOVEN Pai: ARTHUR ADRIANUS HUBERTUS MARIA TIMMERMANS; e

Processo: 47039004430202160 Requerente: MAHA ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: KELLY KNIBBS Data Nascimento: 30/01/1963 Passaporte: AB538878 País: CANADÁ Mãe: ELAINE IRIS DUPUIS Pai: MEDFORD LEONARD KNIBBS.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 06/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002026202151 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PRAKASH MANNIAM MOHAN Data Nascimento: 01/07/1984 Passaporte: Z2883163 País: ÍNDIA Mãe: AMARAVATHY MOHAN Pai: MOHAN MANNIAM PACHAIYAPPA MUDALIAR;

Processo: 47039003496202132 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Tomasz Andrzej Gradowski Data Nascimento: 04/09/1972 Passaporte: EM8436960 País: POLÔNIA Mãe: Yanina Gradowski Pai: Franciszek Gradowski;

Processo: 47039004178202199 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 14/02/2022 Imigrante: Odd Steinar Johansen Data Nascimento: 10/03/1962 Passaporte: 28899543 País: NORUEGA Mãe: Ane Idun Johansen Pai: Torolf Kyrre Johansen;

Processo: 47039004246202110 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Robert Gene Anderson Data Nascimento: 26/05/1960 Passaporte: 565804160 País: EUA Mãe: Viola Bordelon Pai: Jack Anderson;

Processo: 47039004252202177 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Stephen Michael Bishop Data Nascimento: 25/03/1986 Passaporte: HM200275 País: CANADÁ Mãe: Lynn Johann Bishop Pai: John William Bishop;

Processo: 47039004259202199 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: William John Watt Data Nascimento: 27/04/1978 Passaporte: 536739051 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Alison Watt Pai: Gilbert Watt;

Processo: 47039004337202155 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alexander Frank Ellington Data Nascimento: 04/02/1978 Passaporte: 510964874 País: GRÃ BRETANHA Mãe: Anne Theresa Ellington Pai: Albert Grant Ellington;

Processo: 47039004347202191 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Antoine Uguen Data Nascimento: 18/02/1982 Passaporte: 17CH72318 País: FRANÇA Mãe: Eliane Françoise Tanguy Pai: Jean Louis Uguen;

Processo: 47039004583202115 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Georgios Gerontinis Data Nascimento: 17/10/1976 Passaporte: AP5862732 País: GRÉCIA Mãe: Anna Prodromaki Pai: Dimitrios Gerontinis;

Processo: 47039004607202128 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: ARNEL MALIPOT GONZALEZ Data Nascimento: 12/11/1960 Passaporte: P6662751A País: FILIPINAS Mãe: Erlinda Balicano Malipot Pai: Carlos Samonte Gonzalez;

Processo: 47039004623202111 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 12/12/2021 Imigrante: Derek Allen Smith Data Nascimento: 31/08/1984 Passaporte: 592334015 País: EUA Mãe: Roxann Renee Marcaurele Pai: Dennis Michael Smith; e

Processo: 47039004775202113 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/09/2022 Imigrante: RAFFY CARIAGA GARCIA Data Nascimento: 18/11/1987 Passaporte: P3189372A País: FILIPINAS Mãe: NELIA CARIAGA GARCIA Pai: ENRIQUE MENDOZA GARCIA.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 15/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039004758202186 Requerente: ASSOCIACAO COMUNIDADE FIGUEIRA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: DAVID RULF Data Nascimento: 09/05/1985 Passaporte: P6730158 País: ÁUSTRIA Mãe: Andrea Friederike Brand Pai: Hans Peter Rulf.

Residência - RN 30 - RENOVAÇÃO DE RESIDÊNCIA (RN 24/2018) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039002687202187 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Alain Hernández Santoyo Data Nascimento: 23/10/1981 Passaporte: I785429 País: CUBA Mãe: Carmen Santoyo Rodríguez Pai: Alberto Hernández Rodríguez.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 02/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039003915202136 Requerente: TOYOTA BOSHOKU DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUJI YAMAGUCHI Data Nascimento: 14/08/1957 Passaporte: TR5654321 País: JAPÃO Mãe: MIFUNE YAMAGUCHI Pai: SHIGESABURO MINAMI;

Processo: 47039001058202130 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSÉ ANTÔNIO MIGUEL DA RITA Data Nascimento: 04/03/1970 Passaporte: CB560374 País: PORTUGAL Mãe: Domitília de Jesus Cachapa Miguel Pai: João Francisco Lameiras da Rita;

Processo: 47039002817202181 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SAMUEL DIAZ DE LEON VILLALOBOS Data Nascimento: 05/09/1972 Passaporte: G28595876 País: MÉXICO Mãe: ISABEL VILLALOBOS Pai: PEDRO DIAZ DE LEON;

Processo: 47039003333202150 Requerente: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUNSHAN CAO Data Nascimento: 25/02/1980 Passaporte: EF1448245 País: CHINA Mãe: JIAOE BI Pai: CHENGJIE CAO;

Processo: 47039003558202114 Requerente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: LONG ZHAO Data Nascimento: 09/08/1984 Passaporte: PE1602345 País: CHINA Mãe: XIAOLING ZHANG Pai: LUNING ZHAO;

Processo: 47039003559202151 Requerente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: SHIRONG LUO Data Nascimento: 13/07/1984 Passaporte: PE1960247 País: CHINA Mãe: Bizhao Zheng Pai: Yuxi Luo;

Processo: 47039003561202120 Requerente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: XIAOFENG ZENG Data Nascimento: 27/11/1993 Passaporte: PE1535090 País: CHINA Mãe: Honghui Huang Pai: Hong Zeng;

Processo: 47039003629202171 Requerente: CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: CHUNXUE YANG Data Nascimento: 11/09/1989 Passaporte: EC9583391 País: CHINA Mãe: TIANQIONG DENG Pai: JIAQUAN YANG;

Processo: 47039003938202141 Requerente: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FERNANDO LAREDO AVILA Data Nascimento: 25/11/1989 Passaporte: G27990082 País: MÉXICO Mãe: ALICIA AVILA OLGUIN Pai: FERNANDO LAREDO SANCHEZ;

Processo: 47039003960202191 Requerente: LEROY MERLIN COMPANHIA BRASILEIRA DE BRICOLAGEM Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLOS VERASTEGUI MARIN Data Nascimento: 29/09/1968 Passaporte: XDC829031 País: ESPANHA Mãe: MARIA ISABEL MARIN MADRAZO Pai: EDUARDO VERASTEGUI OCON;

Processo: 47039003983202103 Requerente: CLINICA DE FISIOTERAPIA BELA VISTA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Laura Elena Nuñez de La Rosa Data Nascimento: 03/02/1989 Passaporte: G28672482 País: MÉXICO Mãe: Ma. Concepcion de La Rosa Flores Pai: Juan Antonio Nuñez Medina;

Processo: 47039003989202172 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB - EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: IAN GARY PIXSLEY Data Nascimento: 29/04/1978 Passaporte: 707765237 País: GRÃ BRETANHA Mãe: LINDA ANN PIXSLEY Pai: GERALD BERNARD PIXSLEY;

Processo: 47039003997202119 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB - EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHELLE COLFORD Data Nascimento: 25/09/1981 Passaporte: 538732706 País: GRÃ BRETANHA Mãe: VALERIE ANNE COLFORD Pai: JAMES HUGH COLFORD;

Processo: 47039004006202115 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANLI LI Data Nascimento: 14/10/1986 Passaporte: EJ3670524 País: CHINA Mãe: FAQING ZHOU Pai: ZHIHAI LI;

Processo: 47039004021202163 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHEONG CHEE KIN Data Nascimento: 08/01/1989 Passaporte: A51586417 País: MALÁSIA Mãe: WONG KONG JIN Pai: CHEONG YIM KHEE;

Processo: 47039004026202196 Requerente: TECSOIL AUTOMACAO E SISTEMAS S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: LUIS ALBERTO CALVO DIAZ Data Nascimento: 02/10/1989 Passaporte: K855658 País: CUBA Mãe: CARIDAD DIAZ ALVAREZ-LEDESMA Pai: ADALBERTO CALVO TORNA;

Processo: 47039004118202176 Requerente: CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: DAWEI WU Data Nascimento: 28/03/1988 Passaporte: PE1726094 País: CHINA Mãe: Wanying Wang Pai: Gang Wu;

Processo: 47039004131202125 Requerente: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: CHANGHUA QIU Data Nascimento: 15/11/1969 Passaporte: PE1748996 País: CHINA Mãe: FUYING LIU Pai: CHENGHE QIU;

Processo: 47039004133202114 Requerente: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHANJING GAO Data Nascimento: 21/12/1969 Passaporte: PE1937073 País: CHINA Mãe: XIDE QI Pai: HUDE GAO;

Processo: 47039004140202116 Requerente: LIVSTAR REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Kailash Dilip Khareja Data Nascimento: 07/12/1990 Passaporte: L2449379 País: ÍNDIA Mãe: Varsha Dilip Khareja Pai: Dilip Motiram Khareja;

Processo: 47039004182202157 Requerente: SOUZA CRUZ LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Douglas Jose Arbelaez Bravo Data Nascimento: 31/10/1974 Passaporte: 090676530 País: VENEZUELA Mãe: Flor Vicenta Bravo Gonzalez Pai: Adolfo Leon Arbelaez Alzate; e

Processo: 47039004193202137 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: SAMANTHA LAUREN VOORHEES Data Nascimento: 23/02/1990 Passaporte: 561780941 País: EUA Mãe: Shawnya Dee Carroll Pai: David Mark Voorhees.

Residência - RN 30 - ALTERAÇÃO DE PRAZO (RN 14/2017) - Resolução Normativa, de 12/06/2018

Processo: 47039004294202116 Instituição: CONGREGACAO N SRA RAINHA DOS APOSTOLOS PARA AS VOCACOES Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANCESCA CAROTENUTO Data Nascimento: 30/08/1972 Passaporte: YA5108882 País: ITÁLIA Mãe: ROSSANA DI ROSA Pai: FRANCESCO CAROTENUTO;

Processo: 47039004368202114 Instituição: ASSOCIACAO SAO FRANCISCO DE SALES Prazo: Indeterminado Imigrante: MERRY BENZER GEORGE Data Nascimento: 11/06/1988 Passaporte: S1988509 País: ÍNDIA Mãe: MARY Pai: GEORGE

Residência - RN 36 - Resolução Normativa, de 21/11/2018 (Artigo 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 47039000638202118 Requerente: CARLOS ZOEGA COELHO Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Wai Keung Man Data Nascimento: 14/05/1969 Passaporte: BR7015469 País: HOLANDA Mãe: Margaretha Catharina Wesseling Pai: Chun Wong Man; e

Processo: 47039001630202161 Requerente: BENJAMIN LESSING Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: BENJAMIN LESSING Data Nascimento: 30/10/1973 Passaporte: 549877292 País: EUA Mãe: ROSALYN LESSING Pai: ALFRED LESSING.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/0219 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 47039002494202126 Requerente: ANTONIO VADALA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO VADALÁ Data Nascimento: 16/12/1957 Passaporte: YB2722671 País: ITÁLIA Mãe: GIUSEPPA BERTUCCINI Pai: GIOVANNI VADALÁ.

Residência - RN 40 - Resolução Normativa, de 27/11/2019 (Artigo 3º c/c 4º, Inciso II)

Processo: 47039001780202174 Requerente: GIAN CARLO CALMANTI Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: GIAN CARLO CALMANTI Data Nascimento: 26/05/1953 Passaporte: YA8395392 País: ITÁLIA Mãe: LUX MARIE LUISE Pai: ALCIDE CALMANTI.

Residência - MUDANÇA DE EMPREGADOR - Dec. 9.199/2017 - de 21/11/2017 (Artigo 147, Parágrafo 8)

Processo: 47039004174202119 Requerente: CANADIAN SCHOOL VILA VELHA LTDA Prazo: até 10/12/2021 Imigrante: SHERMIAH BALTHAZAR Data Nascimento: 13/02/1989 Passaporte: AL831210 País: CANADÁ.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MUHANAD MOH'D ABDEL JALIL a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Operações na ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA. Processo: 47039.001101/2021-67, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013889/2020-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante MUHANAD MOH'D ABDEL JALIL a exercer concomitantemente o cargo de Diretor de Operações na MINERACAO VALE VERDE DO BRASIL LTDA Processo: 47039.001106/2021-90, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.013889/2020-73.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante THOMAS ALEXANDER M. DUBAERE a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na CBB - BOTAFOGO ADMINISTRACAO HOTELEIRA E COMERCIAL LTDA. Processo: 47039.003478/2021-51, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.017621/2020-19.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TAO TIAN a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na BOM - BRASIL OLEO DE MAMONA LTDA. Processo: 47039.004069/2021-71, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012542/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TAO TIAN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na CEREAL SUL TERMINAL MARITIMO S/A. Processo: 47039.004071/2021-41, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012542/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TAO TIAN a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na COFCO INTERNATIONAL FERTILIZANTES PARTICIPACOES LTDA. Processo: 47039.004075/2021-29, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012542/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TAO TIAN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na COFCO INTERNATIONAL FERTILIZANTES S.A. Processo: 47039.004076/2021-73, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012542/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TAO TIAN a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na COFCO INTERNATIONAL GRAINS LTDA Processo: 47039.004077/2021-18, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.012542/2020-11.

A Coordenadora-Geral de Imigração Laboral - Substituta, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 47039004217202158 Requerente: ROTA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ADEBIYI RODRIGUE VIRGILE ALITONOU Passaporte: B0572999;

Processo: 47039002265202110 Requerente: TIAGO AUGUSTO DA COSTA Prazo: até 05/01/2024 Imigrante: Tiago Augusto Da Costa Passaporte: C00094907;

Processo: 47039002266202156 Requerente: TIAGO AUGUSTO DA COSTA Prazo: até 05/01/2023 Imigrante: Tiago Augusto Da Costa Passaporte: C00094907;

Processo: 47039002331202143 Requerente: INNGAGE SOLUCOES EM ENGAJAMENTO DE USUARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Mohamed Ali Nakouri Passaporte: X719058;

Processo: 47039000185202111 Requerente: HAHNTEL S/A Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Juan Genaro Suarez Castillo Passaporte: G21465642;

Processo: 47039002152202114 Requerente: RECAPAGEM ALTEROSA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: JOHNNY SANDRO CORREA GAMARRA Passaporte: 120041337;

Processo: 47039002126202188 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Sebastian David Benavides Ordonez Passaporte: AU553007;

Processo: 47039002497202160 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Rami Uolevi Uusitalo Passaporte: FP1259904;

Processo: 47039002498202112 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Jori Hannu Juhani Lindgren Passaporte: FP1297557;

Processo: 47039020262202079 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Arild Solheim Passaporte: 29605476;

Processo: 47039001964202134 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/05/2021 Imigrante: JAMES RAY ALBURO MADRONERO Passaporte: P4728440B;

Processo: 47039001967202178 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 03/05/2021 Imigrante: REEZE MENDEZ TARROZA Passaporte: P2678576B;

Processo: 47039018463202014 Requerente: SHAOXIONG GAN Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: GAN SHAOXIONG Passaporte: E06631619;

Processo: 47039020113202018 Requerente: FICTIX SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: PAZ MACARENA PARRIZAS SILES Passaporte: PAI406348;

Processo: 47039020300202093 Requerente: BE LOFT LOUNGE HOTELARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: SABRINA PATRIZIO Passaporte: YB7115936;

Processo: 47039020513202015 Requerente: MD MAHFUJUR RAHMAN NOYON Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD MAHFUJUR RAHMAN NOYON Passaporte: BQ0410291;

Processo: 47039000554202176 Requerente: VITA GELATO SORVETES LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Melanie Brecip Villamin Passaporte: P5595236B;

Processo: 47039000469202116 Requerente: TERRA MIRIM CENTRO DE LUZ Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: AMANDA DE COURCY HAMILTON Passaporte: 532598105;

Processo: 47039001352202141 Requerente: MD MIZANUR RAHMAN MASUM Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MD MIZANUR RAHMAN MASUM Passaporte: BX0288002;

Processo: 47039001701202125 Requerente: MATTEO LO BIANCO Prazo: 24 Mês(es) Imigrante: MATTEO LO BIANCO Passaporte: YA9534704;

Processo: 47039002196202136 Requerente: HAVAN S.A. Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: Fernando Alves Pereira do Paço Passaporte: CA142790;

Processo: 47039005045202130 Requerente: ISSA VICTOR WENDMANGDE NANA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Issa Victor Wendmangde Nana Passaporte: A3058284;

Processo: 47039002336202176 Requerente: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Imigrante: ANTONIO VIGUERAS CREMADES Passaporte: AAH763432;

Processo: 47039018260202010 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 28/05/2022 Imigrante: Chandrashekhar Bharat Bhogale Passaporte: L9362709;

Processo: 47039018264202006 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 28/05/2022 Imigrante: Dharmendra Kumar Passaporte: T1185439;

Processo: 47039018267202031 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 28/05/2022 Imigrante: Pravinchandra Mandan Solanki Passaporte: K8639512;

Processo: 47039018270202055 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 28/05/2022 Imigrante: Manickalingaaran Thandapani Passaporte: R7311400;

Processo: 47039018807202087 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 30/05/2021 Imigrante: Kirti Jyotindra Tandel Passaporte: L6929533;

Processo: 47039018862202077 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/07/2021 Imigrante: JACKSON SENICA TALAGA Passaporte: P3057510A;

Processo: 47039018864202066 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 21/07/2021 Imigrante: EDUARDO VILLANUEVA BINAUHAN Passaporte: P5123977A;

Processo: 47039020221202082 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 29/07/2021 Imigrante: SULPICIO JR GARAS ESTEPA Passaporte: P7672904A;

Processo: 47039000165202141 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/05/2022 Imigrante: ASHOK MALAIKANNU Passaporte: Z4481629;

Processo: 47039000169202129 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/05/2022 Imigrante: PRADIP SINGH Passaporte: Z3062503;

Processo: 47039001852202183 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 25/12/2021 Imigrante: Abdullah Mohammed Passaporte: Z2612689;

Processo: 47039018612202037 Instituição: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Nicolas Betino Letikirich Passaporte: A2342248;

Processo: 47039001575202117 Requerente: Refaat Abdullah Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: Refaat Abdullah Passaporte: 011375511;

Processo: 47039002273202158 Instituição: ASSOCIACAO SEMENTES DO VERBO Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: LINO SIMÃO DA SILVA PEDROSA Passaporte: P378987;

Processo: 47039002340202134 Instituição: MOVIMENTO DOS FOCOLARES CENTRO OESTE Prazo: 2 Ano(s) Imigrante: MARIA MANUELA MOREIRA ARAÚJO STREHL Passaporte: P235047;

Processo: 47039002636202155 Instituição: FRATERNIDADE ARCA DE MARIA Prazo: Indeterminado Imigrante: CRISTINA CHIMACO ANTONIO Passaporte: N1953035;

Processo: 47039020547202018 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: até 15/01/2023 Imigrante: Arild Solheim Passaporte: 29605476;

Processo: 47039000425202188 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/05/2021 Imigrante: Erwin Gonzales Garcia Passaporte: P3227071B; e

Processo: 47039000427202177 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 10/05/2021 Imigrante: Neil Chavas Villacarillo Passaporte: P0378921A.

CIOMARA MAFRA DOS REIS

RETIFICAÇÕES

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 214, de 10/11/2020, Seção 1, página 33, Processo: 47039.013692/2020-34, onde se lê: Pai: DENNYS CABALE, leia-se: Pai: DENYS CABALE.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 49, de 15/03/2021, Seção 1, página 94, Processo: 47039.003428/2021-73, onde se lê: Pai: KALIAMMAL, leia-se: Pai: SAMYAPPA.

No despacho da Coordenadora-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU nº 55, de 23/03/2021, Seção 1, página 66, Processo: 47039.003686/2021-50, onde se lê: Imigrante: KYLE STEVEN RUSSEL, leia-se: Imigrante: KYLE STEVEN RUSSELL.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DESPACHO Nº 13/2021/DNN_Reaquisicao_de_Nacion/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: CRISTINA MARIA DE MOURA FETT
Processo nº 08000.004375/2021-93

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência para complementar a documentação apresentada, nos termos do artigo 45, Parágrafo único da Portaria nº 623/2020 c/c art. 40 da Lei 9.784/99.

DESPACHO Nº 55/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Expulsão de Estrangeiro
Interessado: BALAQUE BALDÉ
Processo nº 08505.053566/2017-11

O Coordenador de Processos Migratórios, substituto, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, tendo em vista que não restou comprovado o amparo previsto no art. 55, inciso II, alínea "a", da Lei nº 13.445/17.

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.071, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.005861/2018-13, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, WILMAR ALFONSO CARDONA, de nacionalidade colombiana, filho de Wilmar Saenz Dias e de Catalina Cardona, nascido na República da Colômbia, em 18 de maio de 1995, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.072, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.002382/2018-45, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, ESTEBAN DE JESUS VILLAMIL LOPEZ, de nacionalidade colombiana, filho de Absalon Villamil e de Maria Ema Lopez, nascido em Bogotá, República da Colômbia, em 10 de maio de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.073, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.003827/2018-33, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PASCHAL FRIDAY EDEH, de nacionalidade nigeriana, filho de Godwin Edeh e de Ebere Edeh, nascido em Enugu State, na República Federal da Nigéria, em 19 de agosto de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (catorze) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.074, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.009909/2016-20, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, XUAN HUNG PAN, de nacionalidade chinesa, filho de Zhong Sem Pan e de Chun Zhu Ye, nascido na República Popular da China, em 15 de janeiro de 1973, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.075, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.002478/2015-81, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, OBIDIKE JONATHAN UCHECHUKWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Pete Atim e de Joy Uhechukwu, nascido em Lagos, República Federal da Nigéria, em 10 de outubro de 1981, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 5 (cinco) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.077, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.002190/2017-79, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, MAURICIO GOMEZ GONZALEZ, de nacionalidade colombiana, filho de José Ricaute Gomez Montes e de Carmen Teresa Gonzalez Gonzalez, nascido na República da Colômbia, em 26 de abril de 1961, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.078, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.001976/2017-79, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, HENRIQUE TIAGO DOS SANTOS, de nacionalidade boliviana, filho de Madelena Zumba, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 20 de abril de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.079, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08704.008593/2015-21, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

EXPULSAR do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, STANLEY CHINONSO ADONU, de nacionalidade nigeriana, filho de Simon Adonu e de Jenneth Adonu, nascido na República Federal da Nigéria, em 6 de março de 1989, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.080, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR a Outorga de Direitos Políticos ao português beneficiário de Igualdade e Direitos e Obrigações Civis abaixo relacionado, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

PAULO JORGE DOS SANTOS CARDOSO - V858289-K, natural de Portugal, nascido em 11 de junho de 1976, filho de Luiz Manoel Barreiras Cardoso e de Maria Jacinta dos Santos, residente no Distrito Federal/DF (Processo nº 08018.007968/2021-12).

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.081, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, resolve:

RECONHECER E CERTIFICAR ao português abaixo relacionado a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ANTONIO MANUEL FIGUEIREDO RIBEIRO - W291267-1, natural de Portugal, nascido em 10 de julho de 1965, filho de João Batista Ferreira Ribeiro e de Maria Albina Rodrigues de Figueiredo Ribeiro, residente no Estado do Rio de Janeiro/RJ (Processo nº 08460.005522/2020-44).

LUCIANO ARAUJO PEIXOTO

PORTARIA Nº 3.076, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O COORDENADOR DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

OMAR SALLAM - G260172-F, natural da Síria, nascido em 10 de janeiro de 2006, filho de Khaled Sallam e de Amal Hamedh, residente no Estado de São Paulo (processo nº 08505.058877/2018-58).

LUCIANO ARAÚJO PEIXOTO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO SG Nº 10, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Encerramento Processo Administrativo (Condenação Total ou Parcial)
Processo Administrativo nº 08700.004974/2015-71
Representante: Cade "Ex Officio"

Representados: Conselho Federal de Corretores de Imóveis - COFECI; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 23ª Região - CRECI/PI; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 18ª Região - CRECI/AM-RR; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 3ª Região - CRECI-RS, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 6ª Região - CRECI-PR, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 11ª Região - CRECI-SC, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 1ª Região - CRECI-RJ, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 13ª Região - CRECI-ES, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região - CRECI-SP, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 15ª Região - CRECI-CE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 20ª Região - CRECI-MA, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 25ª Região - CRECI-TO, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 16ª Região - CRECI-SE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 7ª Região - CRECI-PE, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 9ª Região - CRECI-BA, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 22ª Região - CRECI-AL, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 17ª Região - CRECI-RN, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 21ª Região - CRECI-PB, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 8ª Região - CRECI-DF, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 14ª Região - CRECI-MS, do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 19ª Região - CRECI-MT; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 12ª Região - CRECI-PA/AP; do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 24ª Região - CRECI-RO e dos seguintes sindicatos: Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado da Paraíba; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Corretores de Imóveis de Petrópolis; Sindicato dos Corretores de Imóveis da Região dos Lagos; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Município do Rio de Janeiro; Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Rondônia; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado de Goiás; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado do Mato Grosso do Sul; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado da Paraíba; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado de Rondônia.

Advogados: Eduardo de Avelar Lamy, Anna Carolina Pereira Cesarino Faraco Lamy; Glauco Teixeira Gomes; Pedro Alberto do Amaral Dutra; Daniel Santos Guimarães; Eduardo Coelho Leal Jardim; Roberto Santos Cunha; Lorena Ibrahim Barbosa Cunha e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 31/2021/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 196, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (i-) pela aplicação definitiva dos benefícios do TCC (art. 85, § 8°, da Lei 12.529/11) em relação aos Representados: a-) Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci); b-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul; c-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Paraná; d-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina; e-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro; f-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Espírito Santo; g-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo; h-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Ceará; i-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Maranhão; j-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Piauí; k-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Sergipe; l-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de Pernambuco; m-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado da Bahia; n-) Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Alagoas; o-) Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Rio Grande do Norte; p-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado da Paraíba; q-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Distrito Federal; r-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Mato Grosso; s-) Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Horizontais, Verticais e de Edifícios Residenciais e Comerciais no Estado de Goiás (Secovi/GO); t-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis dos Estados do Amazonas e de Roraima; u-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Pará e do Amapá; v-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de Rondônia; e, x-) Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado do Tocantins; e, (ii-) condenação dos Representados: a-) Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado da Paraíba; b-) Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado da Paraíba; c-) Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado de Rondônia; d-) Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Rondônia; e-) Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado do Rio de Janeiro; f-) Sindicato dos Corretores de Imóveis do Município do Rio de Janeiro; g-) Sindicato dos Corretores de Imóveis de Petrópolis; h-) Sindicato dos Corretores de Imóveis da Região dos Lagos; i-) Conselho Regional de Corretores De Imóveis do Estado do Mato Grosso do Sul - 14 Região (Creci/MS); j-) Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios do Estado do Mato Grosso do Sul; e k-) Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Mato Grosso do Sul, por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica, nos termos do art. art. 36, incisos I e IV c/c §3º, incisos II, da Lei nº 12.529/2011, recomendando-se, ainda, a aplicação de multa por infração à ordem econômica, nos termos do art. 23 do mesmo dispositivo legal, além das demais penalidades entendidas cabíveis. Ao setor Processual. Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHO SG Nº 14, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Inquérito Administrativo nº 08700.006861/2018-53
Representante: Cade ex officio

Representados: Poly Easy Comercial Ltda., Kanaflex S/A Indústria de Plásticos, Politejo Brasil - Indústria de Plásticos Ltda.; Sérgio Amaral Niccheri, André Maia, Luciano Nóbrega e Edson José Cruz.

Acolho a NOTA TÉCNICA Nº 32/2021/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na NOTA TÉCNICA Nº 32/2021/CGAA6/SGA2/SG/CADE, pelo (a) (i) o arquivamento do Inquérito Administrativo em relação aos Representados Luciano Nóbrega e Edson José Cruz, por insuficiência de indícios até o momento, sem prejuízo da abertura de nova investigação em desfavor desses Representados, caso surjam novos indícios e/ou provas; (ii) pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face das seguintes pessoas jurídicas: Poly Easy Comercial Ltda., Kanaflex S/A Indústria de Plásticos e Politejo Brasil - Indústria de Plásticos Ltda.; e das pessoas físicas: Sérgio Amaral Niccheri, André Maia e Pedro Catela, a fim de apurar a ocorrência das infrações previstas no artigo 36, inciso I e §3º, inciso I, alínea "d", da Lei nº 12.529/2011, no mercado nacional de fornecimento de tubos e conexões de polietileno de alta densidade (PEAD), para obras de infraestrutura de gás; (iii) notificação dos Representados, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem suas defesas no prazo legal de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do artigo 154 do Regimento

Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas pelo Cade, conforme previsto no artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c artigo 146, inciso IV, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo. Publique-se.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DESPACHOS DE 25 DE MARÇO DE 2021

Nº 429 - Ato de Concentração nº 08700.001190/2021-30. Requerentes: HP, Inc. e Kingston Technology Corporation. Advogados: Barbara Rosenberg, Guilherme Morgulis, Marcela Abras Lorenzetti. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 430 - Ato de Concentração nº 08700.000851/2021-18. Requerentes: JSL S/A e Pronto Express Logística S.A. Advogados: Rabih Nasser e Nathalie Sato. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 431 - Ato de Concentração nº 08700.001214/2021-51. Requerentes: CPPIB US RE-A, Inc., Aliansce Shopping Centers S.A. e Luanda Empreendimentos e Participações S.A. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Barbara Rosenberg, Mariana Villela Corrêa e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 436 - Ato de Concentração nº 08700.000380/2021-30. Requerentes: Santa Rita Saúde S.A. e Pró Salute - Serviços para a Saúde Ltda. Advogados: Caio Mário da Silva Pereira Neto, Ricardo Ferreira Pastore, Gabriel de Carvalho Fernandes e outros. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 101/2021/CGAA5/SGA1/SG à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

RETIFICAÇÃO

Na pauta da 174ª Sessão Ordinária de Julgamento, publicada no DOU nº 57, de 25 de março de 2021, Seção 1, página 122, onde se lê: "Processo nº 08700.003246/2017-12. Representante: Cade ex officio. Representadas: Acesso Restrito. Advogados: Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Luiz Guilherme Ros, Bruno Hartkoff Rocha e outros. Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani", leia-se: "Processo nº 08700.003246/2017-12. Representante: Cade ex officio. Representadas: Acesso Restrito. Advogados: Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Tales Castelo Branco, Celso Sanchez Vilardi, Sérgio Palomares e outros. Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani".

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 504, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe o art. 21, inciso IX, e o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1º, do Anexo ao Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo nº 48360.000260/2020-74, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, por trinta dias, a contar de 25 de março de 2021, o prazo de que trata o art. 2º da Portaria nº 461/GM/MME, de 22 de dezembro de 2020, para que a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE/MME, no âmbito de suas competências, apresentem o detalhamento do Programa Para Uso Sustentável do Carvão Mineral Nacional.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

BENTO ALBUQUERQUE

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 9.805. Processo nº 48500.000232/2020-13. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel VII, CEG UFV.RS.RN.047422-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 9.806. Processo nº 48500.000233/2020-50. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel VIII, CEG UFV.RS.RN.047423-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 9.807. Processo nº 48500.002432/2020-01. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel IX, CEG UFV.RS.RN.047424-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 9.808. Processo nº 48500.002431/2020-58. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Serra do Mel X, CEG UFV.RS.RN.047425-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.824, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000761/2021-90. Interessada: Enel Distribuição Goiás Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem das Linhas de Distribuição 13,8 kV SE Baliza - Alimentadores Média Tensão, localizadas no município de Baliza, estado de Goiás. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.826, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000902/2021-74. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Ramal Getulina, localizada no município de Getulina, estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.838, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.000756/2021-87. Interessados: Equatorial PA e Centrais geradoras. Objeto: (i) homologa as tarifas de aplicação e de base econômica do Subgrupo A3 (69 kV), modalidade Geração, da Equatorial PA e (ii) inclui tarifa para as Centrais Geradoras do Subgrupo A3 (69 kV) na Resolução Homologatória nº 2750, de 2020. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 744, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.001989/2016-30, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Global Energia Elétrica S.A. - Global em face do Auto de Infração nº 0003/2019-SFF, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa aplicada, no valor de R$ 61.944,29 (sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e nove centavos).

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 745, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005285/2020-12, decide por CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Administrativo interposto pela Cooperativa de Distribuição de Energia de Teutônia - Certel Energia, mantendo a aplicação da multa prevista no Auto de Infração n° 11/2017-AGERGS, no valor de R$ 35.621,43 (trinta e cinco mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 746, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.007055/2019-54, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. - EMT em face da Resolução Homologatória nº 2.672, de 2020, que homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2020, as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição -TUSD referentes à Recorrente e deu outras providências.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 747 DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.001703/2015-35, nº 48500.002995/2015-23, e nº 48500.002794/2015-26, decide por conhecer e negar provimento ao Pedido de Medida Cautelar interposto pelas empresas Salgueiro I Energias Renováveis S.A., Salgueiro II Energias Renováveis S.A. e Salgueiro III Energias Renováveis S.A. até a decisão do Pedido de Reconsideração interposto em face do Despacho nº 184, de 26 de janeiro de 2021, para que (i) restem suspensas, as obrigações de: (i.1) início de operação em teste até 16 de janeiro de 2021; (i.2) início da operação comercial até 16 de fevereiro de 2021; e (i.3) início do período de suprimento dos CCEARs até 16 de fevereiro de 2021; (ii) passem a valer, novos prazos dilatados de noventa dias em relação aos marcos originais dos cronogramas das UFVs Solar Salgueiro, Solar Salgueiro II e Solar Salgueiro III; e, (iii) sejam suspensas quaisquer aplicações de penalidades, sejam essas administrativas, editalícias ou contratuais, oriundas do descumprimento dos marcos acima descritos.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 748, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006834/2019-32, decide por (i) conhecer e negar provimento ao Pedido de Medida Cautelar interposto pela Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica - Abrate, em face da Resolução Homologatória nº 2.724, de 14 de julho de 2020; e (ii) encaminhar o processo à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT, para que, no mérito, prossiga com a análise das obras que não tiveram a receita homologada, a fim de que sejam adotadas as devidas providências.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 794, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002404/2020-85, decide por (i) reconhecer o cumprimento, por parte das distribuidoras, Celesc Distribuição S.A. -Celesc-DIS, Companhia Hidroelétrica São Patrício - Chesp, Companhia Campolarguense de Energia - Cocel, Cooperativa Aliança - Cooperaliança, Copel Distribuição S.A. - Copel-Dis, Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, Municipal de Energia Elétrica de Ijuí - DEMEI, DME Distribuição S.A. - DMED, Empresa Força e Luz João Cesa Ltda. - EFLJC, Empresa Força e Luz Urussanga Ltda. - EFLUL, Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - Eletrocar, Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. - ELFSM, Energisa Minas Gerai - Distribuidora de Energia S.A. - EMG, Energisa Nova Friburgo

- Distribuidora de Energia S.A. - ENF, Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S.A. - ESS, Força e Luz Coronel Vivida Ltda. - Forcel, Hidroelétrica Panambi S.A. - Hidropan, Distribuidora Catarinense de Energia Elétrica Ltda. - DCELT, Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - Muxenergia), Companhia Sul Sergipana de Eletricidade - Sulgipe e Nova Palma Energia S.A. - UHENPAL, dos limites de Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora - DECi e de Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora - FECi, referente ao ano de 2019, para fins de atendimento das cláusulas dos Contratos de Concessão de Distribuição prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 2013 e do Decreto nº 8.461, de 2015, no tocante à qualidade do serviço prestado; (ii) reconhecer o não cumprimento, por parte das Distribuidoras, CEB Distribuição S.A. - CEB-DIS e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, dos limites de DECi e de FECi, referentes ao ano de 2019, para fins de atendimento das cláusulas dos Contratos de Concessão de Distribuição prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 2013 e do Decreto nº 8.461, de 2015, no tocante à qualidade do serviço prestado; (iii) reconhecer a falta de confiabilidade nos indicadores de DECi e de FECi apresentados pela ENEL Goiás - ENEL GO e Cemig Distribuição S.A. - CEMIG-D, referente ao ano de 2019, para fins de atendimento das cláusulas dos Contratos de Concessão de Distribuição prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 2013 e do Decreto nº 8.461, de 2015, no tocante à qualidade do serviço prestado, cuja aprovação resta condicionada ao resultado dos respectivos processos fiscalizatórios e ao seu trânsito por todas as instâncias administrativas; (iv) reconhecer o cumprimento, por parte das distribuidoras, CEB-DIS, ENEL GO, CEMIG-D, Celesc-DIS, Chesp, Cocel, COOPERALIANÇA, Copel-Dis, CPFL Jaguari, DEMEI, DMED, EFLJC, EFLUL, Eletrocar, ELFSM, EMG, ENF, ESS, Forcel, Hidropan, DCELT, Muxenergia, Sulgipe e UHENPAL, do critério de eficiência com relação à gestão econômico-financeira, referente ao ano de 2019, para fins de atendimento das cláusulas dos Contratos de Concessão de Distribuição prorrogados nos termos da Lei nº 12.783, de 2013 e do Decreto nº 8.461, de 2015, no tocante à eficiência com relação à gestão econômico-financeira; (v) reconhecer o não cumprimento, por parte da CEEE-D, do critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira referente ao ano de 2019; e (vi) determinar a abertura de processo administrativo devido ao não cumprimento da CEEE-D, por dois anos consecutivos, do critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira da Distribuidora, o que pode ensejar na extinção da concessão, observadas as disposições do artigo 4º do Decreto nº 8.461, de 2015, e do quarto termo aditivo ao contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nº 081, de 1999-ANEEL.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 798, DE 23 DE MARÇO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº Diante do exposto e do que consta do Processo nº 48500.007246/2006-49, decide por: (i) deferir parcialmente o pleito de excludente de responsabilidade, reconhecendo-se 1.277 (mil de duzentos e setenta e sete) dias, com consequente recomposição do prazo de outorga pelo mesmo período; (ii) deslocar, para 29 de agosto de 2020, a data de início de suprimento dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado - CCEAR e (iii) encaminhar a presente decisão para que a AGERGS considere no âmbito do TIPE nº 01/2020-GPE/AGERGS.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 809, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme as atribuições estipuladas na Portaria nº 4.742, de 26 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, e do Processo nº 48500.003920/2011-36, decide: (i) revogar, nos termos do art. 45 da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, o Despacho nº 3.221, de 9 de agosto de 2011, que conferiu o registro à Statkraft Energias Renováveis S.A. e à Energest S.A., inscritas nos respectivos CNPJ nºs 00.622.416/0001-41 e 04.029.601/0001-88, referentes à elaboração dos Estudos de Viabilidade Técnica - EVTE da Usina Hidrelétrica - UHE Porto Galeano, com potência de 81.000 kW, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG: UHE.PH.MS.047493-2.01, localizada no rio Sucuriú, integrante da sub-bacia 63, nos municípios de Selvíria, Inocência e Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul; e (ii) disponibilizar para qualquer interessado o aproveitamento hidrelétrico Porto Galeano, aprovados pelo Despacho nº 3.413, de 5 de novembro de 2010, para solicitação de registro por parte de qualquer interessado, nos termos da Resolução Normativa nº 875, de 2020.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO

DESPACHO Nº 712, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.005657/2019-77.

Interessado: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda. e Ecoz Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Peixe, com 20.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.GO.037155-6.01, localizada no rio Aporé, integrante da sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, cuja casa de força localiza-se no município de Cassilândia, estado de Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHO Nº 799, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.004207/2019-67.

Interessado: Ravena Pesquisa Energética Ltda Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH da PCH Água Limpa, com 23.400 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG PCH.PH.PR.029692-9.01, localizada no rio Goio-Erê, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, cuja casa de força localiza-se no município de Mariluz, estado de Paraná. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

DESPACHOS DE 24 DE MARÇO DE 2021

Nº 816. Processo nº 48500.005461/2019-82. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE LTDA. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 1, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045046-4.01.

Nº 817. Processo nº 48500.005462/2019-27. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE LTDA. Decisão: alterar as características técnicas UFV Dourado 2, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045047-2.01.

Nº 818. Processo nº 48500.005463/2019-71. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE LTDA. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 3, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045048-0.01.

Nº 819. Processo nº 48500.005464/2019-16. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 4, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045051-0.01.

Nº 820. Processo nº 48500.005465/2019-61. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 5, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045049-9.01.

Nº 821. Processo nº 48500.005466/2019-13. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 6, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045050-2.01.

Nº 822. Processo nº 48500.005467/2019-50. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 7, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045052-9.01.

Nº 823. Processo nº 48500.005468/2019-02. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 8, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045053-7.01.

Nº 824. Processo nº 48500.005469/2019-49. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 9, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045054-5.01.

Nº 825. Processo nº 48500.005470/2019-73. Interessado: Geradora de Energia Quinturaré SPE Ltda. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Dourado 10, cadastrada no CEG sob o nº UFV.RS.PE.045055-3.01.
A íntegra destes Despachos e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 829, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Processo nº: 48500.000284/2019-48.

Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Decisão: autorizar a implantação de reforços em instalações de transmissão sob responsabilidade da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, relacionados no Anexo, com prazo para início da operação comercial a contar da data de publicação deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 846, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006288/2020-73, decide: (i) conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de reconsideração interposto contra o Auto de Infração n° 001/2021-SFG; (ii) alterar, de ofício o valor da multa aplicada, passando para R$ 113.425,69 (cento e treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), adotando como fundamento, aqueles constantes na Nota Técnica nº 023/2021-SFG, de 24 de março de 2021, com fulcro no disposto nos arts. 36 e 37 da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019 e inciso I do art. 43 da Resolução Normativa ANEEL nº 273, de 10 de julho de 2007. Para efeitos de atualização e recolhimento da multa devem ser observadas as disposições legais em vigor.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JUNIOR

DESPACHO Nº 847, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002753/2018-82, decide liberar as unidades geradoras UG5, UG6 e UG7, de 4.200 kW cada, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada, da EOL Aventura IV, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.RN.037949-2.01, localizada no município de Touros, estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da Central Eólica Aventura IV S.A., para início da operação em teste a partir de 26 de março de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

DESPACHO Nº 857, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000558/2019-07, decide liberar a unidade geradora UG9 de 4.200 kW de capacidade instalada, da EOL Ventos de São Januário 10, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.033529-0.01, localizada no município de Campo Formoso, estado da Bahia, de titularidade da empresa Parque Eólico Ventos de São Januário 10 S.A., para início da operação comercial a partir de 26 de março de 2021.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 828, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue os seguintes pagamentos referentes às vigésima quarta medição das obras para a implantação da Subestação Itacoatiara 138/13,8 kV: (i) R$ 51.832,73 (cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos) à empresa Gi Energy Engenharia LTDA; (ii) R$ 706.367,24 (setecentos e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos) à empresa SELT Engenharia; e (iii) R$ 8.896,88 (oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., referente ao tributo incidente no item (i).

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 28/2021

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Despacho publicado(2234)
860.722/2015-ADAILSON DE SANTANA REZENDE-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7840/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.618/2015-LAIANA RODRIGUES SARDINHA-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7841/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
861.702/2012-PAULO SERGIO MACHADO-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7842/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
861.130/2012-MINERAÇÃO 3R LTDA-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7843/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.418/2012-MARLÚCIA DE OLIVEIRA RIBEIRO-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7844/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.723/2011-ANFARI AGROPECUÁRIA S A-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7845/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.836/2008-ELEUZA MARIA DE CASTRO ARAÚJO-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7847/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.882/2008-WOICIECHOSKI & BETTANIN MINERADORA LTDA-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7849/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
860.290/2016-FLAVIO MEDEIROS BONADIMAN-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 7850/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
861.071/2012-LOURIVAL FERREIRA DO NASCIMENTO-"Instaura procedimento administrativo para caducar o direito de requerer a lavra, por meio do Oficio nº 8112/2021 - prazo de 60 dias para defesa".
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
860.841/2008-VALDIRON LUIZ DE CARVALHO- Registro de Licença N° 14/2009 - Vencimento em 18/01/2022
861.532/2009-VANDERLEI FERREIRA DA SILVA- Registro de Licença N° 128/2010 - Vencimento em 12/03/2022
860.500/2015-ROSA E CAVALCANTE LTDA. ME- Registro de Licença N° 165/2016 - Vencimento em 11/03/2031
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
861.095/1997-ANTONIO DIONISIO FEITOSA NORONHA-OF. N°7619/2021 e 7621/2021
860.120/2017-IVAN VIEIRA DO NASCIMENTO-OF. N°8113/2021
860.456/1999-GOYAZ BRITAS LTDA-OF. N°8115/2021
861.204/2008-GOYAZ BRITAS LTDA-OF. N°8114/2021
860.745/2017-PS ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI ME-OF. N°8117/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.648/2009-ARMAZEM DA AREIA LTDA-OF. N°7622/2021

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação Nº 17/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
890.493/2012-EMPRESA DE MINERAÇÃO ESPERANÇA SA
890.123/2015-MINERAÇÃO ALTO DO BRILHANTE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.127/2018-VALLE SUL CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA-OF. N°8033/2021/SEREM-RJ/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.616/2006-SEROBRITA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°8060/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.757/2010-PEDREIRA VOLTA REDONDA EIRELI-OF. N°7640/2021/SEFAM-RJ/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.291/2002-ÁGUA MINERAL CASCATA DE CAMPINAS EXPLORAÇÃO ENG. E COM. LTDA-Marca Preciosa, fonte Campinas 10 L- SUMIDOURO/RJ
890.291/2002-ÁGUA MINERAL CASCATA DE CAMPINAS EXPLORAÇÃO ENG. E COM. LTDA-Marca Preciosa, fonte Campinas 20 L- SUMIDOURO/RJ
890.253/2001-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA- Marca Areia Branca, Fonte da Mata, 510 mL e 1,5 L (sem gás)- MACAÉ/RJ
Nega aprovação do rótulo de água mineral(480)
890.253/2001-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DE MACAÉ LTDA
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(2228)
890.055/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERACAO LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.980/2014-MINERADORA ARAÇÁ EIRELI EPP- Registro de Licença N° 2.965/2017 - Vencimento em 08/10/2025
890.789/2012-AREAL SÃO JORGE DE SEROPÉDICA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.017/2018 - Vencimento em 28/02/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.890/2012-AREAL D´LÚCIA LTDA EPP-OF. N°8027/2021/SEFAM-RJ/GER-RJ
890.141/2010-AREAL NOVA REPUBLICA LTDA ME-OF. N°7391/2021/SEFAM-RJ/ANM
Nega provimento a defesa apresentada(1193)
890.215/1995-AREAL JAMAPARA LTDA
Reconsidera o despacho de indeferimento(745)
890.187/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.051/2000-CONVEM MINERAÇÃO LTDA.- Alvará n° 20.796/2000 - Cessionário: São Marcos Terraplenagem e Construção Ltda.- CNPJ 33.462.862/0001- 95
890.052/2000-CONVEM MINERAÇÃO LTDA.- Alvará n° 1.794/2001 - Cessionário: São Marcos Terraplenagem e Construção Ltda.- CNPJ 33.462.862/0001- 95
890.053/2000-CONVEM MINERAÇÃO LTDA.- Alvará n° 20.797/2000 - Cessionário: São Marcos Terraplenagem e Construção Ltda.- CNPJ 33.462.862/0001- 95
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.358/2016-PAPUCAIA ÁGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°7924/2021/SEFAM-RJ/ANM
890.533/2014-R. S. ALMEIDA EXTRAÇÃO DE AREIA ME-OF. N°4430/2021/SEFAM-RJ/ANM

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente Regional

DESPACHO
Relação Nº 19/2021

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
890.187/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP- Publicado DOU de 16/11/2020

MARCOS ANTONIO SOARES MONTEIRO
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação Nº 11/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
826.195/2018-J. A. GAI COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA LTDA- Área de 63,91 ha para 10,78 ha-Areia-Fazenda Rio Grande/PR, Mandirituba/PR
826.477/2011-GILBERTO LEAL AREIA ME- Área de 1682,58 ha para 23,66 ha-Areia-Telêmaco Borba/PR, Ventania/PR
826.181/2011-JOSÉ CARLOS VICENTE FERREIRA & CIA LTDA. ME- Área de 63,11 ha para 29,86 ha-Areia-Ponta Grossa/PR, Teixeira Soares/PR
826.309/2015-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO- Área de 1.000 ha para 49,94 ha-Arenito-Faxinal/PR, Mauá da Serra/PR
826.753/2011-M.M.D TRANSPORTADORA LTDA.- Área de 99,82 ha para 45,95 ha-AREIA-ARAUCÁRIA E BALSA NOVA/PARANÁ
826.384/2014-OSCAR LEAL VALIN RIBEIRO E SILVA- Área de 45,99 ha para 11,46 ha-SAIBRO-ANTONINA/PARANÁ
826.506/2015-AREAL DURAU LTDA- Área de 78,27 ha para 49,55 ha-AREIA-ARAUCÁRIA E BALSA NOVA/PARANÁ
827.045/2013-CERÂMICA COSTA OESTE LTDA ME- Área de 40,62 ha para 10,25 ha-Argila-Santa Helena/PR
826.422/2010-ARAUCO FOREST BRASIL S.A.- Área de 979,29 ha para 44,48 ha-Saibro-Adrianópolis/PR
826.813/2016-R. MINAS LTDA.- Área de 86,14 ha para 50,00 ha-Areia-Antônio Olinto/PR, São João do Triunfo/PR
826.775/2011-EVANDRO JOSÉ LOPES- Área de 296,64 para 47,82-AREIA-LAPA/PARANA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
826.314/2018-TAPALAM CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA- Alvará n°881/2019 - Cessionario:826.091/2021-Construtora Felicita Ltda- CPF ou CNPJ 04.335.179/0001- 99
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
826.778/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-ALVARÁ N°6045/2015
826.913/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-ALVARÁ N°6050/2015
826.780/2014-PAULO CAVALCANTI TRAVEN-ALVARÁ N°6047/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
826.280/2018-MINERACAO OURO VERDE LTDA- Cessionário:Etr Comércio de Areia Ltda- CPF ou CNPJ 04.199.738/0001- 80- Alvará n°864/2019
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
826.608/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-AREIA-SÃO MATEUS DO SUL/PARANÁ
826.503/2014-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO-Arenito-União da Vitória/PR
826.092/2014-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-Arenito-Lapa/PR
826.124/2015-PETROCON CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-Basalto-Cascavel/PR
826.228/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.219/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.226/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.224/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.222/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.217/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.215/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.213/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.211/2019-CRISTAL TECH CONSTRUTORA LTDA-Areia-Lapa/PR
826.295/2018-BESTEL & BESTEL AREIAS CERRO AZUL LTDA-Areia-Cerro Azul/PR, Doutor Ulysses/PR
826.139/2015-J N B R EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-AREIA-ARAUCÁRIA E CONTENDA/PARANÁ
826.814/2013-BARALDI RODRIGUES & CIA LTDA.-Areia-Alto Paraíso/PR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
827.062/2013-MINERACAO AGM LTDA-OF. N°6680/2021/SEREM-PR/ANM
826.918/2013-PORTO DE AREIA PIRACEMA LTDA ME-OF. N°6829/2021/SEREM-PR/ANM
826.609/2012-VALDEMAR CARLETTO-OF. N°6678/2021/SEREM-PR/ANM
826.552/2008-FURNAS EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°6816/2021/SEREM-PR/ANM
826.423/2015-DEMETRIUS ONISZCZUK-OF. N°6823/2021/SEREM-PR/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2224)
826.258/2012-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°7404/2021
826.557/2012-CARLOS AUGUSTO MOREIRA-OF. N°7100/2021/SEREM-PR/ANM
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
826.812/2010-CERAMICA ERECHIM LTDA- Registro de Licença N° 36/2014 - Vencimento em 24/09/2030
826.989/2013-ADEMAR PAWLOWSKI- Registro de Licença N° 55/2013/DNPM-PR - Vencimento em 22/10/2028
826.613/2014-E.R.S.OLIVEIRA & CIA LTDA- Registro de Licença N° 05/2016/DNPM-PR - Vencimento em 03/07/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
826.261/2012-WALDEMIRO PILATTI-OF. N°7226/2021/SEFAM-PR/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
820.564/1980-MINERAÇÃO CERRO AZUL LTDA EPP- Alvará n° 1490/1983 - Cessionário: Csn Cimentos S.A.- CNPJ 38.282.487/0001- 15
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.108/2007-ARAUCO FOREST BRASIL S.A.-SENGÉS/PR - Guia n° 06/2021-16.500ton/ano-SAIBRO- Vigência da Guia:UM ANO
826.705/2010-EXCOLETTO COMERCIO DE AREIA LTDA-SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Guia n° 07/2021-50.000 ton/ano e 12.000ton/ano-AREIA E ARGILA- Vigência da Guia:UM ANO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
826.116/2013-EXTRAÇÃO DE AREIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA-OF. N°7672/2021
826.839/2012-CERÂMICA SILVA PRADO LTDA ME-OF. N°7600/2021
826.759/2010-REDI FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA.-OF. N°8156/2021
826.055/2017-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°8243/2021
826.664/2013-MRX MINERAÇÃO E REFLORESTAMENTO LTDA.-OF. N°8280/2021
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
826.886/2011-AREIAL ALELUIA LTDA-OF. N°144/2021-60 (sessenta) dias
826.231/2017-BUENO & MENI LTDA-OF. N°2295/2020-60 (sessenta) dias

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
826.340/2000-MINERAÇÃO COSTA LTDA.-OF. N°3632/2021/SEFAM-PR/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)
826.623/2009-VDP ADMINISTRACAO DE BENS LTDA- Alvará n°13918/2012 - Cessionario:826.126/2021-Isocel Isolantes Termicos Ltda- CNPJ 07.036.770/0001- 33
826.623/2009-VDP ADMINISTRACAO DE BENS LTDA- Alvará n°13918/2012 - Cessionario:826.127/2021-Manchester Quimica do Brasil S.A.- CNPJ 78.539.780/0001- 30
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
826.038/2021-MUNICIPIO DE RAMILANDIA-OF. N°7610/2021/SEFAM-PR/ANM
826.045/2021-MUNICIPIO DE OURO VERDE DO OESTE-OF. N°7786/2021/SEFAM-PR/ANM
826.046/2021-MUNICIPIO DE OURO VERDE DO OESTE-OF. N°7797/2021/SEFAM-PR/ANM
826.047/2021-MUNICIPIO DE OURO VERDE DO OESTE-OF. N°7792/2021/SEFAM-PR/ANM

CARLOS ALBERTO DIETER
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 33/2021

Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.235/2017-MAC ENGENHARIA EIRELI
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
810.228/2017-MAC ENGENHARIA EIRELI- Processo englobado:810.235/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
810.576/2013-PAULO NUNES DOS SANTOS- Registro de Licença N° 13/2014 - Vencimento em 04/02/2023
810.324/2006-MANOEL ALTAIR LOPES FI- Registro de Licença N° 169/2006 - Vencimento em 29/04/2023
810.461/2015-TERRAPLENAGEM MONTEIRO ROCHA LTDA- Registro de Licença N° 260/2015 - Vencimento em 16/04/2022
810.462/2015-TERRAPLENAGEM MONTEIRO ROCHA LTDA- Registro de Licença N° 305/2015 - Vencimento em 25/04/2022
811.353/2011-AIRTON ROGERIO DE CARVALHO- Registro de Licença N° 170/2012 - Vencimento em 22/02/2025
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.072/2015-ANTK NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA-OF. N°8054/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
810.163/2021-INDUSTRIA DE TIJOLOS CLAUDIANE LTDA
810.164/2021-JORGE COSTA DE MEDEIROS
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.392/2020-RENATO DOS SANTOS ALMEIDA ME-Registro de Licença N° 46/2021 - Vencimento em 18/05/2025
810.029/2021-J F ROST MARTINS-Registro de Licença N° 47/2021 - Vencimento em 28/12/2024
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.065/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO- Registro de Extração N°21/2021 de 23/03/2021

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente Regional
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PARAÍBA

DESPACHO
Relação nº 11/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
846.120/1999-PLATINA MINERAL LTDA- Fonte Ouro, Marca Platina, Embalagem 5 L, sem gás- SANTA RITA/PB
Fase de Licenciamento
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
846.020/2018-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-OF. N°4589/2021
846.346/2010-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI-OF. N°154/2020/SEFAM-PB/GER-PB
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)
846.020/2018-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI -AI N°9021/2020
846.020/2018-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI -AI N°9022/2020
846.346/2010-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI -AI N°9005, 9006, 9007, 9008, 9009,9010, 9011,9012 e 9013 /2020
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.346/2010-BRITAMIX INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI- Registro de Licença N° 280/2011 - Vencimento em prazo indeterminado
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
846.279/2003-NORMIL NORDESTE MINERIOS LTDA-OF. N°6807/2021/SEFAM-PB/ANM
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
846.129/2014-PEDRO RUBENS GUEDES MACIEL NETO
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
846.253/2013-AWA MINERAÇÕES LTDA ME-OF. N°5444/2021/SEFAM-PB/ANM
846.296/2013-MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA-OF. N°6270/2021/SEFAM-PB/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
846.006/2021-JORGE LIBERALINO DE SOUZA
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.146/2019-KAITANO MATEUS DE OLIVEIRA-Registro de Licença N° 3/2021 - Vencimento em 02/07/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.026/2021-FABIO ARAUJO DE MEDEIROS-OF. N°7626/2021/SEFAM-PB/ANM

VLADIMIR DE SOUZA MELO
Gerente Regional
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 8/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
800.433/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-GRANJA/CE, VIÇOSA DO CEARÁ/CE - Guia n° 02/2021-10.000toneladas-Quartzito- Duração da Guia:01 ano(s) a partir da data de expedição da Licença Ambiental
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
800.607/2016-TÂNIA FABÍOLA S. SABÓIA ME- Área de 890 para 481,60-Granito-Tamboril/CE
800.007/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA- Área de 989,41 para 445,35-Quartzito-Orós, Quixelô/CE
800.828/2012-EMERSON MARTINS URQUIZA- Área de 581,53 para 49,33-Areia-Iguatu/CE
Não conhece requerimento protocolizado(270)
800.636/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.635/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.634/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.481/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
800.185/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
800.184/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
800.482/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
800.357/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
800.336/2019-MARILIA GABRIELA LOPES FREIRE
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.059/2020-CMN CENTRAL MINERAL DO NORDESTE LTDA-Cessionário:Cepemi C entro de Pesquisa e Extração Mineral Ltda- CPF ou CNPJ 10.429.122/0001- 51- Alvará n°3269/2020
800.053/2020-ANTONIO ELIALDO COSTA DE SOUSA- Cessionário:Baggagio Mineracao Eireli- CPF ou CNPJ 21.805.675/0001- 88- Alvará n°2590/2020
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
800.164/2016-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA-Quartzito-Aiuaba, Parambu/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.358/2017-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.-OF. N°5668/2021
800.365/2018-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-OF. N°5686/2021
800.507/2016-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A-OF. N°6698/2021
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
801.158/2011-ARISTON ARAÚJO CAJATY-AI N°431/2021
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
801.003/2012-CONSTRUTORA GOLDENFISC LTDA ME
800.347/2010-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA
800.038/2016-EMX - MINERACOES E LIGAS DO BRASIL LTDA
300.778/2014-
800.143/2012-EVEREST MINERAÇÃO, EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EIRELI
800.345/2010-QUARTZBLUE MINERACAO LTDA
800.099/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
800.062/2010-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Requerimento de Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
800.085/2016-ITINGA MINERACAO LTDA- Alvará n° 4271/2016 - Cessionário: Vulcano Exp Mineração Exp e Imp Ltda- CNPJ 07.954.125/0001- 08
800.715/2013-ITINGA MINERACAO LTDA- Alvará n° 12.532/2013 - Cessionário: Vulcano Exp Mineração Exp e Imp Ltda.- CNPJ 07.954.125/0001- 08.
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da guia de utilização.(2332)
800.233/2013-TOLEDO EXOTIC LTDA-GUIA DE UTILIZAÇÃO N°03/2021
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.397/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°6319/2021
800.362/2018-CERAMICA SOBARRO LTDA-OF. N°6313/2021
800.133/2020-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-OF. N°6967/2021
800.132/2020-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-OF. N°7011/2021
800.409/2018-AGROPECUÁRIA CARVALHO E ROCHA LTDA ME-OF. N°7393/2021
800.032/2021-CARLOS BEZERRA XAVIER-OF. N°7387/2021
800.311/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-OF. N°6694/2021
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.016/2021-BR STONE MINERACAO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.298/2020-FEJOLITA PRECIOUS IN STONES EIRELI

RICARDO BEZERRA DE SENA
Gerente Regional

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
RELAÇÃO Nº 82/21

Retifica a publicação da Relação nº 28/2011 no Diário Oficial da União nº 30, de 12 de fevereiro de 2021 | Seção 1 | Pág 86: Fica(m) NOTIFICADO(S) para pagar ou parcelar débito (taxa de vistoria), ou apresentar defesa / prazo 30 (trinta) dias (6.87) 831.580/1988 - SÉRGIO LAMOUNIER - Not 178/2021 - R$ 895,675

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

ALVARÁ Nº 1.964, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48061.860785/2020-36-SOUSA FARIA PARTICIPACOES EIRELI (Documento SEI: 2339482)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.966, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871553/2020-01-MINERACAO CAICARA LTDA (Documento SEI: 2339618)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.967, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800336/2020-07-F. G. MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2339646)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.968, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.871554/2020-48-F. G. MINERACAO LTDA (Documento SEI: 2339674)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.969, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48064.890149/2020-17-Thales de Carvalho Santos (Documento SEI: 2339749)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.975, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48069.826305/2020-38-Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda (Documento SEI: 2339977)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.976, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48058.840200/2020-11-Britex Mineracoes Ltda (Documento SEI: 2339985)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.970, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871564/2020-83-Global Rochas do Brasil Ltda. (Documento SEI: 2339902)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.971, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800338/2020-98-R ALVES DE ABREU FILHO (Documento SEI: 2339910)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.972, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48069.826302/2020-02-Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda (Documento SEI: 2339925)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.974, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48052.810896/2020-19-Escavações Viamão Ltda (Documento SEI: 2339976)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.977, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48065.800001/2021-61-R ALVES DE ABREU FILHO (Documento SEI: 2339990)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.981, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860007/2021-28-Laise Mazurek (Documento SEI: 2340028)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.982, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830005/2021-01-RENAN FERNANDES DA SILVA (Documento SEI: 2340040)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.978, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830001/2021-15-octacilio augusto silva filho (Documento SEI: 2340008)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.979, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48064.890001/2021-55-POR DO SOL DE MACAE SERVICOS E CONSTRUCAO LTDA (Documento SEI: 2340012)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.983, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.830004/2021-59-Lucimara Gomes Morais Mendes (Documento SEI: 2340042)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.984, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846005/2021-15-GCB MINERACAO E PARTICIPACOES LTDA (Documento SEI: 2340057)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.986, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810002/2021-63-Cíntia Silvino Weber (Documento SEI: 2340095)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.985, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48071.846002/2021-73-Neiman Pará Minerais e Metais Ltda (Documento SEI: 2340066)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.987, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870007/2021-26-I.C DE CARVALHO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E TRANSPORTES DE CARGAS EIRELI (Documento SEI: 2340097)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.993, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830014/2021-94-A.M.R. GRANITOS EIRELI (Documento SEI: 2340133)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.988, DE 25 DE MARCO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830008/2021-37-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI (Documento SEI: 2340112)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.989, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.860021/2021-21-Tatiana Policarpia Nery de Oliveira Teles (Documento SEI: 2340114)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.991, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.830011/2021-51-DANIEL SEABRA DE SOUZA EIRELI (Documento SEI: 2340118)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.995, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810010/2021-18-Cíntia Silvino Weber (Documento SEI: 2340158)

JOTÁVIO BORGES GOMES

ALVARÁ Nº 1.994, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, designado pela Portaria nº612/SGP, de 16 de novembro de 2020, publicada no DOU de 18 de novembro de 2020 no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.870017/2021-61-Jardel leone Queiroz De Freitas (Documento SEI: 2340144)

JOTÁVIO BORGES GOMES

DESPACHO
Relação nº 161/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2000/2021-890.049/2019-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2002/2021-890.012/2019-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL-
2001/2021-890.011/2019-DOMINGOS GATTO NUNES COMERCIO E EXPLORAÇÃO DE MINERAL E CONSTRUÇÃO CIVIL-

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 156/2021

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
000.654/1938-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
004.854/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
004.811/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
004.810/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
830.370/1985-VALE S.A.-MINERIO DE FERRO
007.637/1959-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO-BAUXITA
008.542/1966-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINERIO DE FERRO
830.260/2001-AREIAS PAI JOAQUIM LTDA - ME-MINÉRIO DE FERRO
830.665/1983-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-MINÉRIO DE FERRO
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
000.654/1938-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA
004.854/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA
004.811/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA
004.810/1958-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA
830.370/1985-VALE S.A.-AREIA
830.665/1983-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA-AREIA

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 160/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
1999/2021-846.165/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
1998/2021-846.164/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
1997/2021-846.152/2020-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
1996/2021-846.055/2017-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 155/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227/1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
830.285/2020 - BACELAR BOTELHO JUNIOR - ALVARÁ Nº 2003/2021 - Destacado do Processo 830.919/2018 - ALVARÁ Nº 2550/2019 - Vencimento em 20/05/2022.
866.231/2021 - ELZIO DA SILVA BARBOZA - ALVARÁ Nº 2004/2021 - Destacado do Processo 866.143/2017 - ALVARÁ Nº 5289/2017 - Vencimento em 27/06/2022.
866.232/2021 - FRANCISCO EGÍDIO CAVALCANTE PINHO - ALVARÁ Nº 2005/2021 - Destacado do Processo 866.598/2015 - ALVARÁ Nº 2665/2016 - Vencimento em 15/06/2020.

JOTAVIO BORGES GOMES
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO SEI Nº 3.107/SPM-ANM/2020

Considerando os termos da RESOLUÇÃO Nº 31, DE 7 DE MAIO DE 2020, que delega competências da Diretoria Colegiada ao Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais, ao Superintendente de Produção Mineral e ao Superintendente de Regulação e Governança Regulatória, e dá outras providências, entre estas no seu Art. 2º Delegar competência ao Superintendente de Produção Mineral para, b) a aprovação do novo Plano de Aproveitamento Econômico referente a substâncias de competência da Diretoria Colegiada; e c) a aprovação do novo Plano de Aproveitamento Econômico referente a substância de competência do Ministério de Minas e Energia, e considerando o Parecer 1248 /2020 Cotil / SPM - ANM:

"trata-se da aprovação da Modificação de PAE apresentada em 29/06/2018 e aditamento das substâncias XISTO E CALCAXISTO, visto que o Relatório Final de Pesquisa foi aprovado para a nova substância (Fl. 545) e o Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado (fl 540)." e que em "30/10/2019 técnico da ANM/GO analisa processo (Fl. 575) e julga o requerimento de Modificação de PAE e aditamento das substâncias devidamente instruído para ser encaminhado à Sede da ANM visando a Modificação de PAE e o aditamento das substâncias",

Aprovo as modificações de PAE, apresentado pela Votorantim Cimento S.A. referente ao grupamento mineiro 961273/2014, que engloba os processos 860.668/1986, 860.669/1986, 860.670/1986 e 861.042/2001, portarias de lavra de calcário, mármore para corretivo de solo e dolomito, nos municípios de Indiaria, Edeia, Edalina e Montevidiu no Estado de Goiás.

JOSÉ JAIME SZNELWAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 346, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP Nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP Nº 43, de 06 de dezembro de 2007, considerando o que consta no Processo nº 48610.206144/2020-78, resolve:

Ratificar a aprovação prolatada da Matriz de Correlação SGSO x Trident Energy do Brasil, por meio do Ofício nº 532/2020/SSM/ANP-RJ-e (SEI 0785185), emitido em 11/06/2020, em favor de TRIDENT ENERGY DO BRASIL LTDA.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 347, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP Nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP Nº 02, de 14 de janeiro de 2010, considerando o que consta no Processo nº 48610.201888/2019-62, resolve:

Revogar a aprovação da Documentação de Segurança Operacional (DSO) apresentada pela Petrobras, relativa ao Campo de Poço Xavier / Contrato nº 48000.003815/97-28.

Motivação: A Potiguar E&P S.A. passou a ocupar a posição de Operadora no Contrato de Concessão do Campo de Poço Xavier, conforme o Extrato do Termo Aditivo nº 2.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 168, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP Nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo 48610.204187/2021-08, resolve: autorizar a empresa V. C. H. COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- CNPJ 41.204.023/0001-03, a exercer a atividade de agente de comércio exterior.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 169, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05 de ABRIL de 2019, e considerando o que consta no Processo n° 48610.204100/2021-94, resolve: autorizar a empresa GMIX INDÚSTRIA DE RAÇÕES E SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA - CNPJ n.º 01.578.059/0001-24, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 342, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO DE COMBUSTIVEIS CINQUENTENARIO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 39.935.498/0001-10, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do Processo Judicial nº 5002990-11.2021.4.04.7107/RS.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 344, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MG0208040	AUTO POSTO MILIONARIO LTDA	27.966.400/0004-55	48610.001382/2021-70
PR/RS0208062	AUTO POSTO PETROLINO LTDA	02.272.093/0003-09	48610.001247/2021-24
PR/AL0208059	AUTO POSTO ZE PEQUENO LTDA	35.296.762/0001-61	48610.005446/2020-21
PR/MT0208044	AUTOPOSTO DE COMBUSTIVEIS MASP DOM PEDRO LTDA	32.251.135/0001-16	48610.003808/2020-49
PR/MA0208063	BATISTA E RIBEIRO LTDA	38.626.051/0001-04	48610.006169/2020-73
PR/PE0208045	BOA VIAGEM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	36.420.740/0001-24	48610.001672/2021-13
PR/BA0208066	DESCOBRIMENTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	34.599.029/0001-53	48610.001600/2021-76
PR/SC0208067	EDINHO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	79.481.651/0001-09	48610.001505/2021-72
PR/CE0208061	FINESSE PETROLEO LTDA	29.070.519/0001-28	48610.001312/2021-11
PR/PI0208057	ISADORA KALINE DE SOUSA SANTOS EIRELI	32.489.329/0007-40	48610.000015/2021-59
PR/GO0208042	ML COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SERVICOS LTDA	30.404.046/0001-37	48610.000575/2021-11
PR/RS0208046	MUITOS CAPOES COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	40.452.244/0001-20	48610.001569/2021-73
PR/CE0208043	PETROMAR COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	34.154.684/0001-06	48610.001434/2021-16
PR/BA0208060	POSTO ARARINHA AZUL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	33.506.131/0001-02	48610.001506/2021-17
PR/MG0208064	POSTO PRODUCAO LTDA	40.158.745/0001-06	48610.001508/2021-14
PR/MG0208056	RAUL QUIEL PEREIRA	13.910.771/0004-00	48610.001336/2021-71
PR/MS0208058	RODRIGO ERNESTO SCHNEIDER - EIRELI	39.667.819/0001-42	48610.001420/2021-94
PR/PA0208041	ROTA AUTO POSTO COMBUSTIVEL EIRELI	37.808.513/0004-86	48610.001655/2021-86

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 345, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPRS0371866	ANDERSON BLODORN RUSCH	40.624.067/0001-11	48610.001512/2021-74
GLPMA0371846	ANTONIA DE JESUS MARTINS FREITAS	32.672.942/0001-02	48610.001587/2021-55
GLPSP0371859	G C DIORIO DA CRUZ	39.834.278/0001-08	48610.001562/2021-51
GLPRJ0371848	GAS DA ALHAMBRA COMERCIO VAREJISTA DE GLP EIRELI	39.687.318/0001-28	48610.001589/2021-44
GLPPR0371868	MARLENE FARIAS DE LIMA HAMUD & FILHOS LTDA	03.058.638/0001-71	48610.007621/2020-14
GLPRS0371850	SIM REDE DE POSTOS LTDA	07.473.735/0033-69	48610.001590/2021-79
GLPDF0371863	U V P DA SILVA ABREU COMERCIO DE GAS GLP	29.458.522/0001-13	48610.003527/2020-96

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 166, DE 24 DE MARÇO DE 2021, publicada no DOU de 25 de março de 2021, seção 1, página 130:

inclua-se o seguinte texto, por ter sido omitido:

" (...) Fica revogada a Autorização SDL-ANP nº 396, de 07 de maio de 2015."

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO SPC-ANP Nº 340, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018 e o que consta do Processo ANP nº 48610.212001/2020-03, resolve:

1º Fica alterada a razão social da BP BIOENERGIA TROPICAL S/A, CNPJ nº 08.195.806/0001-94, para TROPICAL BIOENERGIA S/A, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 787 de 23/08/2018, publicada no DOU de 24/08/2018, relativa ao exercício da atividade de produção de etanol da empresa localizada na Rodovia GO 710, Zona Rural, Edéia - GO.

2º Fica alterada a razão social da BP BIOENERGIA TROPICAL S/A, CNPJ nº 08.195.806/0001-94, para TROPICAL BIOENERGIA S/A, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 362 de 21/07/2016, publicada no DOU de 22/07/2016, relativa à instalação produtora de etanol localizada na Rodovia GO 710, Zona Rural, Edéia - GO.

3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SPC-ANP Nº 341, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, a Resolução de Diretoria nº 413, de 27 de agosto de 2020, e o que consta do Processo ANP nº 48610.014983/2012-51, resolve:

1º Fica alterada a razão social da BIOENERGIA DO BRASIL S/A, CNPJ nº 08.046.650/0001-80, para BIOENERGIA DO BRASIL S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 781 de 23/08/2018, publicada no DOU de 24/08/2018, relativa ao exercício da atividade de produção de etanol da empresa localizada na Estrada Vicinal Paschoal Milton Lentini, Colonia Paulista, Lucélia - SP.

2º Fica alterada a razão social da BIOENERGIA DO BRASIL S/A, CNPJ nº 08.046.650/0001-80, para BIOENERGIA DO BRASIL S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, mantendo o mesmo CNPJ, na Autorização ANP nº 390 de 19/07/2017, publicada no DOU de 20/07/2017, relativa à instalação produtora de etanol localizada na Estrada Vicinal Paschoal Milton Lentini, Colonia Paulista, Lucélia - SP.

Parágrafo único - Ficam suspensas as obrigações da empresa acima qualificada relativas à comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal (CNDs), enquanto perdurar a situação de recuperação judicial.

3º Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO SPC-ANP Nº 343, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, torna sem efeito o Despacho SPC-ANP nº 333, de 24 de março de 2021, publicado no DOU de 25 de março de 2021, seção 1, página 131, devido à publicação em duplicidade.

THYAGO GROTTI VIEIRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho SPC-ANP nº 254, de 10/03/2021, publicada no DOU de 11/03/2021, seção 1, página 83, art. 2º onde se lê: "CNPJ nº 05.620.523/0001-54", leia-se: "CNPJ nº 05.620.523/0002-35".

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SECRETARIA-EXECUTIVA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

Aos 24 dias do mês de março do ano de 2021, às 09:30, em plataforma virtual de reuniões Microsoft Teams em endereço de acesso eletrônico disponibilizado aos participantes, realizou-se a Reunião da Comissão Eleitoral para o processo de escolha das entidades não-governamentais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para o biênio 2021-2022, sob a Presidência do Sr. Thiago Ferreira Cabral, representante da Associação Nacional de Educação da Companhia de Maria e com o comparecimento dos demais membros da Comissão Eleitoral, sendo Marco Antônio Soares, representante da Central única dos Trabalhadores e Clemilson Graciano da Silva, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ainda foram registradas as presenças de Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, Secretário-Executivo do Conanda e Cleide Constantino, da Secretaria-Executiva do Conanda. O Secretário-Executivo iniciou os trabalhos realizando a leitura da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 622, ressaltando que a reunião cumpria tal decisão no tocante à eleição ser executada nos termos do Regimento Interno do Conanda, agradeceu a oportunidade e concedeu a palavra aos membros da Comissão Eleitoral. Passou-se então ao momento da escolha do Presidente da Comissão. Com a palavra, o Sr. Marco Antônio Soares propõe aos presentes o nome do Sr. Thiago Ferreira Cabral, que aceita a indicação e é escolhido pela Comissão Eleitoral para presidí-la. O Sr. Thiago Cabral então, agradece a confiança dos pares e passa à leitura do edital na íntegra. Durante a leitura do edital, houve correções de caráter ortográfico e estrutural do texto. Assim, o edital foi apreciado, discutido e aprovado por unanimidade pelos membros da Comissão Eleitoral. DELIBERAÇÕES: Publicar o edital no Diário Oficial da União do dia 26 de Março de 2021; confeccionar Ofício de convite ao Ministério Público Federal e Advocacia-Geral da União para acompanhamento do processo; encaminhamento dos e-mails relacionados à eleição aos membros da Comissão Eleitoral. O Sr. Clemilson Graciano da Silva trouxe à memória que, pelo calendário aprovado, na próxima semana inicia-se o recebimento dos documentos de habilitação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Lucas Batista de Carvalho Pinheiro, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.

LUCAS BATISTA DE CARVALHO PINHEIRO
Secretário-Executivo

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM Nº 551, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Delega competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, durante a vigência da declaração de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II, parágrafo único, art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor do Departamento de Logística em Saúde, da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, para realizar requisição de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para saúde, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, nos termos do inciso XIII do caput do art. 15 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e § 7º do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º A delegação vigorará enquanto perdurar o estado de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GM/MS nº 268, de 12 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção Extra nº 30-A, de 12 de fevereiro de 2021, seção 1, página 1.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 255, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS do Instituto de Desenvolvimento Social e Humano de Pernambuco, com sede em Ribeirão (PE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 175/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.063076/2020-29, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Instituto de Desenvolvimento Social e Humano de Pernambuco, CNPJ nº 21.072.041/0001-63, com sede em Ribeirão (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 257, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Defere, em Grau de Reconsideração, a Concessão do CEBAS do Instituto de Saúde - Organização Social Faceres, com sede em São José do Rio Preto (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 187/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.032786/2020-15, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, em conformidade com o art. 8-A da Lei nº 12.101, de 2009, do Instituto de Saúde - Organização Social Faceres, CNPJ nº 29.505.759/0001-08, com sede em São José do Rio Preto (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 751/SAES/MS, de 13 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 161, de 21 de agosto de 2020, Seção 1, página 278.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 258, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Buriti Alegre, com sede em Buriti Alegre (GO).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 172/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.135115/2020-05, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Buriti Alegre, CNPJ nº 02.348.373/0001-83, com sede em Buriti Alegre (GO).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de setembro de 2021 a 18 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 268, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Altera a Portaria nº 969/SAES/MS, de 07 de outubro de 2020, que cancela o CEBAS da Assoc de Proteção a Maternidade e a Infância de Ataleia, com sede em Ataleia (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições e Considerando a Nota Técnica nº 15/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS FTS. Nº 3101, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.025736/2020-73, que concluiu na fase recursal, pelo atendimento parcial dos requisitos obrigatórios contidos na Lei nº 12.101/2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria nº 969/SAES/MS, de 7 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 197, de 14 de outubro de 2020, Seção 1, página 123, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2018, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 269, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Centro de Recuperação Vida Nova CERVIN, com sede em Rolândia (PR).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 186/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.137491/2020-26, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, em conformidade com o Art. 7-A da Lei nº 12.101, de 2009, do Centro de Recuperação Vida Nova CERVIN, CNPJ nº 78.312.188/0001-09, com sede em Rolândia (PR).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2021 a 20 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 271, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Serra Negra, com sede em Serra Negra (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 185/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.036373/2021-82, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação da Santa Casa de Misericórdia de Serra Negra, CNPJ nº 71.262.703/0001-36, com sede em Serra Negra (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de fevereiro de 2022 a 20 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 282, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar Santa Rosália, com sede em Teófilo Otoni (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 188/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.143298/2020-24, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar Santa Rosália, CNPJ nº 25.104.902/0001-07, com sede em Teófilo Otoni (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 283, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Casa de Caridade de Carangola, com sede em Carangola (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 192/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.036787/2021-10, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa de Caridade de Carangola, CNPJ nº 19.274.091/0001-81, com sede em Carangola (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 284, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Nossa Senhora do Carmo, com sede em Carmo (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 193/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.146786/2020-93, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora do Carmo, CNPJ nº 29.259.280/0001-39, com sede em Carmo (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 285, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade do Hospital e Maternidade Coronel Juca Ferreira, com sede em Santa Cruz das Palmeiras (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 194/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.145422/2020-96, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade do Hospital e Maternidade Coronel Juca Ferreira, CNPJ nº 56.784.424/0001-49, com sede em Santa Cruz das Palmeiras (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 286, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital de Caridade de Crissiumal, com sede em Crissiumal (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 191/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.143319/2020-10, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital de Caridade de Crissiumal, CNPJ nº 89.051.247/0001-40, com sede em Crissiumal (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 287, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente de Parobé, com sede em Parobé (RS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 197/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.170709/2020-54, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Parobé, CNPJ nº 88.373.121/0001-20, com sede em Parobé (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de dezembro de 2020 a 28 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 299, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS da Associação Beneficente Ruralista de Assistência Médica Hospitalar de Anastácio, com sede em Anastácio (MS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 201/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.148357/2020-51, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Associação Beneficente Ruralista de Assistência Médica Hospitalar de Anastácio, CNPJ nº 05.246.563/0001-88, com sede em Anastácio (MS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 300, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS da Comunidade Terapêutica Boas Novas, com sede em São José dos Campos (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 209/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.095657/2020-20, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Comunidade Terapêutica Boas Novas, CNPJ nº 20.716.225/0001-56, com sede em São José dos Campos (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 301, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS do Hospital Beneficente Santo Antônio, com sede em Orlândia (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 210/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.113995/2012-41, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Beneficente Santo Antônio, CNPJ nº 53.311.999/0001-56, com sede em Orlândia (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 302, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Indefere a Renovação do CEBAS da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas de Varginha e Região, com sede em Varginha (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 212/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.152661/2020-01, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas de Varginha e Região, CNPJ nº 11.796.785/0001-77, com sede em Varginha (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

PORTARIA Nº 303, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Beneficência Portuguesa de Teresópolis, com sede em Teresópolis (RJ).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 211/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.148771/2020-60, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Beneficência Portuguesa de Teresópolis, CNPJ nº 32.185.605/0001-90, com sede em Teresópolis (RJ).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ OTAVIO FRANCO DUARTE

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 39, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e conforme deliberado em reunião realizada por meio do Circuito Deliberativo - CD_DN 240/2021, de 19 de março de 2021, resolve:

Art. 1° Não conceder anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo da validade de lotes de produtos para diagnóstico in vitro registrados conforme as disposições da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 348, de 17 de março de 2020, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 445, de 10 de dezembro de 2020, conforme anexo.

Art. 2° O disposto no presente Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

NOME DA EMPRESA: 1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos LTDA.
CNPJ: 05.993.698/0001-07
EXPEDIENTE: 0921801/21-7
PROCESSO: 25351.701963/2020-27
ASSUNTO: 80277 - IVD - Anuência excepcional para aplicação retroativa de ampliação de prazo de validade
NOME DO PRODUTO: Novo kit de detecção de ácido nucleico do coronavírus (2019-nCoV) (RT-PCR)
NÚMERO DO REGISTRO: 80207450022
LOTE NÃO APROVADO: 20200731

DESPACHO Nº 40, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das competências que lhe confere o art. 7º, inciso IX, aliado ao art. 53, X, § 3°do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e conforme deliberação realizada em Circuito Deliberativo CD_DN 254/2021, de 24 de março de 2021, nos autos do Processo 25351.904214/2021-31, resolve DELEGAR, por prazo indeterminado, competência ao Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos para celebrar Termos de Compromisso entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e entidades interessadas para complementação de dados e provas adicionais como requisito para validade da concessão pela Agência de Autorização de Uso Emergencial ou registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

2ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 1.234, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos arts. 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 5º, seus parágrafos e incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada e considera estritamente a condição já registrada.

Art. 4º A empresa detentora do registro do medicamento objeto desta Resolução deverá notificar a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos na ocorrência do caso previsto no art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 415, de 26 de agosto de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A
VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 25351860629201890
3721644209 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
3721505201 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
3721499203 GENÉRICO - Ampliação dos limites de especificação
BRAVAN HCT 25351338376201113
3878531205 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 3721644209 - 25351860629201890)
3875835201 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 3721505201 - 25351860629201890)
3875842203 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Ampliação dos limites de especificação - 3721499203 - 25351860629201890)

TREZETE 25351210929201544
4043681201 NOVO - Inclusão de novo DIFA sem CADIFA

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
PROPOVAN 2500000357794
3743838207 SIMILAR - Inclusão maior de equipamento
3743850206 SIMILAR - Inclusão maior do processo de produção do medicamento
---
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
brometo de rocurônio 25351408943200711
1132990214 GENÉRICO - Inclusão de nova apresentação
10 MG/ML SOL INJ IV CT 50 AMP VD TRANS X 5 ML 1004310100095

RESOLUÇÃO RE Nº 1.235, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
propofol 25351.574739/2020-56 03/2024
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4255268/20-1
1.0370.0754.001-3 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT 5 FA VD TRANS X 20 ML
1.0370.0754.002-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/INFUS IV CT 5 FA VD TRANS X 50 ML

RESOLUÇÃO RE Nº 1.262, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Arese Pharma Ltda 07670111000154
CIANOCOBALAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + FOSFATO DE DEXAMETASONA + NITRATO DE TIAMINA
DEXADOR 25351.062634/2017-04 03/2027
10958 RDC 73/2016 - SIMILAR - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 4460302/20-9
11033 RDC 73/2016 - SIMILAR - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO MODIFICADA 3544471/19-1
1.5819.0015.008-8 24 Meses
5 MG + 100 MG + 100 MG +0,5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4
1.5819.0015.009-6 24 Meses
5 MG + 100 MG + 100 MG + 0,5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 8
1.5819.0015.010-1 24 Meses
5 MG + 100 MG + 100 MG + 0,5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A 31673254000102
PROPOFOL
LIPURO 25351.030370/2003-73 05/2025
10223 SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL DE PRODUTO ESTÉRIL 0176691/15-1
1.0085.0133.008-1 24 Meses
10 MG/ML EMU INJ/DIL INFUS IV CX 10 FA VD TRANS X 20 ML

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
brometo de rocurônio 25351.248517/2015-11 09/2028
11055 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 1101050/21-9
11055 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 1101052/21-5
11055 RDC 73/2016 - GENÉRICO - SUBSTITUIÇÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 1101054/21-1
1.8830.0056.002-1 24 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 10 FA VD TRANS X 5 ML
1.8830.0056.003-1 24 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 20 FA VD TRANS X 5 ML
1.8830.0056.004-8 24 Meses
10 MG/ML SOL INJ IV CT 12 FA VD TRANS X 5 ML

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 1.224, DE 24 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: CATALENT BRASIL LTDA - CNPJ: 45569555000197
Produto - (Lote): SUPLEMENTO ALIMENTAR EM CAPSULAS DE METILFOLATO MARCA REGENESIS FOLATO(1200002330 1200002409 1200002355);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 1136861/21-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Recolhimento - Voluntário
Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento iniciado pela empresa, CATALENT BRASIL LTDA., CNPJ nº 45.569.555/0001-97, conforme previsto pela Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº. 24/2015, do Suplemento Alimentar em Cápsulas de Metilfolato, marca Regenesis Folato, distribuído pela EXELTIS LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. (CNPJ nº 19.136.432/0001-52), por não garantir durante o prazo de validade a quantidade mínima de ácido fólico no produto exigida pela legislação sanitária (600mcg expresso em folato dietético equivalente), expondo à venda suplemento alimentar com quantidade de ácido fólico inferior ao limite mínimo estabelecido na Instrução Normativa nº 28, de 26 de julho de 2018 e desenvolvendo e produzindo suplemento alimentar sem assegurar a manutenção das suas características até o final do prazo de validade por meio de estudos de estabilidade. As empresas infringiram os seguintes dispositivos legais: art. 9º, 10, § 1º do art. 9º e § 1º do art. 10 da Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 243, de 26 de julho de 2018 e inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. A medida é válida para todos os lotes produzidos, a saber: lote 1200002330, 1200002409 (apresentação com 2 cápsulas - amostra grátis) e 1200002355 (apresentação com 90 cápsulas).

RESOLUÇÃO RE Nº 1.225, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Não identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): BUDS 100% NATURAL CBD/THC (TODOS); CANABIDIOL CBD (TODOS); TRATAMENTO CÂNCER CBD/THC (TODOS); VAPORIZADOR (TODOS); CANABIDIOL THC (TODOS); REFIL VAPORIZADOR CBD/THC (TODOS); POMADA CBD (TODOS); SERINGA CBD/THC (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1119635/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização por meio do site https://joaovytorsalles.wixsite.com/canabidiol-shop/shop dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976, art. 61 da Portaria nº 344/SVS de 1998 e art. 12 da RDC nº 327/2019. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os produtos anunciados pelo domínio.
.....
2. Empresa: ESSENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 11.400.134/0003-88
Produto - Apresentação (Lote): BALSAMO DO AMAZONAS (TODOS); NUTRA MINT (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1115757/21-7
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site www.nutraessencia.com.br. dos produtos sem registro, na Anvisa, fabricados por empresa ESSENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (CNPJ 11.400.134/0003-88), que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação demedicamentos, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos fabricados pela empresa ESSENCIAL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
3. Empresa: Não identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): VÁRIOS;
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1135551/21-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site https://otokonokopharma.com/ dos produtos sem registro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.
.....
4. Empresa: INDEOV LTDA - CNPJ: 28.802.188/0001-00
Produto - Apresentação (Lote): HEMP EXTRACT ELIXINOL (TODOS); DAILY BALANCE EXTRATO RICO EM CBD (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1121975/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Transporte
Motivação: Comprovação da divulgação por meio do site https://indeov.com/nossos-produtos/dos produtos sem registro, na Anvisa, fabricados por empresa Indeov Ltda, CNPJ 28.802.188/0001-00, que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos fabricados pela empresa Indeov Ltda, bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem oudivulguem os produtos.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.227, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): VIDAZA 100MG AZACITIDINA PARA INJEÇÃO(9C169A);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 1136837/21-3
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado da empresa detentora do registro do medicamento, United Medical Ltda., CNPJ 68.949.239/0001-46, informando a identificação, no mercado, de unidades do lote 9C169A do produto, com prazo de validade de 02/2022, diferente do prazo de validade do lote original, que é de 02/2021. Desta forma, todas as unidade do lote 9C169A do produto, com prazo de validade diferente de 02/2021 não devem ser consumidas, pois e trata de falsificação/adulteração.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.232, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Frielo do Brasil Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda - CNPJ: 13.647.062/0001-31
Produto - (Lote): MASCARA ANTI-FRIZZ - MADAME LOUCA (TODOS); BTOX ORGÂNICO 1KG MADAME LOUCA (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1135841/21-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que os produtos classificam-se como Grau 2 indevidamente notificados nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 5 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.236, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: NEW LIMP PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA - CNPJ: 66.200.015/0001-01
Produto - (Lote): ÁGUA SANITÁRIA NEW LIMP (AGS43);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 1148268/21-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de teor de cloro comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 1854.1P.0/2020, emitido pela FUNED e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.245, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: EMPRESA DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): HIDROXIAPATITA DE CALCIO 30% - INSTITUTO DRA. ELIZA SILVÉRIO(2010);HIDROXIAPATITA DE CALCIO 10% - INSTITUTO DRA. ELIZA SILVÉRIO(2010);HIDROXIAPATITA DE CALCIO 2% - INSTITUTO DRA. ELIZA SILVÉRIO(2010);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 0922201/21-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Manipulação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que a detentora do registro do produto LINNEA SAFE de número de registro 80256510006 identificou no mercado unidades deste lote com características divergentes das constantes na embalagem original - identificação na embalagem das seringas em nome do Instituto Dra. Eliza Silvério e composição do produto contendo Hidroxiapatita de Cálcio a 2%, 10% ou 30%, tratando-se, portanto, de falsificação.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.246, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: MS BASTOS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME - CNPJ: 13.882.701/0001-43
Produto - (Lote): Kit de teste rápido novo Coronavirus (2019-nCoV) IgM/IgG(20200708);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 1120869/21-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal de Contraprova 358.CP.0/2021, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que comprovou os resultados insatisfatórios nos ensaios de Sensibilidade e Especificidade e considerando o art. 27 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.253, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: L.B.C. - LABORATORIO BRASIL COSMETICOS LTDA - ME - CNPJ: 15.483.013/0001-36
Produto - (Lote): REDUCTOR NUTRITIVE STEP2 - FUSION BRUSH- AMERICANDESIRE PROFESSIONAL COSMETICS (TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1120825/21-2
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como Grau 2 indevidamente notificado nesta Agência em desacordo com o art. 25 e item 5 do Anexo VIII da resolução RDC n.º 07/2015 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO RE Nº 1.261, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente, exclusivamente, a medida sanitária aplicada aos produtos em anexo, adotada por meio dos expedientes nº 3155757/20-1 e 3156309/20-1, constantes dos itens 1 e 2 do Anexo da RESOLUÇÃO-RE Nº 3.726, de 18 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 181, de 21 de setembro de 2020, Seção 1, páginas 254 e 255; uma vez que a autoridade sanitária americana identificou que diversos fabricantes chineses foram alvo de falsificações; que as amostras utilizadas na análise destes podem não ter sido autênticas; e que amostras verdadeiras destes produtos possuem novos laudos satisfatórios.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: Modelos de Respiradores para Particulados dos fabricantes listados abaixo
Produto - (Lote): ANHUI SU BO LUN CLOTHING CO LTD (CHINA)(SU KN95); BEIJING RUISHAN BOZHONG MEDICAL INSTRUMENT CO LTD (CHINA)(RZ95B); CTT CO LTD (CHINA)(KN95 8410 e KN95 Respirator Mask); DONGGUAN HUAGANG COMMUNICATION TECH CO LTD (CHINA)(KN95 Disposable Face Mask); DONGGUAN LEIHUO MEDICAL DEVICE CO LTD (CHINA)(KN95 Non Medical Face Mask); DONGGUAN SENGTOR PLASTICS PRODUCTS CO LTD (CHINA)(Foldable Protective Earloop Mask); GUANGDONG FEI FAN MSTAR TECHNOLOGY LTD(Purvigor KN95); GUANGDONG NAFEI INDUSTRIAL HOLDING CO LTD(Efficient Nursing Protective Mask NAFY Protective Mask); GUANGDONG ZHIZHEN BIOLOGICAL MEDICINE CO LTD(KN95 Three Dimensional Protective Respirator); GUANGZHOU KANGBANG MEDICAL EQUIPMENT CO LTD (CHINA)(KN95 Mask); GUANGZHOU SUNJOY AUTO SUPPLIES CO LTD(K1 Self Suction Filter Respirator); KUANGYE (DONGGUAN) TECH CO LTD (CHINA)(Geyou KN95 Environmental Protective Respirator); PURVIGOR(KN95 Antibacterial Mask); SHENZHEN HANGSEN STAR TECHNOLOGY CO LTD(Alchemy KN95 Face Mask A1); ZHONGSHAN ZHONGXIN MEDICAL TECHNOLOGY CO LTD(Protective Mask)
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 175, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182738 - Doses de Sorriso - 1ª Edição
Organização Doutores Palhaços SOS Alegria
CNPJ/CPF: 13.311.763/0001-03
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/08/2021

200645 - Espetáculo Teatral Maria Um Grito que Não Pode Calar
Cezar Augusto Moreira Serejo
CNPJ/CPF: 284.976.517-15
Cidade: Serra - ES;
Prazo de Captação: 05/03/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
200107 - 17° Acampamento Farroupilha de Chapecó - Sc.
ADERE PRODUCOES ARTISTICA LTDA
CNPJ/CPF: 03.627.794/0001-06
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 21/02/2021 à 31/12/2021

203959 - Plano Anual - Casa da Cultura Paraty 2021
Associação Paraty Cultural
CNPJ/CPF: 06.143.830/0001-54
Cidade: Parati - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
183572 - XIV Mostra Internacional de Arte e Cultura Surf
ASSOCIACAO BRASILEIRA DA INDUSTRIA DOS ESPORTES COM PRANCHA
CNPJ/CPF: 21.361.401/0001-47
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

202727 - A Segunda Grande Guerra - Memória, Cultura e Fotografia
BP ENTRETENIMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 31.322.657/0001-07
Cidade: Chapecó - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/10/2021

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
150315 - Restauração da Igreja da Paz
Comunidade Evangélica de Joinville
CNPJ/CPF: 84.696.434/0001-68
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/08/2021

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
185660 - Festival Literario de Taió (Flit)
Ezequias Salla
CNPJ/CPF: 084.215.069-27
Cidade: Rio do Sul - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

193891 - Renato Magalhães Gouvêa (título provisório)
EDITORA URBANA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.646.552/0001-98
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 03/02/2021 à 31/12/2021

200045 - Feira Literária do Sol
PRUMOPRO PROJETOS E PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.540.377/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

200371 - Livro: A Cidade Suspeita
JOSÉ EUSTÁQUIO DA CONSOLAÇÃO SILVA
CNPJ/CPF: 914.135.406-00
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

200895 - Mestre, Mestrinho
Aristeu Oliveira dos Santos
CNPJ/CPF: 233.727.539-68
Cidade: Cascavel - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

203106 - Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade
8 PRODUCAO CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.590.644/0001-51
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 22/08/2021

203319 - Quatro Mil Anos da História da Moda
MILKA WOLFF EMPREENDIMENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 92.913.326/0007-13
Cidade: Canela - RS;
Prazo de Captação: 20/12/2020 à 31/12/2020

203864 - Livro - Fazenda Santa Sophia
Emegê Produções Artísticas S/S Ltda
CNPJ/CPF: 07.007.705/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 29/09/2021

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
203638 - Projetos arquitetônicos e museológicos para criação do Museu Água Instituto Pedra
CNPJ/CPF: 17.643.364/0001-92
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

PORTARIA N° 176, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o sistema de Credenciamento criado pela Portaria nº 43, de 09 de julho de 2009, publicada no D.O.U. do dia 13 de julho de 2009, e o que dispõe os Capítulos IX e X da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. do dia 12 de abril de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar pública, a relação dos peritos descredenciados do Banco de Pareceristas da SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, a pedido, conforme disposto no Art. 23 da Portaria nº 39, de 12 de abril de 2017, os quais foram habilitados por meio do Edital de Credenciamento de Pareceristas nº 1/2018, por nome, CPF, área e segmentos, constantes no anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

NOME	CPF	ÁREA	SEGMENTO
JULIANA LIMA LICONTI	08056817956	Artes Cênicas	Ações de capacitação e treinamento de pessoal

SECRETARIA NACIONAL DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 18, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 405, de 19 de agosto de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Homologar a complementação de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

180293 - Cultura Jovem de Cidade
Amanda Rahra Cunha Di Sarno
CNPJ/CPF: 221.125.858-19
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 4.332,75
Valor total atual: R$ 556.949,25

185967 - SACI - Semana de Animação e Cinema infantil - 1° Edição
INFINITO GESTAO DE INOVACAO E AGENCIAMENTO DE NEGOCIOS EIRELI
CNPJ/CPF: 15.721.700/0001-42
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 599.881,57

192911 - Rodo Cine (título provisório) - 2ª edição
PORTO ARQUITETURA E CULTURA EIRELI
CNPJ/CPF: 10.567.528/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 9.154,77
Valor total atual: R$ 399.849,62

204304 - MIAU - Mostra Internacional Infantil de Audiovisual
INSTITUTO SEARA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 15.714.669/0001-12
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Complementado: R$ 225.427,13
Valor total atual: R$ 717.974,40

Art. 2º - Homologar a redução de valor em favor dos projetos culturais relacionados abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

184201 - Vídeo Documentário: Desenvolvimento de comunidades de baixa renda por meio do empreendedorismo
ASSOCIACAO AVENTURA DE CONSTRUIR
CNPJ/CPF: 23.417.416/0001-05
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 5,05
Valor total atual: R$ 413.237,11

192655 - V FESTIVAL PRIMEIRO FILME
INVIDEO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
CNPJ/CPF: 90.130.634/0001-51
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 135.237,87
Valor total atual: R$ 34.884,00

194207 - Mostra Itinerante Circuito FAM de Cinema 2020
Associação Cultural Panvision
CNPJ/CPF: 02.502.152/0001-18
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 1.709,62
Valor total atual: R$ 213.875,20

200250 - Re. Movies
RETURN SERVICOS DE MARKETING SOCIAL LTDA
CNPJ/CPF: 22.191.544/0001-10
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 3.190,00
Valor total atual: R$ 185.472,66

202146 - 7ª Mostra de Cinema de Gostoso
Heco Produções Ltda
CNPJ/CPF: 00.205.194/0001-61
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 73.946,91
Valor total atual: R$ 125.717,34

202791 - 24ª Mostra de Cinema de Tiradentes
UNIVERSO PRODUÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 699.960,24
Valor total atual: R$ 2.200.039,75

203260 - CINE ECOLOGIA 2021
Instituto Eco Ambiental e Social
CNPJ/CPF: 07.200.091/0001-58
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 0,01
Valor total atual: R$ 786.003,67

203849 - Cine Drive In
Sancell Produções e Eventos Ltda EPP
CNPJ/CPF: 13.316.154/0001-39
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 69,85
Valor total atual: R$ 399.528,03

203871 - Estúdio Hammer - A Fantástica Fábrica de Horror
Voa - Comunicação e Cultura LTDA
CNPJ/CPF: 15.012.162/0001-17
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 27.500,02
Valor total atual: R$ 372.499,97

205049 - Festival Varilux de Cinema Francês 2021
Bonfilm Produção e Distribuição Audiovisual LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.383.039/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 32.076,00
Valor total atual: R$ 1.043.433,77

Art. 3.º - Homologar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo desta Portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei n.º 8.313/1991, Decreto n.º 5.761/2006 e a Instrução Normativa vigente, passam para a fase de obtenção de doações e patrocínios.
Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GRAÇA MELO CORTES

ANEXO I - Artigo 18 , § 1º

210847 - Cidades Projetadas (projeções audiovisuais na cidade)
L. A. FERREIRA PRODUCOES
CNPJ/CPF: 37.281.569/0001-82
Processo: 01400000847202187
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 200.000,00
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Qual o novo lugar do audiovisual nas cidades? Com o vazio nas salas de cinema, de que forma observar e viver o audiovisual na cidade? Com uma proposta de projeção mapeada (técnica em videomapping) oprojeto pretende realizar uma mostra audiovisual em 04 (quatro) cidades da Grande Vitória, com a exibição de até 06 curtas-metragens em 04 dias. Também será realizado uma residência laboral de criação com jovens artistas resultando em peças de videoarte projetadas em prédios e monumentos históricos nestas 04 localidades. Com a residência, a proposta é resultar pelo menos 02 peças de videoarte de até 30 min cada. A equipe do projeto estima que pelo menos uma dessas projeções previstas seja em formato de visualização especial em óculos 3D. A proposta étrabalhar temas que perpassam o universo das cidades como patrimônio, futuro, ocupação e esvaziamento das cidades. A aula inaugural da residência será aberta online para todo o Brasil.

210848 - Festival Cine Ciclo
DOC Service Ltda
CNPJ/CPF: 05.441.429/0001-38
Processo: 01400000848202121
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 398.682,00
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O presente projeto tem por objetivo a realização da primeira edição do CINE CICLO: Festival de Filmes da Ciclovia do Rio Pinheiros, com 4 dias de evento em São Paulo e a realização de palestra com debate interagindo plateia sobre temas artísticos e sociais.

210849 - Videoclipe Grito Agonizante
WALISSON GERALDO DA SILVA
CNPJ/CPF: 039.733.466-40
Processo: 01400000849202176
Cidade: Formiga - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.386,00
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste naprodução de um curta metragem com gravação do videoclipe da música autoral do proponente, GRITO AGONIZANTE, pela dupla Delmir e Delmon. O formado será em Full HD e edição até 6 minutos . O projeto prevê ainda a realização de palestras de contrapartida social.

210851 - Cidades inteligentes, utopias tecnológicas
LIQUID MEDIA LAAB PRODUCÕES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.646.818/0001-50
Processo: 01400000851202145
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 597.564,00
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Projeto de média metragem documental de 70 minutos em formato full HD 4K que investiga as cidades inteligentes e o impacto das tecnologias na cultura brasileira e mundial, em especial numa grande cidade como São Paulo. O que é uma cidade inteligente? Quais os benefícios, para quem? Como uma cidade inteligente pode melhorar os processos democráticos e aumentar o acesso à cultura? É isso mesmo que está acontecendo?

210852 - Sacada Musical
M. HORN & CIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.539.766/0001-65
Processo: 01400000852202190
Cidade: Encantado - RS;
Valor Aprovado: R$ 220.631,25
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Produção de filme documentário, média metragem, com a duração de 30 minutos, em formato Full HD, sobre o violonista e compositor Yamandu Costa e a sua relação com o Festival Canto da Lagoa e os artistas locais que levam adiante este tradicional evento da música. O curta estará disponível no canal do Youtube do proponente (https://www.youtube.com/channel/UC2JzDERz-ai9hWpLjLS-TOQ) e no canal do Youtube do Yamandu Costa (https://www.youtube.com/user/yamandutube).

210853 - Arte no skate
C.S. PRODUCAO DE VIDEO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.235.930/0001-07
Processo: 01400000853202134
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 199.335,31
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 02/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto Arte no Skate consiste em uma produção de um documentário, em formato digital Full HD (1920x1080), com 15 minutos de duração, abordando o impacto das mainfestacoes artísticas permeadas pelo skate no cotidiano das pessoas e das cidades. Entrevistas com artistas que vivem e trabalham dentro do cenário do skate, grafiteiros, estilistas de moda, músicos serão realizadas, contando a história do skate desde seu início, onde surgiu na Califórnia através da evolução dos skatistas até os dias de hoje. Vamos mostrar diferentes planos de filmagens de ação, fotografias, músicas e ilustrações que fazem da cultura do skate um estilo de vida com refrações no campo da estética, da cultura e do modo de ver e pensar a cidade, suas cores e gestos. Como contrapartida, o projeto prevê duas (2) Oficinas de 3 horas cada, de Graffiti, com os artistas visuais e skatistas Jorge Galvão e Pablo Biz,para 50 jovens (25 cada turma) estudantes de instituições públicas de ensino, no centro GreenBox.

ANEXO II - Art.26

210850 - Websérie Plano de Negócios
Pedro Latorre Filizzola
CNPJ/CPF: 026.174.156-00
Processo: 01400000850202109
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.897,50
Prazo de Captação: 26/03/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: "Plano de Negócio" é um projeto de realização de uma websérie em vídeo de ficção científica de 15 episódios, cada episódio com 5 minutos de duração, para publicação no Youtube em canal próprio e distribuição gratuita para toda população com acesso a esta plataforma. A série será produzida com captação digital e finalização com qualidade cinematográfica. A produção será gravada na região metropolitana de Belo Horizonte e terá equipe formada majoritariamente por pessoas locais com algumas adições entre técnicos e elenco vindos de outras partes do país a fim de produzir um produto audiovisual que tenha alcance e representatividade nacional.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

PORTARIA IPHAN - GO Nº 4, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Suspensão Temporária de Contrato. Contratada: Construtora Amazonas Comércio e Indústria Ltda - CNPJ: 01.584.861/0001-27; Contratante: Superintendência do Iphan em Goiás - CNPJ: 26.474.056/0015-77. Modalidade de licitação: Concorrência nº 01/2019

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN/GO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 673, de 16 de outubro de 2009, considerando o constante no Ofício s/nº encaminhado pela Contratada, em decorrência do Decreto Municipal de Goiânia nº 1897/2021, resolve:
Art.1º Autorizar a suspensão temporária de execução do Contrato nº 06/2019, que tem como objeto a obra de restauração da Antiga Chefatura de Polícia, pertencente ao acervo arquitetônico e urbanístico Art Déco de Goiânia. Data de início da suspensão: 15/03/2021, data final da suspensão: 28/03/2021.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/03/2021.

ALLYSON RIBEIRO E SILVA CABRAL

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA FBN Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O Presidente da Fundação Biblioteca Nacional - FBN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 do Anexo I do Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014 (Estatuto da FBN) e pelos incisos I e VII do art. 6º da Portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018 (Regimento Interno da FBN), após deliberação da Diretoria Colegiada, na 3ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada do ano de 2021, realizada em 24/03/2021, e CONSIDERANDO a Portaria FBN nº 123, de 5 de novembro de 2020, que cuida dos protocolos de retorno das atividades presenciais na FBN; a edição do Decreto municipal do Rio de Janeiro nº 48.644, de 22 de março de 2021; do Decreto estadual do Rio de Janeiro nº 47.540, de 24 de março de 2021; e principalmente a edição da Lei estadual do Rio de Janeiro nº 9.224, de 24 de março de 2021 que, em função do recrudescimento da pandemia de Covid-19 no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, instituiu, excepcionalmente, os dias 26 e 31 de março e 01 de abril de 2021 como feriados, bem como antecipa os feriados de 21 e 23 de abril para os dias 29 e 30 de março de 2021, resolve:
1. - SUSPENDER o expediente da Fundação Biblioteca Nacional no período de 26 de março a 04 de abril de 2021.
2. - A suspenção se aplica às atividades presenciais e na modalidade remota, ressalvados os serviços considerados essenciais e inadiáveis.

RAFAEL ALVES DA SILVA

Conselho Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA INSTAURAÇÃO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA NOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DISCIPLINAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Nº 29, DE 25 DE MARÇO DE 2021

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução nº 92, de 13 de março de 2013),
considerando que a Constituição Federal, notadamente em seu art. 37, caput, consagrou a eficiência como um dos princípios basilares da Administração Pública;
considerando que, dentre outras atribuições, incumbe à Corregedoria Nacional, a teor do disposto no art. 130-A, § 3º, da Constituição da República e no art. 18, incisos I, II, VII e XIV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, realizar de ofício sindicâncias, correições e inspeções, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;
considerando que a Corregedoria Nacional, nos termos do art. 67, caput e §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar correições, inspeções e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;
considerando que, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, a correição ordinária será realizada nos órgãos de controle disciplinar das unidades do Ministério Público da União e dos Estados, qualquer que seja a espécie de procedimento disciplinar e a participação do órgão no seu trâmite, para verificação do funcionamento e regularidade das atividades desenvolvidas;
considerando que a Constituição Federal conferiu expressamente ao Corregedor Nacional do Ministério Público o dever-poder de requisição e de designação de membros do Ministério Público, assim como o dever-poder de requisição e designação de servidores do Ministério Público (art. 130-A, §3º, inciso III, da Constituição Federal);
considerando que o art. 130-A, §3º, inciso III, da Constituição Federal, é norma constitucional expressa, com aplicabilidade imediata, que dispensa regulamentação e que foi instituída para garantir à Corregedoria Nacional do Ministério Público o exercício eficiente, isento e pleno das funções que lhes foram atribuídas constitucionalmente;
considerando que a Corregedoria Nacional consiste em garantia fundamental de efetividade das atividades e atribuições do Ministério Público como instituição constitucional fundamental de acesso à Justiça;
considerando que, além de detectar eventuais inadequações de ordem disciplinar ou administrativa, adotando as providências necessárias, a Corregedoria Nacional tem como objetivo orientar e buscar o aprimoramento das atividades do Ministério Público, o que inclui a verificação do funcionamento e regularidade das atividades desenvolvidas, resolve:
1. Instaurar correição ordinária nos Órgãos de Controle Disciplinar do Ministério Público do Estado do Pará, cujos trabalhos serão realizados no período de 11 a 13 de maio de 2021, de forma remota, com o fim de analisar o funcionamento dos serviços administrativos e funcionais;
2. Designar, no período supracitado, o coordenador Alessandro Santos de Miranda e a coordenadora substituta Vera Leilane Mota Alves de Souza, da Coordenadoria de Correições e Inspeções da Corregedoria Nacional do Ministério Público, para coordenarem os trabalhos correicionais;
3. Designar, no período supracitado, as servidoras do Conselho Nacional do Ministério Público Larissa Lago Barbosa Bezerril e Michelle Almeida Nogueira para integrarem a equipe de trabalho, delegando-lhes poderes para a realização da correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços;
4. Determinar que sejam comunicados da correição o procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público do Estado do Pará.

RINALDO REIS LIMA
Corregedor Nacional

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA N° 859, DE 25 DE MARÇO DE 2021

ICP n.º 08190.009065/21-59

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por sua Segunda Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigos 81 e 82, ambos da Lei Federal nº 8.078/90);

CONSIDERANDO que a modificação/revisão das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas e que a proteção Jurídica com vistas à prevenção ou reparação de danos constituem direitos básicos dos consumidores (artigo 6º, incisos V e VII, do CDC);

CONSIDERANDO que a decretação da pandemia mundial (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde, em 11/03/2020, conduziu à adoção de medidas governamentais de restrição às interações sociais, entre as quais a autorização de substituição do ensino presencial pelo remoto pelo remoto nas instituições de ensino superior brasileiras, nos termos da Portaria nº 343, de 17/3/2020 - MEC.

CONSIDERANDO que o COLÉGIO SIGMA, mantido pela ACEL - Administração de Cursos Educacionais Ltda., aderiu ao ensino remoto e que a alteração da forma de prestação de serviço não equivale ao contratado (ensino presencial), com a possibilidade de redução de custos para a instituição e desequilíbrio entre o preço cobrado dos estudantes;

CONSIDERANDO que o procedimento preparatório em curso indica a necessidade de apuração dos custos da prestação dos serviços de ensino, no período de suspensão das atividades presenciais por força da pandemia declarada pela OMS (Covid-19);

CONSIDERANDO a necessidade de realização de outras diligências para apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federais nºs 7.347/85 e 8.078/90, e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL a ser conduzido pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando à apuração dos fatos, indicação de responsabilidade e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores e, para tanto, determina-se:

a) a autuação e o registro desta portaria;

b) o envio de cópia desta portaria para publicação na imprensa oficial;

c) a comunicação à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT da instauração deste Inquérito Civil Público;

d) o cumprimento do despacho proferido nesta data.

JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA
Promotora de Justiça

PORTARIA N° 860, DE 23 DE MARÇO DE 2021

ICP n.º 08190.009066/21-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO a notícia de fato instaurado a partir de reclamação de JOÃO BATISTA COSTA GOIS perante a Ouvidoria do MPDFT em face do Banco Regional de Brasília - BRB. Narra representante, a existência de venda casada e/ou abusividade em relação a emissão de cartões de créditos pelo Banco BRB, o qual não exige assinatura no contrato para emissão de cartão de crédito no momento de envio de um novo cartão, remanescendo contrato do cartão anterior como válido.

CONSIDERANDO que o consumidor informou, ainda, a realização de supostos descontos irregulares de valores referentes às dívidas ou parcelamentos de cartões de crédito administrados pela instituição financeira nas contas salários dos correntistas;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto, apurar reclamações e condutas em face do Banco Regional de Brasília-BRB, e os respectivos índices de resolutividade, relativa a prática de desconto de financiamentos e prestações em contas-salário, por via de cartão de crédito, além da emissão de cartões de créditos, na modalidade consignado, sem a existência ou a formalização de contrato formal ou qualquer outro procedimento de formalização.

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;
2. publique-se esta portaria.
3. determine-se ao Setor de Análise a realização, por meio do sistema de monitoramento automatizado de demandas consumeristas - ROBOCON, a verificação de reclamações em face do Banco BRB/SA, cujo objeto tenha similaridade com o descrito na presente demanda.

VIVIAN BARBOSA CALDAS
Promotora de Justiça

PORTARIA N° 861, DE 23 DE MARÇO DE 2021

ICP n.º 08190.009001/21-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Terceira Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva reparação e a prevenção de dano são direitos básicos dos consumidores (art. 6.º, VI, do CDC);

CONSIDERANDO a Notícia de Fato n° 08190.025468/20-55, instaurado a partir de reclamação da empresa W E N Consultoria Empresarial LTDA. em face do plano de saúde empresarial da referida empresa com a operadora Sul América S/A. Narra representante que em razão de problemas econômicos advindos do atual momento de pandemia, a empresa teve que rescindir o contrato de plano de saúde empresarial com a aludida operando em prazo anterior a 12 (doze) meses, o que, segundo o reclamante, desencadeou a cobrança de multa contratual abusiva

CONSIDERANDO a NF n° 08190.025475/20-11, encaminhada por expediente pela 5º Juizado Especial Cível de Brasília, na qual informa o descumprimento da operadora AMIL Assistência Saúde ao decidido com trânsito em julgado na ACP 0136265-83.2013.4.02.5101, mantendo a previsão ilegal em seu contrato de multa em razão da fidelidade de 12 meses de permanência e 2 meses de pagamento antecipado de mensalidades. No caso, cuidou-se de Ação de Rescisão Contratual com Indenização por Danos Morais, proposta por JANE BRUNORO WERNECK CHAVANTES em face de AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.

CONSIDERANDO que autora alega que, em 03/12/2019, solicitou rescisão contratual de plano de saúde junto à Ré, e que essa cobrou multa rescisória no valor de R$ 9.290,60, a qual considera abusiva, diante da exigência de aviso prévio. Requer a rescisão contratual sem ônus, para que AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A. se abstenha de incluir seu nome nos órgãos de proteção ao crédito e indenização por danos morais, no montante de R$ 10.000,00.

CONSIDERANDO que, em análise do objeto dos presentes procedimentos, constatou-se eventual descumprimento da Ação Civil Pública (nº 0136265-83.2013.4.02.5101) movida pelo Procon Estadual do Rio de Janeiro (Procon-RJ) contra a ANS em 2014, em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, foi anulado o parágrafo único do artigo 17 da RN 195, de 14 de julho de 2009, da ANS, a fim de permitir que os consumidores possam rescindir o contrato sem que lhe sejam impostas multas contratuais em razão da fidelidade imposta de 12 meses de permanência e 02 meses de pagamento antecipado de mensalidades

CONSIDERANDO que, conforme narrado acima, o título judicial transitou em julgado e determinou a condenação da ANS, a fim de que se declare nulo o parágrafo único do artigo 17 da RN 195, de 14 de julho de 2009, da ANS, autorizando, de conseguinte, que os consumidores possam rescindir o contrato sem que lhe sejam impostas multas contratuais em razão da fidelidade de 12 meses de permanência e 02 meses de pagamento antecipado de mensalidades, impostas no ato administrativo viciado;

CONSIDERANDO que as empresas Sulamerica S/A e AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A defenderam a regularidade da conduta, uma vez que cabe as empresas determinar as condições de rescisão contratual, consoante disposições constantes do caput do artigo 17 da RN 195/2009, a qual não sofreu nenhum tipo de alteração:

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai n.ºs 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar n.º 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL a ser conduzido pela 3ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que terá por objeto, apurar eventual descumprimento da Ação Civil Pública (nº 0136265-83.2013.4.02.5101) movida pelo Procon Estadual do Rio de Janeiro (Procon-RJ) contra a ANS em 2014, em face da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, que anulou o parágrafo único do artigo 17 da RN 195, de 14 de julho de 2009, da ANS, bem como aferir a legalidade das multas contratuais impostas em razão da fidelidade imposta de 12 meses de permanência e 02 meses de pagamento antecipado de mensalidades, previstas nas minutas de contratos das empresas de plano de saúde das empresas Sulamerica S/A e AMIL ASSISTÊNCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.

1. comunique-se a E. Câmara de Coordenação e Revisão Cível Especializada;
2. publique-se esta portaria;
3. determine-se ao SA para verificação de eventual descumprimento de ação judicial e possível elaboração de minuta de ACP

VIVIAN BARBOSA CALDAS
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 287ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30/03/2021

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Consultas

Processo NF-000105.2021.06.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

II - Conflitos de atribuições

Processo IC-000411.2018.02.003/0 - Assunto: 5.CONATPA, 8.CONALIS - Interessados: SUSCITADO: DIEGO CATELAN SANCHES, SUSCITANTE: RODRIGO LESTRADE PEDROSO, NOTICIANTE: ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS, INQUIRIDO: SINDICATO DOS ESTIVADORES DE SANTOS, SÃO VICENTE, GUARUJÁ E CUBATÃO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo NF-000412.2021.09.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: MARILIA MASSIGNAN COPPLA, SUSCITANTE: PROCURADOR DO TRABALHO - ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-004852.2018.01.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: FERNANDO HENRIQUE FERREIRA SANTOS, SUSCITADO: MARCO ANTONIO COSTA PRADO - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-006913.2020.02.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: SUSCITADO: MARIZA MAZOTTI DE MORAES, SUSCITANTE: ELISIANE DOS SANTOS - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000319.2021.02.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO: VALDIRENE SILVA DE ASSIS, SUSCITANTE: LUCIANA ESTEVAN CRUZ DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000442.2020.14.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARIQUEMES/RO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo PAJ-001273.2021.02.000/2 - Assunto: - Interessados: SUSCITADO: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITANTE: LUIZA YUKIKO KINOSHITA AMARAL - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo NF-000436.2021.15.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO: NEI MESSIAS VIEIRA, SUSCITANTE: BRUNO AUGUSTO AMENT - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo PAJ-000125.2021.15.006/1 - Assunto: - Interessados: - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

III - Anulação ou alteração de termo de ajuste de conduta

Processo PP-000403.2002.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, INVESTIGADO: OSRAM DO BRASIL - CIA. DE LÂMPADAS ELÉTRICAS LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos.

Processo IC-000031.2010.17.003/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: MARCA - CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE LINHARES), INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE LINHARES, INQUIRIDO: VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Processo IC-001273.2016.21.000/7 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS, TELÉGRAFOS E SIMILARES NO RN - SINTECT-RN, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO (4ª VARA DO TRABALHO DE NATAL) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Subprocuradora-Geral do Trabalho
Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PORTARIA Nº 57, DE 24 DE MARÇO DE 2021

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as certidões nº 1145.2021 e 1155.2021, expedidas, nos autos do PGEA 20.02.1500.002385/2017-50, respectivamente, pelas Chefes das Secretarias Processuais das Coordenadorias de 2º e 1º Graus, que informam, em síntese, sobre a impossibilidade de cumprimento das determinações, ante a problemas técnicos e operacionais oriundos do sistema MPT Digital, das Resoluções PRT15 nº 001 e 002, de 19.3.2021, e Portarias PRT15 nº 053 e 054, de 19.3.2021;

CONSIDERANDO os chamados nº 01.000452/2021.15, 01.000459/2021.15 e 01.000462/2021.15, abertos no sistema Atena, que tratam das alterações, decorrentes das Resoluções PRT15 nº 001 e 002, de 19.3.2021, e Portarias PRT15 nº 053 e 054, de 19.3.2021, a serem realizadas no sistema MENTORh e MPT Digital (módulo de gestão de ofícios e substituições regionais, módulo extrajudicial e módulo judicial), seguem em atendimento pela equipe de TI/MPT; resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos das Resoluções PRT15 nº 001 e 002, de 19.3.2021, e Portarias PRT15 nº 053 e 054, de 19.3.2021, até 4.4.2021.

DIMAS MOREIRA DA SILVA

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 8, DE 17 DE MARÇO DE 2021
(Sessão Telepresencial do Plenário)

Presidência: Ministra Ana Arraes (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Alden Mangueira de Oliveira
Subsecretária do Plenário: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa

Às 14 horas e 30 minutos, a Presidente declarou aberta a sessão telepresencial do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausente o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Plenário homologou a Ata nº 7, referente à sessão telepresencial realizada em 10 de março de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Entrada do Tribunal, juntamente com a Auditar, na campanha "SOS Acre", ação criada pelo Ministério Público do Acre, em parceria com o Tribunal de Justiça local, para angariar recursos e donativos para atuação emergencial.

Proposta de alteração pontual no texto da IN 87/2020 para inserir regra transitória no sentido de que, apenas nesta primeira remessa de cópia da declaração de bens e rendas a que alude o caput do art. 1º da Lei 8.730/1993, no exercício corrente, o prazo inicialmente concedido de 30 dias seja prorrogado para 180 dias após o prazo final de sua apresentação à Receita Federal do Brasil. Aprovada.

Autuação de processo administrativo pela Secretaria-Geral de Controle Externo visando examinar a exclusão de dispositivo contido na Resolução-TCU 259/2014, que prevê a não autuação como denúncia ou representação de documentos que requeiram a atuação do TCU.

Homologação, ad referendum, da cessão do AUFC Luiz Sérgio Madeiro da Costa para exercer o cargo em comissão de Diretor de Gestão da Casa da Moeda do Brasil até 28 de julho de 2021. Aprovada.

Do Ministro Vital do Rêgo:

Proposta de nova dilação de prazo, até o 31 de março de 2021, para apresentação de emendas ao projeto de alteração da Resolução 154/2002, tratada no âmbito do processo TC-039.335/2020-8. Aprovada.

SUSPENSÃO DA SESSÃO

Às 15 horas e 10 minutos, a Presidência suspendeu a sessão ordinária em face de problemas técnicos no sinal do link de internet do Tribunal que acarretaram interrupção da transmissão no canal do TCU no Youtube. A sessão ordinária foi reaberta às 15 horas e 30 minutos.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-013.383/2017-5 e TC-020.474/2017-2, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-003.406/2015-6, TC-007.987/2001-1, TC-013.117/2012-2, TC-023.224/2020-7 e TC-030.934/2015-0, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-005.708/2015-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-039.471/2020-9, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-007.210/2013-2, TC-008.538/2020-4 e TC-014.364/2015-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-012.197/2019-0, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 506 a 533.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 534 a 575, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSOS TRANSFERIDOS DE PAUTA

Com fundamento no § 13 do art. 112 do Regimento interno, por deliberação do Colegiado, foi transferida para a sessão do dia 24 de março de 2021, a apreciação do processo TC-017.064/2020-1 (Ata nº 44/2020), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho e revisor é o Ministro Vital do Rêgo.

Tendo em vista o volume de processos a serem apreciados na sessão e o adiantado da hora, o Colegiado deliberou por adiar para a sessão do dia 31 de março de 2021, a apreciação do processo TC-031.629/2016-4 (Atas nº 47/2020 e 3/2021), cuja relatora é a Ministra Ana Arraes e revisor é o Ministro Benjamin Zymler.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-015.837/2009-4, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Claudismar Zupiroli produziu sustentação oral em nome de Rômulo Soares Polari.

Na apreciação do processo TC-029.080/2014-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. José Nelson Vilela Barbosa Filho produziu sustentação oral em nome da União Nacional dos Estudantes, Gustavo Lemos Petta e Rovilson Sanches Portela.

Na apreciação do processo TC-033.054/2010-0, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas, a Dra. Marina Araújo Lopes produziu sustentação oral em nome de Carlos Alexandre Pinto de Freitas, João Baptista Zamprogno Pereira, Jorge Luiz Coutinho Bezerra, José Luís da Silva Franco, Luiz Carlos Rangel Rodrigues, Ney Mendes Teixeira, Plínio César de Mello e Wilson Pereira Pinto Júnior.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, deu-se prosseguimento à votação do processo TC-023.480/2016-5 (Ata nº 47/2020), cujo relator é o Ministro Augusto Nardes e revisor é o Ministro Bruno Dantas. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 538, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

TC-008.318/2015-8 (Ata nº 4/2021), cujo relator é o Ministro Augusto Nardes e revisor é o Ministro Benjamin Zymler. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 540, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

TC-029.080/2014-2 (Atas nº 44/2020 e 47/2020), cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e revisor é o Ministro Benjamin Zymler. Durante a apreciação da matéria, houve empate na votação. O relator, Ministro Raimundo Carreiro, foi acompanhado pelos Ministros Augusto Nardes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, o revisor, Ministro Benjamin Zymler, foi acompanhado pelos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Aroldo Cedraz e Jorge Oliveira. A Presidente Ana Arraes proferiu voto de desempate nos termos do art. 139 do Regimento Interno, acompanhando o revisor. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 536.

TC-004.914/2015-5 (Ata nº 47/2020), cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira e revisor é o Ministro Benjamin Zymler. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 539, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

TC-024.784/2017-6 (Ata nº 47/2020), cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa e revisor é o Ministro Bruno Dantas. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 541, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

REEXAME DE PROCESSO COM NOVA REDAÇÃO

Nos termos do 129 do Regimento Interno, o Ministro Walton Alencar Rodrigues pediu o reexame do processo TC-033.359/2020-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, para sugerir alteração na redação do acórdão. O Plenário aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 559 com a nova redação apresentada pelo relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 506/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de reexame interposto por I.D.E.A.S - Instituto Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde em face do Acórdão 88/2021-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU, dentre outras medidas, determinou à Prefeitura de São Leopoldo/RS que adotasse medidas com vista a não prorrogar, para além da vigência atual (14/10/2021), o Contrato de Gestão 10.106/2019, celebrado com a entidade ora recorrente (item 1.8.4 do Acórdão 88/2021-Plenário).

Considerando que não há direito subjetivo à prorrogação do contrato de gestão, mas mera expectativa de direito, consoante a decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal no MS 26250-DF, bem como os Acórdãos 1477/2016 (Relatora Ministra Ana Arraes), 776/2018 (Relator Ministro Vital do Rego) e 214/2017 (Relator Ministro Benjamin Zymler), todos do Plenário do TCU;

Considerando, portanto, que a entidade carece de interesse recursal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, IV, "b", §3º, e 286, do RI/TCU, em: não conhecer do pedido de reexame interposto por I.D.E.A.S - Instituto Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde; b) dar ciência à recorrente e aos órgãos/entidades interessados, de acordo com a instrução da Serur.

1. Processo TC-021.919/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Antonio Joao de Afonso Boscardin (386.926.600-78); Gisele Vieira Ramos (965.784.400-20); Lisiane Machado Bitencourt da Silva (545.821.130-87); Maria Salete Macedo (249.310.719-53); Natalia Vanoni Mombach (011.410.840-40); Ricardo Brasil Charao (431.280.410-91); Vanessa Pires do Rosario (001.191.970-14)

1.2. Recorrente: I.d.e.a.s - Instituto Desenvolvimento Ensino e Assistencia A Saude (24.006.302/0004-88)

1.3. Interessado: I.d.e.a.s - Instituto Desenvolvimento Ensino e Assistencia A Saude (24.006.302/0004-88)

1.4. Ente: Município de São Leopoldo - RS.

1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.9. Representação legal: Rodrigo de Assis Horn (19.600/OAB-SC) e outros, representando I.d.e.a.s - Instituto Desenvolvimento Ensino e Assistencia A Saude; Rafael de Araujo Lima Dias (75.634/OAB-RS) e outros, representando Prefeitura Municipal de São Leopoldo - RS; Paulo Fernandes Rohr (70.878/OAB-RS), representando Prefeitura Municipal de São Leopoldo - RS, Ricardo Brasil Charao, Gisele Vieira Ramos, Lisiane Machado Bitencourt da Silva, Maria Salete Macedo, Antonio Joao de Afonso Boscardin, Natalia Vanoni Mombach e Vanessa Pires do Rosario.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 507/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento, pelo relator, dos pareceres constantes dos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 234, 235 e 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer do presente feito como denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente, determinando o arquivamento do processo após ciência ao interessado:

1. Processo TC-028.154/2020-7 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)
1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Fátima/BA
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.7. Representação legal: Francisco Tadeu Carneiro Filho (OAB/BA 19.796), Tiago Assis Silva (OAB/BA 27.027) e outros
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1 dar ciência ao denunciante acerca da presente deliberação, nos termos do parágrafo único do art. 235 do RITCU; e
1.8.2 levantar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos, nos termos do art. 236, § 1º, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 508/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c o inciso V do art. 169 do Regimento Interno do TCU, em considerar atendida a determinação constante do subitem 9.2 do Acórdão 1.333/2020-Plenário e ordenar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por ter atingido sua finalidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.517/2021-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.2. Representante do Ministério Público: não atuou
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.4. Representação legal: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 509/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V, alínea "e", do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em autorizar a prorrogação dos prazos fixados pelos subitens 9.4 e 9.5 do Acórdão 599/2020-Plenário, por trinta dias, a contar da notificação, dando-se ciência à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

1. Processo TC-027.952/2019-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Órgão: Secretaria Especial de Saúde Indígena
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: não atuou
1.5. Representação legal: não há
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde acerca da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 510/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235, parágrafo único, e 237 do Regimento Interno e 103, §1°, e 105 da Resolução 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não conhecer da representação, determinar o seu arquivamento e em encaminhar cópia deste acórdão e das peças dos autos ao representante e ao representado.

1. Processo TC-006.046/2021-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: Alvaro Pereira Iaccino (OAB/DF 19.995)
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 511/2021 - TCU - Plenário

Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso I, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso II, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-006.174/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério da Saúde
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. conhecer da presente representação;
1.6.2. apensar o presente processo ao TC 022.765/2020-4;
1.6.3. dar ciência deste acórdão ao representante.

ACÓRDÃO Nº 512/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento do feito, conforme pareceres uniformes emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-006.384/2021-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Conselho Regional de Biologia - 7ª Região (CRBio-07)
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.5. Representação legal: José Antônio Souza de Matos (OAB/PR 44.177) e outros
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. dar ciência da presente deliberação à representante e ao Conselho Regional de Biologia - 7ª Região, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 11; e
1.6.2. determinar o arquivamento destes autos.

ACÓRDÃO Nº 513/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 234, 235 e 276, § 6º, do Regimento Interno/TCU, além do art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, em conhecer da denúncia, por atender aos pressupostos regimentais de admissibilidade aplicáveis à espécie, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo denunciante tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários a sua concessão e determinar o seu arquivamento, após dar ciência ao denunciante e à Caixa Econômica Federal o teor desta deliberação.

1. Processo TC-047.722/2020-7 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 514/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 157 e 187 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução TCU 155/2002, em prorrogar, por 90 dias, a contar de 28/12/2020, o prazo para atendimento, de forma consolidada e centralizada, da determinação constante do item 1.6.2.1 do Acórdão 389/2020-TCU-Plenário, bem como autorizar a adoção das demais medidas propostas pela unidade técnica no parecer à peça 79.

1. Processo TC-015.128/2020-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Secretaria-executiva do Ministério da Educação; Secretaria-executiva do Ministério da Saúde; Secretaria-executiva do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-geral da União; Secretaria-geral do Ministério da Defesa.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 515/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo formulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nos termos da peça 85, para atendimento ao disposto no Ofício de Notificação de Acórdão 15011/2020-TCU/Seproc (peça 69).

Considerando que a requerente destaca que está enfrentando dificuldades impostas pela crise do novo coronavírus;

Considerando que a agência está na linha de frente da superação da pandemia, com o recebimento de demanda extraordinária;

Considerando a relevância da atuação da Anvisa no atual cenário pandêmico;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, em deferir, em caráter excepcional, o pedido de prorrogação de prazo formulado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por mais 180 (cento e oitenta) dias, para atendimento ao disposto no Ofício de Notificação de Acórdão 15011/2020-TCU/Seproc (peça 69), em atendimento ao Acórdão nº 732/2020-TCU-Plenário.

1. Processo TC-001.814/2019-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Alessandra Bastos Soares (033.936.577-39); Fernando Mendes Garcia Neto (026.358.598-09); Ivo Bucaresky (002.077.087-11); Jarbas Barbosa da Silva Junior (152.884.394-00); Renato Alencar Porto (696.399.061-15); William Dib (493.336.318-87)
1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 516/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237, inciso VII e parágrafo único e 250, inciso I e 146, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e de conformidade com a proposta da unidade técnica (peça 11), em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido formulado por A.M. de Abreu Eireli (CNPJ 18.523.063/0001-98) , de ser considerado como parte interessada, mas lhe autorizando, caso requeira, vista e cópia às peças não sigilosas dos presentes autos após a prolação da deliberação de mérito, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-006.644/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Defensoria Pública da União
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: Ana Maria de Abreu e outros, representando A. M. de Abreu Eireli.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência desta deliberação à Defensoria Pública da União e ao representante;
1.6.2. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, V, do Regimento Interno deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 517/2021 - TCU - Plenário

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 2.816/2017-TCU-Plenário, resolveu julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Ivan Silvério da Costa, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa;

considerando que neste momento o responsável acima mencionado ingressa com recurso de revisão (R004, peças 585, 589-590, 598-599 dos autos);

considerando que, conforme exposto no exame preliminar efetuado pela Serur, com o qual concordou o Ministério Público junto a esta Corte, a peça recursal apresentada contra o Acórdão 2.816/2017-TCU-Plenário não preenche os requisitos específicos exigidos para a admissão de recurso de revisão, previstos nos incisos do artigo 35 da Lei Orgânica do TCU;

considerando que o recorrente limitou-se, essencialmente, a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos artigos 35 da Lei 8.443/92; 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, e 278, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Francisco Ivan Silvério da Costa, e em determinar seja comunicado ao interessado o teor da presente deliberação, juntamente com reprodução do exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos.

1. Processo TC-011.877/2012-0 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Amadeu Felix Barboza Filho (355.696.703-00); Antonio Cesar Coe Pinto (092.602.423-04); Arthemisio Asevedo Junior (662.099.273-00); Cateto Construcoes Ltda - ME (07.850.294/0001-90); Cleber Pedrosa Nunes (381.046.523-20); Cleudo Pedrosa Nunes (228.718.453- 87); Cubo Construcoes e Servicos Ltda - ME (69.375.202/0001-14); Expedito Ferreira da Costa (056.091.513-68); Fabiana da Costa Lopes (615.838.633-20); Francisca Laedina Alves Gomes Maia (810.272.223-15); Francisco Ivan Silverio da Costa (318.822.263-72); Francisco Williano Oliveira da Silva (628.768.803-34); Goiana Construcoes e Prestacoes de Servicos Ltda - ME (07.192.755/0001- 84); José Milton Lucio do Nascimento (389.955.303-91); José Neto de Castro (336.719.742-49); Lidiane Barbosa da Silva (670.782.143-15); Marcia Maria Eduardo dos Anjos (566.836.343-00); Miguel Ângelo Pinto Martins (478.715.123-15); Raimundo Carlos Alves de Freitas (677.519.973-20); Sheila Teles de Aguiar (789.581.303-00); Álvaro Marques de Oliveira Rodrigues (674.807.483-53).

1.2. Recorrente: Francisco Ivan Silverio da Costa (318.822.263-72).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Aracati - CE

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Adriano Alves Pessoa (9693/OAB-CE) e outros, representando Francisco Ivan Silverio da Costa; Alfredo Narciso da Costa Neto (19102/OAB-CE), representando Arthemisio Asevedo Junior e Antonio Cesar Coe Pinto; Joao Paulo Bomfim Macedo e outros, representando Expedito Ferreira da Costa; Andrea Emilia Vieira de Araujo (28352/OAB-CE) e outros, representando Cleber Pedrosa Nunes; Wilson da Silva Vicentino (12844/OAB-CE) e outros, representando Sheila Teles de Aguiar e José Neto de Castro; Manoel Undino Gomes da Fonseca Neto (20584/OAB-CE), representando Sheila Teles de Aguiar, Álvaro Marques de Oliveira Rodrigues, Francisca Laedina Alves Gomes Maia, Marcia Maria Eduardo dos Anjos, Lidiane Barbosa da Silva e José Neto de Castro.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 518/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso I, do Regimento Interno, em considerar cumprida a determinação constante do item 1.6.1 do Acórdão 644/2020 - TCU - Plenário, e determinar o apensamento do processo a seguir relacionado aos autos do TC-030.153/2018-2, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.018/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 519/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do Acórdão 610/2020-TCU-Plenário de minha relatoria, proferido nos autos do TC 038.083/2019-1, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.4, do Acórdão 610/2020-TCU-Plenário;

b) informar à Fundação Universidade do Amazonas/AM (Ufam) que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) apensar o processo ao processo originador (TC 038.083/2019-1), nos termos do art. 36 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-021.201/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 520/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento do cumprimento da determinação constante do item 9.1 do Acórdão 1.876/2017-TCU-Plenário (Relator: Ministro José Múcio Monteiro, proferido no âmbito do processo TC 031.623/2012-3, fiscalização de orientação centralizada (FOC), cujo objetivo foi realizar a fiscalização de qualidade dos serviços realizados na BR-356/RJ, do km 34,7 ao km 98,6, objetos do Contrato ST-07-00355/09-00, firmado entre o DNIT e o Consórcio Mecanorte/Trena, proferido nos autos do TC 009.240/2008-3, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) considerar cumprida a determinação constante do item 9.1 do Acórdão 1.876/2017-TCUPlenário (Relator: Exmo. Ministro José Múcio Monteiro);

b) encaminhar cópia deste Acórdão ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), informando que o inteiro teor da deliberação originada nestes autos pode ser consultada no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) encerrar os presentes autos por apensamento definitivo ao processo originário (TC 031.623/2012-3), com fundamento no inciso I do art. 169 c/c o inciso I do art. 250, ambos do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-047.289/2020-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério da Infraestrutura.

1.2. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 521/2021 - TCU - Plenário

Considerando que este Tribunal, por meio dos Acórdãos 1.085/2018-TCU-Plenário e 2.678/2018-TCU-Plenário, decidiu pela necessidade de devolução das contribuições indevidamente efetuadas para financiamento de fundo de previdência complementar pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em favor do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev).

Considerando que, após a prolação dessas decisões, a unidade instrutora constatou que se chegou a consenso sobre montante a ser devolvido a partir de cálculos e manifestações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), da Fiocruz e do Fioprev, o qual soma, na data-base de dezembro de 2019, R$ 125.924.285,60 (peça 152, p. 3).

Considerando que as etapas de definição dos valores a serem restituídos à Fiocruz foram concluídas, de modo que, para conclusão do processo e pleno atendimento do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário, o Fioprev deve ser notificado para que proceda às devidas atualizações e o pagamento do montante apurado.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do subitem 9.1.3 do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário, em adotar as medidas abaixo consignadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.325/2016-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Nisia Veronica Trindade Lima (425.005.407-15); Paulo Ernani Gadelha Vieira (422.312.997-04)

1.2. Interessados: Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (28.954.717/0001-91); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (07.290.290/0001-02)

1.3. Entidade: Fundação Oswaldo Cruz

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).

1.7. Representação legal: Arlyson George Gann Horta (24.613/OAB-DF) e outros, representando Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social; Eduardo Marcelo de Lima Sales (64.141/OAB-RJ) e outros, representando Fundação Oswaldo Cruz.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. dar ciência ao Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev) que remanesce o não cumprimento do item 9.1.3 do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário, devendo a entidade restituir o montante apurado na peça 152 aos cofres da Fiocruz, no prazo de até 60 (sessenta) dias, devidamente corrigido até a data do efetivo recolhimento com base no índice real de retorno dos investimentos, comprovando de imediato as medidas adotadas ao TCU, à Fiocruz e à Previc, em atenção aos princípios da indisponibilidade do interesse público, da legalidade e da segurança jurídica, e aos arts. 183, 243 e 247 da Lei 8.112/90;

1.8.2. encaminhar cópia deste acórdão à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e ao Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social (Fioprev), acompanhado da manifestação técnica de peças 158-160 e do documento de peça 152;

1.8.3. restituir os autos à unidade instrutora para continuidade do monitoramento quanto ao cumprimento do Acórdão 1.085/2018-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 522/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 243, 250, II e III, 254, 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar em cumprimento os itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 717/2019-TCU-Plenário, que foram monitorados nesse processo;

b) encerrar os ciclos de monitoramento do Acórdão 618/2014-TCU-Plenário, relator Min. Valmir Campelo, e do Acórdão 717/2019-TCU-Plenário, relator Min. Bruno Dantas, considerando que o presente monitoramento cumpriu a expectativa de controle desses Acórdãos, e considerando o que recomenda o parágrafo 210 do Manual de Auditoria Operacional (aprovado pela Portaria Segecex/TCU 4/2010) e o parágrafo 11 do documento técnico Padrões de Monitoramento (aprovado pela Portaria Segecex/TCU 27/2009), quanto ao prazo desejável de monitoramento após a realização da auditoria;

c) dar continuidade ao acompanhamento do estabelecimento dos padrões mínimos de qualidade nos processos de acompanhamento do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 211 da Constituição Federal, conforme determinado no Acórdão 528/2015-TCU-Plenário, relator Min. Bruno Dantas;

d) dar ciência ao MEC de que a situação da não implementação por completo do Sinaeb e da não regulamentação do CAQi afronta, respectivamente, o disposto no art. 11 e nas estratégias 20.6 e 20.8 da Lei 13.005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação 2014-2024;

e) dar ciência deste acórdão ao Ministério da Educação, à Secretaria Executiva do Ministério da Educação, à Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;

f) apensar, em definitivo, o presente processo ao TC 007.081/2013-8, no qual foram proferidas originalmente as deliberações ora monitoradas, com fundamento no art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1. Processo TC-023.721/2016-2 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 012.141/2018-6 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Educação

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 523/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o item 9.1 do Acórdão 926/2014-TCU-Plenário (peça 13), prolatado na Sessão de 9/4/2014 - Ordinária, mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Onde se lê:

"9.1. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (...)."

Leia-se:

"9.1. (...) o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) (...)."

1. Processo TC-015.955/2009-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Apensos: 009.006/2009-9 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO); 033.219/2020-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.218/2020-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 033.217/2020-3 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsáveis: Ana Fatima Motta de Vasconcellos (127.955.692-72); Antonio Venancio Castelo Branco (335.823.602-10); Carlos Roberto da Silva Menezes (041.427.802-04); Gad Engenharia e Construção Civil Ltda (03.000.838/0001-73); George Floro Marinho da Costa (239.836.712-68); Hamilton Vasconcelos Gadelha (700.365.432-68); Joao Luiz Cavalcante Ferreira (230.379.622-91); José Fernandes Carvalho Cavalcante (229.861.972-72); José Ribamar de Abreu Cardoso (031.146.602-82); João Martins Dias (012.062.142-87); Juarez Alves Ehm (180.389.802-04); Júlio César Campos Anveres (229.809.542-68); Mário Gilson Santos Borges (042.724.552-49); Nelson Batista do Nascimento (012.767.942-15); Paulo Roberto Nobre de Araújo (314.562.512-87); Paulo Rodrigues de Souza (043.528.822-91).

1.3. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEducação).

1.7. Representação legal: Marisa Santos Villagra (OAB/AM 2.276) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 524/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de monitoramento do item 1.7 do Acordão 1.312/2019-TCU-Plenário, com nova redação dada pelo Acórdão 1.478/2019-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas determinou que a Petrobras adotasse as medidas judiciais cabíveis a fim de reparar possíveis danos à estatal em virtude do pagamento ao Sr. Agosthilde Mônaco de valores referentes à celebração de Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) em maio de 2014 (peças 30 e 41).

Considerando que, no presente caso, as conclusões apresentadas pela Petrobras decorrentes da sua avaliação jurídica demonstraram a inviabilidade do cumprimento do item 1.7 do referido acórdão tendo em vista, entre outros fatores, que:

i) as informações de ilícitos praticados pelo responsável decorreram exclusivamente do acordo de colaboração premiada firmada entre ele e o MPF-PR que teve como resultado a devolução de valores recebidos indevidamente entre outros;

ii) a Petrobras, embora não seja parte do acordo de colaboração premiada, assim como este TCU, caso se utilize de fatos somente conhecidos por conta da colaboração do Sr. Agosthilde Mônaco de Carvalho para fundamentar a cobrança de desdobramentos na relação trabalhista estará a desestimular o instituto da colaboração premiada;

iii) todas as apurações relacionadas ao Sr. Agosthilde Mônaco neste TCU derivaram de seus depoimentos como colaborador, não havendo produção de provas independentes para tal;

iv) os elementos presentes na colaboração do Sr. Agosthilde Mônaco inclusive serviram como conjunto probatório para arrolar outros responsáveis nos termos do Acórdão 2.284/2017-TCU-Plenário:

Considerando que não há elementos que justifiquem a inclusão do Sr. Agosthilde Mônaco de Carvalho no rol de responsáveis pelo débito decorrente da aquisição de Pasadena, conforme já decidido por ocasião do julgamento que resultou na prolação do Acórdão 1.312/2019-TCU-Plenário;

Considerando, por fim, que o caput do Acórdão 1.312/2019-TCU-Plenário já autorizou o apensamento dos presentes autos ao TC 025.551/2014-0;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 243 do Regimento Interno do TCU, de acordo com o parecer emitido nos autos, em:

a) considerar prejudicado o cumprimento do item 1.7 Acordão 1.312/2019-TCU-Plenário, com nova redação dada pelo Acórdão 1.478/2019-TCU-Plenário;

b) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Petrobras e ao Sr. Agosthilde Mônaco de Carvalho.

1. Processo TC-029.376/2017-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
1.6. Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488); Bruno Silva Rodrigues (OAB/RJ 117.609) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 525/2021 - TCU - Plenário

Trata-se de embargos de declaração (peças 60 e 61) opostos por Chibatão Navegação e Comércio Ltda. contra o Acórdão 3.212/2020-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas reconheceu a perda de objeto em denúncia acerca de possíveis irregularidades na atuação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em face do Acórdão 11/2020-Antaq, prolatado em 23/1/2020, que reconheceu a viabilidade locacional da ampliação de terminal portuário pretendida pela empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda.

Considerando o cabimento dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34 da Lei 8.443/1992;

Considerando a existência de omissão na decisão embargada, consubstanciada na ausência de pronunciamento desta Corte de Contas acerca dos indícios de irregularidades em face do Acórdão 11/2020-Antaq, tratados na denúncia;

Considerando as razões apresentadas na instrução de mérito lançada à peça 40, com a qual se manifestou de acordo o escalão dirigente da SeinfraPortoFerrovia, peças 41 e 42, que concluíram pela ausência de irregularidades na prolação do Acórdão 11/2020-Antaq;

Considerando que a decisão superveniente da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) pelo indeferimento do pleito de ampliação do terminal portuário de Chibatão não tem o condão de invalidar o Acórdão 11/2020-Antaq, que permanece existente e eficaz;

Considerando as razões expostas na instrução de mérito à peça 40, com relação aos pedidos de ingresso nos autos, consoante alíneas "e" e "f" da parte dispositiva do presente acórdão;

Considerando a proposta de encaminhamento em sentido uniforme da unidade instrutiva;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, 34, 53 a 55 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 15, inciso I, alínea "p", 143, incisos III e IV, alínea "a", 146, § 2º, 234 a 236, e 277, inciso III, do Regimento Interno, em:

conhecer dos presentes embargos de declaração, satisfeitos os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, acolhê-los com efeitos modificativos;

tornar insubsistente o Acórdão 3.212/2020-TCU-Plenário;

conhecer da presente denúncia e, no mérito, considerá-la improcedente;

indeferir o pedido de medida cautelar suscitado pela denunciante, ante a ausência de pressupostos para sua adoção;

indeferir o pedido do denunciante de ingresso como interessado no presente processo, bem como de intervenção nos autos na condição de amicus curiae;

deferir o pedido de ingresso nos autos formulado pela empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda., nos termos do art. 146 do Regimento Interno/TCU;

encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução de peça 40, à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA), à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda. e ao denunciante; e

f) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-016.756/2020-7 (DENÚNCIA)
1.1. Recorrente: Chibatão Navegação e Comércio Ltda. (84.098.383/0006-87).
1.2. Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).
1.7. Representação legal: José Cardoso Dutra Júnior (OAB/DF 13.641); Rodrigo Leonardo de M. Santos (OAB/DF 42.203); Paula Cabral Vilela (OAB/DF 54.448); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 526/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, considerando que os fatos ora analisados se revestem de interesse público e, caso materializados, ensejariam atuação desta Corte de Contas, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RI/TCU, e arquivar o processo, sem resolução de mérito; e

b) dar ciência desta decisão ao representante, Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Rocha Furtado.

1. Processo TC-005.490/2021-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério da Economia.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 527/2021 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de relatório de auditoria realizada no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com o objetivo de verificar se os atos de gestão referentes aos recursos públicos despendidos na contratação de desenvolvimento e fabricação de subsistemas para os satélites dos programas CBERS 3 e 4 e Plataforma Multimissão (PMM) atenderam aos critérios de conformidade legal e legitimidade aplicáveis a licitações e contratos administrativos.

Considerando que mediante o Acórdão 3166/2020 - TCU - Plenário este Tribunal deliberou no sentido de "fixar prazo de 90 dias a contar da ciência desta deliberação, para que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe adote medidas necessárias com vistas a buscar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente a título de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) os quais integraram o BDI da planilha contratual nos contratos celebrados para o desenvolvimento e fabricação de subsistemas para satélites dos programas CBERS e Plataforma Multimissão, objeto desta fiscalização, incluindo aditivos contratuais, computados os valores a partir de 1º/1/2008, haja vista a extinção de tal tributo em 31/12/2007, em conformidade com o disposto no art. 90 do Ato das Disposições Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e Lei 9.311/1996, sem prejuízo da instauração, no referido prazo, de tomada de contas especial, se necessário, nos termos do art. 8º da Lei 8.443/1992 e da IN TCU 71/2012, sob pena da responsabilização solidária dos agentes", informando as medidas adotadas, no mesmo prazo, conforme subitens 9.1 e 9.2 daquele decisum,

Considerando que, devidamente notificado do acórdão, o Inpe compareceu ao processo solicitando prazo adicional de 90 dias para o cumprimento da deliberação em face do prejuízo de suas ações diante da Pandemia do Coronavírus e do grande esforço institucional no lançamento do Satélite Amazônia-1, ocorrido no dia 28/2/2021, informando ainda que já iniciou as medidas necessárias ao cumprimento da deliberação,

Considerando o pronunciamento favorável constante da peça 143 por parte da unidade instrutiva ao deferimento do pedido de prorrogação do prazo fixado no acórdão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, e com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo fixado nos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 3166/2020 - TCU - Plenário.

1. Processo TC-008.846/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 003.124/2013-4 (REPRESENTAÇÃO); 033.734/2012-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Gilberto Camara Neto (019.351.598-95); João Braga (088.013.205-15); Leonel Fernando Perondi (212.451.260-91); Luiz Carlos Moura Miranda (075.835.164-04)
1.3. Interessados: Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos S.A. (88.031.539/0001-59); Agência Espacial Brasileira (86.900.545/0001-70); Consorcio - Omnisys - Neuron (07.242.805/0001-90); Consorcio Cff (07.182.285/0001-78); Consorcio Wfi (07.752.325/0001-70); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (01.263.896/0016-40); Luiz Manoel Dias Henriques (151.133.531-91); Opto Eletrônica S.A. - Em Recuperação Judicial (54.253.661/0001-58); Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (01.263.896/0001-64)
1.4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.6. Representante do Ministério Público: não atuou
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.8. Representação legal: Jose Roberto Baldoini Martins (121.865/OAB-SP) e outros, representando Consorcio - Omnisys - Neuron; Luís Antônio Panone (78.309/OAB-SP) e outros, representando Consorcio Wfi e Opto Eletrônica S.A. - Em Recuperação Judicial; Hermano de Villemor Amaral Filho (27938A/OAB-SP) e outros, representando Aeroeletrônica Indústria de Componentes Aviônicos S.A.

ACÓRDÃO Nº 528/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação do teor desta decisão, para que os Departamentos Regionais do Serviço Social da Indústria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Rio de Janeiro - Sesi/RJ e Senai/RJ, e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan atendam às oitivas a que se refere o subitem 9.2, bem como para que os Departamentos Regionais do Serviço Social da Indústria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Rio Grande do Norte - Sesi/RN e Senai/RN cumpram a determinação constante do subitem 9.3.1, e, por fim, para que o Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Amazonas - Sesi/AM cumpra a determinação prevista no subitem 9.3.2, todos do Acórdão 3.258/2020 - Plenário:

1. Processo TC-033.697/2019-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Alexandre dos Reis (731.192.297-68); Emerson da Cunha Batista (850.684.464-91); Fabrizio Machado Pereira (923.652.139-87); Juliano Fernandes Martins (033.966.994-24); Marco Antonio Areias Secco (530.158.949-00); Maria Gricélia Pinheiro de Melo (450.616.294-34); Mario Cezar de Aguiar (247.583.459-53); Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti (431.712.655-91); Rogerio Azevedo Pereira (480.452.339-15); Rosana Bianco de Vasconcelos (345.681.822-04).
1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.
1.3. Órgão/Entidade: Departamentos Nacionais e Departamentos Regionais do Serviço Social da Indústria - Sesi e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
1.7. Representação legal: Fabiano Augusto Martins Silveira (31.440/OAB-DF), representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Conselho Nacional; Marco Antônio Guimarães (22427/OAB-PR) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado do Paraná; Janio Heder Secco (8.175/OAB-MS), representando Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso do Sul e Departamento Regional do Sesi no Estado do Mato Grosso do Sul; Tania Rubia da Silva Laurentino (13.257/OAB-AL), representando Departamento Regional do Senai no Estado do Alagoas; Cássio Augusto Muniz Borges (91152/OAB-RJ), representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional e Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional; Davis Coelho Eudes da Costa (2.915/OAB-RN) e Caroline Ferreira de Oliveira (4.760/OAB-RN), representando Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio Grande do Norte - SESI/RN e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Rio Grande do Norte - SENAI/RN.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 529/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e à Agência Brasileira de Inteligência, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-005.521/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Visan Segurança Privada Ltda. (09.267.406/0001-00).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Abin.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Gustavo Brasil Tourinho (43804/OAB-DF) e outros, representando Visan Segurança Privada Ltda.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 530/2021 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, e encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região - Ministério Público do Trabalho - PRT8/MPT e ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-006.140/2021-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: XP3 Gestão Empresarial - EPP (14.984.437/0001-11).
1.2. Órgão/Entidade: Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região/PA - Ministério Público do Trabalho - PRT8/PA/MPT.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal:
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 531/2021 - TCU - Plenário

Considerando que a questão objeto de denúncia neste processo não envolve irregularidades na aplicação de recursos públicos, mas diz respeito a ato administrativo interno do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina, cujo exame de mérito não se sujeita à apreciação por este Tribunal, por falta de competência para tanto.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, levantar o sigilo que incide sobre as peças dos autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao denunciante.

1. Processo TC-018.103/2020-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 532/2021 - TCU - Plenário

Considerando que a denúncia sobre matéria de competência do Tribunal deverá ser redigida em linguagem clara e objetiva e estar acompanhada de indício concernente à irregularidade ou ilegalidade denunciada (RITCU art. 235).

Considerando que, embora a atividade finalística dos conselhos de profissão esteja sob a jurisdição do Tribunal (acórdão 1925/2019-Plenário), a denúncia em comento não apresenta indícios de irregularidade ou ilegalidade na atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina

Considerando que o Tribunal não conhecerá de denúncia que não observe os requisitos e formalidades prescritos no RITCU, devendo o respectivo processo ser arquivado após comunicação ao denunciante.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, e 235, parágrafo único, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, levantar o sigilo que incide sobre as peças dos autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 11), ao denunciante.

1. Processo TC-018.577/2020-2 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 533/2021 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres da unidade instrutiva emitidos nos autos (peças 5-7), ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente denúncia, levantar o sigilo que incide sobre as peças dos autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, encerrar e arquivar o processo, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao denunciante.

1. Processo TC-029.380/2020-0 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 534/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.851/2021-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Consulta
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que versam sobre consulta formulada pelo Ministro de Estado da Saúde Eduardo Pazuello a respeito da melhor exegese dos arts. 2º da Medida Provisória 1.003/2020 e 12 da Medida Provisória 1.026/2021, que foram, respectivamente, convertidas nas Leis 14.121/2021 e 14.124/2021.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 1º, XVII, da Lei 8.443/1992 c/c art. 264, VI, do Regimento, para responder ao consulente que:

9.1.1. no caso de contradição entre as regras da Aliança Gavi sobre contrato, internalizadas pela Lei 14.121/2021, e as demais normas legais que tratem da designada teoria geral dos contratos, aplicam-se aquelas, por expressa opção do legislador;

9.1.2. no caso de contradição entre as cláusulas especiais estabelecidas nos limites do art. 12 da Lei 14.124/2021 e as demais normas legais que tratem da designada teoria geral dos contratos, aplicam-se aquelas, por expressa opção do legislador;

9.1.3. as cláusulas contratuais estabelecidas em razão das regras da Aliança Gavi sobre contrato, internalizadas pela Lei 14.121/2021, ou em função do permissivo do art. 12 da Lei 14.124/2021, devem estar de acordo com a ordem pública, de modo que eventual tratativa a respeito de sua incompatibilidade deve contar com o devido suporte da AGU, a fim de possibilitar o escorreito tratamento à questão;

9.1.4. a autonomia contratual conferida à União por meio dos arts. 2º da Lei 14.121/2021 e 12 da Lei 14.124/2021, em razão da situação emergencial decorrente da pandemia do novo coronavírus, permite que o Poder Público assuma compromissos tais como a aprovação de leis ou a expedição de atos de incumbência de outros ministérios, desde que isso não implique violação da Constituição. Nesta hipótese, cabe à Casa Civil da Presidência da República assumir as tratativas do acordo, com vistas à sua escorreita operacionalização. Quanto às consequências do descumprimento do ajuste, o tema deverá ser tratado pelas partes no contrato.

9.1.5. a maior autonomia contratual, seja pela adesão às regras da Aliança Gavi, seja pela aceitação das cláusulas impostas pelo fornecedor de vacinas como condição à conclusão do negócio, não pode levar à estipulação de obrigações que contrariem outras normas cogentes do nosso ordenamento jurídico que não foram afastadas pelas leis mencionadas, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei 4.320/1964, até porque é requisito de validade de todo negócio jurídico que seu objeto seja lícito (art. 104, inciso II, do Código Civil);

9.1.6. não há óbice a que o regime jurídico contratual especial, relacionado à aquisição de vacinas, envolva as questões específicas do processo judicial passíveis de disposição pelas partes, a exemplo dos arts. 63 (alteração da competência para processamento em razão do valor e do território), 313, inciso III (convenção para suspensão do processo), e 471 (seleção do perito), todos do CPC;

9.1.7. caso o acordo de aquisição de vacinas contenha cláusula envolvendo a transação de direitos processuais, é necessária a emissão de parecer autorizativo pela Advocacia-Geral da União, em linha de coerência com a Lei 13.140/2015;

9.1.8. não é possível vislumbrar, de modo antecipado, quais propósitos levariam o Poder Público e as fornecedoras de vacinas a pactuarem o afastamento de regras processuais da Lei 9.874/1999, que possui como norte os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência;

9.1.9. considerando os riscos ainda desconhecidos e o grande desequilíbrio entre a situação de oferta e demanda, não há óbice jurídico, a partir da ampliação da autonomia contratual concedida pelas Leis 14.121/2021 e 14.124/2021, a que o Estado Brasileiro aceite eventual cláusula limitadora de responsabilidade contratual das empresas fornecedoras, se esta condição estiver sendo praticada nos negócios firmados com os diversos países e for requisito intransponível para a aquisição do produto, ressalvados os casos de dolo ou culpa grave do fornecedor e situações de ofensa à ordem pública;

9.1.10. considerando os riscos ainda desconhecidos e o grande desequilíbrio entre a situação de oferta e demanda, não há óbice jurídico a que a União pactue, nos contratos firmados em razão das Leis 14.121/2021 e 14.124/2021, a limitação ou exoneração da empresa fornecedora quanto ao dever de indenizar os cidadãos em razão de danos causados pelas vacinas, de modo que a obrigação pelo pagamento seja assumida, total ou parcialmente, pelo Poder Público, ressalvados os casos de dolo ou culpa grave do fornecedor e situações de ofensa à ordem pública. Isso será possível se a cláusula estiver sendo adotada nos negócios firmados com os diversos países e constituir condição indispensável para a aquisição das vacinas.

9.1.11. não é possível vislumbrar qual razão de interesse público levaria o Poder Público e as fornecedoras de vacinas a pactuarem o afastamento de normas de caráter internacional, tais como as previstas na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas;

9.1.12. é perfeitamente possível o Poder Público pactuar novas regras de distribuição de riscos, no que se refere aos contratos para aquisição de vacinas, considerando a maior autonomia contratual conferida pelas Leis 14.121/2021 e 14.124/2021 e a premência na remediação da situação de emergência causada pela pandemia do novo coronavírus;

9.1.13. essa opção deve ser devidamente motivada, cabendo ao Estado seguir as boas práticas de governança, gestão de riscos e controles internos, bem como as circunstâncias excepcionais postas, a fim de avaliar se os termos propostos pelas fornecedoras constituem cláusulas uniformes praticadas atualmente em outras contratações com outros países e se são imprescindíveis à obtenção de vacinas;

9.1.14. como limite a essa autonomia contratual, não é possível o Estado assumir a responsabilidade por riscos ligados a danos decorrentes de atos praticados com dolo ou culpa grave dos fornecedores de vacinas ou terceiros ou que se mostrem contrários à ordem pública; e

9.1.15. pelas dificuldades envolvidas na solução de eventual questão jurídica, seria importante que as cláusulas de alocação dos riscos dos contratos de aquisição de vacinas, assim como o seu inteiro teor, fossem precedidas de parecer jurídico da AGU, a fim de possibilitar o escorreito tratamento à questão.

9.2. dar ciência da presente deliberação aos Ministros da Saúde, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil;

9.3. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso IV, do Regimento Interno.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0534-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 535/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.837/2009-4.
1.1. Apenso: 000.101/2020-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão em Prestação de Contas
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Universidade Federal da Paraíba (24.098.477/0001-10)
3.2. Responsáveis: Antônio Borba Guimarães (160.163.354-87); Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira (203.996.854-72); Francisco Essenine e Silva (082.109.774-15); Frigorifico Arabaiana Ltda (41.218.447/0001-19); José Fernandes Pimenta Junior (086.931.104-20); João Flavio Paiva (069.846.064-20); Marcelo de Figueiredo Lopes (095.515.907-59); N Paes de Melo Junior Comercio Eireli - Epp (05.938.234/0001-06); Rita de Cassia Souza Medeiros Guedes (141.024.554-34); Rômulo Soares Polari (003.406.424-91); Sonia Suely Araujo Pessoa (137.107.294-91)
3.3. Recorrente: Rômulo Soares Polari (003.406.424-91).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PE 25.682); Fabio Vinicius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027); Estevam Luiz de Souza e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de revisão interposto por Rômulo Soares Polari, então reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), contra o Acórdão 4.973/2017-TCU-1ª Câmara, por meio do qual, o colegiado julgou irregulares suas contas relativas ao exercício de 2018 e aplicou-lhe multa,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/92 c/c art. 288 do RI/TCU, em:
9.1. não conhecer do recurso;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal da Paraíba.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0535-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 536/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.080/2014-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Gustavo Lemos Petta (CPF: 221.202.198-42); Rovilson Sanches Portela (CPF: 693.002.831-20); e União Nacional dos Estudantes (CNPJ: 29.258.597/0002-31)
3.2. Recorrentes: Gustavo Lemos Petta (CPF: 221.202.198-42); Rovilson Sanches Portela (CPF: 693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (CNPJ: 29.258.597/0002-31).
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Cultura (MinC) e União Nacional dos Estudantes (UNE).
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
5.1. Revisor: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Paula Costa (OAB/SP 194.573), José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16.302) e outros, representando Gustavo Lemos Petta, Rovilson Sanches Portela e União Nacional dos Estudantes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pelos srs. Gustavo Lemos Petta e Rovilson Sanches Portela, bem como pela União Nacional dos Estudantes (UNE), contra o Acórdão 1.252/2020-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Revisor, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelos srs. Gustavo Lemos Petta e Rovilson Sanches Portela, bem como pela União Nacional dos Estudantes para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. alterar a redação dos subitens 9.1 e 9.2 do Acórdão 1.252/2020-Plenário, que passam a ter a seguinte redação:
"9.1. julgar irregulares as contas do sr. Rovilson Sanches Portela, do sr. Gustavo Lemos Petta e da União Nacional dos Estudantes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da importância a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.142.747,66	25/1/2007

9.2. aplicar à União Nacional dos Estudantes, ao sr. Rovilson Sanches Portela e ao sr. Gustavo Lemos Petta a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) e R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;"
9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0536-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros com voto vencido: Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 537/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.054/2010-0.
1.1. Apensos: 002.182/2019-0; 026.236/2007-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrentes: Angraporto Offshore Logística Ltda. (05.751.192/0001-91), Carlos Alexandre Pinto de Freitas (725.037.777-91), Estaleiro Mauá S.A. (02.926.485/0001-74), João Baptista Zamprogno Pereira (442.563.537-04), Jorge Luiz Coutinho Bezerra (384.428.687-04), José Luís da Silva Franco (288.392.518-63), Luiz Carlos Rangel Rodrigues (610.769.457-91), Mauro Luiz Soares Zamprogno (809.770.497-87), Ney Mendes Teixeira (432.998.497-00), Plínio César de Mello (797.662.188-20) e Wilson Pereira Pinto Júnior (268.341.627-04).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A..
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).
8. Representação legal:
8.1. Rodrigo Mattos Vieira de Almeida (57.465/OAB-RJ) e outros, representando Angraporto Offshore Logística Ltda. e Mauro Luiz Soares Zamprogno;
8.2. Gilberto Mendes Calasans Gomes (43.391/OAB-DF) e outros, representando Estaleiro Mauá S.A.;
8.3. Carlos Roberto Siqueira Castro (20.015/OAB-DF) e outros, representando Carlos Alexandre Pinto de Freitas, João Baptista Zamprogno Pereira, Jorge Luiz Coutinho Bezerra, José Luís da Silva Franco, Luiz Carlos Rangel Rodrigues, Ney Mendes Teixeira, Plínio César de Mello e Wilson Pereira Pinto Júnior;
8.4. Gustavo de Souza Vellame (153.962/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A..

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos por Angraporto Offshore Logística Ltda., Carlos Alexandre Pinto de Freitas, Estaleiro Mauá S.A., João Baptista Zamprogno Pereira, Jorge Luiz Coutinho Bezerra, José Luís da Silva Franco, Luiz Carlos Rangel Rodrigues, Mauro Luiz Soares Zamprogno, Ney Mendes Teixeira, Plínio César de Mello e Wilson Pereira Pinto Júnior contra o Acórdão 1.800/2018-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal apreciou tomada de contas especial instaurada por força do Acórdão 3.171/2010-Plenário, devido a irregularidades em atos e contratos relacionados com o escopo da "Operação Águas Profundas" da Polícia Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer e negar provimento aos recursos interpostos por Angraporto Offshore Logística Ltda., Estaleiro Mauá S.A. e Mauro Luiz Soares Zamprogno, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.800/2018-TCU-Plenário em relação a estes recorrentes;
9.2. conhecer e dar provimento aos recursos interpostos por Jorge Luiz Coutinho Bezerra, José Luís da Silva Franco, Ney Mendes Teixeira, Wilson Pereira Pinto Júnior, Carlos Alexandre Pinto de Freitas e Plínio César de Mello, de forma a:
9.2.1. julgar regulares as contas destes recorrentes, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;
9.2.2. tornar sem efeito as multas a eles aplicadas por meio do subitem 9.6 do Acórdão 1.800/2018-TCU-Plenário;
9.3. conhecer e dar provimento parcial aos recursos interpostos por João Baptista Zamprogno Pereira e Luiz Carlos Rangel Rodrigues, de forma a reduzir de R$ 20.000,00 para R$ 13.000,00 o valor das multas a eles aplicadas por meio do subitem 9.6 do Acórdão 1.800/2018-TCU-Plenário;
9.4. levantar o sigilo dos presentes autos, nos termos do art. 4º da Resolução-TCU 294/2018;
9.5. dar ciência deste acórdão aos recorrentes.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0537-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 538/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.480/2016-5.
1.1. Apensos: 039.159/2020-5; 016.113/2017-9; 034.351/2016-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Relatório de Auditoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrentes: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23); Secretaria Especial de Comunicação Social (extinta).
4. Órgãos/Entidades: Agência Brasileira de Inteligência - recursos sigilosos - PR; Casa Civil da Presidência da República; Departamento de Polícia Federal; Secretaria de Governo da Presidência da República; Secretaria Especial de Administração da Presidência da República (sa/sg); Secretaria -Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Vice-Presidência da República.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.2. Revisor: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes pedidos de reexame interpostos pela Advocacia Geral da União - AGU (peça 69), representando a Agência Brasileira de Inteligência, e pela Secretaria de Administração da Presidência da República - SAPR (peça 70) contra o Acórdão 1.154/2017-TCU-Plenário (peça 41), que cuidou de auditoria quanto à regularidade nos gastos efetuados por meio de Cartões de Pagamento do Governo Federal (PCGF).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para dar-lhes provimento parcial;
9.2. alterar a redação dos itens 9.1.1, 9.1.2, e 9.3.1 do Acórdão 1.154/2017, nos seguintes termos:
"9.1.1. publique, ao final dos mandatos presidenciais, em atendimento ao que dispõe o art. 24, §2º da Lei 12.527/2011, as despesas de caráter reservado da Presidência e Vice-Presidência da República em sítio eletrônico, com detalhamento das principais despesas desses órgãos, mantendo a divulgação de tabela consolidada discriminando os gastos por natureza de despesa, com exceção daquelas que possam colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República eleitos para novo mandato e respectivos cônjuges e filhos(as), devendo, neste caso, promover a devida justificativa no processo;

9.1.2. publique, tão logo sejam realizadas, as informações relativas das despesas com cartões de pagamento do Governo Federal para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, fornecimento de alimentação e hospedagem e locação de meios de transporte, que não impactem em risco à segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as), em atendimento ao que dispõe o art. 24, § 2º, do da Lei 12.527/2011;

9.3.1. estudar criação de rubrica específica no Siafi para inserção de informações afetas às atividades de inteligência."

9.3. conceder à Agência Brasileira de Inteligência o prazo adicional de 90 (noventa) dias para o atendimento do comando inserido no item 9.2. do Acórdão 1.154/2017.

9.4. encaminhar cópia deste acórdão aos órgãos fiscalizados e ao Procurador da República Paulo José Rocha Júnior, em atendimento à solicitação formulada no TC 034.351/2016-7.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0538-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Revisor), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 539/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.914/2015-5.

1.1. Apenso: TC 005.678/2015-3.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Acompanhamento).

3. Recorrente: Advocacia-Geral da União (CNPJ 26.994.558/0001-23), em nome da Controladoria-Geral da União.

4. Unidades: Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União e Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relatora: Ministro Jorge Oliveira.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

5.2. Revisor: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Rafael Zimmermann Santana (OAB/RJ 154.238) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S/A, e Rogério Telles Correia das Neves (OAB/SP 133.445). representando a Advocacia-Geral da União.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pela Controladoria-Geral da União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, contra o Acórdão 2.925/2017, mantido pelo Acórdão 3.076/2019 (embargos de declaração), ambos do Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 48 da Lei 8.443/1992 e 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame;

9.2. preliminarmente ao julgamento do mérito, deferir pleito da Petrobrás, admitir aquela empresa nos autos e conceder-lhe prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação desta decisão, para manifestar-se, em sede de contrarrazões, acerca das alegações constantes do apelo interposto pela CGU;

9.3. dar ciência desta deliberação à Advocacia-Geral da União, à Controladoria-Geral da União e à Petróleo Brasileiro S.A., com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que a fundamentaram pode ser obtida no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0539-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 540/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.318/2015-8.

1.1. Apenso: 046.127/2012-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV- Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Engerede Engenharia e Representação Ltda (04.823.459/0001-46); Reynaldo Aben Athar de Sousa (144.310.091-91).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Portos (extinta).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Revisor: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortos).

8. Representação legal:

8.1. Carla Mayrink Santos Moraes (27789/OAB-DF) e outros, representando Reynaldo Aben Athar de Sousa.

8.2. Camille de Queiroz Costa (45253/OAB-DF) e outros, representando Engerede Engenharia e Representação Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, referentes a Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada em cumprimento ao Acórdão 483/2015-TCU-Plenário, oriunda da conversão da Representação (TC 046.127/2012-7) formulada pela ex-Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias do TCU (Secob Rodovias), em face de irregularidades na execução do Contrato 3/2008, celebrado entre a então Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e a empresa Engerede Engenharia e Representação EIRELI (Engerede Engenharia),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Reynaldo Aben-Athar de Sousa, na condição de fiscal do Contrato 3/2008, e da Engerede Engenharia e Representação Ltda. (Engerede Engenharia), empresa executora do Contrato 3/2008, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", § 2º, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os art. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da importância a seguir especificada e fixando-lhes o prazo de 15 dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já ressarcidos, nos termos da legislação vigente:

Valor original (R$)	Data da Ocorrência
3.108,00	6/11/2008
134.687,04	1/12/2008
112.679,00	24/12/2008
31.369,37	18/2/2009
47.143,92	27/4/2009
5.060,85	6/5/2009
14.051,89	21/9/2009
2.757,30	8/3/2010
36.532,90	8/3/2010
453,80	23/3/2010
36.532,90	9/4/2010
9.582,16	12/5/2010
7.318,08	29/7/2010
3.630,40	29/7/2010
12.455,90	29/7/2010
3.400,25	29/7/2010
9.060,05	18/8/2010
2.071,80	7/10/2010
5.553,70	3/11/2010
20.056,51	30/12/2010
13.286,98	18/1/2011
20.056,51	18/1/2011
20.056,51	18/1/2011
11.901,00	20/6/2011

9.2.aplicar aos Sr. Reynaldo Aben-Athar de Sousa e à empresa Engerede Engenharia e Representação Ltda., individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. em relação ao Sr. Reynaldo Aben-Athar de Sousa, servidor público federal do Ministério do Meio Ambiente, antes da adoção da medida prevista no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, nos termos previstos no inciso I do referido artigo da Lei Orgânica/TCU.

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RI/TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. inabilitar o Sr. Reynaldo Aben-Athar de Sousa, servidor público federal lotado no Ministério do Meio Ambiente, pelo período de 5(cinco) anos para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública federal, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c art. 270 do RI/TCU, reconhecida a gravidade das irregularidades do caso;

9.7. comunicar ao Ministério do Meio Ambiente e ao Sr. Reynaldo Aben Athar de Sousa, após o trânsito em julgado deste processo, com fundamento no art. 270, § 3°, do RI/TCU, a aplicação pelo TCU da sanção prevista no art. 60, da Lei 8.443/1992, de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da administração pública federal, imposta ao responsável;

9.8. encaminhar cópia deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e comunicar-lhe que o voto e o relatório da deliberação podem ser acessados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso haja interesse, o Tribunal pode enviar-lhe cópia desses documentos sem qualquer custo;

9.9. encaminhar de cópia desta deliberação à Secretaria de Controle Interno (CISET) da Casa Civil, com vistas à adoção das providências previstas no art. 11, inciso XXV, do Decreto 3.591/2000;

9.10. encaminhar cópia deste acórdão aos responsáveis e interessados e comunicar-lhes que o relatório e o voto que a fundamentaram podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que, caso haja interesse, o Tribunal pode enviar-lhes cópia desses documentos sem qualquer custo.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0540-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 541/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 024.784/2017-6.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

4. Unidade Jurisdicionada: Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Revisor: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: Flávia Castelo de Moura Branco (OAB/DF 13.407); Rodrigo Figueiredo Paiva (OAB/ES 18.355); e Raul Pereira Lisboa (OAB/DF 35180).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela SecexDefesa a partir de denúncia sem a identificação da autoria, com base no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU, acerca de possíveis irregularidades ocorridas entre 2010 e 2016, relacionadas à implementação do Projeto do Simulador de Apoio de Fogo (SAFO), denominado posteriormente de Sistema de Simulação de Apoio de Fogo (SIMAF), objeto do Contrato 1.082/2010, celebrado pelo Exército Brasileiro com a empresa espanhola Tecnobit S.L.U., ao custo de € 13.980.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos previstos no art. 237, inciso VI, c/c o art. 235, ambos do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. acolher as razões de justificativas apresentadas pela Sra. Ana Karla Leite de Castro (675.168.154-20), e pelos Srs. Fernando Sérgio Galvão (181.515.150-15), Vinícius Ferreira Martinelli (769.486.507-59), Hélcio Wander Alves de Freitas (538.580.851-20), Rui Yutaka Matsuda (734.110.787-15), Eugênio Pacelli Vieira Mota (808.827.307-20), José Maria Fernandes de Amorim (318.478.117-87), Jair Vinnicius Ramos da Veiga (544.371.136-91), Demostenes Jonatas de Azevedo Júnior (120.682.708-46), Stefan Cavalcante Bernat Júnior (033.888.147-67), Mauro André de Paula Machado (023.907.487-40), Cezar Augusto Rodrigues Lima Júnior (995.420.991-34) e Sebastião Edgar Borges (479.917.209-34);

9.3. com base na Resolução/TCU 315/2020, art. 9º, inciso I, dar ciência ao Comando do Exército das seguintes impropriedades identificadas nos presentes autos para adoção de medidas com vistas à prevenção de repetição de ocorrências semelhantes:

9.3.1. para a realização de procedimento licitatório via Comissão do Exército Brasileiro em Washington, como no caso do certame que culminou no Contrato 1.082/2010, com objeto a ser executado no Brasil, deve restar efetivamente demonstrada a necessidade e a vantajosidade de realização da licitação no exterior, para não haver afronta ao disposto nos arts. 23, § 3º, e 42 da Lei 8.666/1993 c/c o art. 123 da mesma lei;

9.3.2. a adoção de prazo curto para interposição de recursos por parte das empresas inabilitadas em licitações, como no caso do certame que culminou no Contrato 1.082/2010, pode comprometer o exercício do contraditório e da ampla defesa e ocasionar restrição indevida à competitividade do certame;

9.3.3. no orçamento estimativo que embasou o certame que culminou no Contrato 1082/2010, apesar de o órgão licitante ter tentado obter consulta com várias empresas, não se conseguiu obter cotação com fontes diversificadas, o que trouxe insegurança no que diz respeito à fixação dos valores dos itens ou serviços a serem adjudicados, tendo sido inadequada a elaboração desse orçamento com base apenas na cotação de um único fornecedor, consoante farta jurisprudência desta Corte de Contas (por exemplo os Acórdãos 99/2011, 819/2009, 70/2015, 965/2015 e 1.678/2015, todos do Plenário);

9.3.4. o certificado de conclusão da fase de um projeto deve estar assinado pelo fiscal do contrato e só deve ser emitido quando todas as ações previstas naquela fase tenham sido comprovadamente implementadas, após a correção de todas as inconsistências porventura detectadas;

9.3.5. as alterações nas ações relativas às compensações financeiras (offsets) que estavam previstas no Contrato 1.082/2010 deveriam ter sido devidamente motivadas em documentos previamente submetidos à aprovação das autoridades competentes;

9.3.6. para a execução de um projeto com a complexidade do Projeto do Simulador de Apoio de Fogo (SAFO), deve haver um melhor detalhamento das ações que compõem cada fase, com definição de etapas intermediárias e pagamentos escalonados;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW, bem como ao Comando do Exército, por intermédio do seu Centro de Controle Interno, e ao Ministério da Defesa, para conhecimento;

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0541-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Revisor), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 542/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.246/2010-0.
1.1. Apenso: 022.252/2010-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
3.2. Responsáveis: David Rodrigues Infante Vieira (004.337.859-50); Délia Godoy Razuk (480.715.441-91); Hospital e Maternidade Santa Rosa Ltda (15.453.640/0001-24); João Paulo Barcellos Esteves (037.673.928-28); Norato Marques de Oliveira (489.407.551-20)
3.3. Recorrente: João Paulo Barcellos Esteves (037.673.928-28).
4. Órgão/Entidade: Município de Dourados - MS.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Janaina Prescinato Miranda Martins de Araujo (11.771/OAB-MS); Helton Bruno Gomes Ponciano Bezerra (18634/OAB-MS); Andrea de Liz Santana (13.159/OAB-MS); Munder Hassan Gebara (5.485/OAB-MS); Debora Olmos Lopes (6.927-E/OAB-MS); Waldno Pereira de Lucena (6.883/OAB-MS); Alexandra Bastos Nunes (10.178/OAB-MS); Tatiana Boschetti Medeiros (11.895/OAB-MS); Mauricio Nogueira Rasslan (6.921/OAB-MS) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recursos de reconsideração interposto por João Paulo Barcellos Esteves contra o Acórdão 1477/2019-TCU-Plenário, por meio do qual o TCU julgou irregulares suas contas especiais, aplicou-lhe a multa prevista no art. 58, inc. II, da Lei 8.443/92, e inabilitou-o para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0542-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 543/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.089/2013-7.
1.1. Apenso: 004.540/2015-8
2. Grupo II - Classe de Assunto V: Desestatização
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres (04.898.488/0001-77).
4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Débora Goelzer Fraga e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento deste processo de outorga de permissão de serviços de Transporte Rodoviário Interestadual Semiurbano de Passageiros.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU, combinado com o art. 3º, inciso I, da Instrução Normativa TCU 27/1998, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar cumpridas as determinações dos itens 9.2.1 e 9.2.2 e implementada a recomendação do item 9.3, todas do Acórdão 436/2014-TCU-Plenário;
9.2. aprovar os segundo, terceiro e quarto estágios do acompanhamento do processo de outorga de permissão dos serviços de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros semiurbano na região do Distrito Federal e entorno, com fulcro no art. 258, inciso II, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 7º, incisos II, III e IV, da IN-TCU 27/1998, considerando que, sob o ponto de vista formal, a Agência Nacional de Transportes Terrestres atendeu aos requisitos previstos para a desestatização no edital 2/2014, não tendo sido detectadas inconformidades que pudessem ensejar intervenção desta Corte de Contas;
9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo a realização de fiscalização na modalidade levantamento, a fim de que o Tribunal possa conhecer de forma mais aprofundada a atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres na regulação do Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros, como um todo, e na outorga para permissão de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros semiurbano, de forma mais específica, identificando objetos de fiscalização e avaliando a viabilidade da realização de futuras fiscalizações em outras modalidades;
9.4. dar ciência do acórdão proferido às partes no processo, bem como do relatório e o voto que o fundamentam;
9.5. ordenar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil a continuidade do monitoramento da recomendação contida no item 9.4 do Acórdão 436/2014-TCU-Plenário.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0543-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 544/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 025.990/2015-2.
1.1. Apenso: 006.354/2017-3
2. Grupo I - Classe de Assunto I: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Consórcio Sial - Jotaele - PJJ (17.652.425/0001-88); Jota Ele Construções Civis S.A. (77.591.402/0001-32).
3.2. Responsável: Antonio Gustavo Matos do Vale (156.370.266-53)
3.3. Recorrente: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (00.352.294/0001-10).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Cesar A. Guimarães Pereira (18.662/OAB-PR); André Guskow Cardoso (27.074/OAB-PR); William Romero (51.663/OAB-PR); Victor Hugo Pavoni Vanelli (83.623/OAB-PR); Camila Batista Rodrigues Costa (46.475/OAB-DF); Guilherme Augusto Vezaro Eiras (61.483/OAB-PR); Eduardo Roberto Stuckert Neto (15.214/OAB-DF) Clarissa Pacheco Ramos (32.502/OAB-DF).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e pelo Consórcio Sial-Jotaele-PJJ, respectivamente contra os Acórdãos 2433/2016 e 2591/201, ambos do Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência da deliberação aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0544-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 545/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.215/2015-3.
1.1. Apenso: 004.783/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto I: Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Ministério do Esporte (extinta) (02.961.362/0001-74)
3.2. Responsáveis: José João Inácio (014.426.434-04); Sandoval José de Luna (333.935.164-34)
3.3. Recorrente: Sandoval José de Luna (333.935.164-34).
4. Órgão: Prefeitura de Cupira/PE.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Walles Henrique de Oliveira Couto (24224/OAB-PE); Felipe de Vasconcelos Soares Montenegro Mattos (23409/OAB-DF) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Sandoval José de Luna contra o Acórdão 7246/2017-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 7246/2017-TCU-2ª Câmara;

9.3. julgar irregulares as contas de Sandoval José de Luna, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados desde as datas especificadas até a data da efetiva quitação, fixando ao responsável o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional;

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
8.802,75	13/11/2008

9.4. aplicar a Sandoval José de Luna multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para a promoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0545-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 546/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.058/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: e B Cardoso - Eireli (34.849.836/0001-87)

3.2. Responsável: Hospital Universitário de Sergipe - Ufs - Ebserh (15.126.437/0010-34).

4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Representação legal:

8.1. Francinaldo Fernandes de Oliveira (10.758/OAB-PA), Tania Maria Ferreira de Medeiros (4157/OAB-MA) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Paraíso Comércio e Serviços Eireli - EPP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas por Francisco de Assis Figueiredo;

9.2. com fundamento no art. 2º, inciso II e art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, dar ciência à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) de que é indevida a exigência de comprovação de prestação de serviços em estabelecimentos de saúde de alta complexidade como critério de qualificação técnico-operacional em contratações de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização hospitalar, pois fere o disposto no art. 3º, da Lei 8.666/1993;

9.3. dar ciência do teor do presente acórdão à Ebserh e aos demais interessados;

9.4. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0546-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 547/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.363/2011-9.

1.1. Apensos: 031.139/2014-0; 001.558/2015-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Contractor Engenharia Ltda (01.980.404/0001-51); Delta Construções S.a (10.788.628/0001-57); Denise Gomes Simões (466.098.656-04); Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Mato Grosso do Sul (03.983.939/0001-01); ECR Engenharia Ltda (42.161.372/0001-40); Jorge Luiz de Almeida (453.830.816-15); José Renato do Rosário Oliveira (968.047.187-04); Reginaldo Lírio Morelato (576.010.207-97); Wilson Boone de Souza (652.213.977-49); Élio Bahia Souza (189.776.697-15).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Espírito Santo - DNIT/MT.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Mato Grosso do Sul.

8.2. Pâmela Guerra (28.202/OAB-DF), Marcelo de Souza do Nascimento (23180/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.A.

8.3. Luiz Mônico Comério (OAB/ES 10.844), representando Wilson Boone Souza.

8.4. Willer Thomaz de Souza (OAB/DF 32.023), representando Contractor Engenharia Ltda.

8.5. Antônio Malva Neto (OAB/DF 34.121) e Isabella Cançado (OAB/DF 27.059), representando Denise Gomes Simões e Elio Bahia de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de Conformidade realizada nas obras de adequação do Contorno Rodoviário de Vitória - BR-101/ES em cumprimento ao Acórdão 564/2011-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as razões de justificativas apresentados pelos Srs. Jorge Luiz de Almeida, José Renato do Rosário Oliveira, Reginaldo Lírio Morelato, Wilson Boone de Souza, Denise Gomes Simões e Élio Bahia Souza, com fundamento no art. 250, §1º, do Regimento Interno;

9.2. considerar atendidas as determinações constantes dos subitens 9.12, 9.13 e 9.14 do Acórdão 2.229/2012-TCU-Plenário;

9.3. considerar atendida a recomendação contida no subitem 9.11 do Acórdão 2.229/2012-TCU-Plenário;

9.4. enviar cópia deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0547-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 548/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.560/2016-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

4. Órgão/Entidade: Município de Goiás/GO.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Sec-GO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de denúncia a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Prefeitura de Goiás/GO e no Ministério da Saúde (MS), relacionadas às obras de construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 Horas) na referida municipalidade.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. aplicar à responsável Selma de Oliveira Bastos Pires, CPF 387.847.691-49, prefeita do município de Goiás-GO, gestão 2017-2020, a multa prevista no art. 58, incisos II e IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, conforme o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao responsável João Batista Neto, CPF 125.624.161-04, secretário municipal de saúde de Goiás-GO, gestão 2017-2020, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, conforme o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com base no artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar ciência ao Ministério da Saúde e ao Fundo Nacional de Saúde acerca das falhas encontradas na concepção e acompanhamento da execução da UPA 24 Horas na cidade de Goiás/GO (inconsistência e subutilização do Sismob, falta de acompanhamento da obra e deficiente análise prévia da capacidade do ente beneficiário de executar o objeto), que caracterizam descumprimento de diversos dispositivos legais, notadamente quanto à obrigação de bem administrar os recursos públicos federais por meio de uma gestão efetivamente compartilhada, na qual cabe ao MS oferecer cooperação técnica de qualidade (além da financeira) e fiscalizar a efetiva aplicação dos recursos: (i) art. 7º, inciso XI; art. 16, incisos XIII, XVII, XIX; art. 33, §4º, todos da Lei 8.080/1990; (ii) art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.142/1990; e (iii) art. 27, incisos I e II; art. 39 caput, e § 5º; art. 40 e art. 42, todos da Lei Complementar 141/2012; e, também, do Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário, e podem ensejar aplicação da multa prevista no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992 aos responsáveis pela ocorrência, devendo ser adotadas medidas preventivas contra tal reincidência;

9.6. dar ciência ao Município de Goiás/GO que a ausência de elementos informativos mínimos e consistentes sobre obras no portal de transparência da prefeitura na internet caracteriza infração aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e aos princípios da transparência e da publicidade, configurando evidente prejuízo ao exercício de controle pelos órgãos competentes e pela própria sociedade;

9.7. retirar a chancela de sigilo aposta aos autos, exceto no que se refere à identificação do denunciante, nos termos do arts. 6º, inciso III, e 8º, incisos V e VI, ambos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) c/c o art. 55, da Lei 8.443/1992 e art. 4º da Resolução-TCU 294/2018;

9.8. dar ciência desta deliberação ao Município de Goiás/GO;

9.9. apesar os presentes autos ao TC 004.876/2018-0 com vistas ao acompanhamento das medidas tomadas pelo município de Goiás/GO e pelo Ministério da Saúde no sentido de sanear as irregularidades constatadas nestes autos, à verificação das questões constantes do parágrafo 33 do Voto que fundamenta este acórdão, sem prejuízo de outras medidas inerentes ao próprio processo de acompanhamento que a unidade técnica especializada (SecexSaúde) julgar pertinentes.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0548-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 549/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.467/2020-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso Administrativo (em Pedido de Acesso à Informação).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Luis Felipe Furtado Iannone (455.475.338-74).
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Consultoria Jurídica.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso contra decisão denegatória de pedido de acesso a informação protocolado na Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (demanda nº 332549, doc. 1 da Solicitação nº 033.288/2020-8), por meio do qual o Sr. Luis Felipe Furtado Iannone solicitou cópia dos autos do TC 023.687/2017-7, no seu inteiro teor;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do recurso interposto pelo Sr. Luis Felipe Furtado Iannone e, no mérito, dar-lhe parcial provimento para acolher o pedido alternativo apresentado pelo recorrente, devendo ser a ele franqueado acesso aos documentos constantes dos autos do TC 023.687/2017-7, exceto em relação àqueles que tenham sido considerados de caráter sigiloso pelo TCU ou por quem os tenha enviado ou produzido, ou em relação às informações de caráter pessoal, nos termos das Leis 12.527/2012 ou da Lei 13.709/2018, podendo as informações relativas a remunerações de empregados e dirigentes de empresas estatais não dependentes e que por elas foram encaminhadas a este TCU sob a chancela do sigilo serem solicitadas pelo interessado diretamente junto a tais entidades;
9.2. dar ciência deste acórdão ao interessado.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0549-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 550/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.632/2015-6.
1.1. Apenso: 006.327/2013-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
3.2. Responsáveis: Construtora Queiroz Galvão S.A. (33.412.792/0001-60); Fernando Antônio Dantas da Silva (041.931.564-00); Francisco Alzir Lima (247.845.673-72); Marco Antônio de Araújo Fireman (410.988.204-44); Marconi Jose Barbosa da Silva (141.176.144-87).
4. Órgãos/Entidades: Ministério da Integração Nacional; Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
8. Representação legal:
8.1. Jefferson Lourenço dos Santos, Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154), Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108) e outros, representando Construtora Queiroz Galvão S.A.
8.2. José de Barros Lima Neto (7.274/OAB-AL) e outros, representando Fernando Antônio Dantas da Silva, Marconi Jose Barbosa da Silva, Francisco Alzir Lima e Marco Antônio de Araújo Fireman.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos versando sobre o relatório de auditoria realizado no então Ministério da Integração Nacional e na Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas, tendo como objeto fiscalizar as obras do Canal Adutor do Sertão Alagoano.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. determinar, com fulcro no art. 71, incisos VI e IX, da Constituição Federal/1988, c/c o art. 45 da Lei 8.443/1992, ao Ministério do Desenvolvimento Regional que se abstenha de celebrar com o governo do estado de Alagoas instrumento de repasse de recursos federais destinados ao Contrato 58/2010-CPL/AL (Trecho 5 do Canal Adutor do Sertão Alagoano), até que seja realizada nova licitação para o Trecho em questão, uma vez que a licitação atual baseou-se em projeto básico com graves deficiências, em afronta aos arts. 6º, inciso IX, e 7º, § 4º, da Lei 8.666/1993;
9.2. dar ciência à Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas que:
9.2.1. a Concorrência 12/2010-T1-CPL/AL, que originou o Contrato 58/2010-CPL/AL, foi baseada em um projeto básico deficiente, o que enseja a nulidade da licitação e dos atos supervenientes, pois o certame careceu dos elementos e das informações necessárias para que os concorrentes pudessem elaborar suas propostas com adequado conhecimento sobre o objeto;
9.2.2. os necessários ajustes e correções relacionados ao Contrato 58/2010-CPL/AL extrapolam os limites de acréscimos e supressões estabelecidos pelo § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993, configurando descumprimento à legislação vigente, inviabilizando a sua manutenção;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM) que:

9.3.1. autue processo apartado de fiscalização, com fulcro no art. 43 da Resolução TCU 259/2014, juntando cópia das peças 55-61, 64-66, 72, 74-76, 78-82, 84-85, 86, 88-91, 93-96, 98- 102, 104-106, 109-118, 120, 122-124, 126-127, 131-133, 135, 137-139, 142-145, a fim de realizar a análise das audiências promovidas em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 2.361/2015-Plenário, bem como o exame dos aditamentos contratuais dos Trechos 3 e 4 da obra em questão, nos termos do item 9.5 do Acórdão 2.361/2015-Plenário; e
9.3.2. promova o desapensamento do TC 006.327/2013-3 destes autos e o posterior apensamento ao processo a ser autuado em decorrência do subitem anterior, nos termos dos art. 36 e 38 da Resolução TCU 259/2014, a fim de realizar a análise das audiências promovidas em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 2.372/2013-Plenário em conjunto com audiências a que se referem o item 9.1 do Acórdão 2.361/2015-Plenário;
9.4. comunicar o inteiro teor desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional, à Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas e à empresa Construtora Queiroz Galvão S.A., à luz do art. 169, § 1º, do Regimento Interno/TCU;
9.5. arquivar os presentes autos, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo do monitoramento a ser realizado pela unidade instrutiva.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0550-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 551/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.039/2010-9.
1.1. Apensos: 003.454/2005-8; 001.622/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Embargos de declaração).
3. Recorrente: Via Engenharia S. A. (00.584.755/0001-80).
4. Órgãos/Entidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Entidades/órgãos do Governo do Estado de Tocantins.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto, OAB/DF 21.359 (procuração à peça 94).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Tomada de Contas Especial, nos quais são apreciados os embargos de declaração opostos pela Via Engenharia S.A. contra o Acórdão 847/2020-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. alertar ao embargante que a interposição de novos embargos, meramente protelatórios e tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ser recebidos como mera petição, além de não suspenderem o trânsito em julgado da deliberação condenatória;
9.3. dar ciência do acórdão ao embargante.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0551-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 552/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.611/2020-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: Tutori Segurança Armada e Vigilância Ltda. (CNPJ 24.975.944/0001-42)
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Em Minas Gerais (Funasa/MG).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Givanil Costa de Farias (129.638/OAB-MG), representando Guardseg Vigilância e Segurança Eireli.
8.2. Gustavo Barbosa Dias dos Santos (130.863/OAB-MG) e outros, representando Tutori Segurança Armada e Vigilância Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa Tutori Segurança Armada e Vigilância Ltda em face do Pregão Eletrônico 6/2020, promovido pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Minas Gerais (Funasa/MG), cujo objeto é a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, diurna e noturna, nas suas dependências;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. no mérito, considerar a presente representação parcialmente procedente;
9.3. determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Minas Gerais (Funasa/MG), com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 4º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, que se abstenha de prorrogar o Contrato 7/2020, decorrente do Pregão Eletrônico 6/2020, adotando medidas para a imediata deflagração de novo certame escoimado das irregularidades abaixo indicadas, informando a este Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias as providências adotadas:
9.3.1. desclassificação de licitante (a representante), em sede de análise de recurso de licitante concorrente, sem explicitar de forma clara e diretamente acessível à interessada todos os motivos e sem oportunizar previamente a ela que comprovasse a exequibilidade de seus custos (considerados inexequíveis), desrespeitando o art. 50, inc. V e § 1º, da Lei 9.784/1999, o princípio da transparência e a jurisprudência desta Corte (Acórdão 1.720/2010-2ª Câmara, relatado pelo ministro André de Carvalho, e Acórdão 1.426/2010-Plenário, relatado pelo ministro Aroldo Cedraz) e dificultando o exercício da ampla defesa e do contraditório (inc. LV do art. 5º da Constituição);
9.3.2. falta de motivação explícita e específica no ato de desclassificação da empresa Goiasforte Vigilância e Segurança Ltda. "por não apresentação de documentação necessária para habilitação conforme Edital", sem relacionar os documentos de habilitação faltantes, desrespeitando o art. 50, inc. V e § 1º, da Lei 9.784/1999 e dificultando o exercício da ampla defesa e do contraditório (inc. LV do art. 5º da Constituição);
9.3.3. exigência, para habilitação das licitantes, de responsável técnico com formação em Administração (item 8.25 do edital) e excesso de formalismo na verificação dessa exigência, que chegou a motivar desclassificação de licitante que a cumpria materialmente, sem ter apresentado o documento exigido, contrariando os princípios da razoabilidade e do formalismo moderado e a jurisprudência desta Corte (Acórdãos do Plenário 1.758/2003, relatado pelo ministro Walton Alencar, e 1.017/2015, relatado pelo ministro Vital do Rêgo);
9.3.4. análise da viabilidade dos preços ofertados pelas licitantes por meio da verificação de custos unitários em detrimento da verificação do preço global, mesmo sendo o critério de julgamento o de menor preço global e sendo os parâmetros desses custos apenas referenciais, contrariando o princípio da razoabilidade, os itens 9.3 e 9.4 do Anexo VII-A da IN Seges/MP 5/2017 e a jurisprudência desta Corte (Acórdão 637/2017-Plenário, relatado pelo ministro Aroldo Cedraz);
9.3.5. adjudicação de proposta desvantajosa em decorrência dos atos de desclassificação em relação à primeira e à segunda colocadas originalmente (1,53% superior ao preço ofertado pela empresa Tutori Segurança Armada e Vigilância Ltda. e 1,30% superior ao preço ofertado pela GoiasForte Vigilância e Segurança Ltda.), contrariando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa.
9.4. informar à Funasa/MG e à representante do presente Acórdão, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação ora encaminhada podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.5. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, sem prejuízo do monitoramento pela Selog do determinado no item 9.3 supra.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0552-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 553/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 000.121/2021-5.
1.1. Apenso: 000.813/2021-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Brasoftware Informática Ltda. (CNPJ 57.142.978/0001-05)
3.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti).
8. Representação legal: Walter Ferreira da Silva Junior (OAB/SP 232383), representando Brasoftware Informática Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Denúncia, com requerimento de adoção de medida cautelar, com vistas a verificar a regularidade dos atos relacionados ao edital do Pregão Eletrônico (PE) 48/2020 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), cujo objeto é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de upgrade, subscrição de licenças de softwares do tipo suíte de escritório (Microsoft 365) e créditos Azure, com garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Denúncia, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234 e 235 do RI/TCU e no art. 103, § 1º, in fine, da Resolução - TCU 259/2014;
9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar;
9.3. no mérito, considerar a Denúncia parcialmente procedente;
9.4. dar ciência, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que:
9.4.1. a decisão pela contratação em lote único do PE 48/2020 não foi fundamentada de maneira adequada e explícita no Estudo Técnico Preliminar, tendo em vista que, em princípio, licenças para softwares aplicativos constituem uma solução de TI diferente dos serviços de computação em nuvem, em descumprimento ao art. 15, IV, c/c o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993, ao art. 12, § 2º, I e § 3º, da IN - SGD/ME 1/2019 e à Súmula - TCU 247;
9.4.2. a decisão pela escolha de indicação de marca, com fundamento no princípio da padronização, para os serviços de nuvem (Azure Monetary Commitment) no âmbito do Pregão 48/2020 não foi justificada de maneira explícita e adequada no Estudo Técnico Preliminar, com a devida realização de uma ampla pesquisa e comparação efetiva com alternativas existentes, demonstrando que a solução escolhida é a mais vantajosa e a única que atende as necessidades da entidade, em descumprimento à Lei 8.666/1993, art. 15, § 7º, I, à IN - SGD/ME 1/2019, art. 11, inciso II, e à jurisprudência do TCU;
9.5. deferir, com fundamento no art. 163, § 2º, do Regimento Interno do TCU e no art. 16, § 4º, da Portaria-TCU 114/2020, o pedido de vistas formulado pela empresa Brasoftware com relação às peças não sigilosas dos presentes autos;
9.6. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos do § 1º do art. 236 do Regimento Interno do TCU c/c os arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução-TCU 259/2014;
9.7. informar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), à empresa Brasoftware Informática LTDA. e ao denunciante que o presente Acórdão, bem assim o Relatório e o Voto que o fundamentam, poderão ser acessados por meio do endereço www.tcu.gov.br/acordaos;
9.8. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0553-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 554/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.970/2015-7.
1.1. Apenso: 023.377/2016-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65)
3.2. Responsável: Otaviano Ferreira Martins (226.805.944-87)
3.3. Recorrente: Otaviano Ferreira Martins (226.805.944-87).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Manari - PE.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128.341/OAB-SP) e outros, representando Otaviano Ferreira Martins.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Otaviano Ferreira Martins (226.805.944-87) contra o Acórdão 7.266/2016-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito e multa, em razão da impugnação parcial das despesas dos Programas de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial do exercício de 2006, financiados com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1 nos termos dos arts. 32, inciso III e 35, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, atribuindo a seguinte redação aos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 7.266/2016-TCU-2ª Câmara:
"9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Otaviano Ferreira Martins, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde as datas discriminadas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
1.560,00	4/1/2006
7.770,00	10/3/2006
70,00	28/3/2006
1.495,00	28/3/2006
2.000,00	10/8/2006

9.3 aplicar ao Sr. Otaviano Ferreira Martins a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;"
9.2 dar ciência desta deliberação à recorrente e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0554-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 555/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.415/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Aloizio Paes de Lima (035.981.794-72); Aparecida Gualberto dos Reis (032.419.618-00); Francisco Caninde Fernandes de Macedo (209.988.051-49); Ivanhoe Martins Fernandes (297.530.907-49); Jose Edson Rodrigues de Souza (046.811.003-82); José Domingos Soares (142.796.144-15); Kercio Silva Pinto (066.156.275-15); M. Glaudimar Almeida (03.804.441/0001-34); Maria das Graças Malheiros Monteiro (064.225.272-68); P. de O. Marques (02.607.549/0001-74); R. F. Alves (84.536.143/0001-02); Robério Freire Alves (456.542.202-68); Roger Freire Alves (320.509.412-34); Roner Freire Alves (435.545.982-91)
3.2. Recorrentes: José Domingos Soares (142.796.144-15); Aloizio Paes de Lima (035.981.794-72).
4. Órgão/Entidade: DPF - SUPERINT. REGIONAL/AM - MJ.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal:
8.1. Igor Arnaud Ferreira (10428/OAB-AM) e outros, representando Aloizio Paes de Lima.
8.2. Léo da Silva Alves (7621/OAB-DF), representando Maria das Graças Malheiros Monteiro.
8.3. Joao Pontes Rocha Filho (15087/OAB-CE), representando Jose Edson Rodrigues de Souza.
8.4. Cintia Pinheiro dos Santos (5433/OAB-AM), representando Aparecida Gualberto dos Reis.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interpostos por José Domingos Soares e por Aloizio Paes de Lima, contra o Acórdão 1.938/2019-TCU-Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência aos recorrentes e demais interessados a respeito do inteiro teor deste acórdão, informando que esta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, este Tribunal poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias impressas.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0555-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 556/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.469/2020-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Representante: CBMaq - Companhia Brasileira de Máquinas (CNPJ 11.239.764/0002-31)
4. Órgão/Entidade: Codevasf - Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa/BA - 2ª SR.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Daniel Fernando Jesus da Silva (não advogado), representando CBMaq - Companhia Brasileira de Máquinas

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, oferecida por CBMaq - Companhia Brasileira de Máquinas a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 10/2020, a cargo da Superintendência Regional da Codevasf em Bom Jesus da Lapa/BA (Codevasf-2ª SR), cujo objeto é o fornecimento de máquinas, por Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades de diversos municípios na área de abrangência da 2ª Superintendência Regional da Codevasf no Estado da Bahia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da Representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

9.2. revogar a medida cautelar anteriormente deferida;

9.3. no mérito, considerar a Representação parcialmente procedente;

9.4. reiterar ciência à Codevasf - Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa/BA, com fundamento nos arts. 2º, inciso II e 9º, incisos I e II, da Resolução TCU 315/2020, da seguinte falha constatada no Pregão Eletrônico 10/2020, para que adote as medidas necessárias a evitar sua ocorrência em certames futuros:

9.4.1. exigência, para fins de habilitação ou aceitabilidade da proposta, de a licitante possuir rede de assistência técnica autorizada no Estado da Bahia, considerando que a medida pode, em tese, restringir a competitividade do certame;

9.5. informar à Superintendência Regional da Codevasf em Bom Jesus da Lapa/BA - 2ª SR e à representante que o conteúdo desta deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0556-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 557/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 035.118/2011-3

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Pedidos de Reexame (Representação)

3.Embargantes: Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda. (CNPJ 00.610.079/0001-72), Ebisa/Engenharia Brasileira Indústria e Saneamento S/A (CNPJ 15.137.680/0001-67) e Jotage Engenharia Comércio e Incorporações Ltda. (CNPJ 14.828.958/0001-80).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Municípios do Estado da Bahia.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Representação legal: João Felipe Cunha Pereira (OAB/RJ 131.197), Vanessa Reis Sampaio de Aquino (OAB/DF 37.259), Vitor Moreno Soliano Pereira (OAB/BA 35.320) e outros (procurações e substabelecimentos às peças 56, 57, 59, 103, 178 e 182)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelas empresas Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda., Ebisa/Engenharia Brasileira Indústria e Saneamento S/A e Jotage Engenharia Comércio e Incorporações Ltda. contra os termos do Acórdão 428/2020-TCU-Plenário (Relator Ministro José Múcio Monteiro),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por por Ceema Construções e Meio Ambiente Ltda. (CNPJ 00.610.079/0001-72), Ebisa/Engenharia Brasileira Indústria e Saneamento S/A (CNPJ 15.137.680/0001-67) e Jotage Engenharia Comércio e Incorporações Ltda. (CNPJ 14.828.958/0001-80), com fundamento no art. 34, da Lei 8.443/1992, e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar conhecimento desta deliberação às embargantes e aos órgãos/entidades interessados, ressaltando-se que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, no dia seguinte ao de sua oficialização.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0557-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 558/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.708/2020-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação com pedido de medida cautelar

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Representação, com requerimento de adoção de medida cautelar, com vistas a verificar a regularidade dos atos relacionados a Registro de Preço sob a responsabilidade do Ministério da Economia, para contratação de empresa para prestação de serviços de apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal/DF, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, conhecer da Representação, para, no mérito, considerá-la a improcedente;

9.2. revogar a medida cautelar ratificada mediante o Acórdão 181/2021 - Plenário (Relator: Ministro Raimundo Carreiro);

9.3. autorizar a Selog a autuar processo autônomo de acompanhamento, nos termos dos arts. 241 e 242, do RITCU, com vistas a dar prosseguimento à análise dos atos futuros decorrentes do objeto do Pregão Eletrônico 10/2020 do Ministério da Economia, especialmente o cumprimento dos compromissos assumidos nestes autos, com vistas ao tratamento e mitigação dos riscos envolvidos nas inovações e excepcionalidades legais presentes no referido processo licitatório;

9.4. enviar cópia do presente Acórdão ao Ministério da Economia e ao representante, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, I, do Regimento Interno/TCU, apensando-os ao processo de acompanhamento que vier a ser autuado.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0558-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 559/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.359/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

8. Representação legal:

8.1. Roberta Negrao Costa Wachholz, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia a noticiar indícios de irregularidades na emissão de autorizações para transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 276, caput e §1º, do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. revogar a medida cautelar insculpida no item 28.1 da Decisão proferida em 4/3/2021 (peça 145);

9.2. acrescentar o item 28.3.1 à referida Decisão:

"28.3.1 determinar que a ANTT apresente, no prazo máximo de 30 dias, documentação que comprove sua plena capacidade de atender às exigências de controle e fiscalização decorrentes do aumento na quantidade de mercados, linhas e empresas a serem fiscalizadas, ou apresente plano de ação com medidas que aprimorem a sua capacidade de fiscalização e controle de modo a assegurar que o aumento de demanda decorrente do incremento da quantidade de autorizações seja suportado pela Agência num prazo razoável."

9.3. manter os demais itens da referida Decisão;

9.4. restituir o processo à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil para que finalize a instrução, nos termos da decisão do relator à peça 145, submetendo ao relator no prazo de 60 dias;

9.5. dar ciência do presente Acórdão à Agência Nacional de Transportes Terrestres, informando que o teor integral desta deliberação será disponibilizado no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0559-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 560/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.462/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Carlos Antônio de Sousa (070.014.658-01); Francisco José Adriano (077.812.938-19); Gabriel Nogueira Eufrásio (229.465.433-15); José Alex Botelho de Oliva (311.806.807-82); Mário Jorge Paladino (039.630.658-69); MC3 Tecnologia e Logística Ltda. (04. 700.632/0001-19).

4. Órgão/Entidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal:

8.1. Leonardo Rufino Capistrano (29510/OAB-DF), representando Gabriel Nogueira Eufrásio.

8.2. Edilberto Nerry Petry (37.288/OAB-DF), representando Francisco Jose Adriano.

8.3. Jose Luiz Moreira de Macedo (93.514/OAB-SP) e outros, representando Carlos Antônio de Sousa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada Procuradoria da República em Santos, na qual se encaminha carta de membro do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), atual Autoridade Portuária de Santos S.A., noticiando irregularidades no Pregão Presencial 5/2016, realizado pela companhia para contratação de serviços de digitalização de documentos, e no contrato dele decorrente, DIPRE/93.2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, conhecer e considerar procedente a representação;

9.2. considerar revéis, para todos os efeitos, Gabriel Nogueira Eufrásio (229.465.433-15), ex-superintendente jurídico da Codesp, e Mário Jorge Paladino (039.630.658-69), sócio administrador da empresa MC3 Tecnologia e Logística Ltda. (04.700.632/0001-19), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas por José Alex Botelho de Oliva (311.806.807-82), na condição de presidente da Codesp, Carlos Antônio de Sousa (070.014.658-01), na condição de assessor da presidência da Codesp, e Francisco José Adriano (077.812.938-19), na condição de diretor de administração e finanças da Codesp;

9.4. aplicar a José Alex Botelho de Oliva (311.806.807-82), Francisco José Adriano (077.812.938-19), Carlos Antônio de Sousa e Gabriel Nogueira Eufrásio, com fundamento no art. 43, II, parágrafo único, e art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multas individuais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, e do art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, com a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida;

9.7. considerar graves as infrações cometidas por José Alex Botelho de Oliva, Carlos Antônio de Sousa, Francisco José Adriano e Gabriel Nogueira Eufrásio;

9.8. inabilitar José Alex Botelho de Oliva, Carlos Antônio de Sousa, Francisco José Adriano e Gabriel Nogueira Eufrásio para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública pelo prazo de cinco anos.

9.9. desconsiderar a personalidade jurídica da MC3 Tecnologia e Logística Ltda. para que seu sócio Mário Jorge Paladino responda solidariamente com a empresa e com os agentes públicos envolvidos pelo dano apurado na tomada de contas especial a ser instaurada;

9.10. converter os autos em tomada de contas especial, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992, do art. 252 do Regimento Interno/TCU e do art. 41 da Resolução-TCU 259/2014, constituindo-se processo específico;

9.11. autorizar, desde logo, as citações dos responsáveis abaixo relacionados, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa sobre as irregularidades listadas e/ou recolham, solidariamente, aos cofres da Autoridade Portuária de Santos as quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente a partir da respectiva data até o efetivo recolhimento, abatendo-se na oportunidade a quantia eventualmente ressarcida, na forma da legislação em vigor:

9.11.1. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, na condição de presidente da Codesp entre 2015 e 2018, Francisco José Adriano, na condição de diretor de administração e Finanças da Codesp, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestor do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada:

9.11.1.1 irregularidade: pagamentos de serviços de preparo da estrutura predial, aquisição de equipamentos, mobilização de equipamentos, servidor, transportes e segurança que não estavam previstos no contrato e que deveriam ser arcados pela contratada;

9.11.1.2. condutas:

9.11.1.2.1. José Alex Botelho de Oliva, Francisco José Adriano, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestores do contrato, e Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de serviços sem previsão contratual;

9.11.1.2.2. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada: terem recebido pagamento por serviços que não estavam previstos no contrato;

9.11.1.3. principais dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.1.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
720.000,00	24/4/2017
180.000,00	24/5/2017

9.11.2. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, na condição de presidente da Codesp entre 2015 e 2018, Francisco José Adriano, na condição de diretor de administração e finanças da Codesp, Gabriel Nogueira Eufrásio, na condição de superintendente jurídico da Codesp, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestor do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada:

9.11.2.1. irregularidade: pagamento pela aquisição de etiquetas RFID sem a comprovação de uso e pela indexação dos processos sem a comprovação do serviço (peça 77, p. 19-20), na fase de implantação do contrato;

9.11.2.2. condutas:

9.11.2.2.1. José Alex Botelho de Oliva, Francisco José Adriano, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestores do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de bens e serviços que não seriam utilizados pela contratante;

9.11.2.2.2. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada: terem recebido pagamentos por bens e serviços que sabidamente não seriam utilizados pela contratante;

9.11.2.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.2.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
120.000,00	24/4/2017
133.000,00	24/5/2017
57.000,00	19/6/2017

9.11.3. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, na condição de presidente da Codesp entre 2015 e 2018, Francisco José Adriano, na condição de diretor de administração e finanças da Codesp, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestor do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada:

9.11.3.1. irregularidade: pagamento por serviços de inventário e validação de inventário sem a comprovação de que esses serviços tenham sido realizados;

9.11.3.2. conduta:

9.11.3.2.1. José Alex Botelho de Oliva, Francisco José Adriano, Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestores do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de serviços que não foram realizados.

9.11.3.2.2. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada: terem recebido pagamento por serviços que não foram realizados;

9.11.3.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.3.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
50.000,00	24/4/2017
450.000,00	24/5/2017

9.11.4. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, na condição de presidente da Codesp entre 2015 e 2018, Francisco José Adriano, na condição de diretor de administração e finanças da Codesp, Gabriel Nogueira Eufrásio, na condição de superintendente jurídico, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada:

9.11.4.1. irregularidade: pagamento de serviços com sobrepreço na digitalização de folhas A4;

9.11.4.2. conduta:

9.11.4.2.1. José Alex Botelho de Oliva e Francisco José Adriano: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de serviços com sobrepreço em razão da realização de pregão com termo de referência impreciso, sem a assinatura do responsável técnico, com orçamento-base deficiente e sem a realização de pesquisa de preços adequada;

9.11.4.2.2. Gabriel Nogueira Eufrásio: ter aprovado edital de licitação sem a realização de pesquisa de preço, com orçamento-base deficiente e termo de referência impreciso, sem assinatura de responsável técnico;

9.11.4.2.4. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada: terem recebido pagamento por serviços com sobrepreço;

9.11.4.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.4.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
88.200,00	19/6/2017
156.964,68	20/7/2017
228.600,00	14/8/2017
232.560,00	11/9/2017
168.435,54	9/10/2017
183.600,00	8/11/2017
167.400,00	12/12/2017
198.000,00	8/1/2018
189.000,00	6/2/2018
147.991,48	14/3/2018
186.329,16	5/4/2018
176.400,00	7/5/2018
178.380,00	4/6/2018
180.900,00	5/7/2018
180.540,00	6/8/2018
180.360,00	20/8/2018
149.243,84	24/9/2018

9.11.5. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, na condição de presidente da Codesp entre 2015 e 2018, Francisco José Adriano, na condição de diretor de administração e finanças da Codesp, Gabriel Nogueira Eufrásio, na condição de superintendente jurídico, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada;

9.11.5.1. irregularidade: pagamento de serviços de digitalização de documentos maiores que papel A4 com sobrepreço, por considerar o valor da digitalização do papel A0;

9.11.5.2. conduta:

9.11.5.2.1. José Alex Botelho de Oliva e Francisco José Adriano: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de serviços de digitalização de documentos maiores que papel A4 com sobrepreço, em razão da realização de pregão com termo de referência impreciso, sem a assinatura do responsável técnico, com orçamento-base deficiente e sem a realização de pesquisa de preços adequada;

9.11.5.2.2. Gabriel Nogueira Eufrásio: ter aprovado edital de licitação sem a realização de pesquisa de preço, com orçamento-base deficiente e termo de referência impreciso, sem assinatura de responsável técnico;

9.11.5.2.3. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada: ter recebido pagamento por serviços de digitalização de documentos maiores do que papel A4 com sobrepreço;

9.11.5.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.5.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
43.447,10	11/9/2017
88.287,43	9/10/2017
87.311,29	8/11/2017
53.244,00	12/12/2017
15.964,33	8/1/2018
66.705,86	14/3/2018
9.495,18	5/4/2018
48.807,00	7/5/2018
49.694,40	4/6/2018
42.595,20	5/7/2018
41.707,80	6/8/2018
42.595,20	20/8/2018

9.11.6. responsáveis solidários: José Alex Botelho de Oliva, Francisco José Adriano e Gabriel Nogueira Eufrásio;

9.11.6.1. irregularidade: pagamento por serviços de digitalização de folhas em branco sem a comprovação de que tal digitalização era necessária;

9.11.6.2. conduta: terem autorizado, ou contribuído para que fosse autorizado, pagamento de serviços de digitalização de folhas em branco sem a comprovação de que tal digitalização era necessária e considerando que certames similares da Administração Pública Federal excluíam, no edital ou termo de referência, a necessidade de digitalização de folhas em branco;

9.11.6.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.6.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
13.720,00	19/6/2017
24.416,73	20/7/2017
35.560,00	14/8/2017
38.381,16	11/9/2017
30.682,11	9/10/2017
32.991,49	8/11/2017
28.742,40	12/12/2017
31.610,27	8/1/2018
29.400,00	6/2/2018
26.911,84	14/3/2018
29.466,46	5/4/2018
29.917,20	7/5/2018
30.270,24	4/6/2018
30.301,92	5/7/2018
30.200,88	6/8/2018
30.217,92	20/8/2018
23.627,38	24/9/2018

9.11.7. responsáveis solidários: Ediberto Tadeu Pedroso Junior, na condição de gestor do contrato, Eduardo Silva Costa, na condição de fiscal do contrato, MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada;

9.11.7.1. pagamento pela realização de serviços no Museu da Companhia Docas a cargo de profissional não habilitado;

9.11.7.2. conduta:

9.11.7.2.1. Ediberto Tadeu Pedroso Júnior, na condição de gestor do contrato, e Eduardo Silva Costa, na condição fiscal do contrato: terem atestado a execução do serviço, contribuindo para o seu pagamento, sem confirmar que ele estava sendo exercido por profissional habilitado;

9.11.7.2.2. MC3 Tecnologia e Logística Ltda., na condição de empresa contratada, e Mário Jorge Paladino, na condição de sócio administrador da empresa contratada, ter recebido pagamento pela prestação de serviços a cargo de profissional não habilitado;

9.11.7.3. dispositivos violados ou aplicados: art. 37, da Constituição Federal, arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e arts. 884 e 927 do Código Civil;

9.11.7.4. valor do débito:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
48.000,00	20/7/2017
24.000,00	14/8/2017
24.000,00	11/9/2017
24.000,00	9/10/2017
24.000,00	8/11/2017
24.000,00	12/12/2017
24.000,00	8/1/2018
24.000,00	6/2/2018
24.000,00	14/3/2018
24.000,00	5/4/2018
24.000,00	7/5/2018
24.000,00	4/6/2018
24.000,00	5/7/2018
24.000,00	6/8/2018
24.000,00	20/8/2018
24.000,00	24/9/2018

9.12. informar aos responsáveis que, caso venham a ser condenados pelo Tribunal, o débito ora apurado será acrescido de juros de mora, nos termos do § 1º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.13. autorizar, desde já, as diligências necessárias para subsidiar o processo de tomada de contas especial;

9.14. determinar à secretaria de controle externo competente que realize, no processo de tomada de contas especial, a audiência da MC3 Tecnologia e Logística Ltda. pela participação na fraude ao Pregão Presencial 5/2016 da Companhia Docas do Estado de São Paulo, corroborada pelas evidências e indícios descritos no Relatório de Inspeção constante à peça 77 e complementados pelo despacho à peça 80, com o intuito de avaliar a possibilidade da declaração de inidoneidade da empresa;

9.15. deferir o pedido formulado pela Autoridade Portuária de Santos S.A., de solicitação de informações/vistas/cópias dos autos, nos termos do art. 93 da Resolução-TCU 259/2014, alterada pela Resolução-TCU 316/2020;

9.16. dar ciência desta deliberação à Autoridade Portuária de Santos S.A., ao representante, e aos responsáveis;

9.17. comunicar este acórdão à SeinfraPortoFerrovia, unidade técnica responsável pelas contas anuais da entidade representada;

9.18. comunicar ao Ministro de Estado do Ministério da Infraestrutura, nos termos do art. 198, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, a conversão destes autos em tomada de contas especial;

9.19. apensar, com fulcro no art. 41 da Resolução-TCU 259/2014, o presente processo ao processo de tomada de contas especial que vier a ser constituído.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0560-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 561/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.304/2020-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Representação).
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela União, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), em face do Acórdão 4.074/2020-TCU-Plenário, por meio do qual este Tribunal analisou a presente representação e, no mérito, firmou entendimentos a respeito da natureza federativa dos recursos transferidos aos entes subnacionais no contexto da pandemia de Covid-19,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os presentes embargos de declaração;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à Advocacia-Geral da União, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Ministério da Economia, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Secretaria de Orçamento Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral da União, aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público da União e à Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas da União, para ciência.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0561-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 562/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.643/2012-3.

1.1. Apenso: 015.019/2009-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); Valber Paulo da Silva (470.063.584-34); Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar (134.306.704-97).

4. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Mucio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Jefferson Barros Figueiredo; e Carlos Roberto Lima Marques da Silva (OAB/AL 5.820).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por José Queiroz de Oliveira, Valber Paulo da Silva e Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar, em face do Acórdão 2.090/2018-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por José Queiroz de Oliveira, Valber Paulo da Silva e Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar, em face do Acórdão 2.090/2018-TCU-Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência da presente decisão aos recorrentes.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0562-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 563/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.124/2020-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Administrativo.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos: Supremo Tribunal Federal, Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetroleo) e Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo administrativo autuado com vistas a examinar questão trazida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no bojo do ofício eletrônico 13509/2020, no qual se questiona o eventual interesse do Tribunal de Contas da União em aderir ao acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Sr. Nestor Cuñat Cerveró;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. informar ao Egrégio Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República que, relativamente à Petição 5886, não se afigura vantajosa a adesão do TCU ao acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e o Senhor Nestor Cuñat Cerveró, especialmente no que se refere aos TC 005.261/2015-5, 005.406/2013-7 e 026.363/2015-1, em função do avançado estágio processual destes autos e das apurações dos aludidos processos terem sido fundamentadas em provas e evidências oriundas de fontes independentes em relação ao aludido acordo, com baixa possibilidade de alavancagem investigativa para este TCU;

9.2. incluir as questões discutidas nestes autos acerca do instituto da colaboração premiada no escopo do grupo de trabalho constituído pelo Plenário em 3/2/2021 para atender as demandas do acordo de cooperação técnica (ACT), firmado em agosto de 2020, pela Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal de Contas da União e o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), sob a coordenação do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

9.3. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0563-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 564/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.423/2018-7

1.1. Apensos: 039.477/2019-3; 039.478/2019-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessada: Superintendência Regional do Incra em Belém - PA (00.375.972/0003-22)

3.2. Recorrente: Amós Bezerra da Silva (081.797.602-78)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa - PA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal:

8.1. Sábato Giovani Megale Rossetti (2774/OAB-PA) e outros, representando Amós Bezerra da Silva

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Amós Bezerra da Silva contra o Acórdão 1.842/2019 - 1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o em débito e multa, em razão não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 716158/2009, tendo por objeto a execução de obras de construção/complementação de 25,70 km de estradas vicinais, localizadas em área da Reserva Extrativista Marinha Araí-Perobaí.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 16, inciso II, 32, inciso III e 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do presente recurso de revisão, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito o Acórdão 1.842/2019 - 1ª Câmara, e julgar as contas do responsável regulares com ressalva;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos demais interessados no processo, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0564-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 565/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.933/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Unidades: Órgãos da Administração Pública Federal

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip com objetivo de regularizar o pagamento da remuneração do cargo em comissão ("opção" do art. 193 da Lei 8.112/1990) aos aposentados, e aos que venha a se aposentar, que implementaram os requisitos da aposentadoria após 16/12/1998, data da publicação da Emenda Constitucional 20, bem como aos beneficiários de pensão decorrente de aposentadoria nas mesmas condições, conforme o entendimento firmado pelo TCU no Acórdão 1.599/2019-Plenário e já dada ciência aos órgãos da Administração Pública Federal por intermédio do item 9.6 do Acórdão 4.397/2020 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno e na Súmula TCU 249, em:

9.1. conhecer da presente representação, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e considerá-la procedente;

9.2. determinar aos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, iniciem os procedimentos para identificação dos casos e promovam a oitiva de todos os aposentados e pensionistas que se encontrem na situação descrita neste processo, com vistas à regularização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, do pagamento da vantagem denominada "opção", prevista no art. 193 da Lei 8.112/1990, que deverá adotar os seguintes parâmetros:

9.2.1.1. o pagamento da "opção" deverá ser suprimido, no caso dos beneficiários cujos atos de concessão foram emitidos há menos de cinco anos e se encontrem pendentes de julgamento pelo TCU;

9.2.1.2. o pagamento da "opção" deverá ser transformado em vantagem pessoal, a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no caso dos beneficiários cujos atos de concessão foram expedidos há mais de cinco anos, desde que ainda não tenham sido julgados ou considerados tacitamente registrados pelo TCU;

9.2.1.3. o pagamento da "opção" deverá ser transformado em vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente ao reajuste geral dos servidores públicos federais, no caso dos beneficiários cujos atos de concessão tenham sido julgados legais ou considerados tacitamente registrados pelo TCU há mais de cinco anos;

9.2.2. promovam levantamento e enviem, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, à apreciação desta Corte de Contas, os eventuais atos de aposentadoria e de pensão civil que contemplem o pagamento da parcela de "opção" nas circunstâncias tratadas neste processo, expedidos há mais de cinco anos, por meio do sistema e-Pessoal, caso ainda não o tenham providenciado;

9.2.3. se abstenham de emitir novos atos de concessão que contenham a irregularidade tratada nestes autos.

9.3. ordenar à Sefip que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, inicie os procedimentos para identificação dos casos de todos os aposentados e pensionistas que se encontrem na situação descrita neste processo, cujos atos de concessão tenham sido julgados legais ou considerados tacitamente registrados pelo TCU há menos de cinco anos, com vistas à promoção da revisão de ofício, prevista no art. 260, § 2º do Regimento Interno, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

9.3.2. monitore o cumprimento deste acórdão e, no caso de descumprimento injustificado, represente ao Tribunal para apuração das responsabilidades cabíveis;

9.4. dispensar a reposição das importâncias indevidamente percebidas;

9.5. ordenar à Consultoria Jurídica deste Tribunal, em articulação com a Advocacia-Geral da União, que acompanhe o andamento do Processo 1005368-10.2020.4.01.3200, em curso na 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Amazonas (SJAM) e do Agravo de Instrumento 1041687-08.2019.4.01.0000, interposto no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o trânsito em julgado e de outras eventuais ações correlatas, comunicando oportunamente a este Relator acerca do deslinde das questões nelas tratadas;

9.6. requerer à Diretoria de Jurisprudência da Secretaria das Sessões deste Tribunal que elabore estudos acerca da possibilidade de se editar súmula acerca da matéria tratada nestes autos, a serem submetidos à Comissão de Jurisprudência do TCU;

9.7. dar ciência desta deliberação aos órgãos da Administração Pública Federal, autárquica e fundacional, destacando que o relatório e o voto que fundamentam a deliberação podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;

9.8. restituir o processo à Sefip para as providências cabíveis.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0565-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 566/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.191/2019-1.

2. Grupo: I - Classe: III - Assunto: Consulta.

3. Interessado: Comandante da Aeronáutica, Sr. Nivaldo Luiz Rossato.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representações legais: Marcelo Feijó, CPF: 521.075.586-04; Isaac Cordeiro da Fonseca Neto, CPF: 120.682.288-07; e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Consulta formulada pelo então Comandante da Aeronáutica, Sr. Nivaldo Luiz Rossato, acerca da aplicação no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente consulta, uma vez que se encontram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 264 e 265 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União (TCU);

9.2. responder ao Comandante da Aeronáutica, nos termos do art. 1º, inciso XVII, da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. as restrições orçamentárias poderão, eventualmente, com fulcro no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/1993, fundamentar a revisão de preços de contratos referentes a projetos estratégicos de defesa (PED), desde que seja devidamente demonstrado no processo administrativo, cumulativamente, que:

9.2.1.1. a restrição orçamentária, previsível ou imprevisível, no caso da EC 95/2016, tenha tido contornos e consequências incalculáveis, alheias à vontade das partes e impossíveis de serem precisadas pelo gestor médio quando da celebração do contrato;

9.2.1.2. a restrição orçamentária tenha configurado álea econômica extraordinária e extracontratual, não se tratando de risco inerente à álea ordinária e assumido pela contratada quando da apresentação da proposta, a exemplo de variação normal de mercado ou imprecisão do projeto básico, tornando a execução contratual excessivamente onerosa para a contratada, com quebra da equação original do contrato, não devendo ser admitidos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro sob o argumento de compatibilização com os preços de outros contratos firmados pela mesma contratada;

9.2.1.3. a quantificação da alteração dos custos tenha sido promovida por meio de documentação hábil, a exemplo de planilhas de composição dos preços contratados, com todos os seus insumos, e dos critérios de apropriação dos custos indiretos da contratada, analisando-se o contrato como um todo, considerando-se o comportamento dos insumos relevantes que possam impactar o valor total do contrato, e não apenas daqueles custos alegados pela contratada;

9.2.1.4. tenham sido observadas, relativamente ao projeto estratégico ao qual se refere o contrato em revisão, as disposições dos itens 9.1.2 e 9.1.3 do Acórdão 1.519/2017-Plenário, que dizem respeito à necessidade de estudo atualizado de viabilidade do projeto e de análise dos riscos da alteração de escopo, de prazo ou de custo;

9.2.2. diante de rescisão contratual, decorrente de eventual falta de acordo com a contratada acerca do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, existe a opção de contratar diretamente, mediante dispensa de licitação, o desenvolvimento e produção de PED, com fundamento no art. 24, incisos IX, XI, XIX, XXVIII ou XXXI, da Lei 8.666/1993, aplicável subsidiariamente às referidas contratações, conforme o caso concreto, visando sempre atender à economicidade nas contratações públicas e ao interesse público na continuidade dos serviços contratados;

9.2.3. em hipóteses excepcionais e devidamente comprovadas, as alterações qualitativas de contratos para o desenvolvimento e produção de PED, de forma consensual, decorrentes do impacto de eventuais restrições orçamentárias no orçamento da contratada para o reequilíbrio econômico-financeiro, poderão ultrapassar o limite estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/1993, conforme jurisprudência deste Tribunal consubstanciada nos Acórdãos 1.826/2016-Plenário, 50/2019-Plenário, 3.576/2019-1ª Câmara, desde que atendidos os pressupostos definidos na Decisão 215/1999-Plenário:

9.2.3.1. ser mais vantajosa que eventual rescisão contratual seguida de nova licitação ou contratação emergencial, devendo, nesse caso, ser contabilizado todos os custos administrativos decorrentes do novo procedimento licitatório;

9.2.3.2. ser necessária à otimização do cronograma físico-financeiro para a completa execução do objeto contratado, tendo em vista o benefício social e econômico esperado; e

9.2.3.3. que as consequências das alternativas para a continuidade do objeto contratado (rescisão contratual, contratação emergencial ou nova licitação) importem sacrifício insuportável ao interesse público, inclusive quanto à sua urgência ou emergência.

9.3. dar ciência ao Comandante da Aeronáutica desta deliberação; e

9.4. arquivar o presente processo, nos termos do art. 265 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0566-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 567/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.020/2019-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); e Consórcio FG Ramal do Agreste (23.964.382/0001-79)

3.2. Responsável: Marcelo Pereira Borges (132.543.594-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional (extinta).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).

8. Representações legais: Virgínia Câmara da Silveira (OAB/DF 60.319); Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB/SP 251.382); e outros, representando Consórcio FG Ramal do Agreste.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional - SNSH/MDR, no período compreendido entre 4/2/2019 e 15/3/2019, com o objetivo de avaliar a regular aplicação de recursos federais no Ramal do Agreste Pernambucano,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 determinar ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com fundamento no art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315, de 2020, que, no prazo de 90 (noventa) dias, promova a revisão do Contrato 38/2015-MI com vistas à exclusão do pagamento das horas in itinere e realize a glosa dos valores eventualmente já pagos indevidamente para essa rubrica, em cumprimento aos arts. 58, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943), com a redação da Lei 13.467/2017, e 9º, § 4º, inciso I, da Lei 12.462/2011, medida esta cujo cumprimento será verificado pelo TCU após o envio da documentação, em processo de monitoramento específico;

9.2 dar ciência ao Ministério do Desenvolvimento Regional de que a utilização de cotação única para estimativa de preços em procedimentos licitatórios, bem como a utilização em procedimentos licitatórios de preços de serviços utilizados em obras anteriores, atualizados por meio de índices, constituem afronta ao princípio da economicidade, insculpido no art. 70 da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 3º ao 8º, § 3º e § 4º, da Lei 12.462/2011;

9.3 determinar a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM) que autue processo de monitoramento da determinação contida no item 9.1 acima, nos termos do art. 17 da Resolução-TCU 315/2020;

9.4 dar ciência desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao Consórcio Emsa-Ferreira Guedes (Consórcio FG Ramal do Agreste); e

9.5 arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0567-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 568/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.407/2009-9.

1.1. Apenso: TC 036.608/2011-4 (Solicitação).

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Monitoramento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes no Estado de Santa Catarina (Dnit/SC).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).

8. Representações legais: Luís Daniel Alencar (OAB/PR 31.272), José Ailton Baptista Júnior (OAB/ES 7.053) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de continuidade do Monitoramento do cumprimento das determinações proferidas por meio do Acórdão 1754/2013 - Plenário, em levantamento de auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2009, nas obras de adequação de trecho rodoviário na BR-101/SC, que envolve a duplicação da pista do Trecho Sul da Rodovia, desde Palhoça, Santa Catarina, até a divisa com o Rio Grande do Sul, com extensão de 248,5 km,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar não integralmente cumpridas as determinações contidas no Acórdão 1754/2013-TCU-Plenário, subitem 9.1.1.3 relativamente ao Lote 26, e subitens 9.1.1.1 e 9.1.3 relativamente aos Lotes 25 e 26 das obras de adequação da BR-101/SC, que envolve a duplicação da pista do Trecho Sul da rodovia, desde o município de Palhoça (SC) até a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul;

9.2. fixar o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit comprove, perante o Tribunal, a instauração da tomada de contas especial determinada na parte final do subitem 9.1.1.3 do Acórdão 1754/2013-Plenário, em razão do insucesso na recomposição do dano ao erário decorrente da falta de atualização monetária do valor do estorno resultante do ajuste da composição do custo unitário do serviço "Espalhamento de solos em bota-fora", sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 8º, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, caso não haja o recolhimento desse valor por parte da Construtora Triunfo S.A.;

9.3. fixar o prazo de 90 (noventa) dias para que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit comprove, perante o Tribunal, a adoção de providências com vistas à verificação da manutenção dos descontos iniciais dos contratos dos Lotes 25 e 26 e à determinação dos valores a serem eventualmente ressarcidos ao Dnit, com apresentação de planilhas organizadas na forma prevista no subitem 9.2.2 do Acórdão 2941/2016-Plenário, com a instauração da tomada de contas especial determinada na parte final do subitem 9.1.3 do Acórdão 1754/2013-Plenário, no caso de ser confirmada a ocorrência de dano ao erário, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do art. 8º, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992;

9.4. converter os presentes autos em tomada de contas especial, nos termos do art. 252 do Regimento Interno, no caso de persistência dos débitos e não comprovação de atendimento pelo Dnit das medidas expedidas por meio dos itens 9.2 e 9.3, nos prazos fixados;

9.5. indeferir o requerimento apresentado pela Construtora Triunfo S.A. à peça 161;

9.6. dar ciência deste acórdão, acompanhado da instrução de peça 175, à Procuradoria Federal Especializada junto ao Dnit e à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, em complemento à solicitação processada no âmbito do TC 036.608/2011-4, apenso aos presentes autos, bem como à Construtora Triunfo S.A. e ao Consórcio Araguaia-Blokos-Emparsanco;

9.7. autorizar, desde já, a conclusão do monitoramento e o encerramento do presente processo, após a adoção das providências propostas nas alíneas anteriores.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0568-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 569/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.156/2018-3.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Divino Alves Campos (187.248.091-87); Edificar Construções Ltda. (08.504.378/0001-34); Genival Diniz Gonçalves (760.335.463-34); Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás - PA (84.139.633/0001-75).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás - PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representações legais: Carlos Jeha Kayath (60.851/OAB-RJ) e outros, representando Edificar Construções Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor do Sr. Genival Diniz Gonçalves, Prefeito do Município de Eldorado dos Carajás/PA na gestão 2009/2012; do Sr. Divino Alves Campos, Prefeito na gestão 2013/2016; e da empresa Edificar Construções Ltda., em razão da não aprovação da prestação de contas final do Termo de Compromisso (TC)/PAC 29/2011, celebrado em 21/12/2011 entre a Funasa e o Município,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis o Srs. Genival Diniz Gonçalves (CPF: 760.335.463-34) e Divino Alves Campos (CPF: 187.248.091-87), bem como o Município de Eldorado dos Carajás (CNPJ: 84.139.633/0001-75), para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.2 rejeitar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pela empresa Edificar Construções Ltda. (CNPJ: 08.504.378/0001-34);

9.3 julgar, com base nos arts. 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, regulares com ressalva as contas do Sr. Genival Diniz Gonçalves, dando-lhe quitação;

9.4 julgar irregulares as contas do Município de Eldorado dos Carajás (CNPJ: 84.139.633/0001-75); do Sr. Divino Alves Campos (CPF: 187.248.091-87), Prefeito Municipal na gestão 2013/2016; e da empresa Edificar Construções Ltda. (CNPJ: 08.504.378/0001-34), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 209, inciso III; 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.4.1. débito atribuído ao Sr. Divino Alves Campos em solidariedade com a empresa Edificar Construções Ltda.:

VALOR HISTÓRICO (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
1.585.634,45	3/5/2013
472.241,08	23/5/2013
348.275,20	2/8/2013
109.495,59	18/9/2013
137.395,95	10/12/2013
123.676,97	14/3/2014

9.4.2. débito atribuído ao Sr. Divino Alves Campos em solidariedade com o Município de Eldorado dos Carajás:

VALOR HISTÓRICO (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
347.029,61	31/3/2014

9.5 aplicar, individualmente, multa aos responsáveis indicados no item anterior, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir discriminados, atualizados monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagos após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Responsável	Valor da multa
Divino Alves Campos	R$ 515.000,00
Edificar Construções Ltda.	R$ 460.000,00

9.6 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7 determinar ao Município de Eldorado dos Carajás/PA e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovem a regularização, ou seja, a propriedade ou a posse do terreno onde foram executados serviços com vistas ao cumprimento do objeto do TC/PAC 29/2011, destacando a ambos que, nesses casos, o TCU tem admitido, como suficiente, a imposição de servidão administrativa sobre o terreno afetado pelo equipamento público ou até mesmo a celebração de comodato com a cessão da posse à municipalidade;

9.8 encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.9 dar ciência deste Acórdão à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e aos responsáveis.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0569-08/21-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 570/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.318/2020-0.

1.1. Apensos: 028.316/2020-7; 039.172/2020-1.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsável/Interessada:

3.1. Responsável: Luciano Pinheiro Damasceno e Santos (013.979.545-66).

3.2. Interessada: J.F.E. Empreendimentos e Construções Ltda. (20.555.337/0001-72).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

8. Representações legais: Cássio Carvalho Batista (19682/OAB-BA); Ramon Moura Ribeiro (26.532/OAB-BA) e outros, representando Luciano Pinheiro Damasceno e Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação em que adotada medida cautelar por meio de despacho monocrático do Relator (peça 25) com vistas à suspensão, pela Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha/BA, de todos os atos decorrentes da Tomada de Preços 006/2020, cujo objeto é a construção de creche padrão FNDE (Proinfância tipo 01) no loteamento Nossa Senhora de Lourdes, Sítio Pascoal, incluindo o contrato dela decorrente, celebrado com a empresa J.F.E. Empreendimentos e Construções Ltda., até o julgamento de mérito desta representação,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. referendar, com fundamento no art. 276, caput e § 1º, do Regimento Interno/TCU, a medida cautelar suspensiva da Tomada de Preços 006/2020 e do contrato dela decorrente, da Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha/BA, adotada pelo relator por meio do Despacho de peça 25 destes autos, transcrito no Relatório que precede este Acórdão, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado Despacho;

9.2. dar ciência desta deliberação à Prefeitura Municipal de Euclides da Cunha/BA e à interessada empresa J.F.E. Empreendimentos e Construções Ltda.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0570-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 571/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 033.766. 2018-5.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Entidade: Fundação Habitacional do Exército.
4. Embargante: Fundação Habitacional do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação Legal: Adriano de Almeida Costa, OAB/DF 24.378; Danielle de Moura Cavalcante, OAB/DF 21.127; Eduardo Amarante Passos, OAB/DF 15.022; Gerrylton Machado Carneiro, OAB/DF 32.710; Giselle Ariadne Neves da Rocha, OAB/DF 19.559; Giuliana Castro Zerbini Leão, OAB/DF 41.690; Juliana Gonçalves Cardoso Souza, OAB/DF 20.052; Juliana Sermoud Fonseca de Albuquerque Lima, OAB/DF 16.810; Leonardo Henrique Costa de Queiroz, OAB/DF 41.826; Luiz Ferrucio Duarte Sampaio Junior, OAB/DF 21.150; Márcio Roberto Martins Santos, OAB/DF 33.685 e OAB/RJ 165.942; Marco Antonio Rochael França, OAB/DF 20.981; Maria Beatriz Castilho da Silva, OAB/DF 12.839; Nathália da Silva Pereira, OAB/DF 40.216; Octávio Augusto Carneiro Pereira, OAB/DF 21.262; Paulo Fernando Saraiva Chaves, OAB/DF 21.596; Viviana Todero Martinelli Cerqueira, OAB/DF 32.664 e Viviane Cicero de Sá Lamellas, OAB/DF 33.037.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração contra o Acórdão 192/2020-Plenário, que determinou à Fundação Habitacional do Exército a apresentação de dados complementares atinentes às contas de 2017 e veiculou alerta ao presidente da entidade sobre as consequências cabíveis em caso de descumprimento.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU, conhecer dos presentes Embargos de Declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à Embargante e aos seus representantes legalmente constituídos, nos termos do art. 179, §7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0571-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 572/2021 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-046.820/2020-5.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: empresa A. Telecom Teleinformática Ltda. (37.166.592/0001-26).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas - Selog.
8. Representação legal: Paulo Roque Antônio Khouri (OAB/DF 10.671), Ângela Ramos Pinheiro (OAB/DF 31.068) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela empresa A. Telecom Teleinformática Ltda., com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 52/2020 conduzido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, referente à contratação de serviço de telefonia.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. nos termos do art. 11 da Resolução/TCU 315/2020, recomendar ao TJDFT que avalie a conveniência e a oportunidade de possibilitar, no âmbito do Pregão Eletrônico 52/2020, a subcontratação parcial e/ou a participação de consórcio de empresas, com vistas a ampliar o universo de interessados em participar da disputa;
9.3. enviar cópia desta deliberação à empresa representante; e
9.4. arquivar este processo, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0572-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 573/2021 - TCU - Plenário

1. Processo TC-047.393/2020-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Solicitação.
3. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai.
4. Interessado: Robson Braga de Andrade, Presidente do Conselho Nacional do Senai.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Econômico - SecexDesenvolvimento
8. Advogados constituídos nos autos: Cassio Augusto Muniz Borges, OAB/DF n. 20.016-A, e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação formulada pelo Presidente do Conselho Nacional do Senai, Sr. Robson Braga de Andrade, requerendo a extensão de prazo, por sessenta dias, para apresentação da prestação de contas relativa ao exercício de 2020 deferida ao Sesi por meio do Acórdão 188/2021-TCU-Plenário, aos seus órgãos nacionais e regionais.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão Ordinária do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer desta Solicitação, com fundamento nos arts. 59, inciso VI, e 62 da Resolução/TCU 259/2014;
9.2. deferir a prorrogação do prazo para a apresentação dos processos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, seus órgãos nacionais e regionais (Departamentos Nacional e Regionais, além do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil - CETIQT/Senai), relativos ao exercício de 2020, por 60 (sessenta) dias, a contar de 31/3/2021;
9.3. dar ciência desta Deliberação ao Senai/CN e à Segecex.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0573-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 574/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 039.012/2019-0.
2. Grupo I - Classe V- Assunto: Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
3.2. Responsável: Fabio Cardoso Moreira (605.491.652-15).
4. Órgãos/Entidades: Município de Marabá - PA; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).
8. Representação legal:
8.1. Ceciliano José Ennes Neto e outros, representando Cejen Engenharia Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no município de Marabá/PA e na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, com o objetivo de contribuir com o aprimoramento da política de gestão de riscos e de desastres, mediante o exame da legalidade e legitimidade dos atos administrativos relacionados às obras do cais de proteção das margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas no município, financiadas com recursos da transferência legal 39/2017.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. dar ciência ao município de Marabá/PA de que a utilização de parcelas de recursos federais transferidos para a execução de um empreendimento sem que se priorize a funcionalidade de suas etapas (ou seja, sem que se concluam etapas funcionais quando os valores repassados forem suficientes para tal) contraria o disposto no art. 12, caput, e II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;
9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0574-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 575/2021 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 047.549/2020-3.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessado: Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda (08.454.836/0001-78).
4. Órgão: Base Aérea dos Afonsos (Baaf).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Tabitha Neves dos Santos (223.210/OAB-RJ), representando Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Civil Ltda.
8.2. Giorgio Pierson Oliboni (151.970/OAB-RJ), representando Delurb Ambiental Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Delurb Ambiental Ltda., com pedido de medida cautelar, por meio da qual se noticiam possíveis falhas na condução do pregão eletrônico para registro de preços 30/2020, por menor preço global, conduzido pela Base Aérea dos Afonsos (Baaf), com vistas à contratação de serviço de recolhimento, transporte e destinação final de resíduos.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, caput, do RI/TCU, referendar, até o pronunciamento deste Tribunal a respeito do mérito da representação, a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 64 destes autos, transcrito no relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Base Aérea dos Afonsos (Baaf), à empresa Landtec Consultoria Ambiental e Serviços de Construção Ltda e à representante.

10. Ata n° 8/2021 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/3/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0575-08/21-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, Bruno Dantas, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 20 horas e 45 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
LORENA MEDEIROS BASTOS CORREA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 24 de março de 2021.

(Assinado eletronicamente)

ANA ARRAES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

Certidão de julgamento - 0206767
Processo: 0000156-55.2019.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Relator do Acordão: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
Prosseguindo no julgamento, após o voto-vista do Conselheiro Humberto Eustáquio Soares Martins, inaugurando a divergência, o Conselho, por maioria, DECIDIU NÃO ACOLHER a proposta de realocação das Varas Federais de Oiapoque e Laranjal do Jari para a Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do voto-vista apresentado pelo Conselheiro Humberto Eustáquio Soares Martins, vencida a então relatora, Conselheira Isabel Gallotti. Lavrará o acórdão o Conselheiro Humberto Eustáquio Soares Martins. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0206768
Processo: 0004527-39.2020.4.90.8000 - 02 - Pedido de providência
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
O Conselho, por maioria, DECIDIU CONHECER E DESPROVER o Recurso Administrativo interposto contra decisão da Presidência do Conselho da Justiça Federal que determinou às Varas Federais da Seção Judiciária de Sergipe que se abstenham de exigir dos advogados com procuração ad judicia et extra, contendo poderes especiais de receber e dar quitação, a apresentação de uma nova procuração específica de levantamento de valores de precatórios e RPVs, nos termos do voto do relator. Acompanharam os Conselheiros JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA e VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.
Sustentou oralmente pelo recorrido: Luciano Luís Almeida Silva (OAB-SE 6.045).

Certidão de julgamento - 0206769
Processo: 0002144-71.2020.4.90.8000 - 01 - Procedimento Normativo
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS
Dispositivo:
Após o voto apresentado pelo Conselheiro Humberto Eustáquio Soares Martins pela aprovação da proposta de resolução que dispõe sobre os ajustes que tenham por objeto a administração de depósitos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor, serviço de pagamento de pessoal e cessão de espaço físico, bem como acerca da aplicação dos recursos provenientes desses ajustes, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, sendo acompanhado pelos Conselheiros Jorge Mussi, Villas Bôas Cueva, Sebastião Reis Júnior, Marco Aurélio Bellizze Oliveira, I'talo Fioravanti Sabo Mendes e Reis Friede, pediu vista o Conselheiro Mairan Maia. Aguardam os Conselheiros Victor Luiz dos Santos Laus e Vladimir Souza Carvalho. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES E REIS FRIEDE.

Certidão de julgamento - 0206770
Processo: 0004628-82.2020.4.90.8000 - 06 - Procedimento de controle administrativo
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Ministro JORGE MUSSI
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU JULGAR IMPROCEDENTE o Procedimento de Controle Administrativo proposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que indeferiu pedido de redistribuição de servidora removida para a Seção Judiciária de Florianópolis/SC (4ª Região) para acompanhamento de cônjuge, nos termos do voto do relator. O Conselheiro Vladimir Souza Carvalho acompanhou o relator, com ressalva quanto a parte da fundamentação. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0206771
Processo: 0002588-43.2020.4.90.8000 - 03 - Consulta
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Desembargador Federal REIS FRIEDE
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, decidiu RESPONDER À CONSULTA no sentido de ser cabível a suspensão temporária, com prejuízo do auxílio financeiro, de contratos de estágio cujas atividades desenvolvidas sejam incompatíveis com o regime de teletrabalho, estabelecido como medida temporária de prevenção e redução dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0206772
Processo: 0001685-18.2020.4.90.8000 - 03 - Consulta
Colegiado: Conselho
Data da Sessão: 22/03/2021 09:00:00
Relator: Desembargador Federal REIS FRIEDE
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, decidiu RESPONDER À CONSULTA no sentido da desnecessidade de uniformizar e normatizar os procedimentos relativos ao cabimento das custas judiciais nas hipóteses de execução e cumprimento de sentença contra a fazenda pública, diante da inexistência de lacuna normativa, nos termos do voto do relator. Presidiu o julgamento o Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS. Plenário Virtual, 22 a 24 de março de 2021. Votaram os Conselheiros HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS, JORGE MUSSI, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA (Suplente), I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 510, DE 25 DE MARÇO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista a Portaria Conjunta 22, de 19 de março de 2021 e o contido no PA 3888/2021, resolve:
Art. 1º Agregar os valores das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

item	código FC	nível e descrição FC	localização FC	valor R$
1	4043	FC-02	Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação-NUPEMEC	R$ 1.185,05
2	5819	FC-02	Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação-NUPEMEC	R$ 1.185,05
3	3448	FC-05 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Águas Claras-CEJUSCACL	R$ 2.232,38
4	5317	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Águas Claras-CEJUSCACL	R$ 1.185,05
5	3445	FC-05 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brasília-CEJUSCBSB	R$ 2.232,38
6	4045	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brasília-CEJUSCBSB	R$ 1.185,05
7	5318	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brasília-CEJUSCBSB	R$ 1.019,17
8	5320	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brazlândia-CEJUSCBRZ	R$ 1.185,05
9	5319	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brazlândia-CEJUSCBRZ	R$ 1.019,17
10	4471	FC-05 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Ceilândia-CEJUSCCEI	R$ 2.232,38
11	5321	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Ceilândia-CEJUSCCEI	R$ 1.185,05
12	5323	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Gama-CEJUSCGAM	R$ 1.939,89
13	5322	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Gama-CEJUSCGAM	R$ 1.019,17
14	5325	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Guará-CEJUSCGUA	R$ 1.939,89
15	5324	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Guará-CEJUSCGUA	R$ 1.019,17
16	5327	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Núcleo Bandeirante-CEJUSCNUB	R$ 1.939,89
17	5326	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Núcleo Bandeirante-CEJUSCNUB	R$ 1.019,17
18	5329	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Paranoá-CEJUSCPAR	R$ 1.939,89
19	5328	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Paranoá-CEJUSCPAR	R$ 1.019,17
20	5331	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Planaltina-CEJUSCPLA	R$ 1.939,89
21	5330	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Planaltina-CEJUSCPLA	R$ 1.019,17
22	5333	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Recanto das Emas-CEJUSCREM	R$ 1.939,89
23	5332	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Recanto das Emas-CEJUSCREM	R$ 1.019,17
24	5335	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Riacho Fundo-CEJUSCRFU	R$ 1.939,89
25	5334	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Riacho Fundo-CEJUSCRFU	R$ 1.019,17
26	5337	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Samambaia-CEJUSCSAM	R$ 1.939,89
27	5336	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Samambaia-CEJUSCSAM	R$ 1.019,17
28	5339	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de São Sebastião-CEJUSCSSB	R$ 1.185,05
29	5338	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de São Sebastião-CEJUSCSSB	R$ 1.019,17
30	5341	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Sobradinho-CEJUSCSOB	R$ 1.939,89
31	5340	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Sobradinho-CEJUSCSOB	R$ 1.019,17

32	3473	FC-05 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Taguatinga-CEJUSCTAG	R$ 2.232,38
33	3326	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Taguatinga-CEJUSCTAG	R$ 1.185,05
34	5342	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Taguatinga-CEJUSCTAG	R$ 1.019,17
35	4233	FC-05 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Família-CEJUSCFAM	R$ 2.232,38
36	5343	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Família-CEJUSCFAM	R$ 1.185,05
37	5606	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Segundo Grau-CEJUSCSEG	R$ 1.185,05
38	3450	FC-05	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSCJECBSB	R$ 2.232,38
39	5345	FC-02	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSCJECBSB	R$ 1.185,05
40	4219	FC-01	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSCJECBSB	R$ 1.019,17
41	4818	FC-04 de Supervisor	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Itinerante-CEJUSCITINERANTE	R$ 1.939,89
42	2911	FC-03	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Itinerante-CEJUSCITINERANTE	R$ 1.379,07
43	5344	FC-02	Gabinete da Segunda Vice-Presidência-GSVP	R$ 1.185,05
total				R$ 62.661,23

Art. 2º Utilizar o valor total especificado no artigo 1º para criação das Funções Comissionadas abaixo relacionadas, destinando-as conforme quadro a seguir:

item	nível e descrição FC	localização FC	valor R$
1	FC-03	Central de Apoio aos Núcleos Virtuais de Mediação e Conciliação-CANUMEC	R$ 1.379,07
2	FC-05 de Supervisor	1º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-1NUVIMEC	R$ 2.232,38
3	FC-01	1º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-1NUVIMEC	R$ 1.019,17
4	FC-01	1º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-1NUVIMEC	R$ 1.019,17
5	FC-01	1º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-1NUVIMEC	R$ 1.019,17
6	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brasília-CEJUSCBSB	R$ 1.379,07
7	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Brazlândia-CEJUSCBRZ	R$ 1.379,07
8	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Samambaia-CEJUSCSAM	R$ 1.379,07
9	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de São Sebastião-CEJUSCSSB	R$ 1.379,07
10	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Taguatinga-CEJUSCTAG	R$ 1.379,07
11	FC-05 de Supervisor	2º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-2NUVIMEC	R$ 2.232,38
12	FC-01	2º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-2NUVIMEC	R$ 1.019,17
13	FC-01	2º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-2NUVIMEC	R$ 1.019,17
14	FC-01	2º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-2NUVIMEC	R$ 1.019,17
15	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Águas Claras-CEJUSCACL	R$ 1.379,07
16	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Guará-CEJUSCGUA	R$ 1.379,07
17	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Paranoá-CEJUSCPAR	R$ 1.379,07
18	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Planaltina -CEJUSCPLA	R$ 1.379,07
19	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Sobradinho-CEJUSCSOB	R$ 1.379,07
20	FC-05 de Supervisor	3º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-3NUVIMEC	R$ 2.232,38
21	FC-01	3º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-3NUVIMEC	R$ 1.019,17
22	FC-01	3º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-3NUVIMEC	R$ 1.019,17
23	FC-01	3º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-3NUVIMEC	R$ 1.019,17
24	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Ceilândia-CEJUSCCEI	R$ 1.379,07
25	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Gama-CEJUSCGAM	R$ 1.379,07
26	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Núcleo Bandeirante-CEJUSCNUB	R$ 1.379,07
27	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Recanto das Emas-CEJUSCREM	R$ 1.379,07
28	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Riacho Fundo-CEJUSCRFU	R$ 1.379,07
29	FC-05 de Supervisor	4º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-4NUVIMEC	R$ 2.232,38
30	FC-02	4º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-4NUVIMEC	R$ 1.185,05
31	FC-01	4º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-4NUVIMEC	R$ 1.019,17
32	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania das Execuções Fiscais-CEJUSCFIS	R$ 1.379,07
33	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Itinerante-CEJUSCITI	R$ 1.379,07
34	FC-05 de Supervisor	5º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-5NUVIMEC	R$ 2.232,38
35	FC-02	5º Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação-5NUVIMEC	R$ 1.185,05
36	FC-03 de Encarregado	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSCJECBSB	R$ 1.379,07
37	FC-03	Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSCJECBSB	R$ 1.379,07
38	FC-05 de Supervisor	Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação Família-NUVIMECFAM	R$ 2.232,38
39	FC-01	Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação Família-NUVIMECFAM	R$ 1.019,17
40	FC-01	Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação Família-NUVIMECFAM	R$ 1.019,17
41	FC-01	Núcleo Virtual de Mediação e Conciliação Família-NUVIMECFAM	R$ 1.019,17
42	FC-03 de Encarregado	1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Família-1CEJUSCFAM	R$ 1.379,07
43	FC-03 de Encarregado	2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Família-2CEJUSCFAM	R$ 1.379,07
44	FC-03 de Encarregado	3º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania Família-3CEJUSCFAM	R$ 1.379,07
45	FC-01	Gabinete da Segunda Vice-Presidência-GSVP	R$ 1.019,17
total			R$ 61.751,37
saldo			R$ 909,86

Art. 3º Remanejar o Cargo em Comissão e a Função Comissionada abaixo relacionados, conforme quadro a seguir:

item	*código CJ/FC*	*nível, descrição e origem CJ/FC*	*nível, descrição e destino CJ/FC*
1	3398	CJ-02 de Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis de Brasília-CEJUSC-JECBSB	CJ-02 de Coordenador da Central de Apoio aos Núcleos Virtuais de Mediação e Conciliação-CANUMEC
2	3944	FC-02 do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania de Ceilândia-CEJUSCCEI	FC-02 do Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação-NUPEMEC

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.617, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Aprova o Plano de Logística Sustentável do Conselho Federal de Contabilidade para o período de 2020/2021.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais em vigor,

Considerando o Art. 16 do Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, que preconiza que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

Considerando a Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16 do Decreto n.º 7.746/2012;

Considerando que a sustentabilidade busca relacionar a conciliação do desenvolvimento com a conservação ambiental e a construção da equidade social;

Considerando que as organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental correto, por meio do controle dos impactos de suas atividades, produtos e serviços sobre o meio ambiente, coerente com sua política e seus objetivos ambientais;

Considerando um contexto de legislação cada vez mais exigente, do desenvolvimento de políticas econômicas e de outras medidas visando adotar a proteção ao meio ambiente e de uma crescente preocupação expressa pelas partes interessadas em relação às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável;

Considerando a Lei Distrital n.º 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a separação e a destinação final dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, na forma que especifica;

Considerando o Decreto Distrital n.º 38.246, de 1º de junho de 2017, que regulamenta a Lei Distrital n.º 4.792, de 24 de fevereiro de 2012, e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Logística Sustentável do Conselho Federal de Contabilidade (PLS-CFC) do período de 2020/2021, cujo texto está disponibilizado no sítio eletrônico www.cfc.org.br.

Art. 2º O PLS-CFC é instrumento que estabelece diretrizes e um conjunto de projetos para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística do CFC, conforme disposto na Instrução Normativa n.º 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º A elaboração, a coordenação e o acompanhamento do PLS-CFC competem à Comissão Permanente de Sustentabilidade e Inovação do Conselho Federal de Contabilidade, instituída pela Portaria CFC n.º 270, de 20 de junho de 2018 e alterações posteriores.

§ 1º Os responsáveis pelos projetos deverão reportar os resultados à referida comissão, conforme cronograma constante do PLS.

§ 2º Os resultados medidos pelos indicadores e as metas alcançadas deverão ser publicados semestralmente no sítio eletrônico do Conselho Federal de Contabilidade, conforme Art. 13 da Instrução Normativa n.º 10, de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 3º Os Relatórios de Acompanhamento serão encaminhados à Comissão Permanente de Sustentabilidade e Inovação, conforme Art. 14 da Instrução Normativa n.º 10, de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contendo:

I - consolidação dos resultados alcançados; e

II - identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

§ 4º Os resultados, os Relatórios de Acompanhamento, a versão original e as atualizações do PLS-CFC aprovados pela Comissão Permanente de Sustentabilidade e pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade deverão ser disponibilizados no site do Conselho Federal de Contabilidade e na intranet.

Art.5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

CONTADOR ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

DELIBERAÇÃO Nº 4.965, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Homologa processos contábeis apreciados na 703ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978; CONSIDERANDO o que consta dos processos apreciados na 703ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon, realizada virtualmente nos dias 19 e 20 de março de 2021; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade e da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon; resolve:

Art. 1º Homologar os Balancetes dos Conselho Regional de Economia listado abaixo. Processo: 19.488/2020 (Corecon-GO), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.531/2020 (Corecon-BA), Balancete do 1º Trimestre de 2020; Processo: 19.497/2020 (Corecon-MS), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.532/2020 (Corecon-BA), Balancete do 2º Trimestre de 2020; Processo: 19.499/2020 (Corecon-MA), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.533/2020 (Corecon-BA), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.504/2020 (Corecon-MT), Balancete do 3º Semestre de 2020; Processo: 19.538/2020 (Corecon-DF), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.516/2020 (Corecon-AL), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.541/2020 (Corecon-RN), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.517/2020 (Corecon-PE), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.543/2020 (Corecon-MG), Balancete do 2º Trimestre de 2020; Processo: 19.523/2020 (Corecon-ES), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.544/2020 (Corecon-MG), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.525/2020 (Corecon-RJ), Balancete do 1º Trimestre de 2020; Processo: 19.550/2020 (Corecon-PA/AP), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.526/2020 (Corecon-RJ), Balancete do 2º Trimestre de 2020; Processo: 19.552/2020 (Corecon-MG), Balancete do 1º Trimestre de 2020; Processo: 19.527/2020 (Corecon-RJ), Balancete do 3º Trimestre de 2020; Processo: 19.560/2021 (Corecon-AC), Balancete do 3º Trimestre de 2020. Art. 2º Homologar as Propostas e Reformulações Orçamentarias dos Conselhos Regionais de Economia listado abaixo. Processo: 19.485/2020 (Corecon-SE), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.528/2020 (Corecon-RJ), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.487/2020 (Corecon-GO), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.529/2020 (Corecon-PI), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.489/2020 (Corecon-TO), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.530/2020 (Corecon-AL), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.496/2020 (Corecon-MS), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.537/2021 (Corecon-RO), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.502/2020 (Corecon-PA/AP), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.539/2021 (Corecon-DF), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.507/2020 (Corecon-PB), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.540/2021 (Corecon-MT), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.518/2020 (Corecon-PE), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.542/2021 (Corecon-RN), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.519/2020 (Corecon-AM), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.545/2021 (Corecon-AC), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.521/2020 (Corecon-TO), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.546/2021 (Corecon-PR), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.522/2020 (Corecon-ES), Reformulação Orçamentaria de 2020; Processo: 19.547/2021 (Corecon-PR), Proposta Orçamentária de 2021; Processo: 19.524/2020 (Corecon-ES), Proposta Orçamentária de 2021. Art. 3º Homologar as Prestações de Contas do Cofecon e dos Conselhos Regionais e Federal de Economia listados abaixo. Processo: 19.520/2020 (Corecon-AM), Prestação de Contas de 2019; Processo: 19.588/2021 (Corecon-SC), Prestação de Contas de 2020; Processo: 19.558/2021 (Cofecon), Prestação de Conta de 2020; Processo: 19.589/2021 (Corecon-MS), Prestação de Contas de 2020; Processo: 19.561/2021 (Corecon-RS), Prestação de Conta de 2020; Processo: 19.591/2021 (Corecon-AC), Prestação de Contas de 2020; Processo: 19.569/2021 (Corecon-TO), Prestação de Conta de 2020; Processo: 19.592/2021 (Corecon-MG), Prestação de Contas de 2020; Processo: 19.570/2021 (Corecon-PI), Prestação de Conta de 2020; Processo: 19.594/2021 (Corecon-PE), Prestação de Contas de 2020; Processo: 19.587/2021 (Corecon-DF), Prestação de Conta de 2020; Processo: 19.600/2021 (Corecon-SE), Prestação de Contas de 2020. Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor nesta data.

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 664, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Suspende, por 120 (cento e vinte) dias, a cobrança administrativa dos débitos dos exercícios anteriores ao exercício de 2021 das pessoas físicas e jurídicas, inscritas nos Conselhos Regionais de Enfermagem, em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2), e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário em Exercício da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO o grave momento que passa a nação, a sociedade e os profissionais de enfermagem que dela fazem parte e que são os mais atingidos pela pandemia, assim como os demais profissionais de saúde, face à natureza intrínseca de suas atividades, que exige do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem atitudes concretas para o reconhecimento das necessidades dos profissionais de enfermagem que já se encontram afetados pela consequente recessão pela qual atravessa o país;

CONSIDERANDO que, neste momento emergencial, se faz absolutamente necessário que se reconheça que a redução das rendas, mediante restrição das atividades econômicas, provocada pelo isolamento social, certamente atinge as famílias da grande maioria dos profissionais de enfermagem, o que poderá significar incapacidade de cumprimento com as obrigações em relação ao Conselho Regional de Enfermagem ao qual encontre-se vinculado;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, em seu artigo 6º, §1º e §2º, alinha-se ao princípio da legalidade tributária, haja visto que estabelece apenas o teto que deve ser observado pelos Conselhos Profissionais para o arbitramento das respectivas contribuições anuais;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, em seu artigo 6º, §2º, atribui ao respectivo Conselho Federal de profissão regulamentada fixar os descontos para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de recuperação de créditos, as regras de parcelamento, garantido o mínimo de 5 (cinco) vezes, e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista;

CONSIDERANDO o disposto no art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 (Código Tributário Nacional), que trata das possibilidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela pessoa jurídica de direito público competente, no caso o Conselho Federal de Enfermagem;

CONSIDERANDO a decisão adotada por ocasião da 527ª Reunião Ordinária de Plenário, e tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo Cofen nº 382/2021, resolve:

Art. 1º Suspender, por 120 (cento e vinte) dias, a cobrança administrativa dos débitos dos exercícios anteriores ao exercício de 2021, inscritos ou não em dívida ativa, das pessoas físicas e jurídicas, registradas nos Conselhos Regionais de Enfermagem, em razão da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2).

Parágrafo único. A medida prevista no ''caput'' deste artigo não impede que o inscrito realize espontaneamente o pagamento de seus débitos.

Art. 2º Durante a suspensão de que trata a presente resolução, os débitos existentes não sofrerão acréscimos referentes a multas, juros ou qualquer outro tipo de encargo.

§ 1º Os débitos negociados durante esse período e cujos vencimentos das parcelas não ultrapassem a data final do prazo fixado no ''caput'' do art. 1º desta Resolução, terão seus encargos moratórios suprimidos.

§ 2º As parcelas não pagas durante este período serão reemitidas para o final do parcelamento, sem incidência de acréscimos moratórios.

Art. 3º Ficam suspensos todos os procedimentos de cobrança, de promoção de novas inscrições em dívida ativa, de novas execuções fiscais e de protestos cartoriais, abstendo-se o Conselho Regional de Enfermagem de encaminhar qualquer tipo de notificação aos contribuintes durante o período previsto no ''caput'' do art. 1º desta Resolução.

Art. 4º Fica autorizada a emissão de declaração de habilitação para o exercício profissional durante o período previsto no ''caput'' do art. 1º desta Resolução, para os profissionais ativos que estejam com parcelas de seus débitos vencidos desde o dia 23 de março de 2021, abrangendo o período de que trata esta Resolução, ou enquanto permanecer os decretos de calamidade pública e isolamento social de cada região.

Parágrafo único. A excepcionalidade de emissão de declaração de habilitação para o exercício profissional prevista neste artigo não desconstitui o débito do profissional nem altera sua situação como devedor perante os Conselhos Regionais.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com validade de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em exercício

RESOLUÇÃO COFEN Nº 663, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Prorroga o vencimento das anuidades do exercício de 2021 devidas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas nos Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário em Exercício da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO que a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 10 e 16 define a receita do Cofen e dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011 define que o fato gerador das anuidades é a existência de inscrição nos conselhos profissionais, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício;

CONSIDERANDO que o valor exato da anuidade, o desconto para profissionais recém-inscritos, os critérios de isenção para profissionais, as regras de parcelamento e a concessão de descontos para pagamento antecipado ou à vista devem ser estabelecidos pelo Conselho Federal;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), com gravíssimas implicações principalmente em relação aos profissionais de Enfermagem que se encontram na linha de frente de atendimento à população brasileira nas unidades de saúde de todo o país;

CONSIDERANDO que a pandemia, assim como em outros países em que se alastrou, além dos problemas de saúde causados à população, pode provocar intensas repercussões nas economias atingindo diretamente os empregos e as rendas, motivo suficiente para que o Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem reconheça e adote medidas visando a facilitação e a flexibilização para os profissionais de Enfermagem poderem cumprir com suas obrigações perante o Conselho Regional no qual estejam inscritos;

CONSIDERANDO que o vencimento das anuidades inicialmente foi fixado pela Resolução Cofen nº 650, de 9 de outubro de 2020, para o dia 31 de março de 2020;

CONSIDERANDO a decisão adotada por ocasião da 527ª Reunião Ordinária de Plenário, e tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo Cofen nº 383/2021;, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 120 (cento e vinte) dias, contados a partir de 1º de abril de 2021, o pagamento das anuidades do exercício de 2021, devidas pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas nos Conselhos Regionais de Enfermagem, fixado pela Resolução Cofen nº 650/2020 para o dia 31 de março de 2021.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata esta Resolução alcança o desconto de pontualidade fixado nas decisões dos Conselhos para o pagamento previsto para o mês de março de 2021.

Art. 2º Os Conselhos Regionais de Enfermagem deverão dar ampla publicidade a esta Resolução usando os meios de comunicação disponíveis.

Art. 3º Ficam mantidas as demais regras previstas na Resolução Cofen nº 650, de 9 de outubro de 2020.

Art. 4º Os Conselhos Regionais de Enfermagem, em razão da prorrogação de que trata esta Resolução, deverão adotar as medidas internas cabíveis de modo a poderem aplicar a nova data de vencimento das anuidades de 2021.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETANIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em exercício

RESOLUÇÃO COFEN Nº 662, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Altera a Resolução Cofen nº 638, de 8 de abril de 2020, que instituiu no âmbito do Conselho Federal de Enfermagem, o Sistema de Deliberação Remota, e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário em Exercício da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO o art. 8º, inciso IV, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a competência do Cofen em baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, do Regimento Interno do Cofen, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem a baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a decisão adotada por ocasião da 527ª Reunião Ordinária de Plenário, e tudo o mais que consta nos autos do Processo Administrativo Cofen nº 384/2021;, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Resolução Cofen nº 638, de 8 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 69, Seção 1, passa a vigorar com o acréscimo do § 3º que terá a seguinte redação:

"§ 3º As sessões realizadas de forma híbrida, por meio de SDR e de forma presencial, serão consideradas sessões deliberativas ordinárias do Plenário do Cofen, em cuja ata será expressamente consignada a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual e em ambiente presencial".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com validade pelo período que durar a pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2).

BETANIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

ANTÔNIO MARCOS F. GOMES
1º Secretário
Em exercício

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

DECISÃO COREN/CE Nº 25, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Prorroga por 60 (sessenta) dias no Âmbito do Coren/CE. Todos os prazos processuais previstos no Código de Processo Ético Disciplinar da Enfermagem, Aprovado pela Resolução Cofen nº. 370, de 03 de Novembro de 2010 .

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão COREN-CE n.º 021/2012; CONSIDERANDO a declaração de pandemia realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), com gravíssimas implicações, principalmente, em relação aos profissionais de Enfermagem que se encontram na linha de frente de atendimento à população brasileira nas unidades de saúde de todo o país; CONSIDERANDO as Notas Técnicas emitidas pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, através da Cédula de Imunização e do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde, que trata sobre o Coronavírus; CONSIDERANDO Nota de Alerta emitida pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, através do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - CIEVS, da Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica e Prevenção em Saúde (COVEP), que trata sobre recomendações aos viajantes oriundos de localidades com transmissão de novas variantes de SARS-CoV-2, disponível em: https://coronavirus.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/nota_tecnica_alerta_viajantes _localidades novas_variantes_20213101.pdf; CONSIDERANDO que o Governo do Estado do Ceará decretou estado de emegência em saúde pública para combater o novo Coronavírus (COVID-19); CONSIDERANDO o Decreto do Governo do Estado do Ceará n.° 33.992, de 20 de março de 2021 que PRORROGA O ISOLAMENTO SOCIAL RÍGIDO EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, COMO MEDIDA NECESSÁRIA PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; CONSIDERANDO a Portaria Cofen Nº. 251/2020 que cria e constitui Comitê Gestor de Crise - CGC, no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem com o objetivo de gerenciar questões inerentes às crises relacionadas à Pandemia de COVID-19, visando baixar recomendações e estratégias de atuação emergenciais, considerando as previsões do Ministério da Saúde e das Autoridades Sanitárias; CONSIDERANDO o disposto no Decreto n.º 9.094, de 17 de julho de 2017, que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, principalmente no que se refere à presunção de boa-fé e eliminação de formalidades e exigências; CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 13.726, de 8 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação; CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 33.510, de 16 de março de 2020, que decretou, no Estado do Ceará, situação de emergência em saúde decorrente da COVID - 19, com sua posterior prorrogação; CONSIDERANDO que os números da pandemia em todo Estado inspiram atenção, permanecendo o isolamento social como política pública indispensável no combate à disseminação do vírus; CONSIDERANDO o atual cenário da doença no Brasil e no mundo, em que verificado aumento do número de casos, com isso exigindo o reforço dos cuidados necessários para coibir aglomerações, protegendo a vida do cidadão; CONSIDERANDO que a gravidade da situação em todo o territorio nacional provocada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), com o recrudescimento em potencial do adocecimento da população, motivo que impede a realização de atividades que demandam desocamento e presença fisica de conselheiros, partes, testemunhas, colaboradores, membros das comissões de instrução, seja para audiência de concialição, oitivas, interrogatórios ou sessões de julgamento de processos éticos no âmbito do Sistema COFEN/Conselhos Regionais; CONSIDERANDO que a demora na suspensão dos prazos processuais poderá causar prejuízos de dificil reparação às partes que integram os polos do processo ético, regrado pelo Código de Processo Ético Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº. 370, de 03 de novembro de 2010; CONSIDERANDO Decisão COFEN n.º 040, de 18 de março de 2021, que autoriza, em ad referendum do Plenário do Cofen, os Conselhos Regionais de Enfermagem, na medida da gravidade da pandemia em cada estado da federação, prorrogarem por 60 (sessenta) dias todos os prazos processuais previstos Código de Processo Ético Disciplinar da Enfermagem; CONSIDERANDO deliberação do Plenário do COREN/CE em sua 555ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de março de 2021; resolve: Art. 1º. Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, todos os prazos processuais previstos Código de Processo Ético Disciplinar da Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen n.º 370, de 03 de novembro de 2010. §1º - A medida acima implementada suspende, por 60 dias, todos os prazos decorrentes da Resolução Cofen n.º 370/2010. §2º A suspensão de que trata a presente Decisão poderá ser prorrogada na medida da avaliação da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars - Cov 2). Art. 2º. Considerando o previsto nesta Decisão, os prazos que já se encontram defluindo serão imediatamente suspensos com a entrada em vigor do presente normativo, iniando sua recontagem, do dia em que pararam, após a sua vigência. Art. 3º. Esta Decisão entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ANA PAULA BRANÃO DA SILVA FARIAS
Presidente do Conselho

ANA PAULA AURIZA DE LEMOS SILVEIRA
Conselheira Secretária

RUBÊNIA LAURIZA PEREIRA DE LIMA VASCONCELOS
Conselheira Tesoureira

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA

DECISÃO COREN-PB Nº 92, DE 23 DE MARÇO DE 2021

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Paraíba COREN-PB, no uso da competência consignada no inciso VI, do art. 15, da Lei 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia; CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 167, inc. V e § 2º da Constituição Federal do Brasil; CONSIDERANDO o constante do capítulo V - Dos créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei nº 4.320/64; CONSIDERANDO o constante do Capítulo IV - Dos créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema COFEN e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN nº 340/2008; CONSIDERANDO a necessidade de adequar o orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas; CONSIDERANDO o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício; CONSIDERANDO a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam insuficientes no Orçamento para o Exercício de 2021; CONSIDERANDO por fim, a deliberação dos conselheiros em sua 853 Reunião Ordinária de Plenário, ocorrida em 23 de março de 2021, decide:

Art. 1º Autorizar a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) destinados ao reforço de dotação no orçamento vigente, conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA. 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB. 3000.00 Despesas Correntes. 3390.00 Outras Despesas Correntes R$ 100.000,00. Total das Suplementações R$ 100.000,00. Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil Reais), conforme segue: 03.000 CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAÍBA. 2001 Manutenção das Atividades do COREN-PB. 3000.00 Despesas Correntes. 3390.00 Outras Despesas Correntes. Total das Anulações R$ 100.000,00. Art. 3. O valor do orçamento para o corrente exercício, mesmo em face das alterações ora aprovadas, permanecerá o mesmo no valor de R$ 8.754.900,00 (oito milhões setecentos e cinquenta e quatro mil e novecentos reais). Art.4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAYRA M.S BESERRA DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

CÁTIA JUSSARA DE OLIVEIRA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP-08 Nº 1, DE 19 DE MARÇO DE 2021

Institui procedimentos a serem adotados para Aposição de Assinatura em Documentos Institucionais, mediante Certificação Digital e/ou escaneada, por Conselheiras(os) Oficialmente designadas (os) e/ou signatárias(os) expressamente autorizadas(os).

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná - CRP-08, no uso das atribuições que lhe conferem a LEI Nº 5.766, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1971, o Artigo 5º da LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020, e o DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020 e, CONSIDERANDO 1. O atual período de restrições impostas à realização de trabalho presencial, em virtude do surto pandêmico de Covid-19 que tornou necessário o uso massivo dos meios eletrônicos de comunicação; 2. A necessidade de manter ágeis e eficazes as atividades burocráticas da autarquia; 3. A prioridade a ser dispensada à segurança e proteção na movimentação e armazenamento de dados; 4. A economia a ser obtida com a redução do uso de meios físicos para os fins propostos. resolve:

Art. 1º - Fica instituído o uso de assinatura por Certificação Digital nos seguintes documentos: a) Atas de Diretoria e de Plenária; b) Notas Técnicas; c) Notificações Extrajudiciais; d) Requerimentos para fins judiciais (impugnações, mandados de segurança, etc); e) Ofícios ao Poder Judiciário; f) Ofícios para o Sistema Conselhos; g) Resoluções e Portarias específicas. Art. 2º - Fica instituído o uso de assinatura escaneada nos seguintes documentos: a) Portarias de Colaboradoras (es) (nomeação e revogação etc); b) Ofícios (convites para eventos etc); c) Documentos da COF (ofícios de orientação e convocação etc); d) Documentos da COE (citação, intimação, notificação etc); e) Ofícios técnicos, de expediente administrativo; f) Documentos para eleições de fóruns de Controle Social; g) Declarações (participações em atividades do CRP etc); h) Ofícios da Dívida Ativa; i) Representações ex offício. Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PSIC. CÉLIA MAZZA DE SOUZA CRP-08/02052
Conselheira Presidente

PSIC. LUCCAS DANIEL MAYER CECHETTO CRP-08/27520
Conselheiro Secretário